

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 245

OUTUBRO - DEZEMBRO

1959

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Rio de Janeiro — Brasil — 1960

REVISTA

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

COROGRAFIA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA

DANTE LAYTANO

O trabalho que sob o título supra, publicamos a seguir, de autoria do nosso consócio, Dr. Dante de Laytano, é a tese que o mesmo apresentou ao 1.º Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis, de 5 a 12 de outubro de 1948.

Tese que mereceu aprovação do Congresso e a inserção nos seus Anais, para que tivesse divulgação, basea-se nas informações dadas, em 1797, pelo governador da dita Capitania, Tenente-Coronel Miranda Ribeiro, do Conde de Resende, vice-rei e capitão de mar-e-terra do Estado do Brasil, segundo documentação existente na seção Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No parecer da Comissão que o examinou no referido Congresso, foi ressaltada a conveniência de sua divulgação, «a fim de que os estudiosos e investigadores do passado catarinense e os responsáveis pelos destinos administrativos do Estado possam, sem mais delongas, utilizar-se dos magistrais ensinamentos do Relatório apresentado, há precisamente século e meio, ao vice-rei do Brasil, pelo então governador da Capitania de Santa Catarina, Tenente-Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro».

Segundo o aludido parecer, caracteriza o trabalho do historiador riograndense a feição nitidamente técnica que lhe imprimiu, em vez de estender-se em exposição e comentários sobre o conteúdo do Relatório, — denominado pelo Autor *Corografia da Capitania de Santa Catarina* — que foi buscar nos arquivos da Biblioteca Nacional.

A esse Relatório, fez preceder uma ampla *Introdução ao estudo das fontes da História de Santa Catarina*, na qual passa em revista a documentação referente ao atual Estado de Santa Catarina, arquivada nos diversos centros de cultura histórica do país.

Para completar as informações do Relatório, juntou três documentos destinados a tornar melhor conhecida a vida catarinense no tempo do governador Miranda Ribeiro, isto é: ofício dirigido pela Câmara de S. Francisco, em 1796, ao vice-rei;

estatísticas da produção da Ilha de Santa Catarina, em 1804; *Recapitulação do Mapa da Produção da Ilha*, em dezembro de 1819, que confronta com o mapa de dezembro de 1795; e a *Recapitulação dos Mapas de Importação e Exportação*, em 1819, bordando comentários a respeito.

Precedendo o seu trabalho, transcreve as impressões sobre a Ilha de Santa Catarina externadas por G.H. Langdorf, Auguste de Saint-Hilaire e o arcepreste Joaquim de Oliveira Paiva, além dos agradecimentos a diversos estudiosos e autoridades que lhe facilitaram as pesquisas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

NOTA DA REDAÇÃO

I

IMPRESSIONES SOBRE A ILHA DE SANTA CATARINA

«Como era encantadora a vista daquela terra (Ilha de Santa Catarina) da qual nos avisinhamos; cuja natureza era tão favorável, e na qual reinam tôdas as belezas imagináveis; enfim, tudo que podia encantar a vista e deleitar o coração.

Um belo promontório emergia do seio das águas e a verdura dos oiteiros orlava-se de ouro que recebia dos raios do sol poente. Víamos a todo instante junto à praia para a qual singravamos muitas embarcações; fundeamos enfim a 21 (dezembro de 1803) próximo de uma pequena fortaleza chamada Santa Cruz, na Ilha do Anhato-mirim. O meu espírito se encontrava tão fascinado por aquêlê sítio encantador. Devo confessar que minhas idéias eram levadas talvez para a estravagância; porém, não obstante isso, quanto mais me avizinhava de terra mais achava que a realidade excedia a minha expectativa.

O número e variedade das flôres, a beleza de seu colorido, suas espécies e formas eram na verdade dignas de admiração e o delicioso aroma com que elas enchiam a atmosfera parecia a todo o momento que tínhamos o corpo exilado e elevado o espírito.

Grandes borboletas que eu admirava unicamente nos gabinetes dos curiosos, volitavam no espaço em número prodigioso; e plantas que só conhecera nas estufas dos nossos museus levantavam seus ramos com soberba majestade. Os colibris dourados sugavam as flôres da bananeira e os cantos dos pássaros sômente ouvidos nos vales profundos deleitavam a um tempo o ouvido e o coração. Aves de tôdas as qualidades voavam de uma choupana à outra excedendo em tudo quanto a beleza, simplicidade variedade e eram as que se colocavam artificialmente como ornamentos nos jardins europeus. Cada coisa que eu via excitava-me mais a ima-

ginação pela sua forma; causava-me ao espírito e ao coração uma impressão maior do que posso descrever».

(G. H. Langdorff — «Voyages and Travels 1817» — In «Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina», Vol. III, 1914).

«A Província de Santa Catarina, a mais meridional do Império do Brasil, depois da de S. Pedro do Rio Grande do Sul, conquanto pequena na extensão de seu território e com uma população não excedente de 150.000 almas é por sua posição geográfica, benignidade de seu clima, uberdade de seu solo, índole hospitaleira e pacífica de seus habitantes a mais bela e aprazível porção d'América, a ponto de haver merecido o nome de — Paraíso terreal do Brasil».

«Notícia Geral da Província de Santa Catarina» — pelo Arcipreste Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva. — Desterro — 1873.

Desde a minha chegada ao Brasil ainda não tinha visto uma região tão aprazível como a da cidade do Desterro e seus arredores. O pôrto situado a igual distância das duas extremidades da ilha, na direção de noroeste a sueste, é mais ou menos semi-circular. A cidade acompanha os contornos das margens. Defronte, fica-lhe o canal que parece formar uma baía. Por todos os lados elevam-se colinas e morros de formas várias e que, dispostos em diversos planos, oferecem aos nossos olhos um agradável conjunto de côres brilhantes e vaporosos. A ponta que limita o pôrto pelo lado sul é revestida de florestas verde-escuras; — mais distante, divisam-se os morros cujas encostas foram cultivadas e cujas sumidades permanecem coroadas de árvores e recebem a luz suave do sol poente; do lado oposto, ao norte, a ponta de S. João, pouco elevada e em parte revestida de grama, empresta a sua graça à paisagem; ao longo defronte da cidade e ainda mais além, para o lado do sul, ficam situados diversos morros que se avistam através da névoa.

(Augusto de Saint-Hilaire — «Viagem à Província de Santa Catarina — 1820» — Tradução e prefácio de Carlos da Costa Pereira — *Brasiliana* n.º 58).

II

ADVERTÊNCIA DO AUTOR

A presente tese é o resultado de cuidadosa investigação que o A. fez na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, com a exclusiva finalidade de colhêr material e escrever um trabalho para o I Congresso de História de Santa Catarina.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da terra de Cruz e Sousa, pai da poesia simbolista do Brasil, achamo-

nos no dever de realizar uma investigação documental, realmente, séria, e, ao mesmo tempo, o mais possível original.

«Existem já, é bem verdade, valiosas memórias e esplêndidas monografias sobre Santa Catarina mas que infelizmente, na sua maioria, bem raras, foge ao fácil alcance dos curiosos», diz, com muito acêrto, Lucas Alexandre Boiteux, nas suas interessantes «Notas para a História Catarinense».

Embora não escrevendo para curiosos e sim para especialistas, a tese em aprêço, caso não constitua assunto inédito, alcançará os propósitos de um ensaio de divulgação.

Foi impossível, de outro lado, consultar-se a literatura completa sobre Santa Catarina e apenas reduzido número dos quais 700 que constam das verbetes de «Achegas para a Bibliografia e cartografia catarinense» de Lucas A. Boiteux.

No ensaio também de L.A. Boiteux intitulado «A Pesca da Baleia» e que apareceu na «Revista Trimensal», de 1914, do Instituto Histórico catarinense, é que lemos a única ou se não a mais clara e direta referência ao relatório de Miranda Ribeiro, assunto desta tese, aliás a citação se constitui de algumas poucas linhas de uma memória de grandes proporções.

A intenção era de afastarmo-nos o mais possível do «Catálogo da Exposição Histórica» para não cairmos em temas excessivamente divulgados e escolhermos ótimos códices, mas o Dr. José Honório Rodrigues, diretor de divisão da Biblioteca Nacional, ofereceu, muito gentilmente, todo o documentário ali existente sobre Santa Catarina e ainda não fichado.

A nossa surpresa aumentou, e a cada instante não faltavam razões, diante de tanta riqueza de papéis valiosos, quando verificamos existir, em duplicatas nos documentos por classificar, o códice do governador da capitania.

Confrontando-se os dois manuscritos, um até encadernado, o constante do catálogo, volume êste que figurou na Exposição de História, e outro nos documentos das gavetas não classificadas, achamos a falta de várias páginas na cópia, embora original.

Voltamos, assim, ao primeiro dos códices, em vista de estar o mesmo completo.

O significado, proporções e abundância de dados do relatório, melhor seria dizer monografia, do Tenente-Coronel ao Conde de Resende, levaram-nos à conclusão que de fato, ainda que figurando no fichário e catálogo, seria de grande valia os dados colhidos em 1797 e aproveitá-los para uma tese.

Saimos do material não classificado para o que estava, deixamos os papéis anteriormente escolhidos e optamos, finalmente, pelo

relatório do governador, relatório incluído nas duas categorias de documentos, como dissemos.

Devo agradecer ao meu amigo Maurício Resemblat, representante da Editôra Globo no Rio de Janeiro, que teve a delicadeza de apresentar-nos aos Drs. Josué Montelo e José Honório Rodrigues, respectivamente diretor geral e diretor de divisão da Biblioteca Nacional. Os dois diretores foram muito gentis, mas devo salientar o segundo dêles que nos proporcionou uma busca completa na Seção de Manuscrito, facilitando-nos a leitura e consulta de documentos ainda não selecionados sôbre os quais não existiam referências.

Menciono, com reconhecimento o nome do Sr. Laudelino Campos, funcionário daquela repartição, que nos atendeu sempre com a maior presteza e boa vontade durante o tempo que todos os dias, pelo menos duas horas, passávamos, na Biblioteca, estudando documentos.

As duas bacharéis em história pela Faculdade Nacional de Filosofia, pelas esplêndidas cópias dactilografadas que fizeram dos documentos originais, muito obrigado.

A Sta. Hedna Pires Franco e Sra. Isa Stefani, e Olímpio B. Gomes e Ilo Ascânio Frediani os agradecimentos pela ajuda que de diversas maneiras prestaram ao autor.

A Reinaldo Moura e Abeillard Barreto, diante dos auxílios e informações bibliográficas, estendem-se o nosso reconhecimento incluindo o Orlando Ferreira Lima, competente funcionário da Biblioteca do Estado.

Declara-se, mais, com referência à tese que a ortografia nela empregada não é uniforme, pois se deixou tôda a parte de documento, natural, com a forma original do século XVIII e a introdução por sua vez, não foi escrita na ortografia preconizada e adotada pelas Academias de Letras e Ciências do Rio e Lisboa, respectivamente, mas se o Congresso de História entender corrigir, para fins de publicação, caso a tese fôr aceita, os dois textos da mesma, concordamos com a maior boa vontade.

As comemorações do bi-centenário da chegada da gente açoriana à Santa Catarina possuem um sentido não só histórico mas sociológico porque, na verdade, cuidamos de lembrar as raízes portuguesas do Brasil, bases da própria tradição, raízes ou cultura, tantas vêzes ameaçadas, como ensina Gilberto Freire, primeiro pensador nacional que valorizou a contribuição lusitana, dando-lhe a importância merecida.

Rio Grande, como Santa Catarina, tem em boa conta a herança açoriana.

Oswaldo R. Cabral, num livro, porque não dizer hoje clássico na bibliografia da terra de Luís Delfino, escreveu o elogio das populações catarinenses: «Povo generoso, bom e trabalhador, pacífico e tímido, o catarinense, que viveu tôdas estas páginas que integram a História da Pátria, espera confiante a grandeza de sua terra, dentro da comunhão brasileira, como o ânimo feliz dos que trabalham por ela, vivem e sofrem com ela, amando-a, servindo-a, honrando-a».

Santa Catarina evoca o esforço do ilhéu açoriano que lutou para a posse da terra.

Pôrto Alegre, 3 de outubro de 1948. — *Dante de Laytano*.

III

INDICE DA INTRODUÇÃO

I

Biblioteca Nacional, Exposição de História do Brasil e o Catálogo de fichário — A Importância dos «Anais» — Santa Catarina na Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras e Publicações.

II

Arquivo Nacional — Publicações, catálogos e documentos — Santa Catarina como capitania e província e a história oficial.

III

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua revista — Índice de 1838 — 1933 feito por Max Fleiuss — Congressos de História — Santa Catarina e o Instituto.

IV

Rio Grande do Sul e os principais centros de pesquisa histórica — Arquivo Público, Arquivo Histórico, Arquivo Eclesiástico e Arquivo Municipal — Museu do Estado — Faculdades de Filosofia e outras instituições e repartições oficiais e particulares — Instituto Histórico — Biblioteca da Cidade do Rio Grande — Biblioteca do Estado — Material sobre Santa Catarina.

V

Santa Catarina — Dicionário Histórico — Achegas para bibliografia e cartografia — Revista do Instituto — Obra de Oswaldo R. Cabral — Biblioteca de Aurélio Pôrto — Monografias do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina.

VI

Fontes estrangeiras para o estudo da história catarinense: argentinas e portuguesas — Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores — Subsídios e contribuições brasileiras.

VII

Governos da Capitania de Santa Catarina durante o 5.º Vice-Reinado — Pereira Pinto (1786) e Soares Coimbra (1791) — Miranda Ribeiro (1793) — Triunvirato e Xavier Curado (1800) — D. José Luís de Castro e sua correspondência com a Côrte sobre Santa Catarina.

VIII

Obra administrativa do Conde de Resende — Fisco, Erário, Impostos e Moeda — Economia, Pecuária, Agricultura e Escravidão — Marinha Mercante e Marinha de Guerra — Política — Justiça — Religião, Igreja e Sacerdotes — Obras Públicas — Exército — Índios — Rio da Prata — Fronteiras — Rio de Janeiro.

IX

Miranda Ribeiro na Capitania de Santa Catarina — Tenente Coronel do Regimento de Moura e a campanha do Rio Grande — Pesca da Baleia — Estradas, povoamento e a Vila do Sertão das Lages — Bandos ao som de caixas referentes ao Serviço Postal e ingresso de estrangeiros no comércio da pesca — George Semple Lisle — Biografia do governador e seu gosto pela música — Exército, plano de defesa, espionagem, fortificações, navios de guerra e combate ao corso — Economia, Agricultura, madeira e colonização.

X

Relatório de Miranda Ribeiro, em 1797, ao vice-Rei — Corografia da Capitania — Aspectos Físico, Humano e Econômico.

XI

Apensos: Documentos originais a) 1796 — ofício da Câmara de S. Francisco ao Vice-Rei; b) 1804 — Estatística da produção, consumo e exportação, seguindo-se do número total da população em 1808, ligeira descrição das freguesias e rápidas notícias econômicas e militares da Capitania e c) 1819 — Recapitulação do

mapa da população do Govêrno da Ilha de Santa Catarina e «Recapitulação do que importaram as produções».

ÍNDICE DA COROGRAFIA

- 1 — Método empregado para coleta e redação das informações.
- 2 — Da extensão e Limites da Capitania.
- 3 — Distritos de sua jurisdição na terra firme.
- 4 — Dos seus portos, rios, lagoas e serras e morro:
 - a) Vila Capital de Na. Sra. do Desterro.
 - b) Freguesia de Na. Sra. das Necessidades.
 - c) Freguesia da Na. Sra. da Conceição da Lagoa.
 - d) Vila de Na. Sra. da Graça do Rio São Francisco.
 - e) Freguesia de S. Miguel.
 - f) Freguesia de S. José.
 - g) Freguesia de Na. Sra. do Rosário da Enseada do Brito.
 - h) Freguesia de Vila Nova de Sant'Ana.
 - i) Vila de S. Antônio dos Anjos da Laguna.
- 5 — Das Pontes, e lugares em que se fazem precisas.
- 6 — Do número das Freguesias, Capelas e Oratórios seguido de um quadro com freguesias, e lugar das capelas, e igrejas das freguesias, capelas e oratórios e invocação das capelas.
- 7 — Dos sacerdotes e da sua ocupação e préstimo acompanhado de um quadro dividido por Freguesias.
- 8 — Dos engenhos e fábricas de tôda a qualidade, segundo quantidades, lugares.
 - a) Engenhos de açúcar.
 - b) fábricas de açúcar.
 - c) engenhos de aguardente.
 - d) engenhos de mandioca.
 - e) engenhos de pilar arroz.
 - f) atafonas de moer trigo.
 - g) cortumes de couros.
- 9 — Do número e qualidade das embarcações acompanhado de um quadro com a relação do número e qualidade das embarcações que hã na Ilha de Santa Catarina e nas vilas do Rio de S. Francisco e de Laguna segundo os donos e barcos respectivos.
- 10 — Das terras devolutas.
- 11 — Da Propriedade do Terreno mais para um gênero do que para outro.
- 12 — Do estado atual do comércio e da cultura das terras.

- 13 — Da causa da sua decadência e o meio de promover a cultura das terras.
- 14 — Da quantidade dos gêneros e efeitos que anualmente se colhem, fabricação e são exportados.
- 15 — Dos animais, aves, paixes, madeiras e frutos mais notáveis.

QUADROS EM APENSO

- A — Mapa da extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e dos mais distritos que estão situados na terra firme. Segundo as freguesias e a extensão para as partes do norte, sul, leste e oeste com total das léguas que tem de norte a sul, além da divisão em duas partes: extensão da Ilha de Santa Catarina e das três freguesias que nela estão situadas e extensão da terra firme e das seis freguesias que ela compreende.
- B — Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina, segundo as classes, fogos, sexo e idade, os forros pardos e pretos conforme os distritos, os escravos pardos e pretos de acôrdo com o sexo e lugar e também uma noticia das alterações que se deram no anno de 1795 referentes a nascidos, mortos, casados, vindos para os distritos e os ausentes.
- Traz os totais de cada seção e um segundo mapinha:
- BB) Mapa das Pessoas que não andam incluídas nas listas da população, por serem militares com os lugares, regimentos e postos.
- C — Relação das Lojas de Fazenda de Varejo que há presentemente na vila da capital de Na. Sra. do Desterro da Ilha de Santa Catarina e do quanto importaram as carregações de fazendas que entraram para ela nos três anos de 1794, 1795 e 1796.
- D — Conta da Farinha que é necessário em um ano para o sustento de toda a população da Ilha de Santa Catarina e mais distritos da sua Jurisdição a um décimo de quarta por dia, para cada individuo.
- E — Embarcações que entram e saem anualmente (1796) segundo a procedência e qualidade de barcos:
- que entraram na Ilha de Santa Catarina.
 - Idem no Rio de S. Francisco.
 - que saíram do Rio de S. Francisco.
 - que entraram na Vila de Laguna.
 - que saíram da vila da Laguna.

- F — Da quantidade dos gêneros e efeitos que se colhem e fabricam anualmente, segundo as freguesias, medidas e qualidades.
- G — Dos gêneros e efeitos que se exportam anualmente com mapa da quantidade de gêneros e efeitos que se exportam anualmente da Ilha de Santa Catarina mais distritos da sua jurisdição, feito pelas memórias e observações do que aconteceu no ano de 1796, segundo os lugares, quantidade e qualidade.
- H — Relação de animais que há na Ilha de Santa Catarina e nos mais distritos de sua jurisdição.
- I — Idem — Relação das aves.
- S/R — Relação das Lojas de Fazenda de Varejo da Vila do Desterro e quanto importaram as carregações de fazenda que entraram em 1794, 1795 e 1796.
- S/R — Relação das Tavernas de molhados da vila do Desterro e do quanto importaram as carregações que entraram para elas nos anos de 1794, 1795 e 1796. Traz o nome dos proprietários segundo as ruas onde estão estabelecidos.
- S/R — Relação das qualidades de fazenda que entram para o comércio da Ilha de Santa Catarina.
- S/R — Relação da qualidade e quantidade dos gêneros que entraram para as Tavernas da Ilha de Santa Catarina, em três anos.
- S/R — Relação das Lojas de fazendas de Varejo da Vila de Rio de S. Francisco, segundo o nome dos proprietários, capital empregado e tempo de existência do negócio, acrescido no número de tavernas de molhados.
- S/R — Relação das lojas de Fazendas de Varejo da Vila de Laguna, segundo os proprietários, além de alguns outros dados sobre tavernas de molhados, a Freguesia de Vila Nova e a média do capital.
- S/R — Mapa das Lojas de oficinas na Ilha e distritos de sua jurisdição, segundo os gêneros.
- L — Relação dos peixes que há na Ilha de Santa Catarina e nos mais distritos da sua jurisdição.
- M — Idem — Relação das madeiras.
- N — Idem — Relação dos frutos.
- OBS. S/R — quer dizer sem referência de número na ordem da distribuição dos quadros do manuscritos.

IV

Introdução ao estudo das fontes da história de Santa Catarina e o relatório do Governador Miranda Ribeiro.

I

A história de Santa Catarina possui uma vasta e esplêndida bibliografia, pois suas terras, costas e ilhas despertaram ao navegador e sertanista, ao missionário e colono, ao militar e cientista sempre a maior curiosidade e interesse que se pode assinalar, com facilidade, a começar do primeiro século de existência do Brasil.

A ilha de Santa Catarina não só foi o ponto de escala obrigatória para aguada e abastimento dos barcos que iam ou vinham do Rio da Prata mas uma base naval que os espanhóis desejaram para si, além de fazer da citada ilha, como consequência de suas cogitações, campo de cultivo a fim de fornecer víveres à área do estuário do Prata.

Assim disputada, a região veio merecer uma literatura também hispano-americana ao lado, evidente, duma luso-brasileira, literatura não só diferente à Ilha como às áreas adjacentes do continente através da cartografia, memórias de viagem, diários de expedições, relatórios administrativos, livros, manuscritos, etc.

«A Exposição de História do Brasil, feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, é a execução de um pensamento patriótico do Exmo. Sr. Conselheiro Barão Homem de Melo. A esse pensamento demos corpo, propondo ao Governo os meios de realizá-lo, e pondo à disposição de tão nobre causa não só os grandes recursos da Biblioteca, senão também a atividade e as provadas habilitações dos empregados deste estabelecimento, com cujo zelo e patriotismo nos era lícito contar», escreve Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca, nos respectivos Anais correspondentes ao ano de 1881 e publicação dividida em dois grossos tomos dedicados inteiramente ao registro sistematizado daquilo que constou a exposição em apêço. (*)

Mais adiante, diz o autor do «Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas vindas do grego»: «Certo é que obra mais meditada e lavrada com mais tempo sairia com menos senões e lacunas; todavia não é menos verdade que o trabalho feito representa um ingente menos esforço, e que não obstante as suas máculas ele pode e há de prestar notáveis servi-

(*) «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro» — 1881-1882 — volume IX — Tomo I — Rio de Janeiro — Tip. de G. Leuzinger & Filhos, Ouvidor, 31 — MDCCCLXXXI — 991 págs.

— Idem, Idem — Tomo II — Págs. numeradas de 992 a 1.607.

ços aos estudos históricos no Brasil, enquanto se não fizer segunda tentativa mais ampla e mais completa».

Decorridos 67 anos ainda não existe nada melhor, na literatura bibliográfica nacional, do que êsse catálogo confeccionado no fim do império.

O catálogo da Exposição de História do Brasil está dividido em duas partes distintas, respectivamente denominadas seção literária e seção artística.

A seção literária, por sua vez, compreende duas sub-seções: preliminares e história do Brasil.

Nas preliminares estão incluídas as três primeiras classes da exposição — geografia do Brasil, estatística e publicações periódicas.

A geografia do Brasil compreende a do Brasil em geral, rios do Brasil, costas e portos do Brasil, geografia das Províncias, roteiros, viagens, ainda divididas em coleções gerais e particulares, cartas geográficas, hidrográficas e topográficas, também com setores especiais para cartas gerais, e atlas, cartas parciais de rios, cartas da costa, cartas de limites que incluem cartas gerais e cartas especiais dos limites setentrionais, limites ocidentais e limites meridionais, e depois as cartas de províncias para êstes assuntos que são a geografia, hidrografia e topografia.

A estatística não tem subdivisões mas a Classe III de periódicos e publicações compreende dois parágrafos: anuários e almanques e gazetas e periódicos, sendo êstes últimos com uma bi-participação em gazetas noticiosas, políticas e comerciais, por ordem de província, e periódicos literários, científicos, religiosos e maçônicos, por ordem alfabética.

A História do Brasil está, na Exposição, dividida em 11 classes que vão da classe IV a XIV — com as histórias civil, administrativa, eclesiástica, constitucional, diplomática, militar, natural, literária e das artes, econômica, biografia e numismática.

Cada uma das classes acima compreendem outras sub-classes e estas últimas, muitas vêzes, incluem-se em diversos parágrafos especiais.

A Seção Artística distribue-se através de seis classes, também bastante divididas, e as classes em aprêço constam dos seguintes títulos: vistas, paisagens e marinhas, história, tipos, usos e trajes, genealogia e heráldica, retratos, estátuas e bustos e história natural.

A Exposição é de maior interêsse para o historiador brasileiro, mas seu catálogo constitui raridade bibliográfica, atualmente.

São 20.337 títulos diversos colocados pelas várias seções do catálogo e suplemento constituindo o melhor trabalho de conjunto

até hoje tentado no nosso país e deve ser, para o pesquisador, a primeira fonte de consulta.

A coleção dos Anais que o A. da presente memória está se servindo pertencia à biblioteca particular de Aurélio Pôrto, um dos maiores historiadores do Rio Grande do Sul, biblioteca adquirida, pelo Instituto Histórico, em Pôrto Alegre, da viúva do autor da «História das Missões Orientais do Uruguai».

O historiador gaúcho mais uma vez revelou seu desejo de manter-se em contato direto com as melhores informações, documentos a autoridades nos campos dos estudos históricos.

A crônica de Santa Catarina pode ser encontrada com as maiores minúcias no catálogo da exposição de história, embora «neste primeiro tentame faltou muito o concurso dos particulares, e devo confessar que das províncias do Império pouquíssimos nos foi remetido; daí os claros em certos períodos, daí as coleções incompletas, e a insuficiência de notícias em relação a fatos particulares de história local», segundo as palavras do futuro Barão de Ramiz Galvão.

Apesar das restrições levantadas pelo próprio realizador da exposição, o catálogo mostra justamente o contrário, pois a história local vai ser apreciada com que se obtém na capital do país, o que dá ao material de arquivo e biblioteca uma importância maior e substitui a ausência dos arquivos e bibliotecas regionais.

573 — Descrição da Ilha de Santa Catarina na América Austral, e Portuguesa.

Cópia? Sem data. In fol, 2 ff.

Exp. Arch. Militar.

574 — Memória sobre a ilha de Santa Catarina por João Alberto de Miranda Ribeiro. 1797. (B.N.).

Original. Cód. CDLXXVII (8-17). 81 ff. inn. 28x15 1/2.

575 — Relação que acompanha o Desenho dos Campos de Araçatuba, na qual se trata da sua Extensão; da natureza e qualidade das suas águas, e a distância em que ficam, e do número de Rêzes que se podem manter na mesma Estância. (Por João Alberto de Mir.^{da}. Ribr.^o). (B.N.).

Original, com assinatura autografada do autor, então governador da Ilha de Santa Catarina.

Precede-o um ofício original do dito governador e acompanha o desenho aludido, feito a côres e medindo 31 cent. por 41 1/2. Cód. CCXLIV (17-32) 3 ff.

576 — Memória sobre a abertura de uma estrada de comunicação entre a capitania de Santa Catarina e a Vila de Lagens...

por Silvestre José dos Passos. V. O *Patriota*, nº 3 (1813) página 23 (B.N.).

577 — Pontos de Ilha de Santa Catarina determinados astronômicamente por Antônio José Rodrigues). 1820.

Cópia? In - 4º 1 f.

Exp. Arch. Militar.

578 — «Apontamentos sobre a Província de Santa Catarina» — 1860 — original — In fol. — 62 ff. — com uma peq. e ch. Geogr. Exp.: Arch. Militar.

579 — A Colônia D. Francisca, por J. de L.V. A Luz, I (1872), pág. 219-221. (B.N.).

580 — Notícia geral da Província de Santa Catarina pelo Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva & Desterro, Tip. da Regeneração, 1873, in - 4º 1 f. 35-16-11 pp., com um mapa estatístico e outro das distâncias. (B.N.).

581 — Descrição topográfica do mapa da província de Santa Catarina organizada na Comissão do Registro geral e Estatística das terras públicas e possuídas sob a presidência do Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro. Tip. Franco Americana, 1873, in - 4º de 26 pp. e um mapa topográfico (B.N.).

Em português, francês e alemão.

SUPLEMENTO

19.359 — Notas geográficas e históricas sobre a Laguna desde sua fundação até 1750 por Manuel N. da Fonseca Galvão — Desterro — Tip. de J.J. Lopes, 1881 — in - 4º, de 56 pp. (B.N.).

19.360 — Descrição do município da Laguna, comarca do mesmo nome. (Resposta ao Questionário), por Sebastião Isidoro Rodrigues da Costa, 1881 (B.N.) Original In - fol. 4-250-166 ff. Dividida em 3 partes, com um índice das matérias.

Certas faltas, na verdade, não podem ser preenchidas como atas de senados da câmara, correspondências recebidas pelos governadores de capitanias ou as estatísticas demográficas dos assentamentos de igreja que são peças de natureza muito locais mas de catalogação fácil, quer dizer, à mão para os historiadores regionais.

Mas nos colocando no ponto de vista contrário de historiador que investigam em grandes arquivos ou no papel que deve representar o Rio de Janeiro como centro mais importante de pesquisa e procedente de tôdas as partes do Brasil exercendo sua função de cidade capital, reunir vasto manancial de natureza variadíssima, a exposição de 1884 foi um acontecimento e serve seu catálogo, mais

de meio século depois, admiravelmente para o mais exigente historiador, quase sempre mais exigente para outros que para si mesmo.

Abrindo o Catálogo, na Seção Literária, I Preliminares, classe I Geografia do Brasil, seu quarto parágrafo — geografia das Províncias — no sub-título Santa Catarina, págs. 57-58, deparamos com nove curiosas e ótimas referências. Caso consultássemos as outras seções do catálogo mais assuntos, evidente, encontraríamos. Dentro da história colonial de Santa Catarina, afigura-se-nos a memória de João Alberto Miranda Ribeiro documento de valor inestimável.

Enquanto o citado catálogo da exposição consta de peças, obras, papéis e mapas não só da Biblioteca mas do Arquivo Público, Arquivo do Exército, etc., a publicação que se iniciara antes, nos Anais, em 1878, pelo diretor da Biblioteca, então, o Dr. J. A. Teixeira de Melo, cogitava de dar uma súpula dos «Manuscritos Relativos ao Brasil» existentes na Biblioteca Nacional, fazendo uma tábua de classificação em quinze categorias onde Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão reunidos num só grupo, o VII. (*)

«Para maior facilidade na pesquisa dos códices e documentos que a Biblioteca possui estabeleceu-se a grande e principal divisão de — Códices relativos ao Brasil — e — Códices estranhos ao Brasil. Na primeira parte, que agora se imprime, adotada a classificação constante da tábua que vai em seguida, começou-se pelos escritos que se referem a todo o Brasil; passou-se depois aos das suas capitanias e províncias, tomadas segundo a sua posição geográfica, e aos que tem relação com a importante questão de limites; abriram-se enfim duas classes para obras de brasileiros e papéis relativos a brasileiros, outro para as cartas e autógrafos, que contamos por milhares, de personagens notáveis na política, nas ciências, na literatura, e completou-se todo o trabalho com dois índices alfabéticos remissivos, um dos autores e outro das matérias», informa no prefácio do volume em questão o diretor da Biblioteca aquêl tempo.

A abundância de material que se percebe logo de início da catalogação da parte denominada do Brasil em geral, continua, sempre em grande quantidade mesmo, ao passar pela historia das diversas capitanias.

O volume immediato continua acolher vasto manancial de documentos postos na seção em aprêço, entrando-se pelo princípio do século XVIII e termina a revista com a enumeração de página por página e são 237 do livro das Provisões de officios de fazenda e justiça passadas em nome del-rei D. João V pelos governadores

(*) «Anais da Biblioteca Nacional» — 1877-1878 — Volume IV — 499 páginas. — Rio de Janeiro — 1878.

gerais do Estado do Brasil Pedro de Vasconcelos e Sousa, 3º Conde de Castel-Melhor, e D. Pedro Antônio de Noronha, 1º Marquês de Anjeja, nos anos de 1712 a 1715. (*)

Mais tarde, A. do Vale Cabral nomeado para chefe de seção de manuscritos na vaga de J. A. Teixeira de Melo, «que passou a exercer igual cargo na de impressos», continuou o primeiro a publicar o catálogo relativo ao Brasil em geral. (**)

Fecha o volume X com a detalhada catalogação do livro de portarias passadas pelo Govêrno interino do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide e pelo do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, do ano de 1719 ao de 1722.

O historiador mais paciente podia tomar a si a tarefa, exaustiva, é verdade, entretanto meritória de realizar, pelo menos, um índice onomástico e outro de lugares, pois seria uma maneira pela qual o pesquisador interessado, em temas regionais, podia ir diretamente às fontes e chegar ao documento original — com rapidez neste enorme acêrvo de papéis e manuscritos de tôda a espécie.

Continua sendo monumento, embora esta palavra tenha perdido seu significado devido o uso e abuso, além do que possa parecer o próprio emprêgo, do vocábulo mas o Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil é de fato a nossa maior demonstração de capacidade para organizar uma bibliografia metodizada.

Fêz-se do catálogo um suplemento que foi publicado em volume especial pelo bibliotecário João de Saldanha da Gama, autor da introdução na qual diz que «tirando a lume o — Suplemento ao Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil, desempenhamos, não só um solene compromisso contraído perante o país e os cultores das boas letras, senão também um dever de respeito e obediência à vigorosa iniciativa, aos patrióticos conselhos, inexcédível devotamento do nosso mestre e ex-chefe a realização de uma idéia generosa. A sabedoria e vastidão do plano; a nitidez e correção do desenho; a solidez dos alicerces; a fina e harmônica proporção das linhas; a coragem e a perseverança na execução a êle se devem. Nós, seus discípulos e seus amigos gratos, não fizemos mais do que lavrar e polir a última pedra, fêcho da abóbada do grandioso edificio, elevado por êle as letras pátrias».

(*) «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro» — publicados sob a direção do Bibliotecário Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão — 1878-1879 — Vol. V — Rio de Janeiro — Tip. G. Leuzinger & Filhos — 1878.

(**) Idem Publicados sob a direção do Bibliotecário Dr. João de Saldanha da Gama — Vol. 1882-1883.

Literatura altisonante, estilo oratório, aliás comum em muitos historiadores, fraseado do gosto da época, mas os contemporâneos eram unânimes em reconhecerem o mérito da obra de Ramiz Galvão.

O esforço tentado no Suplemento foi no sentido de «reparar algumas das lacunas», aliás, «provenientes, como já se disse, quer da extrema rapidez com que foi êle organizado, quer da demora na remessa dos documentos, quer da deficiência das informações, ou mesmo da carência absoluta delas».

O bibliotecário Saldanha da Gama é claro nas suas afirmações e acrescenta, para continuar a ser honesto, que «não conseguimos de todo realizar o intuito, porquanto, causas há que ainda perduram e se não podem remover nas atuais circunstâncias.

Não nos desvanecemos de haver feito um trabalho perfeito; nem isto fôra possível em obra humana, máxime em um primeiro tentame».(*)

O Catálogo, vamos insistir, representa, apesar de tudo, uma conquista não só por ter sido feito numa época em que tais estudos, principalmente os bibliográficos, possuíam raro número de cultores, como a obra, então, levada a efeito permanece, mais de meio século depois, insuperada, mostrando a seriedade, importância, quantidade e riqueza da coleta de dados.

Todo êste material, para mais de vinte mil títulos, consta atualmente do fichário da Biblioteca Nacional quando se refere à documento ou autógrafo que existam na própria repartição, sendo o catálogo em fichas constantemente aumentado e renovado, natural, para registrar novas entradas de peças e fazer as revisões julgadas oportunas.

A presente memória foi obtida em pacientes buscas na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

II

O Arquivo Nacional é o mais importante centro de pesquisa documental da história brasileira que existe na nossa pátria em razão da própria natureza da repartição que vem guardando, classificando e publicando de há muito quantidade impressionante de papéis considerados essenciais para interpretação do passado, interpretação e reconstrução.

(*) «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro» — 1881-1882 — Vol. IX — Suplemento — páginas numeradas de 1.615 a 1.758; 1 a 98 para o índice onomástico de autores I a VI para a chave da classificação e 1 a 5 para erratas — Rio — 1883.

O Sr. E. Vilhena de Moraes, ilustre historiador de Caxias e Cairu, deu ao Arquivo do país novo impulso de crescimento, prestígio e divulgação de suas riquezas.

Porque o historiador da província que não pôde viajar fica absolutamente privado de entrar em contato direto com este arquivo precioso e assim somente através das publicações da casa tem-se, embora de maneira insignificante quando comparada ao volume, a noção do que abriga aquela repartição de cultura.

O primeiro volume da revista do Arquivo apareceu, ainda ao tempo do Império, em 1886, e chamava-se a citada revista de «Publicações», nome que se conserva até hoje.

Joaquim Pires Machado Portela era o então diretor do arquivo, trazendo o primeiro das publicações o «Catálogo de Cartas Régias, Provisões, Alvarás, avisos, Portarias, etc. de 1662 a 1821 existentes no Arquivo Nacional e dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao Governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao Vice-Rei do Brasil». (*)

O volume que se segue das Publicações pertence ao período republicano, é também de grande valor, pois traz o índice dos officios dirigidos à côrte de Portugal pelos Vice-Reis do Brasil, no Rio de Janeiro, de 1763 a 1808, precedido de «índice alfabético para facilitar a procura dos assuntos mais importantes da correspondência dos vice-reis» onde se encontram perto de 50 referências à Capitania de Santa Catarina. (**)

O terceiro volume aparece publicado por outro diretor do Arquivo, agora Pedro Veloso Rebelo, e traz a correspondência européia ou da metrópole para a capital da colônia durante o vice-reinado, portanto o lado oposto da correspondência do volume anterior, completando-se ambos perfeitamente. (***)

O título desta parte passiva é «Índice da Correspondência da Côrte de Portugal com os Vice-Reis do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1807» precedida de uma «Tabela Demonstrativa dos Ministros e Secretários de Estado que assinaram as cartas de officios para os Vice-Reis do Brasil, no período de 1763 a 1807». Acom-

(*) «Publicações do Arquivo Nacional» — I — Volume impresso sob a direção de Joaquim Pires Machado Portela. Reimpresso sob a direção de Luís Gastão D'Escragnole Dória — Rio — 1922.

(**) «Publicações do Arquivo Nacional» — Sob a direção de Joaquim Pires Machado — Rio — Imprensa Nacional — 1889.

(***) Idem — sob a direção do Dr. Pedro Veloso Rebelo — 1901..

panha o volume um bom «índice alfabético para facilitar a procura dos assuntos mais importantes da correspondência da côrte para os vice-reis». O trabalho ou o material dêste número foi extraído duma coleção de 31 volumes in-folio recolhidos no Arquivo Nacional, livros manuscritos com a correspondência passiva dos vice-reis.

«Esquecido êste Arquivo dos poderes deviam emanar os recursos necessários para levar a efeito essas publicações, só no orçamento de 1883 para 1884 foram êles votados; porém com uma parcimônia de verdadeira pobreza franciscana», dizia o diretor do Arquivo, no primeiro ano dêste século. Como se vê o mal é o mesmo nacional e não apenas duma determinada época e sim de tôdas.

O número imediato, o IV, apareceu três anos depois com a mesma direção, entretanto a matéria para o historiador sôbre o Brasil meridional é de importância relativa. O volume em aprêço detem-se mais nas campanhas da independência, expulsão dos jesuítas e economia nordestina, sendo que nas duas primeiras partes os problemas são encarados debaixo do aspecto metropolitano ou da ação de Portugal e sua colônia na América do Sul.

O Comendador Francisco Joaquim Bittencourt da Silva foi diretor seguinte a quem coube publicar o n.º V, volume que interessa mais de perto à história catarinense. (*)

Inserem-se as «Ordens Régias» abrangendo o período de 1719 a 1807 e com nove classes de assuntos: sesmarias, uma segunda com ajuda de custo, cômguas, fábricas, mantimentos, ordenados, praças mortas, propinas e soldos, e uma terceira para excusas, baixas, aposentadorias, interterimentos, dispensas e reformas.

Vem as seis restantes da seguinte maneira: nomeações, patente, licenças para saída de navios, passaportes, licenças diversas e assuntos diversos.

O capítulo das cartas de sesmarias concedidas em Santa Catarina contém apenas o nome e demais informes a respeito de sete pessoas, mas em compensação tôda a história administrativa e burocrática, além da organização de justiça, serviços portuários, carreira de militares, etc. estão contidas em partes verdadeiramente apreciáveis nas outras seções do volume quinto.

A crônica das capitâneas para ser escrita necessita dêsses subsídios.

(*) «Publicações do Arquivo Nacional» — V — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1906.

O sexto volume das «Publicações», ao contrário de outros, é indispensável ao historiador sobre Santa Catarina (*), ao contrário porque se em alguns números a matéria é geral e ali o pesquisador tem de examinar cuidadosamente o documentário para reparar os de interesse regional, catarinense. O que não ocorre neste volume de preferência, organizado com o Índice dos Documentos que compõem a correspondência ativa e passiva do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa com os governadores das Capitanias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e com os vice-Reis do Rio da Prata e Comissários hespanhóis em Buenos Aires, no decênio de 1779 a 1789».

Traz, falando-se de Santa Catarina, «uma tabela demonstrativa dos Governadores» durante o tempo da colônia desde Silva Pais, em 1739, a Pereira Valente, em 1821, seguido do governo provisório em maio de 1822 composto de cinco elementos. Também insere o fac-simile da assinatura de cada um dos mesmos titulares.

O volume 7 publica o Livro dos Termos e Homenagens e Assentos de 1709 a 1788, Termos de Junta de 1734 e 1778, e cartas sobre a Independência. As duas primeiras categorias de inéditos referem-se quase que absolutamente ao Rio de Janeiro. É certo, entretanto, que se podem achar ou estabelecer as relações do Rio de Janeiro com as Capitanias.

O n.º 8 das «Publicações» consta dos «Índices da correspondência dos Governadores da Capitania do Rio de Janeiro com as diversas autoridades, nos anos de 1718 a 1763, abrangendo diversas administrações, desde a de Antônio de Brito de Meneses a do triunvirato composto de D. Fr. Antônio do Desterro, Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim e o Chanceler João Alberto de Castelo Branco».

Fica esclarecido o quanto «interessantes são as informações que aí ficam para o estudioso desse período da história da Capitania do Rio de Janeiro», como diz o diretor nas palavras de introdução.

Após cuidadosa pesquisa localizar-se-ão, evidente, assuntos de outras capitanias tratados na do Rio de Janeiro mas não os encontramos cuidando exclusivamente de Santa Catarina, por exemplo.

O mesmo interesse muito relativo teríamos pelos ns. 9 e 10 das «Publicações», e os motivos não são diferentes, porque num vem impressos os manuscritos da «Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais», Província do Rio de Janeiro», «Duas

(*) «Publicações do Arquivo Público Nacional» — sob a direção de Francisco Bittencourt da Silva VI — Rio de Janeiro — Imprensa Oficial — 1907.

cartas do Abade Henrique Gregoire» e «Três cartas das Notícias Brasileiras de Santos Vilhena» e o outro com a publicação da correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro de 1716 a 1725.

O vol. XI traz «o índice da importante coleção Correspondências dos Governadores do Rio de Janeiro, nome que se deu à restauração das coleções — Registro antigo de ordens régias e Registro velho de ordens régias —, as quais foram reunidas sob denominação que dá mais clara idéia do assunto de que tratam».

O período da coleção é de 1680 a 1719, «havendo, porém, um ou outro documento de anos anteriores, sendo o mais antigo o de 20 de janeiro de 1535 — Carta de doação da Capitania de S. Vicente feita a Martim Afonso, filho de Martim Afonso de Sousa, seu primeiro donatário».

Índice é sobre correspondência, alvarás, bandos, cartas patentes de sesmarias, ordens, provisões, regimentos, numbramentos, editais, certidões, cartas e ordens régias, leis, etc.

O Arquivo está na época em que se faz a publicação, 1911, dirigido pelo Dr. Alcibiades Furtado.

O número depois, o XII, do ano seguinte, com a repartição ainda sob a mesma chefia, vem o «Índice Cronológico da Coleção de Alvarás, Cartas e provisões composta de 16 livros, abrangendo o período de 1763 a 1808».

O historiador que tenha por campo de pesquisa o Brasil do extremo sul não lançará mão de tais documentos a não ser em caso de estudo comparativo e muito amplo.

Entretanto o vol. 13 é indispensável, pois traz o «Catálogo dos Livros da Seção Histórica» organizado pelo arquivista Armando Esteves.

O catálogo é «precedido do respectivo plano» que consiste na divisão dos assuntos em classes especiais, ficando tais classes ao todo em número de XX.

Santa Catarina está mencionada da seguinte maneira: «Correspondência de Santa Catarina» em 16 volumes datados de 1752 a 1807; «Santa Catarina» Correspondência (Diversos) 1 volume 1723-1808; «Santa Catarina» Correspondência do Regimento da Ilha — 2 vols. — 1798-1806 e 1794-1807. «Santa Catarina» Correspondência Provedoria da Fazenda». 1 vol. 1763-1806. «Santa Catarina» Câmaras. 1 vol. 1763-1806. São portanto 21 volumes que dizem respeito inteiramente à Capitania de Santa Catarina.

O Catálogo completo possui 126 páginas impressas. A classe I consta dos originais dos autos de nascimentos, etc., dos ex-imperantes, ex-príncipes e princesas imperiais, e outros membros da ex-família imperial, fazendo-se uma sub-divisão em três séries, a

primeira com cinco coleções, a segunda com sete e a terceira com cinco.

A classe II tem duas séries uma relativa aos documentos e papéis da Ex-Imperial Família e Casa e outra dos documentos e papéis do chamado Gabinete D'El-Rei D. João VI.

«Os originais e cópias autênticas de todos os documentos relativos à Independência do Brasil que não tiveram uma classificação especial», em duas séries: nacionais e estrangeiros e com duas coleções respectivas em cada série, formam a classe III.

A classe IV compõem-se dos «originais e cópias autênticas de todos os documentos relativos à proclamação da República no Rio de Janeiro e ex-Províncias, e quaisquer documentos relativos aos governos provisórios, em três séries: No Rio de Janeiro, nas ex-províncias e governos provisórios, com duas coleções em cada uma das três séries.»

A classe V com «os documentos e papéis que não deverem ter classificação especial, relativos a movimentos políticos no Rio de Janeiro e ex-Províncias ou Estados, e a evolução religiosa dos mesmos» e em quatro séries: documentos políticos de antes da Independência, depois da Independência, depois da República e Evolução religiosa, tendo tôdas as séries duas coleções cada uma com o título de no Rio de Janeiro e nas capitánias, respectivamente.

A Classe VI compõe-se de duas séries; juramento e posse de altos funcionários antes da Independência e durante o Império, com tantas coleções quantas às províncias.

A Classe VII os livros de registro ou os originais dos decretos relativos a títulos, condecorações, honras e prerrogativas, e quaisquer mercês, em cinco séries e várias coleções em cada uma delas.

A classe VIII com «os livros de registro dos decretos e cartas ditas imperiais, de nomeação de Ministros e Secretários de Estado, Conselheiros de Estado, Arcebispos, Bispos, Senadores, Presidentes de Província e demais funcionários, até 15 de novembro de 1889», em «tantas séries quantos os Ministérios, dividida cada uma em coleções, conforme os livros vieram escriturados das Repartições.

As bulas, breves e quaisquer letras apostólicas, etc. formam a classe IX em duas séries; com disposição geral e com disposições e graças especiais.

«Os documentos relativos à criação, limites e divisão interna, civil e eclesiástica, das antigas Províncias, bem assim de criação e inauguração de bispados e prelazias», com 1 série e 7 coleções formam a classe X.

As quatro séries; fundação de monumentos públicos e fundação de edificios, em duas coleções para o Rio e nas ex-províncias, respectivamente; a inauguração ou criação de tribunais, faculdades e escolas, institutos e outras associações; regulamentos, relatórios, etc. coleções segundo os ministérios, formam a classe XI.

A classe XII; «os relatórios ou memórias apresentadas por comissões nomeadas pelo governo para explorações, exames e investigações de qualquer gênero; bem assim os que sôbre os mesmos objetos foram apresentados e oferecidos por particulares».

A classe XIII com «os documentos concernentes a descobrimento de riquezas naturais, ao desenvolvimento das ciências, letras, artes, agriculturas, comércio, navegação, catequese e civilização; ou proteção dos índios e melhoramentos das condições morais, intellectuais do proletariado» em oito séries.

Os documentos, memórias, relatórios, roteiros ou noticias relativas à geografia do Brasil, e a coleção dos anais meteorológicos e efemérides astronômicas do Observatório do Rio, em três séries e cada série em duas coleções, uma corográfica e outra topográfica. É a classe XIV.

A classe XV formava-se dos quadros impressos do censo do extinto Império, os que forem organizados durante o novo regime e quaisquer documentos estatísticos.

A correspondência do governo do Brasil com o de outra qualquer nação forma a classe XVI.

A classe XVII «com os originais das consultas do extinto Conselho de Estado pleno e das respectivas seções; bem assim os livros, documentos e papéis que tiverem pertencido a outras repartições extintas, como o Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e ordens, Conselho da Fazenda, Junta do Comércio, etc. ou as que forem extinguindo, com 14 séries».

Os originais de cartas régias e provisões do Conselho Ultramarino e respectivo registro constituem a classe XVIII.

As classes XIX e XX são compostas uma de Registro da Correspondência e atos dos antigos Governadores de Capitanias, bem assim a correspondência dos Vice-Reis do Brasil no Rio de Janeiro, de 1763 a 1808 e outra em três séries com documentos relativos a fatos e personagens notáveis, documentos de famílias e documentos sôbre diversos assuntos.

Todo este catálogo contendo parte do material do Arquivo Nacional faz referências a 307 volumes manuscritos.

O volume que se segue das Publicações, o XIV, insere o «Roteiro do Caminho da Vila Capital de Santa Catarina até o Rio Saí do Norte que faz a divisão desta capital com a de S. Paulo

— Remetido em officio de 10 de julho de 1814, de D. Luís Maurício da Silveira e Antônio Araújo de Azevedo». (*)

O XV publica a correspondência ativa e passiva com a côrte de Luiz Vahia Monteiro, governador da Capitania do Rio de Janeiro, de 1725 a 1730. A direção do Arquivo é exercida agora, 1916, pelo Comendador Frederico Schumann.

A segunda parte do «Catálogo dos Livros da Seção de História», catálogo escrito pelo arquivista Armando Esteves, forma matéria do XVI volume das publicações. (**)

A continuação do catálogo trata em especial da Intendência Geral da Polícia e Junta da Fazenda. A maioria dos documentos referem-se ao período monárquico ou princípios do século XIX. O Registro da Receita e Despesa da Irmandade e Hospital dos Lázaros de São Cristóvão, Registros de Cartas de Sesmarias e Fês de officio, de livros do Tesouro da Bahia datados desde o século XVII, como alguns da Junta da Real Fazenda de Pernambuco ou de S. Paulo e dirigidos à Capitania, e outros mais é que são do século XVIII.

A Ouvidoria Geral da Ilha de Santa Catarina consta em várias partes dos 20 volumes numerados 445, 1, 2, etc. até o 20 dos anos de 1689 a 1769.

O volume inicial consigna o material do primeiro ano citado a 1719.

Luís Gastão D'Escragnolle Dória, em 1917, manda imprimir o volume XVIII. É o novo diretor do Arquivo Nacional. «Um processo de jornalismo na época da Independência», que se origina de uma denúncia dada por Odorico Mendes contra o ex-presidente do Maranhão Marechal de Campo Manuel da Costa Pinto, «A infância e a Educação de D. Pedro II e suas irmãs» e outros bons estudos formam a matéria do volume em consideração onde se encontram dois índices, um de nome e outro de assuntos da matéria dos 16 volumes das Publicações.

O XVIII das Publicações traz as atas das sessões do Conselho de Estado em 1822 e 1823. São 28 sessões. Também se transcreve o «Registro do Gabinete de José Bonifácio», com 152 assuntos e outros registros em número de 152, sendo até 149 da mesma autoria e outros três de Carneiro de Campos. Segue-se um trabalho intitulado «O Castelo da Torre», de autoria de Brás do Amaral; «Infância e Mocidade do Conselheiro J. A. Saraiva»,

(*) «Publicações do Arquivo Nacional» sob a direção do Dr. Alcindo Furtado — XIV — Rio — Oficinas gráficas do Arquivo Nacional — 1914.

(**) Idem — sob a direção do Comendador Frederico Schumann — XVI — Rio — 1916.

de Wanderley Pinho; «Notícias dos Diplomatas que na Côrte de São Peterburgo representavam as diversas côrtes da Europa de 1843 a 1845 por J. Maria do Amaral; «Antigos relatórios inéditos do arquivo Público do Império» e «Reminiscências de Vila Rica», por Feu de Carvalho.

O número XX é dedicado ao Centenário da Independência e traz capítulos sôbre a «Idéia geográfica do Brasil em 1822», e «Relação dos Governos das diversas províncias do Brasil a 7 de Setembro». Fazem-se referências à Santa Catarina.

O XXI compreende o «Index Alfabético das Leis, Alvarás, Cartas Régias, Decretos e mais Ordens que há no Arquivo da Provedoria da Fazenda Real» feito, por portaria de 1791, de ordem do Conde de Resende.

Documentário importante que vem do século XVII e vai até 19 de dezembro de 1796. Há diversas citações sôbre a Capitania de Santa Catarina neste «index» de 354 páginas impressas.

Foi um dos bons serviços prestados pelo 5.º Vice-Rei cuja obra estudaremos em particular. Mas não faremos mais referência ao assunto porque estamos interessados neutro aspecto da biografia de administrador de D. José Luis de Castro.

O vol. XXI aparece sob novo diretor do arquivo que é João Alcides Bezerra Cavalcanti.

A «Confederação do Equador» dá material do XXII, XXIII, XXIV e XXV, onde se tratam da confederação e Pernambuco, Paraíba e Ceará, e noutros aspectos, respectivamente.

O XXVI publica 15 artigos ou estudos, mas dentre êles destacamos o «Catálogo de Memórias», de Chichorro da Gama, que é um índice de uma coleção de memórias e outros documentos contidos em 19 volumes conservados na Seção Histórica do Arquivo Nacional onde se encontram alguns assuntos referentes à Santa Catarina.

O XXVI com a «Sinopsis das Sesmarias Registradas nos livros existentes no Arquivo da Tesouraria da Fazenda da Bahia», de 1534 a 1829.

A monografia sôbre a «Ilha da Trindade» de E. Marques Peixoto faz o XXVIII.

O XXIX, XXX e XXXI compõem-se da publicação do Processo contra os farroupilhas do Rio Grande do Sul, seguidas de algumas memórias históricas sôbre a mesma rebelião ocorrida de 1835 a 1845 e acompanhadas de notas, ilustrações e índices organizados por Aurélio Pôrto.

As notas do historiador riograndense são de valor excepcional, pois nunca se escreveu nada tão original e pela primeira vez aparece o processo aliás citados nos catálogos impressos do Arquivo

Nacional, mas a maioria dos nossos «pesquisadores» não se dá ao trabalho de procurar documentos.

A obra de Aurélio Pôrto foi uma contribuição nova e inédita para a história da República de Piratini. A República Juliana, dos catarinenses, aparece aqui e ali, nos textos e notas.

O XXXII continua com a história da República Riograndense, agora com os documentos do Itamarati que se constituem da correspondência dos Encarregados de Negócio do Brasil, em Montevideu, 1831-1840, Aurélio Pôrto denomina de 4.º vol. dos Farrapos. As notas, da mesma maneira, são esplêndidas.

12 estudos filosóficos de Alcides Bezerra, um estudo histórico de Pôrto Seguro e outro de natureza econômica de Alfeu Diniz Gonçalves constituem a matéria do vol. XXXIII das Publicações.

O XXXIV segue idêntica orientação, isto é, vem uma coletânea de artigos na maioria de Alcides Bezerra, alguns documentos de personalidades conhecidas da história nacional e outro material informativo sobre a Paraíba, Pernambuco, Prata, etc.

O XXXV traz, ocupando todo o volume, os «Subsídios para a história do Arquivo Nacional na Comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938) — O Arquivo no Império — pelo Bacharel Pandia Tautphoes, chefe de seção bibliotecário. O volume é de 1937.

A monografia é precedida de uma frase de Machado Portela, ex-diretor da casa: «Os arquivos são, por assim dizer, uma coleção de provas autênticas de uma nação».

Criado o Arquivo na Regência do Marquês de Olinda, seu antigo idealizador, o ato foi, em 2 de janeiro de 1838, referendado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro do império e consubstanciou-se o art. 70 da Constituição do Império jurada a 25 de março de 1824 — que previa a instituição de um arquivo.

Repartição que, na verdade, tornou-se um grande arquivo de documentos do período monárquico. Sua maior riqueza é no campo da história do século XIX.

O vol. XXXVI, de 1939, aparece sob a nova direção do Dr. E. Vilhena de Moraes, direção que felizmente se conserva até hoje, pois tomou a si o encargo de novamente divulgar a abundante parte documental do Arquivo porque «não basta, porém, sanear a zona dessa a que chamou Levene, com tão fina ironia, — investigação em papel impresso — Cumpre-me alongar cada vez mais o âmbito à história direta, à história viva, constituída à luz dos documentos autênticos», segundo as palavras do historiador de Caxias.

O volume em questão publica o «Catálogo de Seção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo», com um

resumo histórico sobre a repartição, relação dos capitães-generais que governaram a capitania de 1709 a 1823, os governos de S. Paulo de 1824 a 1889, os secretários do governo, os presidentes do período republicano. Vem o Catálogo dos livros manuscritos do tempo colonial, tempo do império, maços de papéis, documentos de municípios, etc.

A segunda parte do volume compõe-se do «Índice Alfabético» de documentos relativos a Sesmarias existentes no Arquivo Nacional.

Faz-se menção dumas 300 sesmarias de Santa Catarina. As duas últimas partes ocupam-se do Congresso do Mundo Português e renova o índice de todos os volumes das Publicações do Arquivo Nacional. (*)

O historiador residente nas províncias conta com uma fonte de estudos e consulta de imensa valia ao apelar para as «Publicações» do Arquivo Nacional, publicações sempre continuadas como, entre outros, volumes anchietano e o que reproduziu na íntegra a «Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI — por José da Silva Lisboa — deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação do Reino do Brasil.

III

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui ótimo arquivo, projeta, influencia e presta serviço através de sua revista cujo primeiro número foi lançado em 1839 e vem se publicando ininterruptamente.

O pesquisador pode e deve recorrer à revista que é uma das melhores fontes de estudo da história porque encontra sempre a solução das dúvidas e a resposta de suas perguntas.

A coleção completa da revista é hoje verdadeiro monumento usando esta palavra com o significado que lhe deu Alexandre Herculano, monumento histórico onde estão e lêem-se as crônicas do passado brasileiro.

Fundado em 21 de outubro de 1838 graças aos esforços do Marechal Raimundo José da Cunha Matos e cônego Januário da Cunha Barbosa, teve como primeiro presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo e historiador das capitanias e depois províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Além dos números comuns da revista, foram publicados outros de caráter especial como o do Centenário da Imprensa no Brasil,

(*) «Arquivo Nacional — Vol. XXXVI das Publicações — Diretor — E. Vilhena de Moraes — Rio de Janeiro — oficinas Gráficas do Arquivo Nacional — 1939.

1.º Congresso de História do Brasil, 1.º Congresso de História da América, Brasil-Chile, 2.º Congresso de História do Brasil, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Nobiliarquia Paulistana, Contribuições para Biografia de Pedro 2.º, Centenário da Independência, Transladação dos restos mortais dos ex-imperadores, etc. No geral, sempre tais publicações surgiram com mais de um tomo.

Mas Fleiuss, secretário perpétuo, publicou, em 1938, útil trabalho intitulado «O Instituto Histórico Através de sua Revista», que é um índice sistematizado da matéria contida do n.º 1 ao 167, êste último correspondente ao ano de 1933. — Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Max Fleiuss — «O Instituto Histórico através de sua Revista — Boletim do Instituto Histórico — Rio de Janeiro — 293 págs. — 1938».

Tomou aquêlê historiador, como êle mesmo escreve, o «Catálogo Anotado dos Livros sôbre o Brasil», impresso, em 1907, na Tipografia do *Jornal do Comércio*, mas José Carlos Rodrigues, autor dêsse catálogo considerado clássico na bibliografia brasileira, não sumariou a revista do Instituto senão até o n.º 65.

O historiador da «Revista Administrativa do Brasil» não seguia a tradição de J.C. Rodrigues porque achava que «tomaria grande espaço, alongando demasiado êste resumo. Além disso, cumpriria completá-lo quanto aos volumes posteriores».

Termina a introdução declarando que «apontarei aqui as peças mais notáveis de cada volume e, ainda assim, o mais resumidamente possível».

Indiscutível é o significado da contribuição porque o historiador tem o trabalho simplificado para fazer as consultas nos quase duzentos volumes da revista.

Por sua vez, o índice geral está completado com um índice de assuntos e outro índice onomástico.

Alguns assuntos referentes à Santa Catarina inseridos na Revista do Instituto:

CARLOS VAN LEDE

Geologia da província de Santa Catarina — Artigo extraído da Memória histórica, estatística e comercial do mesmo Senhor sôbre a Província de Santa Catarina (Tomo 7 — 1845 — págs. 87 e 178).

Projeto de uma estrada da cidade do Desterro às Missões do Uruguai, e de outras providências que devem servir de ensaio ao melhoramento da Província de Santa Catarina (Tomo 7 — págs. 534 — 1845).

HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN

Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguai. Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1846) — Tomo 9, 1847, pág. 376.

Memória histórica sobre a colonia alemã de S. Pedro de Alcântara estabelecida na Província de Santa Catarina: escrita e oferecida ao Instituto pelo Revm.^o Vigário Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva — T. X, 1848 — 4^o Trimestre, págs. 504 a 523).

Viagem de Diego Garcia (1526-27) cartas publicadas por Varnhagen — 1851 — Tomo XV — 1888, págs. 5 — 41).

Referência ao recebimento, pelo Instituto:

— Coleção das leis da província de Santa Catarina do ano de 1864. Cidade do Desterro, 1864.

— Relatório apresentado ao Pres. da Prov. de S. Catarina Dr. Alexandre Rodrig. da Silva Chaves pelo vice-presid. Tte. Cel. Francisco José de Oliveira, no ato de passar-lhe a administração da mesma província em 25 de abril de 1864, cidade do Desterro, 1864 — Tomo 28 — 1865.

In «Tratado Descritivo do Brasil em 1857» — de Gabriel Soares de Sousa (ed. de Varnhagen) — 382 págs. — Tomo XIV — 2^a ed. — 1879.

Leiam-se, ainda, na Revista do Instituto, os seguintes trabalhos sobre Santa Catarina:

— «Exposição de Joaquim Machado de Oliveira sobre a carta cartográfica de Santa Catarina» (1843).

— «Vice-Reinado de Luís de Vasconcelos — Correspondência com a Côrte de Portugal — 1788 — 1789» — contém, entre outros assuntos: «Parecer a respeito das circunstâncias apontadas no extrato da viagem de La Perouse e sobre algumas observações concernentes à Ilha de Santa Catarina» e «Discurso sobre o que observou Moneron na ilha de Santa Catarina quando nela aportou o viajante La Perouse no ano de 1785». (1860)

— «Brasões do Brasil» — Brasões da República dos Estados Unidos do Brasil» — contendo o do Estado de Santa Catarina e a da cidade do Desterro — descrição sem desenhos — (1890)

— «Vice-Reinado do Conde de Rezende» — Correspondência com a Côrte de Portugal — 1790-1794 — algumas cartas na íntegra — Interessam ao estudo da figura do conde de quem dependeu

administrativamente Miranda Ribeiro, governador de Santa Catarina (1874)

— «Os partidos políticos de Santa Catarina» — pelo Doutor José Artur Boiteux (Congresso de História — 1914).

Parece-nos que, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, e em volumes especiais, são êstes alguns dos estudos publicados sobre Santa Catarina, faltando, evidente, que se consigne a parte posterior ao aparecimento do catálogo de Fleuiss, modernizando-se o fichário correspondente aos últimos quinze anos.

Não satisfaz, apenas quanto à quantidade, para o historiador que trate de Santa Catarina, o material contido na Revista do Instituto, mas é subsídio indispensável, pequeno subsídio e, ao mesmo tempo, idôneo.

O pesquisador o que procura é um documentário autêntico e sério. A Revista do Instituto prima pela sua honestidade científica e o leitor conta com uma orientação histórica de elevado padrão ao reportar-se às suas páginas.

IV

Os principais centros de pesquisas históricas no Rio Grande do Sul são os seguintes:

- a) Arquivo Histórico do Estado;
- b) Arquivo Público;
- c) Museu Júlio de Castilhos;
- d) Arquivo Eclesiástico;
- e) Arquivo Municipal;
- f) Diretoria de Terras e Colonização;
- g) Diretoria de Geografia;
- h) Departamento de Estatística;
- i) Serviço Geográfico do Exército;
- j) Biblioteca Pública;
- k) Instituto Histórico e Geográfico
- l) Faculdade de Filosofia da Universidade de Pôrto Alegre;
- m) Faculdade Católica de Filosofia;
- n) Biblioteca da Cidade do Rio Grande;
- a). Arquivo Histórico do Estado.

O Arquivo Histórico do Estado originou-se da antiga — Seção de História — do Arquivo Público.

Transferida, no ano de 1925, a seção em aprêço para o Museu Júlio de Castilhos, constitui atualmente o Serviço do Arquivo Histórico dependendo do citado Museu.

São serviços públicos afetos à Secretaria de Educação e Cultura.

A riqueza do material de Arquivo é conhecida até mesmo fora do Rio Grande do Sul. O serviço compreende as carteiras:

- Confecção intelectual dos catálogos de documentos;
- Revisão, Seleção e Consultas;
- Numeração e classificação;
- Cópias Manuscritas de peças de Arquivo.

Estão sendo preparadas novas edições, completamente revisadas e autenticadas dos catálogos abaixo:

- Catálogo Sumário dos Documentos de Administração de Fazenda com as rubricas — Provedoria Real, Junta da Fazenda Real e Inspetoria da Fazenda.
- Catálogo de livros manuscritos.
- Catálogos — Comando das Armas — (1841-1890).

Estão sendo confeccionados:

- Câmaras Municipais.
- Autoridades Militares.
- Obras Públicas.
- Justiça.
- Consulados.

Quanto ao número de documentos compulsados para a confecção e revisão de catalogação:

Administração da Fazenda — (1734-1859) ..	99.003
Livros Manuscritos — (1734-1901) vols. ...	362
Comando das armas — (1878, 1825 e 1888) ..	3.852
Comando das armas — (1882-1884)	2.294
Comando das armas — (1883-1879)	5.578
Comando das armas — (1841-1890)	51.783
Fundação de Porto Alegre — (Século XVIII)	2.812
Justiça	280
Obras Públicas	341
Consulados	295

A coleção de livros manuscritos somente do século XVIII ao princípio do XIX ultrapassa de 400 volumes cada um com centenas de páginas documentais das mais valiosas.

Inicia-se de momento a cópia dactilografada de cada um destes volumes.

Há ainda um setor denominado de «papéis avulsos» onde registramos 123.543 peças.

Recebeu, êste ano, do Arquivo Público, grande quantidade de documentos da época farroupilha que imediatamente foram catalogados com as respectivas súmulas.

O documentário em matéria econômica, administrativa, fiscal e militar é dos mais importantes do país.

O arquivo foi aumentado com a significativa e valiosa doação do Secretário do Interior que confiou à guarda do Museu 321 volumes encadernados, contendo tôda a correspondência recebida dos ministérios do Império pela Presidência da Província.

Tem assim um período completo da nossa história administrativa devidamente documentado, que é o das relações do poder central com o Rio Grande do Sul.

A coleção de jornais também é das melhores e tem sido sempre renovada, ampliada e catalogada.

Possue a «Aurora Fluminense» (1831-1839), «Astréa» (1827) «Auxiliador da Indústria Nacional» (1841), «Verdade sem reboço» (1829), «O Sete de Abril» (1833), «Gazeta do Brasil» (1827), «Gazeta Oficial do Império» (1846-1848), «Grito da Pátria» (1831) «A Malagueta» (1828), «Sentinela da Monarquia» (1884) apenas para citar alguns dos jornais do Rio de Janeiro.

Ainda se arquiva imensa coleção de Pôrto Alegre, e interior do Rio Grande do Sul, outros Estados e do estrangeiro, salientando-se o «Eco Americano», de Londres, em 1871, e os periódicos farroupilhas do Governo republicano do Rio Grande do Sul do século XIX.

b) Arquivo Público.

Criado, em 1906, pelo Dr. Borges de Medeiros, que a 20 de setembro do ano anterior, numa mensagem à Assembléa dos Representantes, comunicara êste propósito do executivo rio-grandense, pois desde 1848 acalentava-se a idéia dum Arquivo Público Provincial, mas em 1850, apesar do interêsse do Legislativo, extinguiu-se a repartição a pedido do então presidente do Rio Grande do Sul, Conselheiro José Antônio Pimentel Bueno.

O Arquivo, no princípio, funcionava, em Pôrto Alegre, conjuntamente com a Estatística da Biblioteca, e tendo, em 1909, adquirido autonomia e a Estatística e Biblioteca, então foram desanexadas.

Deu-se, em 1913, um regulamento, dentro do regime de repartição autônoma, ao Arquivo Público.

Desempenha o papel de Arquivo forense entretanto a história da propriedade privada, da riqueza e da família estão intimamente em conexão com os autos de inventário, testamento e doações de sesmaria.

O Arquivo Público tem bom catálogo em fichário, abrigando material de todo o Rio Grande. O historiador Mário Teixeira de Carvalho fizera um esplêndido catálogo, para seu uso particular, quando preparava o ótimo livro que intitulou «Nobiliário Sul Riograndense», hoje esgotado. O catálogo confeccionado pelo competente genealogista gaúcho tinha sido dado, pouco antes dêle falecer, a uma sociedade de escritores. «Perdeu-se» o catálogo, o que é de lastimar.

O Arquivo Público lançou uma revista em 1921 e até seu n.º 18 em 1925 tinha a designação de «Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul». O n.º 19 que aparece em 1927, marca uma nova fase e o nome é «Revista do Museu e Arquivo Público», assinalando-se a passagem da seção de história do Arquivo para o Museu, que aliás se dera dois anos antes. O último número é o 24 aparecido em dezembro de 1930. O n.º 2 publica os «Documentos relativos à questão de Limites com o Estado de Santa Catarina — acompanhados da Exposição do Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior».

A Revista foi sempre dirigida pelo Dr. Eduardo Duarte. Deve-se consultá-la, obrigatoriamente, pela abundância de subsídios documentais.

O Arquivo Público está atualmente dirigido pelo escritor Manuelito de Ornelas.

c) Museu Júlio de Castilhos.

A descrição do Museu, suas salas, organização e serviços pode ser feita da maneira que se segue:

- 1.º) Hall com Panoplia
- 2.º) Sala General Osório
- 3.º) Corredor com Pinacoteca
- 4.º) Sala Bento Gonçalves
- 5.º) Sala Júlio de Castilhos
- 6.º) Sala Alcides Maia
- 7.º) Sala Rodolfo Von Iering
- 8.º) Sala Araújo Pôrto Alegre
- 9.º) Sala Adolfo Mabilde.

Parte Térrea do Edifício.

- 1.º) Laboratório
- 2.º) Sala Francisco Rodolfo Simch
- 3.º) Sala Apolinário Pôrto Alegre
- 4.º) Vitrine de História Natural
- 5.º) Sala Aurélio Pôrto.

Vamos dar não um catálogo, evidente, mas uma sintética descrição de cada uma das salas nas quais estão acanhadamente colocadas as esplêndidas coleções, tendo-se em vista, anotar como o Museu, apesar de não possuir casa, estar pèssimamente instalada e ser o estabelecimento de cultura mais visitado de Pôrto Alegre, foi enriquecendo seus variados mostruários graças às doações que cidadãos abnegados e patriotas fizeram, pois a respectiva verba é menor do que a de qualquer comprador particular que possua Museu ou não.

1º) Hall com Panoplia.

Compreende a coleção de armas, aliás bem reduzidas, de peças de diversas épocas e tipos, desde os canhões garibaldinos das campanhas de 35 até o material bélico das mais atuais revoluções.

A Chefia de Polícia do Estado ofereceu, além dum completo «Museu Nazista», quantidade bem razoável de armas de caráter histórico, uma vez que muitas eram modelos em desuso, mas próprias para a nossa repartição que, devido à compreensão de uma alta autoridade, vieram melhorar bastante a nossa sessão de panóplia colocada na entrada, escada e lugar terminal da escada.

2.º) Sala General Osório.

É uma sala dedicada exclusivamente à História Nacional onde se guardam objetos e indumentária de uso pessoal de D. Pedro I, Deodoro, Carlos Gomes, Pinheiro Machado, Barão de Triunfo, General Osório, Rafael Pinto Bandeira, Almirante Saldanha da Gama, Solano Lopes e de outros personagens famosos.

Existe em exposição, nessa sala e adjacências, interessante mostruário de leques do século XIX, e esporas antigas desde o tempo da colônia. Recebemos e compramos novos objetos para a sala em aprêço.

3º) Corredor com Pinacoteca.

Possui uma ótima Galeria de Quadros de famosos pintores, principalmente nacionais, como Lucílio de Albuquerque, e estrangeiros, como Raveta.

Também obras de pintores do Rio Grande ou que se aqui radicaram: Gervásio, Pelicheck, Ferras, Guido, Castañeda, Curia, J. Faria Viana, D'Avila, Monteiro, Siqueira, F. dos Santos, Calegari, etc.

4.º) Sala Bento Gonçalves.

Dedicada inteiramente ao ciclo farroupilha guardam-se em exposição muitas palas de Bento Gonçalves, David Canabarro, Antônio Sousa Neto, Ulhoa Cintra, Chico Pedro, João Antônio da

Silveira, Pe. Francisco das Chagas, Pe. Hildebrand, Zambecari, Garibaldi, etc.

5.º) Sala Júlio de Castilhos.

Júlio de Castilhos é o patrono dêste Museu que não só tem seu nome ilustre como é casa onde êle residiu muito tempo.

Sala a êle dedicada, reverencia-lhe a memória, guardando sua máscara do dia da morte e grande parte do mobiliário.

Ofereceu-se, recentemente, ao Museu uma pala de uso do patriarca da República, no Rio Grande.

6.º) Sala Alcides Maia.

Diretor que foi dêste Museu, o autor de «Ruínas Vivas» tem, na casa, uma sala onde se expõe o nosso material de Arqueologia Indígena composto de variadas grandes coleções de ornamentos, armas, instrumentos, objetos de cozinha e uso doméstico, etc.

Contam-se as estátuas do século XVII da região missioneira e objetos de arte do mesmo período.

7.º) Sala Rodolfo Von Ihering.

Compreende esta sala uma parte das ricas coleções de História Natural.

A fauna do Rio Grande aparece aí na sua plenitude e o número de espécime nas vitrines de Museu é sempre crescente.

8.º) Sala Araújo Pôrto Alegre.

Compõem-se de três partes distintas:

X) Coleção de trabalhos de pintura de Araújo Pôrto Alegre.

Preciosa coleção da qual consta o próprio auto-retrato do Barão de Santo Angelo e 30 peças desenhadas e pintadas pelo famoso artista do Romantismo.

Y) Galeria dos retratos.

Que consta dos painéis dos governadores e autoridades do Rio Grande e diretores do Museu.

É lamentável que as dificuldades financeiras não permitam continuar essa galeria imensamente desfalcada.

Z) Numismática.

A coleção de moedas do Brasil é uma das melhores: de ouro, prata e níquel do século XVII, XVIII e XIX dos períodos colonial e monárquico. Coleção do período republicano, moedas comemorativas, série homens célebres, etc.

Coleção de cédulas do Império e moedas da África Portuguesa mandadas circular no Brasil.

Moedas estrangeiras da Inglaterra, Alemanha, França, Filipina, Russia (Mais de 100 do tempo dos Czares), Áustria, Japão (perto — de 100, também), Java, Haiti, Suíça, Bélgica, Holanda, Martinica, Indochina, Mônaco, Luxemburgo, Argentina, Chile, Borneo, Índia, Ceilão, Transval, Gibraltar, Santa Helena, Islândia, Jersey, República Romana.

Coleção de medalhas do Brasil: medalhas do tempo de campanha, medalhas da campanha do Uruguai, Guerra do Paraguai, etc.

Coleção de condecorações e coleções de selos.

Tôdas estas coleções foram cuidadosamente revisadas, catalogadas e postas em exposição de maneira nova no ano de 1947. Existem, no Museu, perto de nove mil moedas.

9.º) Sala Adolfo Mabilde.

É uma das mais importantes da casa.

Possui célebre coleção de lepidópteros (borboletas) classificadas pelo naturalista Adolfo Mabilde, classificadas, colecionadas e catalogadas. São mais de cinco mil.

A sala contém ainda enorme variedade de material de zoologia: fauna marinha, restos de sambaquim, esqueletos armados, aves, e diversos outros espécimes.

As coleções têm aumentado muito graças às doações da Diretoria de Praças e Jardins da Prefeitura que oferece, sempre que tem ocasião, peças zoológicas, existentes em seus parques.

Parte térrea do edifício.

1.º) Laboratório.

Sala escura, sem ar, desprovida de aparelhos de refrigeração para conservação das peças que são preparadas, é laboratório sòmente no nome, mas a falta de lugar obrigou a lançar-se mão dêste cubículo onde taxidermista e laboratorista operam verdadeiros passes de magia.

Para não envenenar os que ali trabalham conseguiu-se instalar, pela Secretaria das Obras Públicas, um renovador de ar.

2.º) Sala Francisco Rodolfo Simch.

Leva esta sala o nome de um dos ex-diretores do Museu. Professor, Secretário do Estado e grande conhecedor das coisas do Rio Grande do Sul, Francisco Rodolfo Simch dá o seu nome à sala de mineralogia, êle que foi autor de esplêndido compêndio da matéria.

A coleção de peças mineralógicas tem sido muito elogiada.

Fêz-se um catálogo por município e por espécie, seguindo-se rigorosamente os mostruários, e que vem de facilitar muito o consulente.

Nessa mesma sala, temos a seção de paleontologia.

3.º) Sala Apolinário Pôrto Alegre.

A figura de humanista que foi Apolinário Pôrto Alegre, romancista, poeta, cronista, historiador, jornalista, filólogo, professor, teatrólogo e orador, honra com seu nome uma sala, na verdade no porão, dêste Museu sem casa.

A sala é dedicada a móveis antigos e nela estão alguns do Partenon Literário, Escola Brasileira, Presidência da Província e um que serviu a D. Pedro II, quando estava no Rio Grande.

4.º) Vitrine de História Natural.

Reuniu-se, numa vitrine, aproveitando-se o sub-solo, e fazendo um fundo de cenoplastia, segundo o indicado pelos maiores museus, 34 tipos de fauna sul-riograndense.

A vitrine, em aprêço, sempre tem sido aumentada de novos espécimes no decorrer do tempo, atingindo ultimamente o número acima indicado. Note-se que todos os armários são para dois espécimes, no máximo, e existem armários com 20 ou mais espécimes.

A dificuldade não está em aumentar as coleções mas, sim em ter onde as colocar.

5.º) Sala Aurélio Pôrto.

Compreende, no Museu, o lugar onde está o Arquivo Histórico. Não poderia ser encontrado melhor nome para patrono desta sala do que a de um dos maiores historiadores do Rio Grande do Sul.

Acrescente-se, nos dados sobre o Museu Júlio de Castilhos, mais outros serviços.

BIBLIOTECA

A biblioteca do Museu está sendo recatalogada por fichas e em armários próprios para que seja distribuída como já está sendo feito, segundo os assuntos.

No ano de 1947, recebeu valiosa oferta da secretária do Interior que mandou uma coleção de 50 volumes impressos de tôdas as ordens do dia dos comandantes militares do Rio Grande do Sul ao tempo da monarquia.

MAPOTECA

A Mapoteca compreende XIII partes distintas: Planisférios Atlas, Europa, América Setentrional, América Meridional, Brasil, Estados do Brasil, Rio Grande do Sul, Município do Rio Grande do Sul, Histórias, Guerras e fronteiras, etc. Hidrografia e orografia

do Rio Grande do Sul, Terras colonização e viação e diversos. A Mapoteca está classificada pela denominação do Mapa, por autores e pela ordem cronológica.

Uma sub-seção especial denomina-se Coleção Coronel Canrobert.

FOTOGRAFIA

O Museu acaba de organizar um completo catálogo de seu arquivo fotográfico, aliás composto de um número elevado de retratos, paisagens, cenas históricas, reprodução de quadros célebres e aspectos de cidades.

PATRIMÔNIO

O Patrimônio Histórico e Artístico do Estado vem merecendo do Museu, como consta de seu regulamento, particular atenção para que se faça um completo levantamento dos monumentos religiosos, artísticos, militares e de outras procedências que existem no Rio Grande do Sul.

É diretor do Museu o Dr. Emílio Kemp.

d) Arquivo Eclesiástico.

O Arquivo Eclesiástico funciona no antigo Seminário atrás da catedral. Toda a história demográfica, racial e genealógica necessita lançar mão de tão precioso arquivo da crônica rio-grandense de antes da igreja separar-se do Estado, que são os períodos coloniais e imperiais. Aurélio Pôrto fez uma cópia, em filme, dos principais livros do século XVIII. A princípio quando Pôrto Alegre era o único bispado do Rio Grande sua biblioteca de livros de documentos abrangia por inteiro às nossas localidades. Depois, com a criação dos diversos bispados e elevação da capital à arcebispado, o arquivo foi um tanto mutilado mas é fonte de primeira ordem.

Não publicam documentos. É diretor o Monsenhor J. Perez.

e) Arquivo Municipal.

Compreende o Arquivo Municipal a história de Pôrto Alegre, publica um esplêndido boletim e possui um número elevado de documentos importantes, além duma boa biblioteca especializada.

Dirige o Arquivo Municipal o historiador Walter Spalding.

f) Instituto Histórico e Geográfico.

Possui o Instituto Histórico e Geográfico uma biblioteca de mais de 10.000 volumes e uma revista de além de mais de 100 números publicados ininterruptamente e os diversos volumes dos anais dos congressos de história. São presidentes e vice-presidentes

respectivamente, os Drs. Adroaldo Mesquita da Costa e Eduardo Duarte.

A revista traz muitos trabalhos sôbre Santa Catarina como os assinados por Borges Fortes, Aurélio Pôrto, Pe. Geraldo Pauwels, etc.

A biblioteca está sendo inteligentemente organizada pelo Sr. Abeillard Barreto.

g) outras fontes.

A Diretoria de terras e Colonização, Diretoria de Geografia, Departamento de Estatística, Faculdade de Filosofia da Universidade, Faculdade Católica de Filosofia, Serviço Geográfico do Exército são outras tantas fontes de consulta que prestam inestimáveis serviços ao estudo da história através dos diversos campos que elas se dedicam.

A Biblioteca Pública do Estado é dirigida por Reinaldo Moura, escritor de nomeada. Está a repartição em aprêço, sofrendo grande transformação a fim de enriquecê-la de obras de cultura.

A Biblioteca da Cidade do Rio Grande que tem perto de 90.000 volumes, segundo fomos informados, é modelar e possui uma completa coleção de obras sôbre o Rio Grande.

Foi um de seus maiores animadores o bibliófilo Abeillard Barreto. Agora residente em Pôrto Alegre.

O «Anuário do Rio Grande do Sul» de Graciano Azambuja e o «Almanaque do Rio Grande do Sul» de Alfredo Ferreira Rodrigues são citados, como trabalhos periódicos ou em volumes aparecidos durante tanto tempo que mais contribuíram para o estudo da terra gaúcha. Existem outras publicações menores mais ou menos no mesmo gênero ou grandes livros em um único volume com diversos autores que precisam ser consultados para interpretação da história do Rio Grande. Mencionem-se, mais, os museus particulares, o de armas, de Mário Monteiro Martinez e outro, de móveis principalmente, da família Ribeiro.

Não se pretende, em absoluto, ter a ingenuidade de relacionar tôdas as fontes de estudo da história do Rio Grande, mas algumas das essenciais, sômente, dizendo-se que também é certa a obrigação do pesquisador gaúcho ir aos grandes arquivos, e repartições públicas, instituições nacionais dedicadas ao exame do passado, da tradição e das condições atuais do antigo continente de S. Pedro. A Biblioteca Nacional, Instituto Histórico Brasileiro, Arquivo Nacional, etc. estão neste caso. Por intermédio das fontes regionais do Rio Grande do Sul, o pesquisador encontrará bastante número de vêzes a maneira de estabelecer contato com os problemas de Santa Catarina. A história do povoamento, dos limites, dos açorianos, invasão espanhola, república farroupilha, revolução federa-

lista, etc., são temas, comuns dos dois estados meridionais. Não ofereceria dificuldade encontrarmos outras formas sociológicas ou históricas de inter-relações de gaúchos e catarinenses. Evidente que não devem ser contados em grande número os estudos no Rio Grande do Sul sobre Santa Catarina. Não só ensaios precisamos apreciar e sim, ainda, as fontes realmente documentais, com um vasto material inédito que interessará ao estudioso catarinense.

V

O pesquisador que, no Rio Grande do Sul, ou, melhor em Pôrto Alegre, necessite estudar a história regional de Santa Catarina somente pode contar, quanto às fontes diretas provenientes da terra de Vitor Meireles apenas no campo da bibliografia, pois não se trata agora de citar as repartições e arquivos de diversas naturezas, visto que isto já foi feito, no capítulo anterior, com:

- a) Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul;
- b) Biblioteca Pública do Estado;
- c) Biblioteca de Aurélio Pôrto.
- d) Biblioteca da cidade do Rio Grande.

As três primeiras na capital do Estado, aliás a Biblioteca de Aurélio Pôrto é uma esplêndida coleção de livros que pertencia ao ilustre historiador e depois de sua morte passou, por compra aos herdeiros, para o Instituto Histórico.

A Biblioteca da cidade do Rio Grande que não se consultou, menciona-se devido sua importância.

Mas o número de livros sobre Santa Catarina é, entre nós, relativamente pequeno e destacamos, pelo seu aspecto de conjunto:

— «Achegas para a Bibliografia e Cartografia catarinenses» — Lucas A. Boiteux — «Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — 1913 (Primeiro e Segundo Trimestre) — 1914 (volume Terceiro e quatro trimestre) e vol. III de 1914» — Contendo 677 verbetes;

— «Efemérides Catarinenses» — 1500-1910 — Lucas Alexandre Boiteux — Rev. do Inst. Hist. de Santa Catarina — volume IX — 1920.

— «Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina» — José Artur Boiteux — os vols. I e II — Rio de Janeiro 1915 e 1916 e vol. III, Florianópolis, 1940.

— «Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina» (1912-1921 — 1ª fase) e «Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina» (1943 — 2ª fase).

— «Departamento Estadual de Estatística» — Publicações Diversas.

— «Santa Catarina» — Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — 1943.

— «Guia do Estado de Santa Catarina» — 3ª Ed. Alberto Entres — Revisão Literária de Rafael G. Cruz Lima — Florianópolis — 1940.

As «Achegas» para a bibliografia de Santa Catarina, bibliografia e cartografia constituem trabalho de grande utilidade, com perto de 700 verbetes onde se incluem também obras de caráter nacional, de outros estados, ou procedência estrangeira, mas que interessem aos estudos catarinenses. Cita ainda os relatórios de presidentes da Província e do Estado à Assembléia e do estado. Vem mencionado o códice de Miranda Ribeiro existente na Biblioteca Nacional, o mesmo que usamos nesta tese.

O Dicionário foi escrito para o Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia realizado em 1906. Os dois primeiros volumes saíram com espaço de um ano de diferença e o terceiro com 24 anos. O 4.º volume, o último, constava que estava sendo composto da Imprensa Oficial de Santa Catarina para o Instituto Histórico. Os três volumes que conhecemos tem ao todo 514 páginas e ignoramos o aparecimento do 4.º volume.

De muito proveito seria comparar o vocabulário geográfico de Miranda Ribeiro, nomenclatura de rios, lagoas, localidades, etc. com o usado no Dicionário em apêço.

A Revista do Instituto, na sua primeira fase, não é completa a coleção e a maior parte veio da biblioteca particular de Aurélio Pôrto.

As publicações do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina são, como determina sua própria orientação, contendo geográfico e estatístico, sempre dentro duma preocupação de informações de épocas mais recentes, o que é justo. O historiador deve socorrer-se de tais monografias como subsídios de valor. Salientamos, algumas consultadas, como «São Francisco», do Arnaldo S. Tiago; «Canoinhas» de Osmar R. da Silva; «Blumenau» de José Ferreira da Silva; «Divisão administrativa e judiciária de Santa Catarina», etc.

O boletim do D.E.I.P. é apenas informativo da vida administrativa do Estado, mas colhem-se ali notícias de interesse. O «Guia» é um pequeno dicionário, por ordem de assuntos, e muito útil.

A bibliografia principal vem citada no decorrer desta introdução, principal com inúmeras omissões inevitáveis por falta de obras nas bibliotecas locais.

O Sr. Osvaldo do R. Cabral vem prestando, com seu livro de interpretação documental, grande serviço ao estudo da história catarinense.

VI

Outras fontes que o historiador pode contar, fontes ainda de procedência nacional, ou estrangeira, para examinar o passado catarinense, fontes que não sejam dos arquivos regionais de Florianópolis ou outras cidades do Estado, porque tais recursos não chegam às mãos dos pesquisadores ou senão das mesmas cidades naturalmente, mas as consultas à bibliografia mais atualizada, e talvez até a antiga, levam-nos para os mais variados setores.

Boletins da Faculdade de Filosofia de S. Paulo, Boletim do Museu Nacional, Arquivo do Museu Paulista, Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo, Arquivo do Exército, Revista Brasileira de Geografia, Revista Brasileira de Estatística, Anais do Ministério do Exterior, etc. devem as mais amplas referências, bem como as revistas dos diversos institutos e corporações estaduais que são, por sua vez, elementos subsidiários repletos de informações.

Citem-se entre tantas coisas de valor excepcional, o «Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública do Pôrto», de A. de Magalhães Bastos, «Índice Abreviado das Genealogias Manuscritas da Biblioteca da ajuda» e «Índice abreviado das Genealogias Manuscritas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo», ambos de autoria de Carlos Alberto Ferreira, «Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira» etc., todos portugueses.

«Mapas y planos referentes al Virreinato del Plata conservados no Arquivo General de Simancas — José Torre Revelo — Facultad de Filosofia y Letras — Publicaciones Históricas — Buenos Ayres — 1938» e «Cartografia Jesuítica de Rio de La Plata», Pe. Guillermo Furlong, S. J. — 1936» — editado pela mesma escola superior constituem obras de bastante méritos nessa biblioteca de mais de 100 volumes de história que o Instituto Argentino vem publicando.

Evidente que noutros tomos do citado Instituto o historiador brasileiro encontra sempre detalhes e dados esplêndidos.

Não se vá admitir, insistimos, que a presente resenha tenha pretensões de esgotar a bibliografia, entretanto estas poucas citações de obras e publicações consultáveis precisavam ser catalogadas, pois são trabalhos que o historiador conta em Pôrto Alegre e revelam a forma pela qual o pesquisador se reporta às fontes impressas, algumas, apenas.

VII

As relações da Capitania de Santa Catarina com o governo central da colônia, no Rio de Janeiro, através, respectivamente, das duas mais altas autoridades da administração o vice-rei na capital brasileira e o governador na vila de Nossa Senhora do Desterro, processaram-se, ao tempo do Tenente-Coronel João Alberto Miranda Ribeiro, que esteve no exercício de seu cargo de 1791 a 1800, por intermédio de D. José de Castro, Conde de Resende, 5º Vice-Rei e capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil.

O Conde de Resende, homem de atitudes violentas, não obteve as simpatias do povo que o apelidou de Conde da Resinga, como o carioca logo o começou chamar, ainda que se reconhecesse a capacidade de governar do vice-rei, aliás no poder durante onze anos.

O substituto de Luís de Vasconcelos e Sousa, que, por sinal, também governou onze anos, realizou uma administração fecunda, dando ao Brasil grande impulso e desenvolvimento não só econômico mas espiritual e até militar.

O Conde de Resende foi vice-rei de 1790 a 1801, tendo a 15 de outubro do citado ano transmitido o governo a D. Fernando José de Portugal, então o 6.º vice-rei que possuía o título de Marquês de Aguiar, além de trazer na sua biografia um passado de administrador, visto ter sido governador da Bahia.

Uma vez que o Conde de Resende assumiu a 9 de junho de 1790, o governo da capitania de Santa Catarina, ao tempo de seu vice-reinado, passou a ser exercido pelas seguintes autoridades cuja data da posse figura entre parênteses:

- Major José Pereira Pinto (1786)
- Coronel Manuel Soares Coimbra (1791)
- Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro (1793)
- Triunvirato: Tenente-Coronel João da Gama Coelho D'Eça, Ouvidor Aleixo Maria Caetano e Vereador da Câmara José Pereira da Cunha (1800)
- Coronel Joaquim Xavier Curado (interino e depois efetivo) a 8 de dezembro de 1800.

Assim a obra do Conde de Resende com relação à Santa Catarina, segundo uma divisão que atenda ao lugar no qual devemos colocar a época e o autor da corografia, devia compreender três partes, uma anterior, outra durante e, finalmente, uma posterior ao governo de Miranda Ribeiro.

Começamos a tomar contato com as providências administrativas de naturezas econômicas, políticas ou das mais distintas espécies que o Conde de Resende era levado a dar andamento pela

rotina burocrática, conforme se pode ler no «Índice dos Offícios dirigidos para a Côrte», — «Publicações do Arquivo Nacional» — sob a direção de Joaquim Pires Machado Portela — II — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1889 — 362 págs. Offícios do próprio vice-rei encaminhados ao conhecimento de Sua Majestade, primeiro Dona Maria, por Graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhora de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio de Etiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.

Depois, em virtude de Dona Maria ter perdido o uso das faculdades mentais, eram remetidos os expedientes a Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal, etc.

A classificação dos periodos governamentais de Santa Catarina durante o vice-reinado de D. José de Castro não se torna de todo necessária fazê-la completa quando notarmos, em 1790, época que começa, a 28 de junho, a correspondência para metrópole não consigna nenhum assunto referente à capitania meridional, iniciando-se, em 1791, ano seguinte, portanto, a citação nos offícios remetidos.

O sargento-mor José Pereira Pinto tomou posse do govêrno da Capitania a 7 de junho de 1786, após nove dias de viagem como minuciosamente informou a Luís de Vasconcelos e o Tenente-Coronel Manuel Soares Coimbra assumiu a 17 de janeiro de 1791, deixando quando Miranda Ribeiro, em 8 de julho de 1793, entrou no exercício do cargo.

Mas voltando às classificações dos periodos governamentais da capitania, ao tempo do 5.º Vice-Rei, nos dois que antecederam ao de Miranda Ribeiro, o Conde de Resende toma algumas medidas ou sugere outras sôbre Santa Catarina.

Durante o govêrno de Pereira Pinto, o Conde leva ao conhecimento da metrópole, em 10 de janeiro de 1791, que regularizou a distribuição dos fardamentos da tropa de Santa Catarina cuja situação era idêntica à do Rio Grande e Rio de Janeiro, pois a entrega de fardas foi feita nas guarnições dos três lugares, além de ter enviado a Lisboa «um mapa da fôrça da tropa» das duas capitanias e da capital da colônia.

Era o sargento-mor uma autoridade que vinha do vice-reinado anterior, pois D. José de Castro o encontra no govêrno mas nem decorrera bem um ano completo, Santa Catarina terá com 5.º vice-rei nova autoridade.

O Tenente-Coronel Manuel Soares Coimbra esteve dois anos e pouco nas funções de governador, deixando nome, como empreendedor e sagaz. Sabe-se que foi vítima de uma devassa, mas

reabilitado atingiu ao posto de brigadeiro e uma provisão de 1801 «mandou reintegrá-lo no govêrno da Ilha e que se lhe pagasse os meios soldos que deixou de receber durante o tempo que esteve suspenso». Mas não pertence mais, esta segunda fase, ao vice-reinado de D. José porque se o Conde de Resende deixa o lugar em 1801, é a 15 de outubro e o Tenente-Coronel Coimbra tem a provisão datada de 23 do mesmo mês e ano.

Enquanto Soares Coimbra foi governador de Santa Catarina, o Conde de Resende tratou com a Côrte estes problemas da Capitania remetendo a demonstração da avultada quantia que a Fazenda Real devia à tropa de Santa Catarina (e Rio Grande) e lembrando «pagar-se-lhe já a têrça parte», encaminhando relações dos officiais dos regimentos de Santa Catarina, Rio Grande e Rio de Janeiro e «de alguns governadores de fortificações que serviam em comissão, e pedindo para serem confirmadas suas patentes» e fazendo chegar ao conhecimento da côrte os mapas dos fardamentos e semestres que se devem à tropa» não só de Santa Catarina, como da capital do Vice-Reino e do Rio Grande do Sul, aliás não decorreram mais de dois meses da data da providência anterior quanto ao saldar-se a dívida com os batalhões aquartelados nessas três regiões brasileiras.

O Conde participa para Lisboa que o Coronel Manuel Soares Coimbra encontra-se, em 1792, no govêrno de Santa Catarina, pois um ano antes fôra investido nas funções a fim de substituir o Major José Pereira Pinto.

Manda, em 1793, a 19 de março, à Côrte, seis caixinhas com pérolas que foram enviadas ao Vice-Rei pelo governador de Santa Catarina, repetindo-se a oferta e portanto de novo o envio de pérolas para a metrópole.

As relações do Vice-Rei com Santa Catarina ao tempo do governador Soares Coimbra, relações do Conde com Lisboa sôbre uma das capitanias do sul do Brasil, nessa época, desenvolvem-se nos diversos setores militares, econômicos e administrativos.

O Coronel Miranda Ribeiro assumindo o cargo em julho, a 8, no ano de 1793, temos que ler na correspondência do Vice-Rei com a côrte em casos que dizem respeito a Santa Catarina, sômente desta data em diante para sabermos da obra e conduta do governador dêsse período perante a côrte por intermédio do vice-rei ou perante êle mesmo Conde de Resende.

A primeira referência a Santa Catarina nos officios expedidos consta outra vez da remessa de duas caixinhas de pérolas enviadas pelo governador da capitania, pérolas que foram em seguida despachadas para o reino e no ano imediato repetem-se as remessas.

O governador em março, abril, junho, agôsto e novembro mantém as expedições de caixinhas de pérolas, agora com a procedên-

cia, que é o Rio São Francisco e às vêzes quatro em lugar de duas caixinhas aliás imediatamente tomam o destino de Portugal.

As providências de caráter militar foram importantes, uma vez que para a ilha de Santa Catarina ordenou-se o embarque das quatro companhias do Regimento de Entremós então servindo em Minas Gerais.

Também as medidas administrativas saíram da rotina diante do fato «de ter mandado seqüestrar os bens do Coronel Manuel Soares Coimbra, governador de Santa Catarina, em virtude da devassa a que mandou proceder, conservando-o retido no sítio da armação até ulterior deliberação de S.M.; remetendo os autos de todo o processo e pedindo indulgência para êle, apesar de sua culpabilidade, visto ser um official distinto e ter prestado relevantísimos serviços na campanha do Rio Grande».

O ano de 1795 começa com as pérolas, mais uma vez, em fevereiro e abril, tendo as respectivas caixinhas sido, como sempre, enviadas para Lisboa, mas, desta feita, Santa Catarina aparece noutros assuntos e empreendimentos.

Curioso notar-se o repetido mau tratamento que sofriam de parte do erário os militares não apenas os praças mas officiais, até como se vê da informação do vice-rei ao requerimento de Eusébio da Silva Gomes «pedindo o pagamento dos soldos de capitão desde 1766 em que foi removido para Santa Catarina».

Mesmo assim as resoluções para o argumento dos efetivos eram continuamente sugeridas: «comunicando que deviam ser aumentados de mais três companhias os regimentos de Estremós e de Santa Catarina classificando-se nelas alguns dos officiais últimamente promovidos», segundo uma comunicação do Conde de Resende à Côrte, em 30 de outubro do último ano citado.

Propôs o vice-rei ao govêrno central que se substituisse, na Capitania de Santa Catarina, João Alberto Miranda Ribeiro por Joaquim José Ribeiro da Costa, elogiando os serviços prestados pelo último. A medida não foi efetivada. Quais seriam as razões do vice-rei? Por que abandonou o projeto? Miranda Ribeiro manteve-se no cargo.

José de Azevedo Leão Coutinho pede o lugar de mestre de campo da Ilha de Santa Catarina e informado o requerimento no qual o candidato faz o pedido, informação dada pelo Conde de Resende, segue, para Côrte, o citado requerimento, e, como se nota facilmente, a poderosa autoridade com que estava investido o vice-rei não era sufficiente para nomear um mestre de campo sem obedecer aos tramites do mecanismo da administração metropolitana.

Assinala-se o ano que se segue, 1796, com dois fatos referentes à capitania: «comunicando que o padre Francisco José Ferreira da Rocha Gil continuava na regência da cadeia de latim da Ilha de Santa Catarina» e remetendo os autos da apreensão feita no bergantim de João Marcos Vieira, pelo provedor da Fazenda Real de Santa Catarina».

1797 é de maior significação para o governo da capitania, embora as notícias não sejam abundantes, mas interessantes, o que na verdade, não se deve desprezar, pois quantidade nunca constitui coisa importante.

O Vice-rei, para a côrte, «remetendo uma relação da tropa que guarnecia esta cidade (Rio de Janeiro), Ilha de Santa Catarina e Rio Grande, e outro dos petrechos de guerra existentes e daqueles de que se tornava indispensável a aquisição». Reequipavam-se as fôrças militares do sul.

«Comunicando que faria sair brevemente a nau — *Infante D. Pedro* — conduzindo ao pôrto de Santa Catarina 134 homens e as três companhias do regimento de Estremós, que se achavam de guarnição em Parati e Ilha Grande, a fim de socorrer ao continente do Rio Grande; bem como que se procedia a concerto da tonelada de tôda a esquadra a qual logo que chegasse a Santa Catarina expediria dois oficiais inteligentes para regularem a defesa dos portos ameaçados, ficando a Ilha Grande e Parati guarnecidos pela tropa de milícias».

Mostra a providência do vice-rei a posição estratégica que desempenha Santa Catarina na segurança das fronteiras sulinas da colônia.

Ao terminar o ano, três ocorrências na capitania são comunicadas pelo Vice-rei à côrte: a primeira é enviando «as relações apresentadas pelo governo de Santa Catarina e outros oficiais encarregados da visita geral dos distritos».

A segunda consiste em levar ao conhecimento de Lisboa «o procedimento irregular dos ingleses na ilha de Santa Catarina e remetendo a carta e papéis enviados pelo governador João Alberto Miranda Ribeiro».

A terceira, «remetendo a proposta de oficiais do regimento de infantaria de Santa Catarina e o original da carta do respectivo governador».

São providências que envolvem questões de relações internacionais, levantamentos estatísticos e situação de tropa militar.

O ano de 1798, na pequena história das atividades do vice-rei, com respeito à Santa Catarina e sua ligação com a côrte, por intermédio de tais medidas, foi de rendimento.

«Comunicando a grande falta de carne que havia nesta cidade (Rio de Janeiro), bem como a remessa de dinheiro aos Governadores do Rio Grande e Santa Catarina para a compra de rezes, remetendo cópias das cartas que dirigiu aquêles governadores».

Depois desta incursão em matéria de pecuária, suprimento do mercado carioca e aquisição de gado nas duas capitanias do extremo sul, passa, no mesmo mês, janeiro, para outro aspecto de ordem econômica, pois comunica as providências que tomou a fim de «se fazerem avultadas remessas de madeiras para Lisboa» e declarando a maneira pela qual se dirigiu aos governadores de Santa Catarina e Rio Grande e a todos os coronéis de milícias.

O policiamento ou patrulhamento da costa foi renovado, além das construções de novas barcas conhoneiras, distribuição de peças e pólvoras, defesa de portos e a fragata *Cisne* recebeu a incumbência de cruzar os mares do sul de Santa Catarina e Rio Grande. O vice-rei atendeu ainda à guarda, na mesma época, da costa, até o Espírito Santo, como fez ciente às altas autoridades lisboetas.

Aos governadores de Santa Catarina e Rio Grande ordenava, em seguida, o vice-rei «que prestassem todos os auxílios requeridos pelo Provedor dos defuntos e ausentes da mesma Ilha, para proceder a Devassa contra os compreendidos na prisão e mais fatos que o juiz de Pôrto Alegre praticou com João Braz Vidal Jordão».

Depois, vamos vê-lo, comunicando, o vice-rei à côrte, que não havia «precisão de grande templo» na Ilha de Santa Catarina.

A igreja pretendia ser edificada pela ordem 3ª de S. Francisco, mas «a despesa da ordem era superior ao seu rendimento». O governador da Ilha deu parecer contrário, no que se louvou o Conde de Resende.

Dois dias antes, enviara, para Portugal, devidamente informado com sua opinião «sôbre os artigos contidos nas súplicas dos oficiais da Câmara da Vila do Desterro da Ilha de Santa Catarina pedindo os campos a fim de apascentar seu gado e conservar nêles o que se devia cortar no açougue da vila por conta do arrematante».

A fôrça do vice-rei, como govêrno residia justamente no fato de absorver e deliberar não apenas sôbre a concessão de terras para criar, mas na maneira de prover o abastecimento das mais longínquas vilas brasileiras ou no levantamento de igrejas, embora seus pareceres e decisões necessitassem passar pelo demorado crivo das repartições ministeriais da côrte. Ele era o intermediário entre a capitania e a metrópole, ascensoriando-se pelos governadores locais.

Continuando, no mesmo ano, faz chegar à capital do reino, «algum anil e baunilha» produzidos na ilha de Santa Catarina.

Remeteu o vice-rei, sem deixar de mandar a quem de direito, as relações competentes, os objetos «que do Real Trem foram

enviados para o Rio Grande e Santa Catarina e daqueles que eram necessários em substituição dos que considerando-se refutados, foram enviados para Lisboa».

O corte de madeira de construção foi intensificado na Capitania e Ilha de Santa Catarina, comunicando as diligências que empregou e enviando segunda via das listas mandadas daquela ilha «respeito da madeira que se achava em arrecadação».

Termina o ano, declarando ser improcedente a reclamação da tropa militar de Santa Catarina que alegava falta de pagamento e para provar o contrário despacha para a côrte uma relação dos dinheiros enviados a fim de atender aquela despesa.

O ano de 1799 registram-se quatro fatos sôbre Santa Catarina: comunicação que se recolhe à côrte de Lisboa João Prestes de Melo, ex-provedor de Santa Catarina; remetendo informada a proposta do coronel do Regimento de Santa Catarina, pedindo acesso de alguns officiaes para os postos vagos, «informando sôbre o estado de defesa de Santa Catarina e propondo a criação de cinco companhias de artilharia, abertura de algumas estradas e criação de algumas freguesias” e representando a respeito da necessidade de ser criada uma aula militar em Santa Catarina, além de propor vários melhoramentos na ilha e citando a falta de tropas e petrechos bélicos e a impossibilidade de enviar-se qualquer contingente para a citada capitania.

A defesa de Santa Catarina prevê ao lado de formações militares, a abertura de estradas, e o povoamento, com a fundação de novas freguesias, admitindo-se, também, a abertura duma escola de guerra para preparação de officiaes.

Sugestões, evidentes, partidas do governador da capitania, Miranda Ribeiro, que encontrou no vice-rei um advogado honesto e prestimoso para o desenvolvimento de Santa Catarina.

O ano que entrava prometia ser dos melhores para a capitania, pois começava com o fato de ter o vice-rei prometido à côrte informar a respeito do projeto de uma estrada de Santa Catarina a S. Paulo. Tratava-se duma hipótese, apenas, entretanto não era difficil admitir-se sua realização uma vez que o Conde de Resende tomava interêsse pelo progresso material da capitania, como tudo vem demonstrando.

Inteirou, depois, o tenente-coronel comandante do Regimento de Santa Catarina do modo como devia enviar suas propostas, segundo o vice-rei que fêz chegar ao conhecimento da côrte sua providência.

Esgotados os meios ordinários e extraordinários para atender os compromissos das capitancias de Santa Catarina, Rio Grande

e da Capital, uma vez que a esquadra exauriu os cofres reais e isso, então é devidamente participado à corte.

Dá o vice-rei ciência às autoridades da metrópole dos falecimentos do Ouvidor da Comarca de Santa Catarina e o Intendente de Marinha e a 25 de abril de 1800 participa o falecimento do governador de Santa Catarina João Alberto de Miranda Ribeiro e a nomeação interina que fêz de Joaquim Xavier Curado com a graduação de coronel.

Miranda Ribeiro morrera, após grave moléstia, a 18 de janeiro de 1800.

O resto do período de vice-reinado do Conde de Resende é de fato pequeno, isto é, o tempo que decorre da morte de Miranda Ribeiro à saída dele D. José a 13 de outubro de 1801 para o cargo de D. Fernando José de Portugal, então governador da capitania da Bahia e que ficará sendo o 6.º vice-rei do Brasil.

Agora a capitania de Santa Catarina está sob o governo de um triunvirato, a fim de não se deixar acéfala a administração local, até que viesse o substituto nomeado. O falecimento de Miranda Ribeiro foi em janeiro, a comunicação do fato e indicação da nomeação interina de outro governador seguiu para a corte em fins de abril e a posse do novo titular deu-se a 8 de dezembro, tudo do mesmo ano.

O triunvirato que logo assumiu o governo da capitania reuniu um representante das forças armadas, Tenente-Coronel José da Gama Coelho D'Eça, mais alta patente militar a serviço na vila do Desterro; representante da justiça, Aleixo Maria Caetano, ouvidor pela lei, e José Pereira da Cunha, vereador da Câmara.

Coelho D'Eça, filho de militar, iniciou-se na carreira das armas assentando praça de soldado na companhia de seu pai, que, como êle, era português nato.

Passou de soldado a cadete, no ano seguinte, e escalou todos os postos de porta-bandeira a brigadeiro graduado em 13 de maio de 1813.

Veio, com seu pai, no Regimento de Moura, para o Brasil. Capitão de granadeiros no regimento da Ilha de Santa Catarina, fêz a campanha contra os espanhóis no Rio Grande, assistiu à rendição da Ilha e foi prisioneiro. Integrou o triunvirato que governou a capitania, comandou o Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina, foi o terceiro comandante desse corpo apelidado de Barriga Verde e fêz com êsse regimento a campanha de 1811-1812 e morreu na cidade do Rio Grande a 15 de novembro de 1813. Como se lê na obra seguinte: «Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I» — Coronel Laurênio Lago — Biblioteca Militar — 167 págs. — Rio de Janeiro — 1941.

O Conde de Resende, em 5 de novembro de 1800, comunica à côrte «haver entrado neste pôrto (Rio de Janeiro) o chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama sem encontrar novidade no cruzeiro feito das Ilhas de Sant'Ana até o sul de S. Sebastião».

A 22 de março de 1801, e Vice-Rei leva ao conhecimento da côrte «os motivos por que fêz marchar o regimento de infantaria de S. Paulo para reforçar a guarnição de Santa Catarina», última das medidas tomadas pelo Conde com respeito à Capitania.

O 5.º vice-rei deixa o Brasil, sendo governador de Santa Catarina o Coronel Joaquim Xavier Curado, nomeado por êle mesmo, Conde de Resende, com a aprovação da Côrte de Lisboa em officio de 19 de setembro de 1800, sendo substituído por D. Luís Mauricio da Silveira, nomeado por patente de 14 de julho de 1804, tomando posse em 3 de junho de 1805 e transmitiu o govêrno ao seu sucessor em 14 de agosto de 1817.

O Coronel Joaquim Xavier Curado, depois Barão e Conde de S. João das Duas Barras, brasileiro de Goiás, foi uma das mais illustres figuras do Exército.

Alistou-se, como soldado nobre, em 1764, com 21 anos de idade. Alferes das fôrças do General João Henrique Bohn, tomou parte das campanhas do sul, atingindo então aos postos de tenente e depois capitão. Sargento-mor do 1.º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, tenente-coronel do Regimento de Bragança no Rio de Janeiro, coronel em 1800, brigadeiro em 1808, marechal de campo graduado e marechal de campo em 1811 e tenente-general em 1813.

Teve destacada atuação, no govêrno do Vice-Rei Luís de Vasconcelos, dominando a situação de intranquillidade que reinava no interior da Capitania do Rio de Janeiro devido aos indios selvagens que arrasavam as fazendas dos habitantes do sertão. Organizou um corpo de cavalaria auxiliar formado dos próprios habitantes da região e fêz voltar à tranquillidade uma vasta área do território da colônia.

Depois de ter exercido o cargo de governador da capitania de Santa Catarina, foi comandar, no Rio Grande, em 1810, uma das colunas do Exército Pacificador de D. Diogo de Sousa, em operações na Banda Oriental.

Herói das batalhas de Corumbé, Arapeí e Catalão, em 1816, no exército da Fronteira do Rio Pardo, segunda fase da campanha oriental e, deixando o Marquês de Alegrete o comando, Xavier Curado, em 25 de janeiro de 1817, assume o dito comando.

Conselheiro de Guerra em 1820 e em 1822 Governador da Armas da Côrte e Capitania do Rio de Janeiro, substituindo uma junta de três generais que tinha o govêrno das armas. Salien-

tou-se nas lutas da Independência, pois obrigou o General Avilez a retirar-se com suas tropas do Rio de Janeiro.

Possuía as ordens do Cruzeiro, Tôrre e Espada, e S. Bento de Aviz, as medalhas das campanhas do sul (1811-1812 e 1815-1820). Faleceu, no Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1830, ficando sepultado nas catacumbas da Igreja de S. Francisco de Paula, mas, em 1869, D. Pedro II mandou, às suas expensas transladar, para Catumbi, no cemitério atual da ordem de S. Francisco de Paula, num jazigo perpétuo, especialmente construído, os restos mortais do ex-governador da Capitania de Santa Catarina e ilustre soldado de tantas campanhas.

Foi o vice-reinado do Conde de Resende, no Brasil, um dos mais fecundos, embora a história dos vice-reis, tenha apenas sido feita pelo seu lado pitoresco, anedótico e carioca, D. José de Castro merece senão uma biografia completa pelo menos a narração resumida de sua obra de administrador.

D. José Luís de Castro, 5.º vice-rei do Brasil, era o 2.º conde com o título de Resende.

Seu pai, D. Antônio José de Castro teve o 1.º condado com o nome de Resende. Almirante da esquadra portuguesa, senhor de Penela, capitão-general do Algarve e em 1754 o rei D. José concedeu-lhe a honraria nobiliárquica.

O filho, elevado ao cargo de vice-rei, deixou seu nome na própria geografia brasileira, pois dando fôro de vila à povoação de Campo Alegre, ela tomou a designação de Resende.

Ao sair da colônia, em 1801, passou a viver, em Portugal, o resto de seus dias, afastado completamente da vida pública, recolhido ao seu palácio de Santa Clara, onde, em 1819, faleceu.

VIII

«O Conde de Resende era de temperamento iracundo, prepotente, frio e vingativo. Abriu luta contra autoridades superiores...», diz Max Fleiuss, que também denomina êsse vice-reinado de sombrio (*)

A obra administrativa realizada por D. José Luís de Castro foi de grande valor e não pode ser diminuída ou encoberta pelo aspecto político. Na qualidade de delegado do rei, êle agiu honestamente, com segurança e pulso firme contra os inimigos do regime, extinguindo e sufocando as mais caras e patrióticas manifestações de liberalismo. Não consentiu que o Brasil se tornasse um foco revolucionário. A influência francesa teve combate sem tréguas.

(*) Max Fleiuss — «História da cidade do Rio de Janeiro» — Comp. Melhoramentos de S. Paulo — 245 pág. — 1928.

A mentalidade aristocrática, sua posição de enviado do monarca português e o desejo de bem cumprir a lei não permitindo que fôssemos senão uma colônia pura e simplesmente, dão ao Conde de Resende a posição nada simpática ou brilhante de reacionário.

Sem defender este reacionarismo mas aceitando a conclusão que o conde não podia ser outra coisa, pois sua formação moral era toda baseada no respeito sem limite e obediência cega ao rei, mesmo suas investidas bastante fortes no campo da política são em absoluto explicáveis.

Sua obra de governante foi fecunda e trouxe muitos benefícios ao Brasil.

A maneira melhor de apreciar-lhe o governo, como elle soube administrar, é ler sua correspondência rica de informações, detalhes e aspectos dos mais variados.

A parte importante está constituída dos officios e cartas enviadas para a Côrte. Verdadeira prestação de contas feita com regularidade e exatidão. Seu conteúdo tem significação maior do que a correspondência da Côrte com o vice-rei, aliás a própria quantidade é pequena.

O estudo completo abrangeria, além disso, a correspondência do vice-rei com os governadores das capitanias e dos governadores com o vice-rei ou do vice-rei com as outras autoridades brasileiras e destas autoridades com elle.

Não se trata, no caso, de realizar-se o estudo da obra do 5º Vice-Rei. Ultrapassaria dos propósitos desta introdução, mas reputa-se de utilidade pelo menos cuidar daquilo que o Conde de Resende fez e comunicou para Portugal.

Ao apreciarmos a maneira de proceder de D. José Luís de Castro com relação a capitania de Santa Catarina, proceder que levou ao conhecimento de Lisboa, seria cabível que vissemos o seu próprio governo de âmbito brasileiro com todas as suas iniciativas e medidas, também sempre comunicadas, com exuberância de pormenores, à Côrte.

Partindo desta maneira de ver as coisas, vamos entrar em contato com a respectiva correspondência, apenas, então, daquela que do Brasil foi enviada para Portugal.

Índice official de todo um programa governamental, peças não somente burocráticas, mas reveladas de normas de administração, a correspondência é uma fonte digna de consulta, digna e indispensável.

Colocada em ordem cronológica, seu exame tornar-se-ia monótono, razão pela qual passamos para fichas por assuntos, redistribuindo assim cuidadosamente a matéria da correspondência a fim

de tomarmos conhecimento da obra do vice-rei nas diversas atividades de ação do govêrno.

Fêz um levantamento do estado da cultura das caneleiras e remeteu sementes para o Rio Grande do Sul, Minas e S. Paulo. A Côrte, de outro lado, chegava enviar desenhos sôbre a cultura da canela para que se plantasse aqui da mesma maneira, aliás era idêntica, como afirmara o conde. Mais tarde, enviou para a metrópole uma caixinha com amostras de canela do Rio e dois ramos com fôlhas, flôres e frutos acompanhadas de relatório sôbre a forma pela qual pretendia desenvolver a cultura dessa planta.

As diligências empregadas para o aumento da produção da canela foram contínuas, remetendo-se para a côrte mapa estatístico do programa que se tinha tido em 1800 ainda voltava o vice-rei ao assunto. Estava no seu penúltimo ano de govêrno, mas o demonstrativo sôbre o rendimento do plantio da canela era feito com todo o cuidado.

O linho foi também objeto de maior atenção, começando no início da administração do conde com um programa de fomento da produção.

Remeteu sementes para o Rio Grande, S. Paulo e Minas, a fim de aumentar a lavoura. Empregou esforços para desenvolvê-las no Rio de Janeiro mandou para Europa linho do Rio Grande, lutou para que fôsse plantado em maiores áreas de terra e distribuiu sementes que se pôde colhêr na Fazenda de Santa Cruz e Horto Botânico, ambos da capital.

O linho estava associado ao cânhamo e à estopa, enviando desta última proveniente do Rio Grande, certa quantidade para Portugal, por intermédio do Tenente Joaquim Gomes da Rocha, que ainda levou linho rio-grandense.

Constantemente trabalhou a fim de obter grandes colheitas, o que conseguiu atendendo as capitanias com assiduidade e informando à côrte sempre interessada na economia e agricultura de sua colônia.

O azeite e a pesca das baleias mereceram do Conde de Resende uma série de medidas protecionistas por intermédio de contratos renovados ou novos.

A madeira e seu corte. Foi intensificado o desenvolvimento da indústria madeireira. O sargento-mor Joaquim Correia recebeu, assim que o 5º vice-rei assumiu seu alto cargo, a incumbência de encarregar-se do corte de madeira. Remeteu-se, em seguida, a madeira para Lisboa. Depois, seguiram-se dúzias e dúzias de tábuas, mais de cem cada vez, raramente menos, sendo em especial umas chamadas tapinhoã.

Ao estabelecer uma ou mais casinhas de Registro para tomar conhecimento dos gêneros expostos à venda sem licença, conce-

dendo-se esta por meio de um bilhete e cobrando-se 10 ou 20 réis, conforme a quantidade, applicava-se essa contribuição para o financiamento dos cortes de madeira.

A metrópole reclamava insistentemente a remessa de «taboado de tapinhan», mas às vèzes era usado no consumo dos Armazéns da Provedoria e Real Trem.

Organizou um plano para o corte de madeira nas margens do rio Paraíba do Sul, procurou por tóda parte madeiras próprias para aduelas, remetia para Portugal segundo amostras de diferentes madeiras e forneceu madeira para construção na metrópole de naus de três pontes e outros tipos.

Constitui uma expedição composta do Intendente do Ouro, Intendente da Marinha e Tenente Coronel Manuel Martins para o exame das matas do «recôncavo» do Rio, o que foi feito embora a falta que faziam, na capital, essas pessoas de alta administração.

Escreveu inúmeros relatórios sôbre os cortes de madeira para a construção; remeteu madeira assiduamente para Portugal em diversos navios saídos do Rio, verificou a incapacidade dos pinheiros do Rio Grande para mastaréus e vergas das embarcações, seleccionou amostras de madeira própria para aduelas e tintas, pleitea na metrópole charruas e outros tipos de barcos para transportar madeira, autoriza a exportação de madeira como por intermédio de Paulo Jorge & Filhos e outros, remete vários embarques de madeira, sempre, natural, para a metrópole.

Reconhecimento dos distritos de S. João Marcos e Campo Alegre a fim de se abrirem minas de ouro e noutros lugares. Faz menção, quase no fim de seu govêrno, da remessa de nove barras de ouro, mas elas iam continuamente como «cabedais» de Sua Majestade.

Proibida, por carta régia de 1766, a existência de «oficinas de ourives», fechou as que existiam clandestinas ou não em pleno Rio, providenciando o mesmo para tóda a colônia.

Os diamantes eram, por sua vez, enviados com regularidade para a metrópole, despachando-os acompanhados de «mapas» minuciosos que serviu de conhecimento.

As pedreiras da Ilha das Cobras eram motivo de regulamentação, pois se estabeleceu que tódas as pedras retiradas da pedreira fôsse por conta do respectivo arrematante.

Realizou tentativas no descobrimento das minas de ferro, mandou amostras e informações dadas por coronel de milicias e pediu pessoas hábeis e inteligentes para auxiliarem a descoberta das referidas minas.

Remeteu amostra de chumbo descoberto em Minas Gerais e as descobertas se processaram lentas por falta de um perito.

Defrontou-se com a grave crise do sal que passou a faltar no mercado embora desde 1795 se «prometia abolir o contrato do sal e outros ficando livres tôdas as salinas». Enviou para Cabo Frio dois oficiais a fim de desenvolverem as salinas existentes ali enquanto em 1798 recebeu ordens para suspender os trabalhos. Fêz um levantamento estatístico do número de alqueire de sal necessário para o consumo do Rio.

Não sendo nomeada pessoa alguma para assistir à venda do sal em companhia do Administrador de então, foi obrigado explicar êsse ato ao govêrno central.

Depois excluiu da administração do contrato do sal Luís Antônio Ferreira, nomeando em seu lugar João Marcos Vieira, aliás acumulava esta administração do sal com a do azeite de baleia.

Não teve resultado satisfatório as diligências empregadas na descoberta de salitre, bem como pedira informações aos governos de Minas e Goiás sôbre a existência de salitre naquelas capitanias sem conseguir obtê-las com precisão.

Mandou proceder averiguações sôbre os vegetais próprios para o fabrico do papel, e organizou uma relação dêles, regularizou o contrato de passagens de Viamão e Santa Vitória e enviou o conhecimento da ipecacueña e contra-herva vinda da Fazenda de Santa Cruz.

Esforçou-se para o desenvolvimento da cultura da Coxonilha, organizou mostruário referente à mesma cultura e preparados por diferentes processos, aumentou a produção, divulgou os respectivos preços, explicando, mais tarde, a causa da baixa do preço no mercado.

Opõe-se ao aumento da cultura da mandioca ao verificar que os lavradores preferem comprar a que necessitam para família e escravo e tratam com mais interêsse da cultura do açúcar. Toma, em diversas épocas, providências para estabilizar a produção da mandioca e quando oportuno para aumentá-la, até.

Despacha periodicamente farinha de mandioca para Lisboa e mesmo raízes de mandioca para onde, aliás chegou mandar, além de outras coisas, tudo que se produzia no Brasil, parte, naturalmente, até pés de laranjeiras.

Reage contra o procedimento arbitrário da Câmara do Rio que expediu acórdão para serem presos os mestres das embarcações de Pernambuco que se achavam no pôrto da capital, carregando farinha.

Da mesma forma, opõe-se ao procedimento irregular do Juiz de Fora realizando uma devassa sôbre atravessadores de farinhas para conhecer as que se tomavam para os Armazens Reais.

Dá um parecer sob os meios de evitarem-se questões e processos pondo-se em prática o que se achava estabelecido na lei das sesmarias.

Muitas vezes chegou receber para solucionar casos urgentes ofertas e auxílios do próprio comércio, como volumes de gêneros que o negociante Tomás Gonçalves, em 1795, presenteou o vice-rei a fim de que se abastecesse a esquadra portuguesa ancorada na baía de Guanabara.

Empregou as maiores diligências para o descobrimento da quina, enviando casca de uma árvore conhecida por casca d'anta ou pau para tudo, de grande utilidade nas febres intermitentes, informes e material foram colhidos, por um coronel de milícias, em Minas.

Ampara a atitude da Câmara do Rio na determinação de proibir-se a exportação de gêneros alimentícios cuja falta se fazia sentir na capital.

Impôs aos senhores de engenhos e lavradores a obrigação de fornecerem carros e bois para o transporte de madeiras.

Procura solucionar os inconvenientes resultados das formalidades no caso das datas de Terras e Sesmarias e da dificuldade de reprimir as demandas dos despachos das Datas que não cultivaram as terras no tempo competente.

Estabelece uma série de medidas de repreensão do contrabando, ainda concede várias sesmarias, dá posse em 1799 a Manuel Luís de Noronha Torresão, no cargo de administrador da Alfândega do Rio, envolve-se na representação dos comerciantes da capital contra a demora do correio marítimo, declara presos quatro carpinteiros que os reconduzirá a Lisboa em virtude de excederem ao número necessário nas embarcações, louva a conduta do comerciante Caetano José de Almeida que forneceu gratuitamente gêneros à esquadra que esteve em época diferente ancorada no Rio, concedeu entre outras licenças ao comerciante chinês Alom para ir num comboio marítimo em 1800, convocou os negociantes e senhores de engenho a fim de realizar um empréstimo de 120 contos, faz o elogio de vários comerciantes e organiza a saída de diversos comboios ainda.

Ao lado de medidas de rotina, muitas de interesse novo e de grande importância econômica.

A Fazenda de Santa Cruz transformou-se numa esplêndida estação experimental de agricultura e o 5º vice-rei dedicou-lhe especial atenção. Assim que chegou ao Rio, fez um amplo relatório sobre a fazenda, suas condições, capacidade da terra e lavouras, organizou plano inteiramente diferente até então usado para admi-

nistrá-la, instalou dois engenhos de açúcar, estabelece uma série de iniciativas para aumentar a renda de Santa Cruz e nomeia o Coronel Martins do Couto Reis administrador que aliás é autor de um plano para seu desenvolvimento.

A Fazenda passou a ter uma série de melhorias, mas o esforço principal não foi para sua manutenção ou fomento e sim lutar tenazmente para que ela não passasse às mãos de «alguns negociantes desta praça e de Lisboa» que desejavam «arrematá-la tendo em vista mais os seus interesses que os de S. Majestade».

Até 1801, último ano de seu governo, o conde ainda se manteve firme no ponto de vista de não vender a Fazenda de Santa Cruz, dando francamente os motivos pelos quais embarçou de toda a maneira o projetado negócio.

Os problemas da agricultura foram enfrentados com energia pelo vice-rei.

Não achava como informar minuciosamente a respeito da utilidade que resultaria para o estado empregando-se na cultura das terras soldados licenciados. O «estado» da agricultura nas capitanias também era cheio de problemas. Defronta-se com uma crise na Bahia. Procura modernizar os sistemas de trabalho, estabelecendo na cultura das terras o uso dos bois e o arado e o método de queimar nas fornalhas dos engenhos o bagaço das canas e assim que assumiu o cargo procura conhecer a maneira «empregada para a cultura e manipulação dos gêneros exportados das Colônias», segundo o pedido de Lisboa.

A metrópole mandara ao Conde plantas de *Morus Papyrifera*, para aclimatá-las no Brasil, mas elas chegaram mortas.

Concedera D. José a Alexandre Inácio da Silveira a faculdade para remeter amostras de carnes salgadas com diferentes sais tiradas do Brasil, tendo para tal um auxílio.

Quanto à pecuária, observar «o excessivo lucro que em três anos tiveram os contratadores do quinto dos couros e direitos dos gados do Rio Grande».

Achou sempre que os impostos deviam ser arrecadados pelo Estado e não os dar por contratos a quem quer que fôsse.

Informou o requerimento de Francisco Antônio de Sousa que pretendia passar 8 a 10.000 bestas muars dos domínios de Castela para o Continente do Rio Grande. Deliberou tomar a respeito da salga das carnes, no Rio Grande, a seguinte medida: impor a cada um dos sesmeiros a obrigação anual de darem uma rez ou parte de seu valor conforme o número de braças de terra que recebem gratuitamente.

Enviou, para Portugal, caixões com amostras dos capins mais próprios para prados, Manda para o governador da capitania do

Rio Grande dinheiro a fim de comprar gado, vasilhame e sal. Exige do mesmo governador providências quanto ao fato de ter chegado ao Rio 220 barris de carnes salgadas destinadas à esquadra. Finalmente, vê-se na impossibilidade de fazer qualquer coisa contra a má vontade dos fazendeiros e senhores de engenho concorrerem com bois e carros para transportes de madeira.

A escravidão e o tráfico estão incluídos entre os principais assuntos do vice-rei que ao começar sua administração defrontou-se com o negócio de negros em S. Paulo onde Antônio Nunes, mestre de um bergantim vindo de Angola com escravatura, andara praticando coisas excusas contra o comércio daquela capitania.

Toma medidas severas a fim de evitar a ociosidade em que viviam os prêtos libertos e cuidar dos escravos que davam jornal aos senhores.

Procede em 1798, a venda de escravos provenientes de um navio espanhol apreendido.

Organiza mapa estatístico do número de escravos da Fazenda de Santa Cruz e suas respectivas ocupações e redige uma memória sobre a impossibilidade de dispensar 1.000 negros para o corte de madeira às margens do Paraíba do Sul.

Concedeu licença, mandando até publicar os editais, aos comerciantes para exportarem escravos para o Pará, livres de direito, embora admita que essa medida além de diminuir os rendimentos reais auxiliaria o extravio dos mesmos escravos. Cumpria, mesmo assim, como lhe cabia, a ordem real.

Escreve «um projeto para ser aprovado e mandar executar no Brasil e a Costa D'Africa, com o fim de reprimir o extravio de escravos».

Envia ao Chanceler Luís Bretão Gouveia de Almeida e ao Intendente de Marinha as normas sobre a maneira pela qual deveriam ser cobrados os emolumentos para escravos que fôsem a Minas Gerais.

Ainda no campo econômico mas agora, que abranja o de interesse exclusivamente financeiro, podemos apreciar o governo do vice-rei no setor dos impostos, fisco, erário e moeda.

Ordena, assim que entra no exercício do cargo, a cunhagem de dinheiro pelos padrões que lhe foram enviados de Lisboa. Examina «a diferença nos rendimentos» da Casa da Moeda, que atribui à revolução de Minas. Faz a remessa para a metrópole, primeiros navios que saíam do Rio, o dinheiro que no cofre da Casa da Moeda, — na capital da Colônia, existia proveniente da herança de Aleixo dos Santos Álvares.

Tomou providências a respeito do dinheiro depositado na Casa da Moeda e pertencente aos direitos reais de Angola. Em 1799,

o Brasil viu-se às voltas com um derrame de moeda falsa vinda, segundo se pensava, de fora e o vice-rei tomou, então, as mais variadas providências a fim de dominar a situação.

Os impostos como o quinto do ouro de Minas, o quinto da «casa de fundição» de S. Paulo, e o rendimento do subsídio literário, além de outros, eram enviados todo ou em parte, conforme definia a lei, para a metrópole, o que fazia pontualmente o vice-rei.

Levantou uma estatística sobre o rendimento do impôsto de subsídio literário nos anos de 1795, 96 e 97, número de cadeiras de professôres, ordenados que recebiam e deviam a êles. Balanços e mapas foram feitos inúmeros como o da alfândega do Rio em 1798, e dos gêneros exportados e importados.

Organiza um extrato do avultadíssimo lucro que tiravam os contratadores da arrecadação dos dízimos, bem assim como elabora um projeto de administração e representa, afinal, sobre o grande prejuízo causado à Fazenda Real, voltando ao assunto várias vêzes.

Põem em prática com as Câmaras e Mesa de Inspeção, um sistema arrecadador, fazendo-lhes uma «fala» referente aos novos impostos e as convoca diversas ocasiões, pelo menos duas, para dar-lhes «um orçamento aproximado segundo a lotação, dos regimentos de linha».

Remete, para Lisboa, continuamente, mapas e importância provenientes de dinheiro entrados nos cofres «de prestações e donativos que deixaram de se pagar». Alguns bens sequestrados e recolhidos ao erário foram também motivos de diversas medidas burocráticas.

O plano demonstrativo do estado da Real Fazenda, no Brasil, era outra das cogitações mais à miúdo tomadas pelo govêrno. Insiste junto ao govêrno da Capitania do Rio Grande, manda-lhe um projeto, para aumentar as rendas reais naquele continente.

Pede a aposentadoria de Correia Lemos do cargo de escrivão da junta da Real Fazenda e propõe para o cargo o contador João Francisco de Seixas.

Entretanto deseja conservar, pois considera de grande conveniência o Desembargador Manuel Pinto da Cunha, na Superintendência das Novas Minas de Macacu, no Sertão de Cantagalo.

A demora da esquadra que devia levar os quintos da Capitania de Minas Gerais, exige uma explicação na devida forma para a Côrte.

Dá conhecimento ao Provedor da Fazenda Real das contas apresentadas pelo sargento-mor, administrador do Hospital Militar,

Provedor a quem remete guias até de fardamentos ou requerimentos, mostrando a importância desempenhada pelo Provedor na máquina administrativa da colônia.

Balanços de despesas são feitos anualmente, e remetidos para Côrte, sempre com a natureza de cada uma destas despesas esla-recidas.

O cofre do Real Empréstimo estava aberto ao «oferecimento» dos colonos ricos, como no caso de Miguel Cabral de Melo que entrou com 100\$000.

Comunicava-se ao Presidente do Real Erário o número de cartas, mapas e relações enviadas nos respectivos navios que saíam do Rio para Lisboa.

Propôs algumas medidas para facilitar a circulação das apó-lices «e declarou a impossibilidade de remeter ao Erário os sobejos porque tinha havido grande despesa com esquadra», além de «observar a máxima economia e conservar intato o real quinto e o dinheiro enviado pela Fazenda Real de Angola».

É verdade que, certas vèzes, lançou mão dêsse dinheiro de Angola que passava pelo Brasil em direção a metrópole, passava em virtude dos corsários franceses e espanhóis.

Verificou as causas da grande diminuição dos rendimentos reais que era «devido a serem os diferentes ramos administrados por contratadores que absorviam avultados lucros» e propõe os meios de evitar êsse prejuízo, além disso pede a abolição do contrato das passagens do rio Paraibuna.

Comunica, de outra feita, ter consumido nas despesas da esquadra da importância do empréstimo, estando exauridos os demais rendimentos e dá as razões por que fêz suspender a remessa dos quintos e direitos de Angola, pedindo aprovação de algumas medidas consideradas necessárias.

Mas, é verdade, que pelos barcos saídos do Rio, sempre seguiam alguns «cabedais» destinados ao Erário Régio.

Facilitou a criação de Companhias de Seguro e o estabelecimento de Caixas de Crédito, Circulação e Desconto, empregando, em 1799, muita deligência para a execução de um plano nesse sentido.

Encontrou, dificuldade na venda dos prédios pertencentes às corporações religiosas.

Mesmo certos emolumentos não entregues ou pagos, evidente, mandava conservar em depósito, como fêz com os ordenados de um Intendente de Marinha.

A Caixa do Crédito deu muito trabalho, pois não se sabia também que a instalaria com fundo incompleto ou acréscimo, caso houvesse.

Protestou sôbre a inconveniência de serem substituídos empregados práticos e zelosos por outros sem aptidão nem prática, isso a propósito da posse de Fonseca Rangel no cargo de official maior da Secretaria da Junta da Fazenda.

O Cofre de Empréstimo, em 1800, sômente tinha recebido três contos de reis e as Caixas de Crédito não aumentavam por falta de coordenação, aliás resultaram infrutíferos os esforços como no Real Empréstimo e seu aumento.

Colocou 200 contos em apólices, ou procurou colocar, segundo Real deliberação.

Determinou à Mesa de Inspeção fizesse um empréstimo das Consignações que administrava de acôrdo com o Comandante da Esquadra e a referida Mesa, em 1801.

Quanto ao fisco cabe assinalar muitas realizações do conde.

Manda formar uma pauta para a Alfândega, observa haver grande inconveniência em pertencerem aos officiaes da Alfândega as Fazendas apreendidas e pede providências no sentido de regularizar êsse serviço.

Diminui as despesas da Fazenda Real, vigilância da Alfândega na visita aos navios e insiste sôbre o prejuízo para a Fazenda Real como para o Serviço Público na nomeação de Desembargador da Relação para juiz e ao mesmo tempo administrador da Alfândega.

Envia, em seguida, pela Junta da Fazenda, as demonstrações da receita e despesa.

Tomou providências no sentido de evitar o extravio de ouro e diamantes recomendando o exame dos navios que saíam do Rio de Janeiro por constar-lhe que muitos dêles transportaram imensos cabedais.

Fêz partir para a metrópole a fragata *Golfinho* não obstante a falta da remessa dos Quintos de Vila Rica embora a explicação do governador de Minas Gerais, o que prova a regularidade, mesmo com as inevitáveis deficiências, das remessas que fazia o vice-rei para a Côrte, obedecendo as instruções régias.

Determinou ao governador do Rio Grande do Sul que intimasse aos mestres das embarcações que saíssem daquele pôrto com destino à Bahia ou Pernambuco, para fazerem sua derrota com escala pelo Rio de Janeiro a fim de evitarem-se os contrabandos.

Os navios que saíam do Rio Grande do Sul não tinham, para o juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, seus direitos definidos, o que levou ao vice-rei providenciar para acabar com a dúvida em apêço.

As deligências para impedir o contrabando foram continuas mas, ao que parece, não muito eficazes.

Acautelou por todos os modos possíveis a introdução dos contrabandos que da Inglaterra deviam ir para o Rio de Janeiro ou Bahia.

As medidas repressoras dos contrabandos foram postas em prática de tôdas as formas e maneiras, levando em consideração, até, «o projeto dos negociantes de Copenhague» querendo introduzir na praça as fazendas inglêsas proibidas em França. Volta, em 1799, a enfrentar o assunto e solicitar orientação da metrópole. Elabora um projeto para aumentar os rendimentos da Alfândega e determinou ao Ouvidor da Alfândega que procedesse rigorosamente contra os falsificadores de selos.

Mandou fazer averiguações sôbre o rendimento de cada uma das câmaras e organizou dois planos sôbre o programa de exame de opositores as cadeiras vagas e para melhor instrução dos alunos.

Regula, exigindo maior escrúpulo, por parte do juiz da Alfândega, as medidas policiais a fim de se fazer a verificação de todos os embrulhos, como combate aos contrabandistas.

Os mapas do rendimento da alfândega são anuais e as pautas revisadas e aumentadas.

Os negociantes do Rio reclamam a respeito das fazendas que não combinam com o despacho do Consulado. O Juiz Ouvidor da Alfândega é, mais outra vez, chamado, algumas fazendas foram apreendidas e estabelece-se luta aberta entre o comércio e o fisco, permanecendo, como era de esperar, do lado do último, o vice-rei.

O problema das fronteiras também entrou nas cogitações do govêrno do Conde de Resende que, em 1791, faz um relatório sôbre a Demarcação dos Limites.

Teve que enfrentar as pretensões espanholas na fronteira da capitania de Goiás, e encontrou pouco animadoras as perspectivas sôbre o Tratado Preliminar, das duas coroas e suas possessões na América do Sul.

O Brigadeiro Comandante da Capitania do Rio Grande arcou com os protestos do Vice-Rei de Buenos Aires sôbre o «Estranho» e «alguns» procedimentos de portugueses, o que levou o govêrno do Rio de Janeiro a interferir para evitar conseqüências maiores.

Entretanto os espanhóis praticavam abertamente movimentos de fôrças armadas na fronteira do Rio Grande onde pretendiam formar postos militares contra as determinações do Tratado de 1777 e tomou enérgicas medidas para impedi-los.

Mandou retirar-se para o Rio Grande o Marechal Sebastião X.V. Cabral, quando no Rio de Janeiro, «a fim de obviar os excessos dos espanhóis nas pretensões de excederem os limites» do tratado firmado.

As despesas com tropa do exército luso-brasileiro encarregadas com a Demarcação dos Limites não eram pequenas e mesmo assim as praças do sul foram atendidas convenientemente.

Podia, em 1798, falar do «sossêgo e tranquilidade» do «continente» do Rio Grande, o que aliás não durou muito porque o procedimento do Comissário Espanhol encarregado da Demarcação de Limites procurou insultar um dos nossos comandantes, Coronel Francisco Rócio, a propósito duma entrada para o interior da fronteira com a sua partida, a exemplo do comissário espanhol.

O Governador do Rio Grande insistia junto do Conde de Resende na «revalidade» do nosso direito na fronteira e do que se tinha entre os referidos comissários.

Os espanhóis manifestavam com freqüência suas reclamações, mas o nosso vice-rei recomendava que se conservasse a posse dos antigos estabelecimentos na linha divisória do Rio Grande e instruía o governador da capitania do caso.

Assim como se tomavam as providências do Rio de Janeiro para o Rio Grande, realizava-se da capital do Brasil com a do Rio da Prata, diretamente.

As negociações em Buenos Aires sôbre as restituições que os espanhóis não queriam fazer, embora os acordos diplomáticos europeus processavam-se por intermédio, na parte portuguesa, do Coronel José Velasco Molina.

O vice-rei, de Buenos Aires encaminhava seus protestos não só ao Rio, mas ao governador da Capitania do Mato Grosso, tendo ambos trocado correspondência que não se pode chamar de amável.

O Coronel Molina, na capital platina, obtinha cada vez menos êxito no caso das restituições e disso dava ciência ao conde que por sua vez, então, determina que deixe a comissão do Rio da Prata e volte à capital brasileira.

A correspondência com Buenos Aires é volumosa, as diligências são lentas, há motivos que a retardam, mas as concluem em definitivo ou aparentemente. Como remuneração dos serviços prestados, solicita à côrte a promoção do Coronel Molina a general, e também novas patentes de acesso para outros oficiais.

O vice-rei de Buenos Aires, e o governador de Montevideu consentiram que se vendessem, naqueles portos, as prêças feitas a vassallos portugueses por piratas franceses, provocando a reação oficial de nossa parte.

Foi enviado à Capital do Rio da Prata um oficial de confiança do vice-rei do Brasil como portador dos cabedais de S.M. Católica que tinham de ser transportados a Lisboa, conforme ordens recebidas no Rio de Janeiro.

O Conde de Resende dirige-se ao vice-rei de Buenos Aires a respeito de forças navais em operação no Atlântico, «entretendo» a autoridade espanhola até receber instruções mais claras da corte.

O vice-rei do Prata, ainda em 1800, está em plena troca de pedidos, reclamações, protestos, etc. com o do Rio de Janeiro, e, no último ano de governo de D. José Luís de Castro, isto a 20 de março de 1801, cogita de um ataque aos estabelecimentos, espanhóis do Rio da Prata.

Passando do assunto de política internacional para outro completamente diferente, vemos o governo do 5.º vice-rei tratar dos mais variados problemas, como da igreja, religião e sacerdotes, então do Estado.

Ao assumir, mandava dizer de Lisboa da muita despesa feita com eclesiásticos, observação que elle não se cançou de repetir tôdas as vêzes cuja oportunidade aparecia.

O governo tinha de deliberar em matéria religiosa: conceder ao Provincial de S. Antônio a faculdade para admitir 100 noviços.

Defrontava-se, de outro lado, com os casos políticos dos podêres e os mandou presos, na fragata do governo, para Lisboa, após as respectivas sentenças, quando se viram implicados na conjuração de Minas.

Também a conduta, dos sacerdotes era motivo de suas atenções, não só de sacerdotes mas de determinadas pessoas e os conventos serviam de prisão.

O Frei Caetano de Santa Teresa Portugal, em vista do «procedimento irregular que tem tido», no Rio, o fêz recolher no Convento de Santo Antônio até ser enviado para Portugal e do Recolhimento do Parto mandou retirar Maria Francisca Capistrana que ali se achava em virtude de processo cujo andamento tomou outro rumo.

Levantou provas contra o presbítero Manuel Fernandes Teixeira, o Padre Luís Antônio de Sousa pleiteava uma cadeira de gramática latina e Frei José de Santa Maria Mascarenhas obtém licença para transportar-se à corte de Lisboa. São três providências de conteúdos os mais variados, política, cultura e burocracia.

A ajuda de custo concedida aos Bispos e Vigários Gerais foi motivo de discussões, argumentando-se o que se admitia por jornada, se tinham direito a embarcar fazendo jus à alimentação, os lugares de viagem, o quantum e finalmente as próprias disposições legais sobre a matéria, evocando-se textos desde o século XVII.

O recurso interposto à Mesa da Coroa pelo Frei Antônio da Natividade Martins ecoa no Rio de Janeiro, a Câmara da capital nomeia Frei José Mariano da Conceição Veloso seu Procurador Geral e permite-se no impedimento dos capelães da esquadra a um religioso beneditino ir como capelão de um novo paquete.

O prelado dos religiosos espanhóis deixa umas cartas no Rio de Janeiro que são incontinentemente remetidas para Lisboa.

Empregou os maiores esforços a respeito do Quinto e Dízima que deviam pagar a igreja escrevendo, nesse sentido, aos bispos.

Encaminha licença solicitada por um frei para lecionar filosofia na vila de Campos e organiza as listas do número de freguesias, párocos e côngruas que percebem, segundo dados enviados pelo Provisor do Bispado.

Instituiu, para fins de impostos, a avaliação dos bens territoriais das comunidades religiosas.

Os devotos de Santo Antônio Pobre pedem provisão perpétua a fim de um ermitão tirar esmolas, o capelão da Fortaleza de Vilegaignon pede aumento de ordenado, concede ao Provincial dos Capuchinhos permissão para admitir trinta noviços, os irmãos de de uma ordem 3ª solicitam autorização para possuírem bens de raiz, revoga licença concedida a pedido do Bispo de Mariana para um religioso franciscano ir a Minas e tratar de executar a carta régia sobre a venda de prédios de ordens religiosas, confrarias e mais corporações de mão morta.

As relações do Conde de Resende, com a igreja, no seu governo, não foram das mais cordiais.

Quanto ao tratamento que dispensou aos índios, convém citar duas iniciativas de algum significado: estabelecendo novamente na aldeia Tagohy os índios que dela tinham sido expulsos, em 1784, provendo-os, agora de instrumento para lavouras e propondo que se ocupassem no corte de madeiras, da margem do rio Paraíba do Sul, os índios da aldeia de S. Feliz, embora vencendo jornais, ao em vez de negros escravos.

As obras Públicas foram uma das cogitações mais constantes do governo do 5.º vice-rei. Fêz o plano de uma loteria a fim de obter verbas para realizar ou concluir diversas obras, pois havia grande escassez de dinheiro.

Iniciou a coleta de contribuições para a construção de um Palácio Real em Portugal, a fim de servir de habitação de Sua Majestade e Altezas. A Câmara dos município de Magé deu uma resposta ao vice-rei que êle julgou interessante remeter cópia para a metrópole. O assunto era a construção do citado Palácio.

Antônio de Azevedo Santos ao pedir a nomeação, no Rio, para o lugar de mestre das obras reais, o tem de fazer através de requerimento, com a informação do conde e audiência dos altos funcionários em Lisboa.

O movimento portuário na capital do Brasil foi intenso na época de D. José Luís de Castro.

O vice-rei tinha que mandar para Portugal o mapa das cargas transportadas em cada navio, enviar cópias das licenças para água e víveres, explicar os eventuais atrasos da saída, liberação das partidas, os autos de exame, os barcos estrangeiros e finalmente a organização de comboios marítimos para vencerem o bloqueio e a pirataria francesa e espanhola.

Não só os barcos de comércio mas os de guerra movimentavam o pôrto do Rio: os bragues, fragatas, bergantins, sumacas, galeras, corvetas, etc.

O nome de alguns que ancoraram na capital da colônia: «N.S. da Conceição», «Sto. Antônio e almas», «S. José Fama», «Viriato», «Sto. Antônio Voador», «Na. S. da Luz», «Sant'Ana», «Na. Sra. de Belém», «Santa Isabel Rainha de Portugal», «Europa», «Penha de França Aurora», «S. José Beliziário», «Diana», «Águia da América», «Bom Piloto», «Rei David», «América Florida», «Senhora do Bom Fim», «Boa Fé», «Brilhante Aurora», «Flor do Cabo», «Resolução», «Ángenja», «Liberalidade», «Maria», «Confiança», «Princesa da Beira», «S. Joaquim Augusto», «S. Francisco de Paula», «Na. Sra. do Amparo», «S. Rita», «Elisa», «Águia Volante», «Gavião», «Harmonia», «Amisade», «Ana Catarina», «Carlota», «Protetor», «Margarida», «Bela América», «Caçador do Sul», «Albuquerque», «Invencível», «Ulisses», «Na. Sra. do Carmo», «Triunfante», «Barbara de Lourdes», «Livramento», «Real Recobro», «Flor de Jequiá», «Esperança», «D. Rodrigo de Sousa», «Bom Piloto», «Trajano», «Bom Sucesso», «Na. Sra. da Lapa», «S. José, o deligente», «Pensamento Feliz», «Pêrola do Norte», «Margarida», «Brilhante do Rio», «Thetis», «Espadarte», «Grão Pará», «Espada de Ferro», etc.

Com as embarcações portuguesas, outras inglesas, americanas, etc. Poucas é verdade, de outra procedência, pelo fato, do comércio marítimo ser monopólio dos portugueses.

Os assuntos de marinha mercante muitas vezes confundiu-se com os de marinha de guerra e vice-versa, mas é possível destacar um do outro.

Anualmente entraram no pôrto do Rio de Janeiro navios de guerra portugueses, como esquadra que em 1795 esteve na capital do Brasil.

O Capitão de mar e terra Manuel da Cunha abandona no Rio de Janeiro o comando da esquadra «por não lhe ter sido dada uma explicação sobre o fato da prisão de um marinheiro, seu criado», o que determinou abertura de inquérito e informações as mais variadas. O vice-rei fazia prevalecer o poder de sua autoridade.

O Conselho do Almirantado foi, nesse ano, 1795, elevado à dignidade de Tribunal Régio, o que lhe prestigiavam as resoluções.

O Conde de Resende exercia seu mandato não distinguindo pessoas, mas respeitando a lei.

Prendeu o Capitão de Fragata João Douglas, comandante da nau *D. Pedro*, por se encontrar êle fora de horas «vestindo fraque de chita e meio alcoolizado», segundo parte dada pelo oficial de ronda.

Outra medida de caráter estritamente disciplinar que tomou foi a de recomendar ao Capitão de mar e terra Paulo J. da S. Gama que observasse a ordem estabelecida a respeito da mesa para oficiais.

Esclarece, em seguida, a Côrte, que os oficiais de que se compõem a esquadra estacionada no Rio de Janeiro cumpria exatamente suas obrigações.

Algumas medidas de rotina burocrática: envia o 2º Tenente da Marinha Inglesa Riek Johnson, que ficara gravemente enfêrmo no Rio; informação do oficial Domingos Fialho sobre a prisão de oficial de marinha; explica as razões da prisão de marinheiro da fragata *Venus*; envia inúmeras vezes o cofre com cabedais do rei; atende a requisição de um comandante de esquadra que pedia vinte soldados artilheiros para a guarnição da fragata *Minerva* e concede licença a oficiais de marinha para visitar a Fazenda de Santa Cruz.

Apresentavam-se, todavia, como é de admitir-se casos difíceis. Comunicando a precipitação com que saiu do Rio de Janeiro a esquadra comandada por Manuel da Cunha e os inconvenientes desta irregularidade. O proceder ou maneira de proceder com oficiais da marinha inglesa quando desembarcados no pôrto do Rio de Janeiro era motivo de explicações demoradas.

Entre as medidas que tomou, e depois participou à Côrte, contam-se mais as seguintes: comunicando as insolências e falta de subordinação do comandante da esquadra portuguesa ancorada no Rio de Janeiro; pondo em execução a providência ordenada, pelo vice-almirante, que os navios deviam sair juntos e conservar neste pôrto até chegar à estação própria; mandou quatro peças de calibre 24 ao Capitão de mar e terra Henrique de Fonseca Sousa, encarregado da defesa do pôrto do Rio Grande; explica a causa da demora no pôrto do Rio da galera *Flora* e a razão de se lhe per-

mitir fazer viagem fora do comboio até a Bahia com proibição de viajar para Lisboa.

Comunica que a requerimento do chefe da esquadra, Francisco de Paula Leite, fêz-se a compra dos gêneros trazidos por navio dinamarquês, compra com informações favoráveis do juiz Ouvidor da Alfândega, em 1798.

Ano, aliás, que saía mais um comboio, composto desta feita, de 18 navios mercantes, cuja partida teve que ser adiada por razões militares, adiada apenas por dias.

Registra a partida da nau *Marialva*, comboiada pela fragata *Tritão*, com «avultadíssimas quantias» para as negociações de Ásia.

A defesa do pôrto do Rio Grande continua a despertar o interesse do Conde que autoriza o vice-almirante adquirir dois bergantins e confiá-los ao capitão de mar e terra encarregado da dita defesa que estava, também, preparando lugar para balas ardentes, uma barca canhoneira e adiantando algumas obras de fortificações.

Remete a parte que deu o comandante do paquete *Faltonte* a respeito de sua chegada e dos inconvenientes que motivaram não sair no dia determinado.

Comunica que fazia observar o que S.M. determinou a respeito das nomeações de oficiais de marinha.

Participa ter o Intendente da Marinha examinado os navios de um comboio ordenando a prisão de 24 horas a alguns mestres e repreendendo os donos e interessados das embarcações que se acham sobrecarregadas.

Transfere a saída de um comboio para nêle incorporar novo paquete que está preparando.

Não podia diminuir as verbas com a defesa dos portos brasileiros, como pedia a côrte, pois achava imprescindível a manutenção em aprêço e assim não fazia a economia solicitada.

Comunica diversos adiamentos de saída de comboio, participa os inconvenientes resultantes da chegada do atraso dos mesmos, faz os balancetes das despesas realizadas pela esquadra em diferentes portos e transfere oficiais do exército para marinha.

Declara achar-se o pôrto do Rio Grande em perfeito estado de defesa depois da construção, em 1799, de duas baterias na margem meridional do rio, guarnecidas de peças de grosso calibre, com fornos para balas ardentes e auxiliadas de barcas canhoneiras.

Informa a respeito do naufrágio de um navio carregado por conta de uma francesa, Joana d'Entremeuse, e as desconfianças que dela tinha.

Requisita dos governos de Minas e S. Paulo todos os vadios e ociosos ali existentes a fim de empregá-los no serviço da marinha.

Providencia na defesa da capitania do Espírito Santo, recebe armamento da metrópole constante de várias peças de artilharia e encaminha um pedido dos negociantes da praça do Rio no qual solicitam que o comboio não aporte na Bahia mas siga direto para Lisboa.

Abre uma devassa a respeito das desordens praticadas por diversos marinheiros e sobre o procedimento irregular do 1º Tenente José Maria Gonçalves e do comandante do bergantim *Serpente* contra a guarda da «Casa dos Contos» e seu comandante.

Promete não embarçar a saída do navio *São João e S. Lucas* que se achava armado em guerra e aceita as explicações dadas pelo Capitão de Mar e Guerra Antônio Portugal que não quis levar para Moçambique o Tenente José Carlos de Melo Alvim.

Manda entregar, em 1801, ao Comandante da Esquadra, no Rio, alguns navios dos apresados e note-se que um ano antes o vice-rei tinha construído quatro barcas canhoneiras para defesa do pôrto da capital brasileira.

Vendo a obra realizada pelo Conde de Resende no terreno da justiça e administração encontramos as realizações de um alto funcionário, como êle o era, devotado ao trabalho burocrático, que absorvia tempo enorme.

Alguns dos desembargadores do Rio de Janeiro de seu tempo: José Feliciano da Rocha Gameiro, José Antônio da Veiga, João de Figueiredo, Antônio Diniz da Cruz e Silva e José Soares de Barbosa, Manuel Pinto da Cunha e Sousa, Antônio Luís de Sousa Leal, Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, Tristão José Monteiro da Fonseca, Francisco Alvares da Rocha e Luís José de Carvalho Melo.

O vice-rei tinha de dar posse, registrar nos Tribunais e mais repartições os decretos expedidos, cuidar das instruções para boa marcha da justiça tomar conhecimento das violências praticadas pelos serventuários ou funcionários da justiça, saber das irregularidades havidas no cumprimento da lei e até levar ao conhecimento de Lisboa os nomes dos Desembargadores que faltavam ao cortejo no dia do aniversário de S. Majestade.

Encaminhar pedidos à Mesa da Consciência e Ordens, tomar nota de arbitrariedades como as de um juiz de fora como Provedor de Defuntos e Ausentes, comunicar que se recolhiam à corte este ou aquêle desembargador, informações e representações houve, entre tantas, uma dos Ministros da alçada sobre o lugar de supranumerários criados na Relação do Rio constituíam atividades de justiça do vice-rei.

As próprias viagens dos desembargadores a Lisboa eram precedidas não só de licenças de comunicações.

As instruções organizadas pelo juizado comissário das tesourarias de defuntos e ausentes, no Rio para as arrecadações foram postas de imediato em execução.

Os desembargadores não desempenhavam suas funções somente nos tribunais de justiça e, sim, noutros setores da administração; Intendência Geral do Ouro, Alfândega, etc.

Achou necessário criar-se no Rio Grande do Sul, Campos de Goitacazes, Paraíba do Sul, etc. um ministério de Vara Branca, pedia medidas drásticas para repressão da vadiagem no Rio e propunha a remessa de destacamentos militares no interior, para impor respeito da lei.

As providências complementares para execução de sentenças foram em grande número como sobre marinheiros desertores, commutação de penas, extradição para a África, sequestro inclusive dos bens do governador de Benguela, degredo e principalmente os casos de crime político, mas estes serão examinados a parte.

A devassa e as sentenças foram, a primeira, encerrada e a segunda, executada, no govêrno do Conde de Resende.

Tiradentes enforcado no Campo de São Domingo, parte chamada Campo da Polé, no Rio, indo a cabeça para Vila Rica e os pedaços do corpo em Bandeirinhas, Borda do Campo, Varzinha e Cebola, onde estiveram expostos.

A morte de José Joaquim da Silva Xavier ocorreu em 1792 e dois anos depois, 1794, mandava fechar a «Sociedade Literária» que vinha funcionando há muito tempo, quase oito anos e além dessa ordenou que cessassem suas atividades outras agremiações «acusadas de pregarem as doutrinas revolucionárias de França, tendo sido presos os associados conduzidos às fortalezas e sequestrados seus livros», como diz um historiador da cidade do Rio.

Fatos que abalaram a opinião pública e provocaram o ódio e desprestígio no Brasil, do 5º vice-rei, mas distantes desses fatos, agora, podemos dizer que êle apenas se limitou a cumprir com o seu dever de enviado de Sua Majestade.

Não admitia D. José Luís de Castro que nenhuma autoridade se lhe ultrapassasse e levando um conflito de competência ao máximo do exagêro, terminou por incompatibilizar-se com o presidente do Senado da Câmara do Rio, Baltazar da Silva Lisboa, então juiz de fora, que foi, pelo vice-rei, expulso da capital do Brasil.

A repercussão desse fato não é em nada favorável ao Conde de Resende.

Continuando a ler sua correspondência para a Côrte podemos verificar como aos assuntos dedicados à política, polícia do Estado, a justiça como fôrça contra a revolta o preocupavam.

Chegam ao Rio o Desembargador S. Xavier Coutinho e outros ministros especialmente designados para conhecerem das devassas e processos da conspiração mineira. Mandou vir os presos políticos de Minas e recomenda ao chanceler trasladasse pelos acórdãos as culpas dos eclesiásticos a fim de se lhes fazerem autos especiais. Faz seguir para ficarem as ordens dos governadores de Minas e S. Paulo dois oficiais do chanceler, um para o Ouvidor paulista e outro para o Intendente de Vila Rica, a fim de efetuarem a prisão de «vários indivíduos». Chegam presos de Minas e exige a vinda de outros para acareações. Pretende em outubro de 1791 enviar os autos sumários dos réus de Minas. Executa a sentença de 18 de maio de 1792 contra os inconfidentes. Depois louva o acerto com que se houve o Desembargador Chanceler da Relação no desempenho da missão que foi incumbido no processo contra a Conjuração Mineira, recomenda o Desembargador Francisco da Rocha pelos serviços que prestou como escrivão da Alçada, elogia o ouvidor José A. Valente pelos serviços prestados como escrivão dos traslados da devassa e atesta os «relevantes» serviços do Capitão de Granadeiros José Pereira Duarte na guarda dos presos da conjuração.

Determina que alguns réus da inconfidência sigam para Lisboa, com a escolta de um oficial e oito soldados, na fragata *Golfinho* e organiza relação dos conjurados mencionando os destinos que tiveram, o tempo em que partiram e as embarcações que os transportaram, excetuando-se Fernando José Ribeiro que seguiria para Benguela. Não fêz partir para Angola Frei Silvério de N. Senhora d'Alegria devido seu precário estado de saúde, procede diligências para descobrir o paradeiro de Frei Manuel do Bom Sucesso e elogia o «patriotismo» do Coronel Joaquim Silvério dos Reis na ocasião da conjura.

A versão oficial da luta entre o presidente do Senado da Câmara e o vice-rei consta de um officio dêste último: «comunica ter o juiz de fora Baltazar da Silva Lisboa enviado uma carta anônima que recebeu de Jerônimo Teixeira Lôbo sôbre uma nova sedição igual à de Minas Gerais; bem como mandou proceder a devassa ficando na inteligência de ser a referida carta fruto do mesmo Baltazar ao qual mandou render por outro ministro».

Recebe a denúncia de José Bernardo da Silveira e abre uma devassa contra Manuel Inácio da Silva Alvarenga, médico Jacinto e João Marcos, mandando, em seguida, proibir o funcionamento de uma sociedade literária no Rio.

As lutas políticas com a Espanha e a França refletem-se no Brasil.

Remete para Lisboa uma carta vinda da Espanha para a Serenissima Sra. Princesa do Brasil, comunica a arribada no Rio

de Janeiro de um navio espanhol aprisionado em 1798 e venda da fazenda e outras partes, participando depois a entrega duma embarcação espanhola conduzida por Henrique José de Carvalho. Instaura um processo contra a corveta espanhola *Hércules*, apreende o navio espanhol *Monte do Carmo* e impõe condições a um navio daquela bandeira para navegar no comboio.

Comunica a deliberação tomada antes da chegada da ordem para declarar guerra contra a Espanha e o que se praticou com os espanhóis depois daquela publicação, em 1801.

Tomou providências o vice-rei a fim de «evitar os excessos praticados pelos navios franceses na costa do Brasil».

Pela galera *Na. Sra. dos Prazeres* chegaram ao Rio procedente de Angola, quatro franceses tidos como suspeitos e enviados de imediato para Lisboa.

O governador da capitania da Bahia comunica ao Conde de Resende o aprisionamento do navio *Andorinha* pelos franceses.

D. José Luís de Castro determina a saída da nau *D. Henrique* para cruzar a costa desde a altura do Rio Grande até Cabo Frio, bem como localiza nesse último ponto uma fragata francesa que apresou algumas embarcações pequenas, e não pôde mandar dar caça para não retardar mais a organização definitiva da expedição contra os franceses.

O bergantim *Invencível*, em 1798, foi destinado ao combate dos corsários franceses que infestavam a costa do Brasil. O cor-reio marítimo *Príncipe Real* da frota portuguesa caiu, na altura de Cabo Frio, em poder dos corsários da França.

Mais grave foi a notícia recebida no Brasil que uma armada francesa de 12 naus de linha com 20.000 homens saíra de Brest em direção ao Brasil ou Índias Orientais.

O chefe de esquadra Paulo da Silva Gama recebe nova incumbência de percorrer a costa norte em virtude dos informes da presença de franceses corsários que estavam praticando hostilidades.

O vice-rei manda transferir, como medida de segurança, os oficiais franceses presos, da Ilha das Enxadas para o Forte de Boa Viagem, no Rio.

Em 1801, pelo navio *Espada de Ferro* embarca, para Lisboa, oito prisioneiros franceses. Embarques que se repetem nos navios *Fama*, *Trajano* e *São Marcos*. Nesse mesmo, ainda, manda para a capital portuguesa mais 114 prisioneiros franceses que estavam no Rio.

Aliás vão outros, com mais 13. Relação das embarcações apreçadas por franceses e espanhóis na costa brasileira e o último ato do vice-rei foi o de mandar uma relação do número de prisioneiros franceses e dos navios que o transportaram.

«A fé e lealdade aos legítimos soberanos» corriam perigo e para salvaguardá-los e ter elementos ou fontes de combate da ideologia subversiva, então, em moda, o vice-rei solicitava de Lisboa a remessa de exemplares da obra que em Londres fôra traduzida em português sôbre a revolução francesa.

Mas a aliança luso-britânica teve, no Brasil, alguns reflexos e desfechos inesperados; 19 desertores ingleses são presos no Rio e mandados para Portugal, o brigue inglês *Eufrosino* pede abrigo no pôrto do Rio e respectiva proteção e ao cumprir o vice-rei as requisições da esquadra inglesa fundada na capital brasileira receiava ter «comprometido a honra da Nação, pela impossibilidade de repelir qualquer violência».

Encontrava, na verdade, razões para atender esta requisição da esquadra inglesa. Da saída do comboio do citado país e da segunda arribada de idêntica procedência, até a venda das fragatas inglesas, o Conde de Resende teve que agir com habilidade para não criar um incidente, no Rio ou na Metrópole, com a importante aliada.

A nau portuguesa *Maria I* apreizou o bergantim inglês *Doli*, o que levou o vice-rei a convocar um conselho de guerra para julgar da culpa atribuída pelos ingleses aos oficiais de «nossa» marinha.

O chefe de divisão Luís da Mota Féu aprisiona o bergantim *Poli* de bandeira americana.

De outro lado, prende Francisco Alvares da Silva Freire, degredado para a Índia, como «jacobino e pedreiro livre».

A missão política do vice-rei não só era espinhosa mas exaustiva, tendo que enfrentar problemas internos e externos.

A sua grande obra foi a de reorganizador do exército colonial, criando escola de armas e novas unidades, remodelando quartéis, construindo defesas e reequipando batalhões. As fortalezas quase que foram levantadas outra vez, com baterias adequadas, canhões modernos e depósitos providos de munição. As forças militares regulares e auxiliares da capital e das capitâneas passaram por completas readaptações.

As fábricas de armamento, duas casas de armas e arsenais transformaram-se em estabelecimentos e repartições de trabalho e produção.

Cabia ao vice-rei o comando no Brasil de tôdas as tropas de terra e forças de mar e assim os efetivos, reformas, substituições, nomeações, promoções e designações estavam ao seu cuidado.

A correspondência, nesse sentido, é a maior de tôdas que êle manteve com a côrte, mas não parece caber aqui o estudo do governo das armas do 5º vice-rei, mais apreciado pelo lado político, econômico e administrativo.

Mesmo como administrador tinha, por obrigação, tratar de estatística, relatórios e inquéritos, prover os cargos públicos, organizar e instalar as repartições e informar até os pedidos de comendas e honorárias como a do Hábito de Cristo etc. quando requerida por gente da colônia.

Esta constitui outra parte nitidamente burocrática que não se examinará, o que é pena, uma vez que teríamos a oportunidade de dar um retrato mais completo do govêrno do Conde de Resende, mas acrescente-se que desde 1795 e mesmo antes começou a tratar da separação do govêrno da capitania do Rio Grande então sujeita ao Rio de Janeiro.

Convocou, em 1799, os médicos da capital para fazerem uso da «inoculação» e mandou, em 1798, para Lisboa 182 pássaros preparados por Francisco Xavier Cardoso, aliás em 1793, enviara um caixote de borboletas e insetos.

Dedicou grande atenção ao Rio de Janeiro, que, como capital, mereceu cuidado especial de sua parte e, assim que chegou, a segunda medida administrativa que tomou foi a respeito do Aqueduto da Carioca. Reparou tôda sua construção mandando fazer 1.303 praças, o cobriu inteiramente «a fim de evitar a imundície e o ardor do sol» e levantou um chafariz no Quartel do Moura pensando no caso duma invasão estrangeira se cortasse o aqueduto.

Prevê a construção de uma grande cisterna, projeta concluir a Sé e de completar «um exágono que ficava cavaleiro à Fortaleza de Santa Cruz» segundo planta do Marechal Funks.

Pleiteia a mudança do Lazareto cujas as graves conseqüências não podiam deixar de ser previstas uma vez que ficavam tão próximo à povoação.

Trata de um Jardim Botânico, criação de correio público, construção de «terreiro público» e «suas vantagens ao povo e rendimentos reais».

Coloca no Rio e «postos adjacentes no melhor estado de defesa sem onerar a fazenda». Instala 29 peças, constituindo uma bateria baixa, na Fortaleza de Santa Cruz, no mesmo nível de outra que já existira. Colocação de «artilhamento» no adro da Igreja da Glória do Outeiro.

Conserta fortalezas e faz levantamento de fortes de faxina pela marinha da cidade no Morro do Castelo, Beco da Música, Prainha, Caso do Trem, Arsenal de Marinha, etc.

Outras obras ainda têm andamento como o trapiche da Ilha das Cobras, troca dos condutores de ferro pelos de pedra para água do chafariz do Largo do Palácio, calçamento da rua do Cano, abertura duma travessa da rua do Lavradio para a de

S. Lourenço, abertura da rua dos Invalidos, comêço do atêrro dos Campos da Lampadosa e de Sant'Ana, prolongamento do cais do Largo do Palácio, linha de botes para Ilha das Cobras e aumento de um andar dos Palácios dos vice-reis.

Impôs medidas para o asseio das ruas e das casas da capital, estabeleceu uma junta de professôres a fim de examinar os boticários do Rio e colocou iluminação nas ruas, quatro e dois candelabros de acôrdo com o respectivo movimento.

Assinalam-se, ainda, três fatos importantes ocorridos no seu vice-reinado: incêndio do edifício do Senado da Câmara, em 20 de julho de 1790 e a crise de farinha e sal.

Subira o preço da farinha em Pernambuco e na Bahia e então as vendas eram canalizadas para aquelas praças, faltando no Rio. O vice-rei mandou ao Intendente do Arsenal de Guerra construir uma barraca no Largo do Palácio, dizendo esperar que se «descarregue a farinha se houver a bordo para ali ser vendida a preços módicos». E a farinha surgiu como de encanto.

O mesmo acontecera com o sal e determinou o vice-rei «que doze archeiros fôsem arrombar as portas dos armazéns da Prainha, abarrotados de sal, se os negociantes se recusassem expô-lo a venda». Aí apareceu o sal em todo o Rio de Janeiro.

«Não foi o Conde de Resende amado do povo, como o haviam sido os dois vice-reis que o precederam», diz Milliet (*).

IX

João Alberto de Miranda Ribeiro governou a Capitania de Santa Catarina de 8 de julho de 1793 a 19 de janeiro de 1800, data em que faleceu na então vila do Desterro.

Foi nomeado pelo Conde de Resende a quem coube, no Brasil, um papel político importante de aplicar o «justo castigo dos réus incursos no abominável crime de rebelião» e do «descobrimento das infectas sementes que ainda poderão restar do mesmo crime, para que conhecidas elas, se lhes possam aplicar proporcionados remédios, até as extinguir de todos», como escrevia, a Rainha, em Lisboa a 17 de julho de 1790, a D. José de Castro.

As capitanias precisavam desta maneira, temiam-se em todo o Brasil novos surtos do «horrível atentado contra a real soberania», que nelas governassem gente de absoluta confiança do vice-reis.

Escolheu-se Miranda Ribeiro, Tenente-Coronel do Regimento de Moura, no Rio de Janeiro, para a ilha e continente de Santa Catarina, onde correspondeu a esperança nêle depositada, pois

(*) J.C.R. Milliet de Saint Adolphe — «Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil» — Paris — 1845.

esteve quase oito anos no exercício das funções e só as perdeu quando de seu falecimento.

«O país é saudável, e muito fértil, os habitantes são trabalhadores, porém pobres, esta última circunstância unida a uma provedoria também pobre, a uma câmara de rendas muito limitadas, e a um comércio insignificante nada podem contribuir para o aumento considerável desta colônia», como se lê no «discurso sôbre o que observou Moneron na Ilha de Santa Catarina, quando nela aportou o viajante La Perouse, no ano de 1785».

A obra dos governadores da Capitania era árdua. Miranda Ribeiro ainda tinha a situação internacional por diante, com a revolução francesa agitando o mundo e o reflexo do conflito na América Portuguesa.

Manuel Joaquim D'Almeida Coelho, na sua «Memória Histórica da Província de Santa Catarina», («Memória Histórica da Província de Santa Catarina» pelo Major Manuel Joaquim D'Almeida Coelho — Santa Catarina — Tip. Desterrense de J. J. Lopes — Rua da Trindade nº 1 — 1856) — assinala que o citado governador em consequência da fermentação bélica d'Europa, fez construir entrincheiramentos na praia do Forte de S. João da terra firme: disciplinou a tropa, arranhou as milícias, fazendo-as fardar e armar, de modo que chegaram ao melhor grau de disciplina.

Ao lado de seu interesse pela organização militar, além de criar «algumas companhias de cavalaria e infantaria nas freguesias e distritos», acrescenta, ainda, o mesmo A. que o governador em apêço «Concorreu e animou o povo para o bom gosto no trato da civilização».

Achava-se, ao tempo do Major d'Almeida Coelho, no Arquivo da Câmara da Cidade, então do Desterro, o officio de 8 de junho de 1793, assinado pelo vice-rei, «prevenindo à Câmara que em objeto de serviço chamava à capital o governador Coimbra, e o mandava substituir pelo Tenente-Coronel João Alberto Miranda Ribeiro».

Manuel Soares Coimbra também tinha o mesmo pôsto e pertencia ao Regimento de Bragança, no Rio. Quando nomeado para governador de Santa Catarina foi promovido a coronel do Regimento da Ilha, mas como não queria sair da capital da colônia, reclamou sua classificação o que originou curioso incidente com vice-rei, a Corte de Lisboa e entre altas autoridades.

Coimbra tivera uma administração brilhante, porque homem dinâmico e competente, pôs em execução vasto plano administrativo, mas denunciado pelo Provedor João Preste de Melo, seu inimigo, caiu nas malhas de um processo por desfalque e arbitrariedade

onde os desafetos puderam-se vingar, aumentando a intriga e a calúnia.

Coimbra foi a Lisboa defender-se e voltou Brigadeiro dos Reais Exércitos, «e o Govêrno mandando pôr o processo em perfeito esquecimento».

Esta personalidade de valor foi que Miranda Ribeiro substituiu na Capitania de Santa Catarina.

Construiu de fachina, o Forte de S. João, em 1793, por ordem de Miranda Ribeiro, o Sargento-mor engenheiro Joaquim Correia de Lacerda.

No seu govêrno, tem lugar a execução de um decreto regulando a entrada de degredados em Santa Catarina onde a situação climática tão boa não justificava a transformação da capitania em lugar de castigo.

«Benéfico e temperado, como todos sabemos, é o clima da Província, e o confirma o Decreto de 20 de novembro de 1797, proibindo a vinda de degredados pela razão da bondade de seu clima, ordenando — que aquêles — réus que por seus delitos mereceram o degredo do Brasil se mandem para as capitanias do Mato Grosso, e Rios, Branco, Negro e Madeira, climas, que sendo menos favoráveis, têm necessidade de serem povoados».

A estrada de S. José a Lages cuja abertura vinha preocupando os governos desde 1772, pois o capitão general de S. Paulo, dessa época, D. Luís Antônio de Sousa dirigira-se a Francisco de Menezes, então governador de Santa Catarina, para que se estabelecesse uma comunicação pela Serra entre o sul e S. Paulo, no caso duma invasão espanhola, também foi um dos pontos abordados no govêrno de M. Ribeiro, como se pode ver através duma carta da Câmara da Vila do Desterro, em 22 de julho de 1796, «dirigida à Rainha de Portugal pelo seu Conselho do Ultramar, diz sobre estrada — que ali existiam duas Guardas, e pede a criação de duas outras freguesias em tôda a sua extensão, a fim de aumentar a povoação e facilitar o trânsito».

Criando-se a ouvidoria de Santa Catarina, em 1749, que a separou de Paranaguá, no ano seguinte foi nomeado Manuel José Faria seu ouvidor e ao tempo de Miranda Ribeiro passaram pela ouvidoria catarinense dois bacharéis: Luís Carlos Muniz Barreto e Lourenço José Vieira Souto.

Muniz Barreto tomou posse a 16 de agôsto de 1787 e Lourenço José Vieira Souto o substituiu, assumindo a 4 de fevereiro de 1795, o novo titular. Depois, Luís Teixeira de Bragança, entrou no exercício do cargo em 1804.

Muniz Barreto «é o primeiro filho da província que se doutorou na Universidade de Coimbra: nascido na cidade do Desterro de

pais pouco abastados, mas distintos, os parentes o mandaram para Lisboa, donde passou a Coimbra: cursando naquela Universidade os estudos, se doutorou em Jurisprudência: foi muitos anos lente d'história no Colégio dos Nobres em Lisboa, donde êle veio despachado Ouvidor, cargo que exerceu com dignidade, até que faleceu na mesma cidade do Desterro (entre sua família e parentes) a 5 de junho de 1791», como escreve D'Almeida Coelho.

A Administração da Fazenda foi instituída em 1751 de forma a atender diretamente a capitania e compunha-se de um Provedor, um Escriturário e um Almoxarife, que servia de Tesoureiro:

João Prestes de Melo foi Provedor de 1791 a 1798, Manuel José Ramos escrivão e provedor interino várias vezes, como interinamente também exerceu a Provedoria, o Intendente de Marinha José Félix da Costa, todos funcionários da fazenda durante o govêrno de M. Ribeiro.

A pesca da baleia desenvolveu-se com a fundação de duas armações novas, uma, em 1795, a de Garopaba com Capela dedicada à São Joaquim e outra, em 1796, a de Imbituba, suplemento da de Garopaba, dedicada a Sant'Ana.

O Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, na sua «Notícia Geral da Província de Santa Catarina», («Notícia Geral da Província de Santa Catarina» — pelo Arcipreste Joaquim Gomes d'Oliveira Paiva — Natural da mesma Província — Autor dos Ensaios oratórios — oferecida no ano de 1864 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Editor João Ribeiro Marques — Desterro — Tip. da Regeneração, Largo do Palácio nº 24 — 1873), diz que Miranda Ribeiro, «em conseqüências dos trágicos acontecimentos da Europa», acontecimentos, aliás, evocados por todos os historiadores, «fêz construir trincheiras no lado da terra firme à entrada da capital».

Refere-se, também, como «organizou as milícias» e «disciplinou a tropa». Fala ainda que «muito concorreu para dar ao povo certo grau de civilização».

Conclui a pequena notícia sôbre o govêrno de Miranda Ribeiro desta maneira: «Quando desempenhava com tanto zêlo a nobre missão de que fôra investido, viu-se surpreendido pela morte» e traz a data que vem nas outras fontes já conhecidas.

Lucas A. Boiteux, na sua História de Santa Catarina — («Pequena História Catarinense» — Adotada oficialmente — Florianópolis — Oficinas a Elect. da «Imprensa Oficial» — 1920. Há uma 2ª edição — in Comp. Melhoramentos de S. Paulo — «História de Santa Catarina» Resumo Didático 1930») ao tratar dêste governador, alude ao forte, e dá o número de canhões que é de

seis. Fala noutro forte mandado construir pelo tenente-coronel, forte com o nome de Santa Bárbara, «onde está hoje a Capitania dos Portos», e enumera a criação de «algumas companhias de cavalaria e infantaria nas diversas freguesias e distritos», além de como uniformizou a tropa. Declara que no seu tempo foi reformado o contrato da pesca de baleias, fundando-se a armação cujo nome conhecemos e não dá a filial da mesma.

O nome do engenheiro que construiu os dois fortes é Joaquim Correia Serra para L.A. Boiteux e não Joaquim Correia de Lacerda, como vem em Almeida Coelho.

Acrescenta que «foram feitos alguns reconhecimentos ao sertão», alude à criação dos correios e traz uma estatística de 1796.

«População — Em 1796, existiam na capitania 4.216 fogos e 24.865 habitantes adultos, fora a tropa. A indústria era representada por 3 engenhos de açúcar, 192 engenhocas de moer cana para alambiques, 4 engenhocas de pilar arroz, 297 moinhos e atafonas, 884 bolandeiras de mandioca e 32 cortumes. O comércio marítimo era feito por cêrca de 20 embarcações das praças da capitania», (pág. 92).

«Correios — Por alvará de 27 de fevereiro de 1798 foi criado o serviço de correios no Brasil, o nosso Estado foi contemplado com tão útil e necessário melhoramento pouco depois o alvará relativo aos Correios foi publicado, em bando, entre nós, a 3 de junho do mesmo ano», conforme se verifica na idêntica página do livro.

Traz a informação que a morte de M. Ribeiro resultou de doença grave.

Noutra obra anterior do mesmo A., que é trabalho apresentado ao 3.º Congresso de Geografia realizado, em 1911, na cidade de Curitiba, traz algumas notícias mais referentes a Miranda Ribeiro.

— «Notas para a História Catarinense» — pelo Capitão-Tenente — Lucas Alexandre Boiteux — Tip. a vapor da Livraria Moderna — Florianópolis».

Além de citar a construção dos dois fortes, novamente a estatística resumida dos fins do século XVIII e outros dados conhecidos, esclarece que o governador da capitania tinha como secretário o Major José de Castro Ramos e que Miranda Ribeiro quando no pôsto de capitão fez a campanha da expulsão dos espanhóis do Rio Grande em 1776.

O Regimento de Moura, com 679 homens no seu efetivo, era contingente maior do que o do Regimento de Entremoz, Regimento de Bragança, aliás também na casa dos seiscentos e de outros mesmo menores como a Companhia de Guardas do vice-rei.

Companhia de Infantaria da Ilha de Santa Catarina, Companhia de Infantaria do Rio Grande, Regimento de Dragões do Rio Pardo e Tropa Ligeira do Rio Grande. O Regimento de Moura tinha efetivo menor do que o Regimento de Infantaria de Santos, Legião de Voluntários Reais de S. Paulo e o 1.^o Regimento do Rio de Janeiro. Eram os efetivos, perto de seis mil, do General João Henrique Bohn, em 1777, no Rio Grande. Não estão computadas outras forças pequenas de diversos comandantes. Como se vê em «Rêgo Monteiro» (Jônatas da Costa, Coronel) — «Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul — 1763-1777 — Imprensa do Estado Maior do Exército — Rio — 1937».

Tôdas essas forças estavam empregadas na luta contra os espanhóis. O Regimento de Moura teve papel saliente na guerra de expulsão dos espanhóis.

L. A. Boiteux, nessa sua segunda obra, descrevendo os acontecimentos do período de govêrno de M. Ribeiro, ao falar da pesca da baleia diz o seguinte: «Tendo sido feito novo contrato da pesca de baleias por 12 anos pelos portugueses Joaquim Pedro Quintela e João Ferreira Sola, pela quantia de 120.000 cruzados, fundaram em 1795 a armação de Garopaba, com uma capela dedicada a S. Joaquim, e no ano seguinte a de Imbituba, tendo por padroeira Sant'Ana. A pesca, porém, começou a escassear muitíssimo. De 1793 a 95 foram pescadas 254 baleias; de 1795 a 96 mataram 496, tendo sido retiradas dêsses cetáceos 11.250 pipas de azeite de 200 medidas cada uma. No fim dêste contrato não apareceu quem o quisesse reformar».

Assim a história da armação surge-nos com melhores informes, assim no caso da comutação da pena de degredo. «Em seu govêrno, pelo decreto de 30 de junho de 1794 mandou-se cumutar para a Ilha de Santa Catarina, o degredo do Maranhão e Pará; felizmente, porém, o decreto de 20 de dezembro de 1797 proibiu esta comutação, atenta a bondade do clima», etc.

Em 1797, «entravam no Rio de Janeiro, procedentes do Desterro, 16 navios com mercadorias e da Laguna 12», e noutra passagem: «A atual rua da República foi aberta na sua administração, bem como a atual Esteves Júnior». No «resumo didático», já citado, sôbre a história catarinense, dêste mesmo pesquisador, acha-se ainda a notícia que em virtude do reconhecimento do sertão, medida ordenada pelo Coronel M. Ribeiro, resultou «o estabelecimento do arraial da Palhoça, no continente fronteiro». Três eram, ao tempo daquele governador, os portos comerciais da capitania Desterro, Laguna e S. Francisco, segundo se esclarece no resumo de L. A. Boiteux.

A «Vila dos sertões das Lagens», ao tempo de Miranda Ribeiro, promove três pedidos ou representações bem interessantes: uma ao vigário capitular, outra ao Bispo e a terceira à própria D. Maria I, rainha de Portugal, como se vê na obra do Conselheiro Silva Mafra. (*)

«Em 10 de maio de 1795 a Câmara de Lages remete ao Vigário Capitular uma representação do povo, que, atribuindo a decadência em que ia a vila à falta de recursos espirituais, e para fundamentar o pedido das necessárias providências, lembra que o território do distrito é uma fronteira do espanhol —, e o único caminho por onde se faz o comércio de animais, do qual o rei tira avultados interesses».

Dois anos mais tarde, encaminha, então, ao Bispo idêntica representação, aliás ano, 1797, que já se assinalara, com outra representação, agora, destinada, ainda pela Câmara de Lages, mas à rainha de Portugal D. Maria I.

Pensava-se no aproveitamento econômico de Lages, sua ligação com litoral numa estrada cujas margens fôsem cobertas de núcleos de colonização e povoamento.

Tinham quatro argumentos. Um que Lages não só era útil e importante, como «por ser fronteira franca das missões do Uruguai» e segundo por ser fronteira franca ao espanhol, necessitando-se povoá-la, fortificar para que o inimigo não chegasse «outra vez possuí-la».

Como terceiro, alegam a necessidade da criação de duas freguesias mais dada a enorme área de seu distrito e quarto manter em tráfego a estrada para ilha, com limpeza, povoamento e abertura de diversos trechos dêste caminho para conduzir carga, via de grande utilidade, entretanto em completo abandono, não só a fim de transportar mercadorias e naturalmente com intuição estratégica, também.

A Vila de Lages «estava em decadência, já pelas perseguições dos Bugres já pela falta de mantimentos, não os podendo receber de Curitiba ou S. Paulo pela grande distância, em que daqueles pontos estava, estando muito arruinadas as estradas pelo Tubarão e Araranguá».

O problema das populações era tão grave como a defesa e os governadores tinham que tratar das fortificações e tropas ao mesmo tempo do que o levantamento de vilas, pois sem habitantes regula-

(*) Conselheiro Manuel da Silva Mafra — «Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a Questão de Limites com o Estado do Paraná — submetida, por acôrdo de ambos os Estados, à decisão arbitral» — pelo advogado Conselheiro, etc. — Rio de Janeiro — Imp. Nacional — 1899

res a terra não era ocupada efetivamente. A hipótese contrária também era verdadeira uma vez que as vilas não podem existir sem as fortificações.

O administrador defrontava-se com a manutenção das forças militares e a conquista econômica do território que precisavam ser feitas dispendendo-se esforços enormes para garantir a vida das localidades, as colheitas, o trabalho e o escoamento da produção.

Jacinto Antônio de Matos, na sua obra, faz referências, nesse setor, ao espírito de realização do Coronel Miranda Ribeiro. (*)

«Conforme um ofício do Tenente-Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, ao vice-rei, com data de 26 de setembro de 1793, vê-se que, no Rio de S. Francisco, foram naquele ano arrolados 16 mil alqueires ao preço de 320 rs. e na vila de Laguna 1.968. acrescentando o mesmo João Alberto... — igualmente me consta pelos conhecimentos das Remessas que do Rio São Francisco, se tem remetido para esta cidade 9.300 alqueires em duas embarcações, etc. E diz adiante o mesmo governador. — Em consequência de outro respeitável ofício de V. Exa. de 21 de agosto próximo passado encarreguei a estes mesmos oficiais de fazerem com a maior exaão os cálculos da farinha, com aquêles distritos (depois de fornecidos os seus Povos com tôda quanta lhe fôr precisa para a sua substância, e sem lhe causar a menor vexação) poderão fornecer os armazens Reais dessa cidade para o futuro».

Depois, J. A. de Matos, traça um retrato do governador da capitania: «João Alberto era muito humano e reclamava seguidamente contra os baixos preços com que a Fazenda cotava as farinhas que requisitava e melhor: não pagava. Os agricultores iam assim abandonando a cultura ou restringindo-a. Esta atitude de advogado da causa dos colonos valeu, ao denodado oficial, terrível reprimenda, por parte do vice-rei, dizendo-lhe em ofício de 5 de outubro de 1793, que êle João Alberto — foi nomeado para governar e não para inovar coisas».

Registrada a situação econômica da Capitania e a posição de seu governador, passa ao exame das contas e dívidas da Fazenda: «Em 1797 era esta a conta das dívidas de 4 anos de farinhas e cujo pagamento debalde João Alberto, com insistência, reclamava, expondo o estado miserável dos colonos — 1794 — 8.493 1/2 alqueires a 400 rs... 3.397\$400; 1793 — 7.693 1/2 alqueires a 320 rs... 2.461\$920; — 1795 — 8.286 alqueires a 300 rs. 2.485\$800; 1797 — 9.500 alqueires a 500 rs. 3.800\$000; somou

(*) Secretaria Geral dos Negócios do Estado — «Colonização do Estado de Santa Catarina» — Dados históricos e estatísticos (1640-1916) pelo Engenheiro Agrônomo Jacinto Antônio de Matos — Inspetor Agrícola — Gab. Tip. D'O Dia — Florianópolis — 1917.

12.145\$120. Foi assinada esta conta pelo escrivão da Fazenda Real Manuel José Ramos, em 20 de junho de 1797».

Junto das dívidas por compras não pagas, colocava-se a falta de pagamento do sôlido de recrutas tirados da agricultura que afinal pertencia às famílias credoras do govêrno e assim de duas maneiras as autoridades esbulharam a população da capitania.

«Eram os colonos, por outro lado, absorvidos pela militança compondo na mesma os Regimentos, encarregados da defesa da Ilha e continente. Mas neste mister, eram êles também explorados e enganados a ponto de se lhes ficarem devendo, em 1794, 94 meses de sôlido, tantos quantos eram decorridos de 1 de setembro de 1786 a 30 de junho d'aquelle ano», diz êste A. dos dados históricos que estamos citando, que continua seu pensamento para assegurar que «não consta em todos os documentos compulsados, que tais dívidas tenham sido satisfeitas até a época da emancipação política do país».

O alistamento militar se fazia com gente do campo, o que mais agravava o caso no setor econômico ou da produção. O forte das populações, a massa, compunha-se de açorianos e êles que revelaram uma grande capacidade de energia desbastando as terras, lutando contra índios e invasores estrangeiros, afrontando matas e florestas repletas de animais perigosos e carregando, finalmente, sôbre os ombros, a pesada carga de descaso oficial. O ilhéu jamais esmoreceu.

«Não foi o meio melhor para modificar, nos imigrados dos açores, a tendência para pouco produzir e lutar. Devia êsse punhado de emigrados, na sua maioria, compor-se de elementos de boa índole, pacatos, é certo, mas, com mais probabilidades, de serem os vencidos das cidades, os indigentes, a quem o sofrimento prolongado habituou à inércia e matou-lhes tôda a sorte de aspirações nobres e elevadas», comenta J. A. de Matos que ainda escreve, logo após, «o regime militar do tempo agravou-lhes as qualidades de inatidão e extinguiu-lhes o poder do querer e da iniciativa: tornou-os humildes, resignados, abdicados do govêrno e do domínio próprio».

Procura as raízes da decadência e as origens do fracasso econômico dos açorianos de uma maneira pela qual não concordamos, mas que é teoria adotada por muitos historiadores.

«As extorções da metrópole, servida por vêzes por governadores sem peias do desmando, como Tovar, Sousa Meneses e outros, confiscando-lhes o parco recurso do mísero trabalho, não remunerando-os e estancando outras fontes da produção, incutiu-lhes ainda maior desânimo».

Faz uma comparação com os povos nórdicos, usando duma própria expressão sua, para dizer que êles seriam melhores do que os açorianos para resistirem e vencerem quando não é verdade porque os ilhéus abriram caminho e tiveram que sustentar guerra com os espanhóis.

Como procedência a raça «nórdica?»

Acha o A. da «Colonização do Estado de Santa Catarina» que «os açoritas eram branda cêra moldável ao pêso dos punhos fortes dos seus governantes», mas admite «não foram animados e estimulados. Foram ignôbilmente oprimidos, explorados e expoliados» — e que lhes ficou «A chama ardente da inquebrantável e intangível honra doméstica».

Era preciso garantir que a êles foi confiada tarefa também tão nobre de manter intato o espírito, as virtudes e as qualidades pelo idioma, sangue, cultura e tradição do português colonizador de quem o Brasil recebeu a herança de uma civilização.

Açorianos, diversos ilhéus e portugueses do continente constituíram esta herança que outros povos podem aumentar, mas não ultrapassar ou igualar.

Miranda Ribeiro é um governador que pretende vencer os obstáculos mais sérios de sua administração como o do aumento da produção e combate da pobreza.

J. A. de Matos transcreve um officio do tenente-coronel governador da Capitania de Santa Catarina ao vice-rei, em 1798: “Vendo com bastante pesar meu a pouca indústria com que os habitantes desta Capitania vivem na maior indigência como desprezando aquêles mesmos socorros com que a pródiga natureza por tôda a parte os desafia, e não sendo bastante para remover a sua indolência, as continuadas expressões, com que repetidas vêzes, por cálculos certos e infalíveis, lhes tenho feito ver qual seria o melhoramento da sua sorte, quando mais cuidados e com melhor discernimento se empregassem na cultura daquelas mesmas plantas, etc».

O governador da capitania pensou, várias vêzes executar o projeto, e de muitas formas, para o povoamento do interior.

Desde 1793, idealizou estabelecer duas freguesias no caminho do sertão, freguesias que tivessem pela sua posição, também finalidades militares e o lugar escolhido foi o caminho para Lages, pelo sertão, onde existia uma picada aberta, em 1787, quando era governador Pereira Pinto que ordenara ao alferes Antônio José da Costa realizar êste trabalho, sendo o mesmo feito com início em S. José, Imaráí acima.

Miranda Ribeiro, em 1793, num officio ao vice-rei, sobre o assunto: «O Plano Militar de uma boa defesa, Exmo. Sr., foi

o primeiro e único móvel, que fez intentar, e pôr em execução a referida Estrada, porém é certo que depois de vencidas tôdas as dificuldades, que houveram na sua abertura, ela virá a ficar totalmente inútil, se não promoverem aquelas mesmas idéias com que foi principiada. É inegável que do interior daquele País, se podem fazer mil hostilidades aos inimigos, até os destruir por meio de uma pequena guerra, mas é necessário ter como possa subsistir nêle. Esta subsistência não é fácil introduzir de fora porque o inimigo a pode interceptar a cada passo; é portanto preciso que ela exista no interior do País».

Discute a utilidade de financiar os agricultores nas novas regiões que deviam ser colonizadas: «Isto prova (quanto à ameaça da invasão estrangeira) realmente a necessidade que há de se promoverem ali plantações, as quais, se não podem levar ao último fim, sem que os agricultores sejam a princípio animados e auxiliados pela Real Fazenda, ou êstes auxílios sejam dados por graça especial de S. Majestade, e sômente pela sua Real Grandeza, atendendo as úteis conseqüências, que daí podem resultar; ou sejam por modo de empréstimo, para irem satisfazendo aquilo que se a êles adiantar, a maneira que forem se estabelecendo, e adquirindo fôrças, formando-se-lhes também uma, ou duas freguesias, para a administração dos socorros espirituais, de que infalivelmente hão de necessitar».

Miranda Ribeiro, em 1794, voltou a cuidar do assunto, não uma vez mas duas e na segunda fêz «acompanhar uma exposição do projeto dessa empresa e de um orçamento detalhado, para exploração das terras, e construção das estradas e edificações, adiantamento aos colonos, suprimentos no primeiro ano, importando as despesas, para uma freguesia, na quantia de 4:166\$600».

Curioso e interessante é orçamento feito pelo governador da capitania «para estudo e primeiras medições», duma freguesia, como se vê.

«14 alqueires de farinha a 320 rs. — 4\$480; 16 1/2 a. de carne sêca a 960 rs. — 15\$840; 4 alq. de feijão a 320 rs. — 1\$280; Para diversos víveres — 6\$400; 6 machados a 640 rs. — 3\$840; 6 foices a 600 rs. 3\$600; 6 facões a 500 rs. — 3\$000; Salário do Demarcador 50 dias a 400 rs. 20\$000; salário dos 6 soldados mateiros, para cada um a 60 rs. — 18\$000; Somam: 76\$440».

Não deixa de ser acauteladora a nota que destacamos e figura nesse cálculo antes do total, nota escrita ainda por Miranda Ribeiro: «Na suposição de que se lhe há de pagar também o seu sôldo prontamente de 5 em 5 dias durante a sua expedição», referindo-se aos vencimentos dos militares, demarcador e praças que tinham

direito de receber, além dos ordenados comuns, as etapas especiais.

Aquêlê orçamento foi «transcrito do original, da primeira exploração para fundação de um núcleo colonial nos sertões da outra capitania», segundo informa J.A. de Matos, que acrescenta: «O Coronel João Alberto não desanimou a cada passo, até 21 de novembro de 1799, data de seu último officio ao vice-rei, não perdia ocasião de insistir na conveniência da fundação das duas freguesias citadas».

«Infelizmente, porém, até o dia de seu falecimento, a 18 de janeiro do ano seguinte, não conseguiu ver realizado o objetivo, pelo qual tanto se batia».

Continuando, lemos no livro citado, que a idéia de Miranda Ribeiro foi posta em prática no século seguinte, ao tempo do 1º Império, embora a colonização viesse a ser germânica, mas o local, a necessidade de criarem-se duas freguesias, a penetração do interior, a estrada e os núcleos de povoamento executaram-se com o mesmo plano previsto pelo tenente-coronel governador da capitania.

«E só decorridos cêrca de trinta anos, quando liberta a nação do jugo estrangeiro e desaparecidos quase os receios de agressão imediata, é que veio a tornar-se em realidade a fundação da colônia do Coronel João Alberto. Verdade é que os elementos constitutivos, da primeira povoação projetada, seriam de casais portugueses (açorianos) dadas as condições do regime de então, a única nacionalidade admitida ao povoamento do país, mas fato, que ante as circunstâncias do momento, não exclui os precedentes históricos. Açorianos em 1793, alemães em 1829, o estabelecimento da colônia foi uma consequência lógica do primeiro projeto, e tanto assim que os planos posteriores foram copiados dos primeiros, até em predominar a idéia fixa da organização de duas povoações, e não uma, como demonstra «uma carta que Silvestre José dos Passos, sargento-mor, administrador da nova colônia, cujo nome é S. Pedro de Alcântara, a Francisco de Albuquerque Melo, presidente da província.

A história da administração de Miranda Ribeiro está assinalada pelos mais nítidos aspectos de caráter econômico.

Não apenas o de povoamento e produção, mas teve que enfrentar uma situação deveras muito séria com a decadência da pesca da baleia. O negócio era monopólio do estado, arrendava-se a companhias e particulares, fixando-se uma série de obrigações para o arrematante.

O governador da capitania estabeleceu com dois portugueses cujos nomes fizemos menção noutro lugar contratos de arrematação

por 12 anos e a coroa teve 120.000 cruzados de lucro, dinheiro recolhido aos cofres públicos.

O que foi a fundação destas Armações, seu rendimento e vantagem obtidas pela capitania, também apreciamos no início do presente parágrafo.

Lucas Boiteux, no seu trabalho «A Pesca da Baleia», (*) onde relata a história da indústria do azeite e das atividades conexas, mostra-nos neste particular a conduta de Miranda Ribeiro que, em 1797, dirige-se ao vice-rei para dizer do número de sumacas, armações etc.

É a primeira referência que encontramos sobre o importante relatório do governador da Capitania mas em muito poucas linhas.

Não se alude ao levantamento feito por Miranda Ribeiro. O Ofício vem citado como um dos mapas, o da letra G, que figura nesta tese. Cinco linhas do mapa ou quadro apenas dando a estatística da produção e assim mesmo em traços rápidos.

«A Câmara Municipal do Desterro, em carta a el-rei dizia que a pesca chegava a render aos seus contratadores 200 a 300 mil cruzados por ano e 10.000 ao estado».

Tem-se que registrar na crônica da pesca da baleia um fato de grande importância. Foi ao tempo de Miranda Ribeiro. «Chegando ao govêrno da metrópole diversas reclamações sobre os inconvenientes das restrições das pescarias de baleias e do privilégio de armações fixas no Brasil e Cabo Verde, determinou el-rei, por alvará de 18 de maio de 1796, que ficasse abolido o privilégio, facultando a pesca da baleia e o preparo do azeite, mesmo aos estrangeiros os quais, desde que gozassem dessa concessão por 10 anos, seriam considerados súbditos da coroa».

Ao chegar o ano de 1801, em Santa Catarina, não houve quem arrematasse o negócio de «armação» de baleias, passando a administração para o govêrno que imediatamente aumentou de 200% o preço do azeite. Procedeu-se, então a um inventário e constatarem-se duas coisas, bem significativas do valor do negócio. Uma, a avaliação, que alcançou quase duzentos contos e outra, o número de empregados, com 525 dêles.

Miranda Ribeiro, em 1798, «mandou publicar ao som de caixas «um bando» sobre as pescas da baleia, pois «que tendo sido presentes a Sua Majestade os graves inconvenientes, e grande diminuição que causa na Marinha Mercante, dos seus vassallos,

(*) «Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina». Vol. III — 1914.

a restrição a que se tem julgado até aqui sujeitas as Pescarias volantes das Baleias, colhidas no Alto Mar e o Privilégio exclusivo do contrato das Baleias, para não se fazerem armações sedentárias, em qualquer parte de seus Domínios».

Regula a matéria em todos os seus detalhes este «bando» que finalmente permitiu aos estrangeiros ingressarem no comércio da pesca de baleia. Bando publicado na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

«E sendo igualmente presente a S. Majestade que para o estabelecimento das Pescarias Volantes, nada se acha concedido, exclusivamente do contrato das Baleias e que para as Armações Sedentárias em qualquer parte das Ilhas do Cabo Verde, os mesmos Contratadores generosamente cedem em favor da sua Real Fazenda, de todo, e qualquer Direito, que possam ter para impedir um semelhante e tão útil estabelecimento. Foi a mesma Sra. servida, pelo seu Régio Alvará de dezoito de Maio do corrente ano de 1798 determinar o seguinte. Que da publicação deste Alvará em diante, possam todos os negociantes Portuguezes, cada perci ou reunidos em Sociedade preparar e armar Navios destinados a pescar as Baleias, e preparar o seu azeite, no Alto Mar, em tôda, e qualquer parte, desde as costas dos seus Reinos, até as do Brasil, e nas de Moçambique; podendo depois vender o Azeite, e Barbas debaixo das mesmas condições, que os atuais Contratadores; ou seja nos Domínios de Sua Majestade; exportados para fora do Reino. Igualmente ordena Sua Majestade que em qualquer das Ilhas de Cabo Verde, fica livre a todo o negociante Português, poder fazer Pescarias Sedentárias e estabelecer Armações para o mesmo fim.

Que a todos os Pescadores de Baleia de qualquer Nação que sejam, que vierem servir a Bordo de Navios Portuguezes nas Pescarias Volantes, depois de assim o averem praticado por tempo de dez anos sucessivos; Manda Sua Majestade se-lhe franqueem todos os Privilégios que são concedidos aos seus Vassallos, ficando por esse mesmo fato, naturalizados Vassallos dos seus Reinos.

E que estas mesmas Graças fiquem concedidas a todos os Vassallos de Sua Majestade, em qualquer parte que abitem os seus Domínios seja no Reino, seja no Ultramar. E para que chegue a noticia de todos mandei lançar este Bando a som de caixas pelas Ruas mais públicas desta Vila, em consequência da Ordem do Illmo. e Exmo. Sr. Conde Vice-Rei do Estado, que me foi dirigida com data de dezoito de setembro próximo passado.

E este se fixará no Corpo da Guarda Principal, e mais Lugares públicos, e se Registrará na Secretaria deste Governo, e mais partes a que tocar, expedindo-se depois disso, um Exemplar à

V.^a da Laguna, e outra à Vila do Rio de S. Francisco, para serem igualmente ali publicados e Registados nos Livros das respectivas Câmeras. V.^a de N. Sra. do Dest.^o da Ilha de Sta. Catarina, a 21 de outubro de 1798. O Tenente do Regimento de Infantaria desta Ilha José de Castro Ramos a cujo Cargo se acha o Expte. da Secretr.^a dêste Govêrno a fêz escrever. — João Alberto de Miranda Ribeiro. — (Pág. 151 a 152).

Coube ao mesmo governador, como diversos autores salientaram, segundo mencionamos, também instituir o correio na capitania de Santa Catarina e a 3 de junho de 1798, «a som de caixas» mandou publicar um bando a respeito, que foi registrado nas respectivas câmaras, que aparece no mesmo número da citada revista.

«João Alberto de Miranda Ribeiro, Tenente Coronel do 3.^o Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro por Sua Majestade que Deus Guarde e Governador interino da Ilha de Santa Catarina, etc.

Faço saber aos que êste Bando virem, ou dêle tiverem notícias. Que sendo sua Majestade servida, pelo seu Régio Alvará de 20 de janeiro de 1798, mandar estabelecer em cada dois meses, uma pronta e segura comunicação do Seu Reino, com os Domínios Ultramarinos do Brasil e das Ilhas, por meio de Paquetes, que regularmente levem, e tragão as cartas e Vias do Real Serviço, e dos Particulares; foi igualmente Servida Ordenar, que saíssem da Côrte de Lisboa no 1 de Março dêste mesmo ano de 1798 dois Paquetes, Correios Marítimos, para trazerem as Cartas do Reino, para as diferentes Capitánias, Governos, e Portos do Brasil; e receberem as que aí ouverem prontas, para voltarem para a Europa, dentro de quinze dias só de demora, sempre menos sendo possível, e nunca mais.

E sendo necessário estabelecer também o preço, que deve pagar cada carta que se enviar pelos sobreditos Paquetes assim no reino, como no Brasil, foi igualmente servida a mesma Snra. ordenar, pelo sôbre dito Alvará de 20 de janeiro de 1798 que em Lisboa, e nos Portos do Brasil, aonde forem os Paquetes, por cada carta que pesar até 4/8 s. inclusivamente, se pague 80 réis; pelas que excederem o dito pêso, até 6/8s. se pague 120 réis; pelas que pesarem de 6/8s. até oito, se pague 160 réis; e pelas que pesarem mais de 8 oitavas, assim como pelos massos, papéis e vias, se pague a razão de 160 réis por onça. E deixando sua Majestade ao arbítrio das Juntas da Fazenda dos Estados do Brasil, a Resolução de fixar o preço que se ade pagar, pelas cartas que do interior da América, forem para os Portos ou vierem dêles: Ficou regulado pelo Tribunal da Junta, da Administração de Real

Fazenda do Rio de Janeiro, e se manda praticar nesta Ilha, pela Régia Provisão, de 10 de maio do corrente ano de 1798; que a Tarifa dos Portes que devem pagar das cartas que vierem do Rio de Janeiro para esta Ilha e Vilas sujeitas a este Governo ou delas forem para a dita cidade em dereitura será por metade dos Portes que se pagão de Portugal para o Rio de Janeiro, isto é: Que de toda carta que pesar até $4/8$ s. justas ou tenha uma duas, ou três oitavas se pagará sempre 40 réis. Da que pesar mais de $4/8$ até 6 se pagará 60 réis. Da que pesar mais de $6/8$ até uma onça, e duas, oitavas, 100 réis. Da que pesar mais de 1 onça, e duas oitavas, até uma onça e $4/8$ 120 réis. Da que pesar mais de uma onça, e quatro oitavas até uma onça e seis oitavas, 140 réis. Da que pesar mais de uma onça e $6/8$ até duas onças 160 réis. Da que pesar mais de 2 onças até duas onças e $2/8$ 180 réis. E assim na mesma proporção, até o maior pêso, que tiver: acrescentando-se 20 réis, sobre cada duas oitavas por tanto e em consequência das Reais Ordens de Sua Majestade; não poderá remeter-se desta Ilha nem das Vilas da sua dependença carta alguma para fora, que não seja por via dos correios que seão de nomear, os quais as deverão remeter em uma mala, por qualquer embarcação, Mercante ou de Guerra, ao Correio do Rio de Janeiro, ou de qualquer outro Pôrto do Brasil, a que se derijão as embarcações; adonde ficarão sujeitas as referidas taxas, e Portes que asima ficão estabelecidos, a fim de que se verifiquem as Paternais Intenções de sua Majestade em beneficio dos seus Vassallos, de um e outro continente.

Todo o Capitão ou Mestre de embarcação, será obrigado participar ao Correio, o Pôrto, para onde pertende seguir viagem, quinze dias antes da sua partida; a fim de que o mesmo correio o faça asim saber ao Público por um Edital, para concorrerem ameter as suas cartas no referido correio. Todo Capm., ou Mestre de embarcação, que partir sem levar a Mala do Correio, ou que se encarregar de levar cartas fora da dita Mala, será castigado com as penas que S. Majestade deixa reservadas ao seu Real Arbítrio: Na mesma pena incorrerá toda a pessoa, que conduzir cartas, de um e outro continente; a exceção sòmente de cartas de recomendação, que por este motivo deverão levar abertas. Conseqüentemente, as cartas que vierem de fora para esta Ilha, seão de anunciar ao Público por uma Lista, formalizada pelo mesmo correio desta Vila, e fixada na Porta do seu respectivo Laboratório, onde seus donos deverão concorrer para as tirarem e satisfazer ao mesmo correio, a taxa, ou Porte, que pertencer a cada carta, segundo o seu respectivo pêso. O Administrador do correio, o Seu Ajude. aos quais Sua Majestade em renumeração do seu trabalho, manda dar vinte por cento, do total rendimento que se cobrar para se

repartir entre ambos; deverão requerer as suas Provisões á Junta da Real Fazenda, logo que forem nomeados para poderem servir os ditos empregos, debaixo das Instruções que se lhe ão de dar; e faltando qualquer dêstes Empregados a sua obrigação em parte ecencial da mesma, depois de aver sido admoestado será despedido, e provido o seu lugar. Se cometer porém o crime de abrir cartas, ou de as entregar maliciosamente, e de caso pençado a outra pessoa, que não seja seu dono, será prêso e punido segundo as Leis. Em quanto o correio desta Vila não tiver Administrador próprio para o Expediente de receber as referidas cartas, e de as enviar para o seu destino ou distribuir ao Público se praticarão tôdas as sobreditas diligências na Provedoria da Real Fazenda desta Vila, onde os Capitaens ou Mestres das embarcações farão os sobreditos avisos, receberão as malas quando saírem, e as deverão entregar na mesma Provedoria quando chegarem, para o Publico as ir ali receber, e pagar o que asima fica estabelecido. Nas Vilas do Rio S. Francisco e da Laguna, se praticará o mesmo provisionalmente em casa de seus próprios comandantes os quais irão remetendo o produto das mesmas cartas à Provedoria desta Vila, todos os fins dos meses. E para que chegue a notícia de todos, mandei lançar êsse Bando a toque de caixas pelas ruas mais públicas desta Vila, que vai por mim assignado, e selado e com o sêlo das minhas Armas, o qual se afixará no corpo da guarda principal, e mais lugares públicos, e se registrará na Secretaria dêste Govêrno, e mais partes a que tocar, expedindo-se logo Exemplares à Vila do Rio de São Francisco e da Laguna para igualmente serem ali publicados. Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Sta. Catarina a 3 de junho de 1798 — O Tenente do Regimento de Infantaria desta Ilha, José de Castro Ramos, a cujo cargo se acha o Expte. dêste Govêrno o fêz escrever — João Alberto de Miranda Ribeiro — (Registro, pág. 148 a 160)».

Numa «Memória Histórica da província de Santa Catarina, relativa as pessoas que a tem governado» (*) vê-se uma «Relação das Vilas e Freguesias que comprehende a Província da Ilha de Santa Catarina e seu continente da Terra Firme, com a sua População» no ano de 1796. É um quadro, aliás insignificante, pois o daremos na íntegra o próprio original e ponto de partida, com o número de fogos e almas, data da fundação da freguesia e evolução administrativa, seguido de outro apanhado do «estado atual da população no presente ano de 1821». Pertenciam os docs. ao arquivo do Almirante Marques Guimarães que os deixou ao Cap.

(*) Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — Primeiro e segundo trimestres — 1913.

de Corveta Luís de Noronha, e passando das mãos do Cap. Tenente Prudêncio Brandão para as de Pinto da Luz. Êste último as ofereceu ao arquivo do Estado de Santa Catarina.

Podemos ler, então, o fato que ficou anotado na vida da capitania. O Coronel José de Matos Ferreira e Lucena, ajudantes de Ordem do vice-rei, passou por Santa Catarina, em 1795, quando era governador Miranda Ribeiro. Lucena tinha sido «despedido do seu emprêgo» e ia reassumir o pôsto na tropa, que era de comandante do Regimento de Dragões do Rio Pardo. «Mas logo que chegou esta noticia a Lisboa, veio ordem para tornar para o Rio de Janeiro e continuar no exercício de Ajudante de Ordens efetivo, he hoje Tenente General. Em Outubro de 1797, fêz o dito General huma grande Promoção para os Corpos Milicianos, a qual dirigiu diretamente para Lisboa ao Ministro de Estado; e porque foi sem aprovação do V. Rei não teve efeito, mas nem por isso restituiu os dinheiros que extorquiu aos prepostos por meio de seu Agente e grão valido Cristóvão Muniz Barreto».

A «memória» em aprêço, neste mesmo parágrafo, o 11, que tem o título com Miranda Ribeiro, e donde tiramos a pitoresca matéria de advocacia administrativa do ajudante de ordens do vice-rei, diz «Hera um bom rabequista e muito apaixonado por sarãos, em obsequio às senhoras». Quem? o vice-rei, o General Lucena, Muniz Barreto ou o governador? Trata-se, de fato, dêste último.

No «Resumo Histórico dos bens pertencentes à ordem 3ª de S. Francisco», colhido de um livro da mesma ordem, por Sérgio Nolasco, (*) verifica-se que, em 1795, «a Ordem pediu licença ao Rei para a sua capela funcionar independente da Matriz», pois era uma situação que perdurara desde 1759 quando a ordem solicitava autorização a fim de fundar uma capela. Seria a data da criação da ordem?

James George Semple Lisle, escossês, de família fidalga e militar das forças estrangeiras de Catarina da Rússia e Frederico, o grande, terminara condenado na Inglaterra pena de degredo para Austrália, mas o *Lady Schore*, barco em que viajavam os presidiários, também estava destinado a um fim trágico, pois revoltaram-se os galês quando no Rio de Janeiro.

Afinal queriam os amotinados abrigarem-se no Rio da Prata e rumaram para aquela direção. Chegando à altura do Rio Grande, permitiram o desembarque daqueles que não desajassem prosseguir.

Lisle e outras vinte pessoas, entre homens, mulheres e crianças foram colocados num escaler. Uma tempestade os surpreendeu, mas

(*) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — n.º cit. 1913.

atingem a vila do Rio Grande. Após mil peripécias, inclusive da amizade de Lisle com o governador Veiga Cabral, o escossês segue por terra para o Rio de Janeiro.

Afonso de E. Taunay descreve as aventuras do militar degredado, por dívidas e mulheres, parece. (*)

De Tôrres, alcançou Tubarão, daí Laguna e depois Desterro.

A travessia pelo território catarinense foi bastante movimentada, entretanto vamos com Lisle à vila da capital.

Esteve em Garopaba, antes de entrar em Desterro, e teve oportunidade de conversar com o feitor da «armação» de baleia, então, recém fundada. Queixou-se o encarregado dos ingleses, o que Lisle respondeu que eles eram concorrentes pertinazes.

Não deixou que o escossês continuasse por terra, embora a distância apenas de onze ou doze léguas, e embarcou numa das baleeiras, como lhe oferecera o feitor. A viagem o encantou e o perfume dos laranjais exercem tremenda facinação sobre ele.

«Desembarcando no Desterro apresentou-se logo Sempê Lisle ao governador local a quem entregou a carta de recomendação de seu colega do Rio Grande do Sul. Era esta autoridade o Tenente-Coronel João Alberto Miranda Ribeiro» Resume Escragnole Taunay as memórias do foragido.

«Recebeu Miranda Ribeiro os estrangeiros, Lisle e os companheiros, com a maior afabilidade, e mandou apresentá-los em palácio. Advertia a Lisle que muito provavelmente poderia oferecer-lhe passagem gratis para o Rio de Janeiro, a bordo de um dos navios da divisão de guerra, três fragatas e um brigue, que sob o comando do Almirante Antônio Januário do Vale acabava de fundear em águas catarinenses».

«O governador mandou pedir passagens ao comandante da esquadra para o escossês e seus amigos e Lisle assiste o solene desembarque do almirante e respectivo Estado Maior: «Formou toda a guarnição da linha da Ilha e toda a milícia local. Assim como um batalhão da Infantaria em trânsito para o Rio G. do Sul».

Descreve a parada militar dêsse dia, parada que ele achou esplêndida: «o uniforme dos milicianos da Ilha, quer o de infantaria quer o de cavalaria é azul claro; os soldados bem providos de carnes, são homens bem feitos e seus cavalos melhores do que os do Rio Grande. Isso se deve ao fato de comerem milho o que no Rio Grande sucede apenas aos animais domesticados».

Faz comparações com o equipamento da cavalaria gaúcha que compara aos dos tártaros turcos e mouros marroquinos, comenta

(*) «Em Santa Catarina colonial» — Anais do Museu Paulista — Tomo Sétimo — 1936.

as honras prestadas ao almirante e a missão especial que vinha investido o oficial português.

«No estado maior do Coronel João Alberto figuravam o nosso ex-convicto (Lisle) e o comissário Black convidados especiais do governador catarinense.

«Desembarcado o chefe da esquadra foram ambos a êle apresentados pelo próprio Miranda Ribeiro, mas nenhuma conversa se entaboulu então porque o General, e seu sequito se dirigiam à Igreja Matriz a fim de ouvirem missa».

Comenta êste protocolo, encontra um oficial francês desterrado e seu antigo companheiro de armas e é apresentado ao almirante, com quem almoçará várias vêzes na mesma mesa.

Torna-se amigo de um oficial inglês a serviço de Portugal, conhece um outro, fica Semple Lisle três semanas na capital de Santa Catarina e distintamente sempre bem tratado.

«Divertiu-se bastante e de modo variado. Miranda Ribeiro apreciava imenso a música e a dança. Assim organizou bailes freqüentes e animados a que concorreram os oficiais da esquadra».

Conheceu Lisle também o Major de Engenheiros Joaquim Correia da Serra, construtor de dois fortes.

Faz-lhe os maiores elogios. Aliás quase não tem restrições com a terra e os homens catarinenses. A liberdade que adquirira era completa e não esquecia isso. Apenas fala da falta de produção e braços, fala com violência para dizer como uma reação transformaria e enriqueceria a capitania.

A 4 de novembro de 1797 viaja para o Rio de Janeiro esta testemunha estrangeira do gôsto artistico de Miranda Ribeiro, não só do gôsto artistico mas da habilidade de administrar.

A intervenção que teve sôbre a economia local foi mencionada por todos os historiadores regionais. É uma maneira de movimentar, impulsionar e desenvolver a administração. Alvaro Tolentino de Sousa, numa palestra realizada no Instituto Histórico de Santa Catarina, sôbre «S. José dos Tempos Primitivos aos Nossos Dias», acaba de salientar mais uma vez, a preocupação no campo da economia por M. Ribeiro (*)

«Colonização. Em 1796 tentou o governador João Alberto de Miranda Ribeiro, colonizar com portugueses a picada aberta pelo alferes Costa. Fracassada esta tentativa, sômente em 1829. já no govêrno de Albuquerque Melo, começa o sertão a ser povoado com alemães, fundando-se a colônia de S. Pedro de Alcântara...», segundo Tolentino de Sousa.

(*) «Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina» — 1943 — 1º semestre.

José Lupércio Lopes, noutra palestra, agora sôbre a localidade de Palhoça, também realizada naquele Instituto, e publicada no mesmo número em que apareceu a de S. José, destaca a atuação de M. Ribeiro na história da criação do citado núcleo de povoamento.

«Assim, pois, devo principiari narrando que, para o desconhecido lugar que era Palhoça, o governador João Alberto de Miranda Ribeiro, determinou que Caetano Silveira de Matos homem ativo, zeloso e bastante remediado, pois que possuía êle uns poucos de mil cruzados — , seguisse para a Terra Firme, na estrada que vai para a vila de Lages e aí fizesse as suas derrubadas e plantações», comenta Lupércio Lopes.

E acrescenta: — «Agora mesmo, diz o referido governador, se acha êle empregado na fatura de uns armazens ou palhoças que mandei construir nas matas da Terra-Firme, para fazer depósitos de farinha, com que possa subsistir naquele lugar, caso seja de precisão me retirar para êle, depois de fazer na Ilha tôda a opposição que me fôr possível aos inimigos», como constava do ofício que o governador mandou ao vice-rei.

«Caetano Silveira de Matos, em cumprimento da ordem..., conforme escreve L. Lopes, — sem perda de tempo deu comêço às derribadas da mata virgem na Terra-Firme, próxima à margem do rio Maroim».

Trata-se, é natural do acalentado projeto de transformar a cidade de Lages num ponto estratégico e permanente contato com a capital.

Preparada que foi a grande área de terreno, diz o autor em aprêço — foram empreendidos levantamentos bem como a construção de muitissimos ranchos cobertos de palha, alguns destinados à moradia de trabalhadores e outros tantos para depósito de víveres como fôsem a farinha, arroz, feijão, etc., além da criação de animais suínos, vacuns e aves, que tudo devia permanecer escondido e até retirado da Ilha do Desterro». Continua: «Por muito tempo, em Terra-Firme, habitou Caetano Silveira de Matos e, como consequência daquela derribada e construções de armazens e depósitos, fôsse bastante melhorado o caminho que do rio Maroim vai ao morro do Tomé, por onde desciam as tropas e viajantes de Região Serrana, foi aquela grande área de terreno, então devastada, nas matas; aumentada de muitos outros ranchos e casebre para pescadores, que ali permaneciam temporariamente uns e firmavam residência outros».

Osvaldo R. Cabral, autoridade em história de Santa Catarina, pesquisador de grande mérito e autor de vasta e brilhante bagagem, faz a Miranda Ribeiro diversas referências, como era de esperar,

e consultando-se, pelo menos dois de seus trabalhos, tratã do papel desempenhado por Miranda Ribeiro no govêrno da Capitania. (*)

«Em 1798 (ao tempo do Tenente Coronel M. Ribeiro) havia alguma produção de água-ardente na terra, bem como se colhia nela algum arroz. Insistia o govêrno central junto ao da Capitania para que cultivasse o anil e a baunilha. O café, cujo plantio fora iniciado pouco antes só nos começos do século XIX atingiria produção de algum vulto», escreve o historiador catarinense, fazendo um quadro da situação econômica daquela época.

«As mais procuradas madeiras das matas catarinenses foram o ipê, a canela prêta, o tapinhoã, a peroba e o pau brasil, sendo reputadas ainda o cedro, a massaranduba e o óleo. De 1784 a 1797 os pedidos se repetiram, as encomendas foram com freqüência dirigidas aos governadores».

O corte do pau brasil era contudo proibido e os infratores pagavam com a vida qualquer desrespeito à tal medida, o que ocasionou um protesto dos moradores de Desterro ao Vice-Rei, pois a escravaria podia cometer o crime e culpar os senhores, como alegavam.

Então o Conde de Resende atendeu «e manda aplicar, a pena aos que vendessem ou extraviassem a trôco de fazendas proibidas — os ditos paus». O impedimento alcançava, também, a tôda espécie de madeira para construção naval.

«Êstes embargos que atingiam até as matas de propriedade particular, foram mantidos em repetidas e freqüentes ordens. E destas madeiras apropriadas para carpintaria de ribeira, apontava o construtor naval do Rio de Janeiro, Joaquim Correia dos Santos — o louro prêto, o cedro, o óleo vermelho, a araribá, canela prêta, o caboré, a cabriuva, o ipê, a alicurana, a peroba, a canela burra e a massaranduba como as mais apropriadas para a fabricação de taboados de convés ou de costado, alcaxas, cavernas, braços, aposturas e curvas, busardas e mãos de cintas e até obras mortas e figuras das naus», de acôrdo com um documento de 1798, arquivado no Palário e consultado por O. Cabral.

«Em 1796, havia carestia de gêneros na Ilha. Não obstante, conseguiu o vice-rei carregar duas embarcações para suprir o mercado do Rio, a primeira delas com quatro mil alqueires». Antes informa que «A maior parcela da produção agrícola, entretanto, foi em todos os tempos, a da farinha de mandioca».

(*) «Nossa Senhora do Desterro» — Cap. — Decadência agrícola do açorianos — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — 1943 — 2º semestre.

M. Ribeiro recebeu do vice-rei ordem para incentivar a produção da mandioca para baratear o preço mas a alta era resultante da própria atitude oficial que «requesitava, e armazenava e... não pagava» a farinha.

«Teria retrucado o governador que a produção era pequena, ou que havia decaído, razão pela qual não se podia reunir os alqueires que desejava o Vice-Rei que eram necessários ao suprimento da Esquadra e ao da Guarnição do Rio; que os agricultores que a produziam faziam dela dinheiro, pois trocavam-na pelas fazendas de que necessitavam. O Conde de Resende entretanto voltou ao assunto, achando possível que por falta ou possibilidade dos agricultores poderia ter decaído a cultura da mandioca, razão pela qual não seria possível ajuntar os alqueires necessários aquêles fins, mas não pela falta de dinheiro — pois em tempo nenhum se tem feito remessas tão regulares de dinheiro para se extinguir as dívidas que contraiu a Fazenda Real dessa Ilha na compra da farinha; e que muito mal faziam os moradores em trocar seus produtos por outras dos negociantes pois a dinheiro fariam melhores negócios, além de que, o que acontecia não era o comércio e sim a usura» conclue O. R. Cabral.

No livro «Santa Catarina — História — Evolução», escrito pelo mesmo A. Miranda Ribeiro é citado como o governador que abriu novas ruas na capital, e registram-se não só alguns dados estatísticos referentes à população e os de natureza econômica, como a enumeração da cultura do café, mandioca, milho, feijão e cebolas.

Lucas Boiteux, no seu artigo «o Estado de Santa Catarina — síntese histórica, escrito para uma interessante publicação, (*) diz: «sucederam-no (ao Major Pereira Pinto) os militares Soares Coimbra e Miranda Ribeiro, que, como é natural, preocuparam-se mais com as fortificações e eficiência da tropa do que com o desenvolvimento material da terra».

Não corresponde este conceito ao que se sabe da biografia de Miranda Ribeiro.

Administrador, pensou em construção de estradas, criação de novos núcleos de povoamento e no desenvolvimento da produção. Militar, reorganizou a tropa e cuidou da defesa de Santa Catarina.

Homem fino, de cultura e gosto artístico, pois tocava violino, M. Ribeiro animou a vida social de Desterro, com inúmeras e brilhantes reuniões. O desenvolvimento do progresso intelectual de Santa Catarina não lhe foi estranho.

(*) «Guia do Estado de Santa Catarina» — Alberto Entres — 3ª edição — Florianópolis — 1940.

Morreu, em 18 de janeiro, na vila de N.S. do Desterro da Ilha de Santa Catarina. «Faleceu de vômitos», como consta do registro de óbitos, onde se acrescenta, «com todos os sacramentos». Vômitos? Teria sido envenenado?

Natural da vila de Olivença, em Portugal, sendo filho de Manuel Antônio Ribeiro e Dona Francisca Leonarda de Miranda.

Casado com D. Maria do Carmo Teresa Bernardo da Silveira, de quem teve um filho.

O Capitão Cristóvão Muniz Barreto recebeu a incumbência de ser seu testamenteiro.

Miranda Ribeiro foi encomendado e sepultado na Matriz (?), «em cova da fábrica», isto é, em carneiro, na parede, porque «havia também a simples (sepultura) sob a nave», como declara o Dr. Jacinto de Matos, na sua crônica «Material Histórico» (*), onde vem a certidão de óbito do governador.

O registro em aprêço é escrito e assinado pelo Pe. Coadjutor Joaquim Sant-Ana Campos.

Existem, na cidade do Rio Grande, localidade em que serviu quando capitão o governador, famílias com o nome Miranda Ribeiro. Existem ou existiam, mas serão parentes do Tenente Coronel que administrou Santa Catarina?

X

O levantamento das condições econômicas e demográficas, o registro dos aspetos físicos e naturais, as sugestões para melhorar e fomentar a produção e as anotações de caráter militar e religioso de Santa Catarina, em 1797, que Miranda Ribeiro realizou, com o concurso de seus auxiliares é, na verdade, uma corografia da capitania.

Corografia ou geografia física, humana e econômica constituirão as três partes nas quais será dividida, para fins deste comentário, a coleta de dados e informações do tenente-coronel governador dos fins do século XVIII.

Corografia ou geografia física:

- Latitude
- Longitude
- Limites
 - Norte
 - Sul

(*) «Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina» — vol. VII — 1º trimestre de 1918.

- Leste
- Oeste
- Quando maior largura
- Quando maior comprimento
- Quando no centro
 - Considerada sòmente a Ilha.
- Distrito da sua Jurisdição na Terra Firme
 - Superfície de tóda a capitania
 - Limites da Terra Firme
 - Tórres, o oeste e a extremidade meridional da Capitania
 - Posição da Vila de S. Francisco.
 - O Mar
 - Posição da Vila de Laguna.
- Mapa da Extensão e Limites de Ilha de Santa Catarina e dos demais distritos que estão situados na Terra Firme, pertencentes à Capitania dêste Govêrno:
 - Freguesias
 - Tem de extensão para a parte do Norte
 - Para a parte do Sul
 - Para a parte do Leste
 - Para a parte do Oeste
 - Total de léguas que tem de Norte a Sul
 - Extensão da Ilha de Santa Catarina e das três Freguesias que nela estão situadas
 - Extensão da Terra Firme e das seis Freguesias que ela comprehende.
- Rios
- Lagoas
- Serras e morros
 - Vila Capital de N^a Sr^a do Destêrro.
 - Freguesia de N^a Sr^a das Necessidades
 - Freguesia de N^a Sr^a da Conceição da Lagoa
 - Vila de N^a Sr^a da Graça do Rio de S. Francisco.
 - Freguesia de S. Miguel.
 - Freguesia de S. José.

- Freguesia de N.^a Sr.^a do Rosário da Enseada de Brito.
- Freguesia da Vila Nova de Sant'Ana.
- Vila de St.^o Antônio dos Anjos da Laguna.

A geografia física de Santa Catarina envolve vários estudos e assuntos, como o caso dos limites, pelo menos do Sul, origem de controvérsias e bibliografias abundantes.

Alfredo Moreira Pinto, in «Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil» — letras A-E — vol. I (*) deu no fim do século passado, seu ponto de vista, segundo naturalmente o conhecimento e provas documentais da época: «Os antigos limites da comarca de Santa Catarina e do rio de S. Pedro, traçados pelo ouvidor Manoel José de Faria, em 1750, se constassem de alguns documentos, a questão se esclareceria, mas não existem ou se acham de tal forma sepultados no esquecimento que nenhum autor dá dêles notícias, pois o que unicamente consta é que o limite de ambos os territórios foi pelo lado do mar fixado no rio Mampituba, rio que alguns autores confundiram com o Chuy, sob a denominação de rio de Martim Afonso, por haver sido o lugar que êste donatário naufragou. A Carta Régia de 19 de setembro de 1807 que elevou à Capitania Independente e o território do rio de S. Pedro, é muda quanto a limites».

Não foi menos agitado, é até pelo contrário, o problema dos limites com o Paraná, cujo ponto de partida era conforme Crispim Mira (**), aquêlê que «Santa Catarina não poderia renunciar aos limites estabelecidos pela carta régia de 20 de novembro de 1749 que creou a ouvidoria de seu nome, e que os determinava — ao norte pela barra austral do rio São Francisco, pelo cerbatão do mesmo rio, e pelo rio Negro que se meteu no Grande de Curitiba (Grande de Curitiba, Iguaçu ou ainda Goyocovó), e para o sul que desaguam para a Lagoa Ymery».

Corografia ou geografia humana:

- Do número de fogos
- Das pessoas de um e outro sexo, com separação dos Escravos.

(*) Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1894.

(**) «Santa Catarina — Paraná» — Impostos Inter-estaduais — Rio de Janeiro — Tip. do *Jornal do Comércio*, de Rodrigues & Comp. — 1914.

- Quadro geral de tōda a população pertencente ao govêrno da Ilha de Santa Catarina.
 - Freguesias
 - Fogos
 - Idades
 - 1 a 7 anos
 - 8 a 15 anos
 - 16 a 60 anos
 - 60 para cima
 - Sexos
 - Masculinos
 - Femininos
 - Forros
 - Pardos
 - Pardas
 - Pretos
 - Pretas
 - Escravos
 - Pardos
 - Pretos
 - Machos
 - Fêmeas
- Total existente nos distritos
- Notícia das alterações que se deram no ano de 1795
 - Nascimentos
 - Mortos
 - Casados
 - Vindos para os distritos
 - Ausentes
 - Militares.
- Mapa das Pessoas que não andam incluídas nas Listas da População por serem militares
 - Batalhões
 - Postos
 - Totais
- Do número de Freguesias
- Do número de Capelas
- Do número de Oratórios

- Oragos
- Lugar das Capelas
- Invocação das Capelas

— Dos Sacerdotes

- Ocupação
- Préstimo

A estatística das populações foi minuciosamente feita segundo a côr, o sexo e a idade, além de classificações especiais como militares, religiosos e «civis» e em seguida, diversos dados demográficos do ano corrente. Não de maneira geral mas quasi sempre de localidade por localidade.

Para que os elementos de informações se completassem, na geografia humana, colheu os referentes às vilas e outros núcleos urbanos todos então freguesias ou categorias de menor importância, e o número de famílias, casas e residências, denominados «fogos».

O mesmo cuidado dispensou aos assuntos de religião e forças armadas, pois se consignam até o nome de todos os sacerdotes e seus «préstimos» e as invocações das capelas com as respectivas devoções ou, no lugar dedicado aos militares, os nomes de batalhões, regimentos ou corpos, os contingentes segundo os postos e os totais dos effectivos de terra e mar, nas fortalezas também e os officiaes reformados.

Aires de Casal cita, no seu livro clássico, (*) a mesma estatística, menos o número de «fábricas de açúcar» e erra o total de atafonas de moer trigo, que êle acrescenta os moinhos, aliás não assinalados no mapa do governador, mas as cifras de fato são idênticas às de Miranda Ribeiro e o A. de «Corografia Brasilica» dá o ano de 1796 para a época que elas foram colhidas, data igual à do mapa do Tenente-Coronel.

Conhecera Casal o relatório de Miranda Ribeiro ou se abeberara noutra fonte? Qual seria então?

Explica o presbítero secular a história da demora da entrada do contingente humano na capitania: Sendo passados cento e vinte anos sem que os donatários assentassem povoadores na Ilha de Santa Catarina, (que por algum tempo teve o nome — d'Ilha

(*) «Corografia Brasilica, ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil» — composta e dedicada à Sua Magestade Fidelíssima por hum Presbítero Secular do Gran Priorado do Crato — Rio de Janeiro — Na Impressão Régia — M.DCCC.XVII — Nova Edição Fac. Simile — Introdução de Caio Prado Junior — Instituto Nacional do Livro — 1945 — 2 vols.

dos Patos) — El Rey D. Joam, o Quarto, a deu em seiscentos cinquenta e quatro a Francisco Dias Velho, que foi assassinado por um corsário inglês a tempo que começava o estabelecimento. Com êste desastre ficou a Ilha no seu estado primitivo por largo tempo.

A colonização açoriana, em Santa Catarina, inicia-se em grande escala no ano de 1748, quando chega a primeira leva de 460 pessoas. Já se tentara, em 1692, uma experiência com 250 ilhéus do arquipélago que seguiram João Felix Antunes. Novamente, em 1723, repete-se a vinda de açorianos, mas as correntes imigratórias em massa e contínuas sòmente têm lugar vinte e cinco anos depois. Ficaria no tipo e nos costumes a influência do luso-açoriano.

«O povo catarinense... descende em sua quasi totalidade de ilhéus açorianos e madeirenses, principalmente dos primeiros, de quem herdou o caráter humilde e bom, as excelentes qualidades morais, a índole trabalhadora e paciente, duma rara tenacidade, afazendo-se fàcilmente às dificuldades, às privações e agruras do meio, conformando-se com tudo, pacífica e resignadamente», diz Virgílio Várzea. (*)

O A. da história de uma lenda da Ilha da Trindade, prossegue, no livro citado: «acostumado desde séculos à luta com o solo onde se desenvolveu, a princípio sobressaltado e em terror pelas perspectivas dantescas que de repente se lhe deparavam, em um cenário que, como o de uma mágica colossal, mudava às vèzes súbitamente, soterrando em horas montanhas e povoações, ou elevando vales e planos, sob as ondas de chammas de terremotos e explosões imensas».

Mostrando, ainda, que foi proveniente dos Açores onde a população não só era vítima dos terremotos, mas ligada à crônica do mar, que o catarinense obteve suas principais virtudes: «Daí o caráter tenaz e temerário, por vèzes, do catarinense, sobretudo na sua grande aptidão para a vida do mar, que é ainda uma herança do povo açoriano e de tòda a raça portuguesa» ou «do açoriano recebeu, também o barriga-verde, a estrutura física musculosa e ossuda, admiravelmente resistente às intempéries e doenças, pôsto que um tanto modificada pelo clima tropical, que dá ao habitante dos campos e planícies litorais da ilha e do continente (principalmente nos terrenos baixos e alagados, onde a intermi-

(*) Virgílio Várzea — «Santa Catarina» — Parte Primeira — A Ilha — Companhia Tipográfica do Brasil — Rua dos Inválidos — 93 — Rio de Janeiro — 1900.

tente é endêmica) um aspecto destingido e polido, agravado frequentemente pelas moléstias hepáticas».

Não fôra, absolutamente, simples a obra em favor da colonização e de execução do programa governamental da entrada de açorianos.

«Miranda Ribeiro que já muito fizera pela imigração açoriana, era dos que acreditavam nas vantagens de uma política de colonização. Homem de rara energia, espírito dotado de iniciativa e coragem, à frente do governo de Santa Catarina, soube conduzir-se com uma firmeza digna de referência. Quando a indiferença do governo central entrava os negócios da Capitania, o Coronel João Alberto Miranda Ribeiro sabia erguer a voz e reclamar o que devido era, embora lhe valesse da parte daquele, quando a sua insistência era demasiada, uma ou outra repreensão», diz Oswaldo Cabral, no seu livro *Santa Catarina*, citado noutra parte. Trata-se aqui da instalação de duas colônias no caminho de Lages, como salientamos em capítulo anterior.

O A. que acabamos de citar, examina «o plano Miranda Ribeiro», fazendo-lhe justiça.

O aspecto religioso decorrente das atividades eclesiásticas das paróquias e do clero, em Santa Catarina, quando visto do ângulo estatístico ou das origens, oferece, na geografia humana, também muito interesse.

«Somos levados a crer que não mudou esta situação (o usufruto dos bens da Companhia de Jesus que tinha sido expulsa) até 1794, conservando os párocos apenas o usufruto, ano em que entrou a Matriz na posse efetiva dos bens que havia sido dos jesuítas, justamente a 19 de dezembro, por tê-la determinado a 5 de julho do mesmo ano o então Governador João Alberto Miranda Ribeiro», comenta Oswaldo Cabral, noutro de seus esplêndidos ensaios. (*)

As freguesias e seus templos principais de N. Senhora do Destêrro, N. Senhora da Graça do Rio de S. Francisco do Sul e Santo Antônio dos Anjos da Laguna estão devidamente apreciados nas «Memórias Históricas» do Monsenhor Pizarro. (**)

(*) Oswaldo R. Cabral — «Os jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de humanidade na Província» — Instituto Histórico — Florianópolis — 1940.

(**) «Memórias Históricas do Rio de Janeiro» — por José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo — Prefácio de Rúbens Borba de Moraes — Ed. do Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1.º, 2.º e 3.º vols. — 1945 e 4.º — 1946 a 1.ª ed. 1820-1822.

Na freguesia do Destêrro «... se erigiu o templo dedicado ao Destêrro de N. Senhora, em que foi estabelecida uma das primeiras matrizes amovíveis do vasto Continente do Sul, cuja natureza mudou o Alvará de 5 de março de 1732, enobrecendo-a com o acesso às igrejas paróquias perpétuas» ou «por demasiadamente extensa e dificultosa de se paroquiar (a do Destêrro), contendo em seus limites povo numeroso, foi retalhada para dar território às novas freguesias de S. José de Terra Firme, de N. Senhora das Necessidades, de N. Senhora da Conceição da Lagoa, de S. Miguel de Terra Firme, de N. Senhora do Rosário da enseada do Brito e, por último, a de N. Senhora da Lapa, com as quais se divide. Em seu têrmo acham-se mais de 860 fogos e, nêles maior número de 4.690 pessoas obrigadas a sacramento».

O templo de S. Francisco «... Concorrendo suficiente povo com o projeto de habitar o sítio novo, (S. Francisco colonizado por gente de S. Vicente atraída pela qualidade da terra) foi preciso criar-se uma paróquia a benefício dos povoadores, a cujo zêlo se deveu a fundação do templo dedicado a N. Senhora da Graça pelos mesmos anos, mais ou menos em que na Ilha se levantou o de Santa Catarina» ou o de Laguna que «é construído de pedra e cal, com sete altares» e antes: «povoada a Laguna por Domingos de Brito Peixoto, a quem depois se uniram os filhos de Francisco Dias Velho Monteiro, povoadores primeiro da Ilha de Santa Catarina se levantou um templo a Santo Antônio, onde receberam os novos colonos o pasto espiritual e satisfaziam os preceitos eclesiásticos».

Também, na história militar, os ilhéus desempenharam importante papel: «mais fecunda e gloriosa foi a Santa Catarina a progênie açoriana do que a do continente lusitano. Dir-se-ia nela, e era natural, pelo viver fora das ferrenhas exigências dos senhores feudais, haver outra mentalidade que mais a aproximava dos americanos, e daí se expandir com mais viveza e dar frutos de excelente polpa em tôdas as manifestações humanas», afirma Henrique Boiteux (*).

Corografia ou geografia econômica:

— Dos Engenhos e Fábricas de tôda a qualidade — Engenhos de açúcar — Fábricas de açúcar — Engenhos de Aguardente — Engenhos de Mandioca — Engenhos de Pilar Arroz — Atafonas de Moer Trigo — Cortumes de Couro, segundo as vilas, Freguesias e Distritos.

(*) «Santa Catarina no Exército» — 2 vols. — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro, 1942.

— Do número e qualidade de embarcações: — Relação do número e qualidades das embarcações que há na Ilha de Santa Catarina, S. Francisco e Laguna. — Donos a quem pertencem — Tipos de embarcações. — Portos, segundo as vilas e freguesias. — Pontes: existentes, em projeto ou que se fazem necessárias. — Nas Vilas e nas Freguesias — Terras Devolutas: Nas vilas e nas Freguesias.

— Da propriedade do terreno mais para um gênero do que para outro — Nas vilas e nas Freguesias.

— Do estado atual do Comércio e cultura das terras — Des-
têrro — S. Francisco — Laguna — Importação — Exportação
— Transporte — Comunicações — Lavouras — Condições dos
agricultores — Os indígenas.

— Da causa de sua decadência e do meio de promover a
cultura das terras — Falta de dinheiro — Atraso de pagamento
— Contrato de dizimo — Contrato da Pesca das Baleias — Co-
fres Reais — Fazenda Real — Produção da farinha — Outros
gêneros — Navios — Fundação de novos núcleos urbanos — São
Francisco — Laguna — Açorianos para as projetadas freguesias
no Caminho do Sertão — Regimentos militares nos lugares em
decadência.

— Relação das Lojas de «fazenda de Varejo», «Tavernas
de Molhados» e mais «Lojas de oficinas».

— Nome dos proprietários

«Carregações de Fazendas que entraram em 1794 — 1795
— 1796».

— «Conta da Farinha que é necessária em hum ano para o
sustento de tôda a População da Ilha em Santa Catarina, e mais
distritos de sua jurisdição; a hum décimo de quarta por dia, para
cada individuo».

— Embarcações que entram e saem anualmente

— Ilha de Santa Catarina

— S. Francisco

— Laguna

— Tipo de embarcações

— De onde vieram

— Estatística da produção, segundo as localidades:

— Farinha de mandioca

— arroz

— milho

— Feijão

- Favas
- Trigo
- Cevada
- Aguardente de cana
- Cachaça
- Melado
- Açúcar
- Algodão
- Café
- Fumo
- Gravatá
- Taboado
- Betas de Imbe grandes e pequenas
- Peixe sêco
- Linho
- Cebolas

— Estatística da exportação, segundo as localidades:

- Farinha de mandioca
- Arroz com casca
- Arroz pilado
- Milho
- Feijão
- Favas
- Trigo
- Aguardente
- Melado, em pipa, barril e pote
- Açúcar, em arrobas, caixas e feiches
- Gravatá
- Barba de baleia
- Taboado
- Betas de Imbé grandes e pequenas
- Peixe sêco
- Azeite de peixe
- Cebolas
- Cola de Baleia
- Couros de boi
- Cal
- Telha
- Tijolo

- Estatística da exportação, sem descriminação das localidades:
 - Caibros
 - Pau a pique
 - Portais de volta
 - Pipa «degissara»
 - Vigas
 - Talhas de louça de barro
- Relação das Lojas de Fazenda de Varejo que há presentemente na Vila Capital de N. Sra. do Destêrro da Ilha de Sta. Catarina e do quanto importarão as carregações de fazendas que entraram para elas em
 - 1794
 - 1795
 - 1796
- Idem, idem das Tavernas de Molhados da Vila do Destêrro.
 - rua do Menino Deus para a Cadeia
 - rua de Santa Bárbara para a Barra
 - rua da Cadeia e dos Ilhêus
 - Travessa dos Quartéis para a Praia
 - rua da Tronqueira
 - rua da Praia para a Figueira
 - rua do Livramento
 - rua Nova.
- Relação das qualidades de Fazendas que entram para o Comércio da Ilha de Santa Catarina.
- Relação da qualidade e quantidade dos gêneros que entraram para as Tavernas da Ilha de Santa Catarina em
 - 1794
 - 1795
 - 1796
- Relação das Lojas de Fazenda de Varejo que há na Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio S. Francisco
 - Proprietários
 - Época em que abriram
 - Capital
- Relação das Lojas de Fazenda de Varejo que há na vila de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, segundo os proprietários.

- Mapa das Lojas de Oficinas que há na Ilha de Santa Catarina e nos distritos de sua jurisdição
 - Localidades
 - Espécies
- Relação dos animais que existem na Ilha de Santa Catarina e mais distritos de sua jurisdição
- Idem, idem das aves
- Idem dos peixes
- Idem das madeiras
- Idem dos frutos.

O Visconde de S. Leopoldo acha que «com o bom regime prosperava de dia a dia a nova colônia», logo após a fundação do Destêrro, e, depois ao apreciar «êsses sucessivos e logo interrompidos estabelecimentos», ainda na capital, acrescenta: «bem precários, sempre deixavam residuos de povoação, a qual no decurso de tempos, crescendo naquele mesmo sítio em que se fixaram seus primitivos habitantes, mereceu ser em 1726 criada Vila». (*)

Esta é a rápida história do nascimento da capital de Santa Catarina cuja prosperidade se nota desde as suas origens, prosperidade não só da Ilha como do continente ou «Terra Firme».

«As terras de Santa Catarina são de espantosa uberdade. Nelas se desenvolvem admiravelmente todos os gêneros de cultura, e especialmente o arroz, o feijão, o milho, o trigo, a alfafa, o lúpulo, a cevada, a batata, o linho, o amendoim, a cebola, a cana de açúcar, a mandioca, o algodão, o café, o fumo. Em 1816 a Laguna exportava regular quantidade de trigo, tendo abastecido, nesse ano, dêste cereal, os 4.500 soldados da Divisão de Voluntários Reais em trânsito para o sul», diz Crispim Mira, numa obra na qual se descreve a fisionomia de Santa Catarina econômica e social. (**)

A história da agricultura colonial de Santa Catarina tem uma interpretação muito boa, feita pelo Sr. Afonso de E. Taunay e publicada num dos volumes do «Boletim do Ministério do Trabalho», aliás, o cronista das «bandeiras», entre os muitos serviços prestados ao estudo do passado, deve-se a transcrição de diver-

(*) Visconde de S. Leopoldo — «Anais da Província de S. Pedro — com um Resumo Histórico da Província de Santa Catarina» — 2.^a edição — Paris 1839 — Nova Edição — Prefácio de Aurélio Pôrto — Instituto do Livro — Rio — 1946.

(**) Crispim Mira — «Terra Catarinense» — Florianópolis — 1920.

sos trechos das «Memórias sôbre a Capitania de Santa Catarina», de Paulo de Brito, que esteve ali duas vêzes, uma em 1797, quando então conheceu o governador Miranda Ribeiro.

Não existem nas bibliotecas públicas, particulares, oficiais ou não de Pôrto Alegre, as memórias de Paulo de Brito, mas na cidade do Rio Grande conhece-se um exemplar guardado na sua esplêndida Biblioteca. Não houve, de forma alguma, tempo para consultá-la, pois a presente tese foi escrita ou preparada, e sua introdução também, em poucos dias.

Paulo de Brito assistiu o baile que o governador ofereceu ao Vice-Almirante Antonio do Vale, e oficialidade da esquadra, no Destêrro, em setembro daquele ano, onde viu «humã brilhante companhia de senhoras e de homens das famílias mais distintas do país, e humã numerosa orquestra, em que havia e se tocarão todos os instrumentos de sopro e de cordas, com harmonia e bom gosto. Cantarão várias Senhoras, e dançarão minuets, contradanças, e valsas, tudo segundo os usos da Europa.

Fiquei admirado de encontrar tudo isso em humã terra tão pequena do Brasil, e em hum país cujo aspeto então me havia indicado somente a abundancia de estupidez, e a falta de civilização tanto no físico, como no moral. Decorrerão muitos anos durante os quais viajei por diferentes terras e por todos os principais portos do mar do Brasil, e a exceção do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, em nenhuma das terras em que estive, observei nas senhoras a polidez, urbanidade e boas maneiras, que tinha encontrado nas de Santa Catarina; qualidades estas, que depois melhor conheci durante os anos que ali residi».

Perfil insuspeito da sociedade do Destêrro ao tempo do Tenente-Coronel Miranda Ribeiro e não resta dúvida que êste ambiente era animado e criado pelo governador interessado no desenvolvimento econômico da terra e aquisição de maneiras e modas que prestigiassem Santa Catarina, como o conseguiu inúmeras vêzes, aos olhos dos forasteiros.

O nível da sociedade é uma consequência de sua situação material, quasi sempre.

Torna-se preciso contudo assinalar-se a importância de outras cidades catarinenses antigas e da época colonial como Laguna, por exemplo, que tem seu nome ligado à conquista e povoamento do Rio Grande.

O papel histórico que ela desempenhou não é aqui oportunidade para realçá-lo, mas dizer de sua posição na economia regional como projeção brasileira.

«Outrora o peixe sêco e a farinha de mandioca eram os grandes ramos de indústria e comércio.

Santos, Rio de Janeiro e mesmo a Colônia do Sacramento, foram pela Laguna, abastecidos dêstes gêneros» ou «o trigo foi cultivado com tanto desvêlo que... além do que produzia para seu consumo exportou, em 1814, milhares de alqueires» e «muitos lavradores plantam, fiam e tecem o algodão para os misteres da casa, tais como: colchas, toalhas, guardanapos, e para roupa de uso diário, pintando-os com uma espécie de anil, que êles mesmos extraem de um arbusto», diz Fonseca Galvão (*).

O mesmo A., na segunda parte de seu livro, conservado, ao que parece, inédito ou publicado em capítulos pelos jornais, e talvez nem todos os capítulos, foi copiado pelo historiador Aurélio Pôrto e constava de sua biblioteca, mas Fonseca Galvão volta a comentar a contribuição açoriana em Laguna, nos seguintes termos: «A primeira leva, de quatrocentas e uma pessoas, ficou na Ilha (de Santa Catarina) e terrenos adjacentes do continente; da segunda, porém, que chegou, em 1749, uma parte foi mandada para dividir-se pelo distrito, da Vila de Laguna, estabelecendo-se o maior número a cinco léguas ao norte dela em um planalto, que domina o Oceano, próximo à enseada de Imtuba, e da Lagoa Panema — no lugar denominado desde então Vila Nova».

Os ilhéus determinariam os rumos da economia lagunense, pois a cidade fundada por Brito Peixoto «tornara-se, como acen-tua Oswaldo R. Cabral, deserta (**). Homens não havia, nem mesmo para uma simples diligência policial e, tendo Francisco Pinto Bandeira querido prender uns índios e soldados desertores, precisou homens casados, pois solteiros não os havia; e respon-deu-lhe a Câmara que nem dêles havia», pois o Rio Grande os fascinara, com a sesmaria e a pecuária, o campo e o gado.

Miranda Ribeiro, «em observância do respeitável officio» do vice-rei, Conde de Resende, «que lhe remetesse hũa exata conta da Extensão, e Limites desta Ilha, e mais destritos da Sua Juris-dição, com todas as mais Circunstancias que se Contem no Re-ferido officio», declara que vai satisfazer do melhor modo» fôr possível a exigência de D. José de Castro.

(*) Manuel do N. da Fonseca Galvão — «Notas Geográficas e Histó-ricas sôbre a Laguna desde sua fundação de 1750» — Destêrro — Tip. A. J. J. Lopes, Rua da Trindade n.º 2 — 1881.

(**) Oswaldo R. Cabral — «Laguna e outros ensaios» — Florianópolis — 1939.

«Para maior Clareza do método que me propuz», diz o governador, «vão numerados os Artigos que extrai do mesmo Officio» e, mais adiante, que em cada um dos ditos artigos, poderá V. Exa. ver separadamente tudo o que a minha diligência pôde alcançar por meio de indagações, e Exames que fiz, e mandei fazer por algumas Pessoas praticas e inteligentes».

Depois o tenente-coronel acrescenta que «os mesmos Artigos vão detalhadas todas as reflexoens, q me ocorrerão sôbre o Seu Conteudo, e segundo o meo modo de pensar, juntando lhe ainda alguns Mapas e Relações que me parecerão necessarias para melhor illustração».

Foi o governador da Capitania muito original e abundante nas suas informações embora diga «não duvido, que poderião ser mais exatas as Referidas noticias, se tivesse ficado nesta Ilha alguma copia do Mapa que mandou construir o Tenente-Coronei José Pereira Pinto, quando se achava encarregado do Seu Governo; o qual continha não só a Referida Ilha, mas tambem toda a Extensão da Terra Firme, pertencente ao mesmo Governo, porem nem eu o achei, nem me tem sido possivel faze-lo praticar».

Muito judiciosamente acrescenta, «porq̃ as Circunstancias do tempo em que fui mandado para esta Ilha, que são as mesmas em que me acho atualmente, não tem dado Lugar aisso» e conclui dizendo que «alem do que eu penso, que pouco se teria adiantado nesta diligencia, Se este segundo Mapa houvesse de Concorrer com o primeiro em qualquer lugar, onde ele exista; porque de ordinario, sempre os ditos Mapas diferem huns dos outros, á maneira que se vem multiplicando; querendo os Authores dos ultimos, que os seus Sejam Sempre os mais exactos, do que todos os outros antecedentes; o que propriamente não serve. Senão para aumentar cada vez mais, a Confusão, e incerteza».

Miranda Ribeiro colheu seu material de informações sôbre a Capitania de Santa Catarina dos fins do século XVIII, tendo em vista realizar trabalho seu, individual, ultrapassando ao que solicitara o Conde de Rezende, e mesmo que desejasse fazer o contrário, basear-se em noticias de outros governadores, não teve oportunidade para tal uma vez que não viu os dados reunidos anteriormente.

A riqueza da coleta merece o nome não apenas de relatorio ou officio, mas de Corografia da Capitania de Santa Catarina e foi o que fizemos.

XI

Os dois apensos foram reunidos na intensão de comenta-los ou, pelo menos, incluir aproveitando-os, numa comparação com os dados e aspetos do relatório de Miranda Ribeiro, cujo relatório denominamos, e parece que com propriedade, de Corografia da Capitania de Santa Catarina.

Mas o volume que tomou a presente introdução onde aliás faltam elementos essenciais como a genealogia do Governador, bibliografia deficiente com ausencia de Vieira da Rosa e Paulo José Miguel de Brito, além de outros, e o não se usar a correspondência completa do tenente-coronel, melhor seria dizer aquela que escreveu às diversas autoridades, excluindo-se o vice-rei, correspondência esta que se conseguiu consultar porque foi publicada, mas o volume que tomou a presente introdução, escreviamos, não permitiu, aliando-se isso á absoluta premencia de tempo, uma interpretação das peças documentais que copiamos dos codices da Bibliotéca Nacional.

Seria, de outro lado, injusto perder-se a oportunidade de divulgar os docs. em apreço porque um congresso de historia regional é o lugar para dar conhecimento de peças de tais ordens, acrescentando-se que a historia regional cuidada é a de Santa Catarina, mesmo, teríamos esperar outra ocasião, talvez demorada.

Os docs. são tres e damos, em seguida, sua enumeração e respectiva sumula.

a) 1796 — officio da Camara de S. Francisco de 30 de abril do citado ano e dirigido ao Vice-rei.

Alude-se á data de fundação da vila, fala na pobreza de seus habitantes, agricultura, local, clima, população, escravos, colonisação, pecuaria, transporte, rios, terras, comunicações, trabalho, etc., sugerindo medidas para o desenvolvimento economico da vila.

b) 1804 — Estatística da produção da Ilha de Santa Catarina; consumo, produção e exportação. Seguem-se o numero total da população em 1808, ligeira descrição das freguezias e rapidas noticias economicas e militares da Capitania.

c) 1819 — «Recapitulação do Mapa da População do Governo da Ilha de Santa Catarina ao ultimo de Dezembro de 1819, confrontado com o ultimo de dezembro de 1795» e «Recapitulação do Mapa do que importarão as produções dos Distritos pertencentes a Ilha de Santa Catarina, Laguna e Rio de S. Francisco, especificando o consumo e exportação em 1819».

A parte demografica oferece o aspecto interessante de mostrar o indice negro da população, o que é surpresa, pois chega a quasi 30% de pretos. A produção revela a colocação dos diversos generos de cultura e o estado da economia ás vespéras da independencia do Brasil.

Tem-se um aspeto exclusivo do interior da capitania, outro da Ilha em confronto com as freguezias e mais um da população e produção. O seculo XVIII, justamente ao tempo de Miranda Ribeiro, está representado numa mensagem de Senado de Camara ao proprio Conde de Rezende. E' uma vila de Santa Catarina que supplica e pede atenção dos poderes publicos afim de salva-la da ruina.

O sec. XIX, em dois momentos, antes e depois de D. João VI, tambem aparece para situar a posição da economia catarinense do fim do periodo colonial.

Ilmº e Exmº Senhor Conde Vice-Rey deste Estado

O Respeitavel officio de V.Excia. datado de 22 de agosto do ano passado nos foi entregue em 24 do corrente pr. mão de hum homem que desta foi a Ilha de Santa Catarina; nomesmo nos fas V.Exa. claramente conhecer o Paternal amor que nos tem, prometendo-nos os seos Auxilios e altas Providencias afim denos fazer felizes, eatodo este Povo, o que nos enxeu de hum geral contentamento, na Certeza de que passaremos de nossas pobreza, aoestado denos vermos remeados. Esta Villa Exmoº Senhor hé fundada acento evinte esete annos, edesde então athé oprezente os seus abitadores vivem pobrissimos, de sorte que ainda não faleceo nessa pessoa que deixasse emmoeda quatro mil Cruzados. Os mantimentos, emais efeitos que os moradores plantão e fabricação, são huns anos por outros vinte mil alqueires defarinha de guerra alguns centos decetas de embê (?) huns poucos demilheiros de tainhas, epratizes conforme correm os tempos naocasião do Bivaque, edez athe doze pipas deaguardente de cana, e computado oporque sevendem estes efeitos conforme permitem os anos andarã por seis contos, eduzentos mil reys, todo opatrimonio, esendo que notempo da plantação damandioca aja muita neve, mata a rama, então há planta, como succedeo o ano passado, epor esse motivo nofuturo nenhuma safra averã: avista doque verã V.Exa. q. pobreza! etanto semostra que amaior parte do Povo coaze todo vestiu pano de algodão da Capitania do Spirito Santo. Ogeral dos moradores não tem Escravos alguns, esenão fossem oscriolos, poucos averião, por não aver dinheiro para comprar os de Guiné, que destes de anos, enoas por acazo secompra algum Os nacionais são homens sem abelidade para manafatuas, estão aferrados a La-

voura, que os seus antepassados uzarão: Este he Exm^o Snr. aindigencia emque todos vivemos nesta pobre Villa cobertos denecessidades sempoder respirar, por cuja cauza os Europeus e Ilheus huma grande parte do povo que povoa esta America, neste Destrito poderão abitar dehuns, eoutros, pelo mais vinte esalguns chegão Logo seaumentão dezanimados.

Osmeios que descobrimos para nosso melhoramento Patrosinando-nos oSocorro, e Poderozos Auxilios de V. Excia. são os seguintes: sem cazais de Ilheos para povoarem os Rios de Cobatão grande, epequeno Piraverada (?) São João, Rio daspedras. e Rio dosCavalinhos, Palmital, parte das tres barras, eoutros lugares sem moradores, sendo aliaz terras boas e dequalidade para darem todas asplantações, como aexperiencia tem mostrado que estes omens são muito trabalhadores, e Amigos de fabricarem Linhos, ealgodoens, ecriarem gados, por isso nos exeperança oadiatamento, segundo observamos na Ilha de Santa Catarina. eaomesmo tempo os nacionaes, eabitantes do Paiz, ou Levados dointeresse, ou ambisão ou deve seguir emtudo ou aomenos emparte os passos daqueles; estes Ilheus sepudessem vir da Ilha de Santa Catarina sem que prejudicassem aquella Praça hera melhor, não só por já saberem andar em Canoas, como por estarem acostumados neste Clima, epor que sempre trarão algum dinheiro para se alimentarem, emquanto não tiverem lavouras.

Ficarem para (?) az Minas do Rio de SajzahY, termo desta freguezia, as quais são huns poucos de dias deviajem pelo Rio Asima donde algum tempo setirou bastante ouro, edeboa conta, etanto o Rio Grande, como osmais pequeno tem extensão para muito povo morar, donde tambem produz abundantes mantimentos, ena sua barra outra sumacas, e ainda que o Rio, com xuivás hé caudalozo, o interesse tudo venserá, ficando tambem francas todas as mais Minas que sepuderem descobrir, criando V.Exa. Guardamores, e seguir o ouro ouguiado para essa Cidade ou para a Fundação da Cidade de São Paulo, ou da forma que V. Ex. for servido ordenar.

Capitães para os Destritos, que tenham aseocuidado em dar numeros defeixes de ramas de mandioca para plantarem os moradores, que nos seos territorios forem preguisozos, regulando-lhes estes easmais Lavouras a porposão desuas familias, eestes offeciais de dois em dois mezes, serão obrigados adarem Conta a Camera detudo oque tiverem obrado, eesta Castiga aos rebeldes e preguisozos, por quanto amayor parte dos neofitos são vadios eviciosos, edesta forma não terão remedio senão trabalhar.

As farinhas são aunica Lavoura deque estes miseraveis Lavradores recebem algum dinheiro mais avultado para sealimenta-

rem, e suprirem suas necessidades, equando para esta não hapronta sahida, evendida aomenos atrezentos e vinte o alqueire, para nada lhe chega, então nesse ano nada pagão aospoucos epobres Comersiantes que ficão gemendo os seos atrazos, por quanto tudo sevende fiado esperando otempo da safra da farinha para pagarem. Embarcações de comercio proprias desta villa não tem nenhuma, epor isso quando chegão algumas todos realizão; eporque esta falta coaze sempre acontecel rogamos umildemente a V. Exa. sedigne mandar que as embarcações que carregão farinhas para omonisio das Tropas do Rio Grande as venhão comprar neste Porto, e quando não as achem então sequirão a Ilha, cujos moradores não padesem falta asahida deseos efeitos, por ser Porto donde entrão tantas embarcações. Resta-nos somente dizer a V. Exa. que todo este Povo vive susegado e tranquilo debaixo do Luzido, e sabio Governo do nosso atual Governador, que certamente nos rege com muita paz eamor, eamesma nos administra com muita retidão o Doutor Ouvidor desta Comarca de Paranaguá, de ambos pedimos a V. Exa. como amorozo Pay e Senhor as suas conservações.

Pedimos a Deos Nosso Senhor dilate a V. Exa. por muitos anos, a sua preciosa vida, e saúde para Glória da Monarquia, e... susego, eaumento deste Estado, ecoberto de obediencia, eomildade ficamos esperando as ordens de V. Exa. acuja Exma. Pessoa o Senhor g.º indicamos. Rio de São Francisco em Camara de 30 de Abril de 1796. DeVExcia. Beija os Pés

Osmais omildes Sobdor. — Nuvertos. e Sos.

Francisco Leite de Moraes

João de Olivra. Falcão

José Antonio Nobrega

Manoel Pereira da Costa

José da Silva de Andrade.

(Copiado do documento da Secção de Manuscritos da Bibliotheca Nacional, com a indicação topografica I-28.24,11, n.º 45).

S. Caterina

em 1804

A Produção da Ilha de S. Catarina vale	185:329\$852
O Consumo vale	70:986\$856
A Exportação vale	108:342\$996

A saber

Produz			
Algodão — quintaes	1.018	— exporta —	144
Assucar — quintaes	813	— —	560
Arros — d.	4.133	— —	3447
Couros — centos	1.486	— —	1131
Atanados — d ^{uz}	960	— —	457
Agoardente medidas	79.894	— —	70289
Farinha — alq.	196.389	— —	89606
Feijão — alq.	8.692	— —	1710
Milho — alq.	8.953	— —	2030
Trigo — alq.	3.529	— —	1893
Melaço — medida	7.272	— —	6368
Sebolas — restias	9.468	— —	6255
Alhos — d ^{as}	10.751	— —	6907
Peixe salgado ~ arrobas	1.264	— —	1085
Peixe Seco-milhr ^o	22.158	— —	12184
Linho ordinr ^o -quintaes	258	— —	52

E outros generos pequenos como são — Imby — Gravatá — Amendoim — Anil — Linho Canhamo.

A Povoação da Ilha de S. Caterina, Districto de Laguna e Villanova, e Districto de S. Francisco: tem actualmt. em 1808 -- 35\$ almas.

A Ilha tem na Capital e Principal Freguezia: o terreno nesta Freguezia he dividido em Chacras de que vivem os Habitantes. Tem mais a Freguezia de S. Ant., a Freguezia da Alagoa: que são repartidas em Casaes. A Freguezia do Ribeirão.

Na Terrafirme, tem as Freguezias de S. José, S. Miguel, e Ansiada do Brito. Estas freguezias tambem são distribuidas em Casaes como no Rio Grande. A sua produção, e principal commercio he — Fariinha — produs tambem Café — Agoardente — Mellado — Arroz — e legumes com abundancia — tirão Madeiras e taboado.

As suas Milicias consistem em 28 Companhias q. fazem 1500 homens prender e marchar ao pr^o avizo.

Laguna e Villanova, são duas Freguezias separadas q. tem Comandante Militar deste Districto q. vai confinar com o Rio Grande.

Rio de S. Francisco he outro Districto Militar com outro Comandante: as produçoens destes Districtos são as mesmas. Laguna porem tem muita pescaria, em que faz Commercio, e exporta

o peixe Seco q são .in... — e outros peixes pequenos em Sumacas para o Rio de Janeiro.

(Copiado do documento da Secção de Manuscritos da Bibliotheca Nacional, com a indicação topográfica: II-35,32,18 n.41)

Recapitulação do Mappa da População do Governo da Ilha de Santa Catarina no ultimo de Dezembro de 1819. Confrantado com o ultimo de Dezembro de 1795.

1819	Fogos	Branços	Pardos	Pretos	Nascimentos	Obitos
	6.359	26.622	1.130	8.651	954	716
Total da População					36.403	
Em 1795	3 Vilas e 9 Freguesias			População	23.865	
Diferença em 24 annos para mais					12.538	

Recapitulação do Mappa do que importarão as produções dos Districtos pertencentes a Ilha de Santa Catarina, Laguna e Rio de S. Francisco, especificando o Consumo e exportação em 1819.

	Produção	Consumo	Exportação
	^{Qes}	^{Qes}	^{Qes}
Algodão.....	884:618 ½	824:16	60:16
Assucar.....	1319:2 ^a	428	891:2 ^a
Tabaco.....	21	17	4
Salgados.....	81 e 85	78	3 e 85
Arrôz.....	8:694	1:859:3 ^a	6:834:1 ^a
Goma.....	115	77	38
Madeira.....	1322 ^{duz}	303 ^{duz}	1019 ^{du}
Couros.....	2541 ^{cent} ½	38 ^{cent}	2503 ^{cent} ½
Café.....	451 ^{Qes}	248 ^{Qes}	233 ^{Qes}
Tanados.....	4002:10 ^{cent}	804 ½ ^{cent}	3201 ½ ^{cent}
Linho Ordinário.....	168 ^{Qes}	138 ^{Qes}	30 ^{Qes}

	Produção	Consumo	Exportação
Agoardente.....	82020 ^{Medas}	33:260 ^{Medas}	48:760 ^{Medas}
Avaliação aproximada em Cruzados.....	210\$722	72\$925	137\$797
Farinha.....	222:211 ^{Alq^{res}}	115:827 ^{Alq^{res}}	106:389 ^{Alq^{res}}
Feijão.....	9:798	6:619 $\frac{1}{2}$	3:148 $\frac{1}{2}$
Milho.....	18:331 $\frac{1}{2}$	8212	10119 $\frac{1}{2}$
Favas.....	3.216	729	2.487
Trigo.....	1542 ^{Alq^{res}}	1112 ^{Alq^{res}}	430 ^{Alq^{res}}
Sevada.....	70	30	40
Mendoim.....	2732	963	1409
Mellado.....	13246 ^{Medas}	1358 ^{Medas}	11888 ^{Medas}
Gravatá.....	214 ^{Qes}	154 ^{Qes}	60 ^{Qes}
Betas de Imbe Grandes...	27 ^{duz}	4 ^{duz}	23 ^{duz}
Das pequenas.....	170	2	168
Sebollas.....	15:628 ^{Restias}	5643 ^{Restias}	9985 ^{Restias}
Alhos.....	10:334	5377	4954
Peixe Salgado.....	1035 ^{Qes}	814 ^{Qes}	22 ^{Qes}
D.º Salgado.....	70572 ^{Milheiros}	17116 ^{Milheiros}	53456 ^{Milheiros}
Avaliação em cruzados....	351:998	197:151	154:817

(Copiado do documento da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, com a indicação topográfica II-35,32,18 n.38)

Em observancia do Respeitavel Officio de V. Ex.^a de 20 de Dezembro do anno proximo passado, em que V. Ex.^a foi servido ordenarme, que lhe remetesse hũa exata conta da Extensão, e Limites desta Ilha, e mais Destrictos da Sua Jurisdisão com todas as mais Circunstancias que se Contem no Referido Officio; Vou satisfazer do melhor modo que me foi possivel à Ordem de V. Ex.^a.

Para maior Clareza do método que me propuz,vão numerados os Artigos que extrahi do mesmo Officio de V. Ex.^a des-de o nº1, até

14 pelo modo Sequente: = Artigo 1.º Da Extensão e Limites da Ilha de Santa Catharina, e mais Destrictos da Sua Jurisdição. = 2.º. Dos Seus Portos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis = 3.º. Das Pontes, e Lugares em que se fazem precizas. = 4.º. Do N.º dos Fôgos, e das Pessoas de hum, e outro Séxo, com Separação dos Escravos. = 5.º. Do n.º das Freguezias, Capelas, e Oratorios. = 6.º. Dos Sacerdotes, e da sua Ocupação, e prestimo. 7.º Dos Engenhos, e Fabricas de toda a qualidade. = 8.º Do N.º e qualidade das Embarcações. = 9.º Das Terras Devolutas. = 10.º Da propriedade do Terreno, mais para hum genero, do que para outro. = 11. Do estado actual do Comercio, e da Cultura das Terras. = 12. Da Cauza da Sua decadencia, e o meio de a promover. = 13. A Quantidade de Generos, e effeitos que annualmente se colhem, fabricão, e são exportados. = 14. E finalmente dos Animais, Aves, Peixes, Madeiras, e fructos mais notaveis.

Em cada um dos ditos Artigos, poderá V. Ex^a ver separadamente tudo o que a minha diligencia pôde alcançar por meio de indagações, e Exames que fiz, e mandei fazer por algumas Pessoas praticas, e inteligentes, e nos mesmos Artigos vão detalhadas todas as Reflexoens, q̃ me ocorrerão sobre o Seu Contheudo, e segundo o meo modo de pensar; juntando lhe ainda alguns Mapas e Relações que me parecerão necessarias para melhor illustração; os quaes vão designados pelas Letras do Alfabeto, desde A. até N. —, e acuzados nos Seus Correspondentes Artigos.

Se este methodo que eu Segui, merecer a approvação de V. Ex^a, eu terei nisso maior Satisfação; assim Como a tenho grande da honra que V. Ex^a me fêz no Seu Respeitavel Officio, quando se dignou dizer-me, que sem emitir hum só dos Referidos Artigos, ajuntasse eu todas as noticias, Reflexoens, e projectos que me occorressem, e parecessem mais proprios para ampliarem as ideias que V. Ex^a tem de fazer, tanto Sobre estes Artigos, Como sobre os que eu ainda julgase Convenientes; honra esta que bem mostra ser nascida da Generozidade, e Grandeza de V. Ex^a, mas daqual eu não devo abusar por modo algum; por que a Superioridade dos Talentos, e Luzes de que V. Ex^a he dotado, me desobrigão inteiramente de Cômeter essa Reprehensivel temeridade.

aV. Ex^a Villa do Desterro a 17 de Novembro de 1797

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Snr Conde de Rezende

Vice Rey, e Capitão General de Mar,

e Terra do Estado do Brazil.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

DA EXTENSAO E LIMITES DA CAPITANIA DA ILHA DE SANTA CATHARINA,EMAIS DESTRICITOS DASUA JURISDISAO

Ilha de Santa Catharina,Considerada Somente a Ilha.

1. A Extensão da Ilha de Santa Catharina,Cituada na altura de 27 graus e 40 minutos de Latitude Sul,e em 337 graus de Longitude,Segundo a mais Geral opinião he de 10 Legoas de Norte a Sul,que he o Seu maior Cumprimento.

2. Para a parte de Leste confina com o Mar,e para a parte de Oeste lhe fica aTerra firme,pertencente ao Governo damesma Ilha,daqual se Separa por hum Estreito de Mar,de 200 brasas de Largo,pouco mais,ou menos,quazi defronte da Villa Capital do Desterro. Eformando depois várias Anssiadas para hum,e outro Lado,Se torna a estreitar nas extremidades da referida Ilha,onde fáz aSua Barra do Norte,e aBarra do Sul,sendo aprimeira defendida pela Fortaleza daPonta Grossa,que esta Cituada na mesma Ilha,e pelas de Santa Cruz,e Rattones,Cituadas em duas pequenas Ilhotas:E a Segunda,pela Fortaleza daBarra do Sul,Cituada em outra ilhota, que fica no meio da Referida Barra.

3. No meio da Ilha de Santa Catharina,está Cituada a Villa Capital de Nossa Snrª do Desterro,ficando lhe para aparte do Norte aFregª de Nossa Senhora das Necessidades,e para a parte de Leste aFregª de N.Snrª da Conceição da Lagoa.

4. A dita Ilha na Sua maior Largura,que he daVila do Desterro pª a parte do Norte ou Ponta das Canavieiras,tem pouco mais de 3 legoas:E na Sua maior Largura,que he damesma Villa do Desterro para aparte do Sul,ou Ponta dos Naufragados,tem pouco mais de legoa emeira no Lugar do Ribeirão,e Saco da Tapéra.

Destrictos da Sua Jurisdisão naTerra firme.

5. Todos os outros Destrictos pertencentes a Jurisdisão deste Governo, que consistem em duas Villas, e quatro Freguesias, estão Cituadas na Terra firme desde aVilla do Rio de S. Francisco,ou

Rio de Sahy que fica 33 $\frac{1}{2}$ Légoas ao Norte da Villa Capital do Desterro, ou Estreito da Villa, até a Villa da Laguna ou Registo das Torres que fica ao Sul da Referida Ilha 39 $\frac{1}{4}$ Legoa, contadas do Referido Estreito da Villa Capital do Desterro vindo a Ser toda a Extensão da Capitania de Santa Catharina, 72 $\frac{3}{4}$ Legoa de Norte a Sul, Seguindo a tortuosidade dos Caminhos; as quais em Linha Recta, sempre andarão por mais de 60 Legoa.

6. A Terra firme da Capitania deste Governo, Confina pela parte do Norte com a Vila de Garatuba, pertencente à Capitania de S. Paulo, no Referido Rio de Sahy. Pela parte do Sul confina com o Govêrno do Continente do Rio Grande no Referido Registro das Torres: Pela parte de Leste confina com o Mar, e com a mesma Ilha de Santa Catharina: E pela parte do Oeste confina com a Vila de Coritiba, e Vila das Lages, pertencentes à Capitania de S. Paulo; ficando-lhe a divizão da primeira na distancia de 11 Legoa, e a Segunda na distancia de 18; de cuja divizão até à propria Vila das Lages, ainda há 15 Legoa de distancia.

7. A Serra que fórma os fundos, ou Vertentes desde Certão da Terra firme, no Lugar das Torres fica somente 5 Legoa a Oeste; porem depois se vai a Largando de fórma, que se supoem serem os fundos de 16, ou 17 Legoa de fr.º da Vila da Laguna, e Freguezia de Villa Nova.

8. He necessario advertir que a Referida Vila do Rio de S. Francisco não está fundada propriamente na Terra firme, mas sim em huma pequena Ilha que lhe fica imediata, a qual pouco mais ou menos faz a figura de hum Triangulo; de forma que por hum Lado da parte do Sul lhe fica a Barra de Araquarim; pelo outro a Barra do Norte da mesma Villa, e pelo outro a Costa de Leste do Mar grosso; pela qual tem a Referida Ilha 6 Legoa de Extensão desde o seu Pontal do Norte, até o Pontal do Sul.

9. O Mar que circula esta pequena Ilha, pela parte de Oeste, lhe chamão o Mar interior: Elle se dilata fazendo huma grande Anseada sobre a Terra firme, desde o Pontal do Norte ou Barra grande, até o Pontal do Sul, ou Barra de Araquarim. e nesta grande Anciada, he que desaguoão os muitos Rios que Cortão todo aquele Paiz, como se dirá no Artigo 2.º desta Conta.

10. A Villa da Laguna está Cituada distante da Barra $\frac{1}{2}$ Lagoa, na Conta de huma Legoa grande a que chamão Mar pe-

queno; e encoberta de altos Morros, porém já quazi desmontados; q̃ fazem frente ao Már.

11. Finalmente, a Respeito da Extensão e Limites da Ilha de Santa Catharina, e mais Descriptos da Sua Jurisdição na Terra firme; ofereço a V. Ex.^a o Mappa Letra A, em o qual vão notadas com amaior clareza que me foi possível todas as noticias q̃ pude alcançar aeste respeito.

12. Eu não duvido, que poderiam ser mais exatas as Referidas noticias, se tivesse ficado nesta Ilha alguma copia do Mapa que mandou construir o Tenente Coronel Joze Pereira Pinto, quando se achava encarregado do Seu Governo; o qual continha não so a Referida Ilha, mas tambem toda a Extensão da Terra firme, pertencente ao mesmo Governo; porem nem eu o achei nem me tem sido possível fazelo praticar; porq̃ as Circunstancias do tempo em que fui mandado para esta Ilha, que são as mesmas em que me acho ainda actualmente, não tem dado Lugar aisso. Alem de que eu penso, que pouco se teria adiantado nesta diligencia, Se este Segundo Mapa houvesse de Concorrer com o primeiro em qualquer lugar, onde elle existia; porque de ordinario, sempre os ditos Mappas diferem huns dos outros, à maneira que se vão multiplicando; querendo os Authores dos ultimos, que os Seus Sejam Sempre os mais exactos, do que todos os outros antecedentes; o que propriamente não serve, Senão para aumentar cada vêz mais, a Confusão, e incerteza.

Villa do Desterro a 17 de Novembro de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

ARTIGO 2.^o

Dos Seus Pórtos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis.

1. Os Portos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis que ha na Ilha de Santa Catharina, e nos mais Descriptos de que se Compõem a Capitania deste Governo, Cituados na Terra firme, desde de o Rio de Sahy que fica na extremidade do Norte desta Capitania até o Registo das Torres ultima extremidade da mesma Capitania pela parte do Sul; vão descriptos debaixo deste Artigo, com todas as noticias, e informações que se puderão adquirir a Respeito da sua Capacidade, e mais Circunstancias Relativas ao mesmo objecto, na forma Seguinte.

(VILLA CAPITAL DE N. SNR^a DO DESTERRO.)

(CITUADA NOMEIO DA ILHA DE ST. CATHARINA.)

(DOS SEUS PORTOS, RIOS, LAGOAS E SERRAS MAIS NOTAVEIS.)

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
1 ^o				Pela parte de Oeste ou Mar interior da Referida Ilha, desde o Saco de Itacorubi, onde a Freg ^a da Villa principia, até à ponta dos Nar-fra-gados, ultima extremidade della na ponta do Sul da Referida Ilha em que há 6 $\frac{1}{2}$ Lagoas de Extensão, se encontrão Continuado pórto, nos quais com facilidade se embarca e desembarca.
2 ^o				O da Armassão da Lagoinha na Costa de Leste da mesma Ilha, e Des-tricto da Freg ^a , onde se pode fundiar e fazer Desembarque.
3 ^o				A Ilha do Campéxe, meia Legoa ao Norte da antecedente, onde dão fundo as Corvetas e Sumangas da Armassão e só o Vento Sudoeste lhe poderá Cauzar inquietasão.
4 ^o				O do Pantano do Sul da Referida Lagoinha: Onde pode entrar huma Armada, fundiar, e fazer Desembarque.
	1 ^o			O Rio de Manoel Antonio, no Saco de Itacorubi, ou Caminho Novo q. tem 10 Brasas de Largo.
	2 ^o			O Rio do Dornelas, que fica no dito Caminho Novo, ao Sul do ante-cedente, tem 7 Brasas de Largo.
	3 ^o			O Rio do Lessa que fica no Referido Caminho Novo, ao Sul do ante-cedente, tem 3 Brasas de Largo.
	4 ^o			O Rio chamado Corrego grande, que fica a Leste da Vila Capital do Desterro por onde extrema com a Freguezia da Lagoa tem 30 palm. de Largo.
	5 ^o			O Rio do Tavares que fica ao Sul da Vila Capital tem de Largo 60 palmos: Com maré cheia podem entrar Lanxas pela Sua Barra; a qual fica quase seca com amaré vaz: a; dentro tem agoa bastante.
	6 ^o			O Rio do Pantano do Sul, que fica ao Sul do antecedente: no Lugar onde facilita a passagem terá de Largo 60 palmos.
		1 ^a		A grande Lagoinha, da qual toma o nome a Armassão de Baleias, Cituada na Costa de Leste desta Ilha: tem de Cumprido 1600 Brasas: A sua maior Largura he de 500 até 600 Brasas: O seu fundo he 6 Brasas; em alguaspartes tem 10 e ainda mais. Nela se crião varios peixes como são Acarás, Carapébas, Jundiás, Lingoados, Tainhas e Robalos.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
		2ª		A Lagoinha chamada do Pantano do Sul pouco distante da antecedente, que terá 400 Braças de Cumprido e 200 de Largo.
		3ª		A Lagoinha chamada de Leste, que terá 350 Brasas de Cumprido pouco mais ou menos e 100 Brasas de Largo: Vulgarmente lhe chamão Lagoinha de Leste porque neste Rumo desagua ao Mar; porem com as Marezas fica areada a Sua fôz, e efetivamente está tapada: Nella se crião Taynhas, e Acajá, que hé um peixe do feitio, e grandeza das Corécórcas.
	7º			O Rio chamado Ribeirão, o qual dá cmesmo nome à quele Destricto, terá de Largo 25 até 30 palmos.
	8º			O Rio da Tapéra, que fica ao sul do antecedente, e proximo à Fazenda do Capm. Antonio Joze da Costa, terá na sua Fôz 40 palmos de Largo.
			1º	Esta Freguezia tem bastantes Montes; porem os mais notaveis São: O da Armassão da Lagoinha que pelo Termo de Oeste faz um angulo de 30 graus.
			2º	O do Ribeirão, que pelo mesmo Rumo faz um angulo de 20 graus, pouco mais, ou menos.
			3º	O Morro do Pacheco, que fica proximo à Vila Capital.
4	8	3	3	Total.

FREGUEZIA DE N. Srs. DAS NECESSIDADES

CITUADA NA ILHA DE SANTA CATHARINA AO NORTE DA VILA CAP.AL

Dos Seus Portos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
1º				Desde a Ponta das Canavieiras, que fica na Extremidade da Ilha da parte do Norte, Circulando o Mar interior da Ilha até o Saco de Itacorubi, onde esta Freguezia extrema com a da Vila Capital do Desterro, he hum continuado porto para os seus moradores; em humas partes mais benigno do que em outras, como succede desde a Referida Ponta das Canavieiras, até à Fortaleza da Ponta Grossa, por estarem mais proximas da Barra do Norte. Na Praia das Canavieiras podem as Naus dar fundo 150 brasas distantes da Terra, e fazer Desembarque, como fizeram os Espanhoes no ano de 1777.
	1º			O Rio de Pacaquare, que terá 40 palmos de Largo e desagua interiormente no Rio de Rattones.
	2º			O Rio da Varge que desagua junto á Fortaleza da Ponta Grossa, e terá de Largo 70 palmos.
	3º			O Rio das Ostras, que desagua na Praia das Canavieiras junto aos Morretes; e terá de Largo 60 palmos.
	4º			O Rio do Pimentel, que desagua na mesma Praia das Canavieiras, e terá de Largo 30 palmos.
	5º			O Rio de Rattones, que desagua ao Sul da Fortaleza da Ponta Grossa: terá de Largo 50 até 60 Brasas: Deste Rio se espalhão interiormente oito braços pela Varge grande, e pequena, que tomão diferentes denominações; Como São 1º do Verissimo; 2º do Ratto; 3º de Pacaquára; 4º do Costa; 5º da Varge pequena; 6º de Matheus Jorge; 7º do Galego; 8º do Mafra; Os quais facilitão m.to a Exportação dos Generos aos Povos que habitão por aqueles arbalades.
	6º			O Rio do Amorim, onde esta Frega- Extrema com a da Vª Cap.ª do Desterro
				Não há Lagoa alguma nesta Freguezia.
			1º	Hum dos Montes mais altos que tem he o Morro do Rapa na Ponta das Canavieiras.
			2º	Morro que fica proximo ao Lugar em que está fundada a Igreja da Freguezia e outros que não tem denominação alguma.
1	6		2	Tottal

FREGUEZIA DE N. SNR^a DA CONCA^m DA LAGOA.

CITUADA NA ILHA DE SANTA CATHAR^a, A LESTE DA VILA CAPITAL.

Das Seus Pórtos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
1 ^o 2 ^a				Esta Freg ^a tem na costa de Leste ou do Mar grosso; 1 ^o o Saco do Inglez ao Norte da Freg ^a ; onde pode dar fundo hua Armada, e fazer Desembarque encostado ao Morro do Inglez; e só o Vento Nordeste lhe pôde Cauzar incomodo: 2 ^o A Ponta da Galheta ao Sul do antecedente e defronte da Freg ^a , onde sepode também fazer Desembarque, ficando as Naus fora. Não tem mais Pórtos, à excessão dos que presenta a Sua propria Lagoa por estar Cituada dentro na mesma Ilha.
	1 ^o			O pequeno rio, denominado o Rio Vermelho, que se forma das agoas dos Montes, e enxarcada, e desagua dentro da Lagoa que há no Centro desta Freg ^a he bastantemente baixo; e tem muito pouca Corrente.
		1 ^a		A grande Lagoa que da o nome a esta Freg ^a , terá de Cumprido de Nordeste a Sudoeste 2½ Legoaas contadas desde a Pôz do tal Rio Vermelho, até o Lugar Chamado o Pôrto, ou principio do Canto da mesma Lagoa, que fica ao Sudoeste. A sua Largura no Geral, he de 750 Bransas, pouco mais ou menos, eem algumas partes poderá chegar a 1200-Havendo Chuvas continuadas, com as quais fique repleta a mesma Lagoa, os Seus habitantes a fazem evacuar, abrindo à enchada na Praia de Leste a Sua Barra, que as Marezas de ordinário fazem ficar areada e tapada; epor beneficio desta abertura desagua ao Mar grosso, entrando então muito peixe, que nella se produz e Cria; como são Acarás, Badajos, Caranhas, Carapébas, Carapitangas, Enxovinhas, Jundiás, Lingoados, Pernagayú, Robalos e Tainhas. O Centro da Referida Lagoa he fundo, epelas margens he Cercada de Baixios em algumas partes.
			1 ^o 2 ^o 3 ^o	A Situação desta Freguezia he pela maior parte montuosa: Cujos Montes bordão huma grande parte da Referida Lagoa: Os Morros mais nomeados que tem são os Seguintes: O Morro do Inglez que fica ao Norte do Rio Vermelho, na Costa do Mar grosso, ou de Leste. O Morro do Cassador, que fica no caminho que vem da Villa Capital para esta Freguezia. O Morro da Cruz, que fica no Referido Caminho.
2	11	1	3	Total

VILLA DE N. SENR.^a DA GRASA DO RIO DE S. FRAN.^{co} CITUADA ENHUA
PEQUENA ILHA JUNTO À TERRA FIRME; NA EXTREMIDADE DO
NORTE DESTA CAPITANIA.

Dos Seus Pórtos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
	1 ^o			O 1 ^o Rio que tem ao Norte, he o Rio de Sahy, onde se acha collocada huma Guarda, e ha onde deuide esta Capitania com a de S. Paulo; asua Barra que de sagua na Costa do Mar grosso, terá 8 Brascas de Largo com a Maré cheia, e 1½ brasa de fundo. Dá navegação para Canoas até 1 Legoa; depois fica innavegavel até o Lugar chamado Frias onde fáz Cabeceira, ficando Vargêdo, alagado, até o Morro Buturatim.
	1 ^o			O da Barra do Norte da dita Vila. A sua largura de Pontal a Pontal he de 1500 Brascas; tem hum Canal com 60 Brascas de Largo pouco mais ou menos; o fundo do dito Canal na parte mais baixa, he de 3½ Brascas; epodem entrar Corvetas grandes: Dizem já entrára por esta Barra huma Nau Franceza.
	2 ^o			De Araquarim; he oque forma a Barra do Sul da Referida Villa; terá de Largo pouco mais ou menos de 200 Brascas; Pelo seu Canal não podem entrar se não Lanxas de pescaria ou Canoas por ser baixo de 9 palmos com Maré cheia; e só dá entrada com Mar morto.
	5 ^o			O da Ilha dos Remedios, que fica distante da Barra de Araquarim ½ Legoa ao Sudoeste, pouco mais ou menos: Abriga Embarcações até Corvetas, dos Ventos Mareiros, e tem fundo de 3 até 4 Brascas.
	5 ^o	1 ^a		Itapocú que desagua no Mar grosso, ao sul de Araquarim: Terá de Largo 60 Brascas, e vem do Oeste: A sua Barra he muito braba, deforma que não podem entrar por ella Lanxas nem Canoas: Estando em seu natural, terá defundo 18 palmos, pouco mais ou menos: Na Barra deste Rio, forma hua Lagoa denominada da Cruz; que chega até a Barra velha e terá de Comprimento 2 Legoas: Não admite Ponte, pela muita Correnteza, Estando Lanxa ou Canoa dentro deste Rio, poderia navegar até o 1 ^o Salto, que serão 3 Legoas pouco mais ou menos: Passando o 1 ^o Salto, fica mais estreito o Rio, e poderá navegar Canoa pequena por elle 30 Legoas, até o Lugar onde o dito Rio encana com Regatos. Tem este Rio 5 Brascas; o 1 ^o Chamado Rio do Piranga, da parte do Norte, poderá navegar Canoa por elle 5 Legoas pouco mais ou menos: o 2 ^o Chamado Ypitanga que vem do Sudoeste, poderá navegar Canoa por elle 2 Legoas: o 3 ^o Chamado Itapocúmerim que vem do Noroeste, no qual nevegará Canoa 6 Legoas: o 4 ^o Chamado Jaragóá que vem do Sudoeste, no qual navegará Canoa 4 Legoas: o 5 ^o Chamado o Braso, o qual se encaminha de Noroeste, e nelle poderá navegar Canoa 2 Legoas: Tudo se deve entender pouco mais ou menos.
			1 ^a 2 ^a	A mais alta Serra que ha neste Rio, se chama Jaraguá: E mais baixa se chama o Defuntinho no mesmo Rio.
	4 ^o			O Tejubá ao Sul de Itapocú 2½ Legoas, pouco mais ou menos: Tem de Largo 20 Brascas: He navegavel; porém estando a Maré baixa dá Vau: Não admite Ponte porque he petrificado; e havendo enxente tem Correnteza disforme.
	4 ^o			O da Barra deste Rio; que he huma Ilha, onde se abrigão Canoas, e Lanxas dos ventos mareiros.
	5 ^o			De Camboriú, ao Sul do Rio Tejuba 1½ Legoa, pouco mais ou menos. Neste poderá entrar Lanxa e Canoa, estando o Mar bom: terá de fundo não havendo agoa do Monte, e estando a Maré baixa, 5 palmos pouco mais, ou menos na Sua Barra; sendo mais

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
				fundo para dentro. A sua Largura he de 20 Brاسas, terá 1000 Brاسas de navegasão: Não admite Ponte pela muita Correnteza.
	6º			Iriy merim 100 Brاسas para o Sul do antecedente terá de Largo 30 Brاسas: He navegavel, e tem Ponte.
5º				De Iriy merim, onde fáz huma Ponta de Terra, que se pode abrigar Sumaca, Lanxa ou Canoa.
6º				O da Armassão de Itapacoroia 1 Legoa ao Sul do Rio antecedeº. Nelle podem ancorar ate Naus de Linha 250 Brاسas distante da Terra, efazer desembarq.
7º	7º			Iriy assu, ou Gravatá, $\frac{3}{4}$ de Legoa ao Sul de Itapacoroia: A Sua Largura será de 40 Brاسas pouco mais, ou menos; não admite navegasão; tem Ponte e com a Maré baixa dá Vau. He pôrto para Canoas.
8º	8º			O Rio Tajahy, 2 Legoas ao Sul do antecedente: A Sua Barra terá de largo 200 Brاسas, edefundo 15 ou 20 palmos e para dentro, tem mais. Dá navegassão para Sumacas pelo Rio asima até 1 Legoa; porem as Lanxas, e Canoas podem hir até o 1.º Salto, que dizem ser de 20 Legoas de distancia. Deste 1.º Salto, puchando huma Canoa por Terra 50 Brاسas pouco mais, ou menos, sepassão humas Caxoeiras de agoa, que he necessario puxar a Canoa pelo dito Rio assima, 3 dias; mas logo depois asenta em Rio direito, pelo qual se navega 3 dias até chegar ao Lugar onde se precipitão as agoas: assentão que este Rio vem do Oeste: Lansa este Rio dois Brاسos: O 1º se denomina Luis Alves; o qual vem do Norte, então he navegavel se não para Canoas pequenas: O 2º sechama Tajahy merim, que vem do Sudoeste, e he navegavel de Canoas 10 Legoas: Para sima ha outro vindo de Oeste, chamado do Gracia; navegase de Canoa até 20 Brاسas, edahi vai a brاسos; o Rio he estreito, e terá de Largo na Barra 5 Brاسas; e de fundo 1½ brasa, pouco mais, ou menos: Não admite Ponte.
			3ª	A Serra chamada Brasil, está na altura do Referido braso assima Luis Alves; e dizem os Navegantes, que pela Sua grandezase avista do Mar, em muita distancia.
			4ª	A outra chamada do Pôço grande, porem de menos altura.
9º	9º			Camboriguassú, 3 Legoas ao Norte do Tajahy, pouco mais ou menos; terá 20 brاسas de Largo na Sua Barra: Estando a maré baixa, não entra Lanxa nem Canoa grande; porém depois de estar dentro, poderá navegar 1 Legoa, pouco mais ou menos: Não admite Ponte pela violencia das agoas do Monte; e he onde o Destricto desta Villa extrema com aFreguezia de S. Miguel. Pode dar desembarque, ficando as Naus fora.
				Os Rios que desaguum no Mar interior da Villa do Rio de S. Francisco Correndo aTerra firme desde o Pontal do Norte até Araquarim, são os Seguintes
	10			Jaguaruna merim, ao Sul do Pontal do Norte $\frac{1}{4}$ de Legoa; terá de Cumprido 100 Brاسas até o pôrto onde Confina, com amaré cheia e emdireitura; e só até ahi navega Canoa.
	11			Jaguaruna grande, ao Sul do antecedente; com a Maré cheia, tem 8 Brاسas de Largo, e fundo sufficiente; porém com a Maré vazia não sahe Canoa Carregada: He navegavel por $\frac{1}{4}$ de Legoa.
	12			O do Barboza: Com maré cheia navega Canoa 500 Brاسas, e quando está baixa he innavegavel; fica ao Sul do antecedente.
			5ª	Por detrás do Rio Jaguaruna ha huma Serra alta que Confina com Gibraltar.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
	15			O Rio dos Fernandes, está perto da Ponta do Morro, onde está Cituada huma Guarda: He navegavel em Canoa até 200 Br- sas; a Barra terá 6 Brasas de Largo, e Corre a LesNordeste; fica ao Sul do antecedente.
			6ª	A Serra que acha por detrás deste Rio, he bastantem, ^{te} alta em hum Cordão; e nella tem hum Pico chamado Corupira.
	14			O Rio dos Fornos tem 1½ Brasa de Largo na Barra; navega Canoa em distancia de 300 Brasas; fica ao Sul do antecedente.
	15			O Rio de Batubá, tem quasi amesma Largura naSua boca, e he navegavel aquela mesma distancia pouco mais ou menos; fica ao Sul do antecedente.
	16			O Rio do Larnim: he estreito; e navega Canoa pouca distancia: fica ao Sul do antecedente.
	17			O Rio Bocuí, navega Canoa, porém em muito pouca distancia: fica ao Sul do antecedente.
	18			O Rio dos Barrancos: navega Canoa por elle ¼ de Legoa: aSua Bar- ra terá de Largo 6 Brasas pouco mais, ou menos, e finda em Riixo: fica ao Sul do antecedente.
	19			O Rio de S. João; tem na Sua Barra 50 Brasas de Largura; e defun- do 4 Brasas; he navegavel de Canoa por 3 Legoas; quazi vai conquistar com hum Rio que vem da Vila de Garatuba, Cabe- ceira com Cabeceira e neste desagua tambem o Rio chamado Maria Baraára; cujo terá de Largo 8 Brasas: Este Rio de S. João chega até o pôrto das Minas Velhas; e fica ao Sul do antecedente.
			7ª	A Serra onde tem o Morro chamado de Maria Baraára, que he bastantemente alta, da parte do Norte.
			8ª	A Serra chamada do Palmital, tambem damesma pte. do Norte, e finaliza.
	20			O Rio das Farinhas, que desagua no Rio de S. João, da parte do Sul; por este navegação Canoas: e odito Rio chega quazi ao meio da Serra de Coritiba; e tem 6 Legoas de Caminho: fica ao Sul do antecedente.
	21			O Rio das 3 Barras: chega a Barra do Rio de S. João: boca com boca; e deste péga outro chamado Furta enchente, Barra com Barra. O Referido Rio das 3 Barras, navega Canoa por elle 1 ½ Legoa com pouca diferença, e finda no Pôrto de Coritiba; Cujas 3 Barras nomeadas são o Rio de S. João, o das 3 Barras e o Furta enchente; que todos desagüão no Mar pequeno. Deste Pôrto das 3 Barras, até o Porto da Vila de S. Francisco tem 7 Legoas, pouco mais ou menos; e do Porto da Referida 3 Barras até à divizão desta Capitania com a de S. Paulo (Serra assima) terá 4 até 5 Legoas pouco mais ou menos, de Leste a Noroeste; cujo Lugar onde Reparte, se chama Boqueirão ou Queririm: fica ao Sul do antecedente.
	22			O Rio dos Cavalinhos navegação Canoas por elle até chegar à Serra, e tem hu Morro alastado della: as Canoas navegação 3 Legoas; efica ao Sul do antecedente.
			9ª 10	Há dois Morros grandes como Serras, que são, Boa Vista, e Eciriy, para a parte de Oeste.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS
	23		O Rio de Piraberéba; tem defundo na Barra 3 Brásas, e navegação Canoas por elle até o Morro: fica ao Sul do antecedente.
	24		O Rio de Biguassú, $\frac{1}{2}$ Legoa ao Sul do antecedente, com 4 Brásas de Largura na Barra, e 1 $\frac{1}{2}$ brasa de fundo; navega Canoa por elle, e Confina na Serra.
	25		O Ribeirão $\frac{3}{4}$ de Legoa ao Sul do antecedente com 5 Brásas de Largura na Barra, e 1 $\frac{1}{2}$ Brasa de fundo.
	26		O Rio chamado Antonio Felix, terá 2 Brásas de Largura na Barra, e de fundo 1 $\frac{1}{2}$ Brassa; navega Canoa por elle $\frac{1}{2}$ Legoa, e fáz dahi Caxoeira até á Serra: fica ao Sul do antecedente.
	27		O do Cobatão grande, que fica do outro lado fromteiro á Ponta do Gibraltar: Este Rio tem na Sua Barra, 20 Brásas de Largo e defundo 3-Navega Canoa até o pé de hum Morro muito alto, denominado do Tromba: Com as voltas terá este Rio 10 Legoa de comprimento até chegar ao Porto que fica ao pé do Referido Morro: Fica ao Sul do antecedente.
		2. ^a	Dentro deste Rio Cobatão, q se fáz em 3 nascidas das Caxoeiras, e finalmente de todas as Agoas, que vem dos Morros, e Serras Vizinhas.
	28		O do Cobatão pequeno, que está do outro Lado, bem defronte á ponta do Morro, e Guarda do Gibraltar: Contiguo ao outro ditto Cobatão reparte em meio, Lansando hum Braso a desaguar no Cobatão grande, e o outro em procura do Morro, que está afastado da Serra; Cujo Braso finaliza péto em distancia de 1 Legoa. A Barra do ditto Cobatão pequeno terá 10 Brásas de Largo, e de fundo 2 $\frac{1}{2}$. Navegação Canoas até 2 Legoa; e fica ao Sul do antecedente.
	29		O Rio de Eriiy grande, procura amesma Serra daparte do Sul; tem 5 Brásas de Largo na boca, e defundo 2: Navega Canoa até 2 $\frac{1}{2}$ Legoa pouco mais, ou menos.
	30		O Rio Eriiy pequeno, que procura a Serra; terá a mesma Largura, fundo, e Longitude do anteced. ^o , e fica ao Sul delle.
	31		O Rio de Saguassú, tem de Largura na Barra $\frac{1}{4}$ de Legoa com pouca differença, e 4 Brásas de fundo: Neste entrou antigamente huma Sumaca a Carregar: Deste Rio nascem muitos Bráso onde existem moradores mas secção com as marés baixas: Navegação Canoas 3 Legoa, e fica ao Sul do antecedente.
	32		O Rio de Pernaguá, tem Sufficiente Barra para entrarem Sumacas, e já tem entrado: Dá navegação para Lanxas de Embarcação, até distancia de 1 $\frac{1}{2}$ Legoa e dahi para sima Canoas até distancia de $\frac{1}{2}$ Legoa. Este Rio se fáz estreito para sima, até confinar com o Rio do Piranga, que desagoa na de Itapocú pelos Certoens, e fica ao Sul do antecedente.
	33		O Rio das Arcias grandes, tem 3 para 4 $\frac{1}{2}$ Brásas de Largura na Barra, e fundo que navegação Lanxas, e Canoas com maré cheia, até o Lugar chamado Conquista; e dahi segue Canoa, até o Lugar que se chama Jeroatuba, que he Ribeirão. Tem este Rio hum Braso, em que morão dois(sic) Lavradores, e navegação tambem por elle Canoas, porque tem 2 Brásas defundo com a maré cheia, e terá pouco mais, ou menos 400 Brásas de distancia; fica ao Sul do antecedente.
	34		O Rio das Aréias pequenas, tem na Sua Barra 3 Brásas de Largura, com fundo Sufficiente para Lanxas, e Canoas Carregadas: Até o

PORTOS	RIO	LAGOAS	SERRE E MORROS	
				ultimo morador tem $\frac{1}{2}$ Legoa, pouco mais, ou menos com as Voltas; e fica ao Sul do antecedente.
	35			O Rio de Paraty tem 50 Brascas de Largura na Barra com a maré bem cheia; e estando vazia 30 Brascas; e defundo 2 $\frac{1}{2}$ -Navegão por elle Canoas $\frac{3}{4}$ de Legoa; e dahi fica Ribeirão, que nasce do Morro grande; e desde que assim se torna até o ditto Morro terá 1 $\frac{1}{4}$ Legoa. Este Rio tem hum Braso chamado Carahy, da parte do Sueste, navegavel até $\frac{3}{4}$ Legoa; e fica igualmente Ribeirão que entra pelos Xarcos. Tem outro Braso da parte do Sudoeste que lhe chamão Rio do Morro; navegão Canoas por ele até $\frac{1}{2}$ Legoa, mais ou menos, e Confina ao pé do Morro, denominado Xiqueiro: fica ao Sul do antecedente.
	36			O Rio dos Pinheiros, terá de Largura na Sua Barra 4 Brascas, e de fundo com a maré cheia 1 Brasa: Navegão Canoas até a distancia de 500 Brascas somente, e o Rio terá $\frac{1}{2}$ Legoa de Cumprido, e finaliza no Lugar q chamão Taboleiro grande: fica ao Sul do antecedente.
	37			O Rio do Piraiqui, Contiguo á Guarda de Araquarim; tem 5 Brascas de Largo na sua Barra, e defundo com a Maré cheia 1 Brasa. Navegão Canoas pequenas 1 Legoa, e Confina com o Taboleiro grande de Itapocú; terá 5 Legoas de distancia feito Ribeiro, até o dito Taboleiro; e fica ao Sul do antecedente.
				Os Rios que há na mesma Ilha, onde está fundada a Villa de S. Francisco, vindo do Norte para o Sul, São os Seguintes:
	38			O Rio de Acarahy, que desagua na Anssiada, Costa do Margrosso tem de Largura a Sua Barra com a Maré cheia 6 Brascas; e quando vaza, fica Sêca, e algumas vezes se tapa, que se abre á enxada; Para dentro he Largo, e tem defundo 1 $\frac{1}{2}$ Brasa: Navegão Canoas 3 Legoas; e fica proximo ao Pontal do Norte da dita Villa.
		34		A que fica para aparte do Norte do mesmo Rio Acarahy; terá $\frac{1}{2}$ Legoa de Cumprido, e de Largo 50 Brascas, pouco mais, ou menos esta Lagoa he enlodada, e terá $\frac{1}{2}$ Brasa de agoa.
	39			Hum Rio que há na mesma Villa que he Braso de Mar pequeno interior, e lhe chamão o Rio da Pedreira; Com a Maré cheia navegão Canoas pouca distancia, e dahi fáz Riixo: Este permite Ponte e perciza della, porque tem caminho para se servir o Pôvo até o Batuba, e Enseada; fica ao Norte da dita Villa.
	40			Ha outro no Caminho do Rocio, no Lugar da Olaria, que tambem he Braso do Mar pequeno interior: Com a Maré cheia navega Canoa, equando vaza, fica Sêco Este perciza Ponte para a utilidade do Povo, e das Paradas. Os Moradores do Rocio já lhe tem posto a Referida Ponte; porém prezentemente a não tem; fica ao Sul da dita Villa.
	41			O dos Morretes; tambem he Braso do Mar pequeno interior; Navegão Canoas 50 Brascas, efinaliza; fica ao Sul do antecedente.
	42			O dos Mirandas, tem 6 Brascas de Largo na Barra, e defundo 2 com a maré cheia: Navegão Canoas até o ultimo morador, que serão 50 Brascas de distancia, e fica Riixo: Desagua no Mar pequeno interior, ao Sul do antecedente.
	43			O Rio do Bupéba, tambem he Braso do Mar pequeno interior; terá de Largo 4 Brascas, e defundo 2 com a Maré cheia; então navega Canôa, equando vaza fica Sêco: Está ao Sul do antecedente.
9	45	5	10	Totta!.

FREGUEZIA DE S. MIGUEL

CITUADA NA TERRA FIRME, AO SUL DA ANTECED.ª

Dos Seus Portos, Rios, Lagoas e Serras mais notaveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
				O Rio do Pirequê grande na Anssiada das Garoupas, 2 ½ Legoas ao sul do Camboriguassú terá de Largo na Sua Barra 3, ou 4 Br- sas e de Cunprido 1500 He navegavel para Canoas: A Barra he mudavel e tambem dá Vau.
1º				Na Anssiada das Garoupas há bons Portos, tanto para Embarca- ções grandes, como pequenas especialmente no Lugar chamado a Caixa d'Asso, onde he muito abrigado e podem fundiar 16 ou mais Naus, Livres de todos os Ventos.
	2º			O Rio do Pirequê pequeno, q fica ao Sul do anteced.ª he insignificante; tem 2 ou 3 Brsas, e não dá navegação; passa-se a Vau.
2º				Na Anssiada das Bombas, que fica ao Sul da antecedente. Na Sua Ponta do Sul, há hua pequena Anssiada chamada a Sepultura, onde podem dar fundo muitas Naus, e amarrarem-se a Terra com qualquer Virador, e Sem receio de Vento algum.
	3º			O Rio dos Bobos, ao Sul do antecedente terá 12 Brsas de Largo na Sua Barra, he pequeno e de pouca agoa; e não dá navegação.
	4º			O Rio das Tijucas grandes ao Sul do antecedente, e distante do Pirequê grande 2 Legoas; terá de Largo na Sua Barra 60 Brsas, e de fundo 14 palmos: He navegavel 3 dias de viagem, e não admite Ponte pela Sua grande Corrente.
3º				A Anssiada dos Zimbos, e a dos Ganxos, onde pode fundiar hua boa Armada, e fazer Desembarques para Terra.
	5º			O Rio do Infernino ao Sul do antecedente, terá de Largo na Sua Barra 6 Brsas: Dá navegação de Canoa até à Ponte que fica na Estrada, que será 1 Legoa.
4º				A Anssiada das Palmas, e o Saco da Armassão da Barra do Norte, onde igualmente se pode fundiar, e fazer Desembarques.
	6º			O Rio de Biguassú q fica 1/2 Legoa ao Sul da Igreja da Fregª terá 50 Brsas de Largo na Barra: He navegavel por 2 dias de Viagem: Nas Suas enxentes Cauza perjuizo aos Lavradores Vizinhos.
	7º			O Rio Quebra Cabacos, Legoa e 4º ao Sul do antecedente, não dá navegação alguma, e he onde esta Freguezia extrema com a Fre- guezia de S. José.
5º				A Barra do Norte desta Ilha, da qual até à Fortaleza do Ratones, podem dar fundo em qualquer parte as Embarcações de Alto Bor- do.
6º				Em toda a Marinha desta Fregª, podem fundiar Embarcações pe- quenas; O Seu principal Porto he defronte da Igreja da mesma Fregª. & &
				Não ha Lagoas nesta Freguezia, nem Serras notaveis: e só ha al- guns Morros com certas denominações como São:
		1º		O Morro do Boi
		2º		O Morro dos Bobos
		3º		O das Laranjeiras
		4º		O da Armassão
		5º		O do Viveiros
6	7		5	Tottal.

FREGUEZIA DE S. JOZÉ

CITUADA NA TERRA FIRME, AO SUL DA ANTECED.^a

Dos Seus Portos, Rios, Lagoas e Serras mais notáveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
1º				Por toda a Costa desta Freg ^a , podem dar fundo Sumacas e outras Embarcações pequenas. O Seu Porto principal hede frente da Igreja da Freg ^a .
	1º			O Rio de Marubi, que fica 1/2 Legoa ao Sul da Igreja da Freg ^a : terá na Barra 60 Bravas de Largo: Dá navegação para Canoas, até o Lugar onde está a Guarda do dito Rio, em que se gasta menos de 1 dia. Da dita Guarda para Sima, chega a ter sómente 1 Brava de Largo, e 2 ou 3 palmos de fundo em algumas partes.
	2º			O Rio do Passa vinte ao Sul do antecedente, terá na Sua Barra 3 Bravas de Largo: Dá navegação para Canoas e com a maré cheia poderão entrar também Lanxas pequenas até 1/4 de Legoa, pouco mais ou menos.
	3º			O Rio Oriú ao Sul do antecedente, terá de Largo na Sua Barra 5 até 6 Bravas. A Sua navegação para Canoas e Lanxas pequenas he de 2, ou 3 horas.
	4º			O Rio do Cubatão que fica poucas Bravas ao Sul do antecedente e distante do Rio Maruyi Legoa e 4º. Terá de Largo na Sua Barra 60 ou 70 Bravas e de fundo 10 ou 12 palmos. Para sima he mais baixo em partes; porém em algumas Veltas se achão pócos demais de 30 palmos de fundo: Da navegação, para Canoas grandes por dois dias de viagem: Não tem Ponte nem a admite porque fora de Sua Barra no Esparelado do Mar dá Vau e dentro do Rio todos tem Respeito á Sua desordenada Correnteza; a qual em tempo de cheias, chega a levar Arvores inteiras e com elles vai arrancando outras. Paçasse em Canoa, no Lugar da Estrada novamente aberta, ché onde esta Freg ^a extrema com a Ansiada de Britto.
				Os Rios que ficão no Caminho do Certão que vai para a Vila das Lages, são os Seguintes.
	5º			O Rio da Gracia, que fica no Caminho do Sertão para Oeste, e distante da Igreja da Freg ^a 8½ Legoas. A Sua Largura será de 10, ou 12 Bravas: Paçasse com agoa pela cintura quando está baixo; porém quando há Enchentes, expiraia para hum lado até 50 bravas de Varge, e então fica de nado, e se passa em Jangadas: Não admite navegação de Canoas pelas muitas Itaipabas que tem.
	6º			O Rio de Tajahy, que fica no mesmo Caminho do Certão a Oeste do antecedente 7 ½ Legoas: Terá de Largo 9, ou 10 Bravas: Passa-se com agoa pelo Joelho, quando não há Cheias; porem quando enche alaga huma grande extensão de Varge, e fica de nado; passando então em Jangadas: Também não admite navegação de Canoas, pela mesma Razão das Itaipabas.
				Não há Lagoa nesta Freguezia.
			1º	Nem Serras de nome, senão a Chamada, Pedra Branca.
1	6		1	Tottal

FREGUEZIA DE N. SNR.^a DO ROZARIO DA ANSSIADA DE BRITO; CITUADA NA TERRA FIRME AO SUL DA ANTECED.^a

Dos Seus Portos, Rios, Lagoas e Serras mais notaveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
1º				O Porto principal desta Freg. ^a he defronte da Igreja da mesma; mas por toda a Costa até a Barra do Sul podem fundiar Sumacas.
2º				Junta ao Morro da Pinheira que fica ao Sul da Fortaleza da Barra do Sul, está huma Anssiada que pode acomodar 50 ou 60 Fraguas, em 5, ou 6 Brásas de fundo, sabendo Resguardarse de huma Pedra q tem na entrada: Só o Vento Leste, e LesSueste lhe pode fazer perjuizo quando for grande, e Continuada.
3º				O Morro de Garupaba, ao Sul do antecedente, onde se podem abrigar algumas Embarcações em 6, ou 8 palmos de agoa, porque a Praia ali he mansa: Sette brásas distante della, tem 24 palmos de fundo: 15½ Brásas mais fora tem 65 palmos de fundo.
4º				A ilha do Coral, que fica 2 Legoa ao Mar da Barra do Sul, pouco mais ou menos: Distante da Referida Ilha dois Cumprimentos de Amarra, se pode dar fundo com 16 Brásas de agoa, e Somente o Sudoeste lhe pode fazer mal.
5º				A Barra do Sul tem dois Canais: entre hum, e outro está a Fortaleza, da Conceição: o Canal que está entre a Fortaleza e a Ilha, tem 18, e 20 Brásas de agoa: por elle podem entrar Naus de linha até o Poço, que he entre a Fortaleza e a Ilha do Cardo: O Canal que corre entre a Fortaleza, e a Terra firme, tem 18 palmos de fundo em preamar: por elle sahio huma Settia dos Espanhoes, na Invasão do anno de 1777; e continua com o mesmo fundo até a Ilha do Largo.
1º				O Rio de Massambu 1 1/2 Legoa ao Sul da Igreja da Freguezia: terá de Largo na Sua Barra 30, ou 40 Brásas, e de fundo 16, ou 18 palmos: Dá navegação para Canoas por duas horas pouco mais ou menos. Não tem Ponte nem aperciza; e se passa em Canoa, no Lugar, onde está estabelecida huma Guarda de Registo.
2º				O Rio de Embaú 1 1/2 Legoa ao Sul do antecedente, o qual já fica fora da Barra do Sul, e dezagua na Costa do Margrosso. Na Sua Barra, terá 6, ou 8 Brásas de Largo, e no lugar aonde se passa terá 100 Brásas pouco mais ou menos: Dá navegação para hum dia somente em Canoas: Não tem Ponte: Paçasse em Canoa no Referido Lugar, onde se acha estabelecida hua Guarda de Registo.
3º				O Rio de Ciriú 1 1/2 Legoa ao Sul do antecedente: A Sua Barra algumas vezes fica tapada; no lugar onde se passa terá 8, ou 10 Brásas de Largo: A sua navegação será demeio dia em Canoa; Não tem Ponte, nem a perciza, porque se passa a Vau.
		1º		Ha algumas pequenas Lagoas para dentro do Rio Embaú que tem muito peixe e Ostras.
			1º	Ha nesta Freguesia a Serra denominada Cambiréla.
			2º	O Morro dos Cavalos.
			3º	O Morro do Ciriú, bem nomeado.
			4º	O ^s Morrinhos.
5	3	1	4	Tottal

FREGUEZIA DE VILLA NOVA DE S.^{ta} ANNA. CITUADA NA TERRA FIRME AO SUL DO ANTECEDENTE.

Dos Seus Portos, Rios, Lagoas e Serras mais notaveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
	1 ^o	1 ^o		De Garupaba; que fica na Extremidade do Norte da d ^a Freguezia. Nasce este Rio de huma Lagoa, que tem o mesmo nome de Garupaba do Norte; formadas com duas caxoeiras que vem juntarse à Lagoa chamada a Forquilha; em cujo meio fica hum Morro chamado da Pedra Branca: He muito baixo, e nas Secas he todo vadeado: Com as muitas chuvas abre Barra ao Mar, com gran ^d e de Correnteza, e perigo; porém não excede de 8 dias, e logo torna afluxar; he navegavel por Canoas, e terá meia Legoa em quadro.
	2 ^o	2 ^a		De Biraquêra: Este Rio fica ao Sul do antecedente 3430 Brças: He propriamente huma Lagoa que tem o mesmo nome; aqual terá 1 Legoa de Cumprido, enas partes onde he mais Larga, terá 1/4 de Legoa: Finda no Campo chamado a Incantada, e nasce de hums Pantanos, e pequenos Arroios, que para elle desaguão. O Seu fundo hede 8 palmos, e em partes dà Vau: Em tempo de Inverno, ou bastantes Xuvras abre Barra ao Mar com grande Correnteza e perigo; porem por poucos dias; existindo amaior parte do tempo fexada, do Combro da arrebentação do Mar. He navegavel por Canous.
1 ^o			2 ^o	De Imituba, que fica ao Sul do antecedente 4600 Brças, distante da Vila meia Legoa: Este he o Porto da Referida Vila: Na parte mais desabrigada tem defundo 14 palmos; e chegado ao Morro Imituba, onde faz melhor abrigo e ao pé do Trapicho tem 7 palmos.
		3 ^a		De Palêma: Esta Lagoa fica ao Sul do antecedente, e logo immediata, a Freguezia da parte do Norte: Tem de cumprido 1000 Brças; porem he muito estreita: Nasce de hum Riacho, e desagua ao Mar quando ha cheias no Inverno; porém pouco atura a Correr.
1 ^o	5 ^o			De Una que tem a Sua fôz ao oeste desta Freguezia 2 Legoa, onde desagua no Mar pequeno, que he a Lagoa grande, que segue até a Barra da Villa da Laguna; ficando tambem o Porto interior desta Freg ^a , nesta mesma Lagoa: Odito Rio tem fundo Capaz de navegarem Sumacas, até a altura de 2 Legoa; porém a Sua Fôz he muito baixa: Mete hum braso para aparte do Norte, de Legoa, e meia de Cumprido, que finda em hums Pântanos, cheios de agoa pez; mas com bastante fundo: Mette outro braso para aparte do Noroeste, a que chamão os Barreiros, muito cheios de Pântanos, emuito pouca Terra enxuta: Pela corrente do Rio principal, podem hir Embarcações grandes até o Morro chamado a Penha, e Canoas grandes até o Morro de S. João.
			3 ^o 4 ^o 5 ^o	O Morro de Tapiruvá que fica ao Sul da Igreja da Freguezia, no fim da primeira praia.
1 ^o	3	3	5	Total

VILLA DE ST.º ANT.º DOS ANJOS DA LAGUNA, CITUADA NA TERRA FIRME, AO SUL DA ANTECEDENTE

Dos seus Pórtos, Rios, Lagoas, e Serras mais notaveis.

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERRAS E MORROS	
1.º				A Barra desta Vila, que tem de Largo da Ponta da Fortaleza até o Pontal do Norte 70 Brças, e de fundo 5. Dista de 200 Brças ha hum Banco de areia, que faz todo o perigo da mesma, por se achar nele somente 8, até 9 palmos d'agua na Baixa Mar e nos Quartos de lua 12, até 14, por cujo motivo não podem entrar Embarcações grandes, e só Sumacas esperando marés, e vento proprio: A ditta Barra he formada pelo Rio Tubarão principalmente, e ajudada da Grande Lagoa a que chamão Mar pequeno.
	1.º			O Rio Tubarão, que faz principalmente a Barra desta Vila, como fica dito: Procura desta para Oeste os Certões, e matos da Serra, onde he a sua nascença: A sua Correnteza sempre he violenta, principalmente em tempo de Cheias de Junho até Setembro: He navegavel por Canôas, e Sumacas, até a Fôz do Rio Capivari, que vem desaguar 5 Legoa ao Norte deste, Dahi até o Porto da Guarda Velha, que serão 3 até 4 Legoa, se pode hir em Canoas, por ser já muito Sêco; e desse pórtio até ás Suas Cabeceiras em que haverá igual distancia, não he navegavel por muito baixo, e pelos Saltos, e Itaipabas de pedras por onde desce. A Largura efundo deste Rio he a mesma q a sima sedise no 1.º Porto desta Vila.
	2.º			O Rio de Urussanga, que fica ao Sul da Barra desta Villa 7 Legoa e 300 Brças: Faz Barra ao Mar, que terá de Largo 40 Brças, e de fundo 6 palmos; porém não pôde aportar Embarcação alguma, por ser a arrebentação do Mar muito violenta, com hum Banco Seco, e dilatado. A Sua Correnteza he violentissima no tempo das Cheias; mas em outras se passa a Vau na Sua Fôz; daqual até á altura de 3 Legoa se acha fundo de 3,4, e mais Brças com Largura bastante, para navegar qualquer Embarcação; e desta altura até ás Itaipabas da Serra, que serão ainda 2 Legoa, não se pode declarar por estar impedido com madeiras e paus, que das Suas margens tem cahido com as Cheias.
	3.º			O Rio Aratinguá, 3 Legoa e 4.º ao Sul do Urussanga: A Sua Fôz tambem vem ter ao Mar, com 100 Brças de Largo, 7 palmos de fundo, e com igual arrebentação do Mar, e Banco de Areia Seco, como o antecedente; por cujo motivo não permite entrada de Embarcação alguma. A Sua Correnteza sempre he violenta; e ainda mais de Junho até Setembro, pelas Enxentes do Inverno: A Sua Extensão até ás Itaipabas será de 5 Legoa, pelas quais podem navegar Sumacas por ter 100, e mais Brças de Largo, com 3, até 4 de fundo. Ahi forma 3 Portos, hum nas ditas Itaipabas, e os outros em dois Brços que mete á direita e á esquerda. Em distancia de huma Legoa ao Norte, tambem mette hum Brço estreito, baixo, e innavegavel, Cercado de Terras montanhosas, e pequenas Lagoas por dentro do matto a que chamão Rio dos Pórcos.
	4.º			O Rio Mompituba, 8 $\frac{1}{2}$ Legoa ao Sul de Aratinguá. A Sua Fôz, faz Barra ao Mar, com 100 Brças de Largo, e 8 palmos de fundo, com a mesma arrebentação do Mar, e Banco Seco, q tem os outros dois Rios assim; e he juntamente mudavel por Causas das Areias movedias, e enxentes Continuas com quaesquer Chuvas, por serem baixas as Terras Circumvizinhas. He de grande Correnteza e pode ser navegavel até o pórtio das Forquilhas distante 4 Legoa, por Sumacas, com fundo, e Largura sufficiente, que he mais ou menos, segundos os tempos. Em distancia de 1 Legoa mette hum Brço ao Norte, que terá 2 Legoa no fim do qual forma hua Legoa com 3 Legoa de Cumprido, e 1 de Largo; aqual chega aos fundos dos Campos chamados das Lagoinhas.
	5.º			O Rio Capivari, que fica ao Norte do rio Tubarão, onde desagua distante da Sua Fôz 5 Legoa, como assim fica ditto. He navegavel por Canôas unicamente, com muitas voltas, e atravessado

PORTOS	RIOS	LAGOAS	SERAS E MORROS	
				de madeiras: He seguido até o pouso alto, que são 8 Legoa distante da Sua Fôz, em huns Morros altos de Terra enxuta; e dahi sempre vai seguindo a altura da Ilha de Santa Catharina.
		2. ^a		A Grande Lagoa ou Mar pequeno, que vem desaguar na mesma Barra desta Villa, seguindo ahi o Rumo de Oeste, até á Fôz do Rio Tubarão, onde se encontrão: Corre depois diferentes Rumos, formando muitas e diferentes Ansiadas, aque dão o nome de Sacos, e Costeiras; sendo a Sua Extensão até a Fôz do Rio de Una Districto de Vila Nova de Santa Anna, onde tem o Seu principio: ajudada juntamente dos Rios Garatingauba, e Xiqueiro, e mais agoas que descem das Terras montuozas deque he cercada do outro Lado: Estes Rios Xiqueiro, e Garatingauba são tão baixos, que não admitem navegação alguma, nem ainda se achão descebertos.
			1. ^o	A Lagoa he navegavel até o Morro Chamado de N. Snr. ^a . que distará da Barra 1800 Brasas, para qualquer Sumaca ou Embarcação maior, e toda a mais para Canoas grandes, e Lanzas e com Marés grandes tem hum Canal conhecido de Praticos, por onde podem passar Sumacas, que não sejam grandes até o Porto de Vila Nova. Ella comprehende no meio alguns Morros pequenos aque chamão Ilhas. As Pontas mais nomeadas são, a Cablesuda distante da Vila 1 Legoa: A do Garrido distante desta Legoa, e quarto e a do Estaleiro, em que medeia hu Canal, que terá 1000 Brasas de Largo.
2. ^o				Huma Enseada pequena, que fáz a Sobredita Lagoa entre o Morro de N. Snr. ^a , e a Ponta do Magalhaens, em que haverá a distancia daquele a esta de 300 Brasas e desta á Barra meia Legoa he o Porto interior da Vila da Laguna.
		3. ^a		A Lagoa de Santa Martha, que desagua no Rio Tubarão, 3 $\frac{1}{2}$ Legoaas Sul da Sua Fôz terá hum quarto de Legoa em quadro, e he navegada somente por Canôas, até o pôrto do Camaxo.
		4. ^a		A Lagoa do Garupaba do Sul, que está huma Legoa ao Sul do antec. ^a terá amesma extensão, e navegação, ficando ambas misticas.
		5. ^a		A Lagoa de Jaguarúna, que terá $\frac{1}{4}$ de Legoa, em quadro, e dista ao Sul da outra 2 Legoa; Cuja extensão he de hu Braso, ou desaguardouro, com que se une á mesma, a que chamão Rio das Congonhas, por onde podem passar Canoas.
			2. ^o	O Morro mais célebre desta Costa, he o chamado Conventos, vizinho ao Rio Aratinguá, da parte do Sul, distante da Praia 300 Brasas, e com Frente á mesma de 200-todo por esta parte de Pedra unida, e mistica, apropriado amuralha de hua Fortaleza, e por Sima coberto de matto Carrasquinho.
			3. ^o	Tambem há o Morro de Egi, que fica ao Norte da Vila, no fim da primeira praia, que vem para Vila Nova.
2	5	5	3	Tottal

Villa do Desterro a 17 de Novembro de 1797.

João Albérto de Mird.^a Ribr.^a

ARTIGO 3.º

Das Pontes e Lugares em q̃. sefazem precizaz

1. As Pontes que há na Ilha de Santa Catharina, enos mais Destrictos da Sua Jurisdição; Como tambem os Lugares, em que ellas sefazem precizaz, se acharão descriptos debaixo deste Artigo, pello modo Seguinte.

VILLA CAP.ª DE N. SRAª DO DESTERRO

O 1.º, 2.º, e 3.º Rioz, descriptoz no Artigo 2.º debaixo do Titulo desta Vª, tem suas Pontes de Madeira; porem necessitão reedificar-se, por estarem arruinadaz.

O 4.º Rio chamado Corrego grande, não tem Ponte, mas precisa dela, porque havendo chuvas continuadas se engrossa com as aguaz do Monte, quedificultão asua passagem.

O 5.º Rio chamado do Tavarez, tem Ponte; porem está ameaçando ruina, e precisa reedificar-se.

O 6.º Rio do Pantano do Sul, tem Ponte bem fundamentada, e se acha embom estado.

O 7.º Rio chamado Ribeirão, precisa Ponte, porque com as aguas do Monte se engrossa, e oferece nado.

O 8.º Rio chamado da Tapera, tambem precisa Ponte.

FREGUEZIA DAS NECESSIDADES

1.º, e 2.º Rioz, descriptoz no Artigo 2.º, debaixo do Titulo desta Freguesia, tem Pontes, mas precisão ser reedificadas.

O 3.º, e 4.º Rioz não tem Pontes, e precisão della.

O 5.º Rio de Ratonez, não admite Ponte.

O Rio do Mapa q̃ hé hum dos 8 Braço interioréz do sobredito Rio do Ratonez, de 30 palmos de Largo, tem Ponte embom estado; mas hé somente para passar Cavalleiro; e he necessário que possa tambem passar Carro por ella.

FREGUEZIA DA LAGOA

O 1.º Rio chamado Rio vermelho, descripto no Artigo 2.º debaixo do Titulo desta Freguesia, não tem Ponte nem precisa della.

A 1.ª Lagoa, precisa m.ºo dehua Ponte, no Lugar chamado Go-lêta, ou Estreito, que terá 50 Braças de Largo, pouco mais, ou menos. Na referida Ponte interessa a maior parte do Povo desta Freguesia,

afim dedar promptidão Servidão à quelles q̃. habitão avarge do Rio vermelho,o Bairro do Retiro;ehuã parte davarge denominada de Rio Tavares:Os mesmos Povos adesejão e Suplicão p.^r q̃. emhavendo Nordestes,eSudoestes fortes,não sepode navegar nam.^m Lagoa;nem natal Golêta,ou Estreito podem passar anado os Cavallos,das prim.^{as} Companhias de Cavalaria,e Infantaria Auxiliar, q ambas seCompoem dos Povos do Rio vermelho,ep.^{te} de Leste da mesma Lagoa; facilitando também amesma Ponte a exportação dos Mantimentos,q̃ aquelles mesmos Povos fasem p.^a a V.^a. Cap.^{al} do Desterro,emcavalgadas;noq̃ gastão presentemente 3 dias deida. evianda;expostos agastarem aisnda m.^{to} maissehoverem tempos Contrarios,q̃ difilcutem apassagem do referido Estreito; quando podem faser aSua viagem em metade daquele tempo,Se Seconstruhir aSo-bredita Ponte.

VILLA DO RIO DE S. FRAN.º

O 6.º Rio de Iririy mirim descrito no Artigo 2.º debaixo do Titulo desta V.º tem Ponte.

O 7.º Ric de Iririy assú,ou Gravatá tambem tem Ponte.

O R.º 39,Precisa Ponte.

O R.º 40 Tambem precisa Ponte.

FREGUEZIA DE S. MIGUEL

O 3.º Rio dos Bobos des Cripto no Artigo 2.º debaixo do Titulo desta Freguesia,tem Ponte.

O 5.º Rio do Infernino,tambem tem Ponte.

O 6.º Riode Biguassú,sempre teve Ponte,porem agora está sem ella,e lhehé m.^{to} necessaria.

O 7.º Rio do Quebra Cabaços,tem Ponte.

FREGUEZIA DE S. JOZÉ

O 1.º Rio de Maruhi,descripto no Artigo 2.º debaixo do Titulo desta Freguezia,tem huã Ponte, q̃ sefes denovo,muito bem construhida.

O 3.º Rio de Oririũ,tambem tem Ponte.

FREG.^a DA ANCIADA DE BRITO

Os 3 Rios q̃. há nesta Freguezia,descriptos no Artigo 2.º debaixo do Titulo damesma Freguezia,nenhum tem Ponte,nem precisa della.

FREG.^a DE VILLA NOVA

Nos 3 Rios desta Freguesia,des Criptos no Artigo 2.º,debaixo do Titulo damesma Freguesia, não há Ponte alguma,nem aadmitem, porque Com as cheias sefazem muito alagados,e impetuosos, oq. dura poucos dias;E tambem senão fazem precizas, p.º que omais dotempo Conservão as Suas Barras tapadas,por onde hé a Comum Estrada.

VILLA DA LAGUNA

Nos 5 Rios daFreguesia desta V.^a,descriptoz no Artigo 2.º debaixo do Titulo damesma não há Ponte alguma,nem aadmitem; assim pelas grandes Correntezas,egrossas enxentes,Como porSerem as Suas Barras em Combros de arêiaz movediçaz.

O 2.º Rio,que hé o de Urussanga, não obstante o Sobredito, pode ad'mitir Ponte, apartando-se daSua Barra 300 Braças, onde tem Capacidade para isso;enão deixaria deSer muito util,visto que ali não há presentemente Passageiro,nem Canoa;porque Suposto que emtempo deSeca,dê vau naSua Fôz,comtudo São mui frequentes asSuas enxentes,eperigozo,pella velocidade comque Córre.

Vila do Desterro a 17 de Novembro de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Rib.^o

ARTIGO 4.º

Do numero dos Fogos e das Pessoas de Hum eoutro Sexo, Com separação dos Escravos.

1. O numero dos Fogos detoda a Capitania deste Governo, extrahido das Listas da População do 1.º de Janeiro de 1796; he de 4.216.

O numero das Pessoas dehum eoutro Sexo, com separação dos Escravos, hé de 18.674 e o numero dos Escravos, he de 5191, que tudo faz a soma de 23.865 almas, porem juntando-lhe ainda mais 1027 Pessoas que não andão incluídas nas Sobreditas Listas da População por serem militares, e em cujas Listas som.º setrata das suas familias; vem afazer o Total de 24.892 Pessoas, comotudo se mostra no Rezumo geral da População —Letra B. —

2. A divizão das diferentes classes de ambos os sexos, respectiva as suas idades; e os Individuos q. pertencem acada hua das Villas e Freguesias porsí só com aseparação dos Seus Escravos;

sepodem tambem ver no sobredito Rezumo geral da População Letra B. --

Villa do Desterro a 17 de Novr.º de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.º

ARTIGO 5.º

DO NUMERO DAS FREGUESIAS, CAPELAS E ORATORIOS

1. Na Ilha de Santa Catharina, enosmais Destrictos da Sua Jurisdição, ha 9 Freguesias, 10 Capelas e 2 Oratorios emque se celebra O Santo Sacrificio da Missa, cujos Oragos, Invocações e Lugares aonde pertencem, vão descriptos na Relação que severá nofim deste Artigo.

2. O primeiro dos dois Oratorios pertence ao Tenente Coronel Comandante do Regimento desta Ilha, José da Gama Lobo Coelho, na V.^a Capital do Desterro. E o 2.º ao Cap.^m da Cavalaria Auxiliar Antonio José da Costa, nasua Fazenda da Tapera, Districto do Ribeirão.

3. No Hospital da Caridade, fundada na V.^a Capital do Desterro, junto a Capella do Menino Deos, e Senhor dos Passos, edebaixo dasua administração, tambem ha hum Oratorio.

4. No Destricto do Ribeirão aonde está cituada a Capela de N.Sr.^a da Lapa, sefaz preciso haver hua Freguesia, para osocorro Espiritual daqueles Povos; não só pela distancia em q. ficão da V.^a Capital do Desterro, acuja Freguesia pertencem, mas tambem pelo mau tranzito que ha para a administração dos Sacramentos, sejam por terra, ou por Mar; onde qualquer vento Sul que haja, lhe causa o maior embaraço.

5. A mesma precisão ha na Anciada das Garoupas, distante 61 Legoas da Igreja de São Miguel, a cuja Freguesia pertence; deforma, que aqueles Póvos, apenas satisfarão opreceito da Quaresma, Combastante trabalho; ese alguns delles ouvirem duas ou tres Missas na roda do anno, he provavel que amaior parte dos outros não satisfaça nunca aeste preceito na propria Freguesia.

6. Já houve tambem hua capela no Lugar de S. Francisco de Paula, proximo as Canavieiras, que os tempos demolirão; eseria muito bom fundar ali outra Freguesia, para beneficio daqueles Povos, por ficarem bastantemente distantes da Freguesia das Necessidades, aonde pertencem.

Relação das Freguesias, capelas e Oratorios, que ha na Ilha de Santa Catharina, enos mais Destrictos dasua Jurisdição.

FREGUEZIAS	ORAGO DAS FREGUEZIAS ELUGAR DAS CAPELAS	IGREJAS D.N.S. FREG ^{as}	CAPELAS	CRATONIOS	INVOCACÃO DAS CAPELAS
V. ^a Cap. ^{al} da Ilha	N.Snr. ^a do Desterro.....	1	2	1	I. ^a do Menino Deus e S.r dos Passos 2. ^a de N.Sr. ^a do Rozario dos Pretos
de Sta.Catharina	Destricto do Ribeirão. ..		1	1	N.Sr. ^a da Lapa
	Armação da Lagoinha...		1		S.ta Anna
Lagoa	N.Sr. ^a da Conceição.....	1			
Necessidades	N.S. ^a das Necessidades..	1			
	Fort. ^a da Ponta grossa		1		S. José
V. ^a do R. ^o de S. Francisco	N.Sr. ^a da Graça.....	1	1		S. José Hospicio dos Fra- des
	Armação de Itapocoroia		1		S.João Batista
S.Miguel	S.Miguel.....	1			
	Armação da Brr. ^a do Nor- te.....		1		N.Sr. ^a da Piedade
	Fort. ^a de Sta.Cruz		1		N.Sr. ^a da Piedade
S. José	S.José.....	1			
Anciada de Brito	N.Sr. ^a do Rosario	1			
	Armação de Garupaba ..		1		S.Joaquim
V. ^a Nova	S. ^{ta} Anna.....	1			
V. ^a da Laguna	Sto.Ant ^o dosAnjos.....	1			
SOMMÃO		9	10	2	

Vila do Desterro a 17 de Novr^o de 1797

JOÃO ALBERTO DE MIR.^a RIBR.^o

ARTIGO 6.^o

DOS SACERDOTES EDA SUA OCUPAÇÃO EPRESTIMO

1. Os Sacerdotes que ha presentemente, em toda a Capitania deste Governo da Ilha de Santa Catharina, são 26.

Cujos Nomes, occupação e Prestimo vão declarados na seguinte Rellação.

Rellação dos sacerdotes que ha na Ilha de Santa Catharina, enos mais Destrictos da Sua Jurisdição, eda Occupação, e Prestimo dos mesmos Sacerdotes.

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

FREGUEZIAS	SACERDOTES	OCUPAÇÃO	PRESTIMO
V. ^a Capital de N. Sr. ^a do Desterro	ORd. ^o Franc. ^o das Chagas	Vigr. ^o da Igreja Matris e da vara.	
	ORd. ^o Joaqm. de St. ^a Anna	Coadjutor da Matris	Hé pregador
	ORd. ^o Franc. ^o José Ramos	Promotor	Hé Pregador
	ORd. ^o Manoel de Souza	Não tem	
	ORd. ^o José Ignacio da S. ^a Pr. ^a	Escrivão do Juizo Ecclesiastico	
	ORd. ^o Franc. ^o J. ^o Ferr. ^a da Rocha Gil	Professor Regio de Gramatica	Hé Pregador
	ORd. ^o Luiz Corr. ^a de Mello Pires	Capelão da Armação da Lagoinha	
	ORd. ^o João Manoel	Não tem	
	Ord. ^o Thomas Franc. ^o da Costa	Hé Coadjutor.	
Freg. ^a de N. Sr. ^a da Conceição da Lagoa	ORd. ^o Joaqm. José Jaques	Vigario da Freguezia	
	ORd. ^o Franc. ^o Coelho da Fraga	Não tem	Está cheio de annos e molestias.
Freg. ^a de N. Sr. ^a das Necessidades.	ORd. ^o Lourenço Roiz-de Andr. ^a	Vigario da Freguezia	
	ORd. ^o Fr. Luisdos Santos Pr. ^a	Capelão da Fort. ^a da Ponta Grossa	Quasi Cego
V. de N. Sr. ^a da Graça do Rio de S. Franc. ^o	ORd. ^o Bento Glz Cor-deiro	Vigario da Igreja e da Vara	

FREGUEZIAS	SACERDOTES	OCUPAÇÃO	PRESTIMO
V. de N. Sr. ^a , da Graça do Rio de S. Franc. ^o	Ord. José Dias de Sigr. ^a	Coadjutor da Igreja.	Hé Pregador
	ORD. ^o Lourenço M. ^{el} de Lima.	Capelão do Hospício	Hé Pregador
	ORD. ^o José Antonio Miz	Capelão da Arm. ^{am} de Itapacoroia	
Freg. ^a de S. Miguel	OR. ^{do} João de Sz. ^a Bitancur	Vigario da Freguesia	
	ORD. ^o Antonio José Miz.	Capelão da Arm. ^{am} da Barra do Norte	
Freg. ^a de S. José	ORD. ^o Miguel Gomes Torres	Vigario da Freguesia	Hé Pregador
Freg. ^a de N. Sr. ^a do Rozario da Anciada	ORD. ^o Dom. ^{os} Franc. ^o de Sz. ^a Coutinho	Vigario da Freguesia	Hé Pregador
	ORD. ^o Mel. José Furtado	Capelão da Arm. ^{am} de Garupaba	
Freg. ^a de V. ^a Nova de St. ^a Anna	ORD. ^o Mel. Friz. Cruz	Vigário da Freguesia	Hé Pregador
V. ^a de St. ^o Ant. ^o dos Anjos da Laguna	ORD. ^o Domos. Miz. da Cruz	Vigário da Igreja	
	ORD. ^o Bernardo Lopes da S. ^a	Vigário da Vara	

JOÃO ALBERTO DE MIR.^a RIBR.^o

ARTIGO 7.^o

DOS ENGENHOS E FABRICAS DETODA A QUALIDADE

1. Os Engenhos, e Fabricas detoda a qualidade, que ha na Ilha de Santa Catharina, enos mais Destructos da Sua Jurisdição, Constão da Rellação que severá no fim deste Artigo.

Rellação dos Engenhos e Fabricas detoda a qualidade, q ha na Ilha de S.^{ta} Catharina, enos mais Destructos dasua Jurisdição.

	ENGENHOS DE ASSUCAP	FABRICAS DE ASSUCAR	ENGENHOCAS DE AGUARD. ^o	ENGENHOS DE MANDIOCA	ENGENHOS DE PILAR ARRÓS	ATAFONAS DE MOER TRIGO	CURTUMES DE COUROS
Villa Cap. ^{al} de N. Sr. ^a do Desterro.....		12	23	87		17	9
Destricto do Ribeirão.....	1	11	29	51	2	7	
Freguezia da Lagoa.....		10	28	101		32	5
Freg. ^a das Necessidades.....		5	22	111		11	2
Freguezia de S. Miguel.....	1	5	15	190	2	44	6
Freguezia de S. José.....		6	11	164		82	5
Freg. ^a da Anc. ^a de Brito...		11	25	65		39	4
Villa da Laguna.....			13	62		8	1
Freguezia de V. ^a Nova.....	1		7	39		39	
Villa do Rio de S. Fran. ^{co} ..			19	14			
SOMMÃO.....	5	60	192	884	4	279	32

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797
João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

ARTIGO 8.^o

DO NUMERO, EQUALIDADE DAS EMBARCAÇOENS

1. O numero das Embarcaçoens q. ha na Ilha de S.^{ta} Catharina, na V.^a da Laguna, ena do Rio de S. Fran.^{co}, q. sejão proprias da Praça, constão da Rellação que vai descripta no fim deste Artigo; onde tambem vão notadas as suas qualidades, eos donos a quem pertencem.

2. Tudo omais São Canoas devoga dedois, tres, ou quatro remos; das quaes seserve^m p.^a os seus transportes, e Pescarias, tanto do Margrosso, ouden Alto, como das Anciadas, eCostas interiores da Ilha, e Terra firme, eda mesma Sorte canoas pequenas, dehum, oudois remos de Pá.

3. As Embarcaçoens proprias da Laguna, q. Navegão para o Rio de Janeiro, fazem cada Anno duas viagens, e algumas fazem tres, as vezes.

4. As duas Lanxas que Navegão desta Ilha p.^a a Laguna, fazem viagem quasi todos os meses: As duas Sumacas do Contrato da Pesca das Baleias, não seoccupão senão emtransportar efeitos do mesmo Contrato, Conduzindo-os das Armaçoens da Itapacoroia, Lagoinha, Garupaba edo Porto de Imituba em V.^a Nova, p.^a a Armação grande da Barra do Norte desta Ilha.

ARTIGO 8.^o

Rellação do numero e qualidade das Embarcaçoens, q ha na Ilha de S.^{ta} Catharina enas Villas do Rio de S. Fran.^{co} e da Laguna.

Ilha de Santa Catharina. Donos a quem pertencem.	BERGANTINS	PENQUES	SUMACAS	LANXAS DE COBERTA
Cap. ^m . Antonio José da Costa.	2			1
Ten. ^s Miguel Glz dos Santos.			1	
Alf. ^{es} João de Ds. Ferreira.				1
Contracto da Pesca das Baleias.			2	
V. ^a DO RIO DE S. FRAN. ^{co}				
Cap. ^m . Leandro José de Araujo.			1	
Ignacio José da Silvr. ^a Mestre da Ribr. ^a			1	
V. ^a DA LAGUNA				
Major das Orden. ^{as} Jeronimo Frc. ^o Coelho.			2	1
Cap. ^{am} Franc. ^o de Souza França.			1	
Cap. sm Manoel Ant. ^o da Costa Guím. ^{es}		1		
Alf. ^{es} José Pinto dos Reis.			1	
Cap. ^m João Antonio Costa.				1
Cap. ^m . João Antonio Tavares.				1
Manoel Glz. Barreiros.				1
SOMMA TOTTAL.	2	1	9	6

Vila do Desterro a 17 de Novr.^a de 1797.

JOÃO ALBERTO MIRD.^a. RIBR.^a

ARTIGO 9.º

DAS TERRAS DEVOLUTAS

1. As Terras devolutas que há na Ilha de Santa Catharina, e nos mais Destrictos da sua Jurisdição, vão declaradas na seguinte Rellação.

Rellação das Terras devolutas q̃ há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a e nos mais Destrictos da sua Jurisdição.

Freguezia da V.^a Cap.^a de N. Senhora do Desterro da Ilha de S.^{ta} Catharina.

Não Consta q̃ hajão Terras devolutas nad.^a Freguezia, equando ainda haver algumas, serão tão poucas Bracas, e de equalid.^e tal, q̃ não mereção Comtemplação.

O mesmo na Freg.^a de N. Sr.^a da Conc.^m da Lagoa.

O mesmo na Freg.^a de N. Sr.^a das Necessidades.

Freg.^a da V.^a do Riode S. Fran.^{co}

Do Pontal do Norte dad.^a V.^a até o Riode Sahy, ultima Extremid.^o desta Capitania, em q̃ ha 5 Legoa de distancia, esta pavoada toda a Costa do Mar grosso, com as antigas possessoes daqueles moradores; porem os seus fundos Certão dentro todos estão devolutos, e Como São todos os fundos, não se podem Saber as Legoa.

Da Ponta do Gibraltar p.^a dentro proxima ao Rio n.^o 27 de q̃. se trata no Artigo 2.^o, passando o morador Thomar da Costa, todos os mais Rios q̃. se seguem até voltar o Rio Eririy pequeno n.^o 30, se achão com as suas Terras devolutas; os outros Rios q̃. se seguem nesta parte da Terra firme, desde o sobred.^o n.^o 30 até 37 q̃. fica contiguo a Barra de Araquarim, tem as suas frentes cituadas desde a Creação desta V.^a, isto hé, tem os seus cultivados; porem os fundos Certão dentro, ou bons, ou maus, estão devolutos.

Na Ilha em que esta fundada a propria V.^a do Rio de São Fran.^{co}, todas as Terras abeira mar estão cituadas de moradores; a Excepção das q̃. ficão no Caminho, chamado da Parada; p. r. q̃. não Consta que tenham donos; e por consequencia estão devolutas; e Somente vivem os Lavradores na Sua antiga posse, ou cultivados dos antigos possuidores.

Só duas Sesmarias há neste Destricto, al.^a na mesma Ilha em que está fundada a V.^a p.^a aparte do R.^o Acarahi, n.^o 38, pertencente ao Sarg.^o Mor das Ordenanças Jose de Oliv.^a Borges; e a 2.^a no Rio das 3 Barras N.^o 21, pertencente ao T.^o de Aux.^{co} Fran.^{co} José de

Freitas; ou qual ainda senão acha demarcado; e hum e outro não tem ainda nos ditos Lugares Citação.

Freg.^a de S. Miguel.

Por toda Marinha desta Freg.^a não há Terras devolutas.

Freg.^a de S. José.

Não há Terras devolutas nesta Freg.^a, assim p.^a toda a Costa, como pelas margens dos Rios.

Freg.^a da Anciada Brito.

Em toda a Marinha, em margens de Rios desta Freg.^a, não há Terras devolutas.

Freg.^a de V.^a Nova de S.^{ta} Anna.

Achão-se o Cupadas Sómente as Terras da Frente de Norte a Sul pertencentes ao Destricto desta Freg.^a Comfundos para Oeste até meia Legoa; Todos os mais Fundos se achão devolutos; os quaes se suppoem Serem de 16, ou 17 Legoas até a Serra.

Freg.^a da V.^a da Laguna.

Do Arroio da Baleia, até o Arroio do Silva, Seachão devolutas, 2350 Braças de Terras. Entre Terras de Fran.^{co} Marques, eo R.^o Urussanga, q̃ hé on.^o 2 de q̃ se trata no Artigo 2.^o debaixo do Titulo da V.^a da Laguna, se achão 600 Braças de Terras devolutas; isto hé correndo a Frente da Costa.

Emquanto a Terra firme dos Certoens seachão todas devolutas, a excepção das Terras da Frente, com os fundos de meia Legoa, q̃ seachão cultivadas, edatadas; e da mesma Sorte as margens do Rio Tubarão n.^o 1 do sobredito Artigo 2.^o, os quaes seachão ocupadas até o Lugar da Guarda de S. José de Resende, estabelecida no d.^o Rio.

Os referidos fundos q̃. ficão p.^a Oeste até a Serra são pelo menos 5 Legoas, proximo ao Lugar das Torres ultima extremid.^e do Destricto desta V.^a pela parte do Sul; e depois vai a Serra alargando, de sorte, q̃. na Extremid.^e do Norte desta V.^a, e V.^a Nova de S.^{ta} Anna se supoem Serem os ditos fundos de 16, ou 17 Legoas, com varjas dilatadas; porem Pantanozas, e alagadas.

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o.

ARTIGO 10

DA PROPRIEDADE DO TERRENO MAIS P.A HUM
GENERO DO QUE PARA OUTRO

1. Apropriedade ã tem o terreno da Ilha de S.^{ta} Catharina, e, Destrictos da Sua Jurisdição, mais para hum genero do que para Outro, vai declarada na Seguinte Rellação.

Rellação da Propriedade ã tem o Terreno da Ilha de Santa Catharina, e Destrictos da Sua Jurisdição, mais p.^a hum genero do ã p.^a Outro.

Freguezia da V.^a Capital do Desterro

Freguezia de N. Sr.^a da Con.^{cam} da Lagoa

Freguezia de N. Sr.^a das Necessidades.

Estas tres Freguezias, estão todas namesma razão, p.^r se acharem cituadas na propria Ilha de Santa Catharina. Esendo ella como hé quasi toda montuosa, e poucos os Terrenos planos, a experiencia tem mostrado, ã sendo os ditos Terrenos áridos, são mais proprios p.^a Mandiocas, e, Algodões: E sendo alagadiços Servem p.^a os Arrôzes: Os Montes produzem bem a Cana, o Milho, e o Feijão.

A Mandioca, geralm.^e produz bem em toda a parte; porem Com muita Superioridade na varja do Rio Tavares, eo Rio Vermelho, pertencentes a Freguezia desta V.^a, eda Lagoa: onde tão bem secolhem as melhores melancias ã há nesta Ilha.

V.^a do Rio de S. Fran.^{ca}

Todo o Destricto desta Freguezia Compreendido de Norte a Sul, desde o Rio de Sahy, até o Rio de Camburiguassu, cria, e produz todos os mantimentos, porem os Lavradores setem applicado Com mais particularidade p.^a a Mandioca, que a Terra, toda produz sufficientem.^e quando a plantão, e abunda q.^{do} lhe não dá apodridão:

Hé hum Paiz muito proprio p.^a Arrôz. e ã naverdade produziria m.^{to} se o plantassem, sendo fertilizado p.^r tantos Rios ã o Cor-tão como se vé no Artigo 2.^o.

Dá Feijão mas não chega p.^a o Consumo da Terra, p.^r ã plantão pouco.

Dá Milho, e Sucede o mesmo: edaria tão bem Favas, porem não uzão de as plantar.

O Trigo não setem experimentado nesta V.^a,mas no Paiz de Itapacoroia produs Suficientem.^e quando oplantão,assim Como Favas,Feijão,eo mais.

Hum eoutro Paiz São muito proprios p.^a a Cana,enão há escolha nas Terras,senão no Rio das Areiaz,grandes,ẽ hé o N.^o33 do Artigo 2.^o,no qual Vende mais apiantação da Mandioca.

Na Pinheira,não produzem as Terras nada,e cauza admiração ẽ a Li viva gente.

Na Itapeba,ainda os seus moradores São novatos naquele Lugar,mas dizem ẽ as Terras São muito boas,eẽ dão detudo,p.^r ẽ. já astem esperimentado,ainda que emponto pequeno.

Em Garupaba São as Terras boas,os Seus moradores,tão bem são a Li modernos,mas estão satisfeitos.

Freguezia de V.^a Nova de S.^{ta} Anna.

Todo o Terreno desta Freg.^a,hé m.^{to} proprio p.^a acultura de Mandiocas,Trigo,Feijão,e Linho.dá excelentes Cebolas.

Freguezia da V.^a da Laguna.

Em todo o Terreno Seproduz a Mandioca,Só Com a diferença de Seconservar em algumas partes,mais annos sem se comrromper;como sucede desde a V.^a,correndo toda a costeira das Areias, até confinar com a Freguezia de V.^a Nova;etodos os Lugares de Matos desde a Barra da Villa,até Ganessaba;onde tambem produz algum Trigo.

Porem todos os Campos,e Lugares desmatados,até o Rio Momssituba,servem unicamente p.^a Gados.

Acosteira da Terra firme,do outro Lado da Lagoa da V.^a,até o Rio Garatingaũba,ẽ,hé on.^o 7 do Artigo 2.^o,hé mais proprio p.^a Trigo,Feijão,e Linho;enos Pantanos Arrôz.

Também há muitos Lugares emtoda ella.ẽ são bem proprias p.^a Lavoura de Canas,principalmente para o mais alto.

As margens do Rio Tubarão São muito proprias,e abundão muito de Milho,Feijão,e Linho;

Etambem todos os mais generos.

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

Freguezia de S. Miguel.

Portoda a visinhança do Rio Camburiguassú,p.^r donde esta Freguezia Confina pela parte do Norte Com ado Rio de S.Francisco,produzem as Terras sofrivelm.^e as suas Mandiocas,Arros,Milho,Feijão, Linho,e Algodão:Não plantão Trigo,Favas,nem Canas.

Na Anciada das Garoupas, há suas Mandiocas,Feijão, Arrôs, Cana,e Linho.

Na Anciada das Bombas,Só há alguma Farinha,e Algodão.

Na Anciada dos Zimbos,e Ganxos,ẽ fica ao Sul da antece-dente,dá Sua Mandioca,Arros,Milho,e Feijão,mas os seus moradores seaplicão pouco a otrabalho das Rossas,evivem mais dacassa do Matto. No Rio das Tijucas grandes,Só plantão Mandiocas,e tão bem vivem da cassa do Mato.

NoRio do Infernino,dá Suas Mandiocas,Arros,Milho,Feijão,e Algodão,mas tem poucos Lavradores, edamesma Sorte nas Palmas, onde são boas as Terras.

Portoda a Costeira da Armação até as Tijuquinhas,dá Mandiocas,Arrôs,Milho,e Algodão.

Das Tijuquinhas até o Rio de Biguassú produzem as Terras o ẽ selheplanta.

O Rio de Biguassú hé fertil,e tambem dá detudo. O Certão,ou Morro,que há p.^a dentro do Morro do Viveiros.São boas as Terras,e dão detudo oẽ se lheplanta.

Freguezia de S. Jozé.

O Terreno dos Barreiros até à Ponta do Leal,hé fertil,p.^a Mandiocas,Arros,Milho,Feijão,Linho,e Algodão. Da Ponta do Leal,até o Estreito ẽ. fica defronte da V.^a Capital do Desterro,Coqueiros Taguassú,e Abrão;dá suas Mandiocas,Arrôs,Milho,Feijão,Cana Algodão,e Linho,mas há poucas forças p.^a a Plantação. Capoeira,e Praia Cumprida,dá Arros,Milho,e Feijão;porem m.^{to} pouco:p.^r cujo motivo os seus moradores trabalhão na Picada do Norte,e alguns em Maruhi, onde se dá tudo muito bem.

No Arraial da Freguezia,São as Terras m.^{to} fracas,e pouco produzem.

No Rio do Passavinte,são as Terras boas,e dão detudo.

Freguezia da Anciada de Brito.

No Rio do Cubatão,produz a Terra tudo,aexcepção da Cana:dá bem Mandiocas;porem quando há cheias se a agua está muito tempo dentro nellas apodressem,etudo tem seu prejuizo.

Emtoda a Freguezia, desde a Praia defora até a Barra do Rio de Massambú, apodressem quazi todas as Mandiocas, e p.^r essa razão as não plantão: Neste Terreno Só dá bem a Cana, o Algodão e algum Milho.

No Rio de Massambú São boas as Terras, edão detudo, como no Rio do Cubatão; mas Correm as plantas, oprejuizo das cheias.

ARTIGO 11

Do Estado actual do Comercio, eda cultura das Terras.

1. As Loges de Fazenda devarejo, q ha na V.^a Capital do Deserto, são somente 18: os donos aq.^m pertencem, e ofundo danegociação decada huma dellas nos 3 annos de 1794 a 1796, vão notados na Rellação Letra C. af.¹, pela qual sepode Computar que o seu Comercio andarã p. 40 Contos de reis em cada anno, pouco mais ou menos. As Tavernas de molhados, que ha na mesma V.^a Capital, chegão ao numero de 44, cujos donos efundos, vão notados na mesma Rellação Letra C af.² e sepode Computar o seu consumo em cada anno p. 8 contos de reis, pouco mais ou menos. As qualidades de Fazendas q costumão entrar para o Comercio da Ilha de Santa Catharina, vão notadas na mesma Rellação Letra C af.³.

Aqualidade, e quantidade dos generos q entrarão p.^a as Tavernas da referida Ilha nos 3 annos de 1794 a 1796, vão notados na mesma Rellação Letra C af.⁵.

As Loges de Officinas q há na Ilha de Santa Catharina, Rio de S. Francisco e Laguna, vão notadas na mesma Rellação Letra C af.⁸.

2. O Comercio do Rio de S. Francisco, ainda q naturalmente deva ser muito mais pequeno q o desta Ilha, pela pouca extração que os Mercadores dão assuas Fazendas; tanto pelo q diz respeito asimplicidade dos vestuarios; que não tem ali a mesma Civilidade, e alinho dos desta Ilha; como p.q. os seus moradores residem a maior parte de tempo nas suas Rossas fora da V.^a; assim mesmo eu ojulgo demaziadamente abatido; p.q. das 8 Loges de Fazenda devarejo que mostra a Rellação Letra C af.⁶, a 1.^a e 4.^a somente, são as demais circunstancia; as quais contudo não constão senão de Fazendas grossas e m.^{to} ordinarias; não tendo as outras mais doque alguns restos; e estando na rezolução de as fexar logo, que acabarem delhedar sahida.

3. As suas Tavernas q. chegão ao n.^o de 19, não tem sortimento algum, mais doq. huma pouca de Aguardente de cana; muitas não passão de alguns frascos della; outras tem a sua meia Pipa, e algumas maior chega a ter Pipa e meia; Fora disto vendem alguma

erva de Mate, Fumo, Bananas, etal ou qual pessa de pano grosso de algodão; muito pouco azeite doce, vinagre e Aguard.^o do Reino, quando succede compralla a algumas das Embarçaçoens q. aLi entrão, e não porq. mandem vir defora semelhantes sortimentos p.^a ellas. Os Alfaiates, Sapatteiros, e Ferreiros, são taes e quaes, aproporção da Terra; com faltas de Ferramentas, eaviamentos p.^a os seus m.^{mos} officios.

4. Esta decadencia, he muito natural que tenha analogia, com afalta de Dinheirosq. se experimentão nesta Villa Capital; p.q. o comercio dehuns eoutros, não gira mutuamente, como sucederia anão haver aquela falta: Por hora tudo seconserva em extгнаção; e p. consequencia sepode supor q. cessando aquella Cauza, deve tambem cessar oseu effeito.

5. O comercio da V.^a de Laguna, que consta de 11 Loges de Fazenda devarejo, cujos nomes vão notados na Relação Letra C af.⁷ supoem-se ser de 19, até 20 contos de reis nas Fazendas Secas, e molhados, q. entrão em cada anno p.^a as ditas Loges, epara 16 Tavernas que tem incluzas 3 da Freguezia de V.^a Nova; Segundo os Exames, e aviriguaçoens q sepoderão fazer, isto he no maior avanço em q. sepode conciderar; nem sepodem introduzir maiores cabedais, p. não haverem efeitos que seposião exportar, e carregar p.^a outros portos, alem do peixe Seco, vem a ser Bagres Gerubebês e miudos, e alguma Tainha, ou arrobas de Pescada e Miraguaia q hé muito pouca; e aqueles depouca duração, e emtempo certo cada anno; eq. não obstante, he contudo o unico forte de todo o seu comercio; p.q. o rezultado dos efeitos e generos fabricados das Lavouras, q. se exportão, como são as Farinhas e Milho, Feijão e Arroz, he absolutamente diminuto; não p.q. o Pais não seja capaz de abundar muito destes generos; mas sim p. q. he diminuta a Agricultura, p. falta de cultivadores que hajão de aproveitar a imensa extensão de fundos q. ha, quazi todos devolutos; ehavendo poucos Escravos, p. serem os Lavradores pouco abastados, pois a maior parte deles, não possuem mais do q hum, dois, até tres.

6. A Exportação dos Bagres na V.^a da Laguna, no anno de 1796, foi de 4 contos e cem milheiros de peixe, o qual a 2400 rs. cada milheiro, importa em 9:840\$000; e a de V.^a Nova de Santa Anna, foi de 455 milheiros, e 700 Bagres q vendidos pelo m.^{mo} preço emportão 1:093\$680 rs. p. onde sepode julgar que o Estado actual do comercio da V.^a de Laguna, não deixa deter tido seu adiantamento principalm.^o depois q. algumas Embarçaçoens da Bahia, e Pernambuco, ali vão carregar o d.^o peixe, que tem p. esta razão sobido a maiores preços, embeneficio dos q. ovendem; os Generos que entrão p.^a o Comercio propriam.^o da Freguezia de V.^a Nova, poderão andar por 300\$000 rs. emcada anno.

7. A cultura das Terras, q. V.Excia. poderá julgar melhor pela quantidade dos generos e efeitos q. secolhem, efabricão anualmente, os quaes vão notados adiante no Artigo 13.^o pelo Mapa F. alem do Arroz, Feijão, Favas, e Milho consiste principalm.^e na Farinha de Mandioca, q. he o sustento geral detodos estes povos.

8. Elles apesar das suas poucas forças não deixão deser bastantem.^e laboriozos, principalm. os desta Ilha, e Freguezias mais im midiatas; p.q. sendo necessario em hum anno para o sustento de 24.892 pessoas q. ha emtoda a Capitania, 227.139 1/2 alqueires de farinha, na razão de hum decimo de 4.^a pordia p.^a cada individuo; esupondo p. outra parte que oterço desta farinha se supra com Milho, Feijão, eoutros semelhantes alimentos aq. tem recurço apobreza, sempre hê necessario q. secolhão somente p.^a sustento dos proprios habitantes 151.426 1/3 como seve da Conta Letra D; aque juntando-se 52.135 alqueires que sahirão da Capitania p.^a fora, como consta do Mapa da Exportação Letra G, fas hum total de 203.561 alqueires e 1/3 todos dasua propria cultura: sem fazer ainda menção daquela Farinha, que indespençavelm.^e hão de consumir os Passageiros viandantes,etripulação das Embarçaçoens, em quanto estiverão surtas nos seus Portos.

9. O numero eequalidade das Embarçaçoens q. entrão, esahem anualm.^e nos ditos Portos, regulado pelo q. acontece no anno de 1796, constão do Mapa Letra E.

10. Os outros generos, e efeitos q. constituem tambem o seu comercio, ou seja daparte dos Negociantes, ou dos mesmos Lavradores, que ozvendem diretam.^e as Embarçaçoens que entrão nesta Ilha, Laguna e Rio de São Francisco, constão do mesmo Mapa da Exportação Letra G.

11. Finalm.^e hê necessario adevertir q. vindo os primeiros casaes das Ilhas dos Assores para povoarem esta Ilha no anno de 1748, já secontão presentemente 5191, Escravos em toda esta Capitania, como seve do referido Mapa da População Letra B, adquiridos osmais delles aforça doseu trabalho.

12. Não ha duvida, que se elles setivessem aplicado a outra qualid.^e de Plantaçoens, serião maiores osseus interesses; porem como a Plantação Nacional do Paiz q. acharão já estabelecida, foi da referida Mandioca, amesma necessidade denão poderem passar sem ella, e apropriidade do terreno p.^a asua produção, fez comque adoptassem aquele principio de cultura, que sendo a mais rendoza, oque pode ainda vir amelhorar-se, se se applicarem os meios conducentes aesse fim.

13. Os Povoadores do Rio de S.Fran.^{co} são sem contradição alguma, m.^{to} mais frouxos p.^a a cultura das terras, do que os

sobreditos casaes das Ilhas dos Assores. Elles se empregão mais na factura de Betas, ou cordas de Embé, serrarias de Taboadó, falquejo demadr.^{as}, factura de canoas, e Pescarias, doq. em promoverem as outras plantaçoens, deq. hé capas o seu Paiz, todo cortado de Rios, eque por consequencia hade ser fertilissimó; oseu caracter, hé como odequazi todos os Brasileiros, que fazem consistir o seu sustento principalm.^e na Cassa e napesca, e se com efeito fazem uzo daplantação da Mandioca, hé p.q. não podem passar sem ella, p. ser o Pam do Paiz; mas estão promptos p.^a dispençarem o Arroz, Favas, Feijão, Trigo Milho p.q. constando que aquellas terras são proprias p.^a todas estas couzas, o que efectivam.^e secolhem algumas porçoens, são comtudo tão pequenas, que ainda se não podem nomear.

14. Os Nacionais da V.^a da Laguna estão compouca differença nas mesmas circunstansias que aqueles do Rio de S.Fran.^{co} Elles se applicão principalm.^e a Pescaria deque não deixão de tirar alguns lucros; porem não passão de comer no resto do ano, aquillo q.^a ganharão no principio delle; sem que p. tanto possão aumentar nunca os seus estabelecimentos; antes vão indo sempre emdecadencia, à maneira que selhe enfraquecem asforças, para aqueles exercicios mais violentos, edezabridos, que pedem hua saude robusta, evigorosa. Aproximidade emque estão do continente do Rio Grande de S.Pedro, tãobem lhes faz gostar mais do trafico de carretas e cavalos, aque são muito inclinados; servindo de Piaens na condução das tropas de Gados, e Animais para ganharem que comer, evestir; satisfazendo-se nesta parte comqualq.^r Ponxe de pano forrado debaeta, que passa entre elles p. hum vestido m.^{ta} sufficiente. eaproporção tudo o mais da mesma forma.

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

ARTIGO 12

Da Cauza dasua decadencia, eomeio de apromover

1. Seria muito maior o commercio desta Ilha, senão fosse a extagação emq. e tem posto afalta dosdinheiros da Tropa, que hé o sangue mais puro deq. elle precisa para asua circulação.

2. O atrazo de 82 mezes desoldo que sedevem a referida Tropa, faz comque ella seveja oprimida dedividas, que não pode pagar a os Mercadores; eq. estes p. consequencia tenham adoptado o sistema denão quererem fiar couza alguma a os Militares, para não contrahirem maiores dividas com os seus credores; oque faz

comque huns seveção cercados das maiores precizoens, e necessidades p.^a subsistirem, eq. os outros senão possam adiantar, como sucideria se girasse aquele dinheiro, que a Tropa nunca pode entezourar, eque para satisfazer as suas precizoens todo elevai parar ao commercio.

3. O contracto dos Dizimos hé outro objecto q. poderia tambem contribuir muito, p.^a o aumento do referido commercio; p.q. sefosse remetado mesmo nesta Ilha, p. alguns dos seus moradores, assim como eles ovem a rematar parcialm.^o aos contratadores geraes, que tem asua residencia fora della; o lucro que estes percebem passaria para aquelles, e os hiria fazendo cada ves mais opulentos noseu commercio: alem dos maiores interesses, que tambem resultarião a Fazenda Real, rematando-se os Dizimos naquela mesma parte onde se colhem os fructos, edonde cada hum dos pertendentes ve o aumento que elles vão tendo gradualm.^o, a maneira q. se aumenta a População; oque faria com q. as ditas remataçoens sobissem amuito maior preço, doque aquele de 15:200\$000 rs. p. que se fes a do ultimo Trienio, que hé tambem o mesmo p. que setinha feito a outra, do Trienio antecedente.

4. Arespeito do Contracto da Pesca das Baleias, eu considero ainda o commercio desta Ilha com poucas forças, para se abalançar asua rematação; mas p. outra parte hé certo, que tirando odito contracto os seus maiores interesses, das sinco Armaçoens q. tem estabelecido nesta Ilha, enos Destructos da sua jurisdição; pairesse justo, que o mesmo contracto fosse obrigado a meter nos Cofres Reaes desta Provedoria, o dinheiro necessario para opagamento da Tropa; o q. evitaria os atrasos, que p. muitas vezes tem acontecido, e escuzaria S. Magestade, de lhecorrer o risco mandando-o transportar Embarcaçoens do Rio de Janeiro p.^a esta Ilha.

5. Os dinheiros q. o referido contracto, desde oseu primeiro estabelecimento, mete nos Cofres Reaez, da Cid.^o de S. Paulo, eda Bahia, onde talvez hajão rendimentos suficientes para pagar a Tropa, sem a dependencia daquele socorro, poderião remover-se p.^a a Provedoria desta Ilha; eentão, pagando-se a todos tudo oque selhesdeve, appareceria a abundancia p. toda aparte; ficando o Credito da Tropa edo commercio restabelecido; ofundo das suas negociaçoens se aumentaria, ep. consequencia ficarião os vassalos mais opulentos ecapazes de servir o Estado.

6. Huma das Causas principaes dadecadencia q. se experimenta na cultura desta Ilha, hé a falta dos dinheiros da Fazenda Real, para sepagarem promptam.^o aos Lavradores, as farinhas q. se lhetomão todos os annos, p.^a o sustento daTropa. Eles estão geralmente tão possuidos deste receio, pela esperiencia daq. se lhesdeve dos annos antecedentes, q. já vão plantando muito

pouca, alem daquela q. lhes hé necessaria p.^a o seu gasto; Eu tenho disto mesmo huma prova convincente, sempre que mando fazer a arrolação das sobreditas farinhas, aqual não se concegue nunca, sem m.^{tas} difficuldades, a meças, e asvezes castigos. Esta diminuição obriga indispensavelm.^o a providenciar q. senão exportem francamente para forada Terra, afim de q. não fiquem os povos sem sustento, evendo-se os Lavradores cercados destes dois embaraços, deixão de aumentar as suas plantaçoens, amedida doq. cada hum deles faria, se aspodesse exportar livre.^o e selhe pagassem compromptidão aquellas q. se lhes tomão por conta da Real Fazenda.

7. Se este projecto severificasse, haveria talves odobro da farinha q. hoje há; os Lavradores se apressarião aq.^m primeiro a havia meter nos Armazens Reaes; p.q. o maior empenho q. elles tem, hé vendela logo q. podem; a sua exportação ficaria Livre, e consequentem.^o cada hum se applicaria a plantar muita p.^a ter que vender as Embarçaçoens q. aqui a vem procurar; oq. produziria certamente, hum grande aumento na cultura; dando maiores forças aos Lavradores p.^a se empregarem nella.

8. A affluencia das Embarçaçoens q. a Opulencia dos Lavradores, sem que elles dexassem a cultura da referida farinha, como hum genero da primeira necessidade neste Paiz, os hiria gradualmente conduzindo a estabelecerem tambem as outras plantaçoens, taes como o Café, o anil q. aqui se produzem excellentem.^o, o Algodão e a Cana de Assucar, dasquaes podessem tirar maiores interesses, logo q. vissem q. p. via do commercio tinhão huma exportação mais segura, e permanente doque hoje acontese; p.q. asua extagnação, tem quazi obstruido todas as vias de com respondencia q. sefazem tão precisas, e indispensaveis, p.^a ogiro e Circulação domesmo commercio.

9. O outro objecto, q. tambem contribuiria m.^{to} p.^a o aumento da cultura desta Ilha, hé afundação deduas Freguezias no Caminho do Certão q. vai p.^a a V.^a das Lages, como eu já propus a V. Excia no meu officio n.^o 67, sendo certo q. este projecto não se pode meter em pratica sem q. S. Mag.^{de} despenda p.^a cada huma aomenos dez mil cruzados, como já tive a honra de fazer ver a V. Ex.^a no referido meu Officio: mas então severia hum aumento consideravel na População, na cultura, no commercio, nos Reaes Dizimos, e enfim selograria tambem a emcomparavel utilidade, que rezultaria de haver aqueles dois estabelecimentos no interior do Paiz, oferecendo asubsistencia das Tropas q. se retirassem p.^a a Terra firme depois denão poderem concervar-se nesta Ilha, contra os Inimigos q. a atacassem; cuja conviniencia, tambem eu

tenho ponderado ja a V.Ex.^a p. muitas vezes, e ella hé de natureza tal q. por si mesmo semanifesta; eq. deve ser considerada como hum dos pontos principais, do Plano de defença deste importantissimo Porto.

10. O meio de promover a cultura das terras na V.^a do Rio de São Fran.^{co} em q.^{to}, a mim; seria meter naquele Pais, cento ou cento e sincoenta cazaes q. S.Mag.^{de} mandasse vir das Ilhas dos Assores; os quaes sendo naturalm.^e costumados aotrabalho das sementeiras, farião com oseu exemplo, mudar aos Nacionais aquele costume emq. estão deviverem mais da Cassa eda Pesca, doq. da Lavoura; os quaes incencivelm.^e virião agostar desta mudança, conhecendo pela pratica os proveitos, e interesses q. dahi lhe rezultarião, visto q. o seu Pais hé proprio p.^a produzir tudo oque lhe plantarem; ep. esta forma se aumentaria muito onumero dos cultivadores.

11. Para promover a cultura das terras da V.^a da Laguna, seria necessário q. se applicasse hum semelhante remedio como aquele q. assim vai indicado p.^a a V.^a do R.^o de S.Fran.^{co}; pois que está na mesma razão, tanto a respeito da indolencia, como do numero dos seus cultivadores; tendo alias muitas terras para Lavouras.

12. Dos sobredits duzentos ou trezentos Cazaes hirião parte deles povoar asduas progetadas Freguezias no Caminho do Certão deq. trata no Cap.^o 9 deste mesmo Artigo; com alguns cazaes aq.^m falte o estabelecimento nas outras Freguezias desta Capitania, eainda mesmo alguns Soldados velhos, e cazados aq.^m se dese baixa, e huma data de Terra no referido Terreno, com os mesmos socorros que aos outros povoadores; oq. eles certamente deboa vontade aseitarião, empremeio e remuneração dos seus serviços.

13. Finalmente, emtodas as Naçoens Civilizadas da Europa tem adoptado o sistema demeter de guarnição hum, dois ou mais Regimentos, naquellas Cidades ouVillas q. por falta de outros arbitrios, sevai fazendo sencivel asua decadencia por ser este omais prompto, eque sempre produz o efeito desejado do seu melhoramento; contanto que a referida Tropa seja bem asentida recebendo compontualidade os seus Fardamentos, Soldos e Ministras e p. consequncia, bem desiplinada, para evitar os diferentes insultos que possam fazer aos Paizanos; porque faltando estas isenciaes condiçoens então mesma providencia irrimidiavelmente passa aser hum castigo que acaba de afligir e deassolar aqueles mesmos Povos, que sequerião favoresser, efazer felizes. Isto hé oque actualmente acontesse emtoda esta Capitania; que jamais poderá comseguir oseu melhoramento, sem que sepague tudo q.^{to} sedeve a Tropa, assim como aos Lavradores toda afarinha que para a subsistencia da mesma selhestem tirado; e continuando

aodepois com os pagamentos certos, erigulares, infalivelm.^e severá asatisfação, a alegria noseemblante dos moradores, aparecendo a abundancia p. toda aparte; assim como agora só seobserva a penuria, amizeria, eos disçabores; Fazendo amesma Tropa com os Paizanos hum Exercito dediscontentes, que p.^a não chegarem a oultimo ponto dadezesperação, não custa pouco trabalho, fadiga e ainda susto aquem immediatam.^e governa: Esta verdade meparesse ser incontestavel, ehê tudo quanto eu posso ingenuamente dizer sobre este /entre todos /omais importantissimo Artigo.

Vila do Desterro a 17 de Novembro de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

ARTIGO 13

Da quantidade dos Generos, eefeitos que anualm.^e secolhem, Fabricão e são Exportados.

1. A quantidade dos Generos, e efeitos q. anualm.^e secolhem efabricão na Ilha de Santa Catharina, emais Destructos da sua Jurisdição; regulado pelo que aconteceo no anno de 1796, segundo as indagaçoens e Exames que sefizerão sobre este objecto; constão do Mapa Letra F.

2. Os Generos que se Exportão anualm.^e segundo os mesmos Exames e indagaçoens que sefizerão, consta do Outro Mapa da Exportação, Letra G.

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

ARTIGO 14

Dos Animaes, Aves, Peixes. Madeiras e Fructos mais notaveis.

1. Os Animais que ha na Ilha de S.^{ta} Catharina, enos mais Destructos da sua Jurisdição constão da Relação Letra H.

2. As Aves constão da Relação Letra I.

3. Os Peixes constão da Relação Letra L.

4. As Madeiras constão da Relação Letra M.

5. Os Fructos constão da Relação Letra N naqual vai tambem incluido tudo oque hé hortaliça neste Paiz: Pode-se dizer que os Fructos mais notaveis nesta Ilha, são as Laranjas, não só pelo seu gosto delicado, mas tambem porque durão mais de 9 meses;

Mappa da Extensão e Limites da Ilha de Santa Catharina e dos mais Destrictos que estão cituados na Terra firme pertensentes a Capitánias deste Governo. Vila do Desterro a 17 de Novembro de 1957.

EXTENSÃO DA ILHA DE S. ^{ta} CATHAR. ^a E DAS 3 FREG. ^{as} Q. NEELA ESTÃO CITADAS	FREGUEZIAS	TEM DE EXTENSÃO P. ^a APARTE DO NORTE	PARA APARTE DO SUL	PARA APARTE DO LESTE	PARA APARTE DO OESTE	TOTAL DAS LEGOAS QTEM DE NORTE A SUL.
EXTENSÃO DA ILHA DE S. ^{ta} CATHAR. ^a E DAS 3 FREG. ^{as} Q. NEELA ESTÃO CITADAS	A Ilha de S. ^{ta} Cathr. ^a cituada em 27 graus e 40 minutos de latitude Sul, e em 537 gr. de Longitude, conciderada somente a Ilha.	5 Legoas desde a V. ^a Cap. ^{al} do Desterro, até a Ponta das Canavieiras, ultima Extremidade Septentrional da Ilha.	5 Legoas desde a V. ^a Cap. ^{al} do Desterro até a Ponta dos Naufragados ultima Extremidade Meridional da Ilha.	Tem nasua maior Largura (qhé da V. ^a Cap. ^{al} /., p. ^a , a parte do Norte) pouco mais de 3 Legoas, elhefica a Costa do Margrosso a Leste.	Tem na sua menor Largura (q hé da V. ^a Cap. ^{al} p. ^a , aparte do Sul) pouco mais de 1 ½ Legoas, elhefica a Terra firme pertencente a este mesmo Governo, para o Oeste.	10
	Villa Cap. ^{al} de N. Snr. ^a , do Desterro cituada no meio da Ilha.	1 ½ Leg. até o Rio do Amorim no Saco do Itacombi; onde parte com a Freguezia das Necessidades.	5 Leg. até a Ponta dos Naufragados na Barra do Sul: Compreende o Ribeirão, distante da V. ^a Cap. ^{al} 2 ½ Leg. e a Armassão da Lagoinha cituada na Costa do Margrosso e distante da V. ^a Cap. ^{al} 4 ¾ Legoas.	1 ½ Leg. até o Corrego Grande onde parte com a Freg. ^a da Lagoa.	Fica separada da Terra firme para hum estreito de Mar de 200 braças de Largo, que fica defronte da V. ^a Capital	6 ½
	Freguezia de N. Snr. ^a das Necessidades, cituada na d. ^a Ilha, ao norte da V. ^a Cap. ^{al}	3 ½ Legoas até a Ponta das Canavieiras; comprehende o lugar de S. Fran. ^{co} de Paula distante da Igreja da Freguezia 2 Legoas.	1 Legoa até o Rio do Amorim no Saco de Itacombi, onde parte com a Freg. ^a da Vila Capital.	2 ¼ Leg. circulando da Ponta das Canavieiras pela Costa do Margrosso até o Morro do Ingles, onde parte com a Freguesia da Lagoa.	Fica separada da Terra firme pelo Mar elhefica defronte a Freg. ^a de S. Miguel na distancia de 2 ½ Legoas.	4 ½
	Freg. ^a de NSnr. ^a , da Conc. ^{am} da Lagoa cituada na d. ^a Ilha a Leste da V. ^a Capital.	3 ½ Leg. até o Morro do Ingles, onde parte com a Freg. ^a das Necessidades; comprehende o Rio Vermelho distante da Igre. ^a da Freguezia 2 ½ Legoas.	1 ½ Leg. até as Cabeceiras do Rio Tavares, onde parte com a Freguezia de Vila Capital.	Confina com a Costa do Margrosso.	1 ½ Leg. até o Corrego grande, onde parte com a Freguezia da V. ^a Capital.	5
EXTENSÃO DA TERRA FIRME EDAS 6 FREG. ^{as} Q. EILA COMPREENDE.	Villa de N. Snr. ^a , da Graça do Rio de S. Fran. ^{co} , cituada em huma pequena Ilha junto a Terra firme; aqua! pr. ^{al} só tem 6 Leg. de Norte a Sul, pela costa do Margrosso.	5 Legoas a saber; desde a V. ^a até o Pontal da Barra do Norte 2; e dahi até ao Rio de Sahi ultima Extremid. ^a deste Governo, 3; onde confina com a V. ^a de Guaratuba pertencente a Capitania de S. Paulo.	16 ¼ Leg. desde a V. ^a até o Rio Camboriguassú, onde p. ^{to} com a Freguezia de S. Miguel: Comprehede a Armassão de Itapacoroia q. lhefica na distancia de 11 ¼ Leg. e o Rio de Tajahi 2 ½ Leg ao Sul de Itapacoroia.	Confina com a costa do Mar Grosso. Tem fora da Barra na distancia de 2 Legoas, as Ilhas Jerubatuba, Ilha Grande, Ilha defora, e Ilhas de Terra q. dão abrigo a Embarcaçoens pela parte de Oeste.	Por diferentes rumos até oporto das 3 Barras p. ^a mar tem 7 Leg.; e dahi p. ^a terra até o Boqueirão, ou Queri 4 Leg.; onde parte com a V. ^a de Coritiba pertencente a Capitania de São Paulo, q. por tudo fazem 11 Légoas.	21 ½
	Freg. ^a de S. Miguel, cituada na Terra firme ao Sul da antecedente.	9 Leg. até o Rio Camboriguassú, onde parte com a Freg. ^a da V. ^a do Rio de S. Fran. ^{co} ; comprehende a Anciada das Garoupas q. fica distante da Igreja da Freg. ^a 6 ½ Leg; o Rio das Tijuquinhas Grandes 4 ½ e a Armassão Grande da Barra do Norte 3.	1 ¾ Leg. até o Rio Quebra Cabaços onde parte com a Freg. ^a de São José, comprehende o Rio de Binguassú, q. fica distante da Igreja da Freguezia ½ Legoa.	Fica separada da Ilha pelo mar, elle fica defronte a Freguezia das Necessidades na distancia de 2 ½ Legoas, e p. ^a o Sul a V. ^a Capital nadistancia de 3 ¼.	Fica o Certão da Terra firme.	10 ¾
	Freg. ^a de S. José cituada na Terra firme, ao Sul da antecedente.	1 ½ Leg. até o Rio Quebra Cabaços, onde part e com a Freg. ^a de S. Miguel.	1 ¾ Leg. até o Rio do Cobatão, onde parte com a Freg. ^a da Anciada de Brito.	Fica separada da Ilha pelo Mar e distante da V. ^a Capital 1 ½ Legoa.	18 Leg. Caminho do Certão, até a Guarda de Castelo Melhor, onde está o Marco q. adivide da V. ^a das Lages pertencente a Capitania de S. Paulo: do referido marco a V. ^a das Lages, são ainda 15 ½ Legoas.	5 ½
	Freguezia de N. Snr. ^a , do Rozario da Anciada de Brito, cituada na Terra firme ao Sul da antecedente.	1 ½ Leg. até o Rio Cobatão, onde parte com a Freguezia de São José.	6 Leg. até o Pau da Rainha, nomeio do Mato de Garupaba, onde parte com a Freg. ^a de V. ^a Nova: Compreende a Armassão de Garupaba distante da Freg. ^a 5 ½ Legoas.	Fica separada da Ilha pelo Mar e distante da Villa Capital 3 ½ Legoas.	Fica o certão da Terra firme.	7 ½
	Freguezia de Villa Nova de S. ^{ta} Anna, cituada na Terra firme ao Sul da antecedente.	4 Leg. até o Paco da Rainha nomeio do Mato de Garupaba, onde parte com a Freguezia da Anciada: Compreende a Armassão de Imbituba nopôto da Freg. ^a distante da Igreja ½ Legoa.	2 Leg. até meia praia, depois do Morro de Tapirová onde extrema com a Freg. ^a da V. ^a da Lagoa.	Confina com a costa do Margrosso.	16 ou 17 Legoas até a Serra q. forma os fundos do Certão.	6
	Vila de S. ^{to} Antonio dos Anjos da Lagoa, cituada na Terra firme, ao Sul da antecedente.	2 ½ Leg. até meia praia depois do Morro de Igi, onde extrema com a Freguezia de Villa Nova.	20 Legoas desde a V. ^a até o Registo das Torres, ultima extremidade desta Capitania. cojo Registo já pertence ao Governo do Continente do Rio Grande.	Confina com a costa do Margrosso.	Confina com o Certão e com a serra q. proximo as Torres lhefica na distancia de 5 Legoas, evai alargando de sorte q. na Extremidade do Norse supoem ficar ad. ^a Serra nadistancia de 16 Legoas.	22 ½
	Tottal detoda a Cap. ^{ta} deste Governo.	33 ¾ Leg. desde o Estreito defr. ^a da V. ^a Cap. ^{al} do Desterro, até o Rio de Sahi, ultima Extremid. ^a desta Capitania, onde confina com a V. ^a de Guaratuba pertencente a Cap. ^{ta} de S. Paulo.	39 ¼ Legoas desde o referido Estreito de Fr. ^a da V. ^a Capital, até o Registo das Torres do Continente do Rio Grande, ultima Extremidade deste Governo.	Confina com a costa do Margrosso.	Confina com o Certão e com a Serra, q. lhefica em diferentes distancias como sevé asima na Vila do Rio de São Fran. ^{co} , 11. Freg. ^a de S. José 18; Vila Nova 17, Lagoa 16, e nas Torres 5 Legoas.	71 ¼

Mapa da Extensão e tuados na Terra firme pertensentes
a Capitánias deste Governo

	FREGUEZIAS	PARA APARTE DO OESTE	TOTAL DAS LEGOAS QTEM DE NORTE A SUL
S. ^{ta} CATIARA, E DAS 3 FREG. ^{as} AO CITADAS	A Ilha de S. ^{ta} Cathr. ^a cituada em 27 graus e 40 minutos de latitu. de Sul, e em 337 gr. de Longitu. de, conciderada somente a Ilha	em na sua menor Largura (q hé da V. ^a Cap. ^{al} p. ^a , aparte do Sul) pouco mais de 1 $\frac{1}{4}$ Legoas, elhe fica a Terra firme pertencente a este mesmo Governo, para o Oeste.	10
	Villa Cap. ^{al} de N. Snr. ^a , do Des-terro cituada no meio da Ilha	ica separada da Terra firme para hum estreito de Mar de 200 braças de Largo, que fica de- frente da V. ^a . Capital	6 $\frac{1}{2}$

B

REZUMO GERAL DE TODA A POPULAÇÃO PERTENCENTE AO GOVERNO DA ILHA DE SANTA CATHARINA, FORMADO PELLOS MAPAS QUE DERÃO OS OFFICIAES DE CADA HUM DOS DESTRICITOS DOMESMO GOVERNO EM O 1.º DE JANEIRO DE 1796.

CLASSES	FOGOS	SEXO MASCULINO					SEXO FEMININO					SOMMÃO TODAS AS CLASSES	FORROS				ESCRAVOS				TOTAL EXIST.º DOS DESTRICITOS	NOTICIA DAS ALTERAÇ.º Q. DERÃO NO ANNO DE 1795				
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	Sommaõ	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	SOMMÃO		Pardos	Pardas	Pretos	Pretas	PARDOS		PRETOS			Nascidos	Mortos	Casados	Vindos p.ºo Destricto	Ausentes
		da 1.ª id.º até 7 annos	de 7 até 15 annos	de 15 até 60 annos	de 60 annos p.ª sima		de 1.ª id.º até 7 annos	de 7 até 14 annos	de 15 até 40 annos	de 40 annos p.ª sima							Maxos	Femias	Maxos	Femias						
V.ª Capital de N. S. do Destr.	666	565	308	404	79	1156	353	297	583	263	1496	2652	32	43	15	20	119	87	433	356	3757	237	201	49		30
Destricto de Ribeirão	160	108	84	149	26	367	77	75	158	56	366	733			3	1	12	7	217	67	1040				7	18
Freg.ª da Lagoa.....	329	234	179	287	55	755	210	153	308	123	794	1549	4	5	4	7	5	5	236	101	1916	90	41	17	2	46
Freg.ª das Necessidades.....	439	287	253	373	60	973	310	236	356	173	1075	2048	8	13	4	2	11	4	248	109	2447	109	28	14	7	76
Freg.ª de S. Miguel.....	450	282	239	385	77	981	263	186	354	164	967	1948	5	1	3	13	24	19	598	147	2758	119	57	25	9	29
Freg.ª de S. José.....	389	236	165	355	68	824	221	148	328	146	843	1667	2	3	4	3	12	12	268	120	2091	108	45	13		18
Freg.ª da Anciada de Brito	196	105	102	169	22	398	98	90	163	83	434	832			5		7	5	199	43	1091	40	25	3		49
Villa da Laguna.....	569	310	274	406	83	1073	283	237	478	224	1242	2315	38	49	13	12	46	60	441	229	3203	186	69	18	113	102
Freg.ª de V.ª Nova.....	242	111	80	185	38	414	143	82	180	96	501	915	2	1	7	7	4	6	117	50	1109	54	12	8	33	27
V.ª do Rio de S. Francisco.....	775	497	591	733	92	1713	431	355	786	275	1847	3560	60	59	3	4	116	115	310	226	4435	158	68	40	29	41
SOMMÃO	4216	2553	2075	3444	600	8654	2389	1879	3694	1603	9565	18219	151	174	61	69	356	320	3067	1448	23865	1101	546	187	200	436

N. B. — As 1027 Pessoas do referido acrescimo não andão nas Listas da População por serem Militares, e pertencem as diferentes repartiçoens q. sevê no Mapinha segte.

Devem acrescentar-se mais aeste Rezumo..... 1027
Que faz a somma tottal de..... 24892

JOÃO ALBERTO DE MIR.ª RIBE.º

3

MAPA DAS PESSOAS Q̄ NÃO ANDÃO INCLUIDAS NAS LISTAS DA POPULAÇÃO: PR. SEREM MILITARES

[illegible]

C

Relação das Loges de Fazenda de Varejo, Tavernas de Molhados, e mais Loges de Officinas, que ha na Ilha de Santa Catharina, enos mais Dstrictos da sua Jurisdição.

Relação das Loges de Fazenda devarejo, q. ha presentem.º na V.^a Cap.^{al} de Nossa Sr.^a do Desterro da Ilha de S.^{ta} Catharina. Edo quanto importarão as Carregaçoens de Fazendas que entrarão p.^a ellas nos tres annos seguintes.

LOGES DA FAZENDA	ANNO DE 1794	ANNO DE 1795	ANNO DE 1796
An. ^{to} J. ^o da Costa, Cap. ^m da Cav. ^a Aux. ^a	\$	\$	10:000\$000
Dom. ^o Luis do Livram. ^{to} Alf. ^o de Aux. ^a	\$	\$	4:000\$000
Dom. ^o J. ^o de Matos, Alf. ^o de Ords.....	3:148\$550	2:866\$830	366\$580
Fran. ^{co} Machado de Sz. ^a , T. ^a de Aux. ^a	9:037\$033	6:517\$333	4:058\$729
Fran. ^{co} de Paula Tava. ^{es}	1:861\$801	2:278\$472	1:636\$807
José Luis do Livram. ^{to} , Cap. ^m de Aux. ^a	7:094\$320	608\$280	8:641\$430
João da Costa Per. ^a	1:460\$000	2:719\$000	4:281\$900
João Luiz Porção, Alf. ^o de Ordn. ^o	1:121\$725	131\$308	858\$990
José Nunes da S. ^a , Capm. de Aux. ^a	\$	312\$860	2:795\$854
Jacinto Pereira.....	1:500\$000	2:900\$000	4:800\$000
João de Medeiros, Alf. ^o de Ordn. ^o	569\$090	2:299\$580	432\$760
José Per. ^a da Costa.....	3:200\$000	1:500\$00	\$
José Joaq. ^m da S. ^a	\$	\$	3:154\$039
João Tav. ^{es} Frz. Cap. ^m de Ordn. ^o	120\$000	565\$940	2:103\$980
José Luiz de Mag. ^{es} Alf. ^o de Ordn. ^o	1:450\$600	1:518\$040	10:404\$000
Manoel Per. ^a de Avila.....	\$	3:260\$200	1:288\$000
M. ^{el} Per. ^a dos S. ^{to} Alf. ^o de Aux. ^a	\$	\$	3:000\$000
Pedro José da S. ^a	2:000\$000	1:800\$000	2:000\$000
Tottal.....	32:563\$119	29:277\$843	63:822\$169

D

Consta da Farinha q. he necessario emhum anno p.^a o Sustento detoda a População da Ilha de Santa Catharina, emais Destrictos da sua jurisdição; ahum decimo dequarta pordia, para cada individuo.

TEM CADA DESTRICTO		PESSOAS
Villa Ca.p ^{al} do Desterro.....		3757
Tropado Reg. ^{mo} da Ilha.....	819	1027
Tropade Extremôz.....	149	
Govern.s emais pessoas das Fort. ^{as}	22	
Remeiros da Marinha.....	37	
Destricto do Ribeirão.....		1040
Freguezia da Lagoa.....		1916
Freguesiadas Necessidades.....		2447
Freguesiade S. Miguel.....		2758
Freguesiade S. José.....		2091
Freg. ^a da Anciidade Brito.....		1091
Villa da Laguna.....		3203
Freg. ^a de Vil ^a Nova.....		1109
Villado Rio de S. Fran. ^{co}		4453
Tottal das Pessoas.....		24892
		Alqueires
A 1 decimo p. ^a dia p. ^a cada individuo,São precisas.....		227.139.1/2
Abatendo-se hua 3. ^a parte que são.....		75.713.1/6
Vem a Ser necessar. ^{os} p. ^a o Sustento.....		151.426.1/3

Vila do Desterro a 17 de Novembro de 1797.

JOÃO ALBERTO de MIR.^{da} RIBE.^o

E

Embarcações que entrão e Sahem annualmente na Ilha de S.^{ta} Catharina, Rio de S. Fran.^{co}, e Laguna.
 MAPA DAS EMBARCAÇÕES QUE ENTRARÃO NA ILHA DE SANTA CATHARINA

ANNO DE 1796	DE DONDE VIERÃO													SOMMAO	
	DO RIO DE JAY. ^o	DA BAHIA	DE PERNAMBUCO	DOS GOITACAZES	DE PARATI	DA ILHA GRANDE	DE S. SEBASTIÃO	DE PARNAGUA	DO RIO DE S. FRAN. ^{co}	DA LAGUNA	DO RIO GRANDE	DA PESCA ESPERMA-CEJA	DE SANTOS		DE BISCAIA
Navios de 3 Mastros.....	2														2
Curvetas.....	6											3			9
Bergantins.	3	9	3								1				16
Sumacas.....	35	9	9	1	1		1		1	1	1		1		60
Lanxas.....	3					2		1	1	13			2		22
Embarcaçoens Extrang. ^{as} Arrib.....												6	1		7
TOTAL.....	49	18	12	1	1	2	1	1	2	14	2	9	3	1	116

MAPA DAS EMBARCAÇOENS QUE ENTRARÃO NO RIO DE S. FRANCISCO

	DE DONDE VIERÃO					
	DO RIO DE JANEIRO	DA BAHIA	DOS GOITACAZES	DA CAP. DO ESP. S. to	DE S. ta CATUARNA	SOMMÃO
Sumacas.....	5		1	2	2	10
Lanzas.....		1		2		3
TOTAL.....	5	1	1	4	2	13

E

MAPA DAS EMBARCAÇOENS QUE ENTRARÃO NO RIO DE S. FRANCISCO

ANNO DE 1796	DE DONDE VIERÃO					
	DO R ^o DE JANR ^o .	DA BAHIA	DOS GOI- TACAZES	DA CAP. ^{na} DO ESP ^o S. ^{to}	DE ST. ^a CATHAR. ^a	SOMMÃO
Sumacas.....	5		1	2	2	10
Lanxas.....		1		2		3
TOTTAL.....	5	1	1	4	2	13

MAPA DAS EMBARCAÇOENS QUE SAHIRÃO DO RIO DE S. FRANCISCO

ANNO DE 1796	PARA DONDE FORÃO			
	P ^a O R ^o DE JANR ^o	P ^a A BAHIA	P ^a ST ^a CATHAR ^a	SOMMÃO
Sumacas.....	4	4	1	9
Lanxas.....	1	2	1	4
TOTTAL.....	5	6	2	13

E

MAPA DAS EMBARCAÇOENS QUE ENTRARÃO NA VILLA DA LAGUNA.

ANNO DE 1796	DE DONDE VIERÃO					
	DO. R.º DE JANR.º	DA BAHIA	DE PER- NAMBUCO	DE SANTOS	DE S.ª CATHAR.ª	SOMMÃO
Bergantins.???					2	2
Penques.??	1				1	2
Sumacas.????	4	1	1		12	18
Lanxas.?	2	2		1	18	23
TOTAL.??	7	3	1	1	33	45

E

MAPA DAS EMBARCAÇOENS QUE SAHIRÃO DA VILLA DA LAGUNA

ANNO DE 1796	PARA DONDE FORÃO					
	P ^a O R ^o DE JANR. ^o	P ^a SANTOS	P. ^a BAHIA	P ^a PER- NAMBUCO	P ^a S.T ^a CATHAR. ^a	SOMMÃO
Bergantins.....			1			1
Penques.....	1					1
Sumacas.....	6		4	4		14
Lanxas.....	2	2	2		14	20
TOTAL.....	9	2	7	4	14	36

Vila do Desterro a 17 de Nov^o de 1797

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

F

DAQUANTIDADE DOS GENEROS E EFEITOS Q. SE COLHEM E FABRICÃO ANUALMENTE
Mapa daquantidade de Genceros e efeitos q. se colhem e Fabricão anualm.^e na Ilha de S.^{ta} Catharina e nos mais Destructos da Sua Jurisdição, feito pelas memorias, e Observaçõens do
aconteceu no ano de 1796.

FREGUEZIAS	ALQUEIRES							MEDIDAS			ARROBAS					DUZ.AS	BETAS	IMBE	PEIXE SECO			PEDRAS	RESTIAS
	FARINHA DEMANDIOCA	ARRÔS	MILHO	FEIJÃO	FAVAS	TRIGO	SEVADA	AGUARD.E DE CANA	CAXASSA	MELADO	ASUCAR	ALGODÃO	CAFÉ	FUMO	GRAVATÁ	TABOADO	GRANDES	PEQUENAS	CONTOS	MILHEIROS	CENTOS	LINHO	CEBOLLAS
V. ^a Cap. ^{al} do Destr. ^o e Ribeir. ^m	20.000	1412 1/2	1665 1/2	1216	82 1/2	188 1/4	12 3/4	8251 1/2	1601	3742	1142 1/2	469 1/2	36	125		127						528 1/2	200
Lagoa.....	25.000	664	2618 1/4	1008 3/4	54 1/2	421 3/4	7 1/4	7582	1583 1/2	16	1229 1/2	440 1/2	20	84								854	200
Necessidades.....	20.000	2372	1882 3/4	1676	4	56 3/4	10	6115	120	308	120 1/2	726 1/2	5 1/2									60 1/2	
S. Miguel.....	20.000	2037	1216	1098	1	24		3570		446	486	254	9									172	
S. José.....	20.000	6919	2749	1005	83	121	1	578		480	101	271	62									581	
Anciedade Brito.....	6.000	1277	1153	577	6	150		4443		390	457	184	3									119	
V. ^a da Laguna.....	20.000	145	1175	589	36	255	4	2102		100		92 1/2							4	100		239 1/2	
V. ^a Nova.....	13.000	180	56	57		295		930		10	62									455	7	114	200
V. ^a do Rio de S. Fran. ^{co}	60.000	800		100				4140							70	96	1000	800		30			
SOMMA TOTAL....	204.000	15805 1/2	12515 1/2	7526 3/4	267	1511 3/4	55	33571 1/2	3504 1/2	5492	3598 1/2	2438	135 1/2	209	70	225	1000	800	4	585	7	2448 1/2	600

G

DOS GENEROS E EFEITOS QUE SE EXPORTÃO ANUALMENTE

Mapa daquantidade de Generos e efeitos q se exportão anuaimente da Ilha de Santa Catharina emais Destrictos dasua Jurisdição, feito pellas Memorias e Observaçoes doq aconteceu no anno de 1796.

	ALQUEIRES							PIPAS	MELADO			ASSUCAR			ARROBAS	QUINTA	DUZ.	BETAS DIMBÉ		PEIXE SECO			PIPAS	RESTIA	CAI-XONS	COL ROS DE DUJ	MOIOS	TELHA	TIJOLO
	FARINHA DE MANDIOCA	ARRÔS COM CASCA	ARRÔS PILADO	MILHO	FEIJÃO	FAYAS	TRIGO	AGUARDENTE	PIPAS	BARRIS	POTTES	ARROBAS	CAIXAS	FEIXES	GRAVATÁ	BARBA DE BALEIA	TABOADO	GRANDES	PEQUENAS	CONTOS	MILHEIROS	CENTOS	AZEITE DE PEIXE	CEROLAS	COLA DE BALEIA		CAL		
Da propria Ilha de Sta. Cathar.ª, e Freg ^{as} mais proximas da Terra firme.....	28353	2725	1090	1822	1585	30		55	1	30	41	662	10	34		820	127						2888		8	5796	44	8500	2640
V.ª da Laguna.....	1285	136		654	259															4	100			200		2120			
V.ª Nova.....	2000						200														455	7	180						
V.ª do R.ª de S. Fran.ª.....	20517	700	10		40										70		96	1000	800		30		350						8000
SOMMA TOTA.....	52155	3561	1100	2476	1864	30	200	55	1	30	41	662	10	34	70	820	225	1000	800	4	585	7	3418	200	8	7916	44	8500	10640

Exportarão-se mais

Caibros	100
Pau apique.....	400
Portaes devolta.....	12
Ripa degissara	8220
Vigas	5
Talhas de Louça debarro.....	2

JOÃO ALBERTO DE MIR.ªs RIDR.º

H

Relação dos Animais q̃ há na Ilha de S.^{ta} Catharina, enos mais
Destructos dasua Jurisdição

Antas	Irâra
Arrans	Itanha
Bugios	Lontras
Burros	Leão Marinho
Bois	Leão Tigre
Cavalos	Leopardo
Cabras	Lobo
Carneiros	Lagarto
Cutias	Lagartixa
Capivaras	Maçacos
Caens	Monos
Cão do mato	Mulas
Coelho	Maxos
Caxinguelê	Onssa parda
Carruxinho	Onssapintada
Cobra beijurú	Ovelhas
Cobra Caninana	Ouriço Caixeiro
Cobra Coral	Porcos
Cobra d'água	Porcodo mato
Cobra dattera	Pacas
Cobra Goipéba	Quatiz
Cobra Jararaca	Raposa, ou Gambá
Cobra Jararacu-assú	Ratos
Cobra Sipó	Saguim
Cobra Surucúcú	Sapos
Eguas	Tigre preto
Gatos	Tatú
Gato domato	Tamanduá mirim
Gambá, ou Rapoza	Tamanduaguassú
Jacaré	Vacas
Jaguatirica	Veádos

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

I

Rellação das Aves q̃. há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a enos mais
Destructos da Sua Jurisdição

Araquans	Jacú péma
Andorinhas	Macuçõ
Anúm	Maitaca
Arára	Maracanãa
Alcatras	Martimpescador
Arassari	Margulhão
Arminho	Massarico
Biguá	Massarico Real
Bilhafre	Marrecos
Batuirá	Maguari
Bemteví	Morcegos
Colheireiro	Papagaios
Codornis	Pavão
Corujas	Patos
Calistros	Patodomato
Coitélo	Patodomar
Caracará	Perequito pequeno
Ciriríz	Perequito Real
Comeira	Perús
Feiticeira	Perdises
Frango d'agua	Picapaú
Garças	Picaflor
Galinhas	Pintassilgo
Galinbola	Pitaziam
Galos	Papa farinha
Gavião	Pombos
Gaivitas	Pombas
Gaturamos grandes	Quéro quéro
Gaturamos pequenos	Rollas
Gaipabos	Soú
Guará vermelho	Sunicúa
Guará preto	Siriry
Guaraponga branca	Sanhassú
Guaraponga parda	Sairas
Guáxi	Sabiá preto
Ganços	Sabiadapraia
Ganços do mato	Sabiá Cica
Gralhas	Saracum grande
Gerroviára	Saracura pequena
Jacú	Saracura frango
Jacutinga	Tocanos
Jacucáca	Tiribas
Jacú guassú	Tintilhão
Joô	Tritarreis
Inanbú	Taán
Japú	Tangára
Japuira	

I

Relação das Aves q. há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a enos mais
Destrictos da Sua Jurisdição

Tuçanguí Tiés Tisoserá Úrú	Úrubú Virabosta Viuvinha
-------------------------------------	--------------------------------

Vila do Desterro a 17 de Novr.^o de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^o

Relação das Loges de Fazendas de Varejo, que ha prezente-
mente na Vila Capital de N. Snra. do Desterro da Ilha de S.^{ta} Ca-
thari.^a Edoquanto importaraõ as Carregasoens de Fazd.^{as} que en-
trarão p.^a ellas nos 3 anos Seguintes.

LOGES DE FAZENDAS	ANNO DE 1794	ANNO DE 1795	ANNO DE 1796
Ant ^o Jozé da Costa Cap ^m de Cav ^a Aux ^a	\$	\$	10:000\$000
Dom ^{os} Luis do Livram. ^{to} Alf. ^{es} de Aux. ^a	\$	\$	4:000\$000
Domingos José de Matos Alf. ^o de Ord. ^{as}	3:148\$550	2:866\$830	366\$580
Franc. ^o Maxd. ^o de Souza Ten. ^{to} de Aux. ^{es}	9:037\$033	6:517\$333	4:058\$729
Francisco de Paula Tavares.....	1:861\$801	2:278\$472	1:636\$807
Jozé Luiz do Livram. ^{to} Cap. ^m de Aux. ^{es}	7:094\$520	608\$280	8:641\$430
João da Costa Pereira.....	1:460\$000	2:719\$000	4:231\$000
João Luis Poisão Alf. ^{es} de Ord. ^{as}	1:121\$725	131\$308	858\$990
Joze Nunes da S. ^a Cap ^m de Aux. ^{es}	\$	312\$860	2:795\$854
Jacinto Pereira.....	1:500\$000	2:900\$000	4:800\$000
João de Medeiros Alf. ^{es} de Ord. ^{as}	569\$090	2:299\$580	432\$760
Joze Pereira da Costa.....	3:200\$000	1:500\$000	\$
João Tavares Frz. Cap. ^m Ord. ^{as}	120\$000	565\$940	2:103\$980
Jozé Luis de Mag. ^o Alf. ^{es} de Ord. ^{as}	1:450\$600	1:518\$040	10:404\$000
Manoel Pereira de Avila.....	\$	3:260\$200	1:288\$000
Manoel Pereira dos S. ^{tos} Alf. ^{es} de Aux. ^{es}	\$	\$	3:000\$000
Pedro Jozé da Silva.....	2:000\$000	1:800\$000	2:000\$000
Jozé Joaquim da Silva.....	\$	\$	3:154\$039
TOTAL.....	32:563\$119	29:277\$843	63:822\$169

Rellação das Tavernas de molhados, que há presentem.^o na V.^a Capital de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de S.^{ta} Catharina, Edoquanto importarão as carregaçoens que entrarão p.^a ellas, nos tres annos seguintes.

RUA DO MENINO D. ^a P. ^a A CADEIA	ANNO DE 1794	ANNO DE 1795	ANNO DE 1796
Manoel José de Souza.....	\$	\$	117\$120
José Luiz Soares.....	133\$600	165\$160	180\$400
Ignacio Nunes de Miranda.....	32\$000	\$	\$
Anastacio Silvr. ^a de Souza.....	112\$000	110\$800	105\$300
Miguel de Oliveira.....	\$	68\$400	68\$000
Alexandre José Lopes.....	\$	\$	286\$000
Fran. ^{co} Per. ^a Luis.....	181\$200	92\$800	91\$600
João Moitinho.....	\$	\$	153\$200
José Joag. ^m de Almeida.....	275\$020	367\$500	346\$280
Thomas das Neves da Silvr. ^a	84\$160	146\$240	156\$000
Fran. ^{co} M. ^a dos Passos.....	\$	\$	165\$680

RUA DE S.^a BARBARA P.^a A BARRA

José Pereira.....	115\$600	93\$600	178\$400
Luiz José de Souza.....	403\$400	285\$200	180\$800
Ignacia Maria Saboya.....	96\$000	115\$200	120\$000
Joaquim dos Santos.....	\$	\$	64\$000
Fran. ^a X. ^{er} da Fraga.....	98\$000	126\$400	85\$000
José Per. ^a da Cunha.....	861\$000	910\$000	800\$000
Manoel da Costa.....	\$	\$	506\$400
Simão Glz Crasto.....	900\$080	1.100\$000	880\$000
José Ignacio daS. ^a	\$	\$	1.202\$565
Antonio José da Silveira.....	405\$200	317\$120	346\$520

RUA DA CADÊIA EDOS ILHEOS

Miguel Miz. de Sousa.....	153\$600	200\$000	216\$000
Matheus Caetano de Sousa.....	163\$000	28\$800	203\$000
Antonio Leal.....	153\$200	210\$100	322\$000
Thimoteo de Espind. ^a B'tancurt.....	64\$000	120\$000	95\$000
Henrique José Per. ^a	48\$160	52\$160	60\$000
Manoel An. ^{te} Santiago.....	64\$000	80\$000	57\$600

TRAVESSA DOS Q.^{os} P.^a APRAIA

José Per. ^a Ozorio:.....	16\$000	19\$200	20\$800
Antonio Fran. ^{co}	34\$400	26\$780	37\$440
RUA DA TRONQUEIRA	ANNO DE 1794	ANNO DE 1795	ANNO DE 1796
Esperança Clara de Jesus:.....	118\$040	121\$280	125\$200

RUA DA PRAIA P.^a A FIGR^a.

João de D. ^a Ferr ^a	454\$000	528\$800	486\$200
Fran. ^{co} de Paula Tavares.....	\$	\$	\$
Manoel Per. ^a dos S. ^{tos}	376\$400	423\$600	\$
Manoel Per. ^a de Avila:.....	\$	250\$000	260\$000
José de Medeiros:.....	64\$000	80\$000	60\$000
Francisco Antonio:.....	48\$000	48\$000	64\$400
Vicente Ferr ^a	86\$800	102\$400	80\$000

RUA DO LIVRAMENTO

Antonio Miz Talha:.....	265\$600	177\$200	262\$400
Manuel da Silva:.....	46\$960	63\$220	330\$360
Aurelio de Jesus:.....	535\$180	123\$920	123\$920
José Luis do Livram. ^{to}	\$	\$	256\$000
Raulino da Costa.....	\$	\$	313\$200
Miguel Glz dos Santos.....	240\$500	923\$020	666\$800

RUA NOVA

Antonio José Per. ^a :.....	384\$160	307\$680	353\$000
SOMMA TOTTAL —.....	7:015\$260	7:784\$580	10:426\$585

Rellação das qualidades de Fazendas q. entrão p.^a o comercio da
Ilha de S.^{ta} Catharina

Aniages	Cravo da India
Alfazema	Canela
Baetoens	Cominhos
Baetas	Canivetes de toda a sorte
Baetilhas	Cabedal de sapateiro
Bambaqueres	Cameloens
Barbariscos	Calçoens demisa
Belbutes	Crés finos e grossos
Bombaunas	Calamanhas
Bertanhas	Droquetes
Botoens ou abotoaduras	Durantes
Brins	Duraques
Brincos	Esquioens
Bofetás	Estofos
Cassas	Elefantes
Cambraias	Estopas
Cambraetas	Espelhos
Cangas	Espiguihas de Ouro e prata
Cadarços de seda e Lãa	Ervadose
Coberturas de Lãa	Fustoens
Cobertas de Xita	Fitas detoda a qualida. ^e
Cabaiaes	Fio de Ouro e prata
Chapeos finos	Facas
Chapeos de Braga	Ferrages e pregaduras
Chapeos de Sol, de Tafetá e Olanda	Fivelas

Rellação das qualidades de Fazendas q. entrão p.^a o comercio da
Ilha de S.^{ta} Catharina

Frocos
Fio de Olanda
Fio de algodão em Novelos
Galoens de Ouro e prata
Guingoens
Garrazes
Jalecos de Xita
Lenços brancos de Linho e
algodão
Lenços detabaco
Linhos brancos, ede Cores
Lantijuelas
Laminas devidro
Lustrim
Lãa empaus
Meias de seda, Laia e
Linho
Mantas de Lãa
Navalhas de Barba
Navalhas de Marinheiro
Olandas Cruas
Olandilhas
Panos de Lãa detodas as
Cores
Panos de Linho
Procolós
Pomadas de cheiro
Pimenta da India
Pedra hume

Papelbranco Ordinário
Papel de Olanda
Papel pintado edourado
Ruoens
Riscados de Linho, e Lãa
Retrozes
Rapoens
Rapains
Rendas de seda ede Linho
Sedas de cores epreta
Serafinas
Saetas
Siliesias
Sarjas
Serjelim
Setins de seda e Lãa
Setinetas
Sarrates
Sêra emvellas
Tafetás
Trossaes
Veludos
Vililhos
Vidros
Xitas
Xáles
Xá
Xicolate

Rellação daqualidade equantidade dos Generos que entrarão para as Tavernas da Ilha de Santa Catharina nos tres annos seguintes.

	ANNO DE 1794	ANNO DE 1795	ANNO DE 1796
Azeite doce.....	8 Pipas e 3 Barris	3 Pipas e 1 Barril	4 Pipas e 1 Barril
Aguard.* do Reino.....	3 Pipas e 3 Barris	2 Pipas e 2 Barris	1 Pipa e 1 Barril
Aguard.* de Cana.....	59 Pipas	61 Pipas	83 Pipas e 2 Barris
Assucar.....	564 1/2 Arrobas	675 Arrobas	732 Arrobas
Algodão em rama.....		18 Arrobas	
Bêtas de Imbé.....	126	108	150
Carne Seca.....		700 Arrobas	250 Arrobas
Cebolas.....		97 Restias	
Côcos de comer.....			600
Côcos de beber agua.....	72	120	48
Café.....			24 Libras
Cominhos.....	1 e 1/2 Arroba	1 Arroba	2 Arrobas
Erva doce.....	1/2 Arroba	24 Libras	1 Arroba
Erva de Mate.....	56 Alqueires	79 Alqueires	132 Alqueires
Farinha de Mandioca.....	2304 Alqueires	2345 Alqueires	2150 Alqueires
Feijão.....	51 Alqueires	45 Alqueires	60 Alqueires
Fumo.....	88 Arrobas	145 Arrobas	103 1/2 Arrobas
Figos passados.....	2 Barris	3 Barris	2 Barris
Gravatá.....			2 Arrobas
Melado.....			2 Barris
Manteiga.....	2 Arrobas		3 Arrobas
Passas de Uva.....			2 Barris
Paos.....			1 Barril
Peixe seco.....	29 Milheiros e 4 Arrobas	49 Milheiros e 6 Arrobas	14 Milheiros
Queijos do R.º Gr.º e Minas.....	300	170	146
Sal.....	1020 Alqueires	1029 Alqueires	1121 Alqueires
Toucinho.....	84 Arrobas	76 e 1/2 Arrobas	170 Arrobas
Vinho.....	16 Pipas e 1 Barril	11 Pipas e 3 Barris	18 Pipas e 2 Barris
Vinagre.....	8 Pipas	4 Pipas e 2 Barris	8 Pipas
Xá.....	4 Libras		8 Libras

Rellação das Loges de Fazenda que há na Villa de Nossa Senhora da Graça do Rio de S. Francisco.

LOGES DE FAZENDA		FUNDO Q. TEM
Cap ^m . Fran ^{co} . Leite de Mes ^{es}	Meteu ha Perto de 2 annos	1:600\$000.
Francisco de Paula.....	Nomesmo Tempo.....	1:000\$000.
José Mor ^{es} . Garcês.....	Ha mais de 3 annos.....	400\$000.
Manoel Leite de Mag ^{es}	Ha Perto de 2 annos.....	1:600\$000.
Manoel de Oliv ^{er} . Cercal.....	Tem restos e não q ^{ta} . mais Loge	\$
Manoel Per ^o . da Costa.....	Ha Perto de 2 annos.....	1:000\$000.
José da Silva de Faria.....	Tem restos e não q ^{ta} . mais Loge	\$
Fran ^{co} . dos Santos.....	Da mesma Forma.....	\$
	TOTTAL.....	5:600\$000.

Taverna de Molhados — Tem 19.

Rellação das Loges de Fazenda de Varejo, que há na Villa de Santo Antonio dos Anjos da Laguna.

Major das Ordens. Jeronimo Fran^{co}. Coelho

Cap^m. Fran^{co}. de Souza França

Cap.^m Pedro Pires Salgado

Cap.^m Mathias Xavier

Francisco Glz Pereira

Alf. José Pinto dos Reis

Joaquim dos Santos Roxo

Miguel de Brito Salgado

Manoel Glz Barreiro

José Luiz..

Mathias de Souza...

Taverna de Molhados — Tem 16, incluídos 3 q há na Freg.^a
de Villa Nova.

Compute-se o seu negocio todo da Fazenda, Secos e Molhados em cada anno, de 19, athé 20 Contos de reis.

MAPA DAS LOGES DE OFFICINAS QUE HÁ NA ILHA DE SANTA CATHARINA, ENOS DESTRICITOS DA SUA JURISDIÇÃO

	LOGES DE.....												
	ALFAIATES	SAPATEIROS	BARBEIROS	FERREIROS	MARCE- NEIROS	SERRA- LHEIROS	TANOEIROS	FUNILEIROS	ENTALHA- DORES	PINTORES	CASAS DE PASTO	CURTUMES DE COUROS	BOTICAS
Villa Capital do Desterro:....	8	19	4	4	2	1	1	1	1	1	2	6	2
Villa do Rio de S.Francº:.....	7	3		6			1					1	
Villa da Laguna:.....	4	3	2	3	5	1	2					1	1
Freguezia da Vª. Nova:.....	2			2									
SOMMÃO:.....													

Villa do Desterro a 17 de Novembro de 1797. — JOÃO ALBERTO DE MIRDA. RIBRO.

L

Relação dos Peixes q. há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a, enos mais
Destructos dasua Jurisdição

Arraia Legitima
Arraia Prego
Arraia Lixa
Arraia barboleta
Arraia darim darim
Arraia Jaréva
Arraia Ticinha
Arraia tres bocas
Arraia Viola
Arraia Amarela
Arrainha
Açará
Avoador
Alfinete
Abrote: peixe barbudo
Badejo (*)
Badejo Saltão (*)
Bagre Ordinário
Bagre Jundia
Bagre branco
Bagre amarelo
Bagre penaxo
Bagre Leitão
Bagre Catinga
Bagre Jerubebé
Bagre gori
Burriquete
Bato
Bacamarte (*)
Baiajú
Boto
Baleia
Bonitos
Banana peixe
Corvina
Corócoróca
Carapébas
Caratingas
Caranhas (*)
Caripicús
Cabrinha
Côvo, ou S.^r de Engenho
Congoro
Canga-oá
Cavalas (*)
Canhanhas
Camarão Ligitimo

Camarão Setebarbas
Camarão do Corço
Camarão piriréca
Cambuatá
Camburupi
Camanguá
Cavaco
Caldeirão
Cassão Sucuri (*)
Cassão aruquim
Cassão Baitião Dias (*)
Cassão biudose
Cassão bagoré
Cassão Balieiro (*)
Cassão Cornuda
Cassão João Dias
Cassão mangona, ou Sana-
hapé
Cassão Tintureira (*)
Cassão Tripópó
Cassonetes
Carãa
Enxovagrande (*)
Enxovinhas
Enxadas
Espermacete
Espadarte
Filisbéque
Garoupa Legitima (*)
Garoupa de S. Thomé (*)
Galos
Gordinhos
Golfinhos
Gibartes
Gorivyrá hêsem.^e asoltr.^a
Jundias
Lingoados
Lagosta
Lamprêia
Miraguáia
Maimbás
Méro (*)
Moreia
Mixóli
Mussum
Mamangaba
Olhite (*)

L

Relação dos Peixes q. há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a, enos mais
Destructos dasua Jurisdição

Olho de Cão	Robalo
Olho de Boi (*)	Robalam
Pescada amarela	Roncadorbranco
Pescada Bicuda	Roncador amarelo
Pescada Araujo	Sargo dedente (*)
Pescada calapada	Sargodebeijo (*)
Pescadinhabrança	Sardinha Cascuda
Pescadinha dentede Cão	Savelhas
Perjereva	Sa lëma (*)
Paratti Legitimo	Solteiras (*)
Paratti apuãm	Sororocas (*)
Paratti guassú	Sagua-á
Paratti pema	Sarnambiguá
Peixe agulha	Sombreiro
Peixe Anjo	Tainha Ordinaria
Peixe Aipim	Tainhado Corço
Peixe Espada	Tabaroens
Peixe Porco	Tarairas
Peixe Pena	Tartarugas
Peixe Rei	Timbucú
Peixe Viola	Támorepú
Pargos (*)	Vermelhos
Passaterras	Violas
Pampano Legitimo (*)	Ubaranas
Pampano mirim (*)	Uvéva, quasi Sem. ^e ao
Pampano Parú (*)	Cangaúá
Pampano Sarnambi (*)	Urú
Palombeta	Voador
Pirapiá	Xerrus (*)
Pegador	Xareos (*)
Piabas	Xareletes
Pirabijú	Ximború
Pomba:hé verm. ^o , epeito- branco	Xixarro

N.B. Os Peixes q vão notados com este Sinal (*) à margem, Sepescão pela Costa, e Ilhas do mar, da Armação da Lagoinha p.^a a Barra do Sul desta Ilha.

N.B.

Os Tresmalhos pequenos; pescão de Janeiro até Abril, As Redes de arrasto; pescão de Maio até Dezembro, Apescaria do Alto, ede Linha, hé de Agosto até Dezembro.

Vila do Desterro a17 de Novr.^o de 1797

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.^e

M

Relação das Madeiras, q̃ há na Ilha de S.^{ta} Catharina, cuos mais
Destrictos da sua Jurisdição

Ariribá	Guabiróba
Araia	Guaiabeira
Arúeira	Guarassica
Assouta Cavalo	Jacarandá vermelho
Arma de Serra	Jacarandá preto: mui raro
Baguassú	Jacateirão
Bicuiba	Ipé
Bacopari	Ipé caijarana
Boacá	Ipaúva
Batinga	Jaboticaba
Cédro	Louro
Carulapreta	Lucurana
Canela amarela	Larangeira
Canela Salsafra	Limoeiro
Canelaburra	Limeira
Canela Sébo	Matambú
Canela do bréjo	Mangue
Canela nhenhessára	Massarandúba
Cabrué	Moura
Cabriuna	Mamôna pau
Cambuim	Oleopreto
Cambuata	Oleo vermelho
Carvalho	Oleobranco
Capororóca	Peroba vermelha
Caroba	Peroba branca
Camará	Peri paroba
Canharâna	Peiquia
Concôn	Paudebixo
Coqueiro	Pindaubúna
Cutia	Paude Leite
Cutiguá	Paude sangue
Figueira branca	Pau de Estôpa
Figueira vermelha	Pau de Betuca
Garuva	Papagoéla
Guarajuva amarela	Pinho
Guaramerim vermelho	Pitanga
Guaramerim branco	Pessegueiro
Guaramerim ferro	Sigurajú
Guaramerim gissára	Salsafra preto
Guatambú	Salsafra branco
Gaperubú	Salsafra amarelo
Gurapirim	Sabugueiro
Grapiçica	Tajubá
Gissára	Timbouva
Gesserana	Ulandi
Guacá	

Vila do Desterro a 17 de Novr.º de 1797.

João Alberto de Mir.^{da} Ribr.º

N

Relação dos fructos q.há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a, enos mais
Destructos da sua Jurisdição

Ananazes	Café
Arassá mirim (*)	Ervilhas
Arassá guassú (*)	Enga mirim (*)
Arrôz	Enga çabeludo (*)
Abobra ordinária	Espinafres
Abobra menina	Feijão
Abobra d'agua	Favas
Alhos	Figos
Alfaces	Frutademacáco (*)
Agrioens	Fumo
Anil	Frutade Conde
Aypim	Graomdebico
Almeirão	Goandus
Araraticum (*)	Guaiaabas (*)
Bananas de S.Thomé	Guabirobas (*)
Bananas da Terra	Grumichamas
Bananas doMaranhão	Gravatá (*)
Bacopari (*)	Jambos
Batatas	Jaboticabas (*)
Beldroégas	JaraCatias (*)
Batarrabas	Laranja da China
Butias	Laranja azeda
Carás	Laranja bical
Cidras	Laranja Seluta
Canas deassucar	Laranja Tangerina
Camarinhas (*)	Limas
Cebolas	Limoens doces
Caruras	Limoens azedos Ordinr. ^{os}
Coentro	Limoesazedos Galegos
Cardos (*)	Lentilhas
Coxonilha	Linho Ordinario
Couves	Linho densilo
Cajus, poucos	Linho Cânimo

N

Relação dos fructos q.há na Ilha de S.^{ta} Cathar.^a, enos mais
Destructos da sua Jurisdição

Mandioca	Orapronobis (*)
Milho	Pessegos ordinários
Mandobim	Pessegos brancos
Melancias	Pessegos molares
Meloens	Pepinos
Marmelos	Pitanguas
Murangos	Peguassú (*)
Maçans	Romans
Murangas	Repolhos
Mugangos	Rabanos
Mangaritos	Sinouras
Maracujá mirim (*)	Selgas
Maracujá grande (*)	Salsa hortense
Mustarda branca	Trigo
Mustarda preta	Tucum (*)
Mamoens	Uvas
Nabos	Xixaros
Nabiças	Xicoria

N.B.: Os Frutos Silvestres, vão notados comeste Sinal
(*) à margem.

Vila do Desterro a 17 de Novr.º de 1797.

João Alberto da Mir.^{da} Ribr.º

QUE É COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO E O QUE FOI O IV COLÓQUIO REALIZADO NA BAHIA, AGOSTO 1959

MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Como o primeiro Colóquio realizado em Washington em 1950, o segundo em São Paulo por ocasião do IV Centenário da fundação da cidade, o terceiro em Lisboa em 1957, este IV Colóquio luso-brasileiro na Bahia foi uma reunião internacional de estudiosos da civilização de língua portuguesa.

Em qualquer parte em que a língua-portuguesa foi ou é o veículo de relações entre os homens, aí está virtualmente presente uma dessas reuniões colloquiais. Sendo assim no espaço, no tempo, ela abrange tudo: passado, presente e futuro.

A idéia dessas reuniões culturais nasceu no âmbito das Universidades americanas em consequência do ensino da língua e da literatura portuguesa nos Estados Unidos. Os professores americanos tiveram necessidade de ampliar o campo de suas aquisições intelectuais e dado o espírito prático dos ianques, prontamente conceberam a idéia desses encontros periódicos no mundo.

A idéia dos mestres americanos teve a melhor acolhida por toda a parte do mundo luso-brasileiro, mas, não só dêste. Para alguns, que já tem experiência de os haver freqüentado, o objetivo dos Colóquios é proporcionar aos interessados da nossa cultura em todo o mundo o contato com os mais recentes trabalhos elaborados sob temas do seu interesse, a atualização das suas informações e o conhecimento dos autores. Desta forma, o objetivo dos portugueses e brasileiros nesses colóquios é acolher e auxiliar os estrangeiros interessados pela cultura comum. Isto do ponto de vista geral, do ponto de vista particular, a reunião ocasiona o diálogo entre brasileiros e portugueses. Outros acham que a utilidade dos Colóquios é a atualidade que dão aos problemas de cultura que interessam aos dois países e pelo estímulo que dão aos investigadores e estudiosos estrangeiros que desinteressadamente se consagram a estas questões. Mais consequência do que causa, os Colóquios tornam-se oportunidade de convívio, entre

peessoas das mais diversas nacionalidades que a ligá-las o amor às coisas do espírito.

Esses foram alguns conceitos que se difundiram no ar da convivência de ilustres personalidades que vindo à Bahia já haviam freqüentado reuniões colloquiais anteriores.

Que tem havido êxito nos Colóquios e os seus frutos têm sido bem acolhidos, não paira dúvida. Aqui estão as palavras dos Professôres W. Thomas e Reinhold Carlson, da Universidade de Vanderbilt, dizendo ambos estarem satisfeitos de participar dos Colóquios acentuando que cada vez há mais interêsse da juventude americana pelo estudo da língua e literatura portugûesa.

A Unesco tem prestigiado essas reuniões internacionais com recursos financeiros e representação oficial. Foi seu representante no IV Colóquio da Bahia, o brasileiro Prof. Luís Heitor Correia de Azevedo, que falando na sessão solene congratulou-se com o IV Colóquio da Bahia onde intelectuais de todo mundo estão reunidos para estudar problemas de significado cultural da civilização luso-brasileira.

Os Colóquios, de regra, são reuniões fechadas do meio universitário, por isto que para dêles participar é exigida ficha de adesão pessoal, expedida pela Comissão organizadora com solicitação de trabalho e prazo marcado. As instituições por mais ilustres que sejam não são convidadas. Dentro delas são distinguido êste ou aquêle membro por seu renome cultural ou posição social; mas êste rigor tem cedido à pressão da realidade. O fato é que no IV Colóquio, se bem que se notasse a distinção prévia de convidados ou não da Universidade, a liberalidade reinou de forma a não ferir susceptibilidades.

A Bahia sagrou-se durante dez dias como cidade de cultura, título que lhe cabe tradicionalmente sem dúvida, mas que de 10 a 21 de agôsto do corrente ano, lhe foi outorgado, não pelos brasileiros suspeitos no juízo, mas por estrangeiros de todos os quadrantes que em Salvador estiveram por serem sábios, doutos, mestres ou especialistas.

Foi a Universidade da Bahia o órgão responsável pela realização do IV Colóquio; é com tóda justiça que se lhe reconhece o sucesso da empresa, desde que foi lançada no IV Colóquio de Lisboa, e aceita pelo Reitor da Universidade da Bahia.

O esforço que o ilustre Professor Edgar Santos teve que expender para colocar a Bahia em condições materiais e espirituais de, nela, se realizar uma reunião tão complexa, não está ao alcance de qualquer pessoa mas requer padrão humano de larga envergadura. Foi o que se foi levantando em côro desde que os primeiros atos do IV Colóquio tiveram início com a Missa celebrada

pelo Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvares da Silva, e a inauguração do Museu de Arte Sacra no Convento de Santa Teresa inteiramente restaurado.

O esforço do Magnífico Reitor contou com o apoio da Comissão Organizadora e da Comissão Coordenadora em Portugal, vale dizer Ministério da Educação, Governo Português, Divisão Cultural do Itamarati, Unesco, Colônia Portuguesa de Salvador. O mérito do Professor Edgard Santos nem por isso foi menor, porque êle foi o organizador de tudo que ali se fêz para o bom êxito do IV Colóquio, reconhecido por testemunhas ilustres que a êle compareceram.

«A Universidade da Bahia é um estabelecimento da mais alta categoria, «disse o ilustre jurista luso, Dr. Azeredo Perdigão», porque «a par de suas finalidades clássicas, criou e mantém em funcionamento vários Institutos e Escolas de ensino complementar ou especializado, que lhe permitem dilatar extraordinariamente o campo de sua vasta ação estética e cultural, pois o grupo das artes abrange além das Belas Artes, Seminário de Música, Escola de Dança, Escola de Teatro e Museu de Arte Sacra. A Universidade da Bahia pela sua organização e ação é um estabelecimento de ensino, investigação e cultura que merece todo elogio. As suas possibilidades acabam de ser postas à prova pela maneira superior com que preparou e está realizando o IV Colóquio luso-brasileiro».

O eminente Professor Marcel Bataillon, diretor do Colégio de França, professor de literatura portuguesa em Paris, falou com a discrição que lhe é peculiar: «Tenho a melhor impressão do IV Colóquio, trata-se de uma reunião de sábios, e aproveito a oportunidade para me congratular com a Universidade da Bahia por esta iniciativa».

Muitos outros pontos de vista foram manifestados por homens de saber reconhecido, fora do Brasil. O ilustre Professor Reinold Hilton, da Universidade de Stanford e diretor do Departamento de Estudos latino americanos da mesma, declarou que tinha acentuado interesse pela cultura dos povos de língua portuguesa e achou que é a Bahia um local muito próprio para a atual reunião. A Universidade de Stanford tem antecedência no movimento de aproximação intelectual Brasil-Estados Unidos, pois dela foi mestre John Casper Branner, um precursor dessas relações culturais de que os atuais Colóquios são o desenvolvimento. Em homenagem ao grande amigo do Brasil, foi inaugurado no Instituto de Cultura Hispânica (Edifício próprio no âmbito da Universidade) a exposição dos trabalhos de Casper Branner, constando de manuscritos, gramática portuguesa, livros e mapas de geologia brasileira.

Ainda para corroborar o significado que o IV Colóquio ia adquirindo à medida que o seu programa se desdobrava, eis o que afirma o Chefe da Divisão Cultural do Ministério do Exterior Ministro Meira Pena: A ação da Universidade da Bahia e do seu Reitor, Professor Edgard Santos, está causando um impacto cultural fora do nosso país. Esta é a opinião que tenho ouvido de coloquistas estrangeiros. Quanto ao IV Colóquio, não podia ser mais oportuna esta iniciativa da Universidade da Bahia, de grande significação fora de nosso país.

Já o Colóquio prosseguia nos seus trabalhos diários, obedecendo às disposições regulamentares estabelecidas para suas sessões de estudo, quando interpelado sobre a sua marcha assim se manifestou o mestre de literatura portuguesa, Professor Hernani Cidade. — «O IV Colóquio está correndo por forma que bem podemos aplicar o adjetivo admirável. Estou persuadido que não se pode levar da Bahia imagem mais precisa da sua cultura, do que vendo a participação silenciosa de um numerosíssimo público que frequenta as sessões durante 3, 4 horas por dia». Eis aqui um parecer autorizado a respeito do interesse que o Colóquio despertou na cidade de Salvador.

Há outros depoimentos sobre esse interesse geral. Um cronista de periódico baiano escreveu que a Bahia está mudando, Está mudando mesmo reafirma. Essa gente chegando à Universidade em disputa de um lugar para assistir o Concerto de Haydn pela Orquestra da Universidade, duas horas ou mais antes da sua realização, é prova disso. É o povo sensível da Bahia, o povo que tem alma, que tem gosto. É também a Universidade descendo ao povo, convencida de que foi feita para êle, para o zelo de sua cultura. A continuar assim breve poderemos estar ombreados com as melhores cidades do mundo do ponto de vista cultural, no amor à arte, à beleza, e à perfeição. Assim falou um da terra baiana, testemunha de mudança que lá se vai realizando por obra da Universidade.

A sede das solenidades de abertura e encerramento, as sessões do doutoramento honorífico, os concertos, as mesas redondas, etc., tiveram lugar no edifício da Reitoria que é o antigo solar da família Aguiar, reformado com muito gosto e adaptado às suas novas funções. As sessões de estudo realizaram-se no edifício moderno da Escola de Odontologia com 10 andares, situado em uma rua próxima da Reitoria, pois a Cidade Universitária planejada, vai ocupar o bairro do Canela, que é um dos belos sítios de Salvador, sulcado por desníveis profundos entre as colinas que as obras de engenharia que ali se realizam vão ligar por meio de pontes. No mesmo bairro já estão em funcionamento o Hospital

das Clínicas, a Escola de Enfermagem, a Escola de Teatro, o Seminário de Música, a Escola de Farmácia, etc.

Quando este conjunto arquitetônico ficar pronto, a impressão dele será maravilhosa, pois a topografia acidentada, a luxuriante vegetação que do fundo dos vales sobe pelas vertentes e as árvores gigantescas que de baixo sobem até o nível das ruas formarão um cenário dos mais apropriados para uma vida de estudo e meditação.

A Escola de Odontologia foi o centro de toda atividade do IV Colóquio. Ali estava a Secretaria, os balcões de Informação, a Agência de viagens, Correio, etc.

O número de trabalhos apresentados a debate no IV Colóquio foi cerca de 235 comunicações, classificadas por 8 seções abrangendo o meio e o homem, a língua, a literatura, as belas artes, a sociedade, política e economia, a ordem jurídica, as ciências médicas, e os instrumentos de investigação e cultura. Estatisticamente eles assim se distribuíram: 35 comunicações sobre o meio e o homem; 31 sobre língua; 61 sobre literatura; 34 sobre belas artes; 35 sobre sociedade, política e economia; 9 sobre ordem jurídica; 23 sobre ciências médicas; 21 sobre instrumentos de investigação. A seção de Ciências médicas foi uma inovação do IV Colóquio.

As seções eram organizadas com três Presidentes que se revezam, um Secretário e diversos relatores. Este era o homem forte da sessão. Cabia-lhe examinar a tese expondo o conteúdo da mesma, manifestar o seu juízo crítico. Ao cabo do relatório tinha a palavra o autor, para aceitar ou contestar a crítica do relator, durante cinco minutos. Só depois disso é que o trabalho era submetido ao comentário do plenário. Os comentários tanto visavam ao autor como ao relator. Muitas vezes a discussão se fazia mais sobre este do que sobre aquele. O grande interesse estava neste debate. Houve alguns inflamados. Os jornais do dia noticiaram alguns deles. Ainda hoje a figura de Eça de Queiroz desperta azedume.

Não houve no IV Colóquio uma seção especial de História, se bem que o aspecto histórico seja inevitável em qualquer dissertação cultural. Contudo vamos dar uma relação de algumas comunicações que interessariam sobretudo aos historiadores:

Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino; (elementos para publicação de *Brasiliae Monumenta Cartográfica*) apresentado pelo Dr. Alberto Iria, Diretor do mesmo Arquivo.

Os mapas referem-se — 1) S. José do Rio Negro, 2) Pará, 3) Maranhão, 4) Piauí, 5) Ceará, 6) Mato Grosso, 7) Goiás,

8) Paraíba, 9) Pernambuco, 10) Alagoas, 11) Bahia, 12) Espírito Santo, 13) Rio de Janeiro, 14) Minas Gerais, 15) São Paulo, 16) Santa Catarina, 17) Rio Grande de São Pedro do Sul, 18) Nova Colônia do Sacramento e 19) Varia.

Este material se subdivide em cartas topográficas, hidrográficas e militares, reunidas em dois albuns contendo 150 reproduções fotográficas oferecidas à Biblioteca da Universidade da Bahia.

Outra grande contribuição de Alberto Iria para documentação historiográfica brasileira é o Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes exclusivamente ao Brasil e apresentado ao IV Colóquio. O cômputo total é de quatro centenas e meia de códices cujos títulos são: Quinhentistas, com três regimentos fundamentais referentes ao primeiro governo geral do Brasil — Tomé de Sousa. Seiscentistas, restritos ao Maranhão, mostrando a prioridade do estudo da fauna e flora do Brasil, feito pelos portugueses antes dos holandeses. Diversos códices dizem respeito a governo e finanças do Brasil; a instituições civis, militares e religiosas; outros a aspectos da vida política social e econômica. Ainda se contam códices referentes a compromissos de Irmandades religiosas como as dos homens prêtos, dos homens pardos, as dos carpinteiros, pedreiros, mareantes e pescadores; a do Corpo Santo e as das Misericórdias.

Também são dignos de nota os códices que tratam da fundação de duas povoações mineiras, Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe; os relativos às Companhias Gerais de Pernambuco, Paraíba, Grão Pará e Maranhão; o código respeitante ao ensino do Brasil; a cores de Uniformes e fardamentos de Regimentos militares brasileiros; códices com o nome dos moradores de Santos, Pindamonhangaba, Sorocaba e Mazagão; os relativos aos limites da América meridional; o da receita e despesa da fragata *Princesa do Brasil*; o manifesto do ouro, prata e dinheiro enviado do Pará para a Casa da Moeda de Lisboa; os da aula militar da Bahia, etc.

O interesse da comunicação de Alberto Iria continua a se fazer com a relação dos seguintes códices: Diário da viagem do General de Goiás Dom João Manuel de Meneses da Capital do Pará para a de Goiás no fim do século XVIII, dedicado a Dom Rodrigo dos Santos Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Memórias sobre as minas e nitradeiras naturais e artificiais da Capitania de Minas Gerais por José Vieira Couto. Das festas feitas na Capitania de Piauí pela chegada do Príncipe Regente Dom João, ao Brasil. Regimentos das Intendências e Casas de fundição de Goiás e dos Governadores desta Capitania. Correspondência do governo da Regência de Lisboa para a Corte do Rio de Janeiro e vice-versa.

Cartas régias e ofícios para o Governador e Vice-Rei do Estado da Índia e Macau, enviadas da Côrte do Rio de Janeiro. Cartas régias e ofícios para a Junta provisional do Govêrno e outras entidades da Província da Bahia depois da revolução de 1820.

Uma terceira contribuição levada ao IV Colóquio, e que muito interessa a historiografia brasileira é o Inventário da iconografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino (subsídio para o Dicionário Iconográfico do Brasil). O autor sistematiza da seguinte forma esta iconografia: Personagens. Descobridor do Brasil, Casa Real e Imperial, Governadores e Altos Personagens, Bispos e Missionários.

Fortificações e Feitos militares.

Obras e Edifícios Municipais; Rio de Janeiro.

Igrejas e Conventos; Rio de Janeiro e Bahia.

Usos, Costumes e Indústrias: Índios, habitações. Plantações de Café, Minas Gerais, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo.

Paisagens: Rio Negro, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Santa Catarina (Ilha).

Flora do Brasil.

Todo êste material forma um album contendo 52 ampliações fotográficas, foi oferecido à Biblioteca da Universidade da Bahia.

* * *

Comunicação que nos parece de interêsse foi a do Dr. José Joaquim Veríssimo Serrão — Os arquivos das cidades francesas do Sudoeste e o seu interêsse para a história luso-brasileira julgado pelo relator como sendo de grande utilidade para a história do Brasil e de Portugal. O autor que tem exercido as funções de leitor da Cadeira de Português na Universidade de Toulouse, acha que a «Biblioteca francesa de Carpentras no seu valiosíssimo fundo documental possui manuscritos valiosos para a história da Bahia de Todos os Santos».

* * *

Os primórdios Franciscanos no Brasil, periodo de 1500 a 1548, foi o assunto da comunicação de Frei Mansueto Köhnem.

* * *

Quem é o autor da «arte de furta»? foi a tese de P. Luís Gonzaga Mariz, estribada em documento obtido pelo Padre Francisco Rodrigues que em 1940, achando-se em Roma a examinar o Códice História e Ata Lusitana, 55, págs. 240-43 encontrou um documento que assim reza «Compôs o Padre Manuel da

Costa Lima «Arte de Furtar» que deu a El-Rei, e foi coisa célebre neste Reino percorrendo por todos os officios e tribunais». Segue-se o curriculum vitae do P. Manuel da Costa.

* * *

J.F. de Almeida Prado — dois documentos sobre Bahia: Estatutos da Sé da Bahia, ordenados pelo Arcebispo Metropolitano e Primaz do Brasil, Dom José Botelho de Matos em 1754; Relação panegírica das honras funerais do Fidelíssimo Rei João V, da autoria do Doutor em Cânones, João Borges de Barros, impressa em Lisboa, 1753. Diz o autor que estes documentos são fontes acerca dos aspectos culturais, de rendimentos em ouro que serviram à prodigalidade do monarca chamado Sardanapal do Ocidente. É também fonte da linhagem baiana ilustre que o autor já usou no seu livro *Tomás Euder*.

* * *

Virgínia Rau e Maria de Lourdes do Carmo Silva Neto são as autoras da comunicação «Os registros paroquiais e sua importância para o estudo da sociedade luso-brasileira no século XVIII». Elas ressaltam o papel valioso da demografia no campo dos estudos históricos. Os assentos paroquiais ao lado de seu significado para o estudo da genealogia prestam-se ainda para esclarecer o aspecto qualitativo, natureza e frequência das relações entre classes sociais, costumes religiosos e laicos, elementos estrangeiros na população, migrações, toponímia urbana, etc. Estando o Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa, iniciado há dois anos em plena atividade neste campo, acham as autoras que não se deve dispensar o prosseguimento natural luso-brasileiro, razão por que pedem colaboração dos investigadores brasileiros, e expõem o plano que usam nos seus estudos, baseado quanto ao método em Roger Mels, Michel Fleury e Louis Henry, por meio de fichas em cores, batismo, rosa; casamento, branco; óbito, verde.

* * *

A comunicação do Professor Henrique Cruz interessa aos historiadores — Apostilha ao Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, publicado em 1957 pelo Dr. A. Magalhães Bastos. São códices sobre diversos assuntos. Produtos de Exportação; Catálogo dos Padres Jesuítas existentes no Brasil de 1631 a 1679; Três códices de Atas das Juntas Gerais e Congregações da Ordem Beneditina reunidas na Casa Mãe de Tibães, 1752 a 1808. Certidão de documentos arquivados na coleção impressa em 1707, contendo breves pontifícios, leis régias

relativas à Companhia de Jesus no Brasil, e a liberdade das pessoas, bens e comércio dos índios.

* * *

Os párcos do Brasil Colonial, 1500 a 1822, por Monsenhor Eugênio Veiga. O autor define o seu trabalho não como exposição histórica, sim como exame das dificuldades, julgamento das medidas tentadas pelos bispos para constituição do direito paroquial no Brasil. A tese foi discutida na Seção — Ordem Jurídica.

* * *

Os arquivos e as Bibliotecas de Portugal e do Brasil pelo Dr. Luís Silveira, Inspetor dos Arquivos Portugueses. Uma frase do autor resume o trabalho: o filão documental luso-brasileiro deve considerar-se inesgotável. Há uma desproporção enorme entre materiais publicados ou aproveitados e os que se vão acumulando, por isto deve haver uma mudança no modo de proceder dos estudiosos. Só a criação de um serviço permanente pode assegurar à investigação científica os meios satisfatórios. O autor lançou as bases de um departamento de investigação e classificação de documentos luso-brasileiros, tendo em vista as seguintes finalidades: Recolher os elementos que à história cultural nos dois países possam importar e divulgá-los, responder às perguntas dos investigadores brasileiros que não possam fazer pesquisas diretamente em Portugal; acompanhar e esclarecer as que em Portugal possam trabalhar facilitando-lhes a tarefa de busca, referências, etc., assegurar o intercâmbio regular de publicações entre bibliotecas portuguesas e brasileiras; proceder a empréstimo de livros e microfilmes.

* * *

Portugueses em Mato Grosso por Virgílio Corrêa Filho, foi a comunicação do Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, relatada pelo Professor José Calazans, e comentada por Xavier Pedrosa e Antônio Dias.

* * *

O Professor H. Houvens Post, da Holanda, apresentou uma tese — «As relações marítimas entre holandeses e portugueses na Idade Média», recheada de informações interessantes para nós, sendo uma delas a que prova que cinqüenta anos antes de Maurício de Nassau se estabelecer em Pernambuco, já em 1582, se estabelecia no Brasil o primeiro negociante português para comerciar com pau-brasil e açúcar de cana.

Salvo êrro ou omissão foram êstes os trabalhos apresentados ao IV Colóquio com as características de estudos históricos. Debates desta natureza houve muitos.

* * *

A Comissão organizadora do IV Colóquio previu a necessidade de realizar duas mesas redondas, uma sôbre Problemas de estudo luso-brasileiro, outra sôbre Problemas africanos de interesse luso-brasileiro.

Com efeito, relativamente ao primeiro assunto, realizou-se sob a direção do Professor Edgard Santos a primeiro mesa redonda sôbre ensino dos assuntos luso-brasileiros nas Universidades estrangeiras. Participaram dêste simpósio os seguintes Professôres: Joseph Piel, Alemanha; Manuel Alvar, Eugênio Asêncio, Diego Catalán, Garcia Vinelas, Espanha; Guerra da Cal, Lewis Hanke, Ronald Hilton, Machado Rosa, Francis Rogers, Estados Unidos; Marcel Bataillon, Leon Bourdon, Raymond Cantel, S. Revak, Jean Roche, Jean Tricart, França; Houwens Post, Holanda. Charles Boxer, Inglaterra. Pascoal Jannini, Stegagno Picchio, Giuseppe Rossi, Itália; Lopes Almeida, Medeiros Gouveia, Martins Coimbra, Luis de Matos, Casais Monteiro, Azeredo Perdigão, Verissimo Serrão, Portugal; Eugênio Coseriu, Pedro Rona, Uruguai; Soares Amora, Guilhermino César, Celso Cunha, Thiers Martins Moreira e Nelson Rossi, Brasil.

Do debate havido foi marcada nova mesa redonda para estudar a organização do Boletim Biográfico Luso-Brasileiro. Havendo dificuldade entre as instituições brasileiras e portuguesas manifestada pela palavra dos seus diretores presentes, para organizar e publicar o referido Boletim, levantou-se entre os simposistas o Professor Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Caleuste Gulbekian para comunicar que em nome da Fundação podia assumir a responsabilidade da organização e publicação do Boletim Luso-Brasileiro. Seu gesto foi aplaudido vivamente.

Res non verba, ficou desde então escolhida uma Comissão para discutir a organização do referido Boletim e sua solução prática, ainda dentro do período do IV Colóquio. Além desta resolução, ficou também assente a reunião no Rio de Janeiro em 1960 de um simpósio para tratar da articulação das Universidades do Brasil entre si e de suas relações com as estrangeiras, a fim de melhorar o ensino da literatura portuguesa conforme plano da tese apresentada pelo Professor Soares Amora da Universidade de São Paulo.

A terceira mesa redonda tratou dos Problemas africanos de interesse luso-brasileiros. Êste assunto interessa diferentemente os dois países. Enquanto Portugal tem questões atuais nas terras

da África, os nossos problemas são apenas de interêsse cultural e de natureza folclórica, a não ser que queiramos ver desde já nos países africanos um concorrente para a nossa cultura cafeeira.

Os aspectos folclóricos surgiram no IV Colóquio com muita vivacidade, patenteando haver um grande círculo de estudiosos sobre problemas afro-brasileiros. O relator da tese — «Afoxé, auto ludico religioso» — Professor Révak, propôs que o estudo e ensino da língua *iorubá* fossem incluídos no currículo universitário. Sua proposta foi apoiada pelo Sr. Jorge Amado e outros. Foi dada ainda informação que o grupo do Professor Nelson Rossi, do Laboratório de Fonética da Faculdade de Filosofia e Letras, está empenhado em colher documentação sonora da língua ainda hoje falada nos círculos fechados dos descendentes das primeiras levas africanas que vieram para a Bahia. Uma terceira notícia pode ser dada sobre o assunto afro-brasileiro: O Professor George Agostinho Silva, de Lisboa, permanecerá na Bahia para estabelecer um centro de estudos afro-orientais, coerente com as idéias por ele sustentadas em sua tese sobre «Condições e Missão da Comunidade luso-brasileira», em que pede a integração dos povos não europeus na cultura universal.

Ao aproximar-se o Colóquio do seu termo ouviram-se críticas, como é natural. Teria havido dispersão por causa da grande massa de trabalhos apresentados. Estes não tendiam para uma convergência de assuntos, o que seria para desejar, mas tendiam para divergir bastante o que seria inconveniente. Neste sentido foram apresentadas moções corretivas no plenário para os próximos Colóquios, partidas das diversas Seções.

Examinemos alguns desses bosques.

Teria havido uma dupla corrente sub-jacente, de um lado os estudiosos estrangeiros de assuntos luso-brasileiros, que os tratavam sob a feição meramente científica, de outro os portugueses ultrapassando este limiar e buscando um significado sentimental e emocional para as questões. A expressão — comunidade luso-brasileira, — surgia a cada passo em qualquer momento, em todas as sessões, se bem que no sentido cultural e nunca atual e político. «Com o Colóquio, Portugal e Brasil trabalham para uma cultura comum» são as palavras do eminente Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Caetano Marcelo, pronunciadas em discurso e entrevista.

Todavia houve um cuidado recôndito para evitar qualquer intenção deste gênero, tanto por parte dos brasileiros, quanto dos portugueses. Mesmo entre estes não surgiu até a superfície qualquer remoço entre os que formaram a delegação do Governo e os outros que vieram fora desta, por se acharem aqui ou em

países estrangeiros. O respeito das convicções pessoais foi o maior possível. A prova disto é o que disse ao terminar o IV Colóquio homens como Hernani Cidade e Guerra da Cal, êste refugiado da guerra civil da Espanha, cidadão norte-americano e Professor da Universidade de Nova York. Disse Hernani Cidade que houve sem dúvida mais contato dos participantes do que de idéias, não obstante não se pode negar a excelência dêsse comum interêsse para os trabalhos debatidos. Falamos todos a mesma linguagem, dando aos vocábulos o mesmo sentido, o que constitui motivo mais que suficiente para que se mantenham os Colóquios. Guerra da Cal, depois de emitir considerações a respeito de Congresso e Colóquio, termina por dizer que a Universidade da Bahia esteve impregnada de universalidade por ter oferecido uma atmosfera tão livre, tão aberta, tão científica no mais alto sentido da palavra.

Relativamente à liberalidade da Comissão Organizadora do IV Colóquio, que não marcou matéria para os trabalhos, uma leve censura correu entre os colloquistas. O espírito dos Colóquios não deve ser alterado. Os colóquios não são hispano-americanos, são luso-brasileiros. Com êste caráter êles são restritos e não ilimitados. As comunicações apresentadas em grande número não se restringiam a estudos luso-brasileiros isto destoa do espírito inicial dessas reuniões. Devemos nos segurar às raízes dessa continuidade necessária ao campo histórico.

Outro colloquista ilustre que fêz algumas restrições ao IV Colóquio, foi o Professor Claude Frêche, que está entre nós em missão cultural. Lamentou que o Colóquio não fôsse rico em novidades, e muitos autores brasileiros e portugueses não foram trazidos a estudo, contudo não poupou elogios aos relatores que, no geral se destacaram pela compreensão, rigor crítico, espírito cartesiano de análise e humildade intelectual. Êste juízo de tão alta precedência vai proporcionar aos que exerceram o papel de relator uma grata recompensa. Inegavelmente houve pareceres magistrais.

Dentro do programa traçado para o IV Colóquio, a Universidade promoveu vários números culturais lançando mão dos seus elementos artísticos, docente e discente, nos campos da música, belas artes, dança, teatro, institutos internacionais de cultura e bibliografia.

A Escola de Música fêz várias demonstrações da capacidade do seu ensino. O Coral e a Orquestra da Universidade da Bahia que se fizeram ouvir na Missa solene com que o IV Colóquio se abriu foi uma excelente demonstração de quanto o aproveitamento dos alunos tem sido grande. A prova máxima desta educação artística foi o Concerto Sinfônico da Orquestra da Universidade

no Salão da Reitoria, com a colaboração da Soprano Sônia Bonn, do tenor Roberto Miranda, do baixo Newton Paiva, sob a batuta do Mestre Hoemberg. Foi executado o oratório «A Criação» de Haydn. O concerto teve magnífica performance. Número de música extra programa, porém muito atraente foi certa tarde, na reitoria, onde se exibiu tocando a sua flauta mágica o Professor Sprague Smith, da Universidade de Nova York, fundador do Instituto brasileiro da mesma Universidade. No mesmo programa também foi ouvido o poema de Guerra da Cal — Colóquio — expressamente feito para o IV Colóquio, musicado pelo Maestro Guarnieri, e cantado pela soprano Olga Maria Schroeder e câro da Universidade.

As belas artes tiveram forte representação no IV Colóquio. Várias exposições de pinturas foram montadas: Alunos da Escola de Belas Artes, no Belvedere da Sé, Artistas Modernos da Bahia no ICHUB (Instituto de Cultura Hispanica da Universidade da Bahia). Cícero Dias, Exposição retrospectiva no saguão do Teatro Castro Alves. Rescala no saguão do Palácio Rio Branco. Wiles, na Galeria Ralf. Santa Scaldaferrri na Biblioteca Pública.

Escultura, Mário Cravo na Escola de Teatro.

Arquitetura, Construção civil no Brasil e em Portugal. (Documentação fotográfica), DAPHAN e Museu de Évora.

De arte popular: A arte de um povo de Angola, na Faculdade de Odontologia, de arte popular, na Escola de Teatro, de arte aplicada baiana, no Instituto Feminino da Bahia, de arte sacra luso brasileira, no Museu de Arte Sacra, Convento de Santa Teresa.

Bibliografia — Exposição de publicações da Universidade da Bahia, (na Casa de França), em 11 séries. — Pre-história da Bahia, Ensaios, Cadernos de textos, Cursos e Estudos, Conferências e Monografias, Impressões de Viagem, Pesquisas e Monografias, Bibliografias, Economia Brasileira, Literatura, Revistas e Arquivos da Universidade.

Exposição de livros raros sobre a Bahia no ICHUB. A Universidade de Stanford e estudos luso-brasileiros no ICHUB. Exposição dos trabalhos do laboratório de fonética na Faculdade de Filosofia e Letras. Exposição de ex-libris brasileiros e portugueses no Gabinete Português de leitura. Exposição de livros didáticos pela livraria Progresso Editôra. Exposição dos livros traduzidos para linguas estrangeiras, do escritor Jorge Amado, na Biblioteca pública.

O ensino da arte dramática na Universidade da Bahia é uma inovação vencedora. Data a sua fundação de 1956, desde

então não mais interrompeu o seu currículo. A instalação em casa própria para o ensino e prática dos alunos, com tôdas as condições complementares da arte teatral, é um fator da prosperidade e do entusiasmo de mestres e alunos. O grupo — A Barca — formado na Escola de Teatro da Universidade, vai se impondo à admiração dos que lhes acompanham a marcha para o aperfeiçoamento. Para o IV Colóquio, a Escola de Teatro preparou três espetáculos: «Um bonde, chamado desejo» tradução brasileira da peça americana de Tennessee Williams; «Todo o mundo e ninguém» e «Farsa de Velho da Horta» de Gil Vicente; «Auto da Compadecida» de Ariano Suassuna. O desempenho dessa última peça levada na Bahia, agradou tanto que mereceu do grande humanista, Professor Bataillon, um alto elogio, pois no seu entender a «Barca» deveria se exibir em Paris, no «Teatro de Natifs», com o «Auto da Compadecida».

A Escola de Dança da Universidade da Bahia, cujas exibições já vão sendo aplaudidas com satisfação pelos freqüentadores da platéia baiana, deu um recital de danças contemporâneas e populares no Teatro Guarani. A Professora Yanka Rudzka é a Mestra da Equipe de bailados.

O Museu de Arte Sacra é a grande obra comemorativa do IV Colóquio da Bahia. Ele é uma conquista da Universidade. Esta fez um convênio com a Cúria Metropolitana mediante o qual o velho Convento dos Teresios, na Ladeira do Sodré, padrão arquitetônico do século XVII, foi convenientemente restaurado, a fim de servir ao culto e de museu de arte sacra. A restauração foi feita com primor sob a direção do Professor Vladimir Alves de Sousa e do Dr. Geraldo Raposo da Câmara. A beleza do edifício de linhas simples, a largueza dos pátios em torno do Convento, a vista espetacular do local a cavaleiro do mar, as velhas árvores sombrias do jardim, tudo faz do museu de arte sacra da Bahia um lugar privilegiado e digno da nossa admiração sem falar no tesouro artística que êle guarda.

Encarregou-se de dirigir os trabalhos da Exposição Retrospectiva o artista e decorador português Artur Jorge Gomes de Carvalho. Dom Clemente Maria da Silva Nigra é o Diretor do Museu, «the right Man in the right place». Ele escreveu uma introdução ao magnífico catálogo das peças artísticas. Elas têm várias procedências, do Brasil e de Portugal, do museu da Catedral da Bahia, de estabelecimentos públicos e particulares, religiosos e não religiosos. Espécies várias: Esculturas, Cerâmica, Pintura, Ouriversaria, Prataria e Alfaias.

Ainda dentro do programa estabelecido para os coloquistas, contaram-se cinco recepções, mais de três sessões de doutoramento honorífico, visitas aos templos barrocos e pontos históricos da

Cidade, visita a uma casa de candomblé, excursão à Refinaria de Mataripe, ponto alto da atualidade baiana.

Com o preenchimento de farto programa de estudos, festas, espetáculos, reuniões, passeios, escoaram-se rapidamente os dias marcados para o IV Colóquio.

Antes da sessão de encerramento, marcada para as 17,30 horas do dia 21 de agosto, houve a reunião plenária a fim de votar as moções formuladas pelas diversas seções, umas de ordem fixa, por exemplo, às relativas à orgânica e funcionamento de próximo Colóquio, com escolha do local e data para o mesmo, outras de ordem eventual, relativas à proposta nascida dos debates realizados nas seções.

Foi marcado para 1962, a realização do V Colóquio luso-brasileiro em território português não europeu, podendo ser Funchal ou Luanda.

Na grande sessão de encerramento falaram o Professor Edgard Santos, Presidente da Comissão Organizadora do IV Colóquio, fazendo uma comovida despedida, o Professor Guilhermino César em nome dos coloquistas brasileiros, salientando os bons resultados do conclave, o Professor Giuseppe Rossi, catedrático do Instituto Universitário Oriental de Nápoles, pela delegação estrangeira, confessando o encantamento que todos sentiram na convivência daqueles dias e da paisagem inesquecível da Bahia. Por fim falou o Embaixador Cablot, dos Estados Unidos, congratulando-se com a unidade de espírito manifesta entre brasileiros, portugueses e americanos, e relembrando o esforço dos que, pela primeira vez em 1950, tomaram a responsabilidade de promover o Colóquio luso-brasileiro de Washington mencionando os nomes dos Embaixadores Maurício Nabuco e Teotônio Pereira e dos Professores Luther Evans, Francis Rogers, Lewis Hanke.

Fora do Colóquio o interesse pela Cidade era avassalador. A Bahia é terra de turismo. Pode este não estar organizado como conviria, mas ele brota por toda a parte, das ruas e do povo.

Estranhar que a alma portuguesa diante de Salvador não se expanda em comoção profunda é coisa impossível.

A Bahia é uma cidade portuguesa com uma exuberância e encantamento que as nossas cidades não têm, exclama arrebatado o ilustre escritor João Gaspar Simões ao pisar o solo baiano, usando expressões deste teor: «Esta gostosa Bahia, que é uma maravilha para quem deixa a Europa cansada». Essa exclamação espalhafatosa foi respondida por outra mais discreta por ser feminina e repassada de poesia. É o que falou uma descendente em linha direta de Salvador Correia de Sá presente em Salvador

a participar do IV Colóquio. A ilustre senhora Helena Taborda, filha do Visconde de Asseca, ainda vivo, espôsa do jurista Dr. Vasco Taborda Ferreira, em entrevista a um jornal, expressou-se por esta forma: «Devo confessar que ao pisar as calçadas e as ladeiras desta cidade encantadora, em cada recanto encontro um pedaço de terra lusa. Sinto-me como em minha pátria, envolvida num clima em que se sente ainda a influência dos primeiros povoadores com que os elementos da terra se caldearam, dando-lhe uma atmosfera de afabilidade e doçura encantadora. Salvador é uma cidade de caráter e personalidade inconfundível. Respira-se uma atmosfera de mistério e encanto que faz evocar lendas e nos olhos de seus habitantes há uma doce e sonhadora tristeza».

A ilustre descendente de Salvador de Sá, comunica para gaudío dos estudiosos que os Arquivos da sua família guardam muitos documentos de grande interesse para a história econômica e política do Brasil. Outrossim informa que o seu marido, por consentimento de seu pai, vai promover a publicação destes documentos que são de importância para melhor conhecimento da vida e ação de Salvador Correia de Sá no Brasil.

Mas não só os coloquistas europeus tiveram expressões tão carinhosas para a terra mãe do Brasil. Os coloquistas brasileiros de outras províncias não disseram menos. Foi o que bem formulou o ilustre diretor do Museu Paulista, Professor Sérgio Buarque de Holanda com dizer que reconhece que a Bahia tem um grande significado para o historiador porque ela está prêsa ao passado.

Este «cachet» da Bahia é independente da sua situação atual, da sua evolução, qualquer que seja o sentido desta, conservantismo ou progresso. Ela é o que foi, terra do desembarque, dos descobridores, dos colonizadores, dos catequistas, dos primeiros arquitetos, Terra mater.

PORTUGUESES EM MATO GROSSO

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

PARECER

Virgílio Corrêa Filho, historiógrafo brasileiro especializado em história matogrossense, apresentou ao IV Colóquio uma comunicação intitulada «Portuguêses em Mato Grosso», que bem pode ser considerada uma síntese histórica do grande Estado central no século XVIII época predominantemente encarada pelo autor.

Se bem compreendemos o trabalho de Virgílio Corrêa Filho, procura SS. provar, através das 26 páginas dactilografadas de sua comunicação que os portugueses, colocados à frente dos destinos da Capitania realizaram, algumas vezes com sacrifício e sempre com obstinação uma verdadeira obra de integração do Mato Grosso no Estado do Brasil, cabendo-lhes, no século XVIII, aquele mesmo papel representado no litoral durante os séculos XVI e XVII pelos capitães e governadores que lutaram contra as pretensões francesas e holandesas. Há, evidentemente, na contribuição trazida pelo Sr. Virgílio Corrêa Filho, o sentido de exaltar a participação portuguesa na formação e desenvolvimento daquele trecho do território brasileiro, sem que por isso, deixe de ser feito um criterioso julgamento histórico dos fatos e das personagens. Parece-nos porém, que, num trabalho destinado a reunião do tipo que estamos realizando, fazia-se mister que o autor fundamentasse suas afirmações estribado em elementos bibliográficos, apontando as fontes de que se serviu, o que absolutamente não acontece. Êste reparo, todavia, não importa na negação do mérito da contribuição que julgamos deve ser aprovada e publicada nos Anais do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

Salvador, 19 de agosto de 1959. — José Calazans.

Bem que se encontrasse a oeste da faixa atribuída a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas o território que se dilata do Paraná

ao Guaporé, assinalou-se o nome do seu audaz devassador, considerado lusitano.

Antes que surgisse o primeiro ensaio de povoamento da região platina, Aleixo Garcia, acaudilhando meia dúzia de aventureiros e guaranis em profusão, que se lhe juntaram em caminho, partiu de Santa Catarina, no primeiro quartel do século XVI.

Transposto o Paraná e o planalto, na mesopotâmia que forma com o Paraguai, desceu pelo Miranda, então denominado Embotetei.

Prosseguindo a noroeste, marinhou pelas encostas andinas, onde se apossou de artefatos de ouro e prata, em quantidade que pudesse transportar.

Cuidando mais do carregamento precioso do que de providências acauteladoras, pereceu em fatal emboscada, quando, de regresso, já se julgava enriquecido com os haveres facilmente obtidos de serranos derrotados em rápidos combates.

Seria de todo inglório e inoperante o seu sacrifício, se a transferência, para o pantanal do Paraguai, de provas concretas das riquezas minerais andinas não despertasse a ambição dos que fôssem povoá-lo.

O exemplo do aventureiro, abrasando as imaginações, contribuiria, sem dúvida, para apontar o rumo dos sucessos futuros, aliás facilitados por outros fatores.

O volumoso coletor, em cujo vale não se descobriu minério algum argenteífero, tomou o nome de rio da Prata, por causa de um machado dêsse metal, exibido por nativo ribeirinho, que o teria adquirido de algum serrano, provavelmente em consequência da expedição de Aleixo.

Não obstante o empenho do governo espanhol em garantir a posse do estuário por meio de povoação, para cuja fundação enviou D. Pedro Mendoza, com aparatosa força expedicionária, nenhum êxito logrou na primeira tentativa.

A cidade de Buenos Aires, inaugurada em 1535, não medrou, por circunstâncias várias, entre as quais sobrelevou a concorrência do núcleo auxiliar, organizado à margem do Paraguai, onde os guaranis mantinham a sua capital.

Foram acolhidos amistosamente em Lambaré, opostamente ao que sucedeu na outra, em meio da planura, a jusante, em que aplicaram os querandis a tática das boleadeiras, a que não resistiam os cavalarianos.

Assunção prosperou, sem esquecer a rota devassada por Garcia.

Daí partiriam auxílios destinados à reedificação do abandonado núcleo portenho, antes de findar o século.

Mais intensamente, porém, repetiram-se as expedições rio acima, até o pôrto donde marchavam por terra, em busca das paragens lendárias.

Internavam-se, os desbravadores, nas imediações do paralelo 19°, para oeste, sem prosseguir pela via fluvial, que os levaria aos cascalhos auríferos do Cuiabá e Coxipó.

E quando, desiludidos de encontrar as cobiçadas minas, decidiram expandir o povoamento pelas paragens permitidas convencionalmente, apenas conseguiram fundar, à beira do Embotetei, a infortunada Ciudad de Santiago de Jerez, que deveria servir de cabeça da província de Nova Viscaia.

Jamais desempenharia, entretanto, a sua função de vanguarda do povoamento castelhano.

Faltavam-lhe condições propícias ao florescimento. Quando os bandeirantes, na arrancada para oeste, depois do despovoamento de Guaira, assaltaram-lhe as reduções circunjacentes, agremiadas sob o nome de Itatines, aproximadamente entre os paralelos de 19° e 22°, já esmorecia em penosa decadência.

«Las enfermedades endemicas dizemaron de tal modo los habitantes, registou Angelis, que quando en 1633 representaron os Mamelucos para atacarlos, tuvieron que abandonar con precipitacion y para siempre sus hogares».

Outras investidas, como a de Antonio Raposo Tavares, que varou a mesopotamia, depois de erner a província de Guaira, e alcançou escarpas andinas, donde regressou pelo Amazonas, de Francisco Pedroso Xavier, cuja ousadia se avizinhou de Vila Rica do Espírito Santo, para onde se tinham mudado os habitantes de localidade homônima, a leste do Paraná, contribuíram para atalhar a expansão da onda povoadora procedente de Assunção.

Já os bandeirantes, que iam de Piratininga para oeste, à caça de índios para escravizar, na segunda metade do século XVII, não mais topavam com habitantes castelhanos.

Consideravam-se absolutos senhores das terras em que não se lhes deparava nenhum posseiro civilizado.

Certo, os seus acampamentos provisórios e roças constituiriam indícios de ocupação, que a descoberta do ouro cuiabano fixou definitivamente. A bandeira, que o revelou, comandada por Pascoal Moreira Cabral, apesar da permanência por largo prazo no vale do Embotetei, como vanguarda, não cogitava de mineração.

Era apenas preadora de silvícolas, como as que a precederam. Mas o metal cobiçado, de que não se utilizavam os nativos, começou a descerrar nova era, para o território imenso.

A fama que se propagou da sua opulência atraiu monções cada vez mais numerosas, que se arrojavam pela via fluvial Tietê-Pardo-Cuiabá e rios intermediários, por mais de quinhentas léguas, através de obstáculos de toda laia.

Naufrágios nas cachoeiras, cobras venenosas, carência de alimentos, que se deterioravam em caminho, assaltos dos aborígenes, nada impediu que se desenvolvesse a vila de S. Bom Jesus de Cuiabá.

Para inaugurá-la, a 1 de janeiro de 1727, o próprio Governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, em cuja ampla jurisdição se incluíam as minas afamadas, empreendeu a longa jornada, em monção, que contava mais de 3.000 pessoas.

Era a primeira personificação de autoridade reinol, que seguiu o roteiro dos bandeirantes, para lhes aplicar as ventosas do fisco e provar que a sua prepotência não conhecia restrições.

Por bem dos moradores, a sua permanência na vila recém-criada não perdurou além de junho de 28, quando se retirou, pelo mesmo caminho, depois de lhe ter causado sofrimentos sem conta e extorsões impiedosas.

Embora o primeiro contato com delegado d'El-Rei não despertasse benévolos sentimentos de simpatia, mais tarde se atenuariam as queixas, quando a Metrópole se decidisse a tratar o território como unidade relevante em seu império-colonial.

O PRIMEIRO CAPITÃO-GENERAL

Mercê dos esforços desenvolvidos por Alexandre de Gusmão, surgiu a Capitania extremenha, com os propósitos de ser «tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil», consoante sugeriu parecer do Conselho Ultramarino.

Em verdade, já cuidava seriamente o governo de Portugal de abarcar as conquistas bandeirantes em seus vastos domínios.

E então requintou na escolha dos seus capitães-generais, a começar do primeiro, incumbido da organização político-administrativa do governo de «Mato Grosso e Cuiabá».

Não completara ainda D. Antônio Rolim de Moura o seu 40.º aniversário, pois nascera a 12 de março de 1709, quando se viu impellido a conhecer o Brasil.

Descendia, pelo pai, Nuno de Mendonça, dos Condes de Val de Reis, ao passo que se aparentava, pelo outro ramo, com o 1.º Marquês de Angeja, D. Pedro Antônio de Moura, seu avô materno.

Todos os 15 filhos do casal usaram o apelido de Mendonça, menos D. Antônio, a quem, aliás, o primo D. João Rolim de

Moura da Silveira, XVII Senhor de Azambuja, legou os seus privilégios.

Servia no segundo batalhão do regimento de infantaria da guarnição de Lisboa, cujo comandante, o Conde de Coculim, se ufanava da sua tropa afidalgada.

Dos seus afazeres militares, foi retirá-lo a nomeação de «Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso», conforme resa a patente respectiva, passada a 25 de setembro de 1748 e registada a 5 de novembro, na Secretaria do Conselho Ultramarino.

Cumpridas as indispensáveis formalidades, habilitou-se a emprender a travessia do Atlântico e a saltar em porto brasileiro.

Achava-se em S. Paulo, cuidando de aprestos de viagem, quando atendeu a convite de Gomes Freire, para conferenciarem em Parati.

Desta maneira, conheceu as ásperas condições de trânsito em veredas freqüentadas pelos sertanejos, a que se referiu, em certo trecho, nas imediações de Jacareí: «eu não iria a pé por elas sem cair uma quantidade de vêzes».

A última, entretanto, ao descambar para o litoral, «na opinião comum é a pior que se conhece», assinalou em carta narrativa da longa peregrinação iniciada a 5 de agosto.

Decorrido o primeiro mês, sulcou águas do Paraná, e, sem maior demora, o rio Pardo, com as suas 54 cachoeiras.

Diferentemente do Tietê, onde o rio se flanqueia de verdejante cortina, tecida pela floresta espessa, o Pardo serpenteia em campo limpo, que permitiu ao forasteiro distrair-se em caçadas a perdizes, «bastantemente saborosas, ainda que não chegam às nossas no gosto», conforme apreciou, a veados, «de carne mais tenra e gostosa que a dos nossos», de emas e cervos.

Ao alcançar a fazenda de Camapuã, no dorso do divisor de águas, calculou-lhe a latitude, de «19 graus e meio», pelas suas observações, comparáveis com as do astrônomo Lacerda e Almeida, (19°-35'-14"), que por volta de 1788 conheceu a localidade, quando se retirava para São Paulo.

Enquanto examinava as peculiaridades locais, os seus condutícios providenciaram o transporte das cargas e canoas do porto de Sanguessuga para o de Camapuã, da bacia do Taquari, em carros puxados por três e quatro juntas de bois.

Em vez de seguir pelos canais conhecidos de rios, os pantanais alagados permitiam o encurtamento do percurso, para quem lhes compreendesse os segredos das baías e corixos.

Havia o perigo, porém, das guinadas, cujas molestas consequências experimentou, ao avizinhar-se de S. Antônio.

Certa vez, não lhe foi possível aproximar-se da terra, nem sair do aguapé envolvente e «ali dormimos aquela noite mal ceados, porque não havia aonde se poder acender o lume, nem lenha para elle». «No dia seguinte, em que o almoço se pareceu com a ceia antecedente, passei duas baías mais», e, a 12 de janeiro, saltava no pôrto de Cuiabá, ao som de salvas de artilharia e descargas da mosquetaria dos dragões.

Sentia-se transfigurado.

Santos ainda conheceu o lisboeta recém chegado.

Mas, ali, no Pôrto Geral distante meia légua do centro da vila bandeirante, para onde seguiria a cavalo, acompanhado por individualidades de escol, também montadas, quem se esforçava por bem entender os moradores era já um sertanista, que aprendera a viver nos meses derradeiros mais do que lhe sucedera em tôda a fase anterior, afeiçoada ao conforto citadino.

MISSÃO GLORIOSA

Não fôra, todavia, simplesmente para se transformar que elle deixara o seu pôsto de capitão em Lisboa, e se dispusera a enfrentar todos os obstáculos da vida penosa nos sertões bravios.

As aspirações enquadravam-se-lhe em plano superior, embebidas de sadio patriotismo.

Aceitara a missão de constituir legalmente o govêrno da Capitania criada a 9 de maio de 1748, de acôrdo com as «Instruções», que lhe recomendavam.

«Suposto entre os distritos de que se compõe aquella Capitania Geral, seja o de Cuiabá o que se ache mais povoado, contudo atendendo a que em Mato Grosso (Guaporê) se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que têm, houve por bem (S.M.) determinar que a cabeça do govêrno se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso no qual fareis a vossa mais costumada residência».

Seria muito mais fácil estabelecer a sede em Cuiabá, que se desenvolvera como vila durante um quartel de século, e se achava mais próxima de São Paulo, do que em algum dos arraiais da Chapada de S. Francisco Xavier, entre o Sararé e o Galera, que não ofereciam análogas vantagens.

As razões políticas, porém, sobrepujaram quaisquer argumentos e assim, Rolim de Moura, apenas tomou posse a 17 de janeiro, começou a pôr em prática as providências necessárias ao aparelhamento administrativo de que havia mister.

Demorou-se na vila pioneira, pelos meses seguintes, até 3 de novembro, quando prosseguiu viagem.

Provou água do Paraguai, a 19, e, volvida uma semana, alcançou Cachoeira Grande, no Jauru.

Após breve parada, necessária aos cargueiros, que lhe conduziam a bagagem, retomou a marcha, para atingir a travessia de Guaporé, a 7 de dezembro.

Pela estrada, que os viajantes costumavam trilhar, despachou a comitiva, e com o secretário, o ajudante de ordens e o padre Agostinho, rodou em precária canoinha. Sombreado pela mata espessa, estreito, correntoso e atravancado de troncos e galhos de árvores, o rio, para jusante, fôra sulcado pelo juiz de fora Teotônio Gusmão, que lhe chefiara a vanguarda.

Escapando ao naufrágio, mais de uma vez, maravilhou-se, pela manhã de 14, ao alongar a vista pela clareira marginal à direita. Alegrou-se com a paisagem ensolarada, tão diferente do trecho escuro que varara, de acanhados horizontes e com o local que lhe indicou o magistrado, para a implantação da futura vila, consoante ordenara Provisão Real de 5 de agosto de 1746.

ESCOLHA DEFINITIVA

Antes que fixasse as suas preferências, decidiu, entretanto, examinar pessoalmente os povoados mais próximos das minas.

Visitou-os um por um, com olhar atento de quem lhes queria conhecer as peculiaridades, em que sobressaíam os defeitos.

Em São Francisco Xavier, arraial desde 1736, o «clima é o mais destemperado que tenho visto».

«No pouco tempo que lá estive, cheguei a experimentar em alguns dias calma e frio, sol, chuva, vento e névoa».

O de Santana, igualmente, insalubre, não oferecia vantagem alguma.

Para caracterizar a alta cotação dos artigos importados assinalou: «um pão de 7 onças (cêrca de 202 gr.) vale quatro vintens de ouro (80 réis), um alqueire de sal doze oitavas (43,20 gr.) e as mais cousas à proporção».

A carestia reinante, suportada apenas pela esperança de lavras de ouro rendosas, não incrementava o povoamento da região, em que apenas contou 60 moradores brancos, outro tanto de mulatos e cêrca de 1.175 escravos.

Preocupado com o problema demográfico, aventou, em carta de 27 de junho de 1751, a Diogo de Mendonça Côrte Real: «pelo que me parece que o meio mais eficaz, mais propício das circuns-tâncias presentes é... usar V.M. com êle (Mato Grosso) o que usou com o Rio Grande e Santa Catarina», para onde foram encaminhadas levas numerosas de açorianos.

E esclarecia: «a navegação do rio da Madeira dá facilidade à condução dos casais de Ilhéus», . . . para «utilização de boas terras de cultivo».

Mais de uma vez tornaria ao assunto, quanto lhe permitissem as diligências, mais prementes, de fundação da Vila e defesa da Capitania.

Na fôrça das chuvaradas, a 14 de janeiro, desceu à beira do Guaporé, decidido a erigir a vila raiana.

Traçou-lhe, retilíneas, as ruas, a partir da Praça, de 408 palmos em quadrado, e «os seus quatro lados quase estão aos quatro rumos principais, pelo que assinalei o que corresponde ao Oriente para a Matriz, e do Poente para as Casas da Câmara».

«O do Norte para as casas de residência e o do Sul para os quartéis».

«De cada ângulo da praça saem duas ruas em cruz e fazendo ângulo reto uma com a outra, pelo que vem a ser oito, a que deu 60 palmos de largura, mas destas só uma está marcada e começada a povoar, a qual vem leste-oeste em direitura do pôrto que fica ao poente da dita Praça e nela mando deixar um grande largo ou praça irregular, o que não pode ser menos, pois o barranco do rio forma um lado dela».

E continuou a descrição da que tomaria o título de «Vila Bela da Santíssima Trindade», conforme registou a ata de fundação, a 19 de março de 1752.

O governador, que recordaria, mais tarde, «quando vim para esta Capitania tive a curiosidade de Santos para diante de vir sempre com o agulhão na mão, observando os rumos, e conjecturando por fantasia as marchas, assim de terra como dos rios», teve oportunidade de aplicar os seus conhecimentos de topógrafo amador no traçado e orientação dos logradouros, como se fôra urbanista.

Mais, porém, do que os trabalhos administrativos que promoveu, avantajou-se o exemplo que deu, de firmeza de procedimento.

Depois da solene inauguração do pelourinho, símbolo da entidade nascente, em meio da campina desabitada, consentiu que regressassem às suas casas e roças distantes os chapadenses que o quisessem, inclusive os camaristas empossados.

«Porém eu não quis apartar-me do sítio, tanto por ver até o fim das águas onde elas subiam, como me persuadir ser êste o meio mais próprio de puxar gente para a Vila e de a desenganar de todo, pois o não estavam; parecendo ainda a muitos não haver de persistir aqui pela vontade com que cada qual estava de que ela se fundasse perto do seu sítio e ao seu cômodo particular».

Acorde com a decisão tomada, abrigou-se em rancho, coberto de palmas, «que nem bem resguardava a chuva, nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens».

Pelo piso de barro batido ressumava a molesta umidade, que o fidalgo suportou, esperançado, todavia, de melhores condições, quando fôsem construídas as casas previstas.

Notava, porém, a carência de recursos para tais empreendimentos. Pessoalmente, via crescer a sua dívida, à vista do alto preço das utilidades, superiores aos seus rendimentos.

Aliás «são poucos os que se não acham devendo arrobas e arrobas de ouro», em consequência do empobrecimento das lavras.

No começo, «mineiro houve, que tirou em um dia três mil oitavas com muitos sucessivos a 200 e a 300 cada dia».

Escavadas essas manchas fartas de ouro, as colheitas declinaram a uma oitava por dia (3,600 gr.) e afinal, as duas por semana.

Mas a miragem do ouro ainda seduzia os interessados, que se descuidavam da lavoura e da pecuária.

Mantinhm-se arraigados a lavras, onde as friagens excessivas obrigavam a fechar as portas e janelas.

Mais de um escravo pereceu no campo, enregelado, quando não alcançava o seu abrigo habitual.

Paredes a dentro, porém, não se livraram de «sezões, febres catarrais, pleurizes», a que muitos sucumbiam.

Ao mencionar tais aspectos da insalubridade da Chapada, Rolim não silenciou a respeito do que succedeu à beira do Guaporé. Pela vasante, adoeceram todos os auxiliares de sua comitiva.

«Contudo, estou persuadido ser êste sítio mais sadio ou ao menos não tão doentio como o resto de Mato Grosso, porque as doenças me não fazem admiração havendo feito uma jornada, tão trabalhosa, como de Cuiabá aqui, bebendo águas de charco, e de cacimbas, e outras muitas ainda que de córregos salobros de mau cheiro e sabor, fazendo sempre as marchas pelo rigo do sol...»

Convicto de que não haveria solução melhor, contrariou a sugestão de Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que insinuaria, em carta de 7 de março de 1752, a mudança para Santa Rosa.

E perseverou, com progressivo entusiasmo, na edificação da sede, hostilizado pelos moradores de S. Francisco Xavier, que se julgavam prejudicados com as preferências do Governador e até por individualidades de Lisboa.

Não titubeou em «fazer casas à minha custa para morar, que importaram em mais de 4.000 cruzados, e ainda que parecia de

razão que eu levasse aluguéis delas, não o fiz nem farei, só porque não se presume que êsse foi o fim de eu fazer as ditas casas».

Mercê da sua presença, que estimulava os obreiros, cobriu-se de telha a primeira casa, para onde se mudou, em 1753.

A seu pedido, o Bispo do Rio de Janiero, Dom frei Antônio de Desterro, transferiu a freguesia de S. Francisco Xavier para a capela de Santo Antônio, que «serve de Matriz», onde, em 1754, se realizou a primeira «solenidade da Semana Santa».

Meses depois, a 21 de novembro, outra festividade religiosa acompanhou-se de exercícios militares.

«Foi a primeira vez que se puseram em público nesta vila as três companhias que se erigiram; de milícias, e dos brancos, e dos pardos e dos pretos». Era o começo da organização militar de que haveria mister ao diante, para defender eficientemente a sua Capitania.

Enquanto a vila medrava, superando os obstáculos que lhe refreavam o ritmo de crescimento, empenhava-se o Capitão-General em atender a outros problemas, que lhe solicitavam a atenção.

Apesar de impugnar a demarcação do Tratado de 1750, por lhe parecer lesivo a Mato Grosso, ao preceituar no Art. VII — «desde a boca do Jauru, pela parte ocidental até a margem austral do rio Guaporê, defronte da baía do rio Sararé», atendeu à solicitação de Gomes Freire, para auxiliar a Terceira Partida, que partiu de Martim Garcia, em maio de 1753, águas arriba.

Pela manhã de 13 de dezembro, os demarcadores avistaram as canoas de Cuiabá, que por mais de uma semana os esperaram na boca do Paraguai-mirim, com víveres enviados pelo Capitão-General.

Graças aos socorros então recebidos, em mantimento e pessoal adestrado em rotear aquela via fluvial, alcançaram os expedicionários o pontal em que chantaram o marco do Jauru e regressaram.

Em rumo oposto, fazia-se mister maior vigilância, facilitada pela carta régia de 14 de novembro de 1752, que permitiu a navegação, vedada antes, para Belém, via Madeira.

Assim que lhe foi possível, rodou o Capitão-General pelo Guaporê, até S. Rosa Velha, a 15 ou 20 dias de viagem, a jusante de Vila Bela, e três a montante da barra do Mamoré.

Os castelhanos assustaram-se.

Tinham, mal a seu grado, abandonado a missão jusuítica, montada à margem direita do rio, por força do Tratado de Madrid, que o adotou como limite entre as duas soberanias.

Entretanto, não queriam que os portugueses a ocupassem.

Por bem se precatar, Rolim de Moura, que tinha ali estabelecido pequena «Guarda, sem modificar o nome primitivo, para evitar reclamações, sentiu-se desembaraçado de compromissos, após a anulação ajustada a 12 de fevereiro de 1761.

Apressou-se o Governador de S. Cruz de la Sierra em dar-lhe ciência da nova decisão convencionada pelos dois governos peninsulares, e em consequência, a comissão especial, incumbida de transmiti-la, instou pela imediata evacuação do pôsto raiano.

Impugnando-lhe o pedido, pois que os limites determinados em 1750 resultaram da doutrina do *uti possidetis*, e não havia, portanto, motivo para nenhuma devolução, o Capitão-General resolveu demonstrar os seus propósitos de permanência.

Transformou a «Guarda de Santa Rosa» em forte de N.S. da Conceição, protegido por estacada, cuja defesa também se apoiaria em ágil flotilha, dotada de «pecinhas de artilharia», para manobrar no Guaporé.

Requisitou as armas existentes em Cuiabá, e como ainda seriam insuficientes, mandou «encaibrar em hastes compridas foices roçadeiras e várias choupas de ferro». Por fim, criou o corpo de «Aventureiros», para se utilizar da forte raça, que se caldeara ao sol dos trópicos.

Constituído de sertanistas, habituados a «fazer entradas ao sertão e buscar gentio», cabia-lhe o policiamento do rio e participar das lutas oportunamente.

Para apressar o andamento das obras, como procedia em Vila Bela, Rolim de Moura deixou, a 25 de agosto, a sua casa, já melhorada, e, águas abaixo, saltou, a 13 de setembro de 1762, no pôrto de N.S. da Conceição.

Pela sua maneira de tratá-los, fidalga e dadivosa, atraiu os índios de S. Rosa Nova, agremiados em aldeia à margem esquerda do Guaporé.

Agregam-se aos baluartes em formação, regressando assim ao lugar em que muitos residiram anteriormente.

Como acompanhasse, por informações fidedignas, os preparativos dos vizinhos, solicitou reforço do Pará, de Vila Bela, de Cuiabá.

E pôs-se em guarda para qualquer eventualidade.

Não lhe causou nenhuma surpresa o aparecimento de forças suspeitas na barra do Itonamas, a montante do forte, aproximadamente a três horas de viagem.

De viagem, aprisionara uma escolta, que logrou safar-se, em caminho para a missão de Madalena.

Estranhou-lhes a aparência belicosa da marcha e soube, então, que se declarara guerra entre Portugal e Espanha.

Comparou os efeitos, antes que se deliberasse a qualquer ação. Dispunha de 260 homens para enfrentar os três corpos, de S. Cruz, do Peru, de Buenos Aires, que seguramente contavam 1.200 combatentes, chefiados por oficiais de reputação.

A 17 de abril de 1763, sulcaram o Guaporé, com 40 canoas, de cujos movimentos os «aventureiros» davam notícia de continuo.

O Governador esperou o ataque baldadamente, e no outro dia saiu, em sete canoas de guerra, a tentar desafio, que evitaram.

Compreendeu que pretendiam fazê-lo render-se pela fome, cortando-lhe a comunicação fluvial com Vila Bela.

Decidiu, então, evidenciar-lhes, de modo convincente, a inaniidade absoluta de semelhante plano.

Escolhido pelotão, de cerca de 20 lutadores, comandados pelo Tenente de dragões Francisco Tejo, rompe o cêrco, à noite de 5 de maio, e remonta o Baurés, até a missão de S. Miguel, onde aprisionou os Padres João Reis e Francisco Espino, que a governavam, e mais de 600 índios.

Para tal gente, o bloqueio planejado apresentava-se inteiramente inócuo. Na realidade, continuou a comunicar-se com Vila Bela, que lhe mandou viveres e reforço de pessoal, em que se incluiu o contingente de Cuiabá.

Contando já 500 homens, resolveu o Capitão-General tomar a iniciativa da luta, em assalto à paliçada, com que se protegera o inimigo.

Dividiu as suas forças em três colunas, uma fluvial, a jusante, sob seu direto comando. Outra, a montante, confiada ao Tenente Tejo, enquanto a terceira, de cem homens escolhidos, dirigidos pelo ajudante de ordens, centralizaria a acometida.

Afoitos em demasia, os assaltantes transgrediram as prudentes recomendações do militar, que também era o governador, e foram, de peito aberto, expor-se perigosamente às armas contrárias.

Não obstante, escalaram a primeira paliçada, mas foram vigorosamente contidos na investida à outra, interna.

Depois de hora e meia de fogo, quando o inimigo já se dispunha à rendição, retiraram-se com perda de 21 mortos e alguns feridos, sem pressentir que já lhes entressorria a fortuna, acenando-lhes com a vitória.

Para contrabalançar semelhante dano, Rolim enumerou vantagens não pequenas.

O arrasamento da aldeia de S. Miguel e o assalto à trincheira de Itonamas, onde pereceu o Padre Francisco Xavier — o instigador dos seus comandados à luta-infundiram ao inimigo tamanho pavor, que, após a refrega, chistosamente assinalou o Capitão-General, «na missão de S. Pedro se não atrevia o Superior a ir se lavar no rio, sem levar consigo uma grande quantidade de índios armados».

O Tratado de Paz, conhecido a 10 de agosto, desarmou os contendores, que retomaram as suas ocupações habituais.

Transferido para a Bahia, retirou-se Rolim de Moura de Vila Bela a 15 de fevereiro de 1765, com o pôsto de marechal-de-campo e o título de Conde de Azambuja, em reconhecimento da impressionante defesa que realizou na fronteira guaporeana.

Caber-lhe-ia, ainda, a promoção a Vice-Rei do Brasil, enquanto o seu substituto em Mato Grosso continha a segunda acometida.

J. P. DA CAMARA

A 1 de janeiro de 65 entrou em exercício do govêrno o Tenente-Coronel João Pedro da Câmara, sobrinho de Rolim, cujo exemplo seguiria a primor.

Para se precatar convenientemente, procurou conhecer as condições reais do inimigo potencial. Soube, por seguras informações, que o seu pôsto central de comando se encontrava em S. Pedro, onde o Presidente da Real Audiência dirigia as operações do arsenal, que atendia às requisições das missões próximas.

E, mais, que as quatro de Baurés mantinham guarnição de cem homens em cada uma, as duas de Itonamas, outrotanto, e maior número em Exaltação.

Por essa época, chega-lhe às mãos acauteladora carta de Mendonça Furtado, que lhe recomenda vigilância na fronteira, pois que pela Europa os sucessos não corriam a contento.

Não lhe seria necessário o aviso, pois que sentia de perto atividades suspeitas dos vizinhos, que estabeleceram no vale guaporeano o regime da paz armada.

Tratou de guarnecer pontos vulneráveis, em Barbados e Sítio das Pedras, antes de estanciar no forte de N.S. da Conceição, onde embicou a 15 de junho.

Contava apenas seis canoas, «com duas pecinhas em cada e quatro bacamartes e um bote com 30 soldados e duas peças, à proa e na pôpa.

Com o esforço enviado do Pará, aumentou a guarnição de 100 soldados, dobrando-lhe o efetivo.

Ativava o andamento das obras da fortificação cobiçada pelos castelhanos, quando os vê aproximarem-se em marcha de parada, de vistoso uniforme.

Calculou, por alto, o efetivo em quatro mil homens, mas realmente orçava pela metade, em que se incluía um batalhão organizado em Potosi, às ordens de Aymenrich, outro de Chuquisaca, sob o comando de Espinosa, e a companhia de granadeiros dirigidos por Pascoal, que Ceballos enviara, juntamente com outros oficiais e marinheiros peritos no manejo da artilharia.

Acamparam em frente a N.S. da Conceição, donde o comandante despachou destacamento de granadeiros e fuzileiros para guarnecer S. Rosa Nova, duas léguas a jusante da fortaleza, à margem ocidental.

Enfrentaram-se pacificamente, por vários dias, os dois governantes.

O Capitão-General de Mato Grosso, atarefado na construção em andamento, continuava como em sua casa.

O «General-Presidente da Real Audiência de Chuquisaca», cercado de luzido exército e oficiais escolhidos, ainda pisava solo sob sua jurisdição, apenas como expedicionário, que não pretendia edificar nenhum reduto naquela faixa alagadiça.

A desproporção imensa de forças compensava-se pela melhor adaptação dos defensores e mais exato conhecimento do meio.

Apesar de contar com efetivo dez vezes inferior, Câmara «tinha grande esperança de ficar senhor da artilharia», como assinalou em carta descritiva de sucessos recentes, ao criticar a má escolha do lugar em que foi erguida a trincheira inimiga.

Não lhe contrariou a previsão o depoimento de Pestana, General castelhano.

Ao defender-se do malôgro, recordou que partira de S. Pedro a 15 de setembro, para acampar no «Curral Alto», distante uma légua do forte, enquanto o engenheiro D. A. Aymenrich ocupava S. Rosa Nova.

Sem demora compreendeu que não lhe seria fácil a tarefa, pois que o reduto português estava em condições militares superiores às que imaginara. Poderia resistir a 15 dias de assédio, e por isso, dispondo apenas de 18 artilheiros e 484 balas, temeu «sua derrota e último extermínio com a perda da artilharia, que era, conseqüente, tudo com deshonra das invictas Armas de S. Majestade».

Seu depoimento confirma os vaticínios de Câmara, cuja tropa, embora submetida aos mesmos agentes morbígenos, não sofreu baixas comparáveis às dos serranos, que registaram mais de 500 mortos, além de 650 doentes recolhidos às enfermarias.

Todavia chegou de marcar o assalto, que principiaria no dia 20 de outubro, se no dia anterior não tivesse recebido aviso de Ceballos, para evitar o rompimento de hostilidades.

Imediatamente, reuniu o conselho de guerra, que opinou pelo abandono dos planos belicosos.

A officialidade bem compreendeu que só a retirada evitaria a derrota desmoralizante.

A aparência intimidativa da expedição ia aos poucos se esbatendo, à medida que rareavam as fileiras.

A sugestão do Vice-Rei do Rio da Prata chegara em momento oportuno, para justificar a solução que se impunha.

Decidiram «por comum e unânime consentimento» que não se rompesse o fogo e se suspendesse o ataque da estacada de S. Rosa Velha.

E assim terminou em paz o abortício projeto, que Pestana ideou, para expulsar do forte de N.S. da Conceição a guarnição luso-brasileira, cujo comando o próprio Capitão-General, João Pedro da Câmara, assumiu à hora do perigo, como fizera anteriormente seu tio e modelo D. Antônio Rolim de Moura.

Diferentemente dos dois primeiros capitães-generais de Mato Grosso, que enterreiraram, com êxito, os castelhanos no vale do Guaporé, o terceiro, Luís Pinto de Sousa Coutinho, não houve mister de empunhar armas.

Ao contrário, de Belém, levou «um corpo de tropas», com o qual deveria socorrer as de S.M. Católica, nas províncias de Moxos e Chiquitos, no caso de resistência dos referidos jesuítas», cuja expulsão fôra decretada.

Embora não fôsse necessário o auxílio, a simples possibilidade de sua ocorrência era indicio de pacificação da zona fronteiriça, que permitiu ao Capitão-General cuidar de outros problemas administrativos.

Entre os demais, atentou de preferência no das divisas internas.

Atuou feito Capitão-General, que a imensidão de Mato Grosso aterrava, toldando-lhe o claro espírito, que mais tarde se manifestaria nas Côrtes européas.

Por seu gosto, entregaria a região ocidental do Paraná, do rio Pardo e Miranda, para o sul, a São Paulo, e daí para o Norte, a Goiás, cujo território se dilataria a oeste do Araguaia.

Não titubeou em firmar o «Térmo de Acessão», por meio do qual ofereceu à capitania vizinha a ampliação dos seus domínios até o rio das Mortes.

Por coincidência, o famoso documento trás a data significativa de Primeiro de Abril, propícia às mais descabidas fantasias,

e não tardou a ser impugnado pelos seus sucessores, a começar do imediato, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Diversamente do seu antecessor, que lograria nomeada lá fora, como embaixador e ministro, com o título de Visconde de Balsemão, o quarto Capitão-General notabilizou-se no govêrno de Mato Grosso, que chefiou com perspicaz descortino.

Durante 16 anos, onze meses e uma semana, em vez do triênio, que lhe determinara o diploma régio, permaneceu enraizado à margem do Guaporé, onde se lhe decorreu a fase mais ativa da carreira.

Ultrapassara apenas a terceira década da existência, quando aceitou, em 1771, a incumbência de defender os direitos de Portugal à região cobiçada pelos castelhanos.

Combatera-os, em 1762, quando conquistou o pôsto de capitão.

Ajudante de Ordens do Marechal Mac Lean, Governador da Praça de Almeida, iria revelar qualidades incomparáveis de estadista.

Por não haver perigo à vista, a curto prazo, tomou medidas de mais longa duração.

Empreendeu a construção do Forte de Príncipe da Beira, cujo projeto confiou a Domingos Sambuceti, para substituir a estacada de N.S. da Conceição.

E à margem do Paraguai, mandou estabelecer o Forte de Nova Coimbra, que afastou, para sempre, as investidas fatais dos índios paiaguás, a cujas mãos pereceram milhares de viajantes das monções paulistas.

E para pontilhar a fronteira de sua predileção, fundou os povoados de Insua, à margem do Araguaia, Albuquerque e Vila Maria, ao flanco do Paraguai. Casalvasco, a sete léguas de Vila Bela, e Vizeu, a jusante.

Quem quer que tenha algum conhecimento das dificuldades refrecedoras de tais empresas, bem poderá imaginar os sobre-humanos esforços que houve mister de aplicar no povoamento da faixa fronteiriça, de acôrdo com os seus planos de arguto geopolítico.

À carência de recursos pecuniários, acrescia à míngua demográfica, além da distância entre os escassos núcleos habitados.

Mas o sagaz governador sabia o que pretendia e, fiel às suas aspirações patrióticas, canalizou tôdas as energias regionais para a segurança da capitania extremenha.

Tanto se avantajou na execução dos seus planos, que incorreu na censura de Pombal, por se dar a especulações filosóficas e a

querer no Forte do Príncipe da Beira erguer monumento superior às possibilidades da Capitania.

E a Martinho de Melo, mais de uma vez não calou o seu parecer abertamente contrário ao Tratado de 1777, que repetiu erros inconvenientes, cometidos no anterior.

As suas ousadias governativas, não obstante, seriam exaltadas mais tarde, quando o Brasil, já independente, cuidasse da fixação de suas fronteiras ocidentais.

As linhas indicadas por Luís de Albuquerque substituíam as ajustadas em Madrid e repetidas em S. Ildefonso.

Para justificá-las, utilizou-se a primor da cooperação proficiente dos demarcadores da terceira Partida.

DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE 1777

Já se achava em preparativos de viagem, à espera de João Pereira Caldas, designado para substituí-lo, quando lhe tomou conhecimento da comunicação modificadora das combinações em andamento.

A Rainha, em carta de 7-1-1780, determinava-lhe que não saísse do Rio Negro, onde lhe caberia chefiar os trabalhos demarcatórios, nem mais se afastasse Luís de Albuquerque de Mato Grosso, pois fôra escolhido para dirigir as operações da terceira Partida.

Ambas as providências faziam parte do conjunto, planeado para fixar no terreno as linhas de limites indicadas pelo Tratado de 1777.

Para apressar as operações de campo, considerou-se a fronteira dividida por quatro segmentos, em cada um dos quais atuaria uma Comissão Mista, constituída por técnicos de Portugal e da Espanha.

Requintou o govêrno de Lisboa na escolha dos membros das denominadas «Partidas», como indica a relação dos viajantes que, a 2 de agosto de 1780, deixaram o pôrto de Belém, em companhia de J. P. Caldas.

Depois de experimentados em tarefas profissionais, partiram de Barcelos, por setembro de 1781, os que se destinavam a operar em Mato Grosso.

Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, capitães de infantaria, com prática de engenheiros, eram portugueses, ao passo que Francisco José de Lacerda e Almeida, paulista, e Antônio Pires da Silva Pontes, mineiro, astrônomos, tinham ido do Brasil, para estudos na Universidade de Coimbra, onde se doutoraram.

A 9 de setembro, embocaram no Madeira, que sulcaram, com instrumentos em mão, para lhe determinar as peculiaridades.

No trecho encachoeirado, de S. Antônio a Guajará-Mirim, venceram os obstáculos, à custa, porém, de naufrágios, perdas de víveres, doenças, a que sucumbiram 20 índios e um soldado.

«Neste espaço, em que estão as 17 cachoeiras, que é de 70 léguas, anotou Lacerda em seu diário, gastamos 73 dias».

Afinal, debilitados pelas sezões, a que nenhum se manteve refratário, alcançaram o pôrto de Vila Bela em fevereiro de 1782.

Alegrou-se o Capitão-General com a chegada auspiciosa das conspícuas individualidades, que iriam atuar sob sua chefia.

De princípio, nenhum esforço poderiam desenvolver, derreados, como se achavam, pelas motificações da longa peregrinação.

A pouco e pouco, entretanto, foram readquirindo fôrças, inclusive Lacerda e Almeida, que mais penou em morosa convalescença.

Por essa época, intensificou Luís de Albuquerque a sua correspondência com as autoridades vizinhas, para a execução da incumbência que lhe cumpria.

E como, de outro lado da fronteira, não havia análogo empenho, ou não podiam as autoridades castelhanas desviar as suas energias de outros assuntos, mais prementes, resolveu utilizar-se de outra maneira de labor dos expedicionários.

Distribuiu-os em turmas, que simultâneamente se encarregaram de explorações de zonas diferentes.

Destarte, a Lacerda tocou examinar os acidentes da margem ocidental do Guaporé, ao passo que Silva Pontes e Ricardo Franco devassaram a região em que serpenteia o rio dos Barbados, donde passaram para os vales do Verde, de Paragau, do Galera, do Sararé, do alto Guaporé, do Juruema.

Nem sempre conseguiriam sair a campo, impedidos pelas chuvaradas que tornavam intransitáveis as estradas.

Recolhiam-se ao escritório, onde Ricardo Franco e J. J. Ferreira transferiram as anotações das cadernetas a mapas, enquanto os astrônomos completavam os seus cálculos.

Empolgado pelos trabalhos cartográficos, que atentamente acompanhava, não tardou o Capitão-General em qualificar Ricardo Franco de «oficial hábil e bastante inteligente na matéria».

Mais de meia dúzia de peças, desenhadas sucessivamente, à medida que progrediam as explorações do terreno, a Mapoteca do Itamarati conseguiu reunir, como prova das atividades desen-

volvidas pela colméia profissional, de cuja competência se valeu Luís de Albuquerque.

Não sòmente para satisfação própria, de apreciador de trabalhos da especialidade, mas principalmente com intuios políticos.

Destarte, ao enviar ao govêrno de Lisboa o mapa de 1784, «tarjado com os bustos da Rainha, por Francisco Xavier de Oliveira, de 75 anos, que mora em Cuiabá», esclareceu que se destinava a mostrar a inexequibilidade evidente do Tratado, principalmente no trecho entre o Jauru e o Guaporé, pois que são «nesta parte não só prejudicialíssimas, mas absolutamente impraticáveis as suas Disposições».

Cada prorrogação de prazo, necessitada pelos castelhanos, era aproveitada em novos estudos, no esquadrinhamento da faixa fronteiriça, de que se tornou o Capitão General perfeito sabedor.

Veio a calhar maior demora, devido à sublevação de Tupac Amaru no Peru, começada pela prisão do corregedor D. Antônio de Arriaga, que exigiu providências militares dos Vice-Reis de Lima, e de Buenos Aires.

Então ideou maior campanha cartográfica, ao recomendar em instruções de 4 de abril de 1786: «tenho determinado que os meses de abril, maio, junho, julho e agosto do presente ano se empreguem na indagação e configuração do rio Paraguai».

Em correspondência com a relevância da missão, a turma exploradora compunha-se do comandante Ricardo Franco, astrónomos Lacerda e Almeida e Silva Pontes, Tenente Vitório Lopes de Macedo, porta-estandarte Manuel Rabelo Leite, almoxarife, soldados e escravos.

Era o maior empreendimento de caráter científico promovido pelo Capitão-General, que, para a respectiva realização mobilizou todos os elementos ao seu alcance, exceto J. J. Ferreira, retido em Casalvasco, na chefia das obras de construção.

Embarcados em três canoas no Registo do Jauru, rodam, ao som das correntes, até a sua fóz, no Paraguai, assinalada pelo marco chantado em 1753.

Examinam meticulosamente as lagoas de Gaíba, Uberaba, Mandioré e a morraria que, pela direita, franqueia o rio, até Albuquerque.

Cruzam o lendário pintanal de Xaraíes, que na ocasião justificava a classificação de lago, indicada pelos primitivos cronistas.

A inundação estendia-se de monte a monte, além do alcance da vista, afogando os campos ribeirinhos, a tal ponto «que muitas noites nem lenha houve para fazer o comer», conforme registou R. Franco em seu relatório.

Descem até o denominado rio Negro, a que dão o título mais apropriado de Baía Negra, de «cinco léguas de comprido quase de norte a sul e uma de largo», cujo desaguadouro media seis léguas de extensão.

De regresso, navegam até Cuiabá, donde por terra voltam à Capital, passando por Cocaes, S. Pedro d'El Rei, Vila Maria, Registo, e assim terminam, a 2 de novembro, a «importante diligência em que se gastaram seis meses e configuraram perto de 600 léguas de terreno», pela estimativa do comandante.

Com os dados colhidos, conseguiu Luís de Albuquerque enviar à Metrópole, a 9 de agosto de 1787, «o mais correto mapa geográfico daqueles países, que debaixo dos meus próprios olhos fiz também delinear pelo dito Capitão».

Nenhum ato demarcatório seria praticado, na ausência dos castelhanos, o que propiciou, todavia, ao Capitão-General colher informações geográficas exatas a respeito das paragens mais próximas à fronteira.

Baseado em dados seguros, pleiteou a modificação da linha de limites, ajustada em 1777, para tornar exclusiva dos portugueses a navegação do Jauru, como também a do Paraguai, a montante do Forte de Coimbra, conforme a raia de suas preferências, que seria, afinal, aceita no século seguinte.

O lutador, porém, já se sentia alquebrado.

Instava pela substituição, uma vez que julgava irrealizável a demarcação, pois só notava, a 7 de maio de 89, «o silêncio e tranqüilidade e inação prejudicialíssimas por parte dos Espanhóis».

Então, despachou Lacerda e Almeida para São Paulo, com o objetivo de fazer o levantamento da extensa via fluvial das monções, Ricardo Franco e Silva Pontes, para os campos dos Parecis, continuando J. J. Ferreira no comando de Casalvasco.

Por fim, passa o govêrno a João de Albuquerque, autorizado a dissolver a «Comissão» demarcadora, como, em verdade, cumpriu, a 1 de janeiro de 1790.

Com os «Apontamentos», que lhe destinara o irmão mais velho, para indicar as diretrizes, que deveria adotar no govêrno, especialmente em relação a questões fronteiriças, julgou-se habilitado a contestar as reclamações contra a sua decisão. E, assim, retruca, a Sotto Mayor, que lhe dá parte de ter sido nomeado substituto de Negron, na chefia da 3ª Divisão. A comissão portuguesa em vão esperava durante dez longos anos o concurso dos colegas espanhóis, conforme assinalava o livro de registro da Correspondência da Capitania.

Por isso, à mingua de notícias, «me resolvi a desfazer a sobredita partida, por não acumular sôbre as que já se achavam

feitas, ainda muito maiores despesas inútilmente, nem por se haver obtido aqui idéia alguma de que V. S. se achasse nomeado para substituir o dito 1º commissário falecido».

Entretanto, consultaria a Côrte, sem cuja ordem expressa não lhe seria possível reconstituir a comissão, que já se achava desfalcada de alguns de seus antigos membros.

Ao redigir tal resposta, de 11 de maio, ainda contava o Governador novato com a experiência e luzes do seu antecessor, que só deixou Vila Bela em junho, acompanhado de Silva Pontes.

Em confronto com o Govêrno fecundo de Luís de Albuquerque, não oferece a mesma benemerência o do seu sucessor, que chegou enfermo, e assim continuou, até succumbir a 28 de fevereiro de 1796.

Pouco mais de seis anos e três meses estêve em exercício. Não obstante a precária saúde, esforçou-se por seguir o exemplo fraterno.

A seu crédito, averba-se a impugnação irredutível do plano de Sotto Mayor, que teimava em ativar as demarcações no trecho mais discutível, ou, quando nada, preparar-lhe as bases, por meio de reconhecimentos preliminares, como o fizera a Partida Portuguesa.

Esta, porém, pudera atender às ordens de Luís de Albuquerque, porque só operava em território, onde era inquestionável a posse dos seus patrícios. Não dependia de licença de ninguém. ao passo que nenhuma exploração conseguiria o commissário castelhano levar a bom têrmo, uma vez que não se contentasse em percorrer apenas os terrenos ocupados pela sua gente.

É-lhe vedado internar-se pelos sertões, que os técnicos lusitanos palmilharam em todos os sentidos. Nem ao menos obteve permissão para explorar o Guaporé, sem a assistência dos confron-tantes.

A exploração devia ser feita pelas duas Partidas reunidas, assim resava o Tratado, em que se apoiava João de Albuquerque, para resistir às interpelações das autoridades castelhanas.

De três origens diferentes, partem reclamações análogas.

Sotto Mayor, de Chiquitos, D. Nicola de Arredondo, Vice-Rei de Buenos Aires, D. Lazaro Ribera, de Moxos, batiam todos na mesma tecla, para amofinarem o capitão-general, com pedidos de providências impossíveis.

Afinal, por agôsto de 1791, Sotto Mayor mandou buscar os instrumentos que se achavam em Casalvasco, e não mais tratou de operações demarcatórias. D. Lázaro transferiu-se para Assunção, onde renovaria, com maior ênfase, os seus protestos agressivos, que encontrariam, em Vila Bela, outro Capitão-General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

O cenário belicoso deslocou-se do Guaporé para o Paraguai, ainda no período de João de Albuquerque de Melo, que a J. J. Ferreira confiou o comando do Forte de Coimbra, transferindo-o de Casalvasco.

Não lhe tardou conquistar as boas graças dos guaicurús, a êsse tempo hostilizados pelas colunas do Coronel Espíndola, que os perseguiu até o vale do Miranda.

E conseguiu até levar dois dos seus caciques, Amavidi Xané e Queima, a Vila Bela, onde tiveram festivo acolhimento, com jantar no Palácio, que facilitou o pacto de aliança, ajustado a 1 de agosto de 1791, em Assembléia constituída pelo clero, nobreza, câmara e quantos pudessem imprimir maior pompa à reunião.

Como se fôsem representantes credenciados de dois soberanos, assinaram o documento, lavrado pelo Secretário do Governo, o Capitão-General, em nome da Rainha, e os dois visitantes, que tomaram os nomes de João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim Ferreira, em homenagem às duas autoridades, que lhes pareceram dominantes.

E como fôsem analfabetos, e desconheciam o idioma português, recorreram à crioula Vitória, sua cativa, para intérprete, e ao tenente-coronel de infantaria com exercício de ajudante de ordens. Antônio Felipe da Cunha Ponte e Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, «naturalista encarregado da expedição filosófica por S. M. nessa Capitania», para assinarem a «rôgo dos ditos capitães e chefes».

Para que nenhuma formalidade faltasse, o Provedor da fazenda real e intendente do ouro, Dr. Antônio Soares Calheiros Gomes de Abreu, firmou em nome dos outros índios da comitiva e o sargento-mór Ricardo Franco de Almeida Serra, por parte da intérprete Vitória.

As mais prestigiosas individualidades de Vila Bela, donde já se tinham afastado os astrônomos, participaram desta maneira do ato memorável que teria conseqüências benéficas nos sucessos futuros. Cessaram as hostilidades que infernavam a vida dos soldados destacados em Coimbra.

E de inimigos, transformaram-se os guaicurús em aliados, que seriam utilizados oportunamente.

Quando nenhuma outra iniciativa lhe permitissem os continuados acessos palúdicos, bastaria a pacificação em tôrno do Forte para valorizar o governo de João de Albuquerque, auxiliado, nessa conjuntura, pelo prestante concurso de J. J. Ferreira, que não perduraria por mais de um biênio.

Por setembro de 93, deu por encerrada a sua fase de cooperação em Mato Grosso, onde lhe coube chefiar obras de constru-

ção em Casalvasco, dirigir o Forte de Coimbra e colaborar em trabalhos cartográficos, de campo e de escritório, conforme atestam os mapas que trazem a sua assinatura, juntamente com a de seu parceiro.

RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA

Ao último remanescente da Comissão Demarcadora, que embarcara em Belém, ao raiar agosto de 80, com destino a Mato Grosso, ainda se deparariam imprevistas oportunidades para revelar feições desconhecidas de sua personalidade.

Atuara como técnico, em campanhas de exploração de paragens invias, e esmerado desenhista, até ser incumbido do comando do Forte de Coimbra, por julho de 1797, quando corriam notícias de próximas hostilidades.

Sem demora seguiu a tomar conta do pôsto, onde Francisco Rodrigues do Prado, substituto de Ferreira, se alegrou em tê-lo como superior.

Rapidamente, elaborou o plano de defesa da região, cuja execução o reteve em Coimbra, para substituir as estacadas por obras de alvenaria, em nível mais alto. Simultaneamente, o seu dedicado auxiliar fundava o fortim, que tomou o nome de Miranda, em homenagem ao Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que assumira o poder a 6 de novembro de 1796.

Decidido a cumprir o dever de fronteiro a todo o transe, não havia tarefa que não executasse, para exemplo dos comandos.

«Servindo de arquiteto, de feitor, de mestre pedreiro e carpinteiro, quase sem despesa da real fazenda», como registou o Capitão-General, ergueu muralhas que surpreenderam a imponente expedição de D. Lázaro Ribera.

A despeito dos achaques que o molestavam, por vêzes, conseguiu rematar em tempo a remodelação do Forte, onde se gloriou de honrosos louros.

Apenas ultimada apressadamente a mudança, apontou no estirão a flotilha fluvial, que D. Lázaro movimentara, ansioso de concretizar os planos políticos de Azara, pela expulsão dos moradores de Coimbra e de Albuquerque.

Confiante em sua força de 600 a 800 homens, em três sumacas, armadas de peças de calibre quatro, seis e oito, começou o canhoneio pela tarde de 16 de setembro, sem prévia declaração, que julgou dispensável, uma vez que rompera a guerra entre a Espanha e Portugal.

Com raiva e decepção, verificou a ineficácia dos seus tiros, que desmantelariam, sem dúvida, a velha estacada, mas se mos-

travam inoperantes contra os muros de alvenaria, que a substituíram recentemente.

Diante do malôgro da ofensiva, recorreu à intimidação, por meio de arrogante ultimatum, que exigia a rendição, «pues de lo contrario el canion y las espadas decidiran la suerte de Coimbra, sufriendo su desgraciada guarnicion todas las extremidades de la guerra, de cuyos estragos se verá libre si V.S. conviene con mi propuesta, contestando-me categoricamente en el termino de una hora».

Retrucou-lhe, imediatamente, Ricardo Franco, antes que se findasse o prazo concedido.

«A desigualdade de forças sempre foi estímulo, respondeu, que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as duas extremidades, ou de repelirem o inimigo ou sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes, que se lhes confiaram, e nesta resolução se acham todos os defensores dêste presídio»...

Não tinha, na frase, a fanfarronice do agressor, nem os recursos bélicos de que êste se achava apetrechado, mas sabia cumprir herôicamente o seu dever.

Escudado na própria construção, que projetou e erigiu, resistiu bravamente ao invasor, apesar de dispor apenas de 37 dragões, 12 pedestres, 60 paisanos, entre os quais figuravam vinte «Henriques velhos».

Nada poderia fazer contra as sumacas armadas, que navegavam, isentas de perigos, além da parábola das balas do forte, cujos tiros provocavam apupos e vaías dos contrários, entre os quais eram numerosos os paiaguás.

O governador dominava, sem dúvida, o rio, mas se via impotente para forçar os sitiados à capitulação.

Tentou desembarque, a 21, em canoas, que a fuzilaria de terra alvejou com êxito, impedindo-lhes a aproximação.

Por fim, decórda histórica semana, desistiu de prolongar o bloqueio, e, à noite de 24 deu ordem de retirada, após perder 20 homens.

Aos índios explicaria que por serem poucos os sitiados, deixaria que lhes aumentassem a quantidade, para capturar e exterminar maior número.

Entrara como leão invencível, sem suspeitar que o enterreirasse com vantagem a rija bravura do animador dos defensores.

Ninguém poderia melhormente avaliar o alcance do feito memorável do que o próprio Capitão-General, aprensivo quanto à agressão de D. Lázaro Ribera, que se apossaria de grande parte do

sul de Mato Grosso, como logrou Solano Lopez, caso não lhe conviesse a investida a impavidez inflexível de Ricardo Franco.

O Tratado de Paz da Badajós, de 6 de junho de 1801, certamente homologaria a conquista, como sucedeu no Rio Grande do Sul, em relação aos Sete Povos das Missões, que passaram, então, à jurisdição brasileira.

Tal não aconteceu, todavia, mercê da presença do intrépido paladino, cuja atuação militar em Coimbra o Capitão-General enalteceu mercedosamente, em comunicados ao Ministro Rodrigo de Souza Coutinho.

Atribuiu-lhe, com rigorosa justiça, os méritos de ter rechaçado a imponente expedição comandada por D. Lázaro, a quem se afiguraria milagrosa a resistência do reduto.

Embora doutorado pela Universidade conimbricense, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro providenciou quanto lhe cabia para reforçar a defesa, como se fôra militar.

Mas os socorros só chegariam depois da retirada imprevista das sumacas, que poderiam, aliás, impedir a aproximação dos batelões enviados de Cuiabá, com armas e víveres.

Embora não fôsem aplicados naquela emergência, atestariam a boa-vontade e sêlo do Capitão-General, e a crescente admiração que dedicava ao comandante do Forte, de cuja competência se valeu em mais de uma oportunidade.

Gaba-lhe o saber, ao solicitar-lhe parecer acêrca de problemas de vária espécie, que interessassem a Mato Grosso.

Certo, já tinha Ricardo Franco evidenciado anteriormente, que sabia utilizar-se da pena para transmitir a outrém os seus conhecimentos, mas os estímulos de ordem oficial ampliaram-lhe a bibliografia, semelhantemente ao que obtivera Luís de Albuquerque no tocante à cartografia.

Afastando-se da prancheta, não lhe faltaria incentivo, que o animasse a reduzir a escrita os resultados de suas indagações.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram oferecidas cópias dos seguintes trabalhos, estampados em suas páginas:

— Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso em 31 de janeiro de 1800 — Tomo II.

— Descrição geográfica da Província de Mato Grosso (aliás Capitania) — Tomo VI.

— Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso, pelos Tenente-Coronéis J. J. Ferreira e R. F. de Almeida Serra — Tomo XII.

— Parecer sôbre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costumes — Tomo VII e XIII.

— Navegação do rio Tapajós para o Pará — Tomo IX.

— Diário da diligência do reconhecimento do Paraguai — Tomos XX e XXI.

Quase todos os seus ensaios atendiam a solicitações do Governador Caetano Pinto, de quem se tornou consultor constante.

Assim, em resposta à recomendação de 19 de setembro de 1799, redigiu conveniente plano de defesa da Capitania, de acôrdo com as diretrizes que lhe norteariam a ação em Coimbra.

Quando já se pressentiam os rumores da guerra, que se avizinhava, em meio da apressada construção do Forte, ainda ultimou, ao findar junho de 1799, valiosa contribuição, que evidenciou os seus anseios de geógrafo.

«Nesta confiança, declarou ao Capitão-General, seu amigo, ordenei a memória relativa ao rio Tapajós, segundo as continuadas informações que dêle tenho adquirido, as quais, não deixando de serem raras, serão talvez úteis, e interessantes para a Capitania de Mato Grosso.

«Adicionando-as com algumas reflexões que julguei necessárias, tendentes à utilização pública dêstes distantes povos, que cheios de geral complacência ao felicíssimo govêrno de V. Exa., esperam nêle em não duvidosas prosperidades o complemento das suas bem fundadas esperanças».

Mas, reprimindo as suspeitas veleidades de autor, refletiu com humildade: «Pode ser, Exmo. Senhor que o amor próprio me alucine, e que estas memórias, não merecendo louvor algum, sejam só dignas da sua judiciosa reprovação. Nestas condições, que receioso temo, eu espero e evoco da notória bondade de V. Exa. as faça entregar às chamas como uma herezia geográfica.

Pois o ardente desejo de servir a V. Exa. ligou gostosamente a minha vontade a empreender êste trabalho, que me serviu de recreio nos solitários dias e melancólicas noites que se passam neste presídio de Coimbra».

Tal explicação, com esclarecimentos de ordem pessoal, como raramente se encontrará em seus escritos, contém informes definidores da singular personalidade.

Primeiro, sabia corresponder cortêsmente às amabilidades do Capitão-General, a quem submeteu a crítica da sua monografia, com liberdade ampla de queimá-la, caso não lhe agradasse.

Não lhe empreendera a elaboração por encomenda oficial, mas espontaneamente, embora como o objetivo de ser útil ao govêrno e à Capitania.

Não obstante assoberbado de preocupações e trabalhos, com a construção do Forte, sentia necessidade de distração «nos solitários dias e melancólicas noites», que lhe amarguravam o exílio funcional. Os sofrimentos últimos, em vez de o amofinarem com o desespêro, sublimavam-se em ensaios esclarecedores, que lhe contestavam os temores da inutilidade.

Sem procurar o recreio em outro qualquer motivo, despicava-se do aborrecimento da solidão em escrever do que soubesse, embora, por excessiva modéstia, duvidasse da valia das suas contribuições, que os pósteros exaltariam.

E assim continuou, sempre operoso, apesar das doenças, engravescidas progressivamente, até que sucumbisse, a 8 de novembro de 1807.

«O zêlo, inteligência e conhecimentos que o distinguiram, os serviços feitos a S. A. R. e, finalmente os sentimentos de piedade que acompanharam a sua agonia e a particular amizade com que eu estimava êste honrado official, assinalou o Capitão-General ao dar conta ao Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho do fatal successo, são outros tantos títulos que justificam a mágua com que faço esta comunicação a V. Exa.»

Em verdade, Ricardo Franco de Almeida Serra, matogrossense adotivo, mereceu os gabos com que lhe louvaram a atuação, proficiente e abnegada, todos os governadores, que lhe utilizaram os préstimos e por isso lhe proclamaram os méritos de geógrafo, cartógrafo, monografista.

E, sobretudo, de militar e ardoroso patriota, que impediu, com a sua presença, embora desprovido de armas apropriadas, a invasão da zona confiada à sua guarda.

Assim o compreendeu o Capitão-General que mandou buscar-lhe os ossos em Coimbra, para lhes dar sepultura sagrada em Vila Bela, onde expressiva inscrição rememorou a façanha heróica.

Era, todavia, entre os seus parceiros, João Carlos Augusto de Oeynhausen e Grevenburg, quem menor prazo de convivência desfrutaria com o herói.

Conhecera-o, sem dúvida, ao tomar posse do Govêrno, que lhe passou uma Junta, de que fazia parte o já glorioso Coronel, a 18 de novembro de 1807.

Em breve, porém, partiria o fronteiro, a tomar conta do seu pôsto, donde não mais tornaria, como prova do seu sacrifício até emudecer.

De poucos dias difiriu o convívio do seu antecessor, Manuel Carlos de Abreu e Menezes, que, empossado a 28 de julho de 1804, baqueou a 8 de novembro de 1805, arrebatado pelas sezões, quando apenas contava quinze meses de governança.

Estaria reservado a Oeynhauscn, oitavo Capitão-General, permanecer por maior tempo no govêrno de Mato Grosso, ultrapassado apenas por Luis de Albuquerque (16 anos e 11 meses) e Rolim de Moura (13 anos e 11 meses).

A fase, em que lhe coube atuar, distinguiu-se das anteriores pelas agitações fronteiriças, não contra Mato Grosso, mas ameaçadoras da sua tranqüilidade.

Agitavam-se os povos vizinhos, na campanha emancipadora, em que forcejavam por envolver a Capitania. Assim, o Governador Velasco, do Paraguai, que já sentia a gravidade das inquietações platinas, instou por ajuda militar, de «armas e 600 homens», a fim de auxiliá-lo contra a junta insurreccional de Buenos Aires», e só obteve resposta negativa.

Não obstante, o Capitão-General acolheu amistosamente o coronel espanhol D. Pedro Garcia e seus companheiros, que, obtida a licença em Coimbra, chegaram a Cuiabá, onde foram agasalhados em chácara, à margem direita do rio, até a partida, na quinzena seguinte, via Goiás, para a Côrte.

De outra feita, sucessos análogos verificaram-se na fronteira guaporeana. O brigadeiro espanhol Goinacho, que havia sufocado a primeira rebelião de Chiquitos, inspirada pelos revolucionários de Buenos Aires, já sentia maior pressão dos libertadores.

E para enfrentá-los, pediu, em 1812, armamento ao Capitão-General de Mato Grosso, que negou, para manter «a mais estrita neutralidade entre os partidos que dividiam os habitantes dos domínios espanhóis».

Não tardou a derrota do partido realista, que motivou a retirada dos governadores de Chiquitos, Santa Cruz e Moxos, D. Juan Batista de Alto Leguirra, D. Miguel José Bezerra e Dr. Estevão Roxas.

Apareceram em Casalvasco, os dois primeiros, e o último no Forte do Príncipe da Beira.

Acorde com o seu procedimento anterior, tratou-os Oeynhauscn com fidalga amabilidade, mas os remeteu para Cuiabá, precedidos por expressiva ordem do dia, em que proclama os seus princípios de neutralidade.

Mas, acrescentava: «a generosidade portugüesa é o fiador que lhes promete o acolhimento que se deve aos desafortunados, e o augusto nome do Príncipe Nosso Senhor, pronunciado por um des-

graçado, deve ser para todo português uma recomendação de valor a quem o invoca».

A fim de cumprir o que prometera, conseguiu a chácara do cirurgião-mór Eduardo Antônio Moreira, à margem direita do rio, para apropriada aposentadoria dos governadores exilados.

Em breve, iniciaram, com destino à Côrte, a trabalhosa viagem fluvial, de cujos aprestos se incumbira o sargento-mór Antonio José de Almeida, para esse fim nomeado ajudante de ordens. Ao botafora compareceu o próprio Capitão-General, que se esmerou em prestar-lhes expressiva homenagem, atenuadora da derrota irre-mediável.

Eram «ilustres estrangeiros, respeitáveis pela legítima representação, que se sacrificaram à segurança de sua liberdade, como pelo zelo com que a ocuparam em quanto a conservaram».

Não se imiscuira em suas lutas contra os libertadores, além da fronteira, mas uma vez que, derrotados, lhe solicitavam asilo, prontamente os acolheu, com a mais cativante fidalguia, como indica o número de 212 emigrados espanhóis, contados em Cuiabá por volta de 1816.

Embora freqüentes vêzes tivesse que providenciar acêrca de refugiados políticos, sem afrouxar a vigilância raiana, ainda teve ensejo de cuidar de problemas administrativos de interêsse interno.

A Companhia Franca dos Leais Cuiabanos, criada a 29 de março de 1808, o Hospital Real Militar, instituído em Cuiabá, meses depois, a aula de anatomia e cirurgia, custeada pelas disponibilidades do subsídio literário, provariam os seus anseios de administrador, que também patrocinou a exploração do Arinos, como via de comunicação para Belém, que, por apreciável período, foi freqüentada, favorecendo o surto de Diamantino.

Protegeu a formação da «Companhia de Mineração de Cuiabá», para cujas atividades incumbiu o sargento-mór J. A. Teixeira Cabral de fazer o nivelamento necessário à canalização das águas do Motuca às lavras do Jacé.

O Hospital da Santa Casa de Misericórdia, no lugar que êle assinalou em dezembro anterior, têve a sua primeira pedra colocada a 5 de fevereiro de 1817, e as obras prosseguiram de tal maneira que, em junho, para uma ala de novo edifício se transferiu o Hospital Real Militar.

Outras providências ainda adotaria, quanto permitisse a penúria do Erário, que o fazia ansiar pela substituição, afinal conseguida.

Diversamente de Oeynhausen que, apesar das aflitivas aperturas financeiras, principalmente nos meses derradeiros, conseguira manter a estima da população cuiabana, até a hora da partida, a 6 de janeiro de 1819, ao seu sucessor, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, não valeu a promoção a marechal de campo logo seguida de graduação no posto de tenente-general, para superar a crise em que soçobrou o seu prestígio.

Entre as providências que estava autorizado a pôr em prática, sobrelevou a abertura do porto de Cuiabá às mercadorias procedentes das províncias castelhanas, que encontrariam alfândega onde pudessem pagar os direitos devidos.

Deu publicidade à Carta de Lei, de 17 de setembro de 1819, que elevou Cuiabá à categoria de cidade, para onde obteve a remoção definitiva da Junta da Fazenda e Casa de Fundição e do Desembargo do Paço.

Todavia, não logrou simpatia comparável à que envolveu Oeynhausen, a quem os subordinados tinham gosto em obedecer, pois, ainda quando ordenava, mais parecia pedir.

Daí as boas graças em que se manteve, apesar do descalabro dos negócios públicos na fase final.

Magessi, ao contrário, estadeava nos mínimos gestos o militar afeito à rija disciplina do Conde de Lippe.

Mandava com entono de quem fôsse o próprio rei.

A Capitania afigurava-se-lhe enorme caserna, cuja atividade deveria regir-se pelo mesmo regime, pois que «a justiça branda faz o povo cruel».

Enquanto dispunha do suprimento monetário recebido na Corte, conseguira sufocar a malevolência, que se avantajava, à medida que decreciam as disponibilidades de arrecadação.

Por fim, não resistiu ao levante de 20 de agosto de 1821, da qual lhe resultou a deposição do Governo, de que se apossou a junta provisória, constituída pelo Bispo D. Luís, militares, representantes da nobreza e do povo.

Ocorrência análoga se registrou contemporaneamente em São Paulo, ao findar o regime colonial, mas Oeynhausen, seu último Capitão-General, teve ainda papel de relêvo na resultante Junta Governativa, assim comprovando, mais de uma vez, a diferença de temperamentos e modos de atuar dos dois representantes d'El-Rei na capitania extremenha.

Após a Independência, declina a influência portuguesa no governo de Mato Grosso, embora ainda o exercesse por breve prazo. em 1828, o Tenente-Coronel Jerônimo Joaquim Nunes, comandante

das armas, que chegara a Cuiabá em fevereiro de 1805, como tenente de artilharia.

Permanecia, porém, o primado comercial, que acirrava as hostilidades dos adversários políticos até o trágico rompimento da Rusga de 1834, em que perderam a vida vários portugueses, já integrados no convívio cuiabano.

Reflexo das lutas cruéis que, em várias províncias, inquietaram a década regencial, quando ainda se esforçavam os partidários de D. Pedro I por lhe entregarem de novo o cetro, as arruaças criminosas de Trinta de Maio não impediram a continuação da convivência afetiva dos lusitanos com os matogrossenses.

Certo, o número dos forasteiros diminuía, depois que, cessadas as viagens dos Capitães-Generais, que se faziam acompanhar de comitivas por vezes numerosas, não mais contribuía tal fonte de suprimento para o aumento costumeiro.

Dependente apenas da iniciativa particular, não haveria motivo estimulador da entrada de novas levas, além das atividades mercantis, a que se entregavam, de preferência, os portugueses recém-chegados.

Mas dos seus influxos já se impregnara fundamente a formação matogrossense, tanto na primeira centúria, da era do Rodrigo César a Magessi, em que não lhes faltou o amparo oficial, como posteriormente, quando se identificaram cabalmente com os demais elementos raciais, constitutivos da população de Mato Grosso, como evidenciará, sem dúvida, análise mais minuciosa, quanto aos costumes, hábitos, peculiaridades lingüísticas, lendas e tradições.

O VALE DO PARANAPANEMA

ALUISIO DE ALMEIDA

PREFÁCIO

«Ao Exmo. Sr.

Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que também seguiu pela diplomacia os roteiros de Pascoal Moreira Cabral e Alexandre de Gusmão, abrindo ao Paraguai as portas outrora fechadas por Tomé de Sousa.

Sorocaba, S.P., 1757»

O autor O.D.C.

NOTA — O trabalho sobre o *Vale do Paranapanema*, assinado por *Aluisio de Almeida*, cuja publicação iniciamos hoje, foi oferecido ao Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Cônego Luís Castanho de Almeida. É um registro de preciosas informações sobre essa importante região do território nacional, desde a época do *descobrimento* até os nossos dias. Registro concernente aos fenômenos geográficos, sociológicos, políticos e econômicos, através da evolução de nossa formação histórica.

Acreditamos que a sua divulgação pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — fornecerá aos nossos estudiosos desses assuntos, preciosas informações.

C.D.R.

CAPITULO I

O BAIXO PARANAPANEMA NOS SÉCULOS 16 e 17

PARANAPANEMA, 1500

Paranapanema rio bromado, disse o «língua» tupi padre Belchior de Pontes.

Broma é uma parte da ferradura.

Como brasileiro gaúcho é brincadeira.

Brincadeira é também até hoje em São Paulo, mentira por brincadeira, lôgro, engano.

E broma é também nesse sentido brasileiro paulista, apesar de o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa não o saber.

Rio mentiroso, logrador, malogrado, falto.

Falto de ouro. Em última análise, concorda com o «falhado» de Juzarte, 1769.

Haverá confusão com «brumado», neblinoso? Neste caso, muitíssimo neblinosas são as cabeceiras do Paranapanema e aí teria sido o batismo.

Um «paraná» de hipóteses...

Com a sua grande autoridade, Teodoro Sampaio diz que panema é ruim, imprestável, inútil, infeliz, mal sucedido, pobre, falho, estéril. E escolhe os seus sentidos: Paranapanema, rio imprestável, impraticável (1).

Rui Dias de Melgarejo em 1553 veio da Assunção a São Vicente atravessando o Paraná no Guairá e o Parapanema talvez na barra do Tibagi. Mais certo é que tomou a trilha do caminho indígena pré-colonial que do passo do Paraná procurava as cabeceiras do Tibagi. Aí em vez de procurar o vale do rio Negro e São Francisco do Sul ou mesmo a ilha de Santa Catarina, outro ramo do peabiru, veio pelos campos até Itararé, atravessando o alto Parapanema e alcançando o vale do Tietê por Pirapitingui (atualmente entre Sorocaba e Itu). Em São Vicente esperava voltar à Europa. Mas encontrando-se com os soldados de Senabria, retornou ao Paraguai, desta vez iniciando a viagem por São Francisco do Sul, o outro ramo da encruzilhada. Não é fora de propósito lembrar que este misterioso caminho se fazia também pelo rio Pardo, indo a pé até os campos de Botucatu, e, em seguida, descendo o Parapanema justamente após a série de cachoeiras. Como quer que seja este povoador do Guairá foi um dos conhecedores do Parapanema no século XVI. Nem de outra sorte podiam os Jesuítas estabelecer-se no Pirapó, sem informações dos «bandeirantes» às avessas que os precederam (2).

Fernando de Trejo, que fundou São Francisco do Sul em 1553, por sinal que aí se casou com Maria de Senabria e a ambos nasceu o futuro bispo de Tucuman e fundador da Universidade, Dom Fernando de Trejo e Senabria, depois internando-se pelo Iguçu abaixo aí residiu antes de se fixar na Assunção, sendo, pois, um grande conhecedor da região de onde também corriam as águas para o Paranapanema (3).

(1) O Tupi na Geografia Nacional, 3.^a edição, Bahia, 1928, 282.

(2) e (3) — Cfr. entre tantos, Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, passim.

Entretanto, os castelhanos não foram melhores do que os portugueses no tratar a população indígena. Álvaro Nunes brigara com seus guias Frei Bernardo de Amentas e Frei Alonso Leblon, porque alimentavam também os cachorros (índios) em detrimento dos viajantes cristãos.

Aliás a cristandade carijó fundada perto da Laguna por aquêles religiosos em 1538 dez anos depois acabou prêsa dolosamente em dois navios de portugueses. Chegados a São Vicente e Ilhéus e distribuídos entre os fazendeiros, debalde os míseros clamavam que eram cristãos e até sabiam ajudar a missa. Cuidavam que os brancos praticavam o que ensinavam: a liberdade dos filhos de Deus pelo batismo.

O cristianismo americano parece mesmo que se fez apesar do cristianismo europeu...

E os guaranis, tomando a sério uma nova lenda do Sumé surgida entre os carijós brasileiros, — um certo Etiguara que andou fazendo de João Batista pregando a próxima redenção — pediam o abarê.

Chegaram os conquistadores e, desde 1554, muito antes dos Jesuítas castelhanos, sempre acusados de invasão de uma fronteira sem *uti possidetis, res nullius*, e foram seus nomes, até o comêço do século XVII: Rui Dias de Melgarejo, Amador Mendes, Hernando de Vilar, Auguetin Sanchez, Fernando Dias Adôrno, Afonso de Ontiveros, Martin de Morinigo, Francisco de Peralta, Juan Gueman, Bartolomé de Contreras, Juan Alvear de Zunga, Gabriel Ponce de Leon, Rui Dias de Gueman, Francisco Arias Olmedillo e tantos outros (1).

GUARANILANDIA NO PARANAPANEMA

As Reduções de Guairá em águas do Paranapanema eram:

Nossa Senhora de Lorêto e Santo Inácio, fundadas em 1610 nas embocaduras, respectivamente, do Tibagi e do Pirapó. São Francisco Xavier, de 1623, num afluente da esquerda do baixo Tibagi e São José, 1.624, noutro afluente da mesma margem. Encarnacion, 1625, São Miguel, 1628, e Jesus Maria, 1630, à esquerda do Tibagi e São Pedro, 1627, algumas léguas a leste.

As outras ficavam além dessas águas (2).

A raça — diz o Dr. Juan Francisco Recalde, naturalmente tomando a palavra no sentido de povos falando a mesma língua

(1) Ver 84 nomes em Ramon Y Cardoso «El Guairá», citado por Luis Correia de Melo in Brasil Maravilhoso.

(2) Rio Branco, Questões de limites, cit. por Virgílio Corrêa Filho, *As raças de Mato Grosso*, S. Paulo, 1924, II, 33.

e com certos traços culturais diversos de outros — a raça tupi-guarani, dominadora dos grandes rios sul-americanos provém de um tronco comum.

A primeira raça abrange o Amazonas, a segunda o Prata, e uma terceira, intermediária, prepondera na costa marítima atlântica... Traçando uma linha reta entre Iquitos, do rio Marañon, no Perus, e a cidade de São Paulo, teremos ao sul a raça guarani, que preferiu a zona temperada, e ao norte a raça tupi, que preferiu a zona tórrida. Entre ambas, debaixo de suas influências lingüísticas, desenvolveu-se a raça marítima falando a língua geral. Língua-ponte, cujos limites podem ser traçados, sempre aproximadamente, na linha histórica de Tordezilhas, entre Belém do Pará e Cananéia (1).

O Brasil participa das três divisões. São Paulo, também.

O Tupi falava o nhengatu, o guarani, o abanhenga e os marítimos a língua geral, gramatizada pelos jesuítas, e que desapareceu, ficando-nos o dicionário de frei Prazeres. Montoya fez um dicionário guarani, influenciado pelo tupi da fronteira, em Guairá.

Aí se encontravam os dois grupos de povos.

Por exemplo a tupi, língua talvez mais velha, é o guarani. E o *b* guarani é *mb*, *mbeíú*, *beíú*.

Annembi seria anhanb (*b* substituindo *g*) e *ig*, rio das almas penadas, almas que correm, vagueiam. Anga somente, é espírito. Daí a cincada do Congresso Estadual ao mudar o nome, em 1908, de Espírito Santo da Boa Vista em «muitos espíritos»: Angatuba. Nome que caberia mais ao rio das Almas.

Avá em guarani, auá em tupi, «ser humano», apiava, homem macho, Apiái: rio dos varões.

Paranapanema, rio jesuítico. Bandeirantes em ação. Mate.

Calcula-se exageradamente em 200.000 almas o número de guaranis existentes, nos séculos XVI e XVII, na região entre o Paraná, e o Iguaçu, o Tibagi e o Paranapanema. A região chamou-se Guairá, do nome da primeira povoação de espanhóis fundada junto ao Salto das Sete Quedas (que na realidade são mais de sete) já no atual Estado do Paraná. O nome Sete Quedas é tipicamente português ou ocidental, designando grande quantidade, e nada tem a ver com os índios que, parece, diziam salto do Guairá. Por outro lado, Guairá, antes de ser topônimo, foi antropônimo de um cacique. Alguns brasileiros, no vocábulo Guairá, acentuam o *i*, os argentinos retrocedem o ictus ao primeiro *a*, e os paraguaiois fazem oxítona a palavra.

(1) Vocábulo designativo de relações..., in Rev. Arq. Mund. XXXIX, 60.

Na verdade as Reduções pertencem ao fim do século XVI e apenas por questão de método damos preferência à época de seu apogeu e destruição.

Em 1586 já os padres Ortega e Fieldo levaram o Evangelho ao Guairá. A sua missão interrompida se continuou em 1599 pelos padres José Cataldino e Simon Maceta, vindo a seguir Martim Xavier Urtazu, Antônio Ruiz de Montoya, e outros.

Entre as 12 principais aldeias ou reduções jesuíticas contavam-se, na margem esquerda do Paranapanema, as de Nossa Senhora de Lorêto na foz do Pirapó, e a de Santo Inácio, logo abaixo.

As reduções do Guairá ainda não haviam chegado à última perfeição das do Paraguai, de que Chateaubriand tirou um belo reforço para a sua romântica defesa do cristianismo, nem as dos Sete Povos das Missões (Rio Grande do Sul), ricas e majestosas, hoje ruínas esplêndidas (1).

Eram pouco mais que aldeias indígenas com a técnica européia. As casas, de pau-a-pique e palha, até mesmo as grandes igrejas e as casas dos padres. Parece que já nas vésperas de sua destruição começaram os padres o fabrico das telhas.

No Guairá é que o autor do Gênio do Cristianismo colheria os melhores argumentos, comparáveis aos de Fagundes Varela, do Evangelho nas Selvas.

A catequese resplandecia em tôda a pureza das fontes cristalinas que são o começo das coisas grandes. Missa e pregação doutrinária de manhã, repetição da doutrina pela boca das crianças nas ruas e praças, reza do têrço e ladainhas cantadas pelos meninos, à noite. Trabalho nas roças de legumes, batatas, mandiocas e algodão. Fiação e Tecelagem. Ainda não havia criação de gado vacuum. Quanto ao mate, já haviam começado a colheita econômica, à imitação dos «encomendados» (índios quase escravos) dos espanhóis vizinhos: Vila Rica, Ciudad Real e Xerez de la Frontera.

Esses grupos sociais quase nem precisavam de dinheiro senão para o sal, os objetos do culto, o ferro. Eram como Nóbrega e Anchieta até nos métodos pedagógicos das procissões de columins. Seu ideal nada tinha a ver com o dinheiro.

GUAIRÁ — 1628

A viagem célebre de Cabeça de Vaca, partindo de Santa Catarina em 1541, não atingiu o Paranapanema, mas não andou

(1) El Guairá, história de la Antigua Provincia, por Ramon Y Cardoso, Buenos Aires, 1938.

longe, pois êle desceu em Santo do Guairá pelo Ivaí, e tomou nota do número enorme de índios entre o Paraná, Iguaçu, Tibagi e Paranapanema. Talvez 200.000, na maioria guaranis.

Companheiro de Cabeça de Vaca, Alonso Riquelme de Gusmã, sômente com 50 homens veio provar o Guairá, fundando Vila Rica de Guairá, aquém do Salto, hoje chamado das Sete Quedas (número folclórico, habitualmente usado para significar «muitas»), em 1554. Alonso, filho de Rui Dias de Gusmã, foi pai do padre Antônio, Jesuíta, e avô provavelmente, senão bisavô, de Maria Riquelmo de Gusmã, que tem descendência paulista. Em *Brasil Maravilhoso* Correia de Melo, descrevendo o salto e as suas margens cêrca de 1942, aproveita bibliografia espanhola e dá uma lista de quase 100 espanhóis que vieram para o Guairá desde 1554 (notem a coincidência com a fundação de São Paulo), até cêrca de 1629. Pedro Peralta, também com descendência em São Paulo, viera com Cabeça de Vaca.

O Evangelho foi levado ao Guairá esporadicamente desde 1586 por Ortega e Fields. Êste último jesuíta nem era espanhol. Móvia-os o fogo do apostolado; não traziam instrumentos astronômicos para verificar se ali estava o famoso meridiano de Tor-dezilhas.

De 1599 em diante afirmam-se as reduções que parece chegarem a 12 ou 13, sendo custoso obter nomes em várias fontes e localizá-los. Já então é tudo espanhol. As reduções subiram o Tibagi, afluente do Paranapanema, e o Ivaí; a última era a de Santa Maria, na fôz do Iguaçu. Vila Rica e Ciudad Real, com os castelhanos, atravessaram para a margem direita do rio.

Muitos dos espanhóis escravizavam os índios para a colheita de mate, ou congonha, prática esta condenada pelos padres. Êsse empecilho contribuiu para que alguns dêles se aliassem aos paulistas, e viessem morar em Parnaíba.

As reduções do Guairá foram atingidas pelos paulistas no Tibagi. Vinham por Barueri, Araçariguana, Apotribu, Sorocaba, Itapetininga, atravessavam o Paranapanema e seus afluentes, sempre no campo ou em mato limpo (mate e pinheirais) e surgiam como demônios, na interpretação dos padres, no Tibagi e no Ivaí. Depois é que desciam ao Paranapanema pelos matos, onde havia índios bravos. Tinham saído de São Paulo em comêço de agôsto de 1628, comeram leitões e galinhas dos padres (bois ainda não havia) em plena quaresma do ano seguinte e no fim dêste voltavam a São Paulo, de novo pelo Tibagi, com os índios cativos e os dois padres que herôicamente os seguiram a pé, pelos campos. Duas reduções havia no Paranapanema: a do Lorêto, na fôz do Tibagi, e a de Santo Inácio, na fôz do Pirapó. Ê claro que

as assolaram os paulistas, dos quais um pequeno grupo adentrasse a mata virgem ou descesse o Tibagi, deixando no campo o grosso dos cativos.

De qualquer modo, os padres salvaram muitos índios, descendo com eles em canoas e balsas o Paranapanema e o Paraná.

As balsas eram simplesmente umas jangadas de taquaruçu amarradas com cipó.

Dai os naufrágios e conseqüentes mortes. Como se vê, o Paranapanema não levou os bandeirantes ao Guairá. Nem sequer ousaram transpor a serra de Botucatu, descer o Pardo e sair já em Santo Grande, para atacar as reduções de Lorêto e Santo Inácio em expedição fluvial. A explicação parece esta: a viagem de uma tropa a pé pelos campos e o combate campal eram preferíveis.

A abundância de pinhões valia para a volta, em junho Também a obtenção da erva mate é notável. Os índios da tropa e os mamelucos já seriam «viciados» na água de congonha que, segundo Arouche, sustentava no começo do século passado os habitantes da marinha.

Ilusôriamente mata a fome.

Nossa Senhora do Lorêto e de Santo Inácio

Descritas tôdas as reduções, que restará sôbre as duas do Paranapanema?

Primeiramente, elas se comunicavam com as outras apenas pelos rios. Sômente para o fim é que foi feito um caminho entre a de Santa Maria, no Iguaçu, e a de São José, no Tibagi.

Os índios não se apartavam do povoado, senão para as roças vizinhas, as «châcaras» (donde parece que passou este nome para São Paulo e o Brasil) (1).

Constantemente, pois, subiam e desciam o baixo Paranapanema as canoas com os padres e seus índios, cristãos e neófitos. A margem esquerda do Tietê já estava despovoada dos tupis, e é de crer que ficassem poucos guaranis à direita do Paranapanema, por onde chegavam os bandeirantes.

A destruição do Guairá foi assim: Em princípios de agosto 900 «portugueses de São Paulo» com 2.200 índios frecheiros saíram da vila paulistana por Parnaíba, Sorocaba, Itapetininga, Itararé e Tibagi, começando o ataque pelo sul. Em 8 de setembro só um mês de marcha, a pé, atravessavam o Ivaí, formando uma

(1) Para comparação, ver Aurélio Pôrto, *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio, 1943.

palçada frente à principal redução. As quatro companhias eram comandadas por Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros e André Fernandes. De Tavares era alferes. Bernardo de Sousa, sargento Manuel Morato, capitães de vanguarda Antônio Pedroso e Salvador Pires. Pedroso iniciou a luta em Incarnacion, prendendo 17 índios que colhiam erva. Santo Antônio foi saqueada em 30 de janeiro de 1629. Manuel Prêto operou no Ivaí. Os padres salvaram as reduções do Paranapanema, descendo o rio (1).

Mate

«Nos arrabaldes do povo de Maracaju se beneficia a erva comumente chamada do Paraguai, tão usual viciosamente em tôdas aquelas províncias do Peru, que não há casa de espanhóis nem rancho de índios em que ela não seja pão quotidiano e bebida. E se tem espalhado tanto êste asqueroso sumo que chegou à Côrte, a muitas cidades da América e da Europa seu conhecimento. Em meu parecer o demônio por meio de algum feiticeiro a inventou. Sendo eu cura da imperial cidade de Potosi e não sendo médico, escrevi um memorial em que provava com razões poderosas que o uso desta erva ocasionava febres vermelhas e outras febres». (2) Assim escreveu o padre Charcas em 1689.

Dos povos jesuíticos do Paraguai não se mandava beneficiar a erva, que existia em imensas quantidades.

Como quer que seja, o uso do mate entrou em São Paulo via Guairá, cêrca de 1600. Pode-se dizer que nisto influiu o Paranapanema, em cujos tributários, na sua seção mais alta, também se industrializou, com o pinho, o mate no século 19.

DOM RODRIGO DE CASTELO BRANCO

Em 1679, antes da triste viagem a Sabará, Dom Rodrigo esteve em Paranaguá.

Animou os mineradores de Curitiba. Organizou três bandeiras que certamente exploravam os campos do Tibagi e do Iapó, até as Furnas.

O Tibagi era considerado diamantífero.

O próprio fidalgo subiu a serra e arranchou-se em Curitiba.

Um dos bandeirantes por êle mandados às Furnas foi João Antunes Maciel, o velho.

(1) Coleção de Angelis, ms. da Biblioteca Nacional I, 27, pág. 20.

(2) História da Província Jesuítica, Rev. Inst. Hist. Geográfico, 3º semestre, de 1863, pág. 832.

É curioso como justamente nessa época ele aparece morando em Sorocaba, e em 1693 tira sesmaria no Sarapuí (aquém) «no caminho de Curitiba».

É inegável a cooperação dêsse João Antunes na feitura do caminho por dois extremos (1).

O PARANAPANEMA SEGUNDO O CÔNEGO GAY

Eis aqui, enfim, o que se sabia acêrca do rio Paranapanema no século 16:

Correndo Paraná acima se encontra o rio mui caudaloso que vem do Brasil, chamado Paraná-Pané no qual, entram outros muitos e todos são mui povoados, especialmente o que tem nome de Atibajiba que tem mais de cem mil índios.

O Paranapané nasce de uma cordilheira chamada Sobaré, que dista pouco de S. Paulo, juntando-se com outros se torna caudaloso e rodeia o sêro de Nossa Senhora de Monte Serrat, que tem cinco léguas de circuito. A sua falda os portugueses da costa do Brasil tiram muito ouro, rico de 23 quilates, e no alto da mesma serra encontram muitas veias de prata; aí Dom Francisco de Sousa, cavaleiro português, fundou um povo que continua tirando grandes benefícios das minas de ouro e de prata (2).

Este trecho e os que o antecedem e seguem são de 1612 e foram traduzidos pelo historiador das Missões, cônego Gay, de La Argentina, obra famosa de Antônio Dias de Gusman.

Ainda se refere a Guairá como contemporâneo. Refere-se à cidade de Pôrto Real (Ciudad Real) três léguas acima do salto de Guairá na bôca do Piquiri, e à vila do Espírito Santo (redução), cinqüenta léguas no interior, a leste, sôbre o Ivaí, «em cuja jurisdição ou comarca há mais de 200.000 índios guaranis, povoados tanto nos rios e montanhas, como nos campos e pinhais que se estendem até São Paulo, povoação do Brasil (3).

«Pouco acima do trópico de Capricórnio pela mesma margem esquerda recebe o rio Paranapané ou Panema (pané «logrado»), que nasce na vertente oriental da serra de Paranabicaba (sic), a cuja falda oriental corre o rio Iguape (sic), (que significa «dá

(1) Davi Carneiro. *História Militar do Paraná*, Curitiba, 1942, 19.

(2) Cônego João Pedro Gay. *História da Província Jesuitica do Paraguai*; in Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — 4.º trimestre de 1863, pág. 768. O autor passa imediatamente ao Tietê ou Ayembê, que diz nascer lá pelo Cabo Frio...

(3) Ibidem, 747. Acima do Paranapanema, o autor coloca Pirapó e Santo Anastácio.

água») e se engrossa, em sua comprida carreira, de numerosos rios e arroios de ambos os lados.

Vários povos da antiga província de Guairá se achavam sôbre o Paranapané.

Umas dez léguas da fóz dêste último rio, o Gaibay ou Guibay (Guibay) em baixo feio, corre entre a serra dos Agudos e da Esperança».

CAPÍTULO II

O povoamento pela mineração, sesmarias e cidades até 1921 em São Paulo, e a posse do terceiro planalto do Paraná até 1950.

* * *

Fundação do Paranapanema, hoje Capão Bonito, segundo notícia local.

Apesar de não haverem (sic) documentos probatórios referentes à fundação, sabe-se tradicionalmente que este município foi fundado por antigos mineiros à margem direita do rio São José ou Apiaí-Mirim acima.

Em 1700 mais ou menos foi mudada esta situação para o lugar denominado Arraial Velho, de onde, anos depois, transladou-se para o lugar até hoje denominado Freguesia Velha, à margem direita do rio das Almas, sendo finalmente, em 1850, mudado para o lugar em que hoje se acha.

Presume-se que, quando situado à margem direita do rio das Almas, hoje denominado Freguesia Velha, foi elevado à categoria de freguesia...

Segundo consta, paroquiava em 1746 o padre Manuel de Lima Vergueiro.

Esta transladação realizou-se a 22 de agosto de 1850, em virtude da portaria de 2 de maio do mesmo ano, expedida pelo Exmo. Chantre Lourenço Justiniano Ferreira.

A lei provincial n.º 3, de 24 de janeiro de 1843, havia autorizado o Governo a remover a freguesia para local mais conveniente à comodidade do povo, que ficava obrigado a edificar nova matriz à sua custa (1).

Vila em 2 de abril de 1857, exautorada em 26 de março de 1866 e restaurada a 14 de março de 1868, a própria Câmara, a 13 de maio de 1894, deu a Capão Bonito do Paranapanema, hoje só Paranapanema, o título de cidade.

Saudável, a cidade se avista a 33 quilômetros de distância.

Há uma gruta com estalactites na Freguesia Velha.

(1) Almanaque do Sul de São Paulo, de Camilo Lellis, 190.

MINAS DE OURO

O padre Manuel da Fonseca assim se refere ao Paranapanema.

«Estando na freguezia de Santo Amaro, veio à prática o Paranapanema». O padre Belchior fêz o trocadilho. O rio devia ser Paranajuba, rio do ouro, e olhando para um menino que estava nos braços de sua ama, disse: Êste menino há de descobrir essas minas.

Sucedeu tudo assim... Porque Domingos Rodrigues, que era o menino, foi o que depois as descobriu. Sei eu que alguém duvidou desta profecia, porque atendendo ao vocábulo de Paranajuba, esperava que êste lugar desse tanto ouro quanto a sua fantasia lhe propunha, como se as profecias se devessem entender no sentido em que cada um as quer tomar. E como estas minas são de manchas, ainda que delas tem saído muitas arrobas de ouro, pois há mais de vinte anos que delas tiram êste precioso metal, com tudo não satisfazem à multidão dos sujeitos que a ela correm... (1)

O livro do padre Fonseca que isto refere foi editado em 1752. A Licença de 1751. Êle o escreveu em São Paulo entre 1743 e 1748, quando as minas do Paranapanema se aumentaram com as do Guapiara. A sua expressão «há mais de 20 anos» pode entender-se desde 1717 (ouvidor Pardinho) ou 1728 (governador Pimentel) datas mais sabidas de surtos de exploração. Surtos, porque o fato de alguém profetizar que Fulano vai achar as «minas do Paranapanema» quer dizer que elas já eram exploradas com pouco ou nenhum resultado. Com um pouco de esforço, os exploradores de ouro Mbeira acima, conhecidos no fim do século 17 e começo do 18, alcançavam águas do Paranapanema. Iam e vinham com as suas batéias.

Os de Santo Amaro, por trilhas de índios e picando mato, alcançavam as cabeceiras do Sorocaba, buscavam em vão o Botucavaru, morro lendário de riquezas no município de Ibiúna, passavam ao turvo de Itapetininga. Penso que essas viagens se facilitavam porque, com as últimas barrancas da serra até Curitiba, acaba a mata virgem e começam, campos de pinhais. No pinhão dêste ano, queria dizer no tempo do pinhão.

(1) Padre Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, 1752, reedição Cia. Melhoramentos 195.

OS QUINTOS DO OURO

O Ouvidor e o Governador

As minas do Paranapanema foram descobertas em 21 de novembro de 1717 por Miguel de Barros e João Fernandes Távora, moradores de Sorocaba, a sede do município. Comunicaram-no imediatamente ao ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, que cinco dias depois já escrevia ao Conselho Ultramarino.

Contava que eram faisqueiras nas cabeceiras do rio que não foram bem examinadas devido aos matos estêreis e à inundação das águas, mas a amostra era igual ao ouro do Ribeirão do Carmo.

Pardinho prometeu a Barrôs, o título de guarda-mor e a proibição de outros irem lá antes de se completar o descoberto.

Na vasta zona andavam muitos outros mineiros a quem era preciso nomear um superintendente (1).

Esta notícia não vai de encontro à outra veiculada pelo jesuíta Fonseca.

Descobrimientos diversos na mesma região.

O governador Pimentel chegando em Agosto de 1727, ao Paranapanema em novembro ainda nomeara superintendente ao mesmo provedor feito por Rodrigo César. Mas de certo não deu o resultado que êle esperava.

Nem a nomeação, em janeiro, do guarda-mor José Quaresma de Almeida.

Sua viagem ao Paranapanema por cerca de 30 léguas em cavalgadura, não sezia de todo desinteressada; pois êste é o ano do roubo dos quintos do ouro do Cuiabá em que êle esteve envolvido.

Seu esforço é comovente em querer levantar a produção das minas de lavagem com perdão da palavra, na cozinha de São Paulo, enquanto os paulistas faziam um verdadeiro «rush» para os longínquos Goiás e Cuiabá.

Além dos já mencionados oficiais de justiça, Caldeira Pimentel nomeou ainda capitão de ordenanças, Estanislau Furquim Pedroso, alferes, Feliciano da Fonseca e Silva, escrivão das execuções e meirinho da Intendência Joaquim Moreira da Costa, tenente a Simplício Pedroso Furquim e ajudante, Teodoro de Siqueira Leitão. Atraindo moradores, deu sesmarias a Manuel de Araújo Beltrão e Crispim dos Santos, respectivamente na cachoeirinha do Paranapanema e na encruzilhada do caminho do

(1) Documentos interessantes (fim da pág.).

Paranapanema com o do bairro do Cubatão, a Sebastião de Paiva Almeida, Manuel de Almeida (no Campo da Boa Vista) Nuno Gomes Ferreira (Paranapanema acima), João Simões da Fonseca, João Lourenço Corim, Jerônimo Moreira, Mateus Correia Leme, Bento Marques, Mãnuel Francisco Gonçalves, João de Sousa, Antônio Pereira Barbalho.

Julião Pereira Chaves teve sesmaria em Santo Antônio das Batéias. Adiante na sesmaria Ribeirão, estava Sebastião de Paiva. Certo Manuel Fernandes Diniz recebe outra sesmaria no ribeirão das Batéias. E assim temos a identificação de um ribeirão afluente ou contra-afluente do Paranapanema em plena produção.

O nome de Santo Antônio pode ter sido dado por Julião, bom portugueses.

Possivelmente houve uma capelinha.

Por outro lado, há a sesmaria do ribeirão das Almas (Mateus Correia Leme) e o superintendente Cunha Abreu, em 1728, o era das Vertentes do Paranapanema.

OURO DE APIAÍ E PARANAPANEMA

Em 12 de março de 1726 foram enviados a Portugal, com as 8.912 oitavas do Cuiabá e 203 de Paranaguá, 830 oitavas do Paranapanema, o que dá, para este rio, fora o contrabando 4.150 oitavas. Se fôssem com escravos bateando, teríamos para cada um cêrca de 40 oitavas, e para seu dono 40 mil réis por um ano, o que é pouco.

Sempre é bom lembrar o valor dos pesos antigos.

A oitava contém 72 grãos e pesa grams. 3,5863. Oito oitavas fazem uma onça, ou gramas 28,691. Oito onças constituem um marco ou gramas 229,525. Dois marcos, uma libra. 32 libras, uma arroba. 4 arrobas, um quintal. 13 quintais, e meio, uma tonelada.

Em 1728 novo impulso às minas de Apiaí e Paranapanema. Pelos meados do século até o Brasil-Reino, elas continuam produzindo e diminuindo, tal como as de Jaraguá.

Ainda há ouro por lá, naturalmente em quantidade não comerciável. Os aventureiros de vez em quando mandam fazer batéias, vimos uma dessas, bem torneada e embrenham-se pelas furnas da Paranapiacaba.

Em Guapiara, que se tornou município após dois séculos de arraial, um sujeito pegou uma batéia e tirou cascalho do barranco, isto é, da grupiara ou guapiara, e lavou. Quando obteve o ouro necessário, foi ao dentista. É anedota verdadeira.

Em 1775 a casa da Fundição de São Paulo ainda enviou 109 marcos, 4 onças e três grãos e um barra de 4 marcos. 5 onças, 2 oitavos e 3 grão. Perto de duas arrobas, o que dá uma idéia do ouro retirado de Paranaquá, Curitiba, Ribeira, Apiaí e Paranapanema, cinco vezes mais.

Em 1729 era superintendente Leandro Rodrigues Fontes, também sargento-mor.

Francisco Pedroso Xavier foi pelo Conde de Sarzedas, em 1735, feito fiscal do impôsto de capitação do Paranapanema. Escrivão era Carlos Manuel Pereira da Silva. Tesoureiro, desde 1735, para esta capitação foi Francisco Tinoco. Êste continuava em 1739, com o mesmo escrivão e outras patentes, se é que é o mesmo Manuel Cordeiro da Silva.

Em 1741 Francisco Pedroso Xavier é o guarda-mor.

Desde 1728 o seu antecessor foi Manuel Coelho Duarte, que acumulou patentes de superintendente das minas e intendente dos quintos.

Quanto aos povoadores, nenhuma sesmaria foi concedida mais, o que quer dizer que não havia terras devolutas nos ribeiros, ou os governadores praticaram melhor os regimentos de minas, distribuindo pequenas datas, embora maiores que as do ouro de betas; isto é tanto mais provável, quanto em dois locais se descobriram grupiarias, que podem ser exploradas a talho aberto e render mais do que o leito dos ribeiros.

Um dos mineradores importantes do Paranapanema foi Manuel Gonçalves de Aguiar, capitalista residente em Santos. Êle arrematou os direitos de passagens no Paranapanema antes de 1724, e no ano seguinte tirou a sesmaria do Poço, vizinha ao Registro. Seu confinante do mesmo ano, Luís Pedroso de Barros, era sesmeiro do Itararé, Verde, Apiaí e Taquari (desde Buri até o Paraná, hoje!)

Em 1743 era superintendente das minas de Apiaí e Paranapanema Tomás Antônio Pizarro de Araújo.

Estava-se em grande atividade. Os Beneditinos de Sorocaba tinham administrados índios a seu serviço. E mandaram alguns tirar umas bateadas para acudir à sua pobreza.

Foi o índio Ciríaco quem descobriu o ouro em São José dos Pinhais, depois São José do Guapiara, naquele ano. Exatamente a 26 de março de 1743 José de Barros Lima foi nomeado capitão-mor de Sorocaba.

Intrometeu-se. O descobridor, certamente para firmar-se também no reino dos céus, denominou São José ao ribeirão e deu um

jeito com o seu amigo, governador Mascarenhas, para ser nomeado superintendente de todo o Paranapanema (1).

A carta em que êle comunica a Mascarenhas o novo descoberto é de 26 de novembro de 1742.

Lealmente, dá como companheiro de sorte, Francisco Nardy de Vasconcelos e assim se encartou como superintendente do Paranapanema e capitão-mor de Sorocaba.

Saindo o Mascarenhas, Pizarro voltou a ser o superintendente.

O Paranapanema não precisou, como aconteceu com o ouro de Minas Gerais e do Cuiabá, da fiscalização dos registros. O ouro fundido em Minas e Mato Grosso, já com a marca do ouro quintado, passava sem novo tributo pelos registros. Fundido. O ouro em pó ou em graneles, *in natura*, tinha de ser descontado. Mas em São Paulo a Casa da Fundição era justamente o final da viagem do ouro em pó. Se era usado, como troca, o negociante que o recebia do mineiro já o avaliava um quinto de vêzes menos. E havia os contrabandistas, mas não era fácil comprar nada com o ouro não quintado. Além disso, o impôsto de capitação esteve em vigor, alguns anos, o que permitia correr o ouro livremente.

Por isso é que nem só os ourives tinham balancins de pesar. Por várias ocasiões as leis permitiam, concomitantemente, o curso do ouro não quintado, desde que valendo 1\$200 a oitava, enquanto o outro era a 1\$500.

O ouro do Paranapanema devia fundir-se na casa da Fundição em São Paulo, em cujo local se ergueu o prédio do Tesouro, (o que mudou o nome à rua da Fundição), até 23 de junho de 1736.

A carta-régia mudando o impôsto em capitação e livrando o curso de ouro em pó a 1\$200 a oitava é do ano anterior. Em 1751, volta aos quintos, ressurgue a Casa da Fundição, o que não impediu a circulação do ouro não quintado, a 1\$200.

De 1762 a 1766 esteve fechada a Casa da Fundição.

As barretas não ocasionavam as pequenas perdas no pêso de mão em mão.

Em 1808 extinguiu-se a Casa da Fundição em São Paulo, com as de todo o País.

Extinguiu-se o complicado sistema do impôsto dos quintos, proibindo a circulação do ouro em pó como se fôsse moeda (1 de setembro) e criou-se o Banco do Brasil, incluindo os lucros do

(1) Provisões do Conselho Ultramarino, ano de 1743. Inst. Hist. Geog. Brasileiro ms.

Rei ou nacionais no novo sistema monetário e em outros tributos (1).

Já no Paranapanema e Itapetininga pouco havia para quintar. No entanto o ouro e os vastos terrenos atraíram os mineiros de suas minas também gastas.

Eles gostavam de reunir o útil ao agradável. Se achassem ouro. O rio Verde os atraiu até cêrca de 1850.

Eis aqui os nomes de alguns dos últimos mineradores do Paranapanema.

Em 1791, Lourenço Antunes ainda fêz um novo descoberto de ouro, adiante do rio Paranapanema, segundo o mapa corográfico de São Paulo, de Rodrigues Montezinhos.

Em 4 de abril do ano antecedente abriu-se o Livro de Registro de ouro entrado na Casa da Fundição, o único que se conserva no Arquivo Público do Estado.

Entregaram ouro do Paranapanema e adjacências, em 1791: Paulino Aires de Aguirre, por si e seu filho Salvador de Oliveira Aires, residentes em Sorocaba e Itapetininga. Antônio José de Sousa, pelo capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros, de Sorocaba. Francisco Manuel Machado, de Sorocaba, 4 onças. Bartolomeu Medeiros de Itapetininga, 6 marcos. Francisco Ferreira de Albuquerque, José Correia Pinto, Antônio Martins de Araújo, Francisco Manuel Machado, de novo, 3 onças, 7 oitavas, 36 grãos. José Antônio Paulista, Antônio Antunes Cardia, Inácio de Almeida Lara, Dr. José Vaz de Carvalho, padre Patrício Manuel de Andrada e Silva, 2 onças, 1 oitava e 37 grãos. Gonçalo João Vilaça, Bento Pupo de Gouveia, Antônio Álvares Ferreira, e outros (2).

O QUE PEDRO TAQUES SABIA SÔBRE AS MINAS DO PARANAPANEMA

Na «Informação sôbre as Minas de São Paulo» escreveu o cronista:

O governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel passou em pessoa às minas de Paranapanema e Apiaí para vencer dos seus moradores o Real Donativo, e levou para êste efeito em sua companhia ao Desembargador Francisco da Cunha Lôbo, Ouvidor-Geral e Corregedor em São Paulo. Tendo reconhecido o estado das Minas, até então governadas por um capitão-mor

(1) Francisco de Sales Oliveira *Moedas do Brasil*.

(2) Do livro que em 1941 se conservava na Diretoria do Arquivo Público de São Paulo.

regente sem jurisdição ordinária, nomeou para superintendente delas, com jurisdição no cível, e crime, e nas dependências das terras minerais, ao Coronel Bernardo Antunes de Moura, que principiou logo a exercer os atos de sua jurisdição.

Sucedendo porém, no cargo de Ouvidor-Geral, o desembargador Francisco Galvão da Fonseca, este, entendendo que o provimento de superintendente era de sua jurisdição, passou provisão a outro diverso sujeito, de cuja novidade dando-se conta a Sua Majestade, foi o dito Senhor servido mandar estranhar ao dito desembargador Galvão esta introdução e declarar que o provimento pertencia ao Governador da capitânia.» (1)

Faltando nomes e datas, temos de recorrer a outras fontes. Assim é que o capitão-mor regente teve provisão de capitão-mor em 20 de agosto de 1725, que lhe concedeu Rodrigo César de Meneses. Chamava-se Diogo de Toledo Lara.

A substituição pelo superintendente, Bernardo Antunes Rolim de Moura, foi em 14 de junho de 1728, para o cível e o crime, e pelo Capitão-mor João Coelho Duarte, em 17 de maio daquele ano, na parte militar. Este fazia também a distribuição das datas com o pôsto de guarda-mor, desde primeiro de junho do mesmo ano. Aliás, na mesma ocasião Pimentel nomeou Provedor do Ouro a Bernardo Antunes (2). Assim fazendo, o cínico Pimentel apenas tirava Antônio Raposo Tavares, por haver sido este feito provedor por Rodrigo César.

Não encontramos o nome do superintendente nomeado por Fonseca Galvão, parecendo-nos ser José de Barros Lima.

Em suma, a organização das minas do Paranapanema e Apiaí foi iniciada desde o dia de sua descoberta, continuou com o governador Rodrigo César, que nomeou o primeiro provedor Antônio da Cunha Abreu em 20 de junho de 1725 e a seguir o Capitão-mor Toledo Lara e concedeu as primeiras sesmarias, e aperfeiçoou-se com a visita pessoal do governador Sebastião Caldeira Pimentel em 1728.

O governador passou por Sorocaba, que naquele tempo estava sem capitão-mor e era governada pelo Coronel Bernardo Antunes Rolim de Moura.

Este por obrigação devia hospedá-lo e acompanhá-lo.

Em maio e junho o ambicioso fidalgote reinol passeou pelos arraiais de ouro de lavagem de Apiaí e Paranapanema, onde só

(1) Edição Melhoramentos.

(2) João B. de Campos Aguirre Sesmarias, Rev. Inst. Hist. Geog. São Paulo — XXVI.

havia ranchos de palha, assim o cremos, pois os funcionários eram de fora. Bernardo Antunes morava na sede do município, aliás.

SESMEIROS

A concessão de sesmarias na margem e no vale direito do Paranapanema chegou, até o advento da lei das posses (1850), ao Salto Grande. No Paraná, também as concessões pararam antes daquele local.

Quem tomar hoje a rodovia São Paulo-Curitiba, entre Piedade e Pilar do Sul, atravessará o Turvo, também conhecido por Turvinho, e seu afluente Pinhal, que levam águas ao Itapetininga, águas da serra do mar. Contravertem com o Sarapuí. No Turvinho há uma usina elétrica, desde 1912, de uma fábrica de Sorocaba e, pois, defraudando força do Paranapanema para o Tietê. Os campos dêsse Turvo foram atingidos diretamente de Sorocaba, continuação dos do Salto de Pirapora, mas somente em 1788 José Loureiro de Almeida os recebeu em sesmaria, visto que as cabeceiras mais auríferas havia cinco anos as requerera Antônio Leite de Sampaio. Por sua vez Cláudio de Madureira Calheiros, em 1780, requereu sesmaria que provocou o povoamento com intrusos nas vizinhanças da atual Piedade (1).

O Capão Alto (que ainda é conhecido pelo mesmo nome no município de Itapetininga) foi uma sesmaria requerida em 1766 por Pedro da Silva Chaves, morador de Sorocaba e já estancieiro em São Francisco de cima da serra, Viamão, Rio Grande do Sul. Eis os seus limites: Estrada de Curitiba, rio das Pederneiras (Alambari, águas do Tietê) matas do Guareí e rio Itapetininga! Êle dava uma superfície de légua e meia por légua e três quartos. Era mais. Motivo: os sesmeiros anteriores não tomaram posse. A Câmara de Sorocaba informou que havia muitos moradores sem título. O ouvidor de São Paulo achou que êstes não deviam ser despejados. O governador escreveu a Pombal ou Oeiras, mas despachou que, dentro de um mês, êstes moradores se juntassem a tirar carta (2).

Não o fizeram e o Chaves ficou dono, desde pelo menos, 1782.

Esta imensa sesmaria, portanto, começava junto à pequena e velha cidade de Sarapuí, onde se limitava com a do Loureiro e a dos Beneditinos de Sorocaba (esta datando de 1693) e atravessava o povoado atual de Alambari, seguindo pelo espigão de terra roxa que avança para o norte e chega aos do Capão Alto,

(1) João Batista de Aguirre, *Rev. Inst. Hits. Geog.* São Paulo, Vol. 34.

(2) *Doc. Int.* LXIII, 188.

até hoje o celeiro da cidade de Itapetininga. Incluía-se a estação de Morro Alto, donde se avista ao longo a serra de Botucatu, a que o espigão mestre pertence até geologicamente.

Todavia, apesar de as duas léguas chegarem a quatro, ainda houve jeito para Simão Barbosa Franco requerer sobras em 1788.

As cumiadas do espigão, na sesmaria do Paiol que é em águas do Tatui, afluente do Sorocaba, dividem as cabeceiras dêste com as do Guareí, passando pelas fontes dos ribeiros das Araras e, adiante do Guareí, pelo Areia Branco.

O espigão do mesmo nome vai até Tôrre de Pedra, Bofete e serra de Botucatu no Ribeirão Grande, no distrito botucatuense de Pardinho. Os Campos Bicudo de Itu e a Companhia de Jesus dividiram entre si desde 1713 êsses imensos campos de Guareí e Botucatu, entre o Paranapanema e o Tietê. O ribeirão Lavapés, da cidade de Botucatu, corre para o Tietê, mas já na estação de Rubião Júnior, a 6 quilômetros, as águas vão ao Paranapanema pelo Pardo. Dos jesuítas ficou a lembrança no ribeirão Santo Inácio. O Ibituabaré, morro do Padre, é o título de uma das sesmarias.

Depois da expulsão, suas terras foram arrematadas em hasta pública por Paulino Aires de Aguirre e Manuel Joaquim da Silva e Castro, em 1766, por 3.622\$000, (1), apenas com o nome de fazenda de Botucatu.

Guareí foi de novo concedida em sesmarias a Jerônimo Pais de França e a Felipe Neri Barbosa, em agosto do mesmo ano, e ainda em 1788 a Simão Barbosa Franco. Além da serra de Botucatu nas vertentes do rio Pardo as terras foram concedidas logo depois que os sorocabanos abriram a picada para o Rio Grande.

A êles e aos ituanos. Estes como freqüentadores do Tietê, descobriram comunicação com as cabeceiras do Turvo (outro Turvo) e Claro, abrindo uma picada. Grandes e famosos caçadores, segundo o Dr. Joaquim de Paula Sousa desembarcaram das canoas e encontravam-se com os sorocabanos que iam a cavalo, pelos campos. Já os Campos Bicudo se assenhorearam de todo o rio Sorocaba, até parte do Tatui. Meio século depois, chegam ao atual Agudos pela esquerda do Tietê. Com efeito, os sorocabanos Cláudio de Madureira Calheiros, em 1770, João Pires de Almeida Taques em 1791 e Fernando de Almeida Leme em 1786 apossaram-se das terras do rio ou ribeirão Claro.

(1) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, VI, 374.

Logo o capitão-mor de Itu, Vicente Taques e seu parente padre Aranha, pegaram as terras do divisor das águas para o Tietê, estreitas nesse local porque a serra está junto ao rio e, aliás, continua de outro lado, São Pedro de Piracicaba. O padre abriu picada do rio à sua fazenda. Deve ser o padre Aranha que virou alma penada... segundo as histórias de Cornélio Pires.

O mesmo João Pires, José de Almeida Leme e Antônio Pires de Almeida Taque se assenhorearam de todo o rio Pardo abaixo. No começo d'êste século os descendentes d'esses Pires em Sorocaba anunciavam a venda de 4.000 alqueires de terra em Santa Cruz do Rio Pardo. E a posse foi efetiva, segundo se vê do inventário de Cláudio de Madureira, residente em Sorocaba. O Pardo cai um pouco a montante de Salto Grande.

Retornemos à Serra do Mar. Em 1 de fevereiro de 1807 Antônio José dos Santos, que residia no Pirapora acima, depois de olhar, ao menos de longe, a mataria do alto da serra, requereu terras (e obteve) das vertentes do Turvo para o lado do mar. Exatamente no atual distrito piedadense de Tapiraí, onde as águas do Paranapanema e do Juquiá se dividem. Na realidade trata-se do pequeno Turvo do Itapetininga, mas também pode ser o Turvo grande do Paranapanema, que até nasce mais perto de Itapiraí. É sugestivo o nome de serra da Batéia, pois a mineração começa nas cabeceiras. Entre o Turvo pequeno e o Pinhal, seu afluente da esquerda, porém, anotamos a sesmaria de Salvador Pedroso de Abreu, em 1799. Tornou-se depois a fazenda do Pinhal, entre Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo. Pertenceu ao Coronel Inácio Rosa e sua mulher Ezequiela Rolim. Viuvando esta, casou-se com José Manuel de Almeida Castanho que hipotecou e entregou a fazenda a Olímpio Rosa, de quem passou a outros Castanhos, de Santos. Inácio Rosa tinha também a fazenda Apereatuba onde hoje é Repreza da Light, entre Sorocaba, Una e Piedade.

Entre São Miguel Arcanjo e Capão Bonito, na mesma rodovia, encontramos o grande Turvo que engrossa o Paranapanema em suas origens. Aí, entre outros, teve sesmaria o padre Tomé Vieira de Almeida Lara, em 1783, no Turvinho (um outro córrego), noutro pequeno Pinhal, e na barra do Turvo no Paranapanema.

Entramos então, nas cabeceiras do Paranapanema, do Taquaral e do rio das Almas, de que demos rapidamente as sesmarias no capítulo sobre as minas até 1728. Certamente já os leitores notaram como após cerca de 1728 também noutros limites escasseiam as sesmarias, que recomeçam com o governo do Morgado de Mateus (1765-1775). Porque êle foi povoador e redistribuidor de terras.

O padre Antônio Teixeira Chaves requereu terras no Arraial Velho, em 1773. O mesmo Salvador Pedroso de Abreu, em 1799, à esquerda do Paranapanema.

Descendo o Paranapanema após o rio das Almas, e entre este, o Paranapanema e o Apiaí os sesmeiros progridem até a embocadura deste, onde Antônio Bueno Feio recebeu terras em 1745, e mais acima, José Pais de Almeida em 1766. À direita do Paranapanema devemos mencionar as terras já em 1717 concedidas a Antônio Pinto Guedes, na passagem do Paranapanema, e em 1726 a Manuel Gonçalves de Aguiar, no pôrto do Itapetininga (Registro Velho). Aí mesmo José Ferreira de Oliveira obteve terras em 1737. Nos campos da atual cidade de Itapetininga, em 1766 Manuel José Braga, em 1788 Domingos de Meira, em 1786 o padre Paulo Anhaia Leite (noutro Pinhal), tiveram terras, mais Simão Barbosa Franco, este no rumo do Capão Alto, a encontrarem-se com os poderosos sesmeiros já mencionados. A sesmaria de Meira, no córrego Currução, entre Itapetininga e Angatuba, causou movimentação no fóro local há uns 10 anos. Além do Guareí, os últimos sesmeiros foram Vicente Taques e Manuel Correia de Oliveira, em 1781 e 1781, respectivamente, supponho que dos dois lados. Célebre foi, entre o Apiaí e o Paranapanema (Buri e Capão Bonito), a sesmaria de Parana-pitanga, que em 1842 pertencia ao Coronel Rafael Tobias de Aguiar. No Taquari, que corresponde ao antigo município de Faxina, já em 1725, a 17 de março, depois de abrir a picada nos campos de Araraquara Luís Pedroso de Barros obteve terras por onde passava a estrada para Curitiba.

Luís Pedroso Furquim, três anos depois, teria terras no rio das Almas.

E Antônio Furquim Pedroso, o fundador de Itapeva, seria herdeiro, no pouso que se tornou vila, e era um pouco distante da atual cidade. No Taquari abaixo e acima na década de 1780. muitos sesmeiros. O ituano Felipe de Campos já aí estava desde 1779. Foi feito sargento-mor de Itapeva, mas levou um «respice» de Martins Lopes porque parava mais tempo na Roma brasileira. Em 1785, no curso médio (hoje Itaberá) obteve terras Estevam Amador dos Santos, cuja família ainda é notável.

Agora que chegamos ao Taquari poderemos passar às cabeceiras do Apiaí, ou Apiaí Guaçu, de novo na serra do mar, reprovado em 1772-1782, por Barnabé Gonçalves Málio, Alberto Duarte Bernardo, Ana Pires, Demétrio Furtado e Custódio Francisco Pereira e Manuel Rosa, novos fundadores, no morro do Ouro. Daí pelas cumiadas e planaltos ventosíssimos damos nas cabeceiras dos rios Perituba, Verde e Itararé. Francisco Rodrigues

Penteado, em 1732, tornou-se o sesmeiro de Perituba, fazenda famosa pela residência do Barão de Antonina, o Pai Guaçu e também o varão Antoninho, dos índios. Luís Pedroso de Barros, em 1725 (em dezembro) recebeu a sesmaria do rio Verde que também passaria, no século seguinte, ao Barão de Antonina.

A sesmaria de Itararé também é de 1725 e de Luís Pedroso de Barros e, a seguir, de José de Barros Lima.

Ainda em meados do século passado dona Teresa Pais da Silva, irmã do historiador Pedro Taques, possuía a fazenda São Pedro do Itararé, que herdara de seu pai Bartolomeu Pais de Abreu, e este, ao que parece, do pai, 1.º Pedro Taques.

Deve de ser alguma outra, distinta da do rio Verde e limitrofe com esta, donde a confusão dos cronistas. Fazenda São Pedro de Itararé lembra os dois Pedro Taques.

O historiador em seu testamento, publicado por A. de Taunay, escreveu: «Sou administrador da fazenda de São Pedro, e esta herança de minha irmã nunca jamais até agora houve quem quisesse comprar esta fazenda, e se conserva no absoluto domínio do fazendeiro Inácio Vaz Teixeira, ao qual ainda se não fez partilha para tirar o quarto dos animais que lhe tocam e dêste lucro pagarem o que fôr alcançado de várias extorsões que dizem ter praticado».

Foi em 1777. (1).

No atual Estado do Paraná, as sesmarias foram concedidas ao longo dos rios em sua passagem: a do Iapó em 1704 a Bartolomeu Pais de Abreu, as de Itambé e Jaguariaíva a João Leite Penteado em 1726, a da Fortaleza a Francisco Rodrigues Penteado em 1725.

Mas o primeiro sesmário foi Pedro Taques de Almeida, em 1704, no Itumbé, Itaiacoca e Jaguaricano.

Note-se que ficaram devolutos imensos terrenos, mais do que os do vale paulista.

Também em São Paulo, antes do Salto Grande, além do Itararé-Rio Verde, confluência que ficou para os Índios, houve terras devolutas.

No século XIX ainda se concederam terras até a confluência do Taquari, mas houve e há o ribeirão das Posses, em Itai.

Seguem mais algumas sesmarias.

Antônio Bueno Feio, morador em Sorocaba. Duas léguas de terras de comprido pouco mais ou menos e uma de largo no distrito de Parnapitanga que de uma parte e da outra o cerca o rio de

(1) Rev. Inst. Hist. São Paulo, 1918, 782.

Apiáí e ambos fazem barra no rio de Paranapanema ficando as ditas terras em um cerco ao pé das ditas barras. (L. 12). Fls. 175) (1).

Antônio Caetano Alves de Castro. Três fazendas no distrito das Vilas de Apiáí e Faxina, sitas na estrada de Curitiba e Viamão que as houve por título oneroso de compra na França dos ausentes o que mostrou documentos: a primeira que discorre desde o Passo de Paranapanema até o de Parnapitanga que terá légua e meia de comprimento pela estrada três de largo, pouco mais ou menos desde um ribeiro, denominado o Lageado, estrada da Cachoeirinha até o mesmo Rio Paranapanema, que o cerca. A segunda discorre desde o Passo de Parnapitanga pela estrada até o de Apiáí com três léguas e meia de comprimento e duas e meia de largo cercado dos ditos rios Paranaipitanga e Apiáí. A terceira discorre desde o ribeirão da Porteira até onde fazem barra os rios Paranapanema e Apiáí, com duas léguas e meia de comprimento e duas de largo, ou o que na verdade se achar entre os ditos dois rios que a cercam. Que a primeira denominada Santo Antônio do Pinheiro Sêco está no distrito da Vila de Itapetininga e as duas seguintes chamadas de Parnapitanga e de Baixo ficam no distrito da Faxina, tôdas cercadas de natureza, dos rios e ribeirões na forma mencionada. (L. 21, fls. 122 v) (2).

Antônio Teixeira Chaves, Padre, morador nas Minas de Paranapanema. Meia légua de terras de testada e uma de sertão em um faxinal que está na saída do mato que vem do Arraial ao pé do mato, correndo atestada do fim do campo pela estrada indo para o dito Arraial de Paranapanema até onde findasse, correndo o sertão para o Poente, buscando o caminho velho que em algum tempo seguia para as minas de São José dos...

José Ferraz de Abreu e Vicente Ferraz de Lara, do distrito de Itapetininga. Duas léguas de terras de testada e três de sertão no ribeirão das Almas de Paranapanema, correndo a testada pelo ribeirão do Posso até entestar com o rumo da sesmaria do Alferes Carlos Mariano Nardi, que terá duas léguas pouco mais ou menos ou o que na verdade se achar, com três léguas de sertão pelo rio Paranapanema acima com todos os seus logradouros para criação. (L. 22, fls. 54) (3).

José Silva Vieira, Manuel Ângelo Leite, Francisco Leite Pedroso, moradores no termo da Vila de Itapeva da Faxina. Uns faxinais para dentro do sertão entre os rios Taquari e Paranapanema, os quais terão légua e meia de testada e três de fundo,

(1) Repertório das Sesmarias, vol. V. Arq. Est.

(2) Repertório das Sesmarias, vol. V. Arq. Est.

(3) *Op. cit.*

confinando pela parte de Leste com terras de matos devolutos, pelo de Oeste com terras do rio Paranapanema, pela do Sul com o rio Taquari e pela do Norte o ribeirão das Posses. (L. 41, fls. 155 v) (1).

Manuel Correia Oliveira. Umas terras no distrito da Vila de Itapetininga, na paragem denominada Rio Claro, nas sobras da sesmaria do Capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros, correndo a dita terra para o Norte até contestar com os matos que vão para o Rio Grande e da parte do Poente até o rio de Paranapanema, e do Nascente até o rio Nhembu e de outra parte contestando com as sesmarias de João Álvares, Antônio Machado e Capitão Pires, todos os matos, campos, campinas e restingas que se acharem entre os mencionados limites e moradores. (L. 25, fls. 96 v) (2).

Manuel Gonçalves de Aguiar e João Sousa. Uns campos chamados do Poço, entre os rios Paranapanema e Paranapitanga e Ribeirão das Almas, no caminho para Curitiba, à mão esquerda, cujos campos abeirão com os que ficam na estrada. Três léguas de comprido e uma de largo, principiando ao pé do mato que abeira do rio Paranapanema, correndo para o Sul e uma légua fazendo-lhe testada de uma parte o rio Paranapitanga e da outra o Ribeirão das Almas. (L. 2, fls. 68) (3).

Pinhaes. (L. 20, fls. 5v.) (4).

Félix de Siqueira, da freguesia de Paranapanema. Uma sorte de terras entre o rio Paranapanema e o rio das Almas, principiando onde acabam as terras da sesmaria de Salvador Pedroso seguindo pelo rio das Almas até o ribeirão chamado Frei Bento, correndo por este por um lado e por outro seguindo o rio Paranapanema cuja testada feita no fim da dita sesmaria de Salvador Pedroso terá légua e quarto e correndo o sertão por entre estes mencionados rios, até a distância de légua e meia. (L. 32, folhas 277v.) (5).

Francisco Pais de Mendonça e Jerônimo de Proença, da Vila de Sorocaba.

Umas terras compradas ao Capitão Francisco Manuel Fiusa, que constam de uma légua de terras de testada e três de sertão sitas em cima da serra do caminho que se abriu para Iguatemi daquem do rio Pardo, têrmo da Vila de Itapetininga e que além destas comprada pelo pai dos suplicantes queriam légua e meia de campos de testada e três de sertão, que principiarão onde acabam os da compra, correndo as três léguas de sertão entre o

(1), (2), (3) — *Op. cit.*

(4) e (5) — *Op. cit.*

rio Pardo e a sobredita serra para a parte do rio Paranapanema, entrando os capões, restingas e matos que se acharem em tãda a circunferência, assim na testada como no sertão (L. 25, fls. 82 (1)).

João Leme, Antônio Leme de Miranda, Salvador Leme da Silva, moradores da Vila da Faxina. Quatro léguas de terras de testada e sete léguas e meia de sertão, que partem de uma banda com terras do padre José Pais de Almeida e da outra com o sertão e mato despovoado, correndo a testada pela mesma testada do sertão das terras do dito padre, principiando do mesmo marco do dito, onde finalizarão as suas terras da parte do ribeirão da Ponte Alta, o sertão correndo o rumo entre os rios chamados Taquari e Paranapanema com tôdas as entradas de campestres, faxinais e espigões de matos para seu logradouro. (L. 22, fls. 32). (2)

Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, da Vila de Itu, Campos, restingas e terras lavradas na paragem chamada Restinga Guaiabeira, estrada do Rio Grande de Iguatemi, confinando com a sesmaria de Cláudio de Madureira e ao lado esquerdo o rio Paranapanema e ao direito com o rio Anhembu, como também de uma légua de matos pela estrada adiante. (L. 21, fls. 100) (3).

Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, da Vila de Itu. Terras descendo o rio Tietê abaixo na paragem chamada as correntes das Pederneiras para a parte direita sertão dentro espaço de uma légua mais ou menos confinando de uma parte com a sesmaria do Tenente Manuel José Velho e seu cunhado Felisberto Castanho, metendo-se sômente de permeio um cordão de serra que fica servindo de divisa a sesmaria daqueles campos que terão três léguas em quadra ou o que na verdade se achar e demais parte confinando com o sertão que vai até os rios Piracicaba, Tietê e Capivari. (L. 23, fls. 2) (4).

Vicente da Costa Taques Goes e Aranha. Confirmação de três léguas de campo na paragem as Correntes das Pederneiras, distrito da Vila de Pôrto Feliz, confinando de uma parte com a sesmaria do Tenente Manuel José Velho e seu cunhado Felisberto Castanho metendo-se sômente de permeio um cordão de serra que fica servindo de divisa à Sesmaria daqueles campos, que o suplicante pede e das mais partes confinando com sertão que vai até os rios Piracicaba, Tietê e Capivari. (L. 27, fls. 103) (5).

(1), (2) — *Op. cit.*

(3) Sesmarias (organizado pela Seção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado).

(4) e (5) — Sesmarias (organizado pela Seção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado).

POVOAMENTO PELAS CIDADES ITAPETININGA

Simão Barbosa Franco teve ordem de Dom Luís Antônio para fundar Itapetininga em 1766.

O mesmo encargo de fundar Botucatu, a 18 léguas ao norte, mostra que não pode levar adiante sôzinho nem uma nem outra fundação. Desistindo daquela, foi auxiliado pelo alferes Domingos José Vieira, que residia nas imediações da atual cidade, local muito melhor que o Pôrto do rio Itapetininga, da preferência de outros. A 16 de julho de 1768 o vigário de Sorocaba localizou a matriz.

Em 1770, a 5 de novembro, o Morgado de Mateus criou a vila, sòmente instalada aos 9 de março de 1771, sendo juizes Simão Barbosa Franco e Domingos José Vieira. vereadores Miguel Fernandes de Abreu, José Rodrigues Guimarães e Sebastião Rodrigues de Quevedo, procurador Bernardo José Tavares, escrivão Félix Elói do Vale. Sòmente em 1776 foi medido o rócio, meia légua do pelourinho aos quatro pontos cardiais, encontrando ao oeste a sesmaria de Domingos José de Meira e a leste a de Ângelo Fernandes de Castilho.

A cadeia era um tronco sob um rancho, até 1780, quando fizeram pequena casa, perto do largo atual do Rosário. A Câmara, porém, ficou separada e era em 1776 uma pequena casa em telha vã. Parece que em 1854 estavam juntas no lugar da atual Prefeitura quando se separaram.

Em 1871 inaugurou-se o prédio da Câmara e Cadeia, o mesmo, reformado, da praça Marechal Deodoro.

A capela-mor estava pronta em 1776. Os cadáveres enteravam-se no «terreno deputado para corpo da igreja». O Sarutaiá, 1.º capitão-mor, a terminou; Simão Barbosa, viúvo, retirou-se para as partes de Curitiba.

Em 1850 a receita municipal foi de 465\$000, sendo 130\$000 do açougue e casinhas (mercado), 220\$000 de águas ardentes, aferições 75\$000, multas 40\$000.

Em 1855: 1:464\$309. Nesse ano o govêrno concorreu com 1 conto de réis para a matriz e com 300\$000 para melhoramento da fonte de água.

No ano seguinte 5:000\$000 para a cadeia.

A Lei de 4 de março de 1854 autorizava o govêrno a construir em Itapetininga uma cadeia central de comarca.

Itapetininga tem a categoria de cidade desde 13 de março de 1855. Comarca, em 1858, tendo pertencido a Itu e Sorocaba.

Por Botucatu, limitava-se com a comarca de Constituição (Piracicaba), donde se vê que foi a única entre o Tietê e o Paranapanema.

ITAPEVA

Itapeva foi mandada fundar pelo governador Dom Luís Antônio por intermédio de Antônio Furquim Pedroso em 1766. Êle já residia no local, uma meia légua aquê, onde se dizia a vila velha.

Em 25 de setembro de 1769 o juiz ordinário de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, em nome do Ouvidor doutor Salvador Pereira da Silva, de São Paulo, com ajuntamento de povo, escolheu o lugar para Câmara e Cadeia na rua da Candonga, que fica fronteando a porta da igreja e dando os fundos para a estrada de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Erigiu o pelourinho, enquanto o porteiro da Câmara de Sorocaba gritava: «Pelourinho que se levanta para a fundação desta vila nova da Faxina».

A ata foi por juiz e porteiro e povo assinada, inclusive pela primeira Câmara: Antônio Furquim Pedroso e Antônio José de Araújo, juizes ordinários; Barnabé Gonçalves Mallio, Antônio de Oliveira Barros e Inácio Rodrigues de Sampaio, vereadores; Timóteo da Silva Moraes, procurador.

O tabelião foi Joaquim José Beira, português que depois voltou a residir em Sorocaba onde viveu como sacristão tonsurado.

Todos nomeados pelo governador. Enfim, foi medido o rócio da Câmara, à corda, com 900 braças desde o pelourinho até os quatro pontos cardeais.

Declarou-se o têrmo da vila, já combinado com os vereadores de Sorocaba em 15 de setembro, junto com os republicanos, ia do Itararé ao Paranapitanga (1).

Faxina foi crescendo. Bem alinhada, mas com as ruas estreitas.

Em 1794, houve 71 nascimentos.

Em 1850 a receita municipal foi de 312\$500. De vendas 198\$000. Aferição e cabeças (de rêses ?) 42\$000; Pari: 15\$000; Terrenos concedidos 20\$000. Importação de aguardente: 37\$500.

Em 1855 o orçamento foi de 528\$000, incluindo 50\$000 de licença para espetáculos públicos e folias.

Em 1862, auxílio de 1:000\$000 para a cadeia.

(1) *Documentos Interessantes*, 34, págs. 35 e 191. Azevedo Marques dá o dia 26 de setembro, a 8 de outubro dão outros, a criação da Primeira Câmara. O primeiro ato paroquial, 15 de setembro, padre Manuel de Barros.

Em 20 de julho de 1861 Itapeva da Faxina foi elevada à categoria de cidade, e cabeça de comarca.

Em 1873 era juiz de direito, Antônio José da Veiga Cabral.

APIAÍ

Tem-se escrito que o fundador de Apiaí foi Francisco Xavier da Rocha, vindo de Minas com muitos escravos (150), por ter ficado criminoso. Mineirou em Capoeiras, a duas léguas do atual povoado, e com outro fez a matriz de Santo Antônio, freguesia em 1735. Daí ele se mudou para a Rocinha, no ribeirão Palmital, que desce das fraldas do morro do Ouro.

Neste morro foi a segunda vila, que durou pouco anos, mudando-se para o lugar atual antes de 1771.

O Morgado de Mateus conseguiu fazer vila nesse território já desmembrado de Sorocaba com Itapeva.

A vila foi criada a 14 de agosto de 1771.

Apiaí recebeu então e depois moradores do litoral que ainda subiram a Ribeira à busca de ouro ou comerciando.

Orçamento Municipal de 1850: 125\$000.

..A PARÓQUIA DO PARANAPANEMA

Os primeiros povoadores do atual Capão Bonito estabeleceram-se nas cabeceiras do Paranapanema a começar de 1717, mas já o exploravam anteriormente.

O Arraial Velho de Nossa Senhora da Conceição hospedou o governador General Cabedreira Pimentel. Parece-me que foi no Bacalhau, na fóz do pequeno Guapiara e onde há o local das Lavrinhas. Em 1735 erigiu-se a freguesia no Arraial do rio das Almas, onde ficou até 1850 sem poder progredir, dentro da morraria. Os mapas e o povo da região conhecem muito o local da Freguesia Velha, que o Livro do Tombo chama também Arraial Velho, mas não é o de que acima falamos.

Os moradores dos bairros do rio Itapetininga serviam-se da Freguesia Velha, em parte.

A PARÓQUIA DE IAPÓ (CASTRO)

A freguesia de Iapó, no atual território paranaense, é de cêrca de 1772.

Em 1777 era seu vigário frei José de Santa Teresa. O qual vivia com 120 mil réis anuais. A freguesia nascera numa fazenda e pouso de tropeiros, e foi aumentada pelos esforços do Morgado

de Mateus, que em 1771 já conseguira que aprontassem a capela e pedia um capelão (paróquia de Curitiba) (1).

O orçamento municipal de Castro, em 1850, era de 1:998\$263.

NO SÉCULO 19 PONTA GROSSA

As guerras do sul paralisaram a fundação de novas povoações desde 1777 até 1827, mas assim mesmo surgiu Ponta Grossa de um pouso de tropeiros e um oratório numa primeira casa de telha, em honra de Santa Ana.

Dom Pedro I criou a paróquia e o govêrno provincial do Paraná a elevou a vila em 1855.

SARAPUI

Um bairro de Itapetininga, a Fazendinha, com águas em parte para o Paranapanema, foi criada paróquia em 1845 e vila em 1872. Chegou a ser Comarca, mas as terras fracas e o pequeno tamanho do município não possibilitaram o seu progresso.

PILAR (HOJE PILAR DO SUL)

Visto como não são tão grandes as diferenças no calendário do povoamento, podemos seguir o critério geográfico. Da rodovia São Paulo-Curitiba deixamos atrás a morraria de Piedade, até há pouco revestida de mata virgem e atravessamos os ribeiros que descem da Paranapiacaba, desde Tapiraí, para os campos do Paranapanema e Itapetininga. Um dêles, daí a pouca distância, será um rio, o Turvo (o primeiro, assim o chamaremos) afluente do Itapetininga.

Seu desnível é tão grande com que fornece força elétrica a três grandes fábricas de Sorocaba e aos municípios de Pilar e Salto do Pirapora.

O povoamento de Pilar pelos fazendeiros de sesmarias é do século 18. O patrimônio aliás, foi doado ao Bom Jesus do Bonfim pelo fazendeiro sorocabano Antônio de Almeida Leite Penteado em 1870. O resto de suas terras deixou-as com a liberdade aos escravos. Mas foi o mineiro João Batista Ribeiro, quem chegou atraído por outros que já estavam em São Miguel Arcanjo e cuidou de fundar e continuar a capela, matriz em 18. O município é de 18.

(1) *Documentos Interessantes*, citados por Mons. Camargo V. 9 — A Igreja na história de S. Paulo.

Pilar está situado numa elevação de campo, encantadora. Já em seu município começam os pinhais em grupo.

Haverá árvore mais sonhadora? Sim, o buriti, mas não tratamos de palmeiras.

Entre Pilar e São Miguel Arcanjo passa-se a fazenda do Pinhal e um ribeirão dêsse nome tributário do 1.º Turvo. São chapadas, lombadas de pouco declive, bosques nas baixadas. Ao fundo, a serra do Mar.

SÃO MIGUEL ARCANJO

A Fazenda Velha, um dos muitos feudos, do sul-mineiro tenente Urias Nogueira tornou-se a cidade de São Miguel Arcanjo, nome de um de seus genros.

Freguesia em 1887, vila em 1889. A vinda das famílias mineiras aumentou a densidade da povoação e propiciou nova cultura, a do fumo.

CAPÃO BONITO

Capão Bonito, antes do desmembramento de Guapiara, era um território enorme.

Embora a estrada atravessasse campos, percebe-se nas margens dos cursos da água a terra de cultura.

Em 1829 frei Silvério Esperança, vigário na Freguesia Velha, obtinha licença para tirá-la daquele «fôrno de tabaco», expressão do vigário Joaquim Manuel Álvares Carneiro (1849-1855), o qual efetuou em festiva procissão a mudança das imagens para o lugar atual em 1850, depois que Francisco Xavier dos Passos, mineiro, comprou para patrimônio uma parte da fazenda Capão Bonito.

Foi elevado a município em 2 de abril de 1857.

Chamou-se Capão Bonito do Paranapanema. Continuando na estrada para Curitiba encontramos os dois formadores do Apiaí e entramos na cidade de Guapiara, recentemente desmembrada de Capão Bonito e que saiu de seu marasmo de arraial devido à rodovia. Além, está a pequena Apiaí, envolta em bruma, no inverno áspero da serra. Águas do Ribeira.

BURI

Entre Itapetininga e Itapeva, na estrada de ferro Sorocabana nasceu Buri, de uma estação à esquerda do rio Apiaí, que se vê do trem num belo pôto.

O município foi criado em 19....

GUAREÍ

Intrusos caboclos e algumas famílias alemãs vindas em 1827 para Santo Amaro fundaram cêrca de 1840 o povoado em cujas terras já residiam antes.

Os alemães recebiam um sítio (eram cinco famílias) do capitão povoador de Tatuí, que foi freguesia em 1826. A capela de São João Batista teve sua primeira missa no dia do Padroeiro em 1851. A freguesia é de 1871 e o município de 1881. Fundadores, o guarda-mor Manuel Joaquim de Borba, Henrique Wirtz, Gaspar Stánagel, Felipe Jacob e João Momberg.

ANGATUBA

Era o bairro do Palmital no alto da serra dêste nome, no ribeirão Grande, que leva águas ao Guareí. Desmembrou-se de Itapetininga a paróquia em 1872 e o município em 1885.

Os fundadores de Angatuba foram Marcos de Albuquerque, Tomás Dias Batista Prestes e outros, em 1864.

O nome é uma estranha composição do Congresso Estadual de 1908.

BOM SUCESSO, HOJE PARANAPANEMA

Nossa Senhora do Bom Sucesso é o desenvolvimento de um bairro de Itapeva, como Angatuba o foi de Itapetininga. Não era um centro de população densa. Sempre os latifúndios da pecuária. Mas, passagem de caminho para Salto Grande e, Avaré.

A Lei n.º 20, de 20 de abril de 1859, elevou a freguesia a capela de Bom Sucesso ao município de Itapeva. É a primeira cidade no alto Paranapanema que deve a sua existência, além do motivo geral que é a distância dos sítios da sede, ao rio Paranapanema. E' um pouso do ponto em que as estradas de Itapeva a Avaré (antes a Botucatu) e Itapetininga a Piraju e Tibagi se cruzavam! Em lugar alto, no campo, à distância de possíveis maleitas.

A cidade, quando foi arraial, copiava exatamente a disposição dos bairros com capelas ainda notáveis nos campos do sul. A capela é um enorme largo quadrado, numa chapada plana.

SANTO ANTÔNIO DA BOA VISTA, HOJE ITAÍ

Também a capela de Santo Antônio, do bairro dos Carrapatos, cresceu e tornou-se freguesia no fim do século 19, como crescimento

de um bairro de Itapeva, aumentado com gente pobre que fêz posses, donde o nome do ribeiro, e em terras roxas, em parte. Entre os primeiros sesmeiros estava José da Silveira Melo.

De Itai e Itaberá veio a desmembrar-se recentemente o distrito populoso do Taquari, com o nome de Taquaritiba.

ITAPORANGA

A antiga fundação do Barão de Antonina para aldeamento dos Caiuás tornou-se município em 24 de março de 1859, trocando o nome de São João Batista do Rio Verde por outro forjado no Congresso Estadual.

LAVRINHAS, HOJE ITABERA

Muitos mineiros do sul, depois de 1842, ano de desgraças, intestinas, foram atraídos para o rio Verde mediante boatos bem espalhados de terras boas, vendidas ou dadas pelo Barão de Antonina. O nome do bairro bem mostra o velho estribilho do ouro.

Mas foram bons lavradores, inclusive de fumo.

A capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi feita freguesia em 1871, desmembrando-se de Itaporanga. A cidade está num campo em declive, como Pilar do Sul, mostrando a terra vermelha em largas ruas.

RIBEIRÃO VERMELHO

Entre Itararé e Itaporanga, ótimas terras de mata provocaram grandes lavouras de milho. Houve também mineiros. Muitos dêles atravessaram o Itararé, formando no vizinho Estado a Colônia Mineira. Município já neste século.

RIBEIRÃO BRANCO

No caminho de Itapeva e Apiaí o Ribeirão Preto que se crismou em Branco, por evitar confusões, foi sendo povoado à medida que se desfaziam os latifúndios. A capela já está em ramificações, da Serra do Mar e em terras outrora revestidas de mato, numa colina.

ITARARÉ

Como é bonita a lenda de Itararé! O rio dêsse nome, que divide S. Paulo do Paraná, percorre alguns quilômetros de seu leito sob as pedras que perfurou.

Um passo e atravessam-se as duas margens. Ao longo do curso, respiradouros, grutas; numa delas, a da Barreira, está um pedaço de rocha que um raio de sol muito do alto alumia, dando a impressão de um iwone. E' Nossa Senhora, a quem se atribuem graças, inclusive a de salvar um coitado que caiu, arrastado entre os corredores de pedra pela corrente.

Itararé-rio, foi em 1720 o limite das paróquias de Curitiba e Sorocaba, por ordem do Ouvidor Rafael Pires Pardinho, e o vilarejo existia, nos primeiros anos do século 19, no local hoje Vila Velha, dentro da fazenda São Pedro.

Esta foi concedida em sesmarias em 1725 a Luís Pedroso de Barros e a José de Barros Lima e antes de 1742, o qual as vendeu a vários membros da família Almeida Leite que também tiraram sesmaria em 1785. Em seguida o Coronel Bernardo Gavião adquiriu as três sesmarias, que couberam, por sua morte, à meação da viúva, D. Maria da Anunciação Pinto de Moraes Lara.

Dela passou por compra ao filho Brigadeiro José Pinto Gavião, Peixoto. A fazenda, que se chamava de São Pedro, em 1841, passou ao então Coronel Rafael Tobias de Aguiar, por 14:000\$000. Abrangia os campos entre os rios Verde e Itararé. Foi vendida pelos herdeiros de Tobias por 100:000\$000, em 1869, a José Custódio de Camargo. Data em 1875, passou aos filhos e netos em quinhões.

O Coronel Licínio Carneiro de Camargo, fêz a primeira doação, em 1879, seguindo-se outros até 1889, ao patrimônio de capela.

Em dezembro de 1879 o cônego Sizenando da Cruz Dias, vigário de Itapeva com muitos cavaleiros, escolheu o local da capela principiada em maio de 1880, por João de Almeida Queirós, em cuja casa, na Barreira se faziam os atos religiosos.

Dali veio a imagem de Nossa Senhora da Conceição (baiana) oferta do fazendeiro do Morungava, Coronel Jordão do Canto e Silva, em janeiro de 1881, celebrando a primeira missa o cônego Sizenando. A freguesia foi criada por lei provincial de 10 de março de 1885, sendo seu primeiro pároco o fundador (1).

BOTUCATU

A fazenda do Monte Alegre, pertencente às grandes fazendas jesuíticas de Botucatu, passou por arrematação ao Coronel Paulino Aires de Aguirre, de Sorocaba.

Dêle a sucessores entre os quais o Capitão José Gomes Piniheiro, que em 1842 esteve refugiado em suas terras e escreveu cartas existentes no Arquivo Público com o enderêço: Monte Alegre. Deve ser o mesmo morrete Capão Bonito, ora estação de

(1) «Cincoentenário de Itararé, album editado pelo *O Itararé*».

Rubião Júnior já em campos, ou melhor na borda do campo, como era costume. É interessante lembrar que êle fugia de Itapetininga onde tinha casa, para o norte do mesmo município, a 17 léguas. E ao seu encontro veio gente pobre de Minas, em parte acossada por motivos políticos, e principalmente à procura de terra devolutas. Estes, sobressaindo os Pereira, fizeram o arraial de «Nossa Senhora das Dôres de cima da serra», na parte baixa da atual cidade.

Houve questões comuns em tôda a parte entre fazendeiro e posseiros, mas o Capitão José Gomes Ribeiro, se foi, a princípio, pouco favorável a uma mexida de aventureiros em suas barbas, logo se converteu à idéia, como se vê nas atas da Câmara de Itapetininga. Todo prestígio dêle e do filho Dr. Antônio Pinheiro Machado, casado na família Aires, foi aproveitado. A freguesia, com o ora Santa Ana, é de 1846. O Município, de 1855.

Artigo I da lei provincial de 14 de abril de 1855: Fica elevada à categoria de vila a freguesia de Botucatu, do distrito de Itapetininga, ficando os habitantes respectivos obrigados a fazer a sua custa a cadeia e casa de câmara.

O II: O govêrno da Província, ouvindo as Câmaras de Tatuí, Itapetininga, e ao subdelegado de Botucatu, marcará as divisas de nova vila, até que a Assemblêia as aprove definitivamente. Em 56 esta as aprovou: com Itapetininga pelo ribeirão Jacuú até sua barra no Santo Inácio e dêste ao Paranapanema.

Em 58 Botucatu recebe 500\$000 para a sua casa de detenção.

RIO NOVO, HOJE AVARÉ

Como os mineiros continuassem a afluir para Botucatu, o Capitão Tito Correia de Melo, genro do principal fundador, bom rábula, conhecedor dos lugares e das leis, encaminhava-os para os vãos que sempre ficavam entre as antigas sesmarias ou as terras que os presumidos donos vendiam fâcilmente. Assim foi com o seu compadre, Major Vitoriano, que fundou a capela de Nossa Senhora das Dôres, do Rio Novo. A freguesia é de 7 de abril de 1870.

Avaré cresceu depressa devido à maravilhosa terra roxa e à marcha do café.

Em Botucatu e Avaré se produzia o melhor café que se exportava.

Foi elevada a vila em 7 de julho de 1875. O nome foi decretado pelo Congresso, mas desta vez não forjado. O morro do Avaré, no atual município de Itatinga, pertencia ao Rio Novo.

ITATINGA

Foi um bairro povoado e rico que se emancipou de sua mãe, a freguesia Avaré.

Freguesia em 1894 e município em 1896, coisa rara.

O primeiro fazendeiro do morro do Avaré, hoje morro de Itatinga, era um filho de Francisco Lopes de Oliveira, de Sorocaba, o qual abriu a fazenda de campos para gado passando pela de Guaré, antes de 1840, e tendo questões com o dono desta, Américo Aires de Aguirre, seu vizinho em Sorocaba. O café, porém, é que povoou Itatinga, que também aproveitou a via férrea.

Foi em 3 de maio de 1888 que Eduardo Lopes de Oliveira, Antônio Fernandes Pereira, João Franco Oliveira Guaçu, Roberto Verneque e Jacinto Nino, ergueram o cruzeiro da matriz.

RIO BONITO, HOJE BOFETE

Bofete fica no divisor Tietê-Paranapanema, e deve o nome ao morro. Desmembrou-se de Botucatu como freguesia em 1866 e município de 18... Ficava na estrada Tatuí-Botucatu. Na mesma via de comunicação surgiram Pereiras e Porangaba, já para o vale do Tietê.

LENÇÓIS, HOJE MACATUBA

Grande parte do município de Lençóis leva águas ao Pardo e ao Turvo (o 3.º do nome, pois há um outro em São Miguel Arcanjo, sem falar de pequenos córregos).

Lençóis, porém, devia o nome ao ribeirão que, entrando no Tietê, formava uma branca corredeira onde dormiam mães de água, segundo Lacerda e Almeida.

O povoamento de Botucatu vindo do sul, apressou-se com a corrente de povo (mineiros e paulistas que vinham pelo norte atravessando o Tietê) em balsas em Lençóis e Aracaçu. Desbordavam-se de Brotas e Dois Córregos. Lençóis desmembrou-se de Botucatu como freguesia em 1858 e tornou-se município em 1865.

SÃO MANUEL

São Manuel, bairro entre Lençóis e Botucatu, cresceu pela terra roxa e emancipou-se Freguesia em 1881 e Vila em 1885. Em Sorocaba faleceu neste século um de seus fundadores mineiros, Vilas Boas.

AGUDOS

Agudos é freguesia e município desde 1898.

Também, como São Manuel, baldeia alguma água para o Turvo.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO

Também dentre os fundadores de Santa Cruz, havia mineiros procurando boas terras. Encontravam-se com paulistas que iam via Itapetininga.

Freguesia em 20 de abril de 1872. Município em 1875. Ótimas terras, livres da malária.

SANTA BARBARA DO RIO PARDO

Freguesia em 1858. Município em 1872.

SÃO SEBASTIAO DO TIJUCO PRETO, HOJE PIRAJU

O povoamento rio-abaiixo começou em Piraju com uma pequena aldeia de caiuás, mantida pelo Govêrno. Os fazendeiros e gente meio rica avançaram de Itapetininga e Itapeva. E houve também alguns mineiros. A freguesia é de 1871. A vila é de 1880, e muito deve ao Coronel Mariano José Leonel, de Itapetininga, e ao café. O nome indígena oficial baseia-se no topônimo da cachoeira, lugar de piraju, um peixe.

FARTURA

Bairro de Piraju, paróquia em 1887, município em 1896. Também recebeu vagas de paulistas e mineiros de além Tietê.

TIMBURI

Paróquia em 1910, município em 1916.

SALTO GRANDE DO PARANAPANEMA

Por sua conta e risco, índios batizados de Itaporanga e Piraju se estabeleceram antes de 1870 em Salto Grande, aonde vinha contratá-los para seus serviços, o infatigável José Teodoro da Silva.

Salto Grande foi sujeito à malária, daí não haver progredido mesmo depois que a Sorocabana o atingiu em 1909. Agora, renovação ao lado da Usina. Até aqui vamos vendo cidades do alto e do médio Paranapanema, algumas oficialmente municípios

neste século, mas já existentes no anterior. Além disso totalmente ou em parte o seu povoamento é feito por São Paulo-Sorocaba-Itapetininga.

E sòmente Buri deve seu crescimento à via férrea, exclusivamente.

CERQUEIRA CÉSAR

No pouso de tropeiros chamado Três Ranchos foi assentada a estação da Sorocabana em 1892.

Seus primeiros povoadores foram J.J. Esteves e Juvenal Gomes Coimbra, comerciante: Ponta dos trilhos. O povoado prosperou, tornando-se distrito em 1899, com o nome atual. Município em 1918.

Cerqueira César contém terrenos de campo e deve parte de sua riqueza à pecuária.

BERNARDINO DE CAMPOS

Havia uma figueira enorme, à cuja sombra descansavam boia-deiros e tropeiros, e que deu nome ao lugar.

A terra fértil, roxa e misturada, inclusive de campos, atraiu moradores.

O povoado cresceu junto da estação. Distrito em 1917 com o nome de Bernardino de Campos, fêz município desde 9 de outubro de 1923.

O primeiro bispo de Botucatu, Dom Lúcio Antunes de Sousa (1909-1923) aí fundou uma fazenda de café que em 1923 forneceu uma primeira colheita de 400 contos de réis para o Seminário.

O seu sucessor perdeu a fazenda.

Em 1905 já havia boas propriedades cafeeiras na região.

ITAUÇU

João Correia de Miranda e João Antônio Justino, vulgo João dos Santos, são considerados os fundadores de Ilha Grande, que se tornou distrito em 1897. nada tendo a ver com a estrada de ferro, parada em Cerqueira César.

Município em 14 de novembro de 1915, tendo o Congresso do Estado traduzido o nome em Tupi. Território pequeníssimo, progrediu graças à qualidade das terras e movimentação dos seus produtos (benefício e embarque).

CHAVANTES

Os primeiros povoadores de Chavantes foram as famílias Pereira Leite, Nogueira Cobra, Melo Peixoto, Ferraz Sales, Buenos, Fagundes, etc.

Quando uma cidade cresce em volta de uma estação onde os fazendeiros despacham para Santos o seu café, como é o caso, é difícil encontrar um fundador principal. Município em 1922, Chavantes conta com uma ponte pêncl sobre o Paranapanema desde antes de 1940, na estrada para Ribeirão Claro, no Paraná.

O Pardo e o Paranapanema lavam essas maravilhosas terras.

OURINHOS

A ótima terra que deu o rico nome ao município começou a ser povoada, um pouco antes e contemporaneamente a Jacarê-zinho, no Paraná, cerca de 1890, por fazendeiros de café. Entre outros: Jacinto Ferreira de Sá, Benício do Espírito Santo, Álvaro Ferreira de Moraes, Eduardo Salgueiro são os povoadores.

De Ourinhos partiu a estrada de ferro São Paulo-Paraná, com uma grande ponte sobre o Paranapanema.

PALMITAL

O bairro do Palmital, em Campos Novos, tornou-se distrito em 1916, e município em 18 de dezembro de 1919, com apenas 430 quilômetros quadrados de superfície, a 494 metros de altitude.

Os cereais e a cana-de-açúcar foram com o café, os produtos de sua agricultura. Foi teatro de intensa politicagem antes de 1930.

CANDIDO MOTA

A povoação foi crescendo em tórno da estação e tornou-se município em 1923.

ASSIS

O Capitão Francisco de Assis Nogueira, mineiro de Baependi com passagem por Botucatu, afazendou-se nas matas do rio Pari.

O 10.º quinhão de sua fazenda do Taquaral êle o doou, no cartório de Campos Novos, a 1 de julho de 1905, a uma capela igreja ao santuário em honra do Sagrado Coração de Jesus e de São Francisco de Assis.

Dos 80 alqueires de terra, 10 ficaram destinados à renda para a esmola aos pobres, conhecida como o «Pão de Santo Antônio».

Distrito em 1915. Assis foi elevado a município em 20 de dezembro de 1917 e a comarca daí a um ano exatamente.

Em 1940 o município contava 22.000 habitantes, sendo 9.000 na Sede. Diocese desde 1929, foi seu primeiro bispo Dom Antônio José dos Santos, do norte de Minas.

Assis deveu sua riqueza ao café e ao algodão, principalmente.

MARACAI

José Gonçalves de Mendonça e Joaquim Gonçalves de Oliveira fundaram Maracai, nome forjado pelo Congresso do Estado quando criou o município em 1924.

Os primeiros moradores chegaram antes de 1900. A estrada de ferro passou ao longo do povoado, que se serve da estação Cardoso de Almeida.

QUATA

Distrito em 1924, município no ano seguinte, está no espigão divisor do Peixe e Paranapanema.

De Quatã se desmembrou Rancharia, que de 1940 para cá se tornou uma importante cidade, sem denegar o nome que deram os pioneiros à taba do índio.

MARTINÓPOLIS

Antigo distrito de José Teodoro, o nome que durou desde 1929, foi elevada a município em 30 de novembro de 1938, com o nome atual, devido ao seu fundador Coronel Gomes Martins (1).

Entretanto, o patrimônio de Laranja Doce é do século passado, marcando o último ponto em que os brancos pioneiros fizeram alto.

PRESIDENTE PRUDENTE

Presidente Prudente foi fundada em 1917, pelo Coronel Francisco de Paula Goulart, que iniciou o desbravamento das matas virgens quando os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana só chegavam a Indiana.

Estendidos os trilhos até Presidente Prudente, então denominado «Veado», o progresso não mais se deteve, tais as possi-

(1) Album dos municípios, 1940.

bilidades naturais, tangidas pela iniciativa do fundador e de outros, que na região vieram empregar a sua atividade, destacando-se o emérito colonizador, Coronel José Soares Marcondes, de saudosa memória.

Foi elevado a categoria de município pela Lei n.º 1.798 de 28 de novembro de 1921, dando-se a instalação em 1923.

Elevado a comarca pela Lei n.º 1.997; de 8 de dezembro de 1922, tendo lugar a instalação em 1923.

O município conta, presentemente, com seis florescentes distritos de paz, dos quais três são de criação recente (1).

PRESIDENTE BERNARDES

A fundação da cidade data de 1915, pelo falecido Coronel José Soares Marcondes. Foi seu primitivo nome Guarucaya, por ser nome de um córrego que banha a cidade.

Pela Companhia Marcondes foi iniciada a colonização do município e no dia 2 de novembro de 1919, aí chegaram os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, sendo então inaugurada a estação local.

Em 1923, recebeu o nome de Presidente Bernardes. Com grande êxito foi iniciada a colonização dessa zona, que, devido à fertilidade de seu solo e pelas suas qualidades atraiu para o então lugarejo, grande número de famílias rurais que encontraram aí ambiente propício para o emprêgo de suas atividades.

Bem rápido foi o progresso dêsse rincão, graças ao desenvolvimento que se deu na lavoura e no comércio, tornando-se uma das cidades mais importantes dessa zona.

Pela Lei n.º 2.084, de 15 de dezembro de 1925, foi elevada à categoria de Distrito de Paz. Em 1935, pelo Decreto n.º 6.914 de 25 de janeiro, era elevada à categoria de Município (2).

SANTO ANASTACIO

Distrito em 1921, município em 1925; deve a sua fundação à Sorocabana.

PRESIDENTE VENCESLAU

O súdito italiano Pascoal Alexandre fundou Presidente Venceslau em 1921, chamou-se Coroados, antes do nome da estação, que passou ao povoado. Município em 2 de setembro de 1926,

(1) Album dos municípios. 1940.

(2) Album dos municípios, 1940.

com uma área enorme entre o Paranapanema e o Peixe, o Paraná. Riqueza principal: madeira.

POVOAMENTO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE

O chamado terceiro planalto do Paraná tinha começado a povoar-se com índios e nacionais na colônia Jataí em 1851. Atrás, servindo de base, ficara São Jerônimo somente já município em 1932, e por sua vez nos fundos da Fortaleza, do caminho setecentista das tropas de animais oitenta anos parava a frente pioneira. São Jerônimo recuperou-se quando começou o «rush» definitivo para o norte do Paraná.

O café atingiu o Paranapanema e o Itararé no sul de São Paulo nos meados do século 19. Na década 1890-1900 avançou no Estado de Paraná por Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro e Jacarêzinho. Muitos lavradores eram mineiros atraídos já desde 1842-1856 pelo Barão de Antonina ao rio Verde. Atravessaram o Itararé onde hoje é o arraial de Santa Cruz dos Lopes, e onde existe ainda uma balsa. Tinham vindo por Sorocaba. Pouco depois, os mineiros que haviam passado o Tietê no pôrto de Lençóis, por Botucatu atingiram o Salto Grande. Houve uma balsa sobre o Paranapanema em Ourinhos. Os mineiros eram gente pobre afeita ao trabalho braçal. Mas a fama da terra roxa foi tão grande que logo os seguiram mineiros e principalmente paulistas fazendeiros ricos do chamado oeste e que nem todos residiam nessas que eram umas de suas fazendas.

Em vez de logo descerem o Paranapanema na margem paulista atravessaram-no, também porque a zona do Tibagi já contava índios mansos.

O tipo da fazenda de café continuou, pois, a ser o paulista: cafezal nos espigais, sede nas baixadas ou a meia encosta, parceria, jornaleiros, administrador, colonos.

Cambará começou a ser povoada em 1904 (um ano depois. Assis no lado de São Paulo).

A derrubada chegou a Bandeirantes em 1921, quando os trilhos da Sorocabana, da outra margem, alcançavam o Paraná (rio). Em 1924, eis-nos em Cornélio Procópio. Tudo como em São Paulo; os colonos, estrangeiros ou não, vão uma parte integrante da fazenda e não proprietários de lotes independentes. Quando se sentem com fôrças, avançam individualmente para a frente e abrem as suas fazendas. Foi melhor.

Já agora não se povoava o norte paranaense só por São Paulo. Mas caboclos e colonos de outras zonas iam estabelecer-se por conta própria, após algum tempo de Jacó servindo a Labão.

Ao contrário do Governo de São Paulo, que não conseguia fugir dos textos legais do tempo do Império, segundo os quais a maioria das terras já tinha dono pelos grileiros, o do Paraná coibiu a marcha dos posseiros para as matas virgens mui distantes, obrigando a frente pioneira do povoamento a marchar compacta, por uma legislação de 1925, 1930 e 1933. Vendiam-se os lotes aos intrusos, eis tudo. Bem diz o provérbio: o que é de graça não tem graça. A legislação chegou à perfeição de impedir a compra de latifúndios do Governo (pois os lotes eram baratos). Cada família teria um lote de lavoura e outro de criação, de 250 hectares cada um.

É de lembrar que os primeiros posseiros surgiram antes do grande ciclo do café, os do Paraná. Os pinheirais eram de mais fácil trabalho para criação e cereais e uma fazenda e até um sítio de café demanda capital.

Dai o motivo por que o sábio governo paranaense apressou a formação dos cafezais por gente pobre e proletária mediante companhias de colonização, isto é, segundo a velha economia liberal da iniciativa privada. Desde 1919. Assim, atravessava o Tibagi para a margem esquerda, em 1923, a primeira leva de povoadores, vinda de São Paulo, para os 50.000 hectares da Companhia Corain, colônia 1 de Maio. E as balsas e portos a multiplicar-se Paranapanema abaixo, para escoamento da produção por São Paulo.

Ao sul da «12 de Maio» Leopoldo Paula Vieira loteou Sertãoópolis, servindo-se da balsa Corain. Em três anos era distrito (do município de S. Jerônimo) e logo município, com vários similares na margem paulista.

Ainda estamos nas terras baixas do Paranapanema e Tibagi, policultura, reservados os espigões para café, o que condicionou a pequenas propriedades o método da concessão e loteamento, embora o café estivesse bem colado.

Chega o ano de 1929, São Paulo e o Brasil em crise (crack da Bolsa de Nova Iorque) ninguém quer mais saber do café, entretanto se forma com capitais ingleses a «Plantation Paraná Ltd.», depois Companhia Norte do Paraná, que adquire do Governo do Estado 515.000 alqueires paulistas de terras entre o Tibagi o Paranapanema e o Ivaí, terras roxas, de espigões, dissecados pelos tributários daqueles rios. A Companhia comprou a Estrada de ferro Norte do Paraná, que ligava Ourinhos a Cambará desde 1925, e em 1932 estava chegando a Jataí, margem direita do Tibagi. Já não precisava de balsas no Paranapanema, que, todavia, reaparecerão quando outras companhias ou povoadores individuais caminharão mais perto do grande rio até o grande Paraná, coisas de nossos dias atuais.

Londrina nasceu em 1929, julho, numa clareira aberta na mata a 24 quilômetros de Jataí, para se instalar aí a sede da Companhia.

A área média das propriedades vendidas foi de 16.302 alqueires. Com isso, os pequenos proprietários, que não podiam desprezar a voz da terra roxa, podiam plantar café, mas não se tornavam monocultores sujeitos à ruína e aos reveses do mercado internacional, sendo os possíveis prejuízos compensados pela policultura das baixadas.

E nasceram pequenas cidades como centro do beneficiamento dos produtos da lavoura e pequeno comércio e administração. A via férrea chegou a Londrina em 1935 e em 1944 a Apucarana, nome evocativo nos fastos bandeirantes (Fernão Dias) e que se elevou imediatamente a município. Aqui acaba o vale do Paranapanema, neste setor oeste, mas sabemos que o povoamento vai indo ao grande Paraná. Em 1957 Maringá a 127 quilômetros de Londrina é sede de bispado. Adiante, Jandaia que em 1944 era uma clareira, hoje é cidade embora ainda com casas de tábuas.

No vão de terras devolutas entre esta Companhia e ao sul, desde 1935 o engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão obteve a concessão. A sede, de 1937, é a cidade atual de Ibiporan.

Todavia, surgiram também as grandes fazendas no sistema paulista. Novas colônias surgiram em 1950 desde o rio Bandeirantes do norte, onde a Companhia obteve concessões caducas. Terras mais silicosas cobrindo o «trape» da legítima terra roxa, sempre se comunicando com o eixo de comunicações da Companhia. Uma rodovia, todavia avançou para o norte e o Paranapanema (Porecatu). Por sua vez, as terras do baixo Ivaí foram concedidas pelo Governo em sítios de 100 hectares, por não serem roxas, e os povoadores vieram servir-se das estradas da Companhia Norte do Paraná, avançando também pelo espigão divisor do Ivaí e do Paranapanema, rumo à junção dêste com o Paraná, desde 1947 (1).

Londrina é a porta dêste «El Dorado» de terras roxas e de sedimentos eólicos Caiuá (2). terrenos cujo revestimento florístico pode chamar-se mata «latifoliada», de madeira de lei, diferenciando-se dos pinheirais entre os quais crescem a emberia e o mate

Continua no próximo número

(1) Lísia Maria Cavalcanti Bernardes. O Problema das Frentes pioneiras do Estado do Paraná, *in* — Revista Brasileira de Geografia, Rio, n.º 3, ano XIV, 1953, pág. 335.

(2) Mesma revista, artigo de Beneval de Oliveira, Janeiro de 1950, ano XII.

A PRESIDÊNCIA CAMPOS SALES

MINISTRO AUGUSTO TAVARES DE LYRA

Em livro que tenho em preparo e a que dei o título de *Dias que passaram...*, evocando reminiscências de minha vida política, escrevi:

«Nascido num recanto do interior do nordeste brasileiro, pude atingir, mercê de Deus e de um conjunto de circunstâncias favoráveis, a algumas das mais eminentes posições da República: Deputado federal, Governador de Estado, Ministro da Justiça, Senador e *leader* do Senado, Ministro da Viação e duas vezes Ministro interino da Fazenda... Depois fui ferido pela adversidade e, em 1918, tive de abandonar, de vez, a política, sem pesar e sem fortuna, sem sacrifício do meu nome e sem fraquezas imperdoáveis no cumprimento do meu dever. Chegado, porém, ao outono da vida, volvi um olhar para o passado e veio-me o desejo de registrar resumidamente, em livro destinado a meus filhos, sem a preocupação de forma ou estilo literários, as notas, que conservo esparsas, sobre acontecimentos em que estive envolvido ou sobre que posso depor de ciência própria, dizendo, de passagem, dos homens do meu tempo. Daí esta crônica de saudades: simples recordações de «*Dias que passaram*»...

Foi desta crônica de saudades que aproveitei vários apontamentos sobre o governo de *Prudente de Moraes*, quando, em conferência realizada no Instituto Histórico Brasileiro, a 27 de agosto de 1941, estudei a vida e a obra de *Francisco Glycério*. E é ainda a ela que vou recorrer para relembrar, em ligeiros traços, alguns episódios interessantes da *presidência Campos Sales*. A candidatura dêste surgiu em consequência da cisão do Partido Republicano Federal, que era inevitável, conforme demonstrei na aludida conferência, e não se deu em 1896 por duas razões:

porque o poder legislativo estava no último ano da legislatura e porque *Prudente de Moraes* já se sentia muito debilitado pela moléstia que o obrigaria a deixar provisoriamente o governo, em 10 de novembro. *Manoel Vitorino*, seu substituto, era uma organização privilegiada de intelectual — cientista, literato, professor, jornalista, tribuno e parlamentar —; mas voluntarioso, arrebatado, impulsivo. Por iniciativas adiáveis, como a da remodelação do ministério numa curta interinidade, precipitou a crise, levando *Prudente*, ainda convalescente, a descer de Teresópolis e, de surpresa, reassumir o exercício de seu cargo a 4 de março de 1897, resolvido a desfazer quaisquer equívocos sobre os rumos de sua ação política no primeiro ensejo favorável. E este se ofereceu a 28 de maio. Nesse dia, *Seabra*, ardente deputado pela Bahia, tomando por pretexto a sufocação de um movimento de indisciplina ocorrido na Escola Militar, proferiu veemente discurso, justificando o seguinte requerimento:

«Requeiro que a Mesa da Câmara nomeie uma comissão a fim de congratular-se com o Sr. Presidente da República pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição, no dia 26 do corrente».

Glycério e Serzedello Correia combatem o requerimento, que qualificam de moção de confiança, incompatível com o regime presidencial. Outros oradores se lhes sucedem: *Timoteo da Costa*, *Malaquias Gonçalves*, *Milton*, *Amphilophio*... *Belisário de Sousa* exclama que se não apegam a fórmulas: o que deseja é uma demonstração de solidariedade ao governo... Os moderados tentam uma solução conciliatória. Inútilmente. Cresce a agitação. Generalizam-se os tumultos. E, encerrada a discussão, o requerimento é rejeitado.

No dia imediato, *Arthur Rios*, agravando a situação, renuncia a presidência da Câmara, o que já era esperado, à vista dos termos de uma *varia* publicada, na manhã desse dia, pelo *Jornal do Comércio*:

«Julgamo-nos autorizados a declarar que o Senhor *Francisco Glycério* não interpreta perante o Congresso a política do Sr. Presidente da República, como se tem feito acreditar em certos grupos políticos. O discurso pronunciado ontem pelo Sr. Deputado por S. Paulo no debate suscitado pela moção do Sr. *Seabra*, a propósito dos acontecimentos destes dias, e os seus temerários incitamentos à revivescência de paixões, que devem desaparecer, denunciam aliás a sua completa diver-

gência dos atos que entendeu praticar o Sr. Presidente da República.

É possível que a situação se torne mais franca e desapareçam as ambiguidades de certas atitudes políticas, tomando cada um a posição e as responsabilidades que lhe pertençam perante a opinião».

Prudente e *Glycério* nunca mais se reconciliariam.

O primeiro, que autorizara a publicação da *varia*, telegrafou no mesmo dia a *Campos Salles*, presidente de S. Paulo:

«Câmara dos Deputados rejeitou ontem, por 86 votos contra 60, felicitações govêrno pela energia com que reprimiu sublevação Escola Militar. *Glycério* falou e votou contra. Votação Câmara constitui hostilidade ao govêrno e incitamento novas revoltas militares. Situação muito grave. Amigos govêrno trabalham para conseguir segunda-feira manifestação da Câmara em apoio do Govêrno. Deputados paulistas cinco votaram com o govêrno e cinco com *Glycério*. Representação S. Paulo precisa escolher entre o govêrno com a ordem e *Glycério* com a anarquia militar. Peço sua intervenção para que deputados paulistas apoiem govêrno, fazendo vir já *Rubião*, *Flaquer* e outros lá estão».

O segundo, *Glycerio*, por sua vez, perdeu a costumada serenidade e, irritado com o procedimento de *Arthur Rios*, aconselhou a aceitação de sua renúncia da presidência.

Estes dois fatos, — o telegrama de *Prudente* e a renúncia de *Arthur Rios*, — levaram os políticos mais desapaixonados de um e outro lado a apelar para os bons ofícios de *Campos Salles* no sentido de harmonizar os homens e as coisas. Fizeram-n'o: os amigos do govêrno, por intermédio de *Bernardino de Campos*, ministro da Fazenda e os de *Glycerio*, por intermédio do deputado *Rodolpho Miranda*.

Campos Salles, correspondendo ao apêlo que recebera, embarcou para o Rio, onde chegou a 31 de maio. Sua viagem foi em pura perda. Os prudentistas não transigiam num ponto: a reeleição de *Arthur Rios* com o voto dos partidários de *Glycerio* e recusaram peremptoriamente a proposta dêstes últimos sobre a escolha de um candidato alheio ao dissídio, precedida de uma manifestação de solidariedade parlamentar ao Presidente. Essa pro-

posta fôra concretizada no nome do deputado *Francisco Sá*, que dela tratou depois, em discurso de que transcreverei um trecho de iniludível significação:

... «Quizeramos que nessa contenda não se collocassem atrás dos combatentes as sombras das potestades olímpicas, como nas pugnas das *Iliadas*...»

Malogradas as tentativas de acôrdo, efetuou-se a eleição de presidente da Câmara a 3 de junho, sendo *Arthur Rios* candidato do govêrno e *Glycerio* da opposição. Resultado: *Arthur Rios* 88 votos; *Glycerio* 76.

Ao todo, votaram 164 deputados. Os restantes ou estavam ausentes do Rio ou deixaram de comparecer por não terem ainda a palavra de ordem de seus chefes nos Estados. A maioria dos paulistas acompanhou o govêrno, dizendo-se, fundada ou infundadamente, que alguns a contragosto. De um soube-se que declarara estar sua cabeça com *Prudente* e seu coração com *Glycerio*.

Conhecida a attitude de todos os congressistas, quer na Câmara, quer no Senado, verificou-se que o poder legislativo se bipartira quase ao meio, atestando seus anais o que foi o duelo tremendo das duas fôrças que, daí por diante e durante meses, se digladiaram na arena política.

O que aconteceu era irremediável. Impossível a união duradoura entre os que compunham o Partido Republicano Federal: republicanos históricos e conselheiros da coroa; presidencialistas e parlamentaristas; conservadores e reacionários... A diversidade de idéias, sentimentos e aspirações teria necessariamente de separá-los, ainda que não houvessem outras coisas secundárias, como aquela a que *Campos Salles* se referiria avisadamente, mais tarde:

... «A crise, resultante de motivos poderosos, que vinham atuando de muito longe, não podia ser debelada pela simples cessação de causas ocasionais. Em ponto culminante, dominando os fatos com a sua assinalada influência, segregando os elementos e gerando discórdias, estava o problema do momento: a eleição presidencial...»

Não há contestar a justeza da afirmação. Onde *Campos Salles* se enganou foi no acrescentar que *todos os nomes até então levantados achavam-se após êstes sucessos inscritos sob a bandeira oposicionista*. Nem todos. Um dos mais falados era

o de *Bernardino de Campos*, Ministro da Fazenda, que ninguém ignorava ter as simpatias oficiais. E, neste particular, permito-me narrar um fato de que fui testemunha.

No Grande Hotel, onde se hospedara o presidente paulista, residiam vários políticos, eu inclusive, e, na noite de sua chegada, ali se reuniu grande número de senadores e deputados, — os moradores da casa, os visitantes e os curiosos, à cata de novidades —. Palestravam em grupos. Num dêles, *Marcolino Moura*, deputado bahiano, comentava os sucessos do dia, quando aquele eminente brasileiro, de volta do Palácio do Catete, atravessou o salão do hotel, em companhia de *Bernardino de Campos*, para ir ao encontro de *Glycerio* e *Pinheiro Machado*, que o esperavam numa sala anexa aos seus aposentos, no primeiro andar. Parou, cumprimentou-nos sorridente e continuou seu caminho. Disse então *Marcolino Moura*: *Será o futuro presidente... se ficar com o govêrno.*

Um dos presentes perguntou: *E o Bernardino?* Respondeu de pronto: *Se o Partido Federal aceitasse o Bernardino, não se daria briga... Prudente se entenderia perfeitamente com Glycerio...*

Fêz-se silêncio. E, depois, a conversa tomou outra direção.

Bernardino era, — não há negar —, um dos candidatos em foco; e, operada a cisão partidária, teria sido o preferido pelos governistas, se as circunstâncias lhes houvessem permitido prescindir do concurso de *Campos Salles*, ou melhor: do presidente de *S. Paulo*, que era o árbitro da situação. A maioria parlamentar seria do grupo por êle prestigiado. E outro não é o motivo por que, apresentada sua candidatura, poudé collocá-la acima das conveniências e interêsses dos que lutavam em campos opostos, declarando que «seu programa seria o de Partido Republicano Histórico, seria o programa que o propagandista, o deputado provincial, o Ministro da Justiça, o constituinte, o senador, o presidente de *S. Paulo* sempre defendera e sustentara».

Difícilima a organização da chapa oposicionista. Para a vice-presidência todos aceitavam o nome de *Lauro Sodré*. Mas, quanto à presidência, acentuaram-se nitidamente três correntes em tôrno das candidaturas de *Julio de Castilhos*, *Quintino Bocaiuva* e *Glycerio*. Nenhuma delas contava com a maioria dos delegados dos partidos regionais, d'onde o recurso à combinação *Lauro Sodré* — *Fernando Lobo*, acolhida com sintomática e mal disfarçada frieza, o que também sncedera nos arraiais governistas, em que lavrava fundo descontentamento por serem conhecidas, em questões doutrinárias, as divergências entre o Presidente e o candidato oficial. Por exemplo: *Prudente* pleiteava, desde 1895,

uma lei reguladora do art. 6.º da Constituição sôbre a intervenção nos Estados e *Campos Salles*, partidário da mais ampla autonomia das unidades federativas, discordava fundamentalmente de seu ponto de vista: *regulamentar êsse dispositivo era ferir a República em seu próprio coração.*

Pouco depois de indicados os candidatos à presidência, deu-se o atentado de 5 de novembro contra o venerando Chefe do Estado, atentado que não tivera a cumplicidade da oposição parlamentar, mas que a enfraqueceu sensivelmente e determinou sua abstenção no pleito presidencial. Das situações estaduais, que se haviam distanciado de *Prudente* logo que se cindira o Partido Republicano Federal sômente duas sufragaram nas urnas os nomes de *Lauro Sodré* e *Fernando Lobo*: as do Rio Grande do Norte e Paraná. E, eleito *Campos Salles*, até mesmo as hostilidades contra o Govêrno Federal foram amortecendo. No Congresso, — pode-se dizer sem êrro —, a última escaramuça travada entre os que se arregimentaram sob bandeiras diferentes foi, em 1898, o debate relativo à licença solicitada à Câmara para o processo dos deputados envolvidos no inquérito policial sôbre os acontecimentos de 5 de novembro do ano anterior. O parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça opinara pela concessão da aludida licença. A Câmara, porém, rejeitou-o em plenário. A maioria tendia a desagregar-se. Caminhava-se resolutamente para a reconciliação. Seria ingenuidade alimentar dúvidas a semelhante respeito, desde que *Campos Salles*, ainda candidato, recusara esposar ódios e competições partidárias, de caráter pessoal ou local, não ocultando seu propósito de *governar com o concurso de todos os elementos úteis, visto como seu programa se encerrava na questão financeira e esta não podia ser posta nos moldes de opressivo partidarismo...*

Dêsse propósito jamais conseguiram demovê-lo. Bem eloquente o que se passou em banquete com que o homenagearam seus amigos, ao voltar da Europa, onde fôra avistar-se com os nossos credores externos. Saudado *em nome do partido que o elegeu e como correligionário político*, não teve reticências em sua resposta, vasada em têrmos claros e precisos:

... «A suprema preocupação de um partido, que se constitui com intuitos legítimos, é o interêsse nacional. Estou convencido de que é aí que se encontram tôdas as aspirações sugeridas pelo patriotismo de meus correligionários. Nesse terreno ficará para sempre firmado o pacto da mais perfeita solidariedade. Não é necessário, portanto, dizer que o govêrno será inflexível na resistência a tôdas as solicitações que se achem em antagonismo com o interêsse nacional.

O apoio benéfico, que não esteriliza, mas fecunda, a ação administrativa é o que não suscita e antes concorre para que sejam dominados os obstáculos. É esse o apoio que eu espero dos que têm patriotismo e boa vontade...»

Esta linguagem não agradou aos situacionistas, para os quais a organização de seu ministério foi, dentro em pouco, a maior das decepções. Dos titulares das diversas pastas apenas um, *Severino Vieira*. — estava alistado em suas fileiras. Os demais não resavam pela sua cartilha. *Mallet e Balthasar da Silveira* eram militares, sem afinidades partidárias; *Epitácio Pessoa*, ex-deputado à Constituinte e à primeira legislatura, estava retirado da cena; *Olinto de Magalhães* vinha da diplomacia; e *Joaquim Murtinho*, embora afastado da atividade depois que abandonara o Ministério da Viação, continuava muito ligado aos chefes oposicionistas.

Empossado no governo a 15 de novembro de 1898, *Campos Salles* fez um apêlo direto a êstes chefes, por intermédio de *Quintino Bocaiuva* e *Pinheiro Machado*, para que lhe prestassem sua valiosa colaboração parlamentar na votação das medidas legislativas de que precisava para a reconstrução financeira do país.

Acusaram-n'o de ter querido dissolver os partidos. É inexato. Suas palavras traduzem com fidelidade seu pensamento:

... «O que proclamei que era um mal a ser extirpado, por ser um embaraço oposto à eficácia da ação governativa, sobretudo em um momento crítico como aquêl em que reclamavam solução os mais graves problemas da administração, foi o espírito partidário, com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das idéias, ora se contrapondo ao desdobramento tranquilo da atividade governamental. Quer dizer: eu pedia trêguas às paixões, paz aos espíritos...»

Pedia trêguas às paixões, paz aos espíritos... e, para conseguir, recorreu ao meio que lhe pareceu mais idôneo: governar com as situações dominantes nos Estados. Foi o que se denominou a política dos governadores, que era a única que as circunstâncias lhe permitiam praticar para não lançar a República em novas e perigosas agitações: a) porque a oposição, que resistira às demasias do poder federal, constituia uma grande força, contando com dez governos estaduais, ciosos de sua autonomia, à sombra das garantias constitucionais; b) porque, sem o apoio dessa oposição, fracassaria ou, pelo menos, seria protela-

da indefinidamente a adoção de quaisquer providências legislativas indispensáveis e urgentes: c) porque, não havendo entendimento com ela, correríamos o risco de uma duplicata de Congresso, ao inaugurar-se, em 1900, a nova legislatura.

Incidentemente, cumpre registrar que a política dos governadores realizada por *Campos Salles* não foi a que tivemos depois, por efeito de intervenções indébitas de alguns de seus sucessores na política interna dos Estados. Com elle, aquella política representou apenas a união de vistas entre o Presidente e os órgãos dirigentes dos partidos locais, em que militavam seus respectivos governadores; não significava a destruição desses partidos e de seus chefes. Não demoliu pessoas. Não teve válidos. Procurou viver em boa harmonia com todos que tinham personalidade própria, sem indagar dos forais de seu passado. O essencial era que o quisessem ajudar na execução do plano que assim traçara:

... «Direi em síntese que promover o resgate gradual do papel moeda, fiscalizar com seriedade a arrecadação, discriminar os serviços públicos de tal modo que não pesem sobre o Tesouro da União senão os de natureza estritamente federal, proscrever das tarifas o princípio de inoportuno proteccionismo, eliminar os *deficits* dos serviços a cargo da nação e outras medidas que devem ser prudentemente applicadas no sentido de reduzir as despesas, desenvolver a receita, valorizar o meio circulante, expandir o crédito, criar a confiança, estimular a imigração do capital, são os meios que me parecem adequados para criar uma situação financeira bastante sólida, a fim de que sobre ella se possa levantar a prosperidade da pátria e a glória da República...»

A despeito dos esforços de *Prudente de Moraes* e *Bernardino de Campos*, seu Ministro da Fazenda, que foram valiosos, a situação financeira atingira a extremos aflitivos. Digam-n'o os dados officiais:

Situação financeira em 1898:

- pagamentos externos suspensos;
- circulação do papel moeda elevada a 788.364:614\$500;
- resgate a realizar-se em virtude do convênio de Londres: 115.997:710\$000;
- média anual da taxa cambial: 73/16;
- títulos da dívida pública com uma depreciação, nas cotações da bolsa estrangeira, de cerca de 50%;

— resto do empréstimo externo de 1897, por letras do Tesouro, pagáveis mensalmente e a liquidar-se no exercício de 1899: libras, 1.122.083;

— letras do Tesouro emitidas por antecipação de renda e em circulação: 20.350:000\$000;

— saldo contra o Tesouro em conta corrente do Banco da República: 11.000:000\$000;

— prestação a pagar por material de guerra, em virtude de encomendas: libras, 274.694;

— importância de contratos a pagar, também por material de guerra: 832:386\$726;

— finalmente, avultados *deficits* orçamentários de exercícios anteriores.

— Recursos existentes: no Tesouro, 5.492:854\$000; na agência de Londres: libras, 81.713.

Situação financeira em 1902:

— os pagamentos externos em espécie, restabelecidos no prazo fixado pelo convênio de 15 de junho de 1898 (*funding-loan*) e feitos com rigorosa pontualidade;

— a circulação do papel moeda, reduzida pelo resgate a 680.415:258\$000;

— a taxa cambial ao nível de 12;

— a massa de papel moeda em circulação, que representava menos de 24 milhões esterlinos, valendo, conquanto reduzida em volume, mais de 34 milhões, em virtude da elevação do câmbio;

— os títulos brasileiros alcançando, nas cotações da bolsa estrangeira, uma alta de, aproximadamente, 35%.

— o resto do empréstimo de 1897 pago, em prestações mensais, no correr do exercício de 1899, pela forma estipulada;

— os débitos por encomendas e contratos inteiramente liquidados;

— as letras de Tesouro, emitidas por antecipação de receita, todas resgatadas;

— a conversão das apólices ouro do empréstimo interno de 1868 ultimada;

— a circulação de apólices da dívida fundada reduzida de 6.200:000\$000;

— os depósitos em Londres, sempre restaurados, mediante remessas regulares de fundos, quando reduzidos por pagamentos de qualquer natureza, e elevados a dois milhões de libras e mais um milhão de consolidados; ,

- os saldos em conta corrente do Banco da República de 12.000:000\$000 em papel e 300.000 libras;
- o numerário do Tesouro excedente de cinco mil contos.

Os encargos de *funding-loan*, — acôrdo firmado com os nossos credores para que o serviço da dívida externa fôsse feito provisoriamente em títulos ouro —, subiram a libras 8.700.000, mas, enquanto durou o regime nêle convencionado, o govêrno resgatou outros títulos, também ouro, no valor de libras 4.400.000, donde resultou que a agravação de nossos compromissos no estrangeiro com a suspensão dos pagamentos em espécie não attingiu, efetivamente, a 50% do referido *funding*.

O confronto destas duas situações seria bastante para o elogio de Campos Salles, que, além de administrador competente e modelar, foi, por igual, homem de Estado clarividente e capaz, ao delinear com segurança seu programa financeiro e a êle subordinar sistematicamente seus atos, remodelando a estrutura de nossas leis orçamentárias, modificando nosso regime tributário, estabelecendo o pagamento da parte dos direitos de importação em ouro, criando o fundo de garantia e fortalecendo o de resgate, para apressar o saneamento do meio circulante, reformando as tarifas aduaneiras, revendo a legislação fiscal, encampando estradas de ferro, decretando, em fim, uma série de providências, cada qual de maior alcance para o desafoço de nossas finanças, em transe amargurado da vida da República.

E tudo fêz sem perder de vista a realidade brasileira.

Aquele tempo, nossa exportação anual, ainda inferior a um milhão de contos, papel, era constituída quase exclusivamente por produtos agrícolas e matérias primas. As indústrias existentes, sem grandes surtos de progressivo desenvolvimento, viviam, em regra, de isenções e favores, difficilmente obtidos. Não tínhamos organização econômica sólida e estável.

Os únicos recursos certos ao seu dispor eram os da receita ordinária, que, durante seu quadriênio, se expressavam nas seguintes cifras:

<i>Exercícios</i>	<i>Ouro</i>
1899	—
1900	49.955:521\$612
1901	43.970:626\$026
1902	42.904:844\$036
	<hr/>
	136.830:991\$674
	<hr/>

<i>Exercícios</i>	<i>Papel</i>
1899	320.837:098\$858
1900	263.687:253\$410
1901	231.495:487\$660
1902	243.184:105\$690
	<hr/>
	1.059.203:945\$618
	<hr/>

Convertida a papel a parte ouro da arrecadação, à taxa cambial de 10 (média dos quatro anos de seu governo, desprezadas as frações), temos 369.443:657\$519, que, juntos a 1.059.203:945\$618, arrecadadas em moeda corrente, elevam o total da receita, nessa moeda, a 1.428.647:603\$137. E, comparada esta importância com a de 1.281.431:108\$951, receita arrecada no quadriênio anterior, verifica-se que o aumento foi apenas de 147.216:494\$186, papel, explicável, em diversas rubricas, pelo crescimento normal das rendas públicas. A cobrança de parte dos direitos de importação em ouro e a criação ou elevação de impostos, especialmente de consumo, em percentagens mínimas, pouco contribuíram para êle. Acresce que destas alterações em nosso regime tributário decorreram vantagens que se não discutem.

Quanto à cobrança em ouro: permitiu que o governo deixasse de intervir na jogatina da bolsa, sempre em oscilações bruscas, e forneceu ao Tesouro as cambiais de que tinha necessidade para suas despesas no exterior, evitando a voragem dos gastos provenientes das diferenças por conversão de moedas, que arrebatavam, na ocasião, um têrço de nossos orçamentos. Tal medida não encareceu excessivamente a vida do povo, como vaticinavam os pessimistas. As estatísticas provam que, em consequência da subida do câmbio, o pagamento em ouro foi compensado, em grande parte, pela diminuição do custo das utilidades importadas.

No tocante à criação ou elevação de alguns impostos, é conhecido seu objetivo: os aduaneiros para impedir o sacrifício de indústrias florescentes, ameaçadas pela concorrência estrangeira, e os de consumo para que a vida financeira da União não continuasse a repousar precariamente nos de importação. A idêntico objetivo obedeceu depois a criação dos de renda, vendas mercantis e outros.

Acredito que a obra de *Campos Salles* tenha tido falhas e defeitos. Mas nenhum observador consciencioso e justo, que a examine em face das possibilidades e das condições existenciais do Brasil de sua época, deixará de reconhecer que foi verdadeira-

mente notável. Verdadeiramente notável e levada a cabo com arrojada coragem. Célebre sua frase: *não posso obrigar ninguém a ser patriota; mas hei de fazer cumprir a lei.*

Em 1899, — último ano da terceira legislatura ordinária —, a Câmara dos Deputados, afora pequena minoria, apoiava sem restrições o governo. Subsistiam, porém, em seu seio, acirradas e inquietadoras, as duas correntes, — a dos *federais*, então chamados *concentrados*, e a dos *dissidentes* —, em que se dividia em 1897, tendo cada uma delas seu *leader*: *Cassiano do Nascimento* e *Augusto Montenegro*.

Esta situação poderia ser germe de profundos dissentimentos ao organizar-se a Câmara da seguinte legislatura, dando mesmo lugar a uma duplicata do poder legislativo; e *Campos Salles*, receiando êsse desastre, resolveu assentar, desde logo, com os referidos *leaders* as normas que deveriam presidir ao futuro reconhecimento de poderes. Daí a reforma do regimento interno daquele ramo trienal do Congresso para definir-se o que se entenderia por diploma, — a *ata da apuração geral das eleições assinada pela maioria absoluta dos membros efetivos das juntas apuradoras* —, e para determinar-se que a presidência da assembléia, no comêço das novas legislaturas, caberia, durante as sessões preparatórias, não ao mais velho dos candidatos diplomados, como até então, e sim ao que a exercera na última sessão ordinária, se reeleito. Em outras palavras: caberia, nas sessões preparatórias do comêço da quarta legislatura, a *Vaz de Mello*, deputado mineiro, que tinha a reeleição garantida e cuja austeridade de caráter a todos inspirava confiança.

Acordou-se, ao demais, que seriam reconhecidos como legitimamente eleitos os diplomados, na conformidade do critério regimental adotado, critério indefensável em princípio e talvez injusto em alguns casos, mas que correspondia a uma imperiosa necessidade de momento. Sem êle, estaria destruído o congraçamento das duas forças políticas em litígio, aguerridas e irreductíveis na defesa das situações dominantes nos Estados.

Superadas as dificuldades do reconhecimento de poderes com a observância rigorosa do mencionado critério, — menos no segundo distrito do Rio de Janeiro e na Paraíba, onde, pela intervenção presidencial, foram abertas duas exceções para salvar *Nilo Peçanha* e os amigos do Ministro da Justiça, *Epitácio Pessoa* —, inaugurou-se a sessão legislativa de 1900. Aparente a calma reinante. Tôdas as vistas já se volviam para a sucessão do primeiro magistrado da nação. Apontavam-se ou insinuavam-se candidaturas. Entre outras, as de *Murtinho* e *Quintino*. Alarmou-se *Campos Salles*, para quem o espírito de seu governo exigia continuidade no de seu sucessor, dizendo: «... se isso não

acontecer, se se der uma inversão na ordem política ou administrativa, considero que estarão inutilizados meus esforços e perdido o terreno que ganhámos...»

Evidente que se não manteria inativo. Oportunamente, teria candidato, cujo nome foi sugerido, em novembro, aos presidentes de Minas e da Bahia, — *Silviano Brandão e Severino Vieira*, — que o aceitaram sem relutância: o primeiro, pleiteando a vice-presidência para seu Estado, e o segundo incondicionalmente.

Depois de inteirado da resposta dos dois, escreveu, em janeiro de 1901, ao interessado, — *Rodrigues Alves* —, informando-o dos passos que dera e expondo os móveis que haviam ditado sua política de conciliação. Concluía perguntando: *Terá V. qualquer dúvida em ser o continuador desta política?*

Em resposta, *Rodrigues Alves* lembrou, em vez da sua, a candidatura de *Bernardino de Campos*, se a *S. Paulo* ainda fôsse licito dar o presidente, o que convinha ponderar muito para não suscetibilizar o melindre de outros Estados. E, feita esta sugestão, absteve-se de falar sobre sua orientação, caso viesse a ser, afinal, o indicado, como era de presumir, pois, para isso, — adiantara *Campos Salles* —, se não deparavam embaraços senão na natural exigência de esclarecimentos acêrca de suas idéias e tendências políticas. Os concentrados, — antigos oposicionistas —, desejavam ter a certeza de que, ex-ministro de *Prudente de Moraes* e com êle solidário até que terminara sua presidência, não manifestaria no govêrno os pendores que, por ventura, ainda lhe restassem das lutas encandescentes do passado. Sua carta não os tranquilizava a êste respeito. *Campos Salles* escreveu-lhe novamente e desta vez a resposta foi positiva e completa:

... «C) acôrdo de vistas com os governadores, que V. adotou como regra para congregar em tórno de si as representações dos Estados, sem atenção a antigas rivalidades e divisões políticas, parece-me boa norma, que não deve ser abandonada, porque disso depende o apoio forte para o conjunto de providências de ordem administrativa e financeira de que carece o país para vencer as dificuldades, que subsistem... Repito a V. o que tenho dito sempre: em política não guardo ódios nem ressentimentos, e sou inclinado à tolerância e à concórdia.

Estou procedendo aqui, no govêrno do Estado, com aquela conformidade de vistas que V. adotou para o seu govêrno na parte política e administrativa, e será essa minha norma de conduta, se a condescendência, a generosidade ou a fraqueza dos chefes políticos julgarem-me em condições de ser seu sucessor...»

Diante disso, e sem embargo das objeções dos que ainda distinguíam entre *adesistas* e *históricos*, fácil se tornou coordenar os elementos necessários para o bom êxito da candidatura do preclaro estadista, que, pela sua política de realizações, nos legaria algumas das páginas mais fulgurantes da história do regime republicano.

Com a eleição de *Rodrigues Alves* estava virtualmente terminada a missão de *Campos Salles*. Pouco importa que, no decurso de seu desempenho, a impopularidade tenha sido o preço de seus triunfos. Não tardaria a justiça reparadora de seus concidadãos, que, serenadas as paixões, transformaria em troféus de vitória as feridas recebidas na peleja, cheia de provações, em que presidente, conquistara seus títulos máximos de benemerência: os de pacificador da política interna e de restaurador do crédito nacional.

CONFERÊNCIAS

PEDRO LESSA (*)

PROF. EDGARDO DE CASTRO REBELLO

Pedro Lessa, Pedro Augusto Carneiro Lessa, natural do Sêro, falecido nesta cidade em 25 de agosto de 1921, sócio benemérito dêste Instituto, que, hoje, lhe comemora, com saudade, o centenário natalício, foi um dos grandes varões da República. Pertenceu à geração dos que, entre nós, passaram pelas Escolas de ensino superior, de 1870 a 1889, — os últimos vinte anos do Império. Teve a existência marcada pelo reflexo dos grandes problemas de ordem cultural, política e social que agitaram aquela geração; repartiu-a, com constância, entre o culto da verdade científica e o serviço da Liberdade. Notabilizou-se em ambos.

Ficou-nos daquela geração o exemplo justamente encarecido, ainda que nem sempre sem alguma impertinência, da intrepidez e do idealismo com que a mocidade da época trabalhou na Abolição do cativo e na edificação da República federativa.

Que mocidade era essa? De que esfera social provinha? — Cindida a sociedade pela escravidão, era entre os filhos de antigos senhores, ou de sua progênie imediata ou distante, entre os filhos de proprietários rurais, ou na própria burguesia das cidades, que as Academias tinham sua reduzida clientela. Ainda oito anos depois da chamada *Lei de emancipação*, em 1879, quando verdadeiramente começa a «campanha abolicionista», há, no país, em uma população inferior a três milhões de habitantes, dois milhões de escravos, não computados os ingênuos, descendentes seus, que, praticamente, viviam, também, no cativo.

Não é, assim, de admirar-se que, ainda nesse tempo, as Faculdades de ensino superior, particularmente as de Direito, fôsem, para muitos, ante-salas do parlamento. O brasileiro que lograva concluir o curso de humanidades, transposta a adolescência, passava, quase infalivelmente, a uma das quatro Escolas civis de ensino superior, ou às militares, de onde saíria, em grande parte,

(*) Conferência pronunciada no I. H., em 25 de setembro de 1959, por ocasião do centenário do nascimento de Pedro Lessa.

para a carreira política ou o serviço do Estado. Rico ou remediado, se vinha de longe, e trouxesse ou não da casa dos seus para a *república*, onde havia de alojar-se, o pé-de-meia recheado, recebido entre os soluços e bênçãos da despedida, achava na hospedagem de parentes, de amigos, que o acolhiam, ou mesmo na do *correspondente*, a continuação da vida de família em que fôra criado. Seu caso era, em regra, o mesmo dos outros, em companhia dos quais teria de freqüentar a Academia. De «academia» podia-se realmente falar. De academia era a atmosfera das pugnas intelectuais em que se havia de empenhar, ainda quando de natureza política o vivo debate que dividia os lutadores. Estes mesmos diziam-se «acadêmicos», e o nome perdura, a despeito do *contra-senso* que hoje exprime.

Para os dois grandes problemas de ordem geral, postos em equação, quando, em 1879, Pedro Lessa obtém matrícula na Faculdade de Direito de São Paulo, — o social e o político, — as soluções opostas ao espírito conservador: a Abolição e a República, eram os temas centrais de um debate que sòmente dez anos depois havia de cessar. Nêle entrando logo, sentiu-se o novo acadêmico à vontade. Da província natal trazia o necessário: o conhecimento das humanidades, adquirido despreocupadamente no ambiente tranqüilo do Sêrro e de Barbacena, acrescido na província do Rio de Janeiro e na Côrte. Do pai, que, havia pouco, chegara a trocar a condição de farmacêutico abastado, — herança paterna, pela de proprietário agrícola, vir-lhe-ia, como durante o curso secundário, o amparo material preciso.

Entre o problema social e o político a diferença era sensível. Quando, ao impulso liberal de que se originaria imediatamente o partido republicano, como efeito do golpe imperial de 1868, vieram juntar-se outras fôrças e a nova corrente adquiriu maior volume, com o afluxo das simpatias que se deslocaram da monarquia para ela, a indiferença do republicanismo paulista pela abolição do cativo tornou-se artigo de propaganda. A afirmação de que a questão do estado servil era social, não política, expressa formalmente pelos republicanos, em 1872, provocou protestos no campo liberal, mas o certo é que a razão estava com aquêles.

Por tudo isto, as separações que a propaganda republicana provocava na Academia iam difficilmente além do torneio intelectual que alimentavam.

Doutrinariamente, a república era, a princípio, fórmula para a liberdade. O a que, em rigor, seus partidários, antes de tudo, aspiravam, principalmente os teóricos, era um acréscimo de afirmação do indivíduo, por opposição à autoridade do Trono, e isto

supunha a conquista da liberdade sob tôdas as formas, — condição primária para a existência da democracia. Mas, a liberdade pela república era, principalmente, a liberdade para o número limitado dos que esperavam participar do governo pelo voto popular. Eis por que, bem ou mal, a solução do problema servil se afigurava aos republicanos de interesse lateral.

A muitos a solução do problema político aparecia já envolta na fórmula federativa. A federação era, assim, outra das grandes idéias pelas quais também se agitava a mocidade das Escolas.

Ainda no 2.º ano do curso de direito já Pedro Lessa toma posição de destaque: dirige, com Alberto Salles e Alcides Lima, a publicação de uma fôlha republicana, — *O Federalista*, que rivaliza na primazia da propaganda com a *Evolução*, de Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa. Colabora, também, n' *A República*, órgão do *Centro Republicano Acadêmico*, a que dará sua pena até a terminação dos estudos, em 1883.

Para que se tenha idéia da homogeneidade social do meio «acadêmico» de então, é bastante conhecerem-se os nomes dos que passaram, na época, pela direção ou pela redação de qualquer daqueles periódicos: Alberto Salles, Aristides Maia, Fernandes Lima, Júlio de Mesquita, Ângelo Pinheiro, Vicente Machado, Urbano Amaral, Vitorino Monteiro, Alvaro Chaves. Era a mocidade que a burguesia educava para o futuro serviço da democracia, e que, de fato, lhe havia de servir, um dia, como a aristocracia agrária das fazendas e engenhos havia educado as gerações que tinham servido ou ainda serviam à monarquia constitucional.

Mesmo os que na imprensa acadêmica figuravam em campo contrário, n' *A Reação*, n' *O Monitor Católico*, na *Vanguarda*, órgãos da reação, ou em fôlhas simplesmente liberais, como *A Opinião* e o *Constitucional*, não quebravam aquela homogeneidade.

Na ordem filosófica, duas correntes renovadoras do pensamento disputavam a preferência da gente nova: de um lado, o positivismo; de outro, — o evolucionismo spenceriano, com que logo se fundiria o monismo mecanicista de Haeckel. Atraídos pela primeira, os que, por inclinação própria da condição social em que viviam ou pretendiam viver, eram levados a confiar ao princípio da autoridade a realização dos ideais republicanos, sem prejuízo da porção de liberdade necessária, reservada ao indivíduo no domínio espiritual, principalmente, — constituíram-se, com o tempo, em igreja, criaram-se um apostolado, e, graças à rigidez do sistema, que souberam manter, vieram a influir direta e visivelmente na implantação do novo regime político, ao cair da monarquia. A penetração da segunda foi mais lenta. Por sua flexibilidade, pelo sentido individualístico das conclusões imediatas que autoriza, pelo

próprio relativismo dessas conclusões, na ordem moral, o naturalismo evolucionista havia de, por fôrça, conquistar maiores simpatias entre os que, supondo-se aptos a vencer na luta pela vida, contavam ter nas próprias mãos, com liberdade, sem peias, o destino material e intelectual da sociedade.

Concluído o curso jurídico, fixa-se Pedro Lessa em São Paulo. Tem 24 anos de idade. Quer casar-se, mas, — coisas do tempo! — a moça a que se afeiçoa, de alta estirpe, só o esposará, feito «doutor de borla e capelo.» Não hesita: satisfaz-lhe o capricho. Perante a Faculdade em que se formara, defende tese, e, obtido o grau de doutor, antes de findo o ano de 1884 está casado.

Distinguiu-se, desde a adolescência, no conhecimento do Latim, língua de que viria a servir-se, amiúde, com familiaridade, em suas citações jurídicas.

Era o tempo em que ainda se tinha por nobilitante, entre nós, o trato da língua de Cícero e os futuros «donos» da cultura «científica» moderna, conjurados em proscrevê-lo, ainda não tinham aparecido.

Ainda sob a monarquia, exerceu as funções de Secretário do Tribunal da Relação de São Paulo, provido no cargo em 1886, por Afonso Penna, então ministro da justiça.

Lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1888, depois de preterido, um ano antes, num primeiro concurso, apesar de colocado no primeiro lugar, foi mais tarde, promovido, legalmente, a professor catedrático.

Temperamento altivo, protestou contra a preterição sofrida, que considerara injusta, junto à princesa Isabel, ao tempo ocupante do trono, e a quem, diziam, funda impressão causara o protesto.

Elevado a professor catedrático em 1891, exerceu no mesmo ano o cargo de chefe de polícia de São Paulo.

Fêz, também, parte do Congresso Constituinte dêsse Estado.

Em 1893, enviuvou.

De 1892 a 1907, foi na Faculdade de Direito de São Paulo professor de Filosofia do Direito e História do Direito. Dividiu, então, a atividade entre a advocacia e a cátedra.

São dêsse período seus magníficos trabalhos de direito, reunidos, em 1911, em volume, sob o título de *Dissertações e polémicas*.

De sua posição em face das principais correntes do pensamento filosófico, já assinaladas, tem-se documento apreciável no volume em que, mais tarde, reuniu o essencial de suas lições.

A filosofia naturalista, o organicismo social de Spencer, as lições de Schopenhauer, cujo sôpro lhe perpassa, intermitente, quase tôda a obra filosófica, parecem ter-lhe fixado, para sempre, a diretriz doutrinária na cátedra, e o que é, sobremodo, notável, na posição de juiz, ainda que aí, necessariamente, muito menos visíveis.

Grande é o lugar da liberdade nessa diretriz.

Entre as condições indispensáveis à conservação e ao progresso do individuo e da sociedade, que, sob a forma de preceitos artísticos, de normas de procedimento baseadas cientificamente na observação dos fatos sociais, deve o direito proteger, colocava no primeiro plano, «a liberdade de movimentos físicos e a liberdade de manifestação de idéias» e, com elas, a liberdade de associação, — tôdas, a seu juízo, tão necessárias ao homem, quanto o uso e o gozo das coisas materiais, ou a permuta de serviços.

São conceitos em que transparece a lógica de uma contradição que a Revolução Francesa encerrara em fórmulas precisas, mas que se enquadram perfeitamente na sistemática da corrente doutrinária por êle seguida.

Se Darwin confessou haver tomado a Malthus a lei da concorrência vital e da seleção natural das espécies, é igualmente certo que a difusão do darwinismo, como, logo depois, a do evolucionismo spenceriano, que êle, em parte, inspira, deram ao liberalismo novo ponto de apoio. Ao darwinismo ligou-se, desde então, engenhosamente a lei da concorrência industrial e mercantil, lei de progresso, tanto quanto as suas, de transformação e adaptação.

As doutrinas morais e filosóficas do comêço do século passado, ao contrário, pela mesma razão, tinham-se achado em conflito com a economia liberal. Sejam exemplos: Fichte, Laménais, Hegel, Renouvier, Comte, Secrétan, Lange, o próprio Stuart Mill. Êste, no entanto, inspirado em Bentham, empenhou-se por harmonizar os interesses da livre concorrência e chegou até o limiar do socialismo. Eis porque a todos os que admitem com leviana facilidade, que, para se melhorarem as condições sociais, é preciso depreciarem-se a liberdade e o individuo, queria Gaston Renard que se recomendasse a leitura das obras de Mill. Leu-as naturalmente Pedro Lessa, quando estudante, e da leitura de uma, pelo menos, — *On Liberty*, guardou na lembrança o essencial, para que a invocasse, um dia, em circunstância grave, com a autoridade de juiz.

Ao dar-nos a *Interpretação do art. 11, nº 2, e do art. 72, §§ 3, e 7, da Constituição Federal* de 1891, levou êle o liberalismo ao ponto de lhe sacrificar o exato sentido dos textos, com abandono da intelligência que o elemento histórico impunha. Queria a liberdade religiosa à americana, a despeito de tôda nossa história

política estar a mostrar-nos que a protegida naquela Constituição era a liberdade religiosa entendida à francesa.

Uma coisa na vida de Pedro Lessa emparelhava com esse devotamento seu à liberdade, — a fé que depositava na renovação das ciências e da filosofia pelo emprêgo do método positivo. Em polêmica interessante com um de seus colegas de congregação na Faculdade de Direito de São Paulo, declara: «Em um ponto preliminar não posso chegar a um acôrdo com o Senhor Dr. João Mendes Júnior: não é possível hoje admitir o método escolástico.

«Com raras exceções os filósofos da nossa época condenam a Escolástica pela submissão mais ou menos completa da filosofia ao dogma, pelo uso excessivo da dedução e do silogismo, pela extrema sutileza das análises, em geral verbais, pela tendência a dar realidade a meras abstrações, e a criar entidades explicativas que não explicam coisa alguma».

Fiel a essa orientação, afirma, em outra oportunidade: «A filosofia do direito passou pela mais profunda revolução, para não dizermos que se constituiu na segunda metade do século XIX».

E salienta a renovação completa por que passou o método aplicado em seu estudo.

«A aplicação do método positivo, diz êle, (o único processo de que dispõe a inteligência humana para a aquisição de verdades científicas) ao estudo dos fenômenos sociais apagou a antítese profunda que havia entre a moral, o direito e tôdas as disciplinas que se ocupavam com os fatos do organismo social, e as ciências cujo objeto é o estudo dos fenômenos do mundo físico, inorgânico ou orgânico. Investigam-se hoje as leis dos fatos jurídicos, éticos, políticos, econômicos, ou sociológicos, pelo mesmo método lógico por que se estudam as leis da física, da química, ou da biologia.

Tôda doutrina que atualmente pretende revestir-se de um caráter científico, precisa ter como base a observação dos fatos, que é o alicerce comum para as induções de tôdas as ciências».

Mesmo quando o empolga o pensamento de uma solução para o que lhe parece «o mais formidável» problema «de quantos jamais se agitaram no domínio do direito», — o que a organização da propriedade suscita e que, ainda segundo expressões suas, «o século XIX não expirou sem formular, para ser solvido pelo século XX», mesmo então, é, no fundo, o liberalismo que o orienta.

Andara pela Europa. Os grandes conflitos sociais que ali terá de perto apreciado, a leitura dos doutrinários do socialismo, principalmente, é de supor-se, a dos epígonos de Marx, que nos fins do século passado e no comêço dêste forcejam por acomodar-lhe as teorias às conclusões das ciências naturais e do evolucionismo.

nismo, que se afiguram inconcutiveis, inspiram-lhe páginas expressivas de um estado de espírito que não é exclusivamente seu.

No exame das escolas que afrontam aquêlê problema, discrimina as tendências. Do socialismo separa, inicialmente, o anarquismo, que, para êle, não é, sequer, «uma teoria discutível», mas «apenas uma incitação ao crime»; no socialismo distingue o comunismo, o coletivismo e o a que chama «socialismo prôpriamente dito». Declara-se por êste e afirma: «Muitas das aspirações das várias escolas do socialismo prôpriamente dito hão de ser fatalmente concretizadas em leis. Não há um só homem de coração bem formado, que se não sinta confrangido ao contemplar o doloroso quadro oferecido pelas sociedades atuais com sua moral mercantil e egoística.

O socialismo há de triunfar parcialmente. O seu triunfo é infalível e necessário».

Mais longe não lhe permite chegar seu amor da liberdade. Em compensação, êsse mesmo amor o escudará com a tolerância precisa, para, como juiz, admitir as soluções que pessoalmente rejeita.

Nisto, foi admirável.

Em prólogo a seus *Estudos de Filosofia do Direito*, deixou claro seu pensamento acêrca do problema filosófico e, particularmente, do problema científico. «Outro fenômeno que exprime outro mau sintoma social, diz, ali, Pedro Lessa, é êste que se nota frequentemente em nossos dias: reconhecida a inanidade das doutrinas teológicas e metafísicas, em vez do esforço pela formação de uma teoria jurídica baseada na rigorosa observação dos fatos, de acôrdo com o método científico, o que se tem dado é um tal desvairamento dos espíritos, não raro agrilhoados pelo vão desejo de originalidade, que nada há hoje mais comum do que vermos doutrinadores que, a pretexto de explicarem filosoficamente o direito, a êste destroem todo o fundamento, negam tôda a razão de ser». E, adiante, mais explícito: «Durante todo o tempo em que professei a filosofia do direito na Faculdade de São Paulo, uma idéia capital dominou o meu espírito: não tendo podido jamais compreender desde os primeiros anos do meu tirocínio acadêmico, a confusão do direito com a religião, que faziam escolas muito em voga naquela época, nem a vaga, balofa e incolor explicação do direito contida nas doutrinas metafísicas, dentre as quais a mais propagada em nosso país era então a de Krause, exposta por Ahrens, esforcei-me sempre por estudar êsse fenômeno social pelos mesmos processos lógicos, pelo mesmo método, composto exclusivamente da indução e da dedução, por que se estudam os fenômenos do domínio das outras ciências, sociais e inferiores».

Expressão perfeita de sua estrutura mental tem-se na memória que escreveu, em 1905, sobre *O determinismo psíquico e a imputabilidade e responsabilidade criminais*, incluída, sete anos depois, naqueles mesmos *Estudos*, por sua evidente vinculação com o pensamento geral que os anima.

De sua posição em face do problema científico, em geral, decorre, logicamente, sua concepção da história, exposta, em 1900, no prefácio escrito para a *História da Civilização na Inglaterra*, de Buckle, traduzida por Adolfo Melchert, e reafirmada no discurso proferido neste Instituto em 1907, ao ser aqui recebido.

Tamanha importância atribuía ao conteúdo desse prefácio, que o tirou, em separado, sob o título: *É a história uma ciência?*

A despeito da estreita afinidade entre a orientação científica daquele escritor e a sua, considerável é a diferença entre as conclusões de um e as do outro, no que se refere ao caráter da história. Partem ambos do mais rigoroso determinismo da atividade humana, individual ou coletiva, mas, ao passo que Buckle, empenhado em fazer da história alguma coisa mais do que um motivo de discussões políticas e investigações eruditas, sustentava a possibilidade de lhe dar cunho análogo ao das ciências naturais, Lessa limitava-se a atribuir-lhe por função «coligir e classificar metódicamente os fatos, para ministrar os materiais» que sirvam de base às induções das ciências sociais. Entendia faltar a história «conteúdo científico, próprio, leis de seu domínio, induções, princípios e deduções, que lhe sejam particulares, generalizações que dela façam uma ciência», e, concludente, afirmava: «O que se chama ciência da história ou é uma série de verdades gerais pertencentes ao domínio da sociologia, e das ciências sociais várias, ou um conjunto de observações que não constituem leis na acepção científica do termo».

O que Pedro Lessa terminantemente repelia são as concepções providencialistas da história; puras ou ecléticas. Como elas, qualquer concepção subjetiva ou metafísica.

O relativo diletantismo de sua crítica histórica foi superado na substanciosa conferência que aqui realizou em 1916, sobre Francisco Adolfo de Varnhagen. Era, já então, sócio honorário do Instituto, que, desde 1901, o incluira em seu quadro, como sócio correspondente.

Aquela conferência, feita, aliás, para atender ao Instituto, que o convidara a escrever sobre o grande historiador nacional, valeu-lhe a concessão do prêmio «Conselheiro Olegário», a êle outorgado em 1917.

Os anos posteriores a sua admissão como sócio do Instituto foram, ainda, para êle, da mais fecunda atividade. De sua vida, pode-se dizer, que não conheceu declínio.

Chamado em 1907, a ocupar um dos lugares de juiz do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente Afonso Penna, que lhe dera sob a monarquia o primeiro cargo público, fêz-lhe, depois de alguma relutância, o sacrifício de uma das bancas mais rendosas de advogado, no país.

Em 1910, a Academia Brasileira de Letras o elege para a cadeira instituída por Lúcio de Mendonça, na vaga aberta pela morte dêste, e nela o empossa.

Em 1911, empreende segunda viagem pela Europa. No ano seguinte, de volta, estuda a personalidade singular de João Francisco Lisboa, em esplêndida conferência que faz na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo.

Em 1917, coube-lhe proferir neste Instituto o laudo arbitral que derimiu a discordância suscitada entre Gonçalves Maia e Oliveira Lima, acêrca da data precisa da «Confederação do Equador», e é, em consequência, elevado a sócio benemérito.

Ativo, incansável, emite neste Instituto, de 1912 a 1916, numerosos pareceres.

O campo da atividade prática, igualmente, o atrai; depois de participar, em 1914, da Liga Brasileira pelos Aliados, funda, com outros, em 1915, a Liga da Defesa Nacional, de que não tardará tornar-se presidente.

Mas, onde foi, talvez, sem par, onde se alçou a um plano, pode-se dizer, indisputável, do que logo resultaria tornar-se uma das mais extraordinárias expressões da vida nacional, foi no desempenho das funções de juiz.

Da advocacia e da cátedra passara Pedro Lessa à mais alta magistratura da União. Trazia da primeira o conhecimento dos homens e, com êle, o da sociedade de seu tempo; da segunda — a segurança dos princípios sôbre que teria de trabalhar. Mais do que nunca suas convicções liberais vão ser postas em prova. Chamado logo a sentenciar no processo de uma ordem de *habeas-corpus* impetrada para o diretor do *Avante!*, jornal socialista que, então, se edita em São Paulo, mostra-se possuidor de uma orientação segura. Trata-se de garantir o jornalista contra uma ordem de expulsão do território brasileiro...

Ainda estou a ver-lhe a serenidade e a firmeza com que fala a seus pares. Que ensinamentos lhe acodem, então, ao espírito? Os que ouvira, em moço, aos mestres da Faculdade de São Paulo? — Exceção, talvez, de José Bonifácio, não seriam aquêles mestres os que melhor o teriam instruído no amor da liberdade. A autoridade que invoca é a de Stuart Mill, a de seu «pequenino» livro sôbre a *Liberdade*, familiar, segundo recorda, aos estudantes de direito ao tempo em que fizera seus estudos.

Seus mestres tinham sido, mais ou menos, os mesmos do tempo em que Júlio Ribeiro dizia, referindo-se à velha Escola: «Os lentes de direito, apesar das loas apologéticas que fazem de São Paulo Atenas do Brasil, salvas duas ou três exceções honrosíssimas, são repetidores de textos, eruditos rançosos de velharias que já fizeram seu tempo, homens regressistas que fogem da ciência como o diabo da Cruz».

Ainda não decorreram quatro anos sôbre sua investidura no cargo de juiz e já o tribunal onde tem assento lhe conhece, inteira, a doutrina acêrca do instituto constitucional do *habeas-corpus*.

Convencido de que a larga explanação em que a compendia perante o tribunal, resume realmente «a verdadeira doutrina» acêrca daquele remédio jurídico, Pedro Lessa trasladá-la-ia, mais tarde, para o livro em que estuda a organização do poder judiciário no direito constitucional brasileiro; tem por êrro manifesto a suposição de que o *habeas-corpus* é «remédio judicial adequado à exclusiva proteção da liberdade individual, entendida embora esta expressão liberdade individual — no sentido amplo, que abrange, além da liberdade de locomoção, a de imprensa, de associação, de representação, a inviolabilidade do domicílio». Para êle «o único direito em favor do qual se pode invocar o *habeas-corpus* é a liberdade de locomoção». Mas, «a liberdade individual é um direito fundamental», condição para o exercício de direitos inumeráveis: «para trabalhar, para cuidar de seus negócios, para tratar de sua saúde, para praticar os atos de seu culto religioso, para cultivar seu espírito, aprendendo qualquer ciência, para se distrair, para desenvolver seu sentimento, para tudo em suma, precisa o homem de liberdade de locomoção, do direito de ir e vir». Tanto o ampara a lei com o remédio do *habeas-corpus*, quando por ato ilegal de qualquer autoridade, se acha daquela totalmente privado, prêso, detido, condenado ou não, pronunciado ou não, ou ameaçado de ser prêso ou detido; como quando, em tal hipótese, se ache dela privado parcialmente, apenas, e, em consequência disto, impedido de exercer algum direito seu, líquido, incontestável, seja qual fôr a natureza dêsse direito.

Não obstante a estreiteza dêstes princípios, firmados em face da Constituição de 91, pôde Pedro Lessa, em casos concretos vários, sustentar a extensão do *habeas-corpus* à proteção da liberdade de imprensa e de opinião, ao amparo do livre exercício de funções públicas diversas e de cargos eletivos, fôsse qual fôsse a autoridade coatora ou a natureza do ato em consequência do qual se exercesse a coação: quer se tratasse de simples ato administrativo, quer da aplicação de alguma lei contrária à Constituição.

Em defesa da liberdade de opinião, deixou-nos um voto modelar, no qual se patenteia, inteiro, o sentido prático de seu liberalismo. «A mais evidente conveniência, conseqüentemente, e os textos expressos de nossa Constituição, que garantem plenamente a liberdade de pensamento», lê-se aí, «aconselham e impõem o respeito a quaisquer opiniões acêrca das reformas sociais. Neste assunto todo dogmatismo é nocivo, além de ridículo. Uma grande modificação nas relações econômico-jurídicas parece ter-se tornado inevitável, e importa dirigi-la dentro da lei. Cegos pigmeus os que não vêem a grande e angustiosa verdade, aliás bem clara: *magnus ab integro seculorum nascitur ardo!* O que incumbe aos poderes públicos é manter por todos os meios legais a ordem pública; os crimes dos anarquistas devem ser severamente punidos, sejam êles nacionais, ou estrangeiros. Defenda-se o Estado por todos os meios legais e não seja o primeiro a dar aos anarquistas o exemplo do desacato à lei, quando a lei é não raras vêzes o seu único apoio moral, e êsse absolutamente incontestável, na repressão dos crimes dos anarquistas, como na de qualquer outro delito. As idéias errôneas, ou de impossível realização, o que cumpre opor é uma doutrinação convincente, único antídoto eficaz».

Nunca o embaraçou na sustentação de tais princípios a tese que nega à justiça competência para sentenciar em *questões políticas*, nem o deteve, jamais, em sua aplicação, a simples existência do estado de sítio; esta, — porque a legalidade do estado de sítio estava na dependência de sua conformidade com os preceitos constitucionais que estabeleciam condições para êle e ao Supremo Tribunal Federal conferia «positivamente» a Constituição a faculdade de declarar inconstitucionais assim as leis como os atos do poder executivo; aquela, — porque, para êle, tamanha prerrogativa fazia daquele tribunal «um tribunal político». Achava, mesmo, que isto devia ser dito e repetido «em alto e bom som». Num dos votos em que expôs estas idéias, foi peremptório, afirmando, com referência àquela faculdade do poder judiciário: «Aquilo que os norte-americanos deduzem como um corolário lógico de certos preceitos de sua Constituição, está expressamente estatuído na nossa lei fundamental». E interrogou, então: «Que há de mais político do que esta função outorgada expressamente ao Supremo Tribunal Federal?»

Dir-se-ia que, distinguindo-o, assim, naquele ponto, a constituição brasileira, da norte-americana, afastava Pedro Lessa, sem que o previsse, o equívoco de um paralelo.

Sagraram-no, em vida, o «Marshall brasileiro».

Uma das formas comuns de se qualificarem os homens, de se exprimirem em fórmula sintética os atributos de alguém, que se notabiliza no juízo dos contemporâneos, é o confronto com outros

em tórno de quem já se fizeram a história ou a lenda. Nenhuma, talvez, no entanto, que mais se arrisque à imprecisão. Os que se tomam para cotejo são, naturalmente, os que viveram em época e lugares muito diferentes. É, por isto mesmo, com maior ou menor artifício, que se tentará descobrir nêles as qualidades que se tem em vista realçar.

Chamar a Silveira Martins o «Demóstenes dos pampas» é traduzir uma idéia precisa que o genitivo, por sua vez, circunscreve, obstando a que se confunda com qualquer outra. Mas, dizer, por exemplo, de Rui Barbosa, que foi «o nosso Cícero», é, de algum modo, cair no indeterminado. Se alguma ou algumas das qualidades do acusador de Catilina podem achar-se naquele, não há como se perceber que sômente a elas se alude.

«Marshall brasileiro»... O cognome envolve no paralelo um equívoco.

Pedro Lessa, como John Marshall, passou à mais alta judicatura de seu país, depois de exercer, com excepcional relêvo, a advocacia. Ambos no desempenho das funções de juiz fizeram-se construtores do direito. Mas, ao passo que Marshall pôde, por sua audácia e liberdade de iniciativa, escolher os materiais com que, através da jurisprudência da Suprema Côrte americana, edificaria um regime político, Pedro Lessa trabalhou com a própria Constituição brasileira, adstrito a sua letra e a seu espírito, de sorte que, em seus votos e decisões, o que dela diretamente não procede ainda lhe transparece no texto.

A obra de Marshall, traçada livremente, delineada e assente sôbre bases próprias, consultou as tendências de uma sociedade em que não era difícil conhecerem-se os interesses predominantes e, como êstes coincidiam com os dêle próprio, pôde refletir os interesses políticos do partido a que pertencia, e disfarçar os designios pessoais que o animavam, em fórmulas audazes onde o sofisma se mascarava com o atrevimento de sua própria expressão.

O jurista brasileiro, ao contrário, prês a de um princípio que não formulara, atido a êle pelo propósito de servir à lei que o ditava, esmerou-se em conciliar a doutrina de seus julgados com a do direito escrito. Sua obra se fez, tôda ela, com muito relativa autonomia, sem que a fidelidade aos princípios constitucionais se tenha sacrificado.

John Marshall, político militante, entrando na Suprema Côrte americana, nomeado por Adams, seu correligionário, não deixou as fileiras do partido federalista. Pedro Lessa, antigo professor de direito, chamado para o Supremo Tribunal Federal, enfia a toga de ministro, livre dos preconceitos de partido.

Terá os de sua classe, não os de uma facção. Um, servir-se-á da autoridade política do tribunal de que é membro para dilatá-la em proveito seu e no de um grupo; o outro encontra aquela mesma autoridade plenamente estatuida, e, cioso dela, nada lhe acrescenta, mas emprega todo o prestígio de juiz em seu respeito. Foi, neste país, o juiz que melhor soube servir à liberdade, servindo à justiça.

Um dia, a consciência abriu-lhe as portas da fé. Morreu conciliado com esta: sem uma retratação, uma renúncia, sequer. Extinguiu-se envolto na pureza de suas convicções.

TRANSCRIÇÕES

A EXPANSÃO PORTUGUESA NA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

(SPVEA — Coleção Pedro Teixeira — Rio — 1959)

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Nota — Transcrevemos aqui a notável síntese, feita por Arthur Cézar Ferreira Reis, do processo da integração da Amazônia no complexo nacional brasileiro. Apresentando-a e complementando-a o Sr. J. C. Macedo Soares, Presidente Perpétuo do I.H.G.B., no «*Antilóquio*» também aqui transcrito, mostra o lógico desenvolvimento daí decorrente, até os nossos dias. Desenvolvimento de conformidade com as linhas mestras da política exterior do Brasil, no complexo americano e universal, desde a Independência até a República. Desenvolvimento cujas características mui bem firmadas no «*Antilóquio*» mostram *impulsos* do sentimento de *fraternidade americana*, em marcha para a *unidade humana*, residentes na alma nacional brasileira.

A transcrição aqui feita consigna preciosas informações para os estudiosos de nossa história diplomática.

C. D. R.

ANTILÓQUIO

Arthur Cezar Ferreira Reis é um amazonífilo apaixonado que contagia irresistivelmente os leitores de seus numerosos e excelentes estudos sobre a Amazônia.

Estou apresentando o mais recente dos seus trabalhos: «A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII».

Nêle adverte o autor que as terras banhadas pelo Paraná-Guassu dos indígenas, e seus numerosíssimos afluentes, abrangem no Brasil quase metade do território nacional, e para que «essa imensidade territorial participasse da comunhão brasileira, foi necessário o esforço generoso do povo português».

A conquista da população ameríndia para a civilização ocidental foi o objeto do primeiro ciclo amazônico, realizado pela santificadora obra espiritual dos abnegados missionários Franciscanos, Jesuítas, Mercedários, Beneditinos, Capuchinhos, e de varias outras Congregações religiosas.

A ambição desmedida, a audácia impávida, a coragem pessoal de inúmeros aventureiros permitiram a penetração luso-brasileira na Amazônia. Estudando excelentemente o «Devassamento e ocupação da Amazônia» o ilustre escritor Virgílio Corrêa Filho, dedicado 1.º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lembrou que: «A pouco e pouco vão se tornando conhecidos os rios próximos, graças às viagens incessantes dos caçadores de índios, que, sem o pretender, revelam-se informantes verídicos a respeito da geografia regional».

Coube, sem dúvida, em boa parte à ação oficial dos monarcas lusitanos e seus prepostos no Brasil a posse e o domínio do país das selvas tropicais. Arthur Reis observou: «Espaço espanhol pelo ajuste de Tordesilhas, a Amazônia é, hoje, espaço brasileiro pela ação que os portugueses e brasileiros do ciclo colonial realizaram».

Coube ao Império organizar política e espiritualmente a Amazônia. Foi êste ciclo muito bem estudado por vários escritores, e, entre êles, pelo próprio Arthur C. F. Reis em «A conquista espiritual da Amazônia».

No ciclo da indústria extrativa da castanha e sobretudo da borracha, com o seu apogeu e decadência, fêz-se sentir a ação desordenada e por isso desastrosa dos Governos Estaduais e da União.

Nos dias que correm o progresso dos países coexistentes na Amazônia está forçando inelutavelmente a marcha para o ciclo internacional.

A Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Equador, a Bolívia e a Guiana, estão vivamente interessados na exploração dos seus respectivos territórios na bacia do Rio-mar, e só o poderão fazer em entendimento franco e generoso com o Brasil.

A livre navegação do Rio Amazonas foi concedida pelo Brasil ao Peru pela Convenção especial de comércio, navegação e limites,

de 23 de outubro de 1851; e à Venezuela pelo Tratado de Limites e navegação fluvial, de 5 de maio de 1859. Foi em seguida assegurada a todos os pavilhões a livre navegação do Rio Amazonas pelos Decretos nº 3.749, de 7 de dezembro de 1860, e nº 3.920, de 31 de julho de 1867.

O Governo Brasileiro concedeu vários portos francos aos nossos vizinhos amazonenses. A República do Equador, por ocasião da visita do Chanceler Brasileiro a Quito, em 1958, concedeu ao Brasil um pôrto franco no Pacífico.

Nos anos de 1957 e 1958, foram realizados, entre o Brasil e Peru, Equador, Colômbia e Bolívia, inúmeros Tratados, Acordos, Notas Reversais, e, nas suas negociações, os diplomatas brasileiros ouviram constantemente referências ao desenvolvimento internacional da Amazônia.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil julgou oportuno declarar no Senado da República do Peru, quando lá recebido, em 28 de novembro de 1957: «Brasil e Peru partilham de um destino amazônico comum, que poderá um dia afirmar-se como uma das grandes realizações da humanidade, quando soubermos, com os novos recursos da técnica e da ciência, transformar a Hilêcia que hoje nos desafia e nos atemoriza em um promissor manancial de riqueza e de energia». «Não podemos, hoje, ficar adstritos à pura enunciação de fórmulas de amizades e de cortesia diplomática; precisamos dar um passo à frente, conjugar energias e propósitos, demonstrar que a nossa fisionomia espiritual e sonhadora de povos de cultura latina não pode servir de óbice às nossas realizações práticas no setor da economia e do comércio, da cooperação técnica e industrial. Já não mais é possível que nossos países permaneçam adstritos e amarrados a um tipo de economia rudimentar, sujeita às flutuações dos preços de matérias-primas e à instabilidade dos produtos de base no mercado internacional».

No banquete oferecido ao Chanceler Brasileiro, em 5 de março de 1958, pelo ilustre Presidente da República do Equador, Senhor Doutor Camilo Ponce Enriquez, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil disse: «Caminhos Geográficos, caminhos ditados pela natureza através da bacia amazônica impõem-nos, a equatorianos e brasileiros, a necessidade de atentarmos na consecução de uma política geral baseada na cooperação de interesses econômicos, bem interpretados e melhormente entrelaçados».

A mesma linguagem foi usada na Bolívia e na Colômbia por ocasião de sua visita a um e outro país.

O Itamarati visava complementar as economias dos países amazônicos, organizando o povoamento e as explorações das riquezas naturais, incrementando a indústria, notadamente a extra-

tiva, a agricultura e a pecuária; e abrindo caminhos novos à dinamização do comércio.

Evidentemente que o Itamarati não considerava a Amazônia *res nullius*, e sim, de domínio exclusivo das Nações nela coexistentes, no que diz respeito aos seus respectivos territórios.

O Brasil, abrindo seus rios e seus portos, construindo estradas de rodagem e estradas de ferro, criando a interdependência econômica, manterá sempre na Amazônia brasileira o *factum* e o *animus occupandi*.

O que se torna inadiável é a passagem para o ciclo da exploração internacional da Amazônia. Os estudos de Arthur Reis e de tantos outros brasileiros ilustres já levantaram nos respectivos setores problemas a serem examinados, e muitos destes já estão perfeitamente equacionados.

O ciclo internacional da Amazônia não é assunto só agora tratado. O Presidente Getúlio Vargas, no seu notável «Discurso do Amazonas», pronunciado em Manaus, no dia 10 de outubro de 1950, já dizia: «As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encaixilhadas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem de suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside as relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico».

O escritor Coronel João da Costa Palmeira, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em seu livro *Amazônia*, conta que houve tempo em que «na região do Amapá, o Contestado Franco-brasileiro era administrado por indivíduo indicado pelas duas Potências rivais. Os emblemas da autoridade eram uma medalha cunhada com as efígies dos soberanos de França e do Brasil, e um bastão com as armas dos dois Impérios. O poder do «principal» dizia respeito, somente, ao executivo. Quando um indivíduo incorria nas penas do Código Penal, prendiam-no e enviavam-no para Cayene ou Belém do Pará, conforme a sua nacionalidade e raça».

Este pitoresco embrião de ação conjunta de estados amazônicos deverá, agora, ser cuidadosamente desabrochado.

Cabe ao ilustre Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis examinar, com a clarividência que sempre demonstrou nos seus estudos ama-

zônicos, as dificuldades que se nos antolham para a realização do ciclo internacional da Amazônia, com tanta prudência e larga visão estudada pela Chancelaria Brasileira.

José Carlos de MACEDO SOARES
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro

A Gilberto Freyre
A Expansão Portuguesa
Na Amazônia
Nos Séculos XVII e XVIII

A formação do império português na Sul-América, a América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita, teve, na Amazônia, um dos seus capítulos mais saborosos, mais palpitantes, mas, até nossos dias, mais ignorados. No entanto, como esse episódio apresenta particularidades, tem seu tom heróico, possui suas grandes páginas, a ponto de haver provocado, da austeridade de Joaquim Nabuco, aquela frase famosa :

— «Nada, nas conquistas de Portugal, é mais extraordinário que a conquista do vale do Amazonas»!

Realmente, assim foi. Dentro da área de 8.555.000 quilômetros quadrados que constituem o espaço brasileiro, a Amazônia representa cerca de 4.000.000, conseqüentemente quase a metade desse espaço. E para que essa imensidade territorial participasse da comunhão brasileira, foi necessário o esforço generoso do povo português, criando o império contra forças negativas da terra e dos homens, que lhe procuravam embaraçar a caminhada e impedir a construção gigantesca de que hoje nos orgulhamos. Esse esforço realizado sem cessar, em obediência a um propósito fixado no pensamento governamental, conduzido por missionários, militares, colonos e funcionários civis, que se revelaram cheios daquelas virtudes necessárias a tamanho empreendimento imperial, e souberam cumprir o seu dever, desmentindo a afirmação de que a nação lusitana entrara em decadência, não mais se afirmando em atividades, em criações que demonstrassem a existência da seiva que a levava aos mares de Oriente e à formação de seu mundo ultramarino.

O grande episódio da integração do espaço amazônico ao império lusitano verificou-se no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Evidenciou a manutenção do espírito expansionista do português, o espírito imperial, proporcionando oportunidade para que se distinguíssem novos tipos, do mesmo porte heróico dos homens que

fizeram a grandeza pátria no ultramar oriental. Operou-se em meio ao fragor de batalhas e pela ação constante sôbre a multidão gentia e à volta da especiaría e da lavoura que o colono foi criando, sob os cuidados e proteção do poder público, sempre interessado em estabelecer, no extremo norte, uma grande área econômica que proporcionasse, à nação, os elementos que lhe fundamentassem a reestruturação imperial, como ainda nos últimos dias coloniais os irmãos Sousa Coutinho, D. Francisco e D. Rodrigo, êste, o famoso Linhares, imaginavam, em planos que mesmo em nossos dias resolveriam muitos dos problemas que angustiam a Amazônia.

Pelo ajuste de Tordesilhas, a Amazônia era espaço integrante das Índias Ocidentais, de Castela. No decorrer do Século XVI, os monarcas catelhanos, em sucessivas concessões, entregaram o extremo norte do Brasil a súditos seus, que, todavia, sem meios para a empresa, ou com os olhares voltados para outros misteres, de proventos imediatos, ignoraram as concessões, delas ou desistindo ou se desinteressando. Orelana, em sua descida maravilhosa, em 1540/1, revelou-a em seu gigantismo de águas, de terras, de riqueza florestal e animal, em suas particularidades humanas. Foi a voz que se elevou, nas páginas do cronista Frei Gaspar de Carvalho, criando, com o exotismo amazônico, a intensidadelouvaminheira que tanto mal tem feito à região.

O período espanhol da história amazônica, história marcada pelos incidentes sangrentos da aventura Ursua-Lopo de Aguirre, encerra-se com a marcha dos luso-brasileiros que desciam o litoral leste-oeste, na campanha contra os entrelopos franceses e alcançaram o delta, penetrando o rio Pará e vindo estabelecer, no ano de 1616, o fortim do Presépio, que foi sombra amiga para o núcleo de Santa Maria de Belém, hoje a capital do Estado do Pará, e, inegavelmente, a metrópole da Amazônia.

Inglêses, holandeses, irlandeses, a serviço de empresas comerciais que funcionavam na velha Britânia e na Batávia, a essa altura estavam tentando estabelecimentos mercantis e militares ao longo do Amazonas. Mantinham o melhor contato com o gentio Aruan e Tupinambá. Seus estabelecimentos já se estendiam pela costa do Macapá, região das ilhas, Xingu, aproximando-se do Tapajós. Ao lado dos estabelecimentos coloniais levantavam-se as pequenas fortificações, que seriam a raiz das praças fortes que haveriam de garantir, pelos tempos adiante, o império, cujas bases começavam a lançar com tanto êxito e sob tantas facilidades.

Começa aqui a página memorável do esforço lusitano para fazer da Amazônia uma parte integrante do ultramar português na Sul-América. Portugal e Espanha formavam, então, uma monarquia nominal. Os Áustrias, ramo espanhol, dominavam a pátria portuguesa. Os portugueses, com aquela personalidade que

souberam manter através de mil vicissitudes históricas e políticas, continuavam um povo integrado nessa personalidade. O que realizavam no ultramar objetivava, sempre, servir ao velho Reino, em demonstrações de integridade e de civismo suficientes para destruir a afirmação desavisada de que já havia decadência. desaparecera o sentimento pátrio, os portugueses caminhavam para desintegração. Atingido o delta amazônico, encontrado o elemento estrangeiro, verificado o perigo que havia da presença dêles e da aliança que mantinham com a multidão gentia, os portugueses decidiram prosseguir nas campanhas que vinham batalhando pelo litoral contra o francês voraz.

Caldeira de Castelo Branco, que estabelecera o Presépio, governante inábil mas soldado capaz, de logo projetou a partida contra o estrangeiro. Portugueses e espanhóis eram cristãos católicos. Inglêses, holandeses e irlandeses apareciam-lhes como emissários da Reforma. Eram, por isso, os «hereges». Lutar contra êles equivalia, assim, a servir à pátria e à cristandade.

Em Madrid, sabida a novidade da fundação do Presépio e examinados os perigos que os «hereges» criavam, o Conselho das Índias fez as devidas reflexões acêrca da ação a empreender. Seria conveniente entregá-la aos luso-brasileiros? Haveria perigos de confiar em súditos recentes e de cuja fidelidade ao trono espanhol certamente havia dúvidas? O espaço amazônico, convém recordar, era espaço legítimo, pelo ajuste de Tordesilhas, da Corôa espanhola.

O litoral do Brasil, ao contrário, pertencia, pelo mesmo ajuste, à Corôa portuguesa. Como decidir?

Os estabelecimentos espanhóis na Guiana não podiam, realmente, encabeçar a emprêsa de descer o litoral, em direção ao delta, para, a seguir, vencido o concorrente «herege», penetrar o grande rio e transformar suas águas e suas terras em parte integrante do império de Castela. Êsses estabelecimentos nenhuma significação possuíam. Estiolavam-se. Andavam em perigo constante, face à desenvoltura dos estrangeiros, que intentavam destruir o domínio de Castela no Novo Mundo. Ora, se com êles não era possível contar para o empreendimento, por que não o confiar aos luso-brasileiros, que já estavam com o pé na terra amazônica?

Em 1621, pelo aviso de 4 de novembro, decidiu-se, em Madrid, desprezar as restrições que advinham de possíveis perigos de uma ação subterrânea dos luso-brasileiros contra os interesses de Espanha, confiando a êles a tarefa magnânima de subir o Amazonas, destruir as posições dos «hereges» e criar o império.

Durante cêrca de duas décadas, a história amazônica escreveu-se, por isso, no fragor da luta contra o «herege» e contra a multidão gentia que se mantinha, ora aliada ao estrangeiro, ora decidida a obstar o domínio do novo senhor. Capitães da altura

cívica de Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente, Pedro Baião de Abreu, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Luiz Aranha, Ayres Chichorro, Francisco de Medina, Pedro da Costa Favela, Jerônimo de Albuquerque, Jacome Raimundo de Noronha Feliciano Coelho, Sebastião de Azevedo, combatendo com decisão e impetuosidade, triunfaram sobre o estrangeiro e sobre o gentio. Dêse gentio, já algum havia cedido na hostilidade, aliando-se ao português pela ação dos Franciscanos da Província de Santo Antônio Frei Antônio de Merciana, que orientava êsses Religiosos, foi, mesmo, uma das mais salientes figuras da ação militar contra o «herege», combatendo à frente de seus catecumenos, que selavam, nas partidas militares, a sua cooperação com os homens que vinham criar o novo império.

Estava quase vencida a partida quando um novo acontecimento veio abrir maiores perspectivas ao empreendimento lusitano. Esse acontecimento foi a subida do Amazonas pela expedição comandada por Pedro Teixeira, que atingiu Quito e, ao regresso, fundou, na confluência do Aguarico com o Napo, o núcleo da Franciscana, que balizaria, na hinterlândia amazônica, as fronteiras das Coroas portuguesa e espanhola. O espaço amazônico, em sua extensão, pelo gesto do bandeirante português, deixava de ser espaço da Coroa de Castela? Aquêles perigos antevistos pelo Conselho das Índias tinham sua razão de ser? A expansão luso-brasileira já se estava operando, claramente, contra os interesses da Coroa de Castela, beneficiando a Coroa portuguesa? Os termos jurídicos do ajuste de Tordesilhas começavam a transformar-se em letra morta. A fronteira estava sendo empurrada. Ano de 1639. Dia 16 de agosto.

Pouco depois, verificava-se outro sucesso de importância definitiva para os resultados da façanha, empreendida pelos luso-brasileiros: Portugal declarava-se reintegrado em sua soberania, voltando a ser um reino livre, com monarca português. A Amazônia, onde os interesses espanhóis entravam em crise, decidiu-se, na conjuntura, pela pátria portuguesa. Quais, porém, os seus extremos no Norte e no Oeste?

Felipe IV, proclamando a benemerência dos serviços de guerra de Bento Maciel Parente, concedera-lhe uma capitania hereditária: a Capitania do Cabo Norte, que se estendia ao Oiapoc, ou Vicente Pinzon, e ao Parú. Proclamada a restauração, D. João IV confirmou a doação aos herdeiros do guerreiro colonial. A fronteira ao norte assinalava-se, destarte, por títulos serenos que seriam defendidos, incessantemente, até os pleitos que tivemos de sustentar com a França, quando o laudo de Berna decidiu da legitimidade insofismável de nossa soberania.

E a fronteira oeste? O núcleo da Franciscana marcaria efetivamente o outro extremo da colônia. Os espanhóis cederiam o

espaço interior sem reação, sem um protesto, sem uma tentativa de defender o que consideravam parte de sua integridade territorial?

A expansão luso-brasileira pela hinterlândia, em direção ao norte e ao oeste, procurando alcançar as fronteiras estabelecidas na concessão a Bento Maciel Parente ou fixadas por Pedro Teixeira, se não apresenta aquêles episódios de heroicidade militar que vamos encontrar na marcha em direção ao Prata, nem por isso foi executada com mansidão, sem choques, sem incidentes que lhe dessem côr especial, como afirmamos de início. Ora entestando com a multidão gentia, ora tendo de haver-se com o espanhol e com o francês, a expansão luso-brasileira em direção à fronteira no Napo ou em direção à fronteira do Oiapoc processou-se, destarte, exigindo sacrifícios, exigindo certa marcialidade, exigindo sentimentos de civismo bem vivos.

O Presépio e o Fortim de Santo Antônio do Gurupá, êste já no interior amazônico, garantiam a margem direita do delta. Para a manutenção da fronteira norte, os luso-brasileiros logo estabeleceram a posição fortificada do Parú, garantindo a margem esquerda do delta. Os franceses de Caiena aspiravam descer o litoral, procurando as águas do Amazonas. A região era rica em especiaria. Na terminologia geográfica da época, cobrindo-a com o nome de um acidente fisiográfico que se distinguia e sôbre o qual aproavam as embarcações dos corsários europeus, denominavam-na costa do Cabo Norte. Para defendê-la da cobiça dos gauleses, os luso-brasileiros empenharam-se numa luta heróica contra os concorrentes, contra o gentio local e contra a própria natureza. Esta apresentava-se hostil.

Em períodos de inverno as águas do mar engoliam gigantescas áreas de terra. Região permanentemente molhada, encharcada pelas águas de um sem-número de lagos na bacia do Araguari ou de outros vários cursos fluviais que ali correm, não era saudável. As febres de mau caráter como que barravam a permanência do homem da Europa. Mais de uma vez, por isso, apesar da significação política que representava sua manutenção para a Coroa portuguesa, houve a sugestão, partida da própria colônia, para que fôsse evacuada. O Conselho Ultramarino e as autoridades maiores da colônia pronunciavam-se sempre contrárias a essa sugestão. A política a seguir seria a da manutenção das posições. Foram asseguradas, estudadas constantemente as condições locais, aumentados os estabelecimentos militares, instalados núcleos de catequese, enfrentada a hostilidade local. Nessa ação memorável, distinguiram-se dois grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Êsses dois administradores, com um sentido admirável do

que representava a região, do ponto de vista político, não a descuraram, um instante.

O primeiro, além das providências que determinou na fase de sua gestão, mais tarde membro do Conselho Ultramarino, foi a experiência de que se valeram os estadistas reinóis para conhecer das dificuldades e da importância daquele trecho para o Império. O segundo, tomando contato com a região em mais de uma viagem a ela, dirigiu a ofensiva contra o ambiente, contra o gentio inimigo e contra os franceses. Em seu governo, sob a inspiração de De Ferolles, que governava a Guiana Francesa e era um enamorado da aventura colonial com a ampliação do espaço de Caiena, forças regulares francesas penetraram a costa do Cabo Norte e investiram sobre as fortificações luso-brasileiras. Colhidas de surpresa, as posições caíram em mão do invasor. Souza Fundão e João Muniz de Mendonça, devidamente equipados, por ordem de Coelho de Carvalho retomaram-nas, aprisionando os invasores com o material de guerra que traziam. Uma bandeira francesa ficou em mãos luso-brasileiras. Troféu do entrevêlo. Ano de 1691.

Missionários franceses, colonos preadores de gentio, pescadores, autorizados pelos governadores de Caiena, não cessavam, porém, nas sortidas, na ousadia da penetração pela terra do Cabo do Norte. As autoridades civis, militares e religiosas luso-brasileiras, de seu lado, não cessaram igualmente na ação contra êles, aprisionando-os e devolvendo-os, em gestos de boa vizinhança, aos sítios da Guiana, de onde haviam saído. Tropas volantes, embarcadas em flotilhas construídas nos estaleiros de Belém, percorriam a costa. Faziam o policiamento. Controlavam a situação, demonstrando a permanência da soberania portuguesa. Um religioso da Companhia de Jesus, o matemático Aloisio Conrado Pfeill, por ordem de D. Pedro II, procedeu a inquérito rigoroso acerca dos direitos da nação portuguesa. Levantou a carta da zona nevrálgica. Fêz, assim, o primeiro inventário geográfico, cartográfico, histórico, dos títulos em que se fundava Portugal para exercer ali a sua ação política, econômica, espiritual, ação de soberania incontestável.

Os franceses, por 1697, procuraram a solução diplomática. Três grandes figuras da diplomacia portuguesa: Gomes Freire de Andrade, Francisco Xavier de Menezes, Conde de Euticeira e Mendo de Poyo Soares, defenderam os títulos portugueses. A argumentação que apresentaram constitui obra-prima que foi raiz dos trabalhos magníficos de Joaquim Castano e de Rio Branco nos pleitos posteriores. A situação européia era grave. O problema da sucessão da Espanha provoca inquietações. Portugal, abandonando sua velha aliança com a Inglaterra, juntou-se à França. Um tratado, firmado entre as duas potências, 1700, a 4 de março, cha-

mado «Tratado Provisional», declarou neutralizada a área entre o Oiapoc e o Amazonas. Pouco depois, a 18 de junho de 1701, ainda em consequência dessa situação nova a que Portugal era arrastado, novo ajuste deu momentâneo ganho de causa à França, pois as águas e terras em questão passariam à soberania de Luiz XV. Portugal, porém, abandonando a traição que cometia a seus próprios interesses pela colaboração com a França, em 1703 regressava a sua aliança com a Inglaterra. Batalharia contra os exércitos de Felipe V e Luiz XV. Quando, em 1712, os contendores se avisaram em Utrecht para ajustar suas diferenças e estabelecer, com a paz, uma nova carta política na Europa e domínios coloniais, os diplomatas portugueses, D. Luiz da Cunha, João Gomes da Silva, Conde de Tarouca, e Cunha Brochado, numa atuação gigantesca, que lhes faz honra ao tato e à vibração patriótica, conseguiram interessar a rainha Ana da Inglaterra, defenderam as razões de sua pátria e, depois de verdadeiras batalhas com a diplomacia francesa, lograram que o Tratado de 11 de abril de 1713 declarasse que a fronteira entre a Amazônia e Caiena era o Oiapoc ou Vicente Pinzon.

Utrecht, apesar da claridade que decorria de sua letra, não encerrou as dúvidas a propósito da fronteira norte. Os franceses mantinham-se irredutíveis. Interpretavam o Tratado com evidentes prejuízos para os interesses de Portugal e Brasil. Criavam uma geografia nova confundindo o Oiapoc ou Vicente Pinzon com o Araguari e com outros cursos fluviais. A penetração dos mercadores e dos escravizadores prosseguia. Os perigos, pelo entendimento que se processava, principalmente com o gentio Aruan, não cessavam.

Os governantes da Amazônia, proclamemo-lhes a benemerência, sem uma hesitação souberam cumprir seus deveres, mantendo rigorosa vigilância na fronteira, fazendo policiá-la e situando nos sítios nevrálgicos os destacamentos militares e os aldeamentos indígenas que servissem para o início da ocupação humana e econômica, dirigidos pelos missionários, ora da Companhia de Jesus, ora da Província de Santo Antônio.

Entre 1723 e 1728, expedições de certo aparato militar compareceram ao Oiapoc para verificar da existência de um padrão que balizaria a fronteira e teria sido mandado erigir ao tempo de Carlos V. Essas expedições, comandadas por João Pais do Amaral, Diogo Pinto da Gaia, Francisco de Melo Palheta e Xavier Botero, encontraram peças de pedra que lhes pareceram partes integrantes do padrão, que teria sido destruído pelos franceses, firmes no propósito de dificultar a legítima interpretação do que ficara assentado em Utrecht. As autoridades francesas, com as quais se avistaram os referidos capitães, foram solicitadas a aban-



CAPITÃO - MOR PEDRO TEIXEIRA

Desenho inspirado no óleo de Joaquim M Machado
(Museu do Ipiranga)

donar os trechos que Portugal proclamava parte de seu território colonial. Uma copiosa correspondência abriu-se entre os administradores do Pará e de Caiena. Engenheiros portugueses visitaram a região, levantando cartas, sugerindo fortificações e estabelecendo posições armadas. O inquérito e as medidas de precaução, a que se havia procedido no Século XVII, continuaram. Portugal, por todos os meios lícitos a seu alcance, defendeu seus títulos, seus direitos, preservou sua faixa de fronteira.

No consulado pombalino, erigiu-se a fortaleza de São José do Macapé, que substituiu as praças menores que haviam, até então, valido nas horas duvidosas. São José do Macapá, como forte do Príncipe da Beira, era um monumento militar, equipado com 62 canhões e guarnecido por um regimento de infantaria. O estado de vigilância não foi abandonado. Quando se encerrava o Século XVIII, um dos homens que dignificaram mais vivamente o nome lusitano na Amazônia, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, ante os perigos que decorriam da Revolução francesa e dos desejos imperiais que os homens de Caiena mantinham de pé, tomou precauções as mais amplas. Mobilizou o Estado. E projetou a imediata conquista da Guiana, organizando as forças que deviam realizar a façanha. Seu pensamento não teve execução. Portugal desaprovou-o. A França era a poderosa nação que amedrontava o mundo. Napoleão inquietava a velha Europa. Mesmo assim, os agentes de D. Francisco não estiveram ausentes de suas atividades, trazendo ao conhecimento dos Capitães-Generais todos os passos, que se davam em Caiena, que pudessem expressar perigo para os interesses luso-brasileiros.

Quando, em 1808, as tropas de Junot penetraram em Portugal, não foi difícil, em Belém, antes mesmo da chegada dos contingentes de Pernambuco, preparar os elementos militares que, sob o comando de Manuel Marques, realizaram a conquista da colônia francesa, pondo termo às inquietações que vinham, há dois séculos, marcando a situação na fronteira e pondo em perigo a segurança da soberania nacional no extremo-norte. A solução aventada várias vezes por D. Francisco, era posta em prática por seu irmão, o famoso Conde de Linhares, que agora tinha posição de comando nos negócios do novo Brasil que se estruturava com a monarquia joanina.

A expansão em direção ao norte, mantendo a fronteira nos termos da concessão da Capitania de Bento Maciel Parente, decretada nas decisões do Conselho Ultramarino, realizada pelos soldados, religiosos, funcionários civis e colonos do Pará, era uma empresa conduzida dentro do sentido imperial português e um dos capítulos da história da formação territorial da Amazônia. Completara-se, através de sua execução, a configuração litorânea do

Brasil, que dominava, assim, as duas entradas do delta do Amazonas. O limite que se desejara alcançar ao norte estava alcançado. O que não ocorreria no sul, quanto aos objetivos de conduzir a fronteira ao Prata ou ao domínio das duas margens do grande caudal, porta de entrada para as extensões territoriais que se criavam na região mato-grossense.

A irradiação, em direção oeste, esta teve como pontos de partida São Luís, nos primeiros tempos, Belém e Gurupá, posteriormente, Belém principalmente. Como a irradiação para o norte, ao longo da costa, levada adiante por militares, civis e religiosos que, ora avançavam servindo a seus próprios interesses, ora atendiam a ordens que lhes decretavam de Lisboa sob o objetivo de aumento do espaço territorial na Amazônia.

Nessa irradiação, foram atingidas e visitadas as águas do Tapajós, do Xingu, do Madeira, do Rio Negro, do Rio Branco, do Solimões, do Japurá, do Içá, do Marañon, do Napo. Aqui e ali, os sertanistas, os religiosos e as Tropas de guerra encontraram dificuldades impostas por grupos indígenas que, internando-se ante a marcha do conquistador, ofereciam resistência nos sítios onde se estavam estabelecendo. Foi assim, para exemplificar, no Rio Negro e no Madeira. No Rio Negro, os grupos locais, orientados e confederados pelos Manao, dirigidos pelo tuxáua Ajuricaba, atiraram-se a verdadeira guerra de morte aos homens que penetravam o sertão, vindos do litoral. Todos os chefes regionais, obedecendo aos planos do morubixaba manaoara, combateram durante anos, pondo em perigo a soberania lusitana, de maneira a exigir que expedições de guerra, comandadas por João Pais do Amaral e Belchior Mendes de Moraes, realizassem operações que findaram pelo aprisionamento do herói gentio e seu suicídio nas águas da baía de Boioçu.

No Madeira, os Torá, como posteriormente os Mura, êstes só pacificados em fins do Século XVIII, procuraram impedir a subida dos coletores de especiaria. Fizeram a guerra. Tiveram a mesma sorte dos confederados pelos Manao, e pelos Tupinambá, que haviam pretendido, nos primeiros dias da conquista, impedir a instalação do domínio luso-brasileiro nas terras e águas amazônicas.

No Solimões, a partida teve de ser jogada com os espanhóis, que desciam o rio, representados pelos missionários jesuítas. Chefiava a ação religiosa para Espanha um dos nomes mais ilustres daqueles dias iniciais do Novo Mundo — o inaciano Samuel Fritz. A obra de catequese que estava realizando já rendia quase que o domínio manso e perfeito de toda a bacia do Marañon e do Solimões. As ordens expedidas de Lisboa, soldados e religiosos, agora não jesuítas, mas carmelitas, subiram o rio e puseram termo

à façanha do missionário, obrigando os religiosos e os militares espanhóis que os amparavam a evacuar o Solimões. Os Capitães Antônio de Miranda e José Antônio da Fonseca, anos de 1691 e 1697, em ato solene, tomaram posse da região para a Coroa portuguesa.

Sertanistas e militares, todavia, não se deixaram limitar às águas do Solimões nesse feito político. E prosseguiram na penetração, procurando a fronteira que Pedro Teixeira assentara no Napo. Em 1732, Belchior Mendes de Moraes, de ordem das autoridades de Belém, procedeu à verificação da existência do marco, em presença de religiosos espanhóis, restaurou-o, repetindo a solenidade de nove décadas anteriores.

No Rio Negro, tropas de resgates e tropas de guerra, alcançando a zona das cachoeiras, passaram além delas, assentando arraiais e, por fim, subindo o Cassiquiari até o Orenoco, onde, com surpresa dos jesuítas que trabalhavam para a Espanha, deram notícia das comunicações das duas bacias pelo canal que acabavam de percorrer. Entre outros, distinguiu-se na façanha o sertanista Francisco Xavier de Moraes.

No Rio Branco, o episódio do descobrimento e da exploração da região foi tarefa em que se destacaram, entre outros, Francisco Ferreira, Cristóvão Aires Botelho, José Miguel Aires, Lourenço Belfort e Francisco Xavier de Moraes.

No Madeira, os sertanistas luso-brasileiros da Amazônia deram as mãos aos bandeirantes paulistas que vinham de Mato Grosso. Como sucedeu posteriormente no Tapajós e anteriormente no Tocantins. Foram nomes memoráveis: João de Barros Guerra, Melo Palheta, Antônio Raposo Tavares, Manuel Félix de Lima, José Leme do Prado, João de Sousa de Azevedo.

No Tapajós, Francisco Soeiro de Vilhena, Estêvão de Albuquerque, Fernão Coelho de Sousa, submeteram grupos indígenas, exploraram o rio.

A penetração em direção oeste do Amazonas, as comunicações com outros distritos do Estado do Brasil, pelas águas dos afluentes do Amazonas, as tentativas para irradiar sobre áreas ocupadas pelos missionários e pelas autoridades espanholas, se de um lado evidenciavam o espírito aventureiro dos luso-brasileiros, os sentimentos patrióticos que os guiava, de outro deixava claro a intenção de Portugal, que se mantinha fiel ao pensamento de criar, na Amazônia, uma nova área de seu mundo ultramarino. A propósito, queremos referir-nos à existência de uma copiosa legislação regulando essa expansão e determinando as providências para que ela se efetivasse e se pusesse fora o aventureiro espanhol que tentasse embarcá-la por qualquer meio ou modo. Tal legislação consta de códigos que compulsamos na seção de manuscritos da Biblioteca

do Estado do Pará, da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca de Évora, do Catálogo da Seção Ultramarina da Biblioteca de Lisboa, do Inventário de documentos da Biblioteca da Ajuda e da Casa do Cadaval. Por êsse documentário copioso, não é possível acreditar-se que a irradiação na Amazônia, em direção norte ou em direção oeste, portanto pela hinterlândia sul-americana no mundo amazônico, tenha sido realizada apenas pela iniciativa pessoal dos sertanistas, dos catequistas, ou pela ousadia de um ou de outro membro do poder público da colônia. Essa façanha, que estamos procurando historiar com a documentação necessária e definitiva, foi estudada devidamente no Conselho Ultramarino e determinada incessantemente de Lisboa. Revela, destarte, insistamos, um programa de ação, uma preocupação do Estado para dilatar seu espaço territorial.

Jaime Cortesão, numa tese interessante, vem sustentando, em seus cursos no Itamarati, a existência de um propósito do Estado português para criar o espaço brasileiro dentro do que a fabulosa geografia do indígena e dos primeiros viajantes chamava de ilha Brasil, isto é, o espaço compreendido entre o Atlântico e as bacias do Amazonas e do Prata, que se ligariam, no interior, numa lagoa. situada aqui, ali, acolá, na cartografia dos primeiros dias (*). A irradiação pela Amazônia, com a presteza, com o sentido que possuía, com a amplitude que a caracterizou, pode conduzir-nos a aceitar tese mais arrojada — a da intenção governamental de ir aos Andes para ali criar a fronteira entre os mundos de Espanha e de Portugal.

Afirma-se que a irradiação foi obra de missionários ou de sertanistas, êstes preocupados unicamente com a coleta da especiaria, a «droga do sertão», da terminologia da época, aquêles com a catequese da multidão indígena. Obra de caráter econômico ou de natureza espiritual. É certo que essas razões presidiram a toda empresa lusitana na Amazônia, como presidiram noutros distritos do Brasil, como foram força fundamental nos vários trechos de águas e terras que Portugal descobriu e incorporou ao ecumeno. Todavia, o sentido político da irradiação foi evidente. De parte os textos das cartas régias, das decisões do Conselho Ultramarino, a que já nos referimos, há sucessos que devem impressionar: a posse do Oiapoc por Diogo Pinto da Gaia, a posse do Solimões por Antônio de Miranda e Antunes da Fonseca, a posse do Napo

(*) Jaime Cortesão em seu livro recente *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, volta à tese, para mostrar que o propósito português está perfeitamente justificado com a façanha do bandeirante português-paulista e a de Pedro Teixeira, aquêle na zona sul-oeste e êste na Amazônia.

por Belchior Mendes de Moraes, a posse do alto Madeira por Melo Palheta, os autos de justificação de posse dos rios Negro, Branco e Napo, levantados em 1777.

Convém referir aqui, mesmo de raspão, que ao mesmo tempo que essa expansão se operava pela ação dos sertanistas e de elementos militares e civis a serviço do poder público, de Lisboa mandava-se estudar a região, levantando-se-lhe a cartografia. As ordens a respeito são várias. E os trabalhos, realizados a começar da carta de Antônio Vicente Cochado, riscada em 1621, por ocasião dos entreveros com os ingleses e holandeses, aos levantamentos de 1750, da expedição de Fagundes Machado e Gonçalves da Fonseca, pelas águas do Madeira, Mamoré, Guaporé.

E cabe referir mais que, ao lado dêsses homens de tamanha têmpera, no esforço para o desbravamento e o alusitanamento de espaço amazônico, o Estado valeu-se das Ordens Religiosas que cooperavam, no Império, no afã catequista, na educação do gentio, na cristianização e ocidentalização dos primitivos que iam sendo encontrados no ultramar. Os institutos que atuaram na Amazônia foram, pela linha de sua chegada : Franciscanos da Província de Santo Antônio, Jesuítas, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos da Conceição da Beira e Minho, Franciscanos da Piedade. Jesuítas, Carmelitas e Frades de Santo Antônio, sobrelevando os demais milicianos da Igreja, produziram uma obra de evangelização e de política construtiva que, de certa maneira, bem podemos afirmar que é ela que explica muito do sucesso, muito da rapidez e muito do definitivo alcançado pelo Estado em seu empenho de estabelecer a soberania lusitana na Amazônia. Essas Ordens, que se enriqueceram com seus mártires, realizaram uma tarefa de magnitude que ainda não foi devida e profundamente, senão exaltada, pelo menos registrada em suas minúcias, que elas valem, mesmo num registro sêco, como verdadeira epopéia de bravura cívica.

Quando, em 1750, Alexandre de Gusmão conseguiu aquêlê feito político de conseqüências imensuráveis que foi o Tratado de Madrid, resolvendo sôbre a soberania que os portugueses podiam manter sôbre os espaços sul-americanos, a área amazônica em mãos luso-brasileiras era imensa. De certo houve a cessão do trecho no Maranon entre o Napo e o Solimões. Até lá chegara a irradiação luso-brasileira. Apenas irradiação. Não se verificara, contudo, o exercício manso, ininterrupto, do domínio. A extensa faixa de terras e águas ficou, por isso, proclamada como área espanhola. A imensidade que Espanha, esquecendo o ajuste de Tor-desilhas, concordava em que permanecesse como parte integrante do império dos novos lusiadas, recordemos, agora, quase alcançava os três milhões de quilômetros quadrados. Nenhuma área brasileira, conquistada pelos bandeirantes e pelos criadores de gado aos

outros mundos interiores do Brasil nascente, atingia as mesmas proporções.

Nos princípios da conquista, criara-se a Capitania do Pará, parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Ante o gigantismo do espaço, apelara-se para a cooperação de soldados e fidalgos, aos quais concederam-se capitanias hereditárias: Cametá, Marajó, Xingu, Caeté, Cabo Norte. Em 1757, criou-se a Capitania de São José do Rio Negro, raiz do atual Estado do Amazonas. Para a ocupação mais permanente da terra, além de toda uma série de atos que visavam a fomentar o desenvolvimento econômico da região, o governo adotou o critério da imigração de casais açorianos e do aproveitamento da mulher gentia, levando-a a casar com o reinol. Processou-se, destarte, a miscegenação intensiva. Vinte e seis fortalezas, casas fortes e baterias foram erigidas, balizando a fronteira ou garantindo, pela hinterlândia, a ordem e a soberania real. Uma invasão espanhola ao vale do Rio Branco, em 1777, como uma tentativa no alto Rio Negro, em 1763, foi repelida e apriacionados os invasores. Funcionários judiciários promoveram amplos inquéritos, ouvindo sertanistas, militares, religiosos para concluir sobre a extensão e a legitimidade da soberania portuguesa nos trechos mais distantes da fronteira. Estadistas do tomo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manuel Bernardo de Melo e Castro, João Pereira Caldas, Lobo d'Almada, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, repetindo os feitos políticos de Coelho de Carvalho, de Gomes Freire, de Maia da Gama, zelaram intensamente pelos direitos de luso-brasilidade da região. Provaram eficiência. Defenderam a soberania pela força das armas, pela exploração econômica, pela ocupação do espaço, por uma longa e habilíssima política. Técnicos mandados para os trabalhos de demarcação, decorrentes dos tratados de limites de Madrid e de Santo Ildefonso, subiram rios, viajaram lagos, passaram cachoeiras, identificaram a geografia local nos roteiros que foram escrevendo, nas cartas que riscaram, nos documentários epistolares que, sobre serem títulos magníficos da ação científica que vinham desenvolvendo, provavam a continuidade daquela intenção política oficial de manter a Amazônia dentro do espaço luso-brasileiro da Sul-América.

O assunto é de extensão. Não é possível, senão num livro denso, expô-lo com os detalhes, os rigores que êle permite ou exige. Mas, mesmo a vôo de pássaro, como fizemos agora, o estudo da expansão lusitana na Amazônia autoriza aquela afirmativa de início. Espaço espanhol, pelo ajuste de Tordesilhas, a Amazônia é hoje espaço brasileiro pela ação que os portugueses e brasileiros, do ciclo colonial, realizaram. E realizaram com propósito deliberado, no desdobramento de um programa oficial, de uma política

imperial que foi decretada de Lisboa e permitiu, por isso, a frase famosa de Joaquim Nabuco: — «Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do vale do Amazonas».

O ALFERES PEDRO TEIXEIRA

Foi o primeiro português que transitou por terra do Pará ao Maranhão, portador de cartas do capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco para o governador do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa e para Jerônimo de Albuquerque, conquistador e capitão-mor do Maranhão. Foi escoltado por poucos soldados. Os indígenas do Caité tentaram matá-lo aleivosamente, porém, Teixeira conseguiu fazer paz com eles e tomou posse do território em nome do rei de Portugal.

O seu aparecimento no Maranhão causou, como era natural, pasmo e admiração, por ser o primeiro que assim tinha caminhado, sòmente guiado pelo instinto, penetrando em terreno que lhe era completamente desconhecido, composto de um intrincado labirinto de rios, matagais e bosques.

Regressou felizmente da comissão de que fôra incumbido.

CÔNEGO FRANCISCO BERNARDINO DE SOUZA

Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas (1873).

RESOLUÇÃO DO VICE-REI DO PERU

Recebida naquela Real Audiência de Quito a notícia, que bastava para dar plano concreto do muito que às duas Majestades Divina e humana importava acudir com brevidade ao bom êxito de negócio tão importante, não se atreveram os senhores Presidente e Ouvidores a resolver coisa alguma, sem primeiro dar conhecimento ao Vice-Rei do Peru, que era, então, o Conde de Chinchon.

Êste, depois de consultar sôbre o assunto a gente mais ponderada da cidade de Lima, Côrte daquele Novo Mundo, resolveu por carta sua ao Presidente de Quito (que era o licenciado D. Alonso Perez de Salazar), datada de dez de novembro de seiscentos e trinta e oito, que o Capitão Pedro Teixeira voltasse logo com tôda a sua gente à cidade do Pará, pelo mesmo caminho por onde tinha vindo, dando-se-lhe todo o necessário para a viagem, pela falta que tão bons capitães e soldados fariam sem dúvida naquelas fronteiras, que de ordinário são infestadas pelo inimigo

holandês, mandando juntamente que, se fôsse possível, se dispusessem as coisas de modo que fôssem em sua companhia duas pessoas dignas, às quais se pudessem dar fé pela Coroa de Castela, de todo o descoberto e do mais que na viagem de volta se fôsse descobrindo.

PADRE CRISTOBAL DE ACUÑA, S. J.

A REAL AUDIÊNCIA NOMEIA O PADRE CRISTOBAL DE ACUÑA PARA ESTA JORNADA

Vendo o licenciado Suarez de Poago, fiscal da Real Chancelaria de Quito, já de partida a Armada Portuguêsa e considerando, como fiel Ministro de Sua Majestade, as muitas vantagens e nenhuns inconvenientes que daí podiam advir, achou de bom aviso que dois religiosos da Companhia de Jesus a acompanhassem, notando com cuidado tudo o que fôsse digno de reparo neste grande rio, com cuja notícia passassem à Espanha, para dar uma relação segura de tudo ao Real Conselho das Índias e, sendo necessário, ao Rei Nosso Senhor, em sua Real Pessoa.

Como o pensou o Fiscal, assim o propôs ao Real Acórdão, e a todos parecendo boa a proposta, dela se deu conhecimento ao Provincial da Companhia de Jesus, que nessa ocasião era padre Francisco de Fuentes, o qual, estimando a honra que se fazia à sua Religião, em confiar-lhe coisa de tamanha importância, e cubitoso de que, por esta via se lhe abrisse a porta por onde entrassem os seus filhos, a levar a nova luz do Santo Evangelho a tão grande número de almas, que neste grande rio jazem na sombra da morte, nomeou em primeiro lugar, para esta emprêsa, ao padre Cristobal de Acuña, religioso professo, e atual reitor do colégio da Companhia na cidade de Cuenca, jurisdição de Quito; e em segundo lugar, por seu companheiro, ao padre Andrés de Artieda, lente de Teologia no dito Colégio da mesma cidade de Quito.

Aceita pelos senhores da Real Audiência a nomeação dos dois Religiosos da Companhia de Jesus, se lhes mandou uma Provisão Real (cuja cláusula pusemos no começo desta narrativa), na qual se lhes ordena que, sendo com ela requeridos, partam imediatamente da cidade de São Francisco de Quito, em companhia do Capitão-mor Pedro Teixeira, e chegando à do Pará, passem à Espanha, a dar conta ao rei, nosso Senhor, em sua real pessoa, de tudo o que, cuidadosamente, tiveram notado no decurso da viagem.

PADRE CRISTOBAL DE ACUÑA, S. J.

... E como se oferecessem os narradores, para «guias» de uma expedição até Quito, aquêle governador, que administrava o Maranhão, o Grão-Pará e a Amazônia, foi tomado do ímpeto de pôr em prática as ordens régias, há muito positivadas no sentido de devassar e consumir a conquista do rio de *Orellana*, na sua vastíssima massa oceânica; ordens régias cujo cumprimento, por temor, hesitação ou outra causa, vinha sendo procrastinado.

Controvertida a idéia, por opposição e crítica de muitos, foi afinal vencedor o arrojado propósito do governador, sendo decidida e aprestada a expedição; e a 27 de outubro de 1637, partindo de Cametá, subia a aparatosa «bandeira», chefiada por Pedro Teixeira, já notável pela bravura, eficiência e tato com que se houvera na peleja contra holandeses e ingleses.

Difícilmente arroláveis os tropeços, assaltos, indecisões de rota, obstáculos mil que teve de enfrentar e anular, em sua subida tormentosa, a famosa expedição capitaneada por Pedro Teixeira, removendo todos os óbices, tudo vencendo, desde a impetuosidade da corrente fluvial até a agressividade dos índios. Não tardou que se sentisse a tropa abatida pelo cansaço, desânimo, falta de fé, doenças. Não fôsse a energia e habilidade do chefe, ter-se-ia desagregado, pela indisciplina e pela deserção, a vultosa caravana.

Mas a despeito de todos os acidentes e revezes, ia-se registrando o itinerário da expedição com tôdas as particularidades petamográficas, assinalados os afluentes e quaisquer cursos d'água, observados os costumes das tribos indígenas bem como as suas produções e recursos, surpreendida a riqueza do solo e exaltada a exuberância florestal.

Depois de haver alcançado Quito como triunfador, com a mesma auréola regressa à Belém, depois de vinte e seis meses, o ousado sertanista. E, ainda em cumprimento de ordens recebidas, fundou à margem do Napo a povoação de Franciscana, em nome de Felipe IV, mas para a Coroa de Portugal, estendendo até ali os limites da Amazônia, que, em breve, viria ser portuguesa, alterado dess'arte o traçado divisório do Tratado de 1494. O retorno foi antecipado por ordem do Vice-rei do Peru, alarmado à hipótese de se aproveitarem os holandeses da via fluvial, que a intrepidez de Pedro Teixeira abrisse.

ARAUJO LIMA (*A exploração Amazônica*)

CITAÇÕES INCOMPLETAS NA HISTÓRIA DO BRASIL (*)

HELIO VIANNA

O desconhecimento de fatos capitais da História do Brasil, mais generalizado do que se pensa, não será, talvez, tão inconveniente quanto o conhecimento adulterado de muitos dêles, erroneamente repetidos tanto por mal aparelhados historiôgrafos amadores, como por incompetentes autores de compêndios escolares.

Aqui apontaremos apenas alguns exemplos de citações comumente feitas de modo incompleto, e que assim permitem desautorizadas interpretações, profundamente daninhas à exata compreensão de nosso passado histórico.

«MULHERES AINDA QUE ERRADAS»

Muito explorado tem sido, pelos que gostam de criticar, quase sempre sem base, o povoamento aqui realizado pelos portugueses, certo passo de uma carta do padre Manuel da Nóbrega, escrita na então nascente cidade do Salvador, a 9 de agosto de 1549, e dirigida ao padre Simão Rodrigues, provincial da Companhia de Jesus em Lisboa. É aquêle em que o prudente e recém-chegado inaciano, alarmado com as mancebias que aqui tomavam vulto, em ligações dos colonos com as índias, à vista da falta de mulheres brancas no Brasil, aconselhava a vinda das que lá teriam «pouco remédio de casamento», «ainda que fôssem erradas», pois aqui se casariam muito bem, por ser a terra «muito grossa e larga».

Apresentadas assim, entre aspas, as palavras principais da sugestão, ficava aberto o caminho às interpretações audaciosas, em que não faltaram nem mesmo as insinuações da vinda, oficialmente incrementada, de mulheres perdidas, aqui bem acolhidas pela generosidade da terra.

(*) Publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 30 de novembro de 1958.

Note-se, porém, que uma séria restrição a seguir fêz o astuto jesuíta, e que usualmente não aparece nas citações parciais dos amigos do sensacionalismo também na História: «contanto que não sejam tais que tenham perdida a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que tôdas casaram (casariam) muito bem, porque é terra muito larga e grossa» (1). *Grossa*, explicou Rodolfo Garcia, no sentido de pingue e abundante; *larga*, por ser dilatada e imensa (2).

Conhecido o conselho, conviria saber como foi êle recebido e executado por D. João III e seus sucessores. Vieram, as tais «mulheres erradas»? A resposta é negativa.

Vieram, entretanto, para casar no Brasil, com dotes representados por empregos públicos (inclusive officios da fazenda e justiça, diríamos hoje fiscais de impostos e titulares de cartórios!), órfãs protegidas pela sisuda e moralista rainha D. Catarina d'Áustria, filhas de militares e funcionários portugueses falecidos em África e Ásia, a serviço d'el-rei. Durante pouco mais de meio século, várias levadas de moças casadouras e bem dotadas chegaram ao Salvador. E os sobrenomes dessas «órfãs da rainha», ligados aos de seus maridos, tornaram-se troncos da melhor progênie baiana, logo espalhada por outras capitanias, províncias, Estados, até hoje: Lobo, Barbosa — Argolo, Dória (de nobre origem genovesa), d'Eça (de que foi neto o valente Manuel de Sousa d'Eça), Silva, Sousa, Fróis, Paiva e Góis (3), êste último de descendência que várias vezes atingiu os mais altos postos da governança da boa terra.

Nada, portanto, de «mulheres erradas». *Certíssimas*, ao contrário, pelo muito que contribuíram para a genealogia baiana e brasileira.

«AO LONGO DO MAR COMO CARANGUEJOS»

Outra citação habitual dos nossos lusófbos, sempre parcialmente feita, e sòmente na aparência restritiva à extensão da pe-

(1) A última e mais perfeita versão da referida carta é a do douto Serafim Leite, S.I. — *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, tomo I (1538-1553), edição da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (São Paulo, 1954; aliás Coimbra, 1956), p. 120, publicação simultânea ao n. 79 de *Monumenta Histórica Societatis Iesu*, Monumenta Brasiliae I (Roma, 1956).

(2) Rodolfo Garcia — *As Órfãs*, palestra a 27 de maio de 1946 realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada em folheto da Coleção Brasileira de Divulgação, do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, desse mesmo ano, a citação à p. 7; e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 192, de julho-setembro de 1946 (Rio, 1948), p. 137.

(3) Rodolfo Garcia — *op. cit.*, passim.

netração portugêsa em nosso país, é a de frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, a primeira escrita por um brasileiro, segundo a qual os lusitanos, «sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos» (4).

Esqueceram-se, os que a repetem, que o referido livro foi terminado no ano de 1627, quando não estaria o seu autor informado da expansão que em seu tempo já realizavam, por exemplo, na região do Guairá, bandeirantes vicentinos preadores de indígenas, alguns dos quais eram, positivamente, portugueses natos. Ou das penetrações que outros lusitanos e nordestinos então já efetivavam no interior do Maranhão e Grão-Pará, inclusive expulsando da foz do Amazonas, até o Xingu, ingleses, irlandeses e holandeses aí já estabelecidos com intenção de permanência (5).

Esqueceram-se, ainda, que se durante todo um século praticamente se limitaram os portugueses ao descobrimento, conquista e posse da maior parte do litoral hoje brasileiro, é esta costa exatamente a mais extensa do mundo, dentre as pertencentes a um só país, e, para seu apossamento, inúmeras foram as dificuldades e duríssimas as lutas enfrentadas por tão estrênuos conquistadores.

Omitem, principalmente, os amigos da safada imagem caranguejeira, a restrição contida no início do período do franciscano da Bahia: «Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora (*sic*) não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras», etc. Estender para toda a fase colonial, de pouco mais de três séculos, de 1500 a 1808 ou 1815, o que apenas tinha cabimento, e ainda assim parcial, até 1627, será, certamente, interpretar historicamente mal aquilo que só pode ser entendido até este último milésimo e à luz das limitadas informações com que, pela distância e demoradas notícias, poderia contar o ameno historiador de Matoim.

(4) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, nova edição revista por J. Capistrano de Abreu (S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1918), p. 19.

(5) Cf. Hélio Vianna — *História Diplomática do Brasil* (S. Paulo, Edições Melhoramentos; Rio, Biblioteca do Exército, 1958), ps. 54-55.

FRASES HISTÓRICAS INCOMPLETAS (*)

Muito se tem escrito sobre a infidelidade de frases históricas, em que substanciais alterações se introduzem, com o tempo e à força de repetições assumindo aspectos de verdadeiras. Várias do gênero constam de nossa história de pouco mais de quatro séculos e meio, suscitando errôneas interpretações. Restabelecê-las em sua exatidão primitiva, à luz de documentos que lhes sejam contemporâneos, tem sido um de nossos cuidados na revisão de compêndios de História do Brasil, desde 1944 a nosso cargo na Comissão Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação e Cultura.

Duas, porém, embora já praticamente corrigidas nos livros escolares usuais, de vez em quando ainda aparecem, em citações menos autorizadas. São as de D. João VI ao filho e herdeiro, o príncipe D. Pedro, aconselhando-o pouco antes de deixar o Brasil, em abril de 1821, e a do proclamador da Independência, alguns meses depois, em janeiro de 1822, ao resolver que permaneceria em nosso país, apesar das ordens em sentido contrário, emanadas das Cortes de Lisboa.

CONSELHO DE D. JOÃO A D. PEDRO

A 19 de junho de 1822, escrevendo ao pai uma carta em que se encontram as principais razões de suas recentes e posteriores atitudes políticas, escreveu o príncipe-regente do Reino do Brasil: «Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Magestade me disse antes de partir dois dias (1), no seu quarto (*Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros*)».

Convém notar que, para D. João VI, os «aventureiros» a que se referiu, eram homens como Napoleão Bonaparte, então às portas da morte, em seu exílio na ilha de Santa Helena. Note-se, ainda,

(*) Publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 7 de dezembro de 1958.

(1) Portanto a 24 de abril de 1821.

a prudente ressalva dinástica do astuto Bragança: «antes seja para ti, que me hás de respeitar».

Ocorrida, em setembro e outubro de 1822, a definitiva separação entre o Brasil e Portugal, logo depois de constitucionalmente organizado o nosso Império cuidou D. Pedro I de incumbir alguém da redação de sua *História*. Escolheu, para isso, a já veneranda figura de José da Silva Lisboa, pouco depois 1.º Barão e Visconde de Cairu, que de 1825 a 1829 publicou os quatro tomos de sua incompleta *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*.

Apesar de publicada, desde 1822, pelas Côrtes de Lisboa, aquela carta do então príncipe D. Pedro a seu pai (2), em que se encontra a única versão autêntica e autorizada do famoso conselho de D. João VI, de tanta importância para as decisões de seu sucessor, alterou-o profundamente, não o citando literalmente, Silva Lisboa, no referido livro, uma *História* entretanto quase contemporânea dos acontecimentos da Independência. Nas seguintes palavras, que depois algumas alterações sofreram, quando repetidas por outros, resumiu Cairu a advertência do rei de Portugal a seu herdeiro: «Meu filho ! Se algum aventureiro pretender usurpar a Bela Coroa dêste Reino, ponde-a sobre a tua Cabeça» (3).

A repetição desta frase, com algumas variantes, sem as maiúsculas mas sempre com a inexistente referência à colocação da coroa brasileira sobre a cabeça do príncipe, tantas vezes feita, até em nossos dias, só não encontrou acolhida em historiadores de verdade, como Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, na *História da Independência do Brasil*, que deixou inédita ao morrer, em 1878 (4). Mas encontrou largo consumo entre os que no episódio queriam ver mero conluio entre pai e filho. Incrível é, portanto, que até há pouco tempo ainda freqüentemente se repetisse, entre nós, aquela versão errônea, resultante, decerto, de um lapso de memória do

(2) Em *Cartas e mais documentos dirigidos a Sua Majestade o Senhor D. João VI pelo Príncipe Real o Senhor D. Pedro de Alcântara com as datas de 19 e 22 de junho dêste ano; e que foram presentes às Côrtes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa em a sessão de 26 de agosto do mesmo ano* (Lisboa, 1822), 56 p. Este folheto teve o n.º 6.977 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. IX (Rio, 1881).

(3) José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu — *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, parte X, seção I, cap. XXI — «Recomendação na Despedida de El-Rei ao Herdeiro da Coroa» (Rio, 1827) p. 87.

(4) Primeira edição na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXIX, de 1916, vol. 133 (Rio, 1917), p. 82; 3ª ed., revista e anotada pelo autor dêste artigo (S. Paulo, 1957, p. 57).

honesto Visconde de Cairu, que naturalmente não julgou necessário verificar, em texto já impresso, e depois por êle próprio publicado (5) as expressões exatas de D. João, muito diferentes daquelas que foi o primeiro a errôneamente divulgar.

A FRASE DO «FICO»

Outra frase histórica muito repetida e às vezes com falta de duas palavras, é aquela com a qual D. Pedro, ainda príncipe-regente, concordou em permanecer no Brasil, apesar das ordens contrárias das Côrtes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, então reunidas em Lisboa.

A seu respeito conviria primeiramente registrar que não foi dita por seu indigitado autor, quando recebeu a deputação do illustríssimo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, presidida pelo juiz de fora José Clemente Pereira, que a 9 de janeiro de 1822 foi entregar-lhe o pedido, subscrito por 8.000 moradores, naquele sentido. Como registrou Varnhagen, na citada *História da Independência do Brasil*, «sua resposta, segundo o Senado, por edital assinado por José Martins da Rocha no dia 9, comunicou ao povo, era paliativa, até receber novas ordens das Côrtes» (6). Da natural hesitação de D. Pedro, nessa ocasião em que estava em jogo todo o seu futuro de príncipe herdeiro, existem outras provas documentais no Arquivo da Família Imperial do Brasil, hoje felizmente recolhido ao Museu Imperial, de Petrópolis, onde se guardam quatro rascunhos do príncipe, que revelam o seu desejo de obedecer às ordens recebidas no sentido de regressar a Portugal, ou o de ceder ao que aqui lhe pediam, desde que ficasse ressalvada a sua responsabilidade no caso (7). A êles fizemos referências em nota à última reedição daquela *História* (8).

Mas, como também observou Varnhagen, vendo-se que era inútil e insuficiente aquela atitude protelatória — «por outro edital do dia seguinte, assinado por seu presidente José Clemente Pereira, declarou (a Câmara) haver sido a sua resposta: «Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao

(5) Na *Crônica Autêntica da Regência do Brasil do Príncipe Real o Senhor D. Pedro de Alcântara em série de Cartas a seu Augusto Pai o Senhor D. João VI e Proclamações Autógrafas, Manifestos e Diplomas* (Rio, 1829).

(6) Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro — *História da Independência do Brasil* cit., 3ª ed., p. 94.

(7) Arquivo da Família Imperial, de Petrópolis, maço XLVII, doc. 2129 do «Inventário» feito por Alberto Rangel.

(8) *História da Independência do Brasil*, cit., ps. 94-95, nota 60.

povo que fico» (9). Conclui-se, assim, que a frase não foi dita na véspera, mas acrescentada no novo edital do dia 10. Nem por isso é menos autêntica, pois, se a não disse, encampou-a D. Pedro, escrevendo-a em carta ao pai, datada do mesmo dia 9 de janeiro (10).

As palavras que muitas vêzes não têm aparecido, nas descuidadas citações da frase do episódio do «Fico» feitas por nossos compendiôgrafos, são as duas do meio: «estou pronto». Se são necessárias para que bem se veja a resolução do príncipe, também servem à versão anedótica e irreverente, segundo a qual quereriam significar que, como de costume em tantas ocasiões de nossa História, não havia verba para executar o que então se resolvia: Sua Alteza estaria «pronto», isto é, de acôrdo com a gíria carioca, sem dinheiro...

(9) Idem, p. 94.

(10) Publicada, pela primeira vez, no folheto intitulado — *Cartas e mais peças officiais dirigidas a Sua Majestade o Senhor D. João VI pelo Príncipe Real o Senhor D. Pedro de Alcântara e juntamente os officios e documentos que o general comandante da tropa expedicionária existente na Província do Rio de Janeiro tinha dirigido ao Govêrno* (Lisboa, 1822) 72 p. Teve o n.º 6.930 no citado *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881.

JAYME BENÉVOLO (*)

ARTHUR AZEVEDO

A julgar pelo que escrevem certos pessimistas, não ha nesta infeliz terra senão gente má, e ninguém, absolutamente ninguém, se salva no medonho naufrágio dos caracteres, a não ser o homem peregrino cuja pena distila tais horrores.

Aqueles de uma serena filosofia, que não lhes permite julgar-se melhor que os outros, nem acreditar que todos os filhos de Adão e Eva não sejam feitos da mesma argila, tranquilizem-se com a consoladora certeza de que há de tudo, aqui como em toda parte.

Pela minha parte, conheço homens puros, alguns dos quais têm sido acerbamente insultados, que não são atingidos, não digo pelo insulto, mas pela simples suspeita.

Venho hoje falar aos meus leitores de um morto, que tinha incontestavelmente direito a um necrológio mais amplo da nossa imprensa. Os jornalistas fizeram-lhe um entêrro de segunda ou terceira sem a artilharia da crônica, apenas com a fuzilaria do noticiário. Já se não fala dêle, e não se passaram ainda os quinze dias de Malibran.

* * *

Chamava-se Jayme Benevolo, e era soldado e mestre. Não entretive relações com êle. Apenas uma vez me falou, por motivo de serviço público. Deve dizer que não me causou precisamente uma impressão de profunda simpatia. Os seus amigos asseguravam que na intimidade era um delicioso camarada, mas a sua fisionomia tinha alguma coisa de *bull-dog*, que desagradava à primeira vista.

Foi um dos mais devotados propagandistas da República, e sem êle talvez não tivesse havido o 15 de novembro.

Sabe-se que naquela madrugada celebre o Marechal Deodoro estava enfêrmo, sem ânimo de se levantar da cama, nem mesmo,

(*) Publicado em O Paiz de 22 de maio de 1905.

para fazer uma revolução. Foi Jayme Benevolo quem o obrigou, sabe Deus com que esforço, a deixar o côncavo tépido do colchão, fardar-se, montar a cavalo, marchar para o quartel-general e fazer a República. Se não fôsse êle, Deodoro não teria saído de casa. e se Deodoro não saísse de casa...

* * *

Deixo as conjecturas ao espírito do leitor.

Efetivamente aquele moço tinha uma influência extraordinária sobre o ânimo do velho marechal, a quem venerava como se fôra seu pai.

De uma feita, no tempo do govêrno provisório, Aristides Lobo, ministro do interior, preveniu-o de que se tramava uma falcatrua colossal, sob pretexto de embelezamento e saneamento da cidade. O decreto da concessão estava lavrado: só faltava a assinatura do ditador.

Jayme Benevolo tocou a tôda para a casa de Deodoro, que, iludido, acabava naquele momento de completar o ato. Fez-lhe ver o que havia por traz daquela concessão de 50.000 contos (se não falham as cifras), e pediu-lhe que rasgasse o decreto. Deodoro, que estava de boa fé, resistiu, e essa resistência deu lugar a uma cena violenta, tão violenta que Jayme Benevolo acabou arrancando as dragonas, arremessando-as aos pés do marechal e saindo cheio de indignação e de colera.

Deodoro correu ao tope da escada e chamou-o: — Venha cá, ouça, não seja tão assomado; conversemos como bons amigos.

Jayme Benevolo subiu de novo e cinco minutos depois o decreto era rasgado: o Tesouro estava salvo.

* * *

Como fiscal de iluminação, cargo em que foi surpreendido pela morte, Jayme Benevolo teve uma ocasião excepcional de mostrar a energia do seu caráter.

A companhia do gás tinha sido multada por êle tantas vezes e tão sucessivas, que as multas subiam a cêrca de 800 contos de réis. Está claro que aos interesses da emprêsa, até habituada à bonomia do velho Limpo de Abreu, não convinha um fiscal que só era benévolo no nome, e por isso tratou ela, com muita ronha, de atrair para o seu lado a simpatia piedosa do ministro.

Prevenido contra o funcionário, S. Ex. tratou-o mal num dia em que êste foi a gabinete mostrar-lhe um ofício que ia dirigir à companhia, em resposta a outro, inconvenientíssimo, que recebera do respectivo gerente.

— Não o quero ouvir, Sr. Dr. Jayme Benevolo! bradou o ministro, interrompendo logo às primeiras linhas.

— Perdão, trata-se de serviço público, e V. Ex. há de ouvir-me!

— Já lhe disse que o não quero ouvir!

E como o fiscal da iluminação insistisse, o ministro levantou-se rubro de cólera, apoplético, e apontando para a porta, rugiu: Retire-se!

Jayme Benevolo ergue-se, dobrou tranquilamente a papelada, embrulhou-a, meteu-a debaixo do braço e disse:

— Sim, retiro-me, e aquela porta vai separar um funcionário honesto, como eu, de um ladrão, como V. Ex. . . .

A cena parecerá, talvez, exagerada, mas há uma testemunha ocular e auricular, que aí está viva e sã.

Calcule-se como ficou o ministro, que era, aliás, um homem de bem. Ele quis atirar-se contra o funcionário; foi a referida testemunha quem o agarrou, dizendo:

— Que é isto, excelentíssimo? Lembre-se da sua posição! Não dê um escandalo! . . .

O ministro mandou lavrar decreto demitindo Jayme Benevolo a bem do serviço público; um amigo, porém, interveiu, que não se precipitasse, que estudasse tranquilamente, em casa, a questão suscitada entre a companhia e a fiscalização, e depois resolvesse.

O conselho foi aceito, S. Ex. durante a noite leu o processo com a devida atenção, e na manhã seguinte, ao entrar no gabinete, disse à testemunha:

— O Benevolo está com a razão; não devo demiti-lo; mas fui atrozmente insultado; não posso continuar a ser ministro; o demitido serei eu.

E foi a palácio resignar o seu cargo.

* * *

O leitor convirá que dêstes homens há poucos, não só no Brasil como em todos os países do mundo, e, portanto, Jayme Benevolo não deve apodrecer no fundo de uma sepultura, sem que a crônica o aponte como um exemplo aos que apodrecem mesmo antes de morrer. . .

E não obstante ser dessa forma assomado, escravo de seus nervos e da sua dignidade, era modesto: recusou ser deputado e ministro numa terra onde o diploma de deputado e a pasta de ministro constituem o sonho dourado que embala a todos os fu-

turos bacharéis, desde que começam a analisar os bancos acadêmicos.

Comprazia-se no sossêgo do lar, porque, era, principalmente um cientista, preocupado em acrescentar o vasto cabedal dos seus conhecimentos estudando sempre, como verdadeiro sábio, que, quanto mais estuda, mais se convence de que pouco sabe.

A morte veio buscá-lo no vigor da vida e do talento, interrompendo êsses estudos, entre cinco filhos adorados, o mais novo tem apenas alguns meses, e deveria ser batizado no próprio dia em que o cadaver do pai foi levado ao cemitério.

* * *

Escusado é dizer que êsse cadaver deixou uma família pauperrima, e, se há gente digna de uma pensão da República, ninguém mais o poderá ser que a espôsa e os filhos de Jayme Benevolo.

O *Paiz*, 22 de maio de 1905.

A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS (*)

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

É de 3 de setembro de 1759 a lei da expulsão dos Jesuítas do Brasil e de Portugal.

O maior homem que a Companhia teve em nossa terra foi, incontestavelmente, o padre Antônio Vieira, que no decorrer da sua luminosa ação entre nós deixou-nos, entre outros, o seu famoso Papel Forte, no qual opinava que se entregasse Pernambuco aos holandeses, para, dêste modo, se chegar à paz então buscada entre êstes e os portugueses; admitindo, entretanto, que, com o tempo, aquêle importante setor de nosso território fôsse recuperado; não importando, no caso, que com isso passassem os católicos, que ali moravam, a viver sob o jugo de protestantes.

Desde então, e por isso mesmo, o ponto de vista exposto e defendido por Vieira naquele Papel tem recebido aplausos e contestações daqueles que se dispuseram a apreciá-lo. Fernandes Vieira, Henrique Dias e Camarão, encarregaram-se de mostrar, com abundância de fatos, nas Tabocas e nos Guararapes, a fraqueza das suas razões e argumentos.

Mais tarde, D. Pedro II de Portugal, ainda Príncipe Regente, resolvendo marcar um ponto limite de seus domínios na América, ordenou ao governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lôbo, que fôsse fundar, na embocadura do Rio da Prata a Colônia do Santo Sacramento. Quando já ali se achava instalado em 1680, foi, inopinadamente atacado pelos espanhóis de Buenos Aires, que tinham a auxiliá-los os Jesuítas do Território das Missões do Paraguai, que dali para isso se deslocaram, comandando cêrca de 3.000 índios por êles adestrados na nobre e difícil arte da guerra. Vencido e aprisionado foi D. Manuel Lôbo mandado para Mendoza, onde terminou os seus dias sem rever a terra natal.

Antes e depois disso, os famosos Bandeirantes, com os Paulistas à frente, andaram desbravando os nossos vastíssimos territórios

(*) Publicado no *Jornal do Comércio*, de 13-9-1959.

do sul, em buscas aventureiras de ouro, e de índios, onde, a cada passo, topavam com aldeamentos castelhanos já existentes, até nas proximidades da atual cidade de Curitiba. Nesses encontros providenciais, foram os invasores dos nossos territórios, banhados pelo Tibagi e outros, sendo, aos poucos, expulsos daquela região e os índios por eles aprisionados, encaminhados e vendidos em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais.

Dêsses encontros, há notícias circunstanciadas na História das Bandeiras de Taunay, e nos muitos livros que se ocupam do assunto, notando-se que, em geral, nos dos jesuitas como no do padre Madureira, por exemplo, *Bandeirante* é sempre, ou quase sempre, Mameluco; no caso, expressão pejorativa.

Quando no ano de 1691 o padre Antônio Sepp S. J. subia com muitos outros de Buenos Aires para as Missões do Paraguai, ao chegar, no dia 26 de maio daquele ano, a determinado ponto do rio Uruguai, nos conta que ali o rio cessa de ser um curso d'água para se precipitar por um rochedo abaixo "correndo por quase meia hora por cima de grandes pedras", e que ali os índios tinham tido grande trabalho com as canoas, e depois descansaram longamente do esforço dispendido para transporem tamanho obstáculo. conquanto, escreve êle, tivessem feito isso com estupenda rapidez.

A seguir nos diz : "Esta queda do rio, com os seus recifes estreitos e ásperos, o Criador providente da natureza a fêz só e unicamente e ali a colocou para maior beneficio de nossos pobres indígenas. Todos os padres missionários estão firmemente convencidos disso".

"É que até aqui já vieram os espanhóis nos seus navios, em sua insaciável cobiça de dinheiro; mas quando chegaram aqui ouviram: *Non plus ultra!* — nem mais um passo! Tinham, por isso, que voltar para Buenos Aires, e até o dia de hoje não puseram pé em nossas reduções, não podem realizar nenhuma comunhão, nenhum negócio, nenhum tráfico com os nossos indígenas, e isto constitui um beneficio indescritível. Primeiro, porque os espanhóis são dados a muitos vícios de que êstes nossos bons e simples índios até agora nada sabem, mas logo pegariam se entrassem em contato com os espanhóis; sobretudo, porém, os espanhóis convertem os índios, a quem a natureza galardoou com a rica liberdade, em escravos e servos e os tratam como cães e bestas, embora os índios sejam cristãos e estraguem tudo o que aos padres custou tanto trabalho e suor".

Em outro ponto da sua preciosa contribuição, o mesmo padre Sepp nos informa que o «Castelo/ de Buenos Aires/" onde reside o Senhor Governador, também é construído de barro, e é defendido por um fôssco e um baluarte. Para a defesa da cidade e de todo êste grande país, não há mais que novecentos soldados espanhóis.

Mas, se surgisse algum perigo, poríamos imediatamente a caminho/ como em 1680/ mais de trinta mil índios de nossas reduções, aliás todos a cavalo, e êstes sabem muito bem lidar com mosquetões e manejar a espada, bem como atacar em formação de meia-lua, vindo dos flancos de batalha; formar esquadrões, lutar na ofensiva e defensiva, e isto tão bem quanto qualquer europeu. Além disso, foram exclusivamente instruídos pelos padres. Sem falar de suas flechas e arcos, laços e clavas, em que ainda são mestres, desde a sua situação pagã.

Ora, isso significa, evidentemente, nada mais nada menos, que a partir daquela cachoeira do rio Uruguai, os vassallos do rei de Espanha, que até ali tinham conseguido chegar com as suas embarcações "sempre ávidos de dinheiro", pela ajuda do Criador da natureza, haviam encontrado naquele ponto paradeiro às suas incursões.

Estamos então no ano de 1691, onze anos, portanto, depois do assalto e tomada do reduto da Colônia do Sacramento, e cinquenta e nove anos antes do Tratado Preliminar de Limites de 13 de janeiro de 1750, ser assinado em Madrid.

Pergunto : mudara nesses cinqüenta e nove anos a atitude dos santos padres da Companhia de Jesus, sediados em terras de Espanha, em relação aos portugueses natos ou já abasileirados? A penosissima campanha sustentada por Gomes Freire, naquela região, de 1752 até a batalha de Caaibaté, mostra-nos que não. E êsse não, quero crer, dá-nos de certo modo também uma das razões que teriam levado o rei D. Fernando VI, de Espanha, a trocar com o sogro, D. João V, de Portugal, o seu vasto território das Missões pelo mais que exíguo da Colônia do Sacramento; já que naqueles seus pseudo-domínios do Paraguai, como vimos, nem espanhol, nem bispo, e nem mesmo arcebispos ou governadores autorizados punham os pés, sem o prévio consentimento dos seus legítimos dominadores. A menos que, maliciosamente, não estivesse êle pensando trocar o seu precário título de Rei nas Missões, pelo mais rendoso e efetivo de Rei dos Contrabandistas da Colônia do Sacramento.

O General Mangin e os seus gloriosos comandados de Verdun, na guerra de 1914, declararam com tôda a firmeza e bravura, ao inimigo: *On ne passa pas!* Como vimos, muito antes disso, em plenos domínios da coroa de Espanha na América, jesuítas alemães e de outras terras, proclamavam em alto bom som, dirigindo-se a vassallos do rei: *Non plus ultra!*

Há, em tudo isso, algo mais a considerar : se em suas incursões aventureiras os Bandeirantes toparam pela frente com aldeia-

mentos jesuíticos plantados em terras do Paraná, e outras, e os destruíram; mais tarde, na segunda metade do Século XVIII o mesmo se deu na região do rio Guaporé, quando D. Antônio Rolim de Moura ali foi ter, na qualidade de primeiro governador da recém-criada capitania de Mato Grosso. Lá estavam os Jesuítas de Espanha, dirigindo diversas aldeias, três das quais já ameaçadoramente postas na margem oriental do rio; com o que, quando quisessem, estrangulariam as comunicações que deviam ser mantidas entre aquela capitania e as do Grão Pará e Maranhão.

AS QUESTÕES DE 1763 E 1767

Sôbre a importância da conservação daquele ponto nevrálgico do nosso território, qual fôsse o dos terrenos marginais do rio Guaporé, já nas Instruções passadas no ano de 1749, pela Rainha, em nome de D. João V a D. Antônio Rolim de Moura, era-lhe dito de forma incisiva, quão importante consideravam em Lisboa a posse e a conservação daquelas margens do Guaporé, pelo que, ficava êle autorizado a empregar, se necessário fôsse, todos os recursos ao seu alcance para aquilo se dar, inclusive os da mais extrema violência.

Isso foi em 1749; pois ainda no ano de 1763, as suas dificuldades para a conservação daquele importantíssimo território perduravam. Nessa ocasião as dificuldades provinham da abertura da guerra entre Espanha e Portugal, em um rabo de foguete da dos Sete Anos, que se vinha arrastando entre a França e a Inglaterra, e também, do fato de só meses depois de terminada, terem tido disso conhecimento os governantes de uma e outra margem do rio; os quais, aliás, se vinham mantendo de armas na mão, por vêzes quase a morrer de empaludismo. Também a êsse tempo, a presença dos Jesuítas de Castela continuava a se fazer sentir naquele setor, sendo dois dêles aprisionados na ocasião, dos quais um morreu antes da terminação da guerra.

Penso não deixar nenhuma dúvida sôbre a veracidade e procedência do que exponho, uma vez que o faço baseado em documentos legítimos, já publicados, ou em outros que supponho inéditos; constantes do meu arquivo do Cosme Velho.

As melindrosíssimas questões suscitadas no ano de 1763, e ainda no de 1767, na região do Guaporé, tinham para os governantes de Portugal e para os seus legítimos representantes no Brasil, interêsse capital, porque além de importar a sua perda, como dissemos, no estrangulamento das comunicações normais entre as regiões amazônicas e matogrossenses, poderiam importar, ainda, na perda de muitos dos outros territórios portugueses, marginais aos de Espanha, naquela região. E não foi por outra

razão que quando o futuro Conde de Azambuja foi para ali mandado, no' ano de 1749, já levava a recomendação expressa em suas instruções, de criar naquela região uma vila onde devia morar. Daí a fundação de Via Bela, a remodelação do Forte da Conceição e a construção do formidável Forte Príncipe da Beira.

De tudo isso decorre uma verdade. Pombal, o homem forte de Lisboa, não precisava inventar nenhum pretexto para, legitimamente, se pôr em posição contrária à dos muitos Jesuítas do Grão Pará e Maranhão, então cônscios de que podiam continuar, impunemente, a manter dentro e fora das suas aldeias a mesma atitude adotada pelos seus colegas de Espanha no território das Missões: *Non plus ultra!* Havendo nisso uma única diferença: que o obstáculo de lá era natural, uma cachoeira, e o dali, outro, por êles criado: a língua geral. Esta língua geral, segundo o governador Mendonça Furtado, só o era nas aldeias por êles administradas; não sendo, porém, de se esquecer que ali como nas Missões do Paraguai, o português e o castelhano não eram ensinados, sendo mesmo proibido o seu uso, como indigesto ao gosto e ao paladar dos índios, e propiciantes às nocivas relações dos mesmos com os brancos.

CARTA DE MENDONÇA FURTADO

Agora, para que não se continue a pensar que os nossos mal-sinados colonos e comerciantes reclamavam em vão e sem razão contra as dificuldades que lhes advinham do fato de quererem commerciar em drogas do sertão, ou em qualquer outro gênero de comércio praticado pelas Religiões, inclusive pelos padres da Companhia de Jesus, basta-nos ler o que nos deixou exposto o governador Mendonça Furtado em carta escrita do Pará, em 21 de novembro de 1751, ao "Ilmo. e Exmo. Senhor: Meu Irmão do meu coração" — Sebastião José de Carvalho e Melo, da qual destaco o seguinte trecho:

"Como os Regulares, debaixo do pretexto de Missionários, foram fazendo o comércio: como se persuadiram, que monopolizando-o lhe achariam maior avanço; como a êste monopólio que intentaram e conseguiram era totalmente oposto o comércio e extração de drogas do sertão que faziam os particulares, trataram de os arruinar para ficarem senhores absolutos de tôdas as drogas. e que sòmente da sua mão fôsem recebidas, para o que se valeram dos dois meios seguintes:

"Primeiro, principiaram a lamentar os índios que não era possível que sendo servos trabalhassem todo um mês pelo limitado preço de duas varas de pano. Depois, que os que passavam aos

sertões não só lhes não pagavam aquêlê infimo ordenado, mas que até lhes furtavam os índios, para o que lhes deram causa alguns peralvilhos que passaram aos sertões e que êles não desestimaram.

“Depois de espalhadas estas vozes de piedade, e não sei se até pelos púlpitos, lhes foram servindo nas aldeias, para, em chegando canoas a pedir índios, lhes irem dizendo que o ordenado era pouco e que deveria dar-se mais àqueles pobres, e com efeito foram concordando os homens que iam ao seu negócio, acrescentando a quatro até seis varas, além de outros refrescos, para poderem fazer as suas viagens, por não perderem a monção e a carregação que levavam.

“Vendo-se nas aldeias que ainda isto não bastava, inventaram outra idéia que acabava totalmente de arruinar a navegação do sertão, e foi que pagassem aos índios primeiro que saíssem da aldeia.

“Logo depois que saíam os índios, em tendo ocasião fugiam, e deixavam os miseráveis perdidos sem ter quem lhes navegasse a canôa, e se chegavam por acaso outra vez a pedir socorro, se lhes respondia que como não restituíam os primeiros, que se lhes não podiam dar outros, e vinham a perder a viagem e o pagamento que haviam feito aos índios da aldeia, para onde se recolhiam pouco depois os fugidos, sem que até agora conste do castigo que nela recebiam.

“A repetição dêstes feitos pôs os homens tão fartos de meios e tão cheios de temor, que pouco a pouco foram deixando o comércio do sertão, e o puseram de sorte que ainda no ano de 1726, passaram ao sertão 150 canoas, e de então para cá foram em tal decadência, que o ano passado foram apenas três e ainda êste ano não tenho despachado nenhuma dos moradores, quando já da Companhia foram 28, do Carmo 24, além das dos Capuchos.

“Ainda não bastando para arruinar o comércio tôdas estas coisas, lembrou aos Régulares outra para acabar de precipitar, qual é a que vou referir : costumam-se nesta terra pagar os dizimos das drogas dos sertões ao embarcar, e não se mete nada a bordo que se não pese primeiro; e nesta forma vem tôda esta fazenda a pagar de saída 40 por cento, porque cada arroba de cacau, que vale êste ano dez tostões, paga um tostão; paga mais de ver o pêso dez réis, e vem a ser onze por cento.

CASA DA ÍNDIA

“Na entrada da Casa da Índia, em Lisboa, paga cada arroba de direitos 400 réis, mais de outras miudezas, 100 réis, e vem a ser 50 por 100, que juntos aos direitos de saída, vem a importar 60 por 100.

“Pagam os efeitos que se carregam para esta terra, no Consulado em Lisboa, 4 por 100, e se são do país pagam também na Merceria 5 por 100, e vem a ser na saída de Lisboa 9 por 100.

“Na entrada desta Alfândega pagam as Fazendas 10 por 100, conforme o novo estabelecimento, e importam os direitos da saída de Lisboa e entrada nesta Vila 19 por 100, que juntas aos 60 dos efeitos da terra, importam todos estes direitos em 80 (sic) por 100 sobre o comércio geral dêste Estado.

“Como os Regulares, assim como não pagam direitos dos efeitos da terra também não pagam, com o pretexto das Missões, nem o Consulado e Merceria em Lisboa, nem neste Estado a Alfândega, e como não pagam direitos em parte alguma, se demonstra por um verdadeiro cálculo que na balança do comércio vêm a ganhar os padres 80 por 100, contra os Seculares e dêle compreenderá V. Ex^a o progresso que podem fazer os pobres negociantes quando têm contra si o Corpo Poderoso, com 80 por 100 de ganho certo no comércio contra êles». E acrescenta:

“Não contentes os Regulares com arruinar o comércio geral de fora, e em consequência com o Real Erário, que é o de que depende a subsistência, até têm arrogado a si o particular, monopolizando até os víveres e arruinando os officios e artes fabris de que depende a conservação da República.

“É preciso assentar que cada Religião destas forma em si mesma uma República; nela se acha tôda a casta de official; nela há pescadores; nela há os grandes currais e, por consequente, são senhoras das carnes e das pescarias, tanto de peixe como de tartarugas, porque tôdas são feitas pelas suas canoas e pelos seus índios, sem que haja uma só canoa que sirva ao público neste útil trabalho. As manteigas das mesmas tartarugas são, também, feitas por ordem dos Missionários; finalmente, todos os víveres são das Religiões, à exceção de alguma pequena parte que algum morador, ainda que raro, manda fabricar.

“Tendo por uma parte as Religiões, dentro dos seus conventos, os officiaes mecânicos não só para se servirem a si, mas aos particulares, sem que haja algum que possa fazer obra que não seja como socorro das comunidades, largando-lhe por grossos jornais os obreiros, vindo de tôda a sorte a ficar dentro dos claustros o cabedal que devera girar na República, e que devera sustentar nela o grande corpo de officiaes, que é uma das partes principais que a constituem e que a animam.

“Tendo pela outra todos os comestíveis de que são senhores, vem também a faltar na mesma República o cabedal em que trafica tanta quantidade de gente, e vem por necessêria a consequência a

carregar sobre o povo a quantidade de pobres que o monopólio dos padres tem feito, e que deveram ser homens ricos e de importância ao público».

AGONIA DO COMÉRCIO SECULAR

Penso não ser necessário acrescentar mais nada para se ter uma idéia justa da situação que se criara para os colonos e comerciantes no Brasil, especialmente para os do Grão Pará e Maranhão, depois do segundo Papel Forte isto é, o Regime das Missões do Maranhão, em contraposição a de que passaram a gozar as Religiões ali instaladas para levarem o bem à gente que ali vivia, inclusive cuidando-lhe da alma.

Como vimos, em virtude da tributação cada vez maior que sofria, o comércio secular ia aos poucos agonizando; ao passo que o das Religiões ia cada vez mais prosperando, por isento de tributos onerantes e pelos muitos privilégios que sucessivamente passava a gozar o das Religiões, até o reinado de D. José.

Tratamos, inicialmente, do Papel Forte de Vieira; verificamos, depois, que antes do gabinete Pombal ter querido cumprir o disposto em cláusulas do Tratado Preliminar de Limites de 1750, os Jesuítas de Espanha já haviam tomado tôdas as medidas ao seu alcance para impedir o seu cumprimento.

Podemos depreender, pelo que nos informa o padre Sepp, que tudo quanto se tem escrito sobre a nenhuma participação dos Jesuítas na resistência oposta à ação de Gomes Freire e de só ter sido ela feita pelos índios, não procede, já que, desde muitos anos antes da assinatura do Tratado e da sua tentativa de cumprimento, havia no Território das Missões, no mínimo, sempre 30.000 índios imprimeavelmente preparados, para pronto uso na guerra ou na paz. Vimos que, pela participação desses índios, foi D. Manuel Lôbo parar em Mendoza e que por esse mesmo preparo e participação Gomes Freire e Vertiz tiveram os seus passos embargados quando quizeram dar cumprimento a determinadas cláusulas do Tratado Preliminar de Limites que os reis antecessores dos seus haviam firmado em Madrid, em data de 13 de janeiro de 1750.

Foi desde o aparecimento do segundo Papel Forte dos Jesuítas, isto é, do Regimento das Missões do Maranhão, que a Companhia de Jesus passou a prosperar de forma extraordinária no Brasil.

Prosperou de tal forma que os seus filhos se sentiram com forças e no dever de lutar contra as ordens e medidas tomadas pelo Gabinete Pombal, visando a recuperação dos valores perdidos pelo Reino, e não ao aniquilamento da Companhia de Jesus, já que

antes de surgirem os choques decorrentes do cumprimento das cláusulas daquele Tratado, e sua repercussão no norte do Brasil, continuavam sendo oferecidas aos da Companhia tôdas as oportunidades para manterem em suas mãos a quase totalidade das posições-chave que lhes diziam respeito no país.

Da resistência oposta pelos Jesuítas de Espanha e do Estado do Grão Pará e Maranhão ao cumprimento do Tratado, decorreram despesas consideráveis para o govêrno de Lisboa que, abso-lutamente, não se encontrava em condições de as fazer; sendo possível, e mesmo provável que então ao mesmo tenha ocorrido a idéia de cobrar dos co-responsáveis por aquelas despesas, parte das mesmas, o que, de certo modo, se deu no decorrer dos anos que se seguiram àquelas lutas do sul e aos seus manifestos reflexos verificados nas regiões do Grão Pará e Maranhão.

Apreciando-se com a devida atenção o desenrolar dos acontecimentos então havidos naquela ocasião e os havidos em consequência do terremoto de Lisboa, nota-se que faltaram aos da Companhia de Jesus finura e percepção para sentirem que, naqueles momentos, a situação financeira de Portugal, sendo mais que precária, impunha-se darem-lhe solidariedade, mais do que aos seus colegas de Espanha; mas, como não foi esta a sua atitude, e sim a de se conservarem no firme, imprudente e prolongado propósito de reagirem e de se manterem naquela atitude, é claro que disso só males lhes podiam advir dentro de Portugal; a menos que estivessem ainda desta vez, realmente convictos de que sairiam vitoriosos na luta que se dispuseram a travar, com a participação da velha nobreza de Portugal, contra os interesses morais e materiais da coroa, luta que se apresentava como temerária e impatriótica para os filhos da Companhia nascidos em Portugal e no Brasil.

Não lhes bastaram nessa campanha os trunfos de que dispunham no início da mesma : contavam com o auxílio da Rainha-mãe, com o do infante D. Pedro, com o dos meninos da Palhavã, e com o das suas fortes posições de confessores do rei D. José, da rainha, dos príncipes e daquele infante; mas, como naquela ocasião entre a equipe dos Jesuítas que conduzia a questão, nenhum se destacava de forma especial pelo seu saber e talento, conforme se constata pela sua conduta e escritos que nos deixaram, o resultado lhes foi, também por isso, adverso.

A meu ver, nos nove primeiros anos de reinado de D. José, nem particular, nem coletivamente souberam êles se conduzir. E foi isso que se verificou quando vieram a surgir os dois graves acontecimentos havidos aqui no sul e em Lisboa.

Quando se deu o movimento de resistência no Território das Missões, deixaram-se levar pelo impulso instintivo da solidariedade — irmãos de uma mesma ordem religiosa, que se insurgiam contra o cumprimento de um Tratado que a eles não cabia discutir nem impugnar, e muito menos aos de Portugal, já que no referido Tratado nada havia que pudesse comprometer os interesses da Companhia de que eram parte.

Como em casos dessa natureza o uso da razão se perde, ao se dar o terremoto de Lisboa em 1 de novembro de 1755, em vez de se abrandarem os mútuos acerbamentos surgidos com as notícias chegadas do sul e da Amazônia, o contrário disso foi o que se deu; mais se acirraram os ânimos de parte a parte, não só porque o acontecido vinha concorrer para piorar consideravelmente os graves problemas econômicos e financeiros da nação, como ainda os insensos à ação que vinha desenvolvendo o gabinete dirigido pelo futuro Marquês de Pombal, servindo-se da triste e vesânica figura do padre Malagrida, iam concorrendo para tornar cada vez mais grave o abismo que se formava entre as duas correntes de opinião vigentes, isto é, entre a do rei e seu gabinete de um lado, e os da Companhia de Jesus e a velha nobreza de Portugal, do outro.

Em momento de tamanha gravidade o mínimo que se podia em sua consciência esperar dos que rodeavam na corte e nos confessionários a família real, seria que tivessem a compreensão de com ela se solidarizarem intensamente, mas, ao contrário disso, o que se viu foi haver o propósito deliberado de sua parte, de se aproveitarem da confusão reinante para conseguirem livrar o rei da triste posição em que se encontrava de ter à testa do seu gabinete um homem que insistia em querer forçar os demais ao trabalho para, por essa forma, tirar o país da situação de deprimência em que se encontrava, sobretudo, perante as demais nações civilizadas da Europa.

A LEI DE 3 DE SETEMBRO

Do entrechoque dessas tendências e dessas opiniões nasceria, fatalmente, sem cura e sem remédio, o choque jesuíto-pombalino que, com o correr do tempo, foi-se agravando até o ponto de arrebentar pelo lado que inicialmente era tido como o dos mais fortes.

Com a publicação da lei de 3 de setembro de 1759, veio a debacle. Ter-se-ia sentido então passar como que um furacão por todos os pontos do reino e seus domínios.

A solidariedade prestada pelos Jesuítas do Grão Pará e do Maranhão aos seus irmãos do Prata e do Paraguai, deve ter sido

bem mais forte do que a por elles então recebida dos seus colegas da Bahia e do Rio de Janeiro; e tudo leva a crer que, no caso e na questão, mais de 90% das culpas e da derrota teriam cabido aos Jesuítas do Grão Pará, Maranhão e Lisboa, e quase nenhuma aos da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

As normas de ação punitiva e educativa empregadas amplamente pelos Jesuítas no Território das Missões, explicam também de forma clara o aparecimento dos fenômenos sociais surgidos mais tarde no próprio Paraguai e na República Argentina.

No Paraguai, caracterizado pelo êxito de seu movimento independentista a partir de 1811, consubstanciado na pessoa de seu primeiro ditador, avô de Solano Lopez; e na Argentina, na de Rozas, nascido em Yapeju e, portanto, em plena região missioneira.

A meu ver, e certamente na de muitos outros, a conduta que tiveram em relação aos povos que se sujeitaram à sua formação ditatorial, oferece-nos a pura cópia das normas de conduta adotadas pelos famosos educadores das Missões do Paraguai em relação aos índios, sempre educados a chicote e por elles defendidos contra a ação moralmente demolidora dos espanhóis, vassallos do rei.

Foi êsse regime, altamente elogiado por muitos, que preparou os homens de determinadas regiões da América do Sul, para servirem de pasto às intrujices dos seus dominadores que, finalmente, vieram a desaparecer nos embates de 1852: Rozas, e de 1870: Solano Lopez; e como tal não acontecer com semelhantes povos, se, pelo próprio relato dos padres da região missioneira, se constata que o máximo das emoções por elles sentidas se dava quando, em um mesmo dia, tinham tido oportunidade de encaminhar para o céu as almas de muitas criancinhas, e tido ao mesmo tempo a seus pés aquêles que lhes vinham render graças pelo bem recebido por meio de tantas chibatadas que lhes haviam sido impostas, como que imbuídos do bem muito conhecido da auto-flagelação?

Não teriam certamente sido só estas as causas pelas quais, em plena segunda metade do Século XVIII surgiu a lei de 3 de setembro de 1759.

DOCUMENTOS

RIO DA PRATA EM 1845 : ROSAS

Nota — O capitão-de-mar-e-guerra Pedro Ferreira de Oliveira, comandante da divisão naval brasileira, estêve em 1845 em Buenos Aires. Dali enviou às nossas altas autoridades navais, dois officios *reservados* de 10 de setembro a 30 de outubro — descrevendo a situação argentina. Guardados nos «documentos navais» do Ministério da Marinha — pertencem à coleção que dali passou para o arquivo do Instituto Histórico.

Divulgados êsses dois interessantes «ofícios» acreditamos que estamos prestando serviço às letras históricas — pelo depoimento curioso sôbre a situação argentina de um século atrás — C.D.R.

Documentos Navais

1 — Illm.^o e Exm.^o Sr.

Tenho a honra de participar a V. Ex.^a que no dia 1.^o do corrente seguiu para essa Corte a Corveta *Euterpe*, pela qual participei o que havia ocorrido até aquele dia. No dia 2 chegou naquelle porto a noticia de que o Governo de Buenos Ayres tinha prohibido as communicações dos Navios de guerra Inglezes, e Francezes, com os portos da Confederação, e que havia huã grande efervescencia popular contra os Extrangeiros n'aquella Cidade, e por isso segui para este porto abordo da Corveta *União* no dia 3 aonde cheguei no dia 5, tendo antes encontrado com o Brigue Escuna *Olinda* que seguia de Buenos Ayres para a Colonia, por ali chegado a noticia da tomada d'aquella Praça, e terem sofrido muito as propriedades dos Extrangeiros ali residentes, com o saque que derão as forças que desembarcaraõ, e

LATA XVI — PASTA OFF. RESERV. DO MINISTÉRIO DA MARINHA — 1845

porisso ordenei ao Commandante do dito Brigue Escuna que cazo tivesse soffrido alguma propriedade Brasileira, fizesse as necessarias reclamaçoens aos Almirante Inglez, e Francez, e prestasse os devidos auxilios aos Brasileiros que por ventura ali existissem, devendo regressar a Buenos-Ayres, aonde me encontraria, para dar-me as informaçoens que podesse colher, não só sobre este objeto como sobre os movimentos, e successos dos beligerantes. No dia 31 de agosto foi occupada a praça da Colonia pelas forças Inglezas, Francezas, e Orientaes que havião partido de Montevideo com os Almirantes, conforme participei em mee Officio remetido pela *Euterge*. Consta que se fez sobre a praça mais de 500 tiros, e lançaraõ algumas bombas, mas que não lhe foi respondido com hum só tiro de terra, e que, quando desembarcaraõ, acharaõ a praça evacuada mas apezar disto foraõ todas as portas arrombadas, e saqueadas sem excepção das de subditos Inglezes e Francezes, no que me parece haver exageração, e porisso aguardo pela chegada do *Olinda* para ter noticias exactas.

Encontrei Buenos Ayres no socego que lhe he proprio e inherente ao seo sistema de governo de terror; e até hoje nada tem soffrido os Extrangeiros aqui residentes, nem mesmo sofreraõ, em quanto Rozas nutrir as esperanças dereceber reparação dos agravos dos Ministros Mediadores, porquanto está persuadido que os referidos Ministros tem ultrapassado das instruçoens dos seus governos, edo para oque estavaõ authorisados.

Quando desembarquei achei no lugar em que saltei o Capitão do Porto, quehe hum dos Chêffes da sociedade «Masorca», ede ahi me acompanhou até aCapitania, fazendo-me de sua parte, e do Governo todos os offerecimentos possiveis.

No mesmo dia fui visitar o Ministro das Relaçoens Exteriores Arana que me recebeu, etoda asua familia com muitos obzequios, e nessa occasião falou sobre os negocios do dia contando-me tudo que havia passado nas conferencias com os Ministros Ingles, e Francez, o que pouco difere do que tem relatado as Gazetas que enviei a V. Ex.^a, sendo somente digno de notar-se o dizer-me que o Baraõ Deffaudis apresentou-se sempre como Cavalheiro, por que so duas vezes conferenciaraõ, elogo com franqueza lhe disse o que pretendia; porem que quanto a Ouseley portou-se sempre como Pilatos, por que tratava huma couza com oGoverno Argentino e outra com Deffaudis, e afinal nada cumpro, atraçoando a todos com a maior estupidez, e grosseria possivel. Quanto ao Governo do Brasil, mostrou-se saptisfeito e esperançado em que não seria indifferente as violencias de duas Naçoens Europeas contra huã unica Americana, visinha, e cujos

interesses se achão ligados mui deperto com os do Imperio, pelo que não podiaõ deixar de haver reciprocas sympathias entre os Governos, e povo das duas Naçoens, e a estes cumprimentos respondi convenientemente não comprometendo em cauza alguma a marcha futura do Governo, só sim refferindo-me aos bons desejos de paz, e amisade da parte do meo Governo, e de todos os Brasileiros, e o quanto anhelavamos ver restabellecida a paz, e a prosperidade em todos os Estados, nossos visinhos, pois que também nisso muito ganhavaõ os interesses dos subditos do Imperio.

Pelo que tenho visto e me tem informado o nosso Consul, que aqui he muito bemquisto, são hoje neste Estado mui bem tratados os Brasileiros, e nada ha areceiar no futuro, em quanto nos conservarmos alheios á intervençaõ.

Conforme o costume adoptado por todos os Diplomatas, e Chefes que aqui aportaõ, fui apresentado pelo nosso Consul á filha do Governador, que me recebeu, e ao meo Ajudante d'Ordens com a delicadeza, eobsequios dificeis de se exprimir, a qual não perdeu hum só momento em que podesse mostrar sua predilecçaõ pelos Brasileiros; admira com effeito como em vista dos successos, e regimen deste paiz, se tem formado huma Diplomatica de tal ordem, e tão perigoza aos incautos. Nesta mesma occasião entrou o Encarregado de Negocios Francez Mr. De Mareiul que he constante, quazi todas as noites, na sociedade da filha de Rozas, aonde observei ser tratado com o maior agrado possivel, deforma que ninguem julgaria pelas apparencias haver o menor recentimento contra os Francezes, o que está de accordo com o que me disse Arana, de que o Governo Argentino separava completamente as offensas dos Governos, da Nacionalidade, e igualmente as offensas de seos empregados nada influirão nas relaçoens de amizade para com os Governos e seos subditos, e que por isso, attendendo a que o actual Encarregado de Negocios da França morava em lugar retirado da Cidade, exigio que quando se retirasse para a Chacara em que mora o fizesse sempre com dous empregados da Policia, para o acompanhar na ida, e volta afim de evitar alguã malignidade da parte dos inimigos da honra e bons sentimentos do Governo Argentino, o que foi acceito pelo dito Encarregado de Negocios, e está em execução.

Julgo conveniente remeter a V. Ex.^a o diario incluso em que se acha exarado o Decreto relativo ao prazo do deposito dos generos de reexportação que foi alongado até hum anno, o que he de muito interesse para o nosso Commercio, mas supponho que este favor foi huã prevençaõ de Rozas para abastecer o seo mercado com grandes depositos, antes do estabellecimento do

bloqueio, que receia da parte dos Inglezes, e Francezes. Hoje faço partir para a Colonia o Brigue *Capiberibe* a levar mantimentos ao *Olinda* que ali se acha.

Deos Guarde a V. Ex.^a

Bordo da Corveta *União* surta em Buenos Ayres. 10 de Setembro de 1845.

Illm.^o e Exm.^o Snr. Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante d'Albuquerque --- Ministro e Secretario de Estado da Marinha.

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Capt. de M^r e G^r Comd. de Divisaõ

2 — DOCUMENTO OFICIAL

¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!
¡MUERAN LOS SALVAJES UNITARIOS!

Departamento de Hacienda

Buenos Aires, Septiembre 3 de 1845

Año 36 de la Libertad, 30 de la Independ. y 16 de la Confederacion Argentina --- Considerando el actual estado de guerra, el Gobierno ha acordado, y decreta.

Art. 1.^o --- Por ahora, y hasta nueva resolucion, los buques procedentes de ultramar, y que no estuviesen comprendidos en el Decreto de trece de Febrero ultimo, podran depositar sus cargamentos.

2.^o --- No son comprendidos en el depósito los líquidos.

3.^o --- El depósito será permitido por el término de un año, dentro del cual podrán los dueños ó consignatarios de dichos cargamentos despachar el todo, ó parte de ellos conforme á la Ley, decretos y Reglamentos de Aduana.

4.^o --- Los cargamentos depositados, en el caso de no ser despachados para la Plaza, pagarán un dos por ciento de depósito, aun quando no hubiesen estado depositados el año.

5.º — Dentro del año de depósito podrán ser reexportados en el todo ó parte para el exterior pagando el derecho de depósito.

6.º — Vencido el año del depósito, los dueños ó consignatarios serán obligados á despacharlos para la Plaza, pagando los derechos conforme á la Ley de Aduana sin ninguno por depósito.

7.º — Cuando fuere revocado este Decreto los cargamentos depositados conforme á él, continuarán gozando del depósito segun lo dispuesto por los artículos anteriores.

8.º — Comuníquese, publíquese, é insértese en el Registro Oficial

ROSAS

MANUEL INRIARTE

Diario de La Tarde. — Num. 4.192 — Buenos Aires, Jueves 4 de Setiembre de 1845.

Documentos Navais

Lata XVI — Pasta Off. reservados do Ministério da Marinha — 1845.

N. 40 — Reservado.

Respondido em 10 9bro de 1845.

3 — Illm.º e Exm.º Snr.

Quando cheguei a Buenos Ayres encontrei todos os Brasileiros amedrontados pelos receios do futuro procedimento do Governo de Rozas em consequencia da intervenção Anglo-Franceza, e não havendo ali, a muito, Diplomata Brasileiro, julguei fazer bom serviço relacionando-me com as pessoas influentes do paiz, e Diplomatas Extrangeiros tanto quanto fosse possível para poder fazer juizo da politica d'aquelle Governo, seo estado de segurança e garantias com que podiaõ contar os Brasileiros ali residentes, mas os resultados dos meos projectos chegaraõ alem do que esperava porque tive comunicação pessoal com o Governador, sem eu a solicitar, conforme passo a expor. Em meu officio n. 37 de 10 do corrente datado de Buenos Ayres participei a V. Ex.ª que conforme o costume d'aquelle paiz, e em pratica por todos os Chefes Extrangeiros, e Diplomatas que ali chegaõ, havia visitado o Ministro das Relaçoes Exteriores, e á filha do Governador, porem, como o officio ia por embarcação mercante, não julguei prudente aventurar tudo quanto observei o que agora faço.

Arana conforme disse em o citado officio repetiu tudo quanto a Gazeta tem publicado, affectou huã coragem decidida em resistir a todas as pretençoens Inglezas, e Francezas, e confiança no bom resultado final desta politica firme, mas com quanto na sua conversação mostrasse alguma instrucção, demonstrou ter herdado superabundante fatoridade de seos avós Hespanhoes, e fraca convicção do que expendia não só a respeito da questão da intervenção, como dos seos bons sentimentos de amizade para com os Brasileiros.

A filha do Governador conforme disse no meo citado officio recebeu-me com os maiores obzequios, e distincçoens possiveis, e ao Consul. e meo Ajudante d'Ordens, no que era ajudado pelas Senhoras que fazem a sua Sociedade, entre as quaes se distingue hua tia, irmã de Rozas, mais moça que a Sobrinha, de formosura pouco vulgar, e espirito agudissimo, mulher do General Mansilha, e que, segundo observei, senão tem bastante influencia nos negocios, pelo menos he hum instrumento dos muitos que se serve Rozas para chegar a seos fins. Depois de versar a conversação sobre as futilidades de taes sociedades, em que a filha, e irmã do Governador não perderaõ occasiaõ de mostrar sua predilecção pelos Brasileiros, mandou que hua de suas companheiras fosse tocar, e cantar, e em seguida foi ella mesma, mas quando se veio assentar, a tia lhe pediu que cantasse alguma modinha Brasileira, no que respondeu que já havia muito que não cantava neste idioma, mas que ia estudar duas modinhas Brasileiras para a cantar, cazo eu lhe fizesse o obsequio de tornar avisital-a na noite seguinte; consequentemente fiquei comprometido a volver para receber este obzequio, em cuja occasiaõ encontrei a Sociedade mais numerosa que a antecedente, e tambem o Encarregado de Negocios de França M. de Mareiul, saptistez a sua promessa a filha do Governador, cantando as modinhas Brasileiras, mas nessa noite falou-me muito de seo Pai, lamentando a vida trabalhosa que passava, a qual não tinha hum instante para se distrair, e já me falou em politica, queixando-se das injustiças dos Inglezes e Francezes, e afinal deu-me hum remalhete de flores, dizendo-me que as flores eraõ do seo jardim, e em seguida manifestou quanto a entretinha a cultura do seo jardim, acabando por convidar-me para o ver no outro dia, bem como o seo Mirador, que tinha hum excellente golpe de vista e d'onde se descubria toda a Cidade, e por isso sahi eu outra vez de Caza de Rozas, comprometido a volver no outro dia, ao meio dia, persuadido completamente de que tudo isto se operava por ordem d'elle, e que elle se servia tambem das Senhoras na politica do seo sistema de Governo.

Voltei no outro dia, com o Consul, e o meo Ajudante d'Ordem, então disse-me a filha do Governador que quazi se tinha visto comprometida no seo convite, porque seo Pai, sem ella saber, tinha destinado partir para Palermo naquella manhã, e que nunca a deixava na Cidade; mas que, dizendo-lhe ella que me tinha convidado, instou para que ficasse afim de receber a visita, o que muito agradei; fomos ver o jardim, e o Mirador, e, quando me despedi, disse-me que ia para a sua quinta de Palermo, passar huns dias, e que esperava que eu não me retirasse de Buenos-Ayres sem ir fazer-lhe huma visita, ao que escusei-me, dando muitas desculpas, e fazendo desde logo as minhas despedidas. No outro dia fui despedir-me da Sr.^a Mansilha, que tambem em caza de Rozas teve arte bastante para comprometer-me a ir visital-a, e nessa occazião disse-me que sua Sobrinha havia de ter muito sentimento em eu me retirar, sem me despedir della em Palermo, e que por isso estava para me mandar hum convite, para ir dar hum passeio a Palermo com ella, no seo carro, aonde havia assento para mais dous Officiaes de Marinha que eu quizesse convidar; e que esperava eu fizesse este sacrificio em atenção ao que fez o Governador de deixar sua filha na Cidade, de quem nunca se separava, afim d'ella baptisfazer o convite que me tinha feito, então conhecendo eu que tudo isto se dirigia a ter o Governador hua entrevista comigo em Palermo, lugar em que se faz visivel aos seos amigos; aceitei o convite porque na verdade desejava conhecer a Rozas, e porisso ficou o passeio para a tarde do dia seguinte em que com o meo Ajudante d'Ordens, e o Comandante de Corveta *União*, a dita Senhora, e hua Sobrinha fomos no seo carro para Palermo; a meio caminho encontramos a Caleça do Governador puchada a seis cavallo, á nossa espera, para a qual passamos. Quando chegamos á quinta, veio nos receber a filha do Governador com as suas amigas; e a pouca distancia estava elle com os trabalhadores da quinta formados, e elle mesmo ensinando o exercicio de recrutar de infantaria; então sabendo eu que era elle, quem ali estava dirigi-me com os Officiaes que me acompanhavaõ a cumprimental-o; o que, percebido por elle, largou o exercicio, e veio ter connosco; a filha apresentou-me, e recebeu-me com amabilidade, dizendo depois á filha que com as outras Senhoras, me fosse mostrar a quinta, de cujo passeio volvemos ás trindades; pouco depois de estarmos na Sala, appareceu elle e fazendo-me varios cumprimentos, disse-me que eu lhe devia huã divida grande, pois que, tendo-lhe sua filha dito que me tinha convidado para ver o seo jardim, não tinha querido que ella viesse para Palermo, sem baptisfazer ao seo compromisso; e que, desde que sua Mãe tinha morrido, era a primeira vez que elle a deixava na Cidade,

porem como ella lhe tinha dito que eu tinha tambem hua filha, esperava, que eu lhe retribuísse com iguaes obsequios, cazo elle alguma vez fosse ao Rio de Janeiro, ao que respondi que reconhecia a grande honra, e obsequios que me tinha feito, o que muito agradecia, mas que me ficava o sentimento de me não poder desonerar desta divida, pela forma que me indicava, por julgar hum impossivel vel-o no Rio de Janeiro, ao que respondeu que neste mundo nada era impossivel; depois versou a conversação sobre objectos de pouco interesse, até que, tratando-se dos productos do paiz, e sua agricultura lamentou o estado de ruina em que se achava na Confederação, e as grandes difficuldades com que lutava devido isto a extinção da escravatura, mal este de que era cauza a ambição, e egoismo dos Inglezes para assim estabelecer o seo dominio, e preponderancia moral, e fisica em toda a America, pois que senão se tivesse extinguido a escravatura na Confederação, elle hoje poderia por em armas cem mil homens, para lhe fazer frente, demorou-se bastante em demonstrar a conveniencia do cruzamento das raças, e o quanto isto era favoravel, ao augmento da força fisica do paiz, que tinha escravatura, por ser da onde com facilidade se tiravaõ os bons soldados, para resistirem ás agressoens estrangeiras, sobre o qual objecto muito estimaria que o Brasil se aproveitasse da lição que lhe apresentavaõ os Estados d'America do Sul, para se não deixar illudir pela politica traiçoeira da Inglaterra; depois passou a fallar sobre a politica Franceza, e ambição de conquista desta Nação, despertada pelos zelos da prosperidade, e preponderancia da Inglaterra, relatou-me todas as circumstancias da questão que originou obloqueio passado da França; então a filha convidou as outras Senhoras, e os Officiaes, que me acompanhavaõ, para passarem a outra salla, ficando eu somente com o Governador, o qual continuou dizendo que os Governos d'America não tinhaõ comprehendido ainda bem o seo tratado com o Almirante Mokau, com especialidade o artigo em que concedeu à França o direito ato dos favores concedidos a qualquer outra Nação, sendo exceptuados desta regra os favores concedidos ás Naçoens Americanas do Equador para o Sul, ficando assim excluido desta exempção os Estados Unidos, cujo Governo sempre se tinha portado nas questoens Americanas com mais egoismo do que os mesmos Europeos, e que porisso julgou necessario excluil-o, para o fazer sentir, e despertar da politica até então seguida, e que a isto se deve em parte o ter cambiado o Governo dos Estados Unidos sua politica ante nós, para a que presente-mente está seguindo; depois de descorrer largamente sobre o estado da França no que diz respeito á pouca estabilidade do seo Governo, e do sistema representativo, hoje em voga na Eu-

ropa, contra o qual se pronunciou francamente, dizendo que esperava que antes de seis annos a França, se acharia envolvida em huma conflagração geral, e com ella toda a Europa; que nos Governos representativos os Ministros em lugar de se empregarem no bem do paiz, todo o tempo lhe era pouco para se defenderem das acusaçoens das opposiçoens, das calumnias da imprensa, e das conspiraçoens creadas pelas sociedades secretas; que eraõ Governos em que não havia unidade pela forma porque eraõ organisados os Ministerios, e os Conselhos de Estado, e não havia segredo porque os Deputados tinhaõ a liberdade de chamarem os Ministros à Camara, interpelal-os sobre o que bem lhes parecia, e que ainda que estes guardassem a maior reserva, os Deputados publicavaõ, e discutiaõ negocios de segredo, e transformavaõ negociacioens de maior interesse, porque pela sua influencia soberana invadiaõ, e penetravaõ todas as repartiçoens, e mesmo os gabinetes dos Ministros, que a isto devia o quando chegou a Buenos Ayres o Almirante Mokau para com elle tratar, já ter antecedentemente em sua mão a copia das suas instruçãoens, em que se lhe ordenava que fizesse o tratado de paz, a todo o custo; que por estes motivos tinha quitado o irem seos Ministros á Sallia dos Representantes responderem a interpellacioens, e tinha feito conter os escriptores sobre a propalação de ideias subversivas, de que só resultavaõ males a ordem, e tranquillidade do paiz, sendo o maior serviço que tinha feito á Republica o ter feito desaparecer a influencia dos Doutores que até entãõ só serviaõ para enredar o paiz e viver a custa de meia dúzia de palavras ornadas de figuras de Rethorica, que moviaõ, e abalavaõ os espiritos da população ignorante, e incauta. Durante o tempo em que esteve expendendo estas ideias, algumas observaçoens lhe fiz em contrario, e percebendo que com quanto Rozas, em tudo se referisse aos sistemas do Governo da Inglaterra, e com especialidade ao da França, tinha em vista ferir o do Brasil: disse lhe que me permitisse ponderar-lhe que talvez estivesse illudido em muitos pontos sobre a ideia que fazia do sistema do Governo Monarchico Representativo, que as belezas, e conveniencias deste sistema não se podiaõ bem comprehender senaõ pertencendo a huã Nação ja constituida e no gozo deste sistema, por alguns annos, para assim poder ajuizar de como neste sistema se forma o equilibrio Governativo, e dos partidos de cujo choque das suas forças e opinioens contrarias resulta a opiniaõ verdadeira, que faz conter nos seos verdadeiros limites da Lei os Governantes, e Governador, sendo ainda mais admiravel o como se opera milagrosamente a passagem de hua grande crise Nacional para o de perfeita paz, pelas attribuiçoens que tem o Monarcha, e que sempre se conserva excentrico dos partidos, e ao seo castelo não chegaõ os tiros da ambição, e das paixões;

que eu não era instruído nestas materias, nem mesmo me tinha dado ao trabalho de estudar o que se passava nas Nações Estrangeiras, mas, pelo que observava no meu paiz, me persuadia que o Governador encarava os males do sistema Representativo Monarchico, somente pelo lado mau, pois que quem ler os periodicos da opposição no Brasil, e não tivesse uma idea perfeita do que são as opposições nestes Governos, deveria considerar o Brasil em hum estado mui precario, e proximo a huã completa conflagração, no entanto que nunca tinha estado em melhores circumstancias, nem apresentado hum futuro mais solido, e lisongeiro, que agora; que todavia eu bem conhecia que o Nosso Imperador não se achava nas circumstancias dos mais Monarchas, porque alem de ser o Principe que actualmente se conhece que na sua idade possui mais instrução, e virtudes, tinha subido ao trono cercado de muitas circumstancias felizes para elle e os Brasileiros, pois que alem da legalidade que lhe deraõ a Presença do prestigio da realza de Seos Avós, e a Constituição do Imperio, acrescia o ter sido entregue á fidelidade dos Brasileiros, durante a sua menoridade, sendo educado pelos mesmos, que o consideraõ alem de seo Monarcha o primeiro filho da Nação: que as revoluções que em diferentes epochas apparecerã nas Provincias, longe de ter sido hum mal, dellas haviaõ resultado muitos bens, porque a experiencia tinha feito conhecer aos Brasileiros os males que se soffrem com as revoluções, e as illuzões das liberdades de que lhe falavaõ os Patriotas exaltados, ficando assim na imaginação, e coração de todos os Brasileiros resolvido o problema deque só o Governo Monarchico Representativo melhor Convinha ao Brasil; então perguntou-me se eu sempre me tinha dedicado á carreira de Marinha, respondi lhe que sim, e que por isso lhe pedia desculpa de se porventura tivesse faltado a alguma das regras diplomaticas, pela franqueza com que me tinha exprimido, respondeu-me que pelo contrario, tinha gostado muito de me ouvir, e que sempre tinha gostado muito de conversar com os Militares do que com os Diplomatas; por que qualquer destes no meu lugar teria aprovado tudo quanto elle havia dito, sentindo o contrario; que sempre tinha sido partidario da franqueza, e que por isso não podia deixar de ser meu Amigo, que muito estimaria que o actual Ministerio do Imperador estivesse nas mesmas ideas Americanas que eu, pois que o meu procedimento com o Almirante Inglez, nas contestações do bloqueio de Maldonado me faziaõ bastante honra, e mostravaõ os meus sentimentos Americanos, ao que respondi que eu só obrava nestes objectos, conforme as Ordens do meu Governo, guardando em todos os meus actos a mais restricta neutralidade sobre as questões que se debatião no Rio da Prata; que quanto a sentimentos Americanos me presava de os possuir em subido grau, mas que os mesmos sentimentos se não podiaõ negar aos membros do Mi-

nisterio actual do Brasil, nem mesmo aos tranzactos; que eu não estava ao facto das questões pendentes entre o meo Governo, e o da Confederação, pois que não era da minha competencia, porem que, pelo que tem apparecido a publico, estava persuadido de que em todas as epochas, o Governo do Brasil tem mostrado sentimentos Americanos, nos desejos que tem mostrado em estabelecer tratados de amizade, e interesses reciprocos com a Confederação, e os mais Estados Americanos; no entanto que tem resistido a todos os esforços das Nações Europeas com especialidade a Inglaterra; mas que estes bons sentimentos não tem sido correspondidos pelos ditos Estados, conforme era de esperar; ao que respondeu que o Governo da Confederação sempre nutrio os mesmos sentimentos, mas que sempre encontrou difficuldade no Gabinete Brasileiro, talvez devido ao sistema de sua organisação, e pouca permanencia; que tinha as milhores esperanças no actual Gabinete, mas que apesar disso Guido se tinha visto na precisaõ de pedir os seus passaportes, por se não ter annuido a justas reclamações; eu respondi que, conforme já tinha dito, estava alheio a estas questões, mas que pelo que sabia a respeito da questão da Independencia do Paraguay, e satisfacões exigidas sobre a conducta do Diplomata Brasileiro, me parecia que a razão estava completamente da nossa parte e que o Governo Argentino fazia exigencias que não podiaõ ser satisfeitas, sem quebra de justiça, e dignidade do Governo Imperial; então foi interrompida a conversação pela filha do Governador a qual me convidou a passar a outra Sala para tomar chá, eo Governador se disculpou em me não acompanhar, porque não gostava de chá; depois que se acabou isto, viemos todos para a primeira Sala, aonde tornou a apparecer Rozas, e até as onze horas e meia se passou o tempo tocando, e cantando as Senhoras, e continuando sempre o Governador, e sua familia a obsequiar-nos, até que na despedida me acompanhou ao Coche, e disse-me que ficava sendo muito meo Amigo, e que muito desejava que o occupasse em qualquer coiza, pois podia contar que immediatamente seria servido.

Rozas em seo trato obzequiador apresenta-se com as maneiras de hum homem do Campo, pouco polido, e alheio as delicadezas da Sociedade, porem quando trata de politica, apresenta-se como homem penetrante, muito sagaz, vontade firme, e amante das instruções absolutas.

Pelo que pude observar, em Buenos Ayres a força do seo Governo e seo prestigio funda-se na popularidade de que goza nas maças brutas do povo, cuja ignorancia illude favorecendo suas paixões, e interesses, de entre os quaes tem elevado e enriquecido muitos, comprometendo os mais illustrados do seo partido nos crimes, e violencias das medidas Governativas de que precisa para se sustentar; a estes individuos he que dá os Governos das Pro-

vincias, eo mando das forças militares, fazendo assim depender a conservação da fortuna, e vida destas notabilidades, da conservação do poder na sua mão, e porisso tem nestes individuos fidelidade, e obediencia fanatica pela sua pessoa, de cuja gente tambem he composta a intitulada Salla dos Representantes que sempre he reeleita unanimemente nas eleições que se finge proceder; em **minha** opiniaõ he homem que entende serem todos os meios licitos para chegar a seos fins.

Visitei o Ministro Americano o qual mostrou-se fanatico pela cauzas de Rozas, e inimigo capital dos Ingleses; ocupou o espaço de duas horas em declarar se contra asua politica, e mostrar em todos os documentos que possuia relativos as negociaçoens, entre estes, eos Argentinos, sendo dignos de especial menção duas cartas de Ouseley, annuindo a que elle assistisse as conferencias, o que presentemente nega ter existido; mostrou-me o esboço do protesto com que tencionava responder a intimação do bloqueio de Buenos-Ayres, que elle não reconheceria, fundando seo protesto nos **mesmos** principios, e razoes que deraõ os Ingleses para não reconhecerem obloqueio Argentino sobre Montevideo do que espero breve copia.

Pareceu-me homem de instrução, porem alem de fanatico em materias religiosas; he hum pouco fascinado com theorias politicas puramente ideaes, encarando os homens eas coizas deste Mundo somente como melhor seriaõ, e não como na realidade saõ.

Fui muito procurado, eobzequiado pelo Encarregado de Negocios de Portugal, este Agente Diplomatico não tem a instrução necessaria para hum tal emprego nem a caixa de Diplomata para **guardar** aposição de neutra., em questoes que nada interessão á sua Nação, está idemptificado com a cauza de Rozas, segue as opinioens do Americano e tambem protesta contra obloqueio.

Communiquei o Diplomata da Bolivia, não he affecto a Rozas, esseo sistema de governar, mostra predileção e interesse nas relações de sua Nação para com o Brazil, e assegura serem estes os sentimentos de seo Governo, he ainda moço e pareceu-me bastante atilado, sua conversação interessa.

O Encarregado da França Mr. de Mareuil he ainda moço, e de presença emaneiras agradaveis, está identificado com a sociedade da familia de Rozas, e porisso tambem com seos interesses, e consequentemente em divergencias com as opinioens dos Ministros interventores, e por essa cauza segue para o Rio de Janeiro para de la seguir a França do que muito espera Rozas em seo favor.

M. Bool Encarregado de Negocios interiores da Inglaterra **tambem** ovi pronunciar-se contra oestabellecimento do bloqueio em Buenos Ayres, por consideal-o não proficuo ao resultado da **missão** dos Ministros interventores, e sim mui prejudicial aos inte-

resses commerciaes Inglezes, disse-me que pretendia seguir directamente para Inglaterra, e consta-me que estava de acordo com Rosas porem aminha vista portou-se com reserva aeste respeito.

O General Lopes que tinha invadido Santa Fé foi completamente derrotado por Echague escapando-se para Corrientes.

Urquiza acha-se com oseo exercito, seguindo as ultimas noticias nas imediaçoens do Salto no Uruguay tratando de passar para asua Provincia de Entre Rios, oseo exercito, para onde tambem tratava de passar de Santa Fé, Echague as forças do seo mando afim de fazerem junção com as de Garção, e invadirem Corrientes, o que se efectivarem como há toda a probabilidade em difficeis circumstancias ficava collocado Para ultimo Chefe Unitario que ainda existe em Campo com forças contra Rozas.

Oribe continua a conservar-se no Cerrito fazendo as mesmas incursoens e tiroteios sobre a praça sem resultado; todo oseo empenho presentemente he transformar a guerra até agora civil, em guerra Nacional contra a opressão estrangeira no que tem colhido algum resultado; em verdade na praça ha muitos poucos nacionaes empregados na sua defeza. Em Buenos-Ayres os Brasileiros ali residentes ficaraõ desassombrados do terror de que se achavaõ possuidos em vista dos obsequios que me fez o Governador, e as mais authoridades do paiz que não menciono para não ser mais extenso.

Taes são as noticias que por agora me pareceraõ convenientes levar ao conhecimento de V. Ex^a se tiver sido minucioso demais deve ser isto attribuido ao desejo que tenho de que V. Ex^a esteja completamente ao facto de tudo que posso colher, e observo.

Deos Guarde a V. Ex^a.

Bordo da Corveta Dous de Julho em Montevideo 30 de Outubro de 1845.

Ilmo. e Exmo. Snr. Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante de Albuquerque Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha.

Pedro Ferreira de Oliveira

Capt. de M^o e G. Comd^{te} de Divizaõ

UM «ROTEIRO» DO BRASIL DE FINS DO SÉCULO XVI (*)

HELIO VIANNA

Em 1907, pesquisando na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ali encontrou o Sr. Norival de Freitas um códice anônimo, intitulado *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil, desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Sumariamente o descreveu em «Relatório» apresentado àquela entidade e publicado em sua *Revista*, tomo LXX, parte II, do referido ano. vol. 116, págs. 875-876 e 879-880.

Ai também pela primeira vez reproduziu, embora não em *fac-simile*, três dos treze mapas contidos no *Roteiro*. São os que se referem à baía do Rio de Janeiro, à costa da ponta do Marambaia à ilha Monte de Trigo (litoral hoje fluminense e paulista), às ilhas de São Vicente, Santo Amaro e vizinhanças (no atual Estado de São Paulo).

E' o primeiro dêsses mapas de grande importância para o início da história do Rio de Janeiro, inclusive pela localização da chamada «Cidade Velha» no morro Cara de Cão, à entrada da barra guanabarina, e da «Cidade de S. Sebastião» no morro do Castelo. Isto mesmo salientou, em crônica datada de 5 de agosto de 1907, publicada no jornal *A Notícia*, intitulada «A baía do Rio de Janeiro — Antiga e curiosa carta topográfica», na citada *Revista do Instituto Histórico* transcrita às págs. 876-879 — o insigne sabedor do passado carioca que foi José Vieira Fazenda.

Em 1924, publicando-se no Pôrto o vol. III da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias e comemorativa do centenário da Independência do Brasil, nêle muito bem se reproduziram, em côres, cinco dos treze mapas do *Roteiro*: o maior, desdobrável, da costa sul-americana, desde

(*) Publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 7 de novembro de 1959.

a foz do rio das Amazonas até a Terra do Fogo, contendo as capitanias do Brasil em fins do século XVI; e quatro menores: da vila de Olinda e pôrto do Recife; da baía de Todos os Santos e cidade do Salvador; da baía do Rio de Janeiro; da região da ilha de São Vicente — os dois últimos aqui já citados. Daí reproduzimos os quatro pequenos, em cópias feitas pelo saudoso amigo Joaquim Bezerra de Albuquerque Melo, com pormenorizadas legendas explicativas, em nossos compêndios ginasiais e colegial de *História do Brasil Colonial*, edições de 1945, 1950 e 1952.

Data

Sendo o *Roteiro* obra anônima, a época de sua elaboração pode situar-se no penúltimo decênio do século XVI, à vista de indicações contidas no maior de seus mapas, assim como no que omite. Está nesse caso a falta de dados relativos à conquista da Paraíba, que então se processava.

E note-se um engano contido em sua legenda, onde a cidade real «de São Sebastião no Rio de Janeiro» está erroneamente localizada «na capitania de Pero de Góis», aliás São Tomé. Embora ficasse em terras legalmente pertencentes à capitania hereditária de São Vicente, praticamente já constituía nova capitania da Coroa, por ter sido feita à custa desta, não do titular daquela donataria, a respectiva conquista aos ocupantes franceses.

Outro engano da cartela é a declaração de que a capitania da Bahia de Todos os Santos «foi de Francisco Pereira Reymão» (*sic*, talvez por *Rusticão*, seu apelido), «que morrendo e ficando sem herdeiro» passou à Coroa. Sabe-se, entretanto, que a donataria foi comprada ao filho de Francisco Pereira Coutinho, Manuel Coutinho, por um padrão de juro de 400\$000, a fim de que nela se pudesse instalar, em 1549, o govêrno-geral.

O que dá a época aproximada da confecção do mapa e do próprio *Roteiro* é, porém, a referência naquele expressamente feita aos donatários do tempo, quase todos positivamente do penúltimo decênio da centúria: Francisco Barreto, casado com Isabel de Lima, titular de Itamaracá; Jorge de Albuquerque, 3.º donatário de Pernambuco; Francisco Giraldes, de Ilhéus; o Duque de Aveiro, de Pôrto Seguro; o segundo Vasco Fernandes Coutinho, do Espírito Santo; Lopo de Sousa, 3.º senhor de São Vicente. Engano terá havido na alusão a João de Barros, donatário do Rio Grande, falecido desde 1570, senão também quanto ao hipoteticamente longevo Pero de Góis.

Autoria

Para a questão da autoria, anotou Vieira Fazenda, na mencionada crônica, os pontos de contato, quanto ao mapa da Gua-

nabara, existentes nas indicações dêste *Roteiro* e no contemporâneo *Roteiro Geral com largas informações de tôda a Costa do Brasil* ou *Roteiro Geral da Costa Brasileira*, de Gabriel Soares de Sousa, incluído em sua *Notícia do Brasil* ou *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587. Não chegou, porém, a avançar qualquer afirmação positiva, a respeito.

Em 1935, em sua notável obra *sôbre Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, descreveu o Sr. Armando Cortesão aquêlê códice 51-IV-38 da Biblioteca da Ajuda, o do *Roteiro de todos os sinais*, e aventou a hipótese de que sua autoria coubesse ao cosmógrafo Luís Teixeira, que em tempos do governador do Norte, Luís de Brito de Almeida (1573/1577), teria estado na Bahia de Todos os Santos, tendo a comissão de «ver e emendar a costa do Brasil, o que êle executou sondando e vendo todos os baixos e descobrindo a ilha da Ascensão, de que houve vista» (*op. cit.*, vol. II, págs. 272-274), sendo esta última a nossa ilha da Trindade, que com aquêlê nome aparece no mapa geral do *Roteiro*. Procedia, o códice, da biblioteca do 3.º Conde de Redondo, por D. José I adquirida depois do terremoto de Lisboa, de 1755.

Conteúdo

Em 1946, no *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, de Carlos Alberto Ferreira, trabalho publicado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, incluiu-se, sob número 2.300, o *Roteiro de todos os sinais*.

Indo a Lisboa, em 1951, fomos estudá-lo na Ajuda e então pudemos verificar como será interessante a publicação, não só do respectivo texto, de 33 fôlhas manuscritas, como dos sete mapas que continuam inéditos e que tanto importam ao melhor conhecimento de nossa cartografia histórica. São êles os seguintes, não se mencionando os seis acima citados, mais conhecidos pelas várias reproduções a que também aludimos:

- N.º 2 — Do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, num simples pé de página.
- N.º 4 — De Ilhéus, com a vila de São Jorge e vizinhanças.
- N.º 5 — De Pôrto Seguro, do rio Grande a Urubuguape, com a vila daquele nome, em meia fôlha.
- N.º 6 — Do Espírito Santo, com suas duas vilas, a ilha do mesmo nome e vizinhanças.
- N.º 7 — Do cabo Frio, em rodapé.
- N.º 11 — Da barra do rio da Prata, até o baixo rio Paraná.
- N.º 12 — Do estreito de Magalhães.

Os seis não citados acima aparecem no código na seguinte ordem: N.º 1 — Olinda; N.º 3 — Baía de Todos os Santos; N.º 8 — Baía do Rio de Janeiro; N.º 9 — Do Pão de Açúcar à ilha Monte de Trigo; N.º 10 — São Vicente; N.º 13 — Do rio das Amazonas à Terra do Fogo. Dêste último constam, além das numerosas e predominantes indicações relativas aos acidentes geográficos do litoral, também algumas do interior, tais como o «somidouro», uma interrupção no curso do rio São Francisco, que será a cachoeira de Paulo Afonso, e o «Salto de Gayra», isto é. as Sete Quedas do rio Paraná.

POLÍTICA MONETÁRIA

Nota — A nossa política monetária, de longa data, oferece crises inflacionárias tremendamente perturbadoras da ordem nacional. Da vida do povo, da massa humana nacional... Um dos períodos do passado em que mais se acentuou êsse fenômeno, foi o que resultou, proclamada a *Independência*, de medidas adotadas ainda no tempo de D. João VI. De haver êle mandado *remarcar moedas de prata e cobre* em circulação, acrescendo o respectivo valor nominal, até de cem por cento.

Êsse procedimento do *Govêrno*, foi copiado por particulares, de modo que em 1835, a crise monetária chegou a uma situação estonteante. Não se sabia, de fato, a quanto montava o *meio circulante*.

Foi, então, José Antônio Lisboa, nomeado pelo *Govêrno* para estudar o assunto e propor as medidas correctivas necessárias. Êle agiu com bom conhecimento de causa e suas atividades a tal respeito foram lembradas na sessão comemorativa do centenário de seu falecimento, realizada no I. H. G. B. em 28 de julho de 1950. Os ns. 208 e 213 desta Revista, publicam numerosos e importantes documentos a elas relativas.

Hoje, aqui divulgamos um testemunho de como, então, decorriam os fatos, colhido entre os «Documentos Navais» arquivados no I. H. G. B.

Ver ainda sôbre esta matéria, relatórios do Ministro da Fazenda da época concernente a crise de 1835.

C. D. R.

Guarde-se.

Illmo. e Exmo. Sr.

Tendo S. M. o Imperador Determinado que se remetta para a Bahia a bordo da Fragata Thetis a porção de moeda de cobre que se acha pronta para ser empregada conforme o Decreto de 27

de novembro p. no resgate da moeda falsa que gira naquella Província: dignese V. Exa. de expedir as ordens necessárias para a execução d'aquella imperial ordem, na intelligencia de que a dita porção de cobre se ha de remetter para o Arsenal da Marinha à manhã 21 do corrente.

Deos Gr. a V. Exa. Paço 20 de Dezembro de 1827.

ass. Miguel Calmon du Pin e Alm.^{as}

Sr. Diogo Jorge de Brito.

ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

Comemoração do 121º aniversário da sua fundação

Ao comemorar o 121.º aniversário de sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode ufanar-se da fidelidade, que vem mantendo, no decurso da secular trajetória, aos ideais a que se devotaram seus fundadores.

Embora lhe acertassem as bases da organização em quadra inquieta, quando a década da Regência se avizinhava do crepúsculo, logrou evitar que as dissensões facciosas lhe tumultuassem as atividades.

Quando acolhia novos legionários, não lhes indagava das opiniões políticas, a que era infenso o ambiente de pesquisas históricas, onde poderiam amistosamente conviver os que operassem, lá fora, em campos opostos.

Portas a dentro, esqueciam as suas divergências partidárias, para somente cuidarem de assuntos que lhes fôsem de interesse comum, à luz do patriotismo e das mais sadias tradições nacionais.

Por sorte, antes de findar o primeiro semestre após a inauguração, conseguiu a aproximação do Príncipe, cujo reinado não tardaria a ser auspiciosamente festejado.

Entenderam-se às maravilhas.

No grêmio de investigações históricas, encontraria D. Pedro II vários dos seus professores e dedicados amigos, que lhe estimulavam os anseios culturais.

Não obstante às solicitações dos negócios públicos, em que se empenhava com o máximo desvêlo, destinava boa parte da sua solicitude para o nascente Instituto, de que se tornou merecidamente Protetor.

Concedeu-lhe recursos para os primeiros prêmios, em concurso franqueado aos estudiosos, entre os quais se alistou nada menos que Martius, ao indicar "como se deve escrever a História do Brasil", memória, que iluminou as trilhas para futuros historiadores.

Mercê da sua iniciativa, possui o Instituto cópias valiosas do Arquivo Ultramarino, de Lisboa, e de outras instituições congêneres, obtidas pelos diplomatas, a quem o Governo Imperial incumbia de tais missões.

Afeiçoou-se àquele oásis cultural, florescente em meio das agitações externas, que testemunhava, mau grado seu, por força da sua hierarquia.

O seu gôsto em freqüentar-lhe as sessões assinalou-se pelo número impressionante, de 566, a que esteve presente.

A amenidade do trato junto aos confrades não lhe embotava a austeridade no proceder, que também envolvia o Instituto.

Escritores de renome, desde Gonçalves de Magalhães, Araújo Pôrto Alegre, Gonçalves Dias, iniciadores da fase romântica na poesia brasileira, a F. A. Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva, cuja memória, em francês, maravilhou os acadêmicos acostumados à linguagem de Racine, João Francisco Lisboa, mais tarde Silvio Romero, o historiador da literatura nacional, contribuíram para lhe aumentar o conceito entre os sabedores.

Para lhe manter os altos créditos, foram escolhidos para seus dirigentes individualidades sobranceiras a quaisquer restrições, como José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo, Candido José de Araujo Viana, Marquês de Sapucaí, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, que desapareceu no quinquênio terminado com o reinado do seu excelso amigo.

Com excelente fôlha de serviços à cultura brasileira, que se espelha em sua "Revista", cujo número 243, correspondente ao 2.º trimestre de 1959, já saiu a lume, era natural que o Instituto se esforçasse por substituir a sede atual, imprópria à conservação do seu precioso patrimônio bibliográfico, por nova, dotada de melhores condições.

Para edificá-la, já recebeu dos poderes públicos os primeiros auxílios, que lhe permitirão iniciar as obras, cujo projeto está sendo estudado por comissão especial, para tal fim nomeada pelo seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que dignifica as tradições legadas pelos seus antecessores, cuja série contém os nomes de:

— José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) — 21 de outubro de 1838 a 6 de junho de 1847.

— Cândido José de Araújo Viana — Marquês de Sapucaí — 12 de agosto de 1847 a 23 de janeiro de 1873.

— Luís Pedreira do Couto Ferraz — Visconde do Bom Retiro — 21 de dezembro de 1873 a 12 de agosto de 1886.

— Joaquim Norberto de Souza e Silva — 21 de dezembro de 1886 a 14 de maio de 1891.

Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro — 26 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906.

— João Lustosa da Cunha Paranaguá — 2.º Marquês de Paranaguá — 21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907.

— José Maria da Silva Paranhos — Barão do Rio Branco — 21 de novembro de 1907 a 10 de fevereiro de 1912.

— Afonso Celso de Assis Figueiredo — Conde de Afonso Celso — 17 de fevereiro de 1912 a 13 de julho de 1938.

— Manuel Cicero Peregrino da Silva — 27 de julho de 1938 a 3 de maio de 1939.

— Embaixador José Carlos de Macedo Soares, desde 6 de maio de 1939, quando assumiu, como Vice-Presidente, o cargo, em que foi mantido por eleição de 15 de dezembro seguinte, sendo declarado Presidente Perpétuo a 16 de dezembro de 1941.

VIDA CULTURAL (*)

O patrimônio do Instituto Histórico

NELSON COSTA

No dia 18 de agosto de 1838 o cônego Januário da Cunha Barbosa, figura eminente dos pródromos da independência e o marechal Cunha Matos propunham em sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que se criasse o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Era uma iniciativa extremamente feliz, que logo encontrou franco apoio de figuras notáveis, de modo que a 21 de outubro do referido ano instalava-se solenemente essa entidade, que tão relevantes serviços tem prestado à cultura brasileira nesses 121 anos de sua profícua existência.

Pôsto sob a proteção de D. Pedro II, que logo depois obteria a maioridade, o Instituto foi uma de suas paixões, a ponto de presidir a quase todas as sessões do ilustre sodalício, que se realizaram durante o seu longo reinado.

O Instituto ficava então no prédio onde hoje funciona a Academia de Comércio, o qual era ligado ao Paço, atual Departamento dos Correios e Telégrafos, por um passadiço sobre a Rua da Misericórdia.

Era por esse caminho que chegava o imperador à sala das sessões, para presidir às reuniões do Instituto.

Mais tarde foi a notável entidade instalada no atual edifício do Silogeu Brasileiro, na Lapa e ali tem vivido dias gloriosos. Mas havendo idéia de reconstruí-lo, para sede condigna do Instituto, uma vez que sofrerá o prédio recuo devido à abertura de uma nova avenida, não foram feitas obras de conservação, de modo que todo aquêlê valioso patrimônio histórico da nacionalidade, ali existente, está na iminência de danos irrecuperáveis.

O governo, como é sabido, já fez doação ao Instituto do terreno do Silogeu, bem como destinou uma verba para o novo pré-

dio, principalmente por diligência do seu presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Mas a mesma é insuficiente, urgindo que o Congresso lhe dê um reforço anual, até o término da construção. Há, já, na Câmara, projeto a respeito, que não deve ser protelado, pois corre sério risco de destruição a documentação ali existente — manuscritos, mapas, livros, gravuras, além de outras preciosidades.

Nem procede o argumento de que, mudada a Capital, o Instituto poderá ser futuramente transferido para Brasília. Mesmo que tal pudesse acontecer, já então estaria completamente destruído aquêle acervo de raridades que constituem a própria história do país e de suas instituições.

Certo a Comissão de Educação e Cultura da Câmara e o próprio plenário não aceitarão tal escusa, de que poderá resultar um prejuízo total daquele patrimônio inestimável.

A propósito quero relembrar aqui uma reportagem magnífica de Adalberto Mário Ribeiro, velho companheiro de redação nesta fôlha, publicada na "Revista do Serviço Público", e reunida depois no volume "Instituições Brasileiras de Cultura", com um prefácio de Costa Rêgo.

Com a minuciosidade que caracterizava o "Velho Repórter", relata êle quanto viu naquela instituição, fazendo ressaltar as coisas valiosas ali recolhidas, as doações curiosas, os documentos que nela se reuniram nesses decênios durante mais de um século, as peças históricas, a biblioteca que foi o enlêvo de Vieira Fazenda, aquêles móveis veneráveis, inclusive duas cadeiras de que se utilizava o imperador, uma de palha, na qual costumava examinar processos, outra de jacarandá, em que presidiu a 506 sessões do Instituto.

Há, ainda, a Arca do Sigilo, onde se guardam memórias, diários, documentos reservados. Algumas máscaras em gesso, de brasileiros ilustres. A coleção da "Revista". De tudo falou o "Velho Repórter", mostrando o imenso valor de quanto se contém naquele prédio em ruínas, que está precisando do auxílio urgente dos poderes públicos.

DISCURSO NA SESSÃO MAGNA DO ORADOR OFICIAL PROF. PEDRO CALMON

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Excelentíssimos Senhores Representantes das Altas Autoridades.

Senhor Embaixador de Portugal.

Senhores Representantes das Instituições Culturais.

Minhas Senhoras.

Eminentes Consócios.

Meus Senhores.

Mais um aniversário, 121.º, comemora hoje o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de acôrdo com a praxe estatutária religiosamente observada, desde seus primeiros tempos, consagra a sua sessão solene a recordação, vale dizer, à homenagem que devemos aos consócios desaparecidos durante o ano social.

Cumpre ao orador do Instituto, o sagrado dever de fazer o necrológio dos seus saudosos companheiros, e o faz no caso presente, em condições de particular emoção, recordando os que se foram da lei da morte libertando.

Companheiros de grande importância cívica e intelectual, historiadores, homens de trabalho e pensamento que ilustraram esta casa com a sua atividade, o seu carinho pelas cousas da tradição e assiduidade do seu comparecimento.

Refiro-me antes de mais nada ao nome ilustre que abre a lista dos consócios hoje lembrados:

O Ministro *A. Tavares de Lyra*.

Não fôra o ingrato destino que nô-lo roubou, aqui estaria hoje pontificando os nossos trabalhos, com aquela largueza da inteligência, arejada e inquieta, com aquela familiaridade com os

problemas da pátria, com aquela radiante simpatia que dêle formaram entre nós um homem completo.

Já o conheci numa fase serena quase de repouso «otium cum dignitate» que mal recordava o homem realizador ativo, intrépido, que tanto serviu à sua terra natal, e ao país em época memorável de nossa história.

Conhecia Tavares de Lyra através que dêle contava um colega do Ministério no Governo de Afonso Pena, o jovem Ministro da Aviação daquela época, Miguel Calmon, de quem o Ministro da Justiça do Ministério Pena era amigo dileto.

Dizia Miguel Calmon naquele tempo, aos 31 anos que Ministro da Justiça naquilo que se chamou com tanta graça e propriedade «Jardim da Infância», se destacava Tavares de Lyra.

Com uma memória prodigiosa, com uma atividade realizadora e exemplar pelo gosto das grandes reformas e pela ponderação precocemente severa e madura. Os seus conselhos políticos. Realmente a sua carreira fôra rápida e brilhante.

Nascido na pequena cidade de Macaíba, Rio Grande do Norte no Natal de 1872 formou-se Tavares de Lyra em 1892. Já no ano seguinte era deputado estadual, em 1897 deputado federal na linha de honra progressiva, carreira cívica pontilhada de triunfos pessoais, candidato ao governo, governador de Estado do Rio Grande do Norte entre 1904/1906, quando o atraiu para o Ministério de homens jovens que formara o Presidente Afonso Pena.

A respeito do Ministério de Afonso Pena é preciso dizer porque tem o sabor de interpretação histórica o rápido comentário.

Aquêlê Conselheiro do Império, homem ancião regime, que viera da monarquia sobrecarregado com os preconceitos e as responsabilidades da geração antiga, quis ser no governo da República o expoente de uma geração inflamada pelos mais inquietos ideais, o chamou para o estado-maior desta batalha de progresso que legitimamente foi a função a que prendeu os novos, os inesperados, os rapazes daquele tempo, homens, com sangue, naquela intrepidez criadora no conceito moderno, diferente, angustiado, dinâmico das realidades nacionais.

Daí esta circunstância que não deixa de ser paradoxal de ligar o velho presidente mineiro ao seu governo nimamente conservador, como devia ser o governo de um homem da sua procedência e do seu passado, ligar o seu nome a uma das épocas mais ousadas e fecundas, mais inquietas e movimentadas da história da República.

A ela pertence, com seu espírito a um tempo cauteloso e otimista de grande jurista, que era ao mesmo tempo um administrador insigne: Augusto Tavares de Lyra. Foi a recomendação da credencial desta experiência administrativa que o levaria em seguida ao Senado Federal, ao Ministério da Viação do Governo de Wenceslau Braz, à liderança da Câmara do País, enfim, aos altos postos da política de que historicamente se desprendeu em 1918, para oferecer tôdas as sobras ou reservas do seu esplêndido conhecimento jurídico, da sua experiência de homem público, ao Tribunal de Contas do País.

Tavares de Lyra era um historiador nato, os seus livros e eu indico, como obra-prima de sua pena inata, informativa, a história do Rio Grande do Norte, refletem o exame tranqüilo, profundo e erudito dos temas que versou.

Ele foi um grande historiador do nordeste colonial. E' claro que não havia na sua atividade de historiador, ideal crítico que a examine, o devaneio deleitista de quem faz da história uma arte.

Ele era sobretudo um jurista, penetrando na história com um sentido indagador de quem vai, advogado da causa territorial do seu Estado, pesquisar as fontes concretas em que repouse o direito do Rio Grande do Norte.

Ele começou talvez a aproximar-se dos abstratos problemas da ciência, por aquela inclinação de jurista, por aquela necessidade profissional, ou seja, pelas tendências insofismáveis, do seu conhecimento jurídico. Mas é fácil a um patriota com a sua freme curiosa pelo processo formativo da nação transformasse, como ele se transformou, de um advogado que manipula documentos históricos, um historiador de verdade. Por último já a vida longa impregnada da essência das experiências contemporâneas, era um memorialista inesgotável. Os livros que nos prometia acêrca da história republicana, de que foi comparsa e testemunho e também da que ouvira no início da sua formação política — êstes livros seriam da maior utilidade para a cultura nacional. Foi pena, deixasse ele de publicar todos os livros que compôs, senão os borrões ou nas minutas da sua escrita noturna e tranqüila pelo menos, na sua imaginação ou na sua memória.

Max Fleiuss, a propósito de Tavares de Lyra, quando eu para aqui entrei faz muito tempo, me dizia maravilhas relatando os milagres daquela memória privilegiada. Era um dos poucos homens neste país que tinha no cérebro uma biblioteca legislativa. Ele conhecia as leis da nação pela data, o que já era prodigioso, mas também pelo número dos Decretos, o que era admirável. E claro que não foi desafiado pela enxurrada legislativa de tempos

subseqüentes, em que os Decretos, Leis e as Leis modificativas ou sucessivas fluíam com abundância e com efeito só a retentiva mágica poderia deter tanto número e tanta data. Mas aquela memória esplêndida Tavares de Lyra vinculou à verdade histórica. Neste Instituto adquiriu o primado da cortesia e do prestígio. Sentado invariavelmente numa cadeira no recinto que era uma espécie de refúgio vitalício da sua encantadora humildade, êle presidia de fato ao lado dos companheiros que o veneravam as nossas sessões. E era um privilégio estar-se então, ao seu lado, para ouvir o seu comentário sábio, para notar os seus reparos oportunos, miúdos, necessários para seguir por vêzes o vôo da sua clara e alta inteligência.

Tavares de Lyra viveu muito com a vantagem, eu o poderia dizer, com a bênção de ter vivido feliz! Constituiu um lar esplêndido que lhe refletiu a perfeição moral. Dentro do interior da sua família, êle teve como que todos os prêmios que a pátria oficial ou a pátria política lhe teria recusado. A sua memória no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que êle tanto amou é preservada como uma tradição ou uma glória da nossa casa, Tavares de Lyra evocado pelos seus livros, honrado pelos seus serviços, glorificado pela estima, pelo carinho e pela saudade de seus consócios, é um nome permanentemente vivo e presente nas nossas assembléias.

E' o prêmio discreto e modesto, em todo caso, o nosso prêmio, para àqueles que bem merecem da nossa velha instituição

— Em seguida prateava o Instituto o desaparecimento de um sócio correspondente que era sem ser brasileiro, um dos mais brasileiros nomes da publicidade, o Almirante geógrafo, o popular, o magistral, o modesto Gago Coutinho.

Carlos Viegas Gago Coutinho, pioneiro da Aeronáutica transatlântica e mais brilhante dos grandes nautas da pátria.

Fui amigo de Gago Coutinho. Quantos aqui estão se lembram dêle. Aquêlê homem pequeno e nervoso, moreno e pálido, que vinha de um longínquo passado, que era êle próprio um compêndio de história ultramarina, um poema das glórias navais de Portugal, que tinha na sua biografia esta honra singular de vôo pertinazmente por ares nunca dantes navegado a bordo de um avião chamado *Lusitânia*, empreendido uma vez em 1922 pela mesma rota de Pedro Álvares Cabral Portugal ao Brasil.

Gago Coutinho aqui chegou pela primeira vez, e foi muito mal tratado em 1893, guarda-marinha a bordo da *Mindelo*. Foi muito maltratado pela febre amarela. E' preciso que se diga. Fe-

bre Amarela era do mais equitativo intercâmbio, não discriminando entre portugueses e brasileiros. Maltratava-os a todos igualmente.

Dêle ouvi em confidência, que lhe arranquei através de conversas continuadas e amenas, a história daquele período. Comandava a pequena flotilha constituída, aliás, de dois navios de madeira, de duas corvetas, *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* o Capitão-de-mar-e-Guerra Augusto de Castilho, filho de Antonio Feliciano, o poeta célebre, e um dos homens mais inteiriços em lustras da história naval portuguesa.

Gago Coutinho estava a seu bordo. Era guarda-marinha e assistiu aos grandes episódios da revolta da esquadra naquele ano, quando os navios de Custódio de Melo, depois de Saldanha da Gama, manobravam de fogos acesos pelos fundos da baía e as tropas já comandadas pelo Marechal Floriano guarneciam as praias e os morros da Cidade.

Gago Coutinho, infelizmente, não assistiu o epílogo com a saída dos dois barcos cheios de oficiais brasileiros, que tinham pedido abrigo ao Comandante Castilho. Vencido por um ataque de febre amarela, foi recolhido a um hospital onde esteve entre a vida e a morte. Benignamente um mosquito não foi tão perverso que privasse o Brasil e Portugal daquela vida promissora. Gago Coutinho continuava alhures a sua carreira de marinheiro e geógrafo. Comandante da canhoneira *Pátria*, em Timor, na Índia, Comandante da canhoneira *Loge*, em Angola, Comandante da canhoneira *Sado*, na Índia, já marinheiro de barco a vela que fazia as suas viagens alongadas. Os heróis cuja história reivindicava e estudava. Até que, em 1921, se deu a proeza de ser auxiliar de um piloto aéreo: Sacadura Cabral — ajustando o sextante de marinheiro a viagem através dos ares.

A vinda ao Brasil no Lusitânea, aquêlê avião precário que empreendeu a viagem famosa, era sem dúvida uma aventura romântica. Muniu-se êle do seu sextante e de um exemplar dos *Lusiadas* e veio Sacadura Cabral guiando o aparelho. Êle com o matemático a seu lado, digamos, para usar uma linguagem científica tão do seu agrado, cosmógrafo-mor da expedição, até que o aparelho foi despedaçar-se junto dos rochedos São Pedro e São Paulo.

O Governo Português mandou segundo avião. Enfim, para resumir história tão conhecida, ao descer a baía chegou, afinal, recebido de uma maneira maravilhosa pelo entusiasmo de nossa população que enchia as avenidas do Rio de Janeiro. E se tornou com isto, como merecia ser, um herói das duas pátrias.

Um legítimo herói da pátria. Gago Coutinho serviu à marinha quanto pôde, quanto ela o consentiu, porque as suas forças minguaram. Devia reformar-se mas não era homem afeito ao repouso. Aquêlê solteirão impenitente, aquêlê homem sem amores profanos, talvez para não dividir com ninguém a sua afeição desenganada pela pátria e pela esquadra, continuou dentro do espírito naval de seu povo, escrevendo, fazendo conferência, pesquisando, reivindicando principalmente para Portugal as prioridades dos descobrimentos. Era de fato. Era um historiador incomparável. Ensaista na palavra realmente inexcedível, porque nenhum de nós, meus ilustres consócios, usaria um gênero de provas de que êle lançou mão. Por exemplo, para demonstrar a naturalidade do acêrto entre parêntesis, a intencionalidade da viagem de Pedro Álvares Cabral, se meteu no veleiro e êle próprio realizou a viagem quer dizer aquêlê que por ares nunca dantes navegado, tinha rompido por êstes céus tempestuosos, veio por água pelo mesmo roteiro do capitão-mor da frota de 1500 redescobrir o Brasil. Vamos ser completamente sinceros: O Brasil pagou-lhe na mesma moeda, porque descobriu ao mundo Gago Coutinho. Foi realmente a fama adquirida entre nós, o carinho com que o envolvemos, a razão de sua fidelidade a estas paisagens, daquela sua deliciosa mania de todo ano vir passar, pelo menos, quatro meses no Rio de Janeiro. Hospedava-se no quarto trezentos e dezesete do Pálace Hotel, invariavelmente no mesmo quarto porque aquilo era como camarote de bordo, adequado ao grau que tinha na esquadra. E se prodigalizava entre amigos e instituições, fiel aos nossos, ao Liceu Literário Português, dirigido ali pelo meu generoso amigo desta colônia, da colônia portuguesa do Brasil, José Raínho da Silva Carneiro, Real Gabinete Português de Leitura, e dando seu largo passeio a pé, da Tijuca, da Praça da Bandeira, às vêzes do alto da Quinta da Boa Vista até as brenhas da Tijuca ou do Leblon até o Joá, como se depois de ter navegado tanta água, ainda quizesse palmilhar tanta terra misto de bandeirante desembarcado e de descobridor do século XV. Apóstolo admirável, êste solitário estranho, Castanheda, ou João de Barros do século XX, êste homem da mesma estirpe daqueles homens rijos e magníficos, que pelas sete partidas do mundo falaram do homem português.

Morreu aos noventa e poucos, numa curta e definitiva doença, sendo que entre as suas últimas palavras uma frase pelo menos foi anotada pela Imprensa.

Pedi também que lhe trouxesse cōm urgência um exemplar dos *Lusiadas* para ali fazer uma confrontação sôbre dados marítimos. Quer dizer a sua agonia foi velada por Camões. Êle como

que tinha intuição de que devera recolher às margens do poema eterno. Era um personagem camoniano que num friso abstrato ou manuelino de cultura histórica tinha o sentido da sua entidade ou da sua comunhão com a alma da pátria.

Fazemos votos, e ao Embaixador presente, embaixador de Portugal endereçamos êste apêlo, para que Gago Coutinho, herói da nacionalidade portuguesa, seja em Portugal e no Brasil considerado e cultuado como um dos homens responsáveis pela situação e pela glória dos povos e da fé.

— *Nestor dos Santos Lima*, riograndense do norte, como Tavares de Lyra que foi proposto para sócio correspondente do Instituto em 1939, desembargador-presidente da Ordem dos Advogados, era um sócio correspondente cheio de serviços à cultura histórica da sua região. Cronista das cousas potiguaras, veio e deixou trabalhos importantes entre os quais um sobre o seu município de Mossoró e a figura daquele marco da República que foi o Padre Miguelino.

E' pena, que não tivéssemos tido com êle o comércio espiritual, que também não tivemos com outro ilustre sócio correspondente, que faleceu no último ano. Refiro-me ao professor argentino Ricardo Levene.

Ricardo Levene, professor catedrático da Universidade de La Plata e depois de história de Direito Argentino da Universidade de Buenos Aires, presidente da Junta Numismática e Histórica, depois Academia Nacional de História da Argentina, coordenador de uma grande obra colaboradora pelas figuras mais notáveis da historiografia de seu país.

Era um amigo do Brasil e de brasileiros da estatura de Rodrigo Octávio, de José Bonifácio (Embaixador que foi em Buenos Aires, de Rodrigues Alves, de José Carlos de Macedo Soares, constituiu-se na mansão de Mitre, em Buenos Aires, em uma espécie de cônsul espiritual de brasileiros vivos da inteligência afetiva.

Autor de obras definitivas, entre elas Mariano Moreno e A Revolução de Maio, notas sobre a «História do Direito», a História da Civilização Argentina, enfim prestimoso amigo do nosso país e mais.

Ricardo Levene pretendia realizar uma visita ao Brasil, depois de um largo período de silêncio a que a situação política de seu país reduziu a Academia Nacional de História. Infelizmente, quando se tornava possível êste seu sonho, e apagávamos as luzes de uma correspondência cordial, faleceu êle.

Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o preito de uma respeitosa saude.

— *Mário Melo*, outro sócio correspondente há pouco desaparecido, pertencia à velha guarda dos cronistas provinciais. Foi proposto para o Instituto em 1917 e subscreve em 1º lugar a sua proposta: Clóvis Bevilacqua. Vale a pena associar os nomes. Com esta credencial ingressou êle nos quadros da nossa instituição. Já aí recomendado por dois livros de valor inequívoco. O 1º destes, ou o melhor destes sobre Maçonaria e a Revolução de 1817. Mário Melo, baluarte em seguida do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, foi um pesquisador, um historiador, um jornalista combativo, um homem de convicções e sobretudo um apaixonado, o que o fazia irresistível defensor das tradições e das glórias da sua província. Costumávamos dizer aludindo ambigualmente a esta predileção e a sua fisionomia com aquela cabeleira grisalha e revôlta, com aquêles traços marcados inocentemente feroces, que êle era em pessoa: o leão do norte. Realmente parecia isto, o que se via bem no estouvamento voluntário de uma atitude, entretanto, sempre generosa e boa.

Enfim, na expansão de um temperamento todo êle de explosão e de simpatia humana. Acabávamos de acompanhar uma polémica galhardamente por êle travada e o julgávamos gozando, ou antes vendendo saúde nos climas esplêndidos do Recife, quando soubemos que desapareceu quasi súbitamente.

— Era de 1884 — apenas mais moço um ano do que êle, o seu coestadual, cujo desaparecimento igualmente pranteamos e por sinal o mais recente dos sócios do Instituto, pois que foi proposto em junho dêste ano.

José Maria Belo. Mal saía a 4ª edição da sua «História da República».

Êste é o nome familiar de todos os nossos companheiros, porque pernambucano de nascimento, e de serviços políticos, na verdade foi o Rio de Janeiro o cenário da sua fama, do prestígio que desfrutou nos meios da Imprensa e da inteligência de uma carreira, finalmente, truncada pelo destino, mas desenvolvida retilmente, pois a norteou um senso irrepreensível de dignidade cívica e pessoal.

José Maria Belo, formado em direito, madrugou para as Letras na Imprensa, naquela época em que, como na fase clássica, o jornalismo a tudo conduzia, com a condição de ser abandonado.

Foi um dos ensaístas completos da nossa literatura, com seus novos ensaios críticos com dois livros preciosos: o retrato de Eça

de Queiroz e o Retrato de Machado de Assis, essa copiosa História da República pelo que se estampa a sua observação fina e objetiva dos fatos contemporâneos e colocando à sua atividade de escritor em volume de memórias que de pouco precedeu a sua morte.

Neste livro de memórias se desdobrava com a sinceridade testamentária de quem fala já aos pósteros, a língua sincera da despedida, uma vida repleta de dignos exemplos, de serena e desconhecidas renúncias e de devoção à causa pública.

A Academia Brasileira, e eu tive a honra de ser um dos iniciadores desta homenagem, galardoou-o ainda em junho, com o prêmio Machado de Assis, que a casa que o tem por patrono, a Casa Machado de Assis, reserva para consagrar a vida e obra dos escritores nacionais que mereceram a sua preferência.

Não pôde ele receber das mãos do Presidente Austregésilo de Ataíde, esta recompensa. A glória iluminava tardiamente a sua frente cansada. Insidiosa moléstia retirou-o do nosso convívio, em seguida fomos surpreendidos com a notícia do seu falecimento.

— Por último, meus senhores e minhas senhoras, devo fazer o necrológio de *Aloysio de Castro*, que há pouco, há menos de um mês desapareceu discretamente, quasi diria com a delicadeza que ele punha em todos os seus atos ou seja, fazendo o menor ruído possível, naquela sua casa artística na Rua D. Mariana, enfeitada de mármore gregos e latinos, dentro de uma auréola a que se recolhêra a sua alma de poeta e o seu espírito de médico.

Aloysio de Castro não foi um dos companheiros que freqüentavam assiduamente as nossas bancadas. Pertencia à nossa instituição de direito e também é preciso dizer que ele gostaria que se acrescentasse de herança «Par droit de conquête et de droit».

O amor ao Pai foi uma constante na sua vida — porque disse numa recomendação que gostaria que se lhe gravasse sobre a lápide funerária apenas isto: amou seu pai. Perdeu-o aos 18 anos de idade. Aquêl fabuloso Francisco de Castro, que médico dos mais eminentes, líder da juventude, da linha dos grandes renovadores do ensino científico no país, em virtude de sua pequena e cultivada barba de Cristo, era apelidado pelos discípulos «o divino Mestre», com que eram chamados os «Barbadinhos» os alunos de Francisco de Castro e como Antonio Austregésilo e outros usavam uma espécie de sinal fisionômico, de fidelidade ao professor que constituía com aquela patrulha de Barbadinhos, um esbôço ou uma promessa de estado maior da medicina brasileira.

Francisco de Castro, fulminado pela peste contraída no desempenho da clínica, aos 41 anos de idade, deixou um nome na-

cional. Basta que se diga seria recebido por Ruy Barbosa, na Academia Brasileira. Era o médico dos Presidentes, acabara nela de introduzir os livros alemães, acontecimento em relação à jurisprudência, gozando no meio social de um prestígio inextinguível, desaparecendo quando o seu filho, Aloysio de Castro, tinha apenas 18 anos, cursando a Faculdade de Medicina, ele lhe legou a pesada responsabilidade, a benefício do inventário de continuá-lo.

Aloysio de Castro recebeu a sucessão com tanta humildade, tanta fidelidade que até depois, homem glorioso, fazia questão de sobrepor à sua personalidade a do pai. O culto que lhe dedicava, as homenagens que o favoreciam, estas tôdas eram endereçadas, filhos nativos e sinceras em homenagem ao pai, à honra do Pai, para a glória e consagração do Pai.

Através de Afrânio liguei-me a Aloysio de Castro. Já aí, minhas senhoras e meus senhores, não fala o orador do Instituto, fazendo o elogio oficial do consócio desaparecido. E' o amigo, o companheiro, trazendo à colação, informes diretos de uma das individualidades mais complexas, harmoniosas e perfeitas da história intelectual do país.

Na Academia era a ver Aloysio de Castro, tão diferente de como via e considerava o público em geral. Para nós, os profanos, os que o viam passar no fundo de um automóvel arcaico, a fisionomia de um moreno romântico, apoiada negligentemente a mão, num gesto muito seu, o olhar vago e melancólico no espaço como elaborava mentalmente, enquanto transitava pela Avenida, um soneto eterno — este homem esteta convencional, não era Aloysio de Castro da nossa intimidade. Aquêlê que a propósito de tudo dizia uma palavra sábia e erudita, posta da mais autêntica e sincera inspiração, humanista dos maiores do nosso convívio, íntimo de Horácio e de Virgílio, cujos versos latinos recitava com uma perfeição de pronúncia, que denunciava a velha educação do tempo do colégio de Petrópolis. E sempre gracioso falando com uma eloquência simples e todavia fascinante, enfim magistral naquella sabedoria modesta que casava com uma harmonia indescritível, com o senso da música que possuía em grau tão eminente, e foi bem sabemos todos: um compositor dos mais ilustres da musicologia nacional.

Quando fui pedir-lhe o voto para a Academia Brasileira e aí de mim, isto já há muito tempo, recebeu-me ao piano ao som de Beethoven. E' claro que nada anima mais o candidato do que uma sonata na hora em que elle espera uma promessa de voto. Conversei com elle naquele primeiro contato dentro da intimidade do seu lar, recheado de reminiscências italianas, como se conver-

sasse com o príncipe da graça e com que galanteria, com que esplendor vernáculo êle nos trazia ao conhecimento, quasi digo, aos contactos das mãos o mundo novo, o mundo ilustre, que era o seu mundo interior, o mundo de Tasso e de Virgílio, o mundo das grandes sombras, da estética e da poesia — aquêlê mundo cujas reminiscências ou cujas insígnias constituíam as obras d'arte sôbre a sua mesa, do seu corredor à sua porta, merecendo por isto mesmo a honra singular de pertencer, não à Academia científica ou profana do mundo intelectual, mas, a uma Academia já tão próxima, da autêntica immortalidade, como a Pontificia Universidade — Academia de Roma.

Êste homem maravilhoso, êste homem múltiplo que eu poderia acrescentar para ser completo, êste homem desconhecido, que era o verdadeiro Aloysio de Castro, podendo dar às letras do Brasil, as obras que imaginasse, foi tolhido nesta inclinação e neste desejo pela doença que o surpreendeu, quando ainda parecia cheio de vitalidade.

Não pertenceu, repito, ao número dos mais assíduos aos nossos trabalhos, mas passa a figurar entre os mais notáveis trabalhadores da cultura brasileira ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Minhas senhoras e meus senhores, através das vidas que aqui pranteamos o que revemos e exaltamos é a continuidade esplêndida dos espíritos, sacrificados e oferecidos às grandes causas que o immortalizam.

Na realidade, êstes elogios que acabo de fazer, dos que foram d'além da morte libertando-se, pertencem à posteridade.

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

(Relatório do 1º Secretário)

Como lhe prescrevem os Estatutos, reúne-se hoje o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em Sessão Magna, ao completar o seu 121.º aniversário, para recordar os passos que andou, após a derradeira, e os sucessos assinalados ao longo da sua trajetória. Cumpre, de início, realçar a sua fidelidade aos postulados sugeridos pelos fundadores, que lhe garantiram o contínuo engrandecimento, através de gerações sucessivas de obreiros devotados a análogos ideais patrióticos.

Ao mesmo tempo em que, mercê principalmente da cooperação de D. Pedro II, opulentava o seu patrimônio bibliográfico e arquivístico, mediante acréscimos sucessivos de peças valiosas, começaram a contribuir os seus sócios para a elucidação de dúvidas históricas.

Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, com as suas monografias eruditas, F. A. Varnhagem, com a *História Geral do Brasil* e obras inúmeras e tantos outros concorreram para aumentar o prestígio da instituição, de que foram elementos conspícuos.

Como igualmente Joaquim Caetano da Silva, que, em suas sessões, iniciou a leitura de exaustiva memória acêrca da fronteira setentrional. Acrescida de pesquisas ulteriores, realizadas na Europa, quando veio a lume, em 1861, tomou o título de *L'Oyapoc et l'Amazone* em dois volumes, que estamparam argumentação irrefutável, cuja linguagem adamantina os próprios franceses exaltaram, embora lhe atribuissem danos irremediáveis à tese que sustentavam contra os direitos do Brasil. E, assim, precioso auxílio prestou ao Barão do Rio Branco, a cuja monografia foi anexada, para fortalecer a sua magistral defesa.

Em honra a vultos insignes, o Instituto promoveu a ereção de estátuas de D. Pedro I, D. Pedro II, José Bonifácio e hermas de F. A. Varnhagem, J. P. Calógeras, que lhes recordam os feitos memoráveis. Modernamente, organizou os Cursos Rui Barbosa,

Joaquim Nabuco, Teodoro Sampaio e, mais recentemente, o de Clóvis Bevilacqua, para lhes realçar os títulos de benemerência.

Acorde com o seu programa cultural, o Instituto Histórico inaugurou os trabalhos anuais a 14 de abril, data escolhida para a efusão de sentimentos fraternais de harmonia e solidariedade entre os povos do continente.

CONFERÊNCIAS

Abrindo a série de conferências, ao Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva coube explanar o tema atinente ao Dia Panamericano, a que deu o título "Panamericanismo e Operação Panamericanas". Entre a assistência de escol, sobrelevou a presença do Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Francisco Negrão de Lima, que não lhe regateou louvores.

Antes que se encerrasse o mês seguinte, lembrou Marcos Carneiro de Mendonça, no dia 29, "Aspectos da vida e problemas da vida amazônica do século XVIII", a cujo exame se consagrou, através da correspondência inédita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que está em seu poder, juntamente com valiosa documentação a respeito do passado brasileiro.

À 23 de junho, o Almirante Carlos da Silveira Carneiro evocou o vulto de Afonso de E. Taunay, cujas feições definiu, com a emoção de amigo, que lhe pudera apreciar de perto as qualidades fidalgas, além do saber estampado na vasta bibliografia, de cujos ensinamentos não poderão prescindir os estudiosos do passado brasileiro. Bastaria a sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, para lhe garantir a glória de pesquisador probo e incansável ao consaço. De maiores proporções ainda se avantajou a *História do Café*, que esquadrinhou quanto havia acêrca do assunto, especialmente no Brasil, a cujo florescimento proporcionou as mais fortes contribuições no século passado e no atual.

De *Gestiones del Brasil en América y Europa, para el reconocimiento de la Independencia del Paraguay* tratou o Dr. R. Antônio Ramos, conhecedor abalisado dos arquivos do Paraguai, onde se dedicou especialmente às pesquisas referentes à época inquieta de Francisco Solano Lopez.

Completoou-as no Brasil, ao consultar o Arquivo Nacional e o do Itamarati, onde encontrou abundantes dados para os seus trabalhos de historiador arguto, como provou a conferência proferida a 8 de julho.

Ainda nesse mês, a 24, o Professor E. Vilhena de Moraes, com o seu meticoloso conhecimento do assunto, revelou aspectos escassamente conhecidos da vida de Cairu, censor régio.

E valendo-se da ocasião, ofereceu ao Instituto um exemplar de *Cairu, excertos*, parte de obra mais vasta do insigne polígrafo, cuja publicação empreendera, como diretor do Arquivo Nacional, sem conseguir concluí-la, por falta da máquina impressora, transferida, como também as de outras repartições, para o Departamento de Imprensa Nacional.

Para intensificar o intercâmbio cultural com sua terra, estêve nesta Capital o Professor Luc Hommel, secretário-perpétuo da Real Academia da Língua e Literatura Francesas da Bélgica. Por sugestão do Embaixador Louis Calot, o Instituto franqueou-lhe a sua tribuna, para discorrer, a 5 de agosto, a respeito da *l'Histoire de l'Ordre de la Toison d'Or*, matéria que de sobejo, conhece, como professor de história na Universidade de Bruxelas. Por isso, acompanhou-lhe as alterações, desde que foi criada, e as transferências para a Casa de Hapsburgo e a Corte da Espanha. Considerou-lhe a significação mitológica e a tentativa de Napoleão, de fundar outra semelhante, para premiar os heróis assinalados por três ferimentos.

A apresentação, também em francês, coube ao Vice-Presidente Rodrigo Otávio Filho, que, em frases elegantes e conceituosas, realçou os méritos do conferencista, a quem não faltaram aplausos da assistência de escol, em que se viam cinco embaixadores, da Áustria, Bélgica, Chile, França e Suíça e representantes de várias instituições.

De recordar as individualidades de "Napoleão Level e Carlos Braconnot", incumbiu-se, a 18, o Almirante Juvenal Greenhalgh, que principiou por analisar as precárias condições da construção naval no Brasil, quando começaram a operar os dois engenheiros especializados, brasileiros descendentes de franceses. Principalmente no terceiro quartel do século passado, quando solicitações militares lhes estimularam as atividades, contribuíram eficazmente para que a marinha brasileira se laureasse de glórias nas batalhas a que fôsse provocada.

Em Riachuelo, especialmente, não seria possível a façanha de Barroso, de investir contra as naus inimigas, para afundá-las, uma após outra, se os colaboradores prestimosos não lhe tivessem dotado a capitânea de refôrço apropriado, capaz de resistir ao enibate violento. Os serviços que prestaram ao Brasil conquistaram-lhes o direito à benemerência da Posteridade.

Antes que proferisse o também construtor naval, J. Greenhalgh, a sua bem documentada conferência, em homenagem aos colegas que nobilitaram a profissão, teve início o "Curso Clóvis Beviláqua", em comemoração ao centenário de nascimento do seu preclaro patrono.

Para inaugurá-lo em data expressiva, o orador, que lhe havia proposto a organização, José Augusto Bezerra de Medeiros, escolheu o dia 11 de agosto, que assinala a fundação dos Cursos Jurídicos, em 1827. Por se tratar de quem se devotou, incansável, ao estudo e prática do Direito, cabia-lhe a primor a aproximação da sua individualidade e do ensino da ciência que dignificara.

Acorde com a modéstia de sua vida exemplar, isenta de pompas, a aula de abertura foi presidida pelo primeiro-secretário, que em frases singelas explicou a sua presença.

“Por circunstancias fortuitas, cabe-me fazer as vêzes de Presidente, pois que motivos imperiosos retêm o Embaixador Macedo Soares em São Paulo, e os seus imediatos substitutos também não puderam comparecer.

O primeiro Vice, acamado, merecendo os nossos fervorosos votos de breve restabelecimento, para cabal satisfação dos seus amigos e admiradores.

O segundo, às voltas com as obrigações prementes da Escola Superior de Guerra, a que leva a cooperação da sua proficiência de jurista e historiador, além de acadêmico de boas letras.

O terceiro, em representação do Instituto perante o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Bahia, cujas tradições culturais soube exaltar, como Prefeito da Capital, por ocasião das comemorações do Quarto Centenário.

Aliás, não me despraz a rápida incumbência de esclarecer os propósitos desta reunião.

Trata-se da aula inaugural do Curso Clóvis Beviláqua, promovido pelo Instituto Histórico, para glorificar a memória do seu inesquecível sócio, que tanto honrou a cultura brasileira, nos domínios a que se devotou, como exuberantemente evidenciará a série prevista de conferências, confiadas a insignes sabedores.

Basta proferir-lhe o nome, para justificativa ampla das homenagens que lhe presta o Instituto, à passagem do primeiro centenário do seu nascimento.

Quanto ao orador, é ainda mais fácil a missão de realçar-lhe a presença nesta cerimônia.

Foi o idealizador das comemorações e o mais entusiasta dos seus paladinos.

E, de mais a mais, chama-se José Augusto Bezerra de Medeiros, nome de sobejo conhecido, que tem nobilitado todos os cargos a que o levou a escolha dos contemporâneos.

Deputado estadual e Presidente do Rio Grande do Norte, sua terra natal, Senador Federal, advogado, professor, membro do Conselho Nacional de Economia, publicista, raro haverá algum

relevante problema brasileiro a que não tenha aplicado a sua inteligência embebida de sadio idealismo.

São, porém, as questões atinentes à Educação que mais lhe empolgam os ardores doutrinários, desde a mocidade, na aparência distante, mas que ainda palpita, em sua velhice verde, às vibrações de nobres causas e pensamentos.

Embebeu-se dos ensinamentos do Mestre, qualificado de Sábio e Santo, como lhe resume o perfil a inscrição na herma, da Praça Paris, alinhada com a estátua de Teixeira de Freitas, na qual se lê: "Clóvis Beviláqua, Grande na bondade evangélica de um santo, maior na autoridade pontifical de jurisconsulto".

Convido a assistência a ouvir o depoimento do discípulo, que sabe aplicar, em vida fecunda, os preceitos da cátedra, em que se laureou, pelo saber, o imortal Clóvis Beviláqua."

O conferencista, Dr. Bezerra de Medeiros, encontrou-o quando, professor na Faculdade pernambucana, dividia as suas leituras e escritos entre os livros dos mestres na especialidade e os da variada literatura.

De gênio bonacheirão, era afamada a tolerância de Clóvis Beviláqua, até para alunos, que não lhe seguissem os ensinamentos. Quando os via, porém, sedentos de aprender, redobrava de desvelo na transmissão dos seus conhecimentos, em linguagem clara, que só os apedeados não entenderiam. Transformava-os, sem tardança, em amigos, que não só lhe admiravam o saber, como ainda a integridade no procedimento. E mantinham o culto ao Mestre inexcusável, que bondosamente, sem bulha nem matinação, conseguiu elevar-se a posição de relêvo entre os contemporâneos.

A segunda conferência, a 26. confiada à competência do deputado Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, considerou-o como "jurista e filósofo". Expressão genuína da denominada "Escola do Recife", só lhe faltava o ardor combativo dos que, até nesse aspecto, seguiam, fervorosos, os exemplos de Tobias Barreto, inegalável em abrasar as discussões. Mais acorde com o seu temperamento delicado e conciliador, seria o trabalho de escritório, em vez dos debates tribunicios, ou polêmica pelas gazetas.

Nenhuma tarefa se lhe ajustaria ao gosto mais do que a recebida do Governo Federal, conforme recordou o Professor Levi Carneiro, a 2 de setembro, ao explanar o tema: "Clóvis Beviláqua e o Código Civil".

Começou por acentuar os pendores naturais dos portugueses para a codificação, iniciada com as Ordenações Afonsianas, substituídas, na era do Rei Venturoso, pelas Manuelinas, vigentes até que foram promulgadas as Filipinas, ao tempo do domínio espanhol.

Simultaneamente com êsses conjuntos fundamentais, abundante legislação avulsa evidenciava, após a Independência, a urgência de sistematizar os dispositivos legais.

Foi o objetivo que pretendeu a iniciativa confiada ao saber jurídico de Teixeira de Freitas, que, todavia, apenas conseguiu ultimar a *Consolidação das Leis Cíveis Brasileiras*, e o *Esboço do Código Civil*, que iria inspirar a legislação argentina e em vários países americanos. A saúde não lhe permitiu terminar o trabalho, como também ocorreu com o substituto, Conselheiro Nabuco de Araújo.

Malogrados também os ensaios de J. Felício dos Santos, de Coelho Rodrigues e outros, a aspiração geral alcançou, inoperante, o crepúsculo do século, quando o Presidente Campos Sales decidiu apressar-lhe a execução. Ministro da Justiça, Epitácio Pessoa requisitou a contribuição de Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito do Recife, que, no prazo contratual, rematou a incumbência, suplantando os maus augúrios dos descrentes em sua competência. Submetido a exame da Comissão de cinco sabedores, sob a presidência do Ministro da Justiça, foi encaminhada à Câmara, onde Comissão Especial de 21 Deputados a examinou detidamente. Quanto à linguagem, ainda passou pela revisão extraparlamentar do Professor Carneiro Ribeiro, antes de ser enviada ao Senado Federal, onde Rui Barbosa, Presidente da Comissão Especial, lhe apontou as impropriedades de expressão e até erronias gramaticais.

Contra o seu Parecer, publicado a 27 de julho, retrucaram os deputados, o Professor Carneiro Ribeiro, o autor do Código, além de jornalistas e críticos de várias origens.

Em revide, o Senador datou do último dia de dezembro de 1902 a sua "Réplica" magistral, que o equiparou aos maiores filólogos patrícos.

Mas a atenção desviou-se do assunto principal. E por mais de uma década, permaneceram os originais na Comissão, bem guardados, enquanto Rui Barbosa empreendia memoráveis campanhas, na "Conferência Internacional de Haia" (1907), na "Campanha Civilista" (1910), que lhe redobram a fama, sem proveito para o "Código Civil", que só teve andamento depois da sua renúncia da presidência da Comissão Especial, que retomou o exame, ao fim do qual surgiu a Lei 3.071, de 1 de janeiro de 1916, "que regula os direitos e as obrigações de ordem privada concernente às pessoas, aos bens e às suas relações".

"Clóvis Beviláqua, internacionalista" constituiu o tema que o professor Haroldo Valadão explanou, com a segurança de catedrático e participante de várias comissões e congressos da especiali-

dade, no país e no estrangeiro, donde regressara na semana anterior.

Para lhe explicar o renome adquirido, começou por examinar-lhe as obras, desde a Faculdade de Direito do Recife, onde editou os primeiros volumes.

Lecionando Legislação Comparada, ampliou as suas investigações, que lhe facilitaram a elaboração, em curto prazo, do projeto do Código Civil, com assombro dos que duvidavam de sua capacidade de trabalho.

A defesa, que sustentou, então, contra os críticos de várias espécies, a começar de Rui Barbosa, acêrca da vestimenta gramatical das idéias renovadoras, sem lhe tocar na estruturação do monumento jurídico, veementemente combatida por Andrade Figueira, na vanguarda da ala conservadora, evidenciou-lhe a amplitude do saber, que se applicaria ao Direito Internacional, depois de ter versado outros ramos, como documentou o conferencista, ao exhibir a coleção das obras que possuía, escritas pelo Mestre, que, por fim, pontificou no Itamarati, com as responsabilidades de Consultor Jurídico.

Cancelada a aula referente à sua atuação no cargo, por impedimento molesto do orador escolhido, Embaixador Hildebrando Accioli, que superiormente o exerce na atualidade, coube ao Professor José Carlos de Ataliba Nogueira, a 7 de outubro, encerrar luminosamente o Curso.

Tratou o insigne mestre da Faculdade de Direito de S. Paulo de "Conceito de Estado", de acôrdo com os ensinamentos do jurista, que, em mais de uma oportunidade, fixou as suas idéias, de maneira incisiva. Não endossou os postulados de Bluntschli, para quem o Estado é a nação politicamente organizada. O orador contestou judiciosamente a expressão, mediante exemplos e argumentação, que lhe proporciona o seu profundo saber na especialidade. E louva, ainda uma vez, o conspícuo brasileiro, por não seguir, neste particular, o inspirador de algumas das suas conclusões, como também diverge, em vários lances, das teorias difundidas, com ardor, por Tobias Barreto.

A propósito, contesta o conferencista que tivesse havido uma "Escola do Recife", cuja chefia lhe atribuem. Em verdade, o seu verbo flogoso, acentuado pelo procedimento desabusado, agremiava resolutos admiradores, que lhe seguiam as diretrizes, especialmente nas letras e filosofia. Não se formou, porém, nenhum corpo de doutrinas jurídicas, de que resultasse realmente uma "Escola" bem definida. Bastará lembrar que Tobias, Silvio Romero e Clóvis, os mais acatados, defendiam orientações próprias, que não chegavam a enfeixar-se em algum sistema característico.

Todavia, ocorreu admirável surto, à sombra da Faculdade de Direito, ao tempo do ilustre sergipano, cujos discípulos souberam propagar-lhe a fama de agitador de idéias.

Aliás, a erudição do conferencista, que, porventura de propósito, não levara escrita a sua contribuição, permitiu-lhe opinar em assuntos marginais ao tema, com a galhardia de quem assás meditou a respeito.

Assim, quanto à legislação contrária às tradições brasileiras, que lhe incorreu em veemente condenação, e para lhe ataihar os malefícios, apontou o remédio na separação e autonomia dos poderes, de que depende o funcionamento normal das democracias, como desejou Clóvis, que tinha confiança plena em seu êxito, ainda quando se afigurasse dominada pelos totalitários. O seu culto ao direito e à liberdade não poderia ajustar-se a nenhum regime de força, apesar da suave tolerância com que admitia convicções contrárias às suas.

Era um justo e assim desejava que fôsem os outros. A mesma auréola, de bondade e modéstia, também lhe conferiu o presidente da sessão, sócio benemérito José Vanderley de Araújo Pinho, ao recordar episódios que testemunhou, em que se espelha a grandeza da alma de Clóvis Beviláqua, que bem mereceu as homenagens do Instituto, reconhecido à sua atuação de sócio benemérito.

Interrompendo a série do “Curso Clóvis Beviláqua”, outro luminar da ciência jurídica o Professor E. Castro Rebelo evocou, a 25, ao analisar a vida e obras de Pedro Lessa, cujo centenário de nascimento se registrava na ocasião.

Começando a revelar as suas qualidades características na imprensa, ainda estudante, tornou-se lente na mesma Faculdade de Direito de São Paulo, onde se distinguiu pelo saber e desassombro de seu proceder.

Advogado, dilatou o campo de ação, que lhe deu nomeada no fôro, no jornalismo, na cátedra.

O ardor de suas convicções não se atenuaria no Supremo Tribunal Federal, onde a sua opinião era acatada, a ponto, não raro, de firmar a jurisprudência, ainda oscilante.

O seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 23-8-1901, contribuiu para lhe evidenciar os méritos de historiador, que não se contentava com o simples conhecimento dos fatos, mas ainda os considerava à luz da filosofia de suas preferências, para judiciosa interpretação.

Impregnado de ensinamentos da ciência positiva que o levaram ao agnosticismo, voltou-se, nos derradeiros dias, aos sentimentos da infância, quando a educação religiosa lhe incutiu os fundamentos da fé cristã.

Ao terminar o conferencista a formosa alocução, em que examinou a individualidade insigne, de professor, de magistrado, de homem de caráter, e de escritor, que teve o nome de Pedro Augusto Carneiro Lessa, longos apausos mostraram o entusiasmo da assistência.

QUADRO SOCIAL

No decurso do período que hoje termina, sofreu o Instituto modificações em seu quadro social, prova incontestável de que floresce como organismo vivo, sujeito a renovações inevitáveis de seus elementos constitutivos.

Cooperadores prestimosos do seu engrandecimento emudeceram para sempre, substituídos por novos legionários, que, sem dúvida, se esforçarão por bem merecer as regalias adquiridas por votação.

AUGUSTO TAVARES DE LIRA

Antes que findasse dezembro passado, encerrou-se a vida edificante do sócio grande Benemérito Augusto Tavares de Lira, que, por longo prazo, exerceu o cargo de Vice-Presidente do Instituto.

Embora a saúde não mais lhe permitisse frequentar a sede, como se habituara, sempre que possível, desde a admissão, a 16-9-1907, o seu nome era sempre lembrado, como de confrade modelar, que todos respeitavam e admiravam pelo seu saber e integridade. Do aprêço que lhe tributavam os consócios, inúmeras se repetiram as provas, especialmente na "Revista", cujo n.º 228, de julho-setembro de 1955, traz diversos artigos que lhe realçaram os méritos de historiador, parlamentar, administrador, estadista, que aplicou a sua inteligência arguta na Presidência do Rio Grande do Norte, sua terra natal, no Ministério da Justiça e da Viação e Obras Públicas. Dispensável será a repetição dos conceitos então emitidos, que lhe assinalaram a superioridade exemplar da vida pública, expressa em atos e publicações, que os contemporâneos aplaudiram. Todavia, as qualidades particulares, de benevolência e sincera afabilidade no trato com os amigos, não apareciam em público, encobertas pela modéstia, que lhe distinguia a pessoa.

CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO

Natural de Lisboa, onde lhe festejaram o nascimento a 17 de fevereiro de 1869, Carlos Viegas Gago Coutinho não tardou em escolher a profissão em que se laurearia de glórias. Completando o curso da Escola Naval, começou, em 1888, a sua carreira de ofi-

cial de marinha, que participou de manobras militares, nos primeiros postos. Ser-lhe-ia, porém, mais do gosto o manêjo de instrumentos para observações astronômicas, em que revelou suma perícia. Aproveitado em trabalhos demarcatórios, palmilhou o continente africano de leste a este, e em sentido contrário. E quando o arrojado Sacadura Cabral empreendeu a travessia aérea do Atlântico Sul, não encontrou mais destro colaborador que o seu colega de farda e amigo, a quem confiou os encargos de determinar a cada momento a posição da aeronave e traçar-lhe a rota certa. E, assim, triunfantes, apesar da deficiência do material na época, saltaram, em junho de 1922, na baía de Guanabara, onde os colheu merecida consagração.

Desaparecido Sacadura Cabral, em acidente fatal, coube a Gago Coutinho honrar a prioridade portuguesa na viagem aérea de Portugal ao Brasil, que o levou, naturalmente, ao estudo das descobertas marítimas. Considerou-as à luz dos ensinamentos da náutica, aprendida na Escola Naval e praticada em contínuas peregrinações através de vários mares, além do Atlântico. Diversas monografias então elaborou, com o saber de navegador experiente e devotado a relembrar os feitos gloriosos dos seus ancestrais. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o admitiu em 1934, não se esqueceria de remeter as contribuições eruditas com que esclarecia os episódios principais, de que se orgulha Portugal.

Anualmente visitava o Brasil, e, nessa ocasião, comparecia ao Instituto, que lhe dedicava especial apreço, e, por isso, lhe deplorou o emudecimento a 18 de fevereiro.

NESTOR DOS SANTOS LIMA

Em Natal, onde se radicou em casa próxima do Instituto Histórico e Geográfico, do qual era o mais ardoroso animador, finou-se, a 26 de fevereiro, o Dr. Nestor dos Santos Lima, um dos fundadores da Academia de Letras do Rio Grande do Norte.

Autor de várias obras, acêrca da história regional, em que adquiriu autoridade, a Assembléia-Geral, a 27 de dezembro de 1944, acolheu-o no quadro social do Instituto, ao qual sempre se mostrou afeiçoado, embora continuasse a residir em seu Estado natal.

RICARDO LEVENE

Nascido em Buenos Aires, a 7 de fevereiro de 1885, já exhibia o Dr. Ricardo Levene credenciais de historiador arguto, quando compareceu ao Congresso de História da América, reunido no Rio de Janeiro em 1922, como delegado de seu país. Outras missões

análogas desempenharia daí por diante, em várias oportunidades, sem abandonar as pesquisas de suas preferências. A sua opulenta bibliografia, consagrada especialmente a assuntos argentinos, abrange mais de meia centena de obras, em que se inclui : "Ensayo historico sobre la revolución de Mayo y Mariano Moreno", "Sarmiento, sociologo de la realidad argentina y americana", "El pensamiento vivo de Mariano Moreno", "Les origines de Buenos Aires et le sens de son evolution historique", "História de la Nacion Argentina" (9 vols.) de que foi o diretor-geral e principal colaborador, assim como da "História da América" (14 vols.).

Presidente da Universidade Nacional de La Plata, da Academia Nacional de História, e de outras instituições, mereceu os louvores dos especialistas, que lhe lamentaram o desaparecimento em março de 1959.

MÁRIO CARNEIRO DO RÊGO MELO

Com elogioso parecer elaborado por Clóvis Beviláqua e subscrito por Pedro Lessa e Basílio de Magalhães, que também honravam a Comissão de História, ingressou Mário Carneiro do Rêgo Melo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conforme solicitara. Serviram-lhe de credenciais três trabalhos submetidos à apreciação dos julgadores : "A Maçonaria no Brasil", Recife, 1909, "A Maçonaria e a revolução de 1817", Recife 1912, "Fazenda Modelo", Recife 1913.

"O primeiro dêles, comenta o parecer de 30 de abril, é uma oração, proferida em dia solene, na qual o orador, hábilmente, aproveita a oportunidade para provar que as primeiras lojas maçônicas fundadas no Brasil foram as de Pernambuco.

No fim do século XVIII, efetivamente, o sábio naturalista Arruda Câmara, que era, também, um esforçado patriota, criou uma sociedade secreta, em Itambé, intitulada "Areópago". Que êsse núcleo foi ponto de irradiação de idéias liberais, que influuiu na evolução politica da região e que determinou a criação de outras sociedades congêneres, como a Academia do Paraíso e a de Suassuna, não se pode recusar ao Sr. Mario Melo, e aos que se tem ocupado com êsse capítulo da formação de nossa nacionalidade."

O segundo opúsculo, de maior tomo que os outros, é, por assim dizer, o desenvolvimento de idéias, que o antecedente esboçara. Nêle se mostra como a maçonaria influuiu, consideravelmente, na difusão das idéias liberais e do sentimento republicano, em nosso país, contribuindo de modo decisivo, para a revolução de 1817, em Pernambuco, dando-lhe a feição idealista, que a caracteriza, e a torna, sobremodo, simpática aos que lhe revêm os fatos.

Dêsses escritos, e particularmente, do segundo, onde se encontrou um bem feito resumo da revolução de 1817, em Pernambuco, ressaltam as apreciáveis qualidades do Sr. Mário Melo, como estudioso da história pátria, qualidades que nos asseguram nêle um digno e ativo colaborador da obra que o Instituto pôs a peito realizar (Parecer de 30 de abril de 1917).

Exceto o último, que versa especialmente assunto de economia rural, embora lhe acrescente informações acêrca das localidades vizinhas ao estabelecimento organizado na faixa pernambucana, que flanqueia a Paraíba, os dois primeiros patenteiam as idéias orientadoras do candidato que, diferentemente das normas habituais, não aguardou proposta de nenhum admirador. Foi êle próprio quem se apresentou, em carta de 7 de agosto de 1913, na qual mencionou os títulos que se afiguravam justificativos da pretensão e mercê dos quais concluiu :

“Julga o signatário bastante as provas que remete para que em sua alta sabedoria resolva o Instituto Histórico se deve ou não honrá-lo com a inclusão de seu nome entre os de seus associados.”

Aprovado o parecer, conseguiu o que pretendia, a 31 de maio de 1917, quando já exercia o cargo de primeiro-secretário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, antes de se tornar perpétuo, por indicação de Oliveira Lima.

Embora atuasse na Repartição dos Telégrafos, que lhe causaria mais de uma transferência para localidades distantes, em revide oficial aos seus artigos de jornalista incansável, não lhe tardou completa identificação com a entidade gloriosa, de que era por fim incontestável personificação.

Nada que se referisse à instituição histórica deixaria de provocar-lhe a intervenção, tanto pela imprensa, em que mantinha colunas diárias para os seus comentários, como por iniciativas merecedoras de aprovação geral.

Proporcionava-lhe assuntos prediletos de exaltação patriótica, em contraste com os que lhe provocavam a crítica veemente.

As mais das vêzes, todavia, apreciava serenamente os fatos, como evidenciou a comemoração do seu jubileu, promovida pela “Associação de Imprensa de Pernambuco”, em 1950, ao recordar o primeiro número de *O Album*, de 1 de junho de 1900, de cuja redação participara.

Não contaria, então, dois decênios de existência, pois nascera a 5 de fevereiro de 1884, e assim iniciado no jornalismo, jamais deixaria de freqüentá-lo, ainda quando as peregrinações que não lhe faltaram, e vicissitudes da vida, o levassem para longe de seu escritório costumeiro. Apressava-se em regressar, assim que lhe fôsse possível, pois que no Recife, sua cidade natal, mantinha

todos os seus centros de interesse cultural, no Instituto Arqueológico e Academia Pernambucana de Letras, da qual era também Secretário Perpétuo, na Associação de Imprensa, na Faculdade de Ciências Econômicas, onde exercia o magistério, e nos jornais, de que era, por fim, o decano dos colaboradores.

Todavia, depois da fundação, em 1937, do Conselho Nacional de Geografia, de cujas Assembléias anuais participou ativamente, como delegado de Pernambuco, tornaram-se mais frequentes as suas viagens à Capital Federal, onde não deixava de visitar o Instituto, em cujos últimos congressos de história também atuou, com o decidido ânimo de cooperar. Era uma forma de manifestar a sua estima e apêgo à instituição, que o acolhera em 1917, e a que se mostrou reconhecido, até baquear a 24 de maio de 1959.

JOSÉ MARIA BELO

Embora lhe fôsse do agrado o ingresso no Instituto Histórico, onde encontraria ambiente propício aos seus pendores intelectuais, José Maria Belo não conseguiu tornar efetiva, pela posse, a eleição de 23 de junho, na qual a Assembléia Geral lhe reconheceu proficiência de historiador. Vinha de longe a sua trajetória, iniciada a 18 de dezembro de 1885, no município pernambucano de Barreiros, donde se transferiu para o Recife, onde completou o curso de humanidade, antes de se mudar para a Capital Federal.

Aqui se diplomou pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, habilitando-se a cargos administrativos de relêvo e de representação, como delegado do Brasil junto à O.E.A., deputado federal e senador por Pernambuco, de que seria o Presidente, caso não ocorresse a Revolução de Trinta, que lhe anulou o mandato.

Simultaneamente, desenvolveu atividades literárias, primeiramente no jornalismo, depois em pesquisas históricas. Além de ensaios enfeixados em "Estudos Críticos", 1917, "Novos Estudos Críticos" (1918), "Inteligência do Brasil" (1935), "Retrato de Machado de Assis" (1952) e tantos outros, consagrou-se à elaboração da "História da República", de que fôra não sòmente observador sagaz, mas, em fase transitória, igualmente personagem de prestígio. A primeira edição trouxe a data de 1940, mas a aceitação da obra causou-lhe mais de uma recdição, inclusive a 4ª, recente.

Já possuía credenciais de valia incontestável, quando proposta de 10 de março de 1959, assinada por 16 confrades, lhe indicou o nome para preencher uma das vagas existentes no Instituto. Bem acolhido pela Comissão de História, que lhe exaltou os méritos, não lhe faltou homologação do plenário na primeira oportunidade. Não lhe consentiu, porém, a precária saúde, que atendesse ao con-

vite para tomar posse, no Instituto, como também o impediu de ser o orador no agradecimento à Academia Brasileira de Letras, pela concessão do "Prêmio Machado de Assis", a maior láurea que lhe poderia destinar.

Afastado de seus labores, José Maria Belo sucumbiu, a 25 de agosto de 1959.

ALOÍSIO DE CASTRO

Já era o filho de Francisco de Castro lente catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quando, a 30 de maio de 1911, Max Fleiuss, Artur Guimarães, Norival Soares de Freitas, lhe propuseram o nome para o Instituto Histórico.

Como o pai, que, nascido na Bahia, em 1857, conquistou sublime fama de professor, médico, orador, e ainda se achava em ascensão, quando repentinamente sucumbiu em 1901, Aloísio de Castro seguir-lhe-ia as pegadas, embora privado de sua desvelada assistência, antes de alcançar a maioridade legal.

Órfão do mestre incomparável, que lhe herdou o bom-gosto literário, o amor aos livros e à profissão, doutorou-se em 1903, com distinção em tôdas as disciplinas e prêmio de viagem à Europa.

Em breve, obteve, mediante concurso, a cátedra, que lhe permitiu evidenciar vocação incoercível para o magistério.

A medida que lhe avultava o renome, crescentes responsabilidades lhe conferiam as entidades requestadoras de sua fecunda cooperação. A Academia Nacional de Medicina, desde 1904, a Faculdade de Medicina, cuja diretoria lhe coube por operosa década, a partir de 1915, a Academia Brasileira de Letras, que o elegeu, para suceder a Osvaldo Cruz, em 1917, e inúmeras instituições congêneres, gloriavam-se de contá-lo entre os seus pares.

Exaltavam-lhe a palavra oracular, que sabia expressar, em fraseado de lei, judiciosos conceitos, indicativos de seguros conhecimentos humanísticos, a serviço das ciências médicas.

Infelizmente, não logrou o Instituto análogas venturas, embora patenteasse propósitos de beneficiar-se, também, com a sua companhia, ao aprovar, por unanimidade, o parecer da Comissão de História, que afirmara:

"O livro do Sr. Professor Aloísio de Castro, denominado *Aloeuções Acadêmicas*, se não é rigorosamente um trabalho histórico, encerra grandes subsídios dessa natureza, e por isso, pode, muito bem, servir de base à sua proposta de admissão em nosso grêmio."

"O discurso proferido por ocasião do centenário do ensino médico do Brasil, a 3 de outubro de 1908, pode ser aceito como

brilhante monografia histórico-literária e os seus outros trabalhos nas sessões solenes da Academia de Medicina oferecem igualmente fartas contribuições para a matéria que constitui o nosso escopo direto.”

De igual modo, a Comissão de Admissão de Sócios não hesitou em opinar favoravelmente, de sorte que se lhe incluiu o nome entre os sócios efetivos no respectivo “Cadastro”, organizado a 31 de agosto de 1912.

Todavia, não perdurou o contacto por longo prazo. Apagaram-se-lhe os passos no Instituto, quando mais luminosa trajetória assinalavam as lãureas académicas, alcançadas em todos os ramos de atividades a que se devotasse.

Orador primoroso, como evidenciam as *Alocações Acadêmicas*, enfeixadas em vários volumes, poeta de inequívoca inspiração, mestre acatado, que elaborou o *Tratado de Semiótica Nervosa*, além de dezenas de monografias científicas, em sua especialidade, compositor de suaves peças para piano, com que se despicava das amofinações da labuta diária, não se ufanava do seu primado intelectual. Ao contrário, como que o dissimulava discretamente, para se utilizar em momento propício, quando solicitado. Nessas ocasiões, avantajava-se o erudito saqaz, que sabia aclarar, com a sua palavra oportuna e sábia, as dúvidas acerca de temas controversos. As discussões, porém, não lhe perturbavam a serenidade do espírito, nem a afabilidade envolvente, no trato fidalgo que o distinguia.

Artista da palavra, também o era dos gestos e do bom-gosto, com que dotou o lar em que vivia, enlevado pelo sonho, de maravilhoso museu de obras-primas, de pintura e escultura.

Tais características de sua peregrina individualidade foram florescer em outras instituições culturais.

Privado do convívio nobilitante de Aloísio de Castro, o Instituto se enlutou com o desaparecimento, a 7 do corrente, do sócio efetivo admitido a 17 de julho de 1911.

ADMISSÕES

O desaparecimento de tão preclaros confrades tornou necessária a sua substituição por quem pudesse continuar-lhes os esforços em prol do engrandecimento do Instituto, que, em Assembléia Geral de 23 de junho, tomou as decisões que se faziam necessárias.

Promoveu a Grande Benemerito o Almirante Carlos da Silveira Carneiro, cujas atividades no Instituto lhe recomendaram a eleição de 6 de agosto de 1921.

A Beneméritos, os sócios efetivos Levi Fernandes Carneiro, eleito a 22-8-1931 e José Augusto Bezerra de Medeiros, que se

tornaram credores da instituição pela cooperação que lhe têm proporcionado.

Antes da sua admissão, a 15-12-1955, já o segundo atuava na Câmara dos Deputados, como fervoroso defensor das aspirações do Instituto, em benefício do qual apresentou projeto de cessão do terreno do Silogeu, para a construção da sua sede futura, em substituição à atual, sobremaneira danificada.

Na classe de sócios efetivos ingressaram Apolônio Nóbrega Carneiro da Cunha e Paranhos Antunes.

Do primeiro, a Revista do Instituto estampou, em seu número 222, do primeiro trimestre de 1954, o alentado ensaio acêrca de "Dioceses e Bispos do Brasil", que lhe espelhou o devotamento às pesquisas.

Quanto ao General Deoclécio de Paranhos Antunes, a sua bibliografia opulenta-se de obras de alta valia, iniciadas ainda na mocidade, quando a poesia lhe abrasava o entusiasmo.

Depois, enveredou resolutamente pelos domínios da História, em que não tardou a adquirir justa nomeada.

Figuraria, há muito, entre os sócios do Instituto, se não tivesse êle próprio impedido que prosseguisse a proposta indicativa do seu nome para o sufrágio respectivo na primeira oportunidade.

Para correspondentes, foi aprovada a indicação de dois escritores acatados.

Um, José Maria Belo, apesar do aprêço que devotava ao Instituto, não teve oportunidade de tomar posse, impedido pelo precário estado de saúde.

O outro, Sérgio Buarque de Holanda, também já publicou obras de valia incontestável, mencionadas na proposta que lhe indicou o nome à aprovação do Instituto.

Na mesma ocasião, foi eleito sócio honorário o embaixador Sebastião Sampaio, que desenvolvia as suas atividades na imprensa carioca, onde se tornou conhecido, quando recebeu a nomeação para a primeira missão diplomática no exterior.

Repetida a incumbência, mais de uma vez, tornou-se, afinal, Embaixador do Brasil, que tanto operou na Suécia, como igualmente no México, e em vários outros países.

COMISSÕES ESPECIAIS

Para comemorar o primeiro centenário de nascimento do insigne autor do Código Civil, o Presidente do Instituto nomeou a comissão constituída do Dr. Álvaro José Barbosa Lima Sobrinho, Dr. Haroldo Valadão, Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva,

Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Deputado Luís Viana Filho, Ministro Rubem Rosa.

De suas sugestões, resultou, além da medalha comemorativa, o programa do "Curso Clóvis Beviláqua", de realização iniciada a 11 de agosto, para lhe estudar os diversos aspectos da vida profissional, desde a "Faculdade de Direito do Recife", até o Itamarati.

Na mesma ocasião organizou outra comissão, para estabelecer as bases da grande "Exposição Internacional, cartográfica e iconográfica, de tudo o que houver de mais importante nos nossos arquivos e nos das demais nações da América, da Europa, sobre o Brasil, desde o seu descobrimento até os primórdios do Século XIX", como esclareceu o consócio Marcos Carneiro de Mendonça, ao tratar da primeira transferência, em 1763, da Capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro.

Como seus parceiros de comissão foram escolhidos :

Dr. Américo Jacobina Lacombe, Dr. Artur César Ferreira Reis, Dr. Edmundo Muniz, Dr. José Vanderley de Araújo Pinho, Dr. Pedro Calmon.

Ainda terceira comissão, incumbida de providenciar a elaboração de projeto e a construção da futura sede do Instituto, reuniu os nomes do Professor Adolfo Morales de los Rios Filho, Dr. Artur César Ferreira Reis, Almirante Carlos da Silveira Carneiro, Ministro Ernesto de Sousa Campos, Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Brigadeiro Henrique Fleiuss, Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Eng. Virgílio Corrêa Filho.

Dando principio à sua tarefa, a Comissão promoveu reuniões semanais em que aceitou, de principio, as sugestões do Professor E. de Sousa Campos, e solicitou ao seu proficiente companheiro, Professor A. Morales de los Rios Filho, a elaboração de um esboço, que orientasse os trabalhos arquitetônicos ulteriores.

Prontamente ideou o futuro edificio, que, para não funcionar defeituosamente, necessitava de retificação de algumas linhas de seu terreno.

Sem perda de tempo, a Comissão pleiteou, com a colaboração eficiente do referido Professor, a regularização dos limites do terreno de que, afinal, dependeria o projeto definitivo.

IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

A fim de comparecer às reuniões do IV Colóquio Internacional, o Presidente do Instituto designou delegação composta

dos sócios : Aloísio de Carvalho Filho, Artur César Ferreira Reis, José Vanderley de Araújo Pinho, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Pedro Calmon.

Depois da sua inauguração, a 10 de agosto, na cidade do Salvador, desdobraram-se os estudos por oito sessões, até o dia 21, em que se verificou o encerramento.

Nesse intervalo de 11 dias, puderam os congressistas tomar conhecimento de 177 comunicações e participar dos debates que muitas suscitaram.

OCORRÊNCIAS ASSINALADAS

— Em várias cerimônias expressivas esteve presente o Instituto por seus delegados, como ocorreu na Biblioteca do Itamarati, a 26 de junho, onde o representante do Governo de Pernambuco fez entrega ao Primeiro-Secretário da “Medalha Guararapes”, também conferida a várias instituições e individualidades, que assistiram, no Recife, às comemorações do Tricentenário da Restauração.

— Da trasladação dos restos mortais do Marechal Deodoro da Fonseca, a 15 de novembro, para o monumento à Praça Paris, participou o Instituto, ao credenciar para tal solenidade o General-de-Exército E. Leitão de Carvalho, que desempenhou, a primor, o encargo que lhe coube.

— Desde a chegada da Missão Portuguesa, cujo chefe, o Professor Caieiro da Mata, entregou ao Presidente da República especial convite com o propósito do Brasil cooperar para maior brilho das homenagens projetadas por ocasião do V centenário de falecimento do “Infante D. Henrique, o Navegador”, o Instituto compareceu às respectivas cerimônias, culminadas em solene sessão realizada no Gabinete Português de Literatura, em que se fez ouvir o seu orador oficial, Reitor Pedro Calmon, em primorosa alocação.

— Recentemente, contribuiu o Instituto para racional solução do problema da substituição de nomes de ruas cariocas, sem ofensa às tradições nacionais, conforme parecer da Comissão de História, de que foi relator o sócio efetivo Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. Encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, houve por bem S. Ex^a aceitar-lhe a segura argumentação, para fundamentar sua decisão judiciosa.

SERVIÇOS INTERNOS

Os trabalhos de mudança, empreendidos sem interrupção dos afazeres rotineiros, desenvolvem-se, sob a chefia eficiente de dona

Adelaide Morosini Alba. Os operários, avezados ao manêjo dos livros, acordes com o regime aconselhável, continuaram a operar, em horas extraordinárias, evitando a admissão de servidores estranhos.

Destarte, a Sala de Leitura não deixou de prestar serviços aos consulentes, que atestam a boa ordem dos fichários e a presteza com que são atendidos pelas dedicadas funcionárias.

A propósito, a estatística respectiva aponta :

Consultas :

Livros — Opúsculos	51.922
Jornais e revistas	46.604
Mapas	11.089
Documentos do Arquivo	54.723
Visitantes do Museu	927

Doações :

Livros — Opúsculos	487
Revistas — Jornais	908
Catálogos e documentos	105
Mapas	9

O Instituto ainda recebeu, por doação, 4 medalhas, a saber :

- 1 — Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira — Presidente Alfredo Stroessner
- 2 — Cidade de São Carlos — Conde do Pinhal
- 3 — Medalha Guararapes
- 4 — Miniatura barreta e respectivos estojos, em que está vazio o lugar da Medalha «Mérito Tamandaré»

A correspondência constou de :

Ofícios, cartas, telgramas — recebidos	2.398
Idem, idem, idem — expedidos	3.626

No mesmo período, efetuaram-se os seguintes serviços :

— *Biblioteca*

Revisão e catalogação de 6.200 obras, e colocação das respectivas fichas, por assunto, autor e referências, nos diversos lugares.

— *Arquivo*

Catalogação de 320 documentos e continuação da cópia da Coleção do Barão de Cotegipe.

Mapoteca

Terminação da catalogação revista.

Microfilmagem

Os serviços prosseguem, executados pelo técnico Wilhelm Augusto Heim, que microfilmou 6 668 imagens, acondicionadas

em 141 pastas, devidamente classificadas, que facilitam as consultas.

As alterações ocorridas nos serviços internos não prejudicaram o andamento normal das iniciativas do Instituto, entre as quais sobreleva a "Revista", que se mantém em dia, como prova a distribuição do tomo 243, correspondente ao segundo trimestre de 1959.

Para tão louvável resultado, contribuíram os abnegados consócios, que lhe constituem a Comissão Diretora, General Estêvão Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns, Cel. Ref. J. B. Magalhães, diligentemente auxiliados por D. Adelaide Morosini Alba. Merecem igualmente elogios, como responsáveis pelo êxito, os proficientes funcionários do Departamento de Imprensa Nacional, superiormente dirigidos pelo Dr. Alberto de Brito Pereira, entre os quais deixou de figurar, em consequência de merecida aposentadoria, o Secretário da Divisão de Produção, Ormino da Rocha Santos, a quem fica registrado, nesta oportunidade, o reconhecimento do Instituto à sua competência especializada e espírito de cooperação, sempre atento em sugerir soluções que harmonizassem as exigências do Departamento, de que era representante operoso, com as solicitações da "Revista", a que ainda continua a prestar eficaz assistência.

FUTURA SEDE

As incessantes indagações acêrca da construção do prédio, que deverá substituir o meio centenário Silogeu, condenado pelo projeto municipal de urbanização da área circunjacente, evidenciam anseios gerais, de sócios e observadores, interessados em conhecer a solução que será adotada.

Releva notar, de principio, os fatores de inequívoca relevância que embaraçavam o andamento do projeto.

Preliminarmente, urgia a fixação das linhas perimetrais do terreno, que dependiam de decisão final da Prefeitura, uma vez que o plano de urbanização referente à quadra determinara largo recuo na Avenida Teixeira de Freitas.

O Instituto, em requerimento protocolado sob número 7.950, de 11 de outubro de 1957, pleiteou a retificação de uma das linhas, do lote remanescente, para evitar canto esconso sobremaneira inconveniente. Ao mesmo tempo, iniciava providências que lhe permitissem desocupar a sede atual, sem maiores perturbações em suas atividades. Examinadas as possibilidades de mudança para outros imóveis, a título gratuito, gentilmente oferecidos pela Prefeitura Municipal, embora necessitassem de custosas despesas de adap-

tação, ou oneroso, mediante aluguel de local compatível com as necessidades da instituição, a Comissão julgou preferível a transferência para a ala da frente, que será demolida, para alargamento da referida avenida.

Terminados os reparos indispensáveis e a limpeza respectiva, deu-se começo ao transporte das publicações acumuladas no "Depósito das Revistas", provisoriamente arrumadas nas duas salas da frente, à espera das armações de madeira, desarticuladas e removidas para o local em que foram de novo restauradas.

Assim que os serviços de carpintaria permitiram, teve início a operação final, que vai ordenando nas prateleiras ao longo das paredes as revistas e publicações especiais, devidamente empacotadas e numeradas. Ultimada a primeira fase prevista para as próximas semanas, a trasladação aplicar-se-á às estantes metálicas e aos livros que lhes opulentam as prateleiras, na sala denominada de Biblioteca, e em seguida, ao Arquivo e Museu.

Como se dirigem os esforços para o mesmo objetivo, da construção da futura sede, entrosam-se as providências preparatórias, embora independentes na aparência.

A tarefa que ao Instituto, pelos seus funcionários, cabia efetuar, já se acha em grande parte praticada, sendo de prever a sua conclusão em breve prazo.

O empreendimento, porém, condicionou-se a conjunturas verificadas fora do seu ambiente.

A primeira decorre do financiamento das obras, para o qual atos federais, números 38.407, de 23 de dezembro de 1955, e 3.442, de 2 de setembro de 1958, proporcionaram, respectivamente, auxílios de Cr\$ 8.000.000,00 e Cr\$ 30.000.000,00, quantias depositadas em estabelecimento bancário, e intactas até hoje.

Conhecido o preço atual das utilidades, torna-se evidente que tais importâncias apenas permitirão o começo das obras. Faz-se mister reforçá-las, como sugeriu o projeto n.º 412, que o eminente deputado José Bonifácio submeteu à consideração da Câmara Federal, que o está examinando com simpatia.

Ainda quando, porém, estivesse garantido o financiamento da construção do edifício de 12 pavimentos, o seu início permanecia dependente do projeto, que, por sua vez, não podia ser concluído antes da definitiva delimitação do terreno.

Para êsse fim, o Professor Morales de los Rios e o Primeiro-Secretário conferenciaram com o Secretário da Viação e Obras Públicas, a quem expuseram a situação aflitiva em que se encontra a centenária instituição cultural, necessitada de erguer a sua sede em condições apropriadas.

Tanto o Professor Mauro Viegas, como os seus imediatos colaboradores da Divisão de Urbanismo, a começar do chefe, Eng. José de Oliveira Reis, mostraram-se vivamente empenhados em firmar solução judiciosa, prestes a ser homologada.

O Instituto renova neste ensêjo, ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas e aos dignos auxiliares, que atuaram nos estudos do problema, o seu reconhecimento antecipado pela decisão final, que lhe permita apressar a elaboração do projeto em andamento, de cuja execução cabal dependerá o melhoramento das instalações do Instituto, para bem cumprir a sua relevante missão cultural.

ATAS DAS SESSÕES DE 1959

Ata da Sessão Especial Comemorativa do Dia Panamericano em 14 de abril de 1959 (Sessão nº 1903). Conferência do Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva sobre: «O Panamericanismo e a Operação Panamericana»

Em comemoração do Dia Panamericano, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, às 17 horas do dia 14 de abril, em sessão presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, ao constituir a Mesa, convidou o Ministro das Relações Exteriores, Dr. Francisco Negrão de Lima que se achava presente, para tomar lugar à sua direita, e o representante do Sr. Presidente da República, Ministro Aloisio Napoleão, à esquerda, seguidos, de um lado e do outro, do Representante do Sr. Ministro da Guerra, Coronel Ivanhoé de Oliveira do Sr. Prefeito Municipal, Major Alfredo dos Santos Cunha, do Brigadeiro Henrique Fleiuss, do primeiro Secretário Virgílio Corrêa Filho e do sócio correspondente, Prof. A. Ramos, que pela primeira vez comparecia, depois de sua eleição.

Declarando aberta a sessão, o Presidente Perpétuo lamentou ter que assinalar o falecimento, depois da última reunião de sócios eminentes, como o almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, sócio correspondente desde 15 de dezembro de 1934 — falecido a 18 de fevereiro, Nestor dos Santos Lima, admitido em 27-12-1944, Ricardo Levene, eleito a 1-10-1928.

Em seguida, o Primeiro Secretário leu as Efemérides do Barão do Rio Branco referentes à data e o telegrama transmitido pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura:

«Ensejo conferência sobre tão interessante tema: Panamericanismo e a Operação Panamericana vg lastimo não poder comparecer face múltiplos compromissos do momento pt Aproveito oportunidade de felicitar ilustre conferencista augurando sucesso conferência pt Clovis Salgado, Ministro Educação.»

Tendo o seu douto autor oferecido ao Instituto a obra: «Brasil e Chile na época do Império, amizade sem exemplo», elaborada

em grande parte em sua Biblioteca, o sócio Benemérito Cláudio Ganns entregou à Mesa a seguinte apreciação:

«Estamos hoje aqui num alegre dia de festa íntima. Como aqueles que os romanos marcavam com uma pedra branca.

É que o nosso eminente 1.^o vice-presidente e sócio grande benemérito, ministro Alfredo Valadão, acaba de publicar o seu último livro: *Brasil e Chile na época do Império — amizade sem exemplo*.

Disse o último, por ser o mais recente, mas acredito que ainda não seja o último, da sua longa vida laboriosa e atuante.

Alfredo Valadão, na sua velhice verde de mais de 85 anos, na sua atividade intelectual, é um digno exemplo para os moços.

Aqui mesmo, no Instituto, o vimos por mais de um ano, na pesquisa incessante, para compor esse belo trabalho histórico. A argúcia da investigação, junta-se ali a paciência do investigador, do homem extremamente erudito — possuído de um espírito ágil e de uma memória invejável.

A história da amizade entre o Brasil e o Chile, que vem de fatos na colônia e se projeta por toda a época imperial — aí está sucinta e belamente narrada no terreno diplomático e cultural, com episódios marcantes, balizados por figuras representativas: de um lado — Ponte Ribeiro, Varnhagen, Saraiva, Lafayette, Aguiar de Andrade e de outro — por Barros Arana, Lastarria, Andres Belo — e pelas visitas da belonave chilena ao Brasil — o *Almirante Cockrane* e de belonaves brasileiras ao Chile: o *Vidal de Oliveira* e o *Almirante Barroso*.

Uma bela e longa história, que se projeta aos dias atuais, e que neste livro infelizmente termina em 1889.

Não é aqui o lugar próprio para se fazer a crítica do livro curioso e interessante, que marca um novo laço de união cultural, entre os dois países — a qual será feita em nossa revista.

Mas, por antecipação, é o momento de se requerer um voto de aplauso do Instituto ao seu venerando 1.^o vice-presidente, cuja mocidade de espírito ainda nos permite esperar dele outras tão valiosas contribuições, como esta, para a nossa cultura histórica.

Parabens a Alfredo Valadão!»

Coube ao sócio efetivo, Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, a quem o Presidente concedeu a palavra explanar a preceito o tema relacionado com a data: «Panamericanismo e a Operação Panamericana».

A documentada conferência, que será oportunamente publicada, mereceu os aplausos da assistência, a quem o orador lembrou as origens das comemorações anuais que o Instituto consagra

à fraternal solidariedade entre os povos da América. Por fim o Presidente agradeceu a presença das aitas autoridades, dos representantes e das pessoas, que lhe atenderam ao convite para a sessão comemorativa, e declarou-a encerrada.

Enviaram telegramas e ofícios, ulteriormente recebidos: Brigadeiro Francisco Mello, Ministro da Aeronáutica, Almirante Matoso Maia, Ministro da Marinha; Ministro da Agricultura Dr. Mário Meneghetti; Deputado Dr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados; Dr. Herbert Moses, Presidente da ABI; Prof. Rufino de Almeida, Diretor da Escola Nacional de Engenharia.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Arthur César Ferreira Reis, José Antônio Soares de Souza, Mário Ferreira França, Francisco Marques dos Santos, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, R. Antônio Ramos, Estevão Leitão de Carvalho, Adolfo Morales de los Rios Filho, Washington Perry de Almeida, Herbert Canabarro Reichardt, Ildefonso Mascarenhas da Silva, José Augusto Bezerra de Medeiros, Carlos da Silveira Carneiro, Heraclides César de Souza Araújo, Ivolino de Vasconcellos, Henrique Fleiuss, Eugênio Vilhena de Moraes, Marcos Carneiro de Mendonça, Pedro Calmon e José Moreira Brandão Castello Branco.

Ata da Sessão Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 29 de maio de 1959 (Sessão 1904).

Conferência do Sócio Efetivo Marcos Carneiro de Mendonça sobre: «Aspectos e Problemas da Vida Amazônica no Século XVIII».

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinqüenta e nove, às dezessete horas e quinze minutos, teve lugar a sessão presidida pelo 2.º Vice-Presidente, Sócio Benemérito Rodrigo Octávio Filho, visto não estarem presentes os Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, nem o 1º Vice-Presidente, Ministro Alfredo Valadão.

O Presidente, havendo número legal, declarou aberta a sessão e convidou para fazer parte da mesa, a Exma. Sra. Courtney Espil, Embaixatriz da Argentina, o Professor Fontenelle, pela Sociedade Brasileira de Geografia, o Dr. Agenor Barbosa, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o General De Pa-

ranhos Antunes, do Instituto de História Militar e o Dr. Nélson Costa, e Geográfico do Instituto Histórico e da Cidade do Rio de Janeiro.

O Presidente solicitou do Primeiro Secretário, sócio Grande Benemérito, Virgílio Corrêa Filho, que lêsse as «Efemérides» do Barão do Rio Branco relativas ao dia, o que foi feito.

Pede a palavra, para fazer uma proposta, o sócio Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa que a lê e justifica nos seguintes termos:

«Proponho que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirija ao Exm.^o Sr. Prefeito do Distrito Federal para que seja dado a uma das ruas desta Capital, o nome do Engenheiro Heitor Silva Costa, o idealizador, arquiteto e construtor do monumento a Cristo Redentor, no alto do Corcovado.

A cidade do Rio de Janeiro está em falta com êste seu ilustre filho desde 12 anos, que são os decorridos após o seu falecimento, não perpetuando a memória de Silva Costa pela forma a mais banal: dar seu nome a um dos logradouros públicos.

Indubitavelmente o monumento a Cristo Redentor é a mais bela e grandiosa obra de arte de quantos ornãm a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Desejo propôr ainda que a futura rua Heitor Silva Costa fique nas adjacências do Corcovado, quiçá uma estrada que vá do Sopé ao alto da colina, contanto que a sua realização não se torne remota.

Esta preferência tem significação histórica porque o caminho ingreme de acesso ao monumento recorda as dificuldades de toda ordem que o construtor teve que vencer durante três anos, até a inauguração dêle na tarde de 12 de outubro de 1931».

Peço o apôio do Instituto Histórico para a proposta. A causa é justa. Muitos dos consócios conheceram e tiveram relações pessoais com Heitor Silva Costa. Contudo peço licença para em traços rápidos recordar a sua vida e obra.

Heitor Silva Costa nasceu nesta cidade a 25 de julho de 1873 e nela faleceu a 21 de abril de 1947. Era filho do Conselheiro do Império José Silva Costa e de D.^a Elisa Guimarães da Silva Costa.

Formado em Engenharia pela Escola Politécnica em 1896, Heitor Silva Costa foi Professor de Desenho de Arquitetura da mesma Escola, e depois Livre Docente da Cadeira de Arquitetura na Escola de Engenharia.

Arquiteto foi a sua profissão. Autor de diversas obras e monumentos não só no Rio de Janeiro como em Petrópolis, São João d'El Rey, Campanha, Juiz de Fôra.

Jornalista e homem de convicções religiosas e políticas, colaborou na Imprensa e publicou vários trabalhos sobre arte e religião.

Comendador da Ordem de São Gregório Magno e um dos cinco contemplados com o Prêmio Paulo de Frontin, concedido pelo Club de Engenharia, é autor de obras que concorreram para melhorar e embelezar a cidade do Rio de Janeiro.

A concessão deste prêmio foi feita com solenidade pelo Club de Engenharia no dia 17 de setembro de 1940 na qual o orador oficial, Engenheiro Alberto Pires Amarante, teve palavras como estas: «Tiveste Heitor Silva Costa a glória de conceber, antever, concretizar, e executar, animar esse grande conjunto de Engenharia, Arquitetura e Estatuária, de graça e de forma, de beleza e conforto moral que hoje domina a cidade do Rio de Janeiro».

Não preciso, Sr. Presidente, de outras palavras para justificar a proposta que tenho a honra de fazer neste momento em bem da memória do arquiteto de renome universal que foi Heitor Silva Costa.

Sala das Sessões, 29 de maio de 1959».

A proposta foi aprovada e aplaudida.

O Presidente informa que a Diretoria do Instituto tomará as providências necessárias para a solução da proposta e, sem mais embargo, dá a palavra ao orador para pronunciar a sua conferência.

Com a palavra, o sócio Marcos Carneiro de Mendonça discorre sobre o assunto — «Aspectos e problemas da vida amazônica no século XVIII» — durante 50 minutos, sem apelar para nenhum meio nemotênico, produzindo uma dissertação cheia de informações históricas e que despertou no auditório vivo interesse. As fontes do trabalho do orador são as cartas de Francisco Xavier Furtado de Mendonça, governador do Pará, escritas a seu irmão, o Marquês de Pombal, em número de 200, existentes no Museu Britânico, que o orador fez copiar e hoje fazem parte do seu arquivo. Da leitura desses documentos tirou o conferencista a substância da sua minuciosa peça abrangendo vários itens: situação precária da região, escassez de alimentação, fronteiras sem defesa, vias fluviais de comunicação difíceis, etc., merecendo cada um destes itens comentários muito preciosos, de forma a justificar a ação patriótica de Furtado de Mendonça à frente da governança do Extremo Norte, no século XVIII.

Ainda na tribuna o consócio Marcos Carneiro de Mendonça, a título de mostrar a meticulosidade com que trabalha a matéria

histórica, exhibe uma série de cadernos e fichas documentando o seu próximo livro denominado: *Efemérides jesuítico-pombalinas* assunto da sua preferência, há muitos anos, e origem da conferência que acabava de pronunciar.

Antes que o Presidente encerrasse a sessão, o sócio benemérito Vilhena de Moraes, em palavras entusiásticas, lembra que este mês passa o centenário da morte de Alexandre Humboldt, o chamado pai da Geografia moderna, sábio amigo de Dom Pedro II. que lhe concedeu a Ordem da Rosa.

Pede um voto de pesar a ser inscrito na ata de hoje, pelo falecimento em Pernambuco do consócio Mário Melo, Presidente do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, o sócio benemérito Carlos da Silveira Carneiro acrescentando ainda que por telegrama se comunique esta homenagem àquêlê Instituto.

Também a propósito Vilhena de Moraes pede que se estenda à família enlutada na pessoa do Dr. Mário Mello Filho, o voto de pesar.

O Presidente agradecendo ao orador a notável conferência, que pronunciara com tanto garbo, estende os seus agradecimentos à presença da ilustre historiadora Senhora Embaixatriz Courtney Espil, dos representantes das Sociedades Culturais e das autoridades públicas, do Presidente da Academia Brasileira de Letras, dos representantes do Sr. Ministro da Guerra, e do Instituto dos Advogados e encerra a sessão.

Enviaram telegramas os Srs. Almirante Mattoso Maia, Ministro da Marinha, Maj. Brigadeiro Francisco Melo, Ministro da Aeronáutica, Dr. Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura e Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, Associação Brasileira de Imprensa, Touring Club do Brasil e muitas outras associações.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho, Rodrigo Octávio Filho; Ernesto de Souza Campos, João Baptista Magalhães, Artur César Ferreira Reis, Wanderley de Araújo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Carlos Delgado de Carvalho, Adolfo Morales de los Rios Filho, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Juvenal Greenhalgh, Mário Ferreira França, Clado Ribeiro de Lessa, Cláudio Ganns, Marcos Carneiro de Mendonça, José Antônio Soares de Sousa, Manuel Diegues Júnior, Aluísio Napoleão de Freitas Rêgo, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Ivolino de Vasconcellos, Thiers Fleming, Levi Carneiro, Argeu Guimarães, Hildebrando Accioly, J.M. Brandão Castello Branco, Edgardo Castro Rebello, Agnello Bittencourt, Carlos Carneiro, Ruben Rosa, Alvaro Alberto, Daniel de Carvalho, Eugênio Vilhena de Moraes.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Alfredo Valladão, Arthur César Ferreira Reis, General Estevão Leitão de Carvalho, Almirante Perry de Almeida.

Encerra-se a sessão às 18 e meia horas. — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa*, 2.º Secretário.

*Ata da Assembléia Geral a 23 de junho de 1959 —
2ª Convocação (Sessão 1905).*

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Às dezesseis horas do dia vinte e três de junho do corrente ano, reuniu-se na sala Varnhagen, a assembléia geral para o fim especial de preencher as vagas de sócios que se deram durante o ano, conhecer e aprovar as contas apresentadas pelo Tesoureiro e dar outras providências necessárias à vida do Instituto.

A sessão foi aberta pelo Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ladeado dos 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Virgílio Corrêa Filho e Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa.

Antes de proceder às eleições, o Presidente deu a palavra ao sócio Grande Benemérito, Ministro Alfredo Valladão, para recordar a figura do Ministro Augusto Tavares de Lyra, visto ser aquela a primeira assembléia geral depois do falecimento do antigo 1.º Vice-Presidente, ocorrida no dia vinte e um de dezembro de 1958.

A oração do Ministro Alfredo Valladão foi feita com muita emoção, dada a grande amizade que entre eles havia, seja como colegas no Tribunal de Contas, seja pela convivência no Instituto Histórico, contada por decênios.

O Ministro Alfredo Valladão estendeu também à pessoa do saudoso Presidente da República, Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, as homenagens do Instituto, por haver passado, no dia 14 de junho do corrente ano, o cinquentenário da sua morte. O orador salientou a grande estima que Afonso Pena tinha para com Tavares de Lyra, escolhendo-o ainda muito jovem para Ministro da Justiça do seu Governo.

O Presidente enaltecendo a conferência do sócio grande Benemérito Alfredo Valladão, congratula-se com a Casa pela assiduidade exemplar do venerando consócio.

Tavares de Lira e Afonso Pena

Sendo esta a primeira reunião do Instituto, a que compareço, depois que nos últimos dias, do ano próximo passado, desapareceu

uma das suas mais ilustres figuras, que foi essa de Tavares de Lira, venho tributar-lhe aqui o preito da minha saudade, e renovar em breves considerações aquilo que em outros lugares, em 1947 (em torno da figura de Afonso Pena) e, em 1955 (em trabalho especial), já deixei dito sobre a sua personalidade.

Pude conhecê-lo bem de perto, pelo convívio de quase meio século nesta Casa, e simultâneamente pelo convívio de quinze anos, no Tribunal de Contas da República, do qual fomos Ministros.

Conhecer, assim, os seus altos dotes morais e intelectuais, e o seu amor à causa pública.

Nascido no Rio Grande do Norte, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, e ingressando imediatamente na vida política, a princípio legislativa, e depois administrativa, e em ambas destinado a muito sucesso.

Aos vinte e dois anos de idade é, em 1894, eleito Deputado Federal, reeleito em legislaturas seguintes e afinal eleito Senador.

Desempenha o mandato com figura saliente, orador sem atavios, mas seguro e preciso no debate, e dispondo de admirável memória.

Leal ao seu partido, de que constituía deveras uma das principais figuras, era, entretanto, sereno, nobre, tolerante, impondo-se à consideração dos próprios adversários, sendo ainda para assinalar as especiais simpatias que lhe consagravam os políticos dêsses dois grandes Estados, o de Minas Gerais e o de São Paulo.

E entre outras atividades que tanto o recomendavam no desempenho dêsse mandato legislativo, sobressaindo a de fazer parte da Comissão incumbida de emitir parecer sobre o Projeto do Código Civil, cabendo-lhe relatar o capítulo referente aos contratos, o que fez apresentando interessante trabalho.

Administrador, por sua vez em crescente sucesso — e começado a revelar-se no Governo do Estado que lhe foi berço, o seu querido Rio Grande do Norte, que não saía de seu coração, e do qual foi ainda exímio historiador — ascendeu a Ministro da Justiça e Negócios Interiores, na Presidência Afonso Pena, e da Viação e Obras Públicas, na Presidência Wenceslau Braz, e chegou ao Tribunal de Contas, de que afinal foi presidente; em todos êsses postos revelando-se perfeito conhecedor das respectivas matérias, e o seu constante amor à causa pública.

O seu primeiro contato com os assuntos históricos, foi também na terra natal, como professor da matéria no Ateneu Norte-Rio-Grandense, Instituto oficial do Estado.

E nunca mais perderia de vista êsses assuntos, como deixei exposto em 1955, no trabalho «Tavares de Lira nos Congressos

de História», com que colaborei nas homenagens que lhe prestou o Instituto, pela inscrição de seu nome no Livro do Mérito.

Foi êle figura de constante, dedicada e esclarecida colaboração, na obra do Instituto, e das mais relevantes nesses Congressos de História, do que também fui testemunha, pois de todos os mesmos Congressos, por iniciativa do Instituto celebrados respectivamente em 1914, 1931, 1938 e 1949, fiz parte. Congressos êsses de muito sucesso e estimulando o maior incremento do estudo da História Nacional.

Finalmente, bem houve o Govêrno da República, em inscrever o seu nome no Livro do Mérito.

Não foi porém apenas a sua notável figura, que me conduziu a esta tribuna.

Transcorre agora o cinqüentenário do falecimento do grande brasileiro que se chamou Afonso Pena cuja personalidade estudei demoradamente em conferência que pelo centenário, de seu nascimento, realizei no Instituto dos Advogados.

Venho também homenagear-lhe a memória, nada mais porém podendo fazer do que sintetizar em traços vivos o que na mesma conferência deixei exposto.

A fé, a cultura, o direito, a justiça e o patriotismo iluminaram tôda a trajetória da vida de Afonso Pena.

O jovem estudante dos mais distintos que foi do afamado educandário religioso, Colégio do Caraça, das vizinhanças da sua terra natal em Minas Gerais, seria também, a seguir, o estudante dos mais distintos da Faculdade de Direito de São Paulo, e nas mais especiais condições.

Pertenceu a um grupo de colegas de turma, no qual seu nome aparecia juntamente com os de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves e Castro Alves, quadro êsse refulgente, sem exemplo difícil de ser algum dia reproduzido nas nossas Faculdades!

Salientou-se ainda Afonso Pena, da mesma forma que os outros na imprensa acadêmica, distinguindo-se como doutrinador e polemista e, por outro lado, substituindo a Joaquim Nabuco, foi Presidente dessa prestigiosa associação *Ateneu Paulistano*.

E no curso jurídico foi de todos êsses seus notáveis colegas, o que revelou mais funda vocação pelo assunto do mesmo, foi o único para quem não bastou conquistar o título de bacharel, conquistou ainda a láurea de doutorado.

Era mesmo sua intenção concorrer a cátedra da Faculdade.

Mas êsses títulos que apresentava, abriram-lhe logo uma brilhante carreira política, começada em Minas Gerais e prosseguida no cenário nacional.

Foi Deputado à Assembléia-Geral do Império em 1878, e ininterruptamente reeleito até a queda do mesmo.

E por três vêzes Ministro do Estado, respectivamente, nas pastas da Guerra, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e da Justiça, deixando bem à vista nos atos ministeriais e em assíduos, longos e brilhantes debates parlamentares, seu perfeito conhecimento sôbre os tão variados assuntos em causa.

Encontrou-o a República, no desempenho de suas funções de juriconsulto, trabalhando dedicadamente e com espírito progressista na Comissão constituída no Ministério Ouro Preto, para a elaboração do Projeto do Código Civil.

E por um documento ultimamente vindo à luz, ficou revelado que, apesar daquele sucesso da carreira política, fôra, em certo momento, seu propósito deixar a mesma para se consagrar exclusivamente ao estudo e cultura das letras jurídicas que tanto o empolgavam.

Com a proclamação da República, fiel às suas crenças monárquicas, afastou-se da política.

Mas dentro em pouco à mesma haveria de voltar, e em situação a mais honrosa.

Procedendo-se à eleição para a Assembléia Constituinte de Minas Gerais, foi o seu nome sufragado por ambos os partidos em luta. Era assim, a própria Minas Gerais, era a terra natal que, em momento feliz, apelava para os seus serviços.

Houve pois de anuir a êsse apêlo, e para ser figura dominante daquele cenáculo, derramando preciosas lições: para ser mestre por todos os seus pares acatado, e afinal proclamado de modo solene em voto inscrito nos Anais!

Em condições semelhantes foi depois eleito Presidente do Estado, para completar o periodo presidencial, em virtude do seu antecessor, êsse ilustre brasileiro Cesário Alvim, haver renunciado o cargo.

Uma situação difficil, entretanto, se lhe apresenta com a Revolta da Armada contra o Marechal Floriano.

Até então exercia a presidência do Estado acima dos partidos.

Agora haveria de definir-se, o que fêz conforme ditou a consciência, condenando a Revolta, colocando-se ao lado do Marechal Floriano, por entender, como significou em Manifesto expedido, que com o mesmo estava a própria causa da unidade do Brasil.

Mas, diga-se em sua honra, de Afonso Pena, que o estado-de-sítio não penetrou na Terra da Liberdade, cujos destinos lhe estavam confiados: que Minas Gerais foi o asilo dos que fugiam à sanha dos prepotentes, salvando das vinditas e das perseguições,

por exemplo, essas ilustres figuras da nacionalidade, Andrade Figueira, Eduardo Prado, Carlos de Laet, Ramiz Galvão e Olavo Bilac.

A nota dominante de sua administração constituiu em, com o mais decidido empenho, efetivar o dispositivo da Constituição, da mudança da Capital, realizar com Belo Horizonte um dos sonhos dos Inconfidentes, removendo os entraves que a situação topográfica da antiga e gloriosa Vila Rica, opunha ao pleno desenvolvimento do progresso de Minas Gerais.

Tem ainda nesse momento, Afonso Pena, no campo da atividade particular, seu nome estreitamente ligado à causa do ensino jurídico em nosso País.

Revive em seu espírito aquela inclinação revelada em São Paulo, quando conquistou o doutorado.

Com a República, pela Reforma do ensino em 1891, da autoria de Benjamin Constant, aos Estados e aos particulares foi permitido fundar Faculdades Livres, para o ensino das matérias compreendidas nos programas oficiais.

É ele, com os companheiros que escolhe, o fundador, em 1892, da Faculdade de Direito de Minas Gerais, o seu imediato Diretor em efetivo exercício, além de professor catedrático, igualmente em efetivo exercício.

Confundida por tal forma, em sua pessoa, a direção do Estado com a direção do Ensino Jurídico, a simbolizar o «Estado de Direito», que era da sua alma liberal.

E a sua atividade não se limitaria à direção e à cátedra da Faculdade, estender-se-ia à Revista, cuja publicação se enceta em 1894, com uma brilhante e substanciosa explicação por ele redigida, revelando a sua alta cultura jurídico-social, e sustentação de idéias as mais adiantadas; ao mesmo tempo apelando para o apoio, que não lhe faltaria, da terra da «Escola Mineira», e da terra de Bernardo de Vasconcelos e de Lafaiete.

Se não possuía Minas Gerais até 1892 uma Faculdade que já em 1827 de preferência a São Paulo e a Olinda, de justiça lhe deveria ter sido dada, como demonstrou então na tribuna do Parlamento o «gigante intelectual» que foi Bernardo de Vasconcelos, agora viria, graças a Afonso Pena, possuí-la.

E para o maior sucesso, para ter vida gloriosa, e ainda ser a pedra angular dessa Universidade também gloriosa que ali se ergueu.

Continuando na sua carreira política, é ele, Afonso Pena, eleito Vice-Presidente da República no quadriênio encetado em 1902, e, a seguir, Presidente, para o quadriênio encetado em 1906; e em

ambos os cargos eleito sem competidor, como aconteceu, quando eleito Presidente de Minas.

É esse fato sem exemplo na História da República, a traduzir a confiança absoluta que inspiravam à Nação o seu alto saber, os seus profundos sentimentos de Justiça e o seu incendiado patriotismo.

Patriotismo fervoroso, alvissareiro, e contaminador, como teria de proclamar depois com a sua incomparável autoridade o maior de seus Ministros, o Barão do Rio Branco, fazendo-lhe o elogio em sessão desse Instituto, de 30 de junho de 1909.

Alto saber, com aquelas tantas revelações anteriores, que deixei expostas reafirmando agora, brilhantemente, já na plataforma que redige, quando apresentada a sua candidatura à Presidência da República, já na Mensagem com que fala à Nação, quando assume essa presidência, já em Mensagens complementares ao Congresso Federal, já finalmente nessa obra vasta e grandiosa que realiza, não obstante a morte o haver arrebatado quando faltava ainda ano e meio para que se completasse o seu período presidencial.

No citado elogio, focaliza Rio Branco o forte impulso aplicado por Afonso Pena, para construção de nossos caminhos de ferro de penetração, que em menos de um ano iriam pôr o Rio de Janeiro em comunicação direta com o extremo Oeste e extremo Sul do Brasil, e com vários pontos remotos de nossos Estados interiores; o grande cuidado com que prosseguiu na execução do liberal programa de seu antecessor, esse grande brasileiro que foi Rodrigues Alves; a nobre atitude que o Brasil pôde assumir em Haia, por obra do genial Rui Barbosa, elevando o nosso nome na admiração e respeito em todo o mundo civilizado; e o inteligente e enérgico esforço que fez para a restauração dos nossos meios de defesa nacional em terra e no mar, descuidados durante longos anos em virtude dos nossos dissídios e lutas civis.

Bastaria para a glória de Afonso Pena esse quadro descrito pelo Barão do Rio Branco.

Mas na política externa, há ainda a referir essa obra altamente liberal do Tratado que cedeu ao Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim, certo celebrado em 1909, meses após a morte de Afonso Pena, mas já por este, meses antes aconselhado em Mensagem dirigida ao Congresso Federal.

E por outro lado, na ordem interna, o ponto capital do programa administrativo que Afonso Pena expôs na Plataforma e desenvolveu em Mensagens foi o econômico-financeiro neste sentido importantes realizações se contando nas pastas da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e das Finanças, das quais eram titulares esses dois outros ilustres brasileiros Miguel Calmon e David Campista.

Tais as que diziam respeito a Povoamento, Estatística, Exposição Nacional, Propaganda e Exposição Econômica do Brasil no Estrangeiro, Serviço Geológico e Mineralógico, e Projeto do Código das Águas cuja organização me foi confiada como especialista que era no Brasil da matéria, e finalmente a Caixa de Conversão, que defendida fôra brilhantemente por David Campista no Parlamento e afinal posta em execução.

O momento não me permite entrar em detalhe dessas realizações.

Sobre os assuntos da pasta da Justiça e Negócios Interiores, gerida por êsse outro ilustre brasileiro Tavares de Lyra muito interessantes realizações também se contam, como por exemplo a Reorganização da Justiça do Território do Acre, Naturalização de Estrangeiros, Reorganização do Instituto de Patologia de Manguinhos, que passou a denominar-se «Osvaldo Cruz», e Reorganização de diversos outros Institutos de variados gêneros.

Especialmente quanto à Instrução Pública, com o seu espírito universitário, restaurou aquelas brilhantes tradições sobre a matéria, deixadas por D. Pedro II, o Rei sábio e liberal, e de quem como ficou dito, foi Ministro por três vêzes.

Visitava os estabelecimentos de ensino secundário e superior, acompanhando-lhes de perto a vida, assistia a concursos, assegurava a justiça, no provimento das cátedras.

Quanto à Justiça ainda repetia o exemplo de D. Pedro II, no zelo constante, e por tôdas as formas, para que a nomeação e promoção dos magistrados recaíssem nos mais dignos, não admitindo nenhuma transigência a respeito.

Transcorria com tôda essa brilhante obra de justiça, de cultura e de progresso o Governo de Afonso Pena.

Mas eis que as ambições políticas, lhe desferem um golpe e partido de onde êle nunca poderia esperar.

Consciência delicada, e desprevenido, profunda foi a mágoa do grande brasileiro.

Sucumbiu de um traumatismo moral, como Rui Barbosa proclamaria na tribuna do Senado, nas palavras que se seguem:

«Se o serviço público tem os seus mártires, nunca dessa experiência assistimos a mais singular exemplo. Coração poderoso até o derradeiro alento, foram os seus facultativos que mo atestaram, órgãos todos êles ilesos, constituição destinada ainda, pela sua integridade e robustez, à fruição de longos dias, expirou sem agonia, crêem os profissionais pela sideração de um choque moral, murmurando o apêlo a Deus, à Pátria, à Liberdade e à Família, quádruplo sentido de sua vida austera e pura».

O Primeiro Secretário lê o Parecer da Comissão de Fundos e Orçamento sobre as Contas, correspondentes ao ano de 1958, aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura:

P A R E C E R

"As primeiras vias dos documentos apresentados pela Tesouraria foram submetidas ao exame do Ministério da Educação e Cultura, que aprovou as contas respectivas.

A Comissão de Fundos e Orçamentos, após analisá-las, é de parecer também que sejam aprovadas, e consignado um voto de louvor ao Tesoureiro, Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1959. — *Affonso Penna Junior* — *Ildefonso Mascarenhas da Silva* — *José Antônio Soares de Souza* — *Arthur Cesar Ferreira Reis* — *Thiers Fleming*."

E' o mesmo parecer aprovado pelo plenário, que concede, por solicitação do 1.º Secretário, um voto de aplauso ao Tesoureiro e à sobredita Comissão.

Foi lida para a vaga de sócio Grande Benemérito, a proposta que indica o Almirante Carlos da Silveira Carneiro, com larga justificativa dos méritos do candidato e com parecer unânime da Comissão de Admissão de Sócios:

PROPOSTA

Entre os sócios beneméritos do Instituto, cabe a prioridade cronológica ao Almirante Carlos da Silveira Carneiro, admitido a 6 de agosto de 1921.

Desde essa data, e até antes, como diligente colaborador na elaboração do "Dicionário", comemorativo do Centenário da Independência, vem prestando relevantes serviços à instituição, embora nem sempre lhe fôsse possível freqüentar as sessões, quando impedido pelos afazeres profissionais.

Quer na "Comissão de Geografia", de que faz parte, ou em cargo da Diretoria, quer na tribuna, para proferir conferências, de que seja incumbido, sempre revela, não sômente a competência de pesquisador consciencioso, como a solicitude em contribuir para maior engrandecimento do Instituto Histórico, de que é, sem dúvida, um dos mais devotados membros, merecedor de ascender à classe dos Grandes Beneméritos, como propomos.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1959. — *José Carlos de Medeiros Soares*, *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*, *Cláudio*

Ganns, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Adolfo Morales de los Rios Filho, Christovam Leite de Castro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Affonso Penna Junior, José M. Brandão Castello Branco, Marcos Carneiro de Mendonça, Virgilio Corrêa Filho, Helio Vianna, Wanderley de Araújo Pinho, Américo Jacobina Lacombe, Thiers Fleming.

P A R E C E R

Comissão de Admissão de Sócios

“A proposta que promove o Almirante Carlos da Silveira Carneiro à classe dos Grandes Beneméritos mereceu o mais atento exame da Comissão de Admissão de Sócios, que lhe dá o seu apoio, por julgá-la merecedora da aprovação do plenário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão — Christovam Leite de Castro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e João Baptista Magalhães.*”

O Presidente põe em discussão a proposta, que foi aprovada e em seguida declara eleito sócio Grande Benemérito do Instituto Histórico, o Almirante Carlos da Silveira Carneiro, cuja entrada na sala é saudada com palmas pelo plenário.

Para sócio benemérito está sobre a mesa uma proposta indicando o nome do sócio efetivo, Dr. Levy Fernandes Carneiro, com parecer unânime da Comissão de Admissão de Sócios.

P R O P O S T A

«Pelo renome conquistado no país e no estrangeiro, como representante do Brasil, em tribunais de suma importância, pelos serviços prestados ao Instituto, há muito deveria o Professor Levi Carneiro figurar entre os Sócios Beneméritos.

A sua ausência, no desempenho de missões relevantes, por ocasião do preenchimento de vagas então existentes, concorreria, sem dúvida, para a tardança na indicação do seu nome, que ora propomos, para Sócio Benemérito.

Elegendo-o, prestará o Instituto homenagem a quem de sobrejo a merece, como evidencia exame ainda que perfunctório de sua atuação para engrandecê-lo.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *José Carlos de Macedo Soares — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Cláudio*

dio Ganns — Christovam Leite de Castro — Américo Jacobina Lacombe — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Affonso Penna Júnior, Virgílio Corrêa Filho, Helio Vianna, Wanderley de Araújo Pinho, José M. Brandão Castello Branco, Carlos da Silveira Carneiro, Thiers Fleming e Marcos Carneiro de Mendonça.”

P A R E C E R

Comissão de Admissão de Sócios

“O eminente jurista Dr. Levi Carneiro entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1931 — tendo portanto mais de 20 anos de efetividade. Preenche assim uma das condições estatutárias para passar a sócio benemérito.

Ademais, funciona, com dedicação, há mais de 10 anos, como membro da Comissão de Estatutos — outra condição que lhe dá direito à merecida promoção. Ex-presidente do Instituto e da Ordem dos Advogados, professor na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil — juiz internacional do Tribunal de Haya — é um dos vultos dos mais prestigiosos da nossa cultura jurídica.

As suas obras sobre: *Federalismo e Judicialismo*, *Problemas municipais*, *O Federalismo* e as suas conferências sobre a *Nova Constituição* confirmam aqueles altos predicados.

A Comissão adere, assim, com justificado apreço, à idéia da sua merecida promoção a sócio benemérito.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão — Christovam Leite de Castro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e João Baptista Magalhães.*”

Posta em discussão pelo Presidente, é aprovada unanimemente.

O Presidente proclama sócio benemérito do Instituto, o Dr. Levi Fernandes Carneiro.

Indicado para a vaga de sócio Benemérito, o nome do consócio Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros cuja proposta, assinada por numerosos membros do Instituto, recorda a vida do historiógrafo, parlamentar, educador e economista do candidato. A proposta tem Parecer unânime da Comissão de Admissão de Sócios.

PROPOSTA

"Propomos para Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o sócio efetivo José Augusto Bezerra de Medeiros, de conformidade com o artigo 8.º dos Estatutos que prescreve:

"A classe dos beneméritos será constituída sòmente por sócios efetivos ou correspondentes, que houverem prestado serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargos na Diretoria por mais de dez anos consecutivos».

Vários números da nossa Revista provam a dedicação aos estudos históricos do ex-deputado federal, e os seus decididos propósitos de prestar relevante cooperação para o engrandecimento da Instituição, de sorte que se justifica a sua elevação à classe de Benemérito.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1959. — *José Carlos de Macedo Soares — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Cláudio Ganns — Christovam Leite de Castro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Affonso Penna Junior — Marcos Carneiro de Mendonça — Virgílio Corrêa Filho — Hélio Vianna — Wanderley de Araújo Pinho — José M. Brandão Castello Branco — Carlos da Silveira Carneiro — Américo Jacobina Lacombe — Thiers Fleming — Ivolino de Vasconcellos, Ildefonso Mascarenhas da Silva e Adolfo Morales de los Rios Filho.*"

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

"O ilustre Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros indicado para a promoção a sócio benemérito, tem títulos sobejos que justificam essa alta distinção.

Ex-deputado federal, num longo período da República, ex-membro do Conselho Nacional de Economia, é agora o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Educador e jurista, nestes setores da nossa cultura destacou-se na Câmara Federal. Foi governador do seu Estado natal, o Rio Grande do Norte. Tomou parte em congressos de educação e pertenceu à Diretoria da Associação Brasileira de Educação.

Além disso, pesquisas histórico-genealógicas sôbre as antigas famílias do Seridó, e ultimamente as conferências na tribuna do Instituto, recomendam-n'ó àquela justificada promoção.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão — Christovam Leite de Castro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e João Baptista Magalhães.*”

Posta em discussão é a mesma aprovada; e a proclamação pelo Presidente de haver sido eleito sócio benemérito do Instituto Histórico, o Dr. José Augusto, é saudada pelo plenário com palmas.

Para a vaga de sócio efetivo, é lida pelo Secretário a proposta antiga, de 1945, agora renovada com a assinatura de numerosos consócios, contendo uma longa relação dos trabalhos do candidato, General Deoclécio De Paranhos Antunes, para membro efetivo do Instituto:

“PROPOMOS para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o escritor Dioclécio de Paranhos Antunes.

Nascido na lendária cidade gaúcha do Rio Pardo, estreou em 1925 com o volume de poesias, a que deu o título expressivo de *Arrulhos*, para bem significar o motivo da inspiração.

Ainda versejou em *Parque abandonado* (1930) para, sem maior demora, ocupar-se de temas de outra espécie, em *História de Cachoeira*, 1932; *História do Rio Pardo*; *Antônio Vicente de Fontoura*, o Embaixador dos Farrapos; *Episódios e Perfis* de 1935; *Limites e Povoamento do Brasil Meridional*; *O centenário do Marechal de Ferro*; *Pôrto Alegre no século XVIII*; *Osório*; *História do Grande Chanceler*; o *Pintor do Romantismo*; *Andrade Neves*, o *Vanguardeiro*; *Elogio de Varnhagem*, 1944.

A simples relação, que não lhe menciona aliás tôdas as obras elaboradas em década fecunda, assinala a valia da produção intelectual, consagrada progressivamente aos assuntos históricos. Três, em particular, evocam personagens que se creditaram à gratidão dêste grêmio secular.

Varnhagem, cujo elogio proferiu, em sessão de posse, no Instituto de Geografia e História Militar; o pintor do Romantismo, M. de Araújo Pôrto Alegre, orador da instituição por longo prazo; o Grande Chanceler, Barão do Rio Branco, seu inesquecível Presidente Perpétuo, são nomes que se recomendaram à benemerência da Posteridade, e foram por êle lembrados com fervor admirativo.

Os ensaios, que deu a lume, franquearam-lhe as portas do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Petrópolis, do Rio Grande do Norte, de História e Geografia Militar, além de outras associações culturais de que também é sócio eficiente.

Ainda recentemente, a Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, por uma de suas Resoluções, de 11 de julho último, elegeu-o para substituir o eminente General Emilio Fernandes de Souza Doca em *Geografia Histórica*, secção XI — como um dos seus Consultores Técnicos Nacionais.

Não lhe falta, pois, bagagem literária de bom quilate, nem o entusiasmo com que se esforça por exaltar os feitos dos heróis patrícios, como dos artistas e doutos, que souberam a seu tempo contribuir para o engrandecimento do Brasil.

Está, portanto, Paranhos Antunes em condições de ser acolhido no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e honrá-lo com as suas atividades intelectuais.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945. — *José Carlos de Macedo Soares — Pedro Calmon — Christovam Leite de Castro — Thiers Fleming — Virgílio Corrêa Filho — Alvaro Alberto — Cláudio Ganns — Américo Jacobina Lacombe — Hélio Vianna — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Pedro Cavalcanti — Silvio Rangel de Castro — Elmano Cardim — Wanderley de Araújo Pinho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — José Antônio Soares de Souza — Clado Ribeiro de Lessa — Arthur Cesar Ferreira Reis — Pedro Moniz de Aragão — Miguel Costa Filho — Adolfo Morales de Los Rios Filho — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Affonso Penna Junior — Marcos Carneiro de Mendonça — José Moreira Brandão Castello Branco — Carlos da Silveira Carneiro.*

São lidos também os Pareceres das Comissões de História e de Admissão de Sócios, ambos favoráveis à entrada do General De Paranhos Antunes para o quadro social do Instituto:

P A R E C E R

Comissão de História

“Quando o escritor Deoclécio De Paranhos Antunes foi indicado para o quadro social do Instituto Histórico, em 1945, já tinha dado a lume várias obras de valia, que lhe justificavam o ingresso.

Sustado, porém, o processo respectivo, por sua própria iniciativa, somente agora consentiu que prosseguisse, depois de opulenta a sua bibliografia, mediante contribuições da classe de “Passado e Presente da Economia Brasileira”, assunto a que se dedicou, ao empreender o Curso de Aperfeiçoamento de Intendên-

cia, onde lhe coube o primeiro lugar, e o Curso de Estado Maior dos Serviços de "Abastecimento e Transportes".

De suas pesquisas históricas, resultou, ainda, a biografia de "O Conde de Pôrto Alegre", além do ensaio acêrca de "Os Dragões do Rio Pardo", em que opina, com documentos em mão, a respeito de suas controvertidas origens e de inúmeros artigos em revistas e jornais, em que dá preferência a temas da especialidade.

Professor de Economia Política e Sociologia, no "Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar", exerceu o cargo de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, que lhe permitiu atuar com eficiência, garantidora do êxito final, na organização e realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, em Pôrto Alegre.

Além de membro de várias associações culturais, faz parte da Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro, da "Comissão de Revisão de Textos de História do Brasil", do Ministério das Relações Exteriores. Sobejam-lhe, pois, credenciais para ser acolhido pelo Instituto, como sócio efetivo, de acôrdo com a proposta a que dá a Comissão de História a merecida aprovação.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1959. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Hélio Vianna Wanderley de Araújo Pinho.*

P A R E C E R

Comissão de Admissão de Sócios

"A Comissão de Admissão de Sócios concorda com o parecer da Comissão de História favorável à admissão do escritor Deoclécio De Paranhos Antunes, no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme proposta que lhe menciona a expressiva bibliografia.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão — Christovam Leite de Castro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — João Baptista Magalhães.*"

O Presidente põe em discussão a proposta e em votação os pareceres, por escrutínio secreto: o nome do General De Paranhos Antunes recebeu 28 bolas brancas e 1 preta. Está pois eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o General De Paranhos Antunes.

Para outra vaga de sócio efetivo está presente uma proposta com o nome do Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, que

o 1.º Secretário lê, bem como os pareceres emitidos pelas Comissões de História e Admissão de Sócios, ambos unânimemente favoráveis à entrada do candidato para o quadro social do Instituto.

“PROPOMOS para Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega.

Natural da Paraíba, oriundo de duas tradicionais famílias nordestinas, nasceu o ilustre homem de letras a 5 de fevereiro de 1909 na atual cidade de João Pessoa, sendo filho do saudoso Juiz Federal Dr. Francisco de Gouvêa Nóbrega e senhora Maria da Cunha Nóbrega.

Após o curso de humanidades efetuado no Liceu Paraibano, época em que foi Presidente do Grêmio Cívico Literário 24 de Março, órgão daquele secular estabelecimento de ensino, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, sendo em 1933, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Também, representando a sua turma, fêz parte do primeiro Diretório Acadêmico de Direito da capital pernambucana.

Advogado na terra natal, logo foi eleito membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção da Paraíba, tendo ingressado na vida pública desempenhando o cargo de 2.º Promotor-adjunto da comarca da Capital. Em seguida, ocupou a Promotoria Pública da comarca de Santa-Rita, uma das mais importantes da Paraíba, sendo logo depois, Diretor da Penitenciária do Estado e Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal, respectivamente.

Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, colaborou nos principais órgãos da imprensa paraibana, tendo em 1940, emigrado para o sul do país. No Rio de Janeiro, logo ingressou no corpo funcional do Departamento Nacional do Café, quando teve a oportunidade de dirigir importantes comissões nos Estados de São Paulo, das Minas Gerais e do Ceará, bem assim, feito parte da redação da revista “DNC” e escrito “Pioneiros do Café na Paraíba” e “Ouro Verde na Terra de Iracema”. Ainda, foi Assistente do Presidente da Comissão do Imposto Sindical, Procurador-Chefe do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários no Distrito Federal, Chefe do Gabinete e Superintendente-substituto da Fundação da Casa Popular, estando presentemente no desempenho de importante função pública no I.A.P. dos Bancários. Redator de o *Correio da Noite*, de *A União*, e de *A Cruz*, desta Capital, tem dado a sua colaboração especializada aos mais respeitáveis jornais cariocas, notadamente *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil* e ao *Correio da Manhã*.

A própria *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 222, 1954, já divulgou interessante e erudito trabalho do Sr. Dr. Apolônio Nóbrega, intitulado "Dioceses e Bispos do Brasil", com 328 páginas, merecendo das mais vivas simpatias "pelo apuro com que foi realizada a publicação" — no lapidar conceito do Cardeal Adeodato João Piazza, da Sacra Congregazione Consistoriale de Roma (in, *A Cruz*, Rio, 18-XII-1955).

Ainda, é de sua autoria, "*História Republicana da Paraíba*", cujo merecimento é notório e se impõe ao primeiro lance de vista, como bem escreveu no PREFÁCIO dêste importante livro de 220 páginas, Imprensa Oficial, Pb. 1950, o nosso saudoso colega Dr. Manuel Tavares Cavalcanti.

O Dr. Apolônio Nóbrega é um dos Delegados da Academia Paraibana de Letras junto à Federação das Academias de Letras do Brasil, sendo membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Sociedade Brasileira de Geografia, Vice-Presidente da Associação dos Jornalistas Católicos do Rio de Janeiro, bem assim, faz parte do Instituto Genealógico Brasileiro, do Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, do Instituto Histórico de Sorocaba e de outras instituições científicas.

E' um historiador de reconhecidos méritos, e grande capacidade de trabalho e que está na altura de ingressar nesta vetusta Casa.

S.S. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 21 de maio de 1957. — *José Carlos de Macedo Soares — José Augusto Bezerra de Medeiros — Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Florêncio de Abreu — Ivolino de Vasconcellos — Virgílio Corrêa Filho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Levi Carneiro — Adolpho Morales de los Rios Filho — Miguel Costa Filho — Cláudio Ganns — Pedro Moniz da Aragão e José Antônio Soares de Souza.*

P A R E C E R

Da Comissão de História

Ao ser indicado para o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. Apolônio Nóbrega apresenta comprovantes dos seus pendores para as indagações históricas, evidenciadas em ensaios que iniciou na Paraíba, sua terra natal e continuados nesta Capital, onde reside.

Estampou-se, de preferência, pelos jornais e revistas, inclusive o que trata de "Dioceses e Bispos do Brasil", publicado no número 222 da Revista do Instituto.

Resultado de pacientes investigações desenvolve-se por 328 páginas e abrange três partes: Bispos do Brasil-Colônia, do Império e da República, além do resumo histórico das Províncias Eclesiásticas.

A propósito, conceituou o Arcebispo Metropolitano da Paraíba, D. Moisés Coelho, que teve ensejo de ler os originais.

"Conheço vários compêndios da história da Igreja e da Religião no Brasil: tenho visto escritos e estudos sobre a vida e atuação dos nossos missionários, e dêsse ou daquele bispo brasileiro, mas não sei de outra obra que, como "Dioceses e Bispos do Brasil", haja compendiado de modo tão completo e coordenado, a história das dioceses e do episcopado brasileiro.

A ordem cronológica que seguia, historiando a ereção das dioceses e nomeação dos bispos, com precisão de datas ou dos pormenores dessas ocorrências, bem como demonstra uma pesquisa, afanosa e acurada, feita com paciência beneditina, nas cúrias diocesanas, em arquivos e bibliotecas públicas".

O mesmo esforço investigador desenvolveu ao relacionar os "Ministros das Relações Exteriores do Brasil", trabalho que ainda se conserva inédito, e na História da Paraíba, que mereceu louvores inequívocos do saudoso consócio Tavares Cavalcante.

A Comissão de História é de parecer que seja aprovada a referida proposta, por ter o autor credenciais para ingressar no Instituto onde encontrará ambiente propício para continuar as suas pesquisas históricas.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1959. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho* — *Hélio Vianna* — *Wanderley de Araújo Pinho*.

P A R E C E R

Comissão de Admissão de Sócios

"Aceita pela Comissão de História, a proposta que aponta o nome do historiador Apolônio Nóbrega, para o Instituto Histórico, também mereceu a aprovação da Comissão de Admissão de Sócios que lhe dá o seu apoio.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão* — *Christovam Leite de Castro* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *João Baptista Magalhães*."

Em discussão a proposta e os pareceres em votação secreta, recebe o candidato 23 bolas brancas e 4 pretas. O Presidente proclama sócio efetivo do Instituto Histórico o Dr. Apolônio Carneiro da Cunha.

Para a vaga de sócio Honorário, existe uma proposta com o nome do Dr. Sebastião Sampaio, proposta largamente justificada mediante o currículo do candidato onde se vê que elle tem vários trabalhos sobre história.

A proposta teve Parecer unânime da Comissão de Admissão de Sócios, pelo que é a mesma posta em discussão e votação secreta, recebendo o nome proposto 23 bolas brancas e 4 pretas.

P R O P O S T A

“Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Tenho a honra de propor ao nosso Instituto, pelo devido e nobre intermédio de Vossa Excelência, que eleja para o seu seio, como Sócio HONORÁRIO, o Exmo Sr. Sebastião Sampaio, Embaixador do Brasil aposentado, diplomata de carreira, jornalista e escritor; — membro da Academia de Ciências Econômicas da Argentina; — membro da Academia de História do México; — Sócio titular de Honra da Panamerican Society of the United States; — Presidente honorário fundador da American Brazilian Association de Nova York; — ex-Secretário chefe da Redação do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro; — ex-Redator de outros quatro diários da capital do Brasil; — ex-Diretor fundador e Redator-chefe, durante oito anos ininterruptos, da revista mensal, em *inglês*, *Brasil*, editada pela American Brazilian Association de Nova York, nos Estados Unidos; — autor de um livro de contos literários e de vários livros econômicos, entre elles a *História do Café do Brasil neste Século*, livros que envio a V. Ex. juntamente com esta Proposta. Junto, igualmente, uma justificação da Proposta que faço, escrita especialmente para esse Instituto.

Auxiliar direto, durante muitos anos, de V. Ex. nas suas brilhantes e fecundas administrações no Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Sebastião Sampaio tem no Presidente Perpétuo do Instituto Histórico o melhor Juiz para julgar a sua justa ambição de pertencer ao nosso caro Instituto. E como o mesmo Embaixador acaba de completar, há vinte dias, setenta e cinco anos de idade, 60 anos de grandes serviços ao Brasil e espe-

cialmente à sua História, estou certo de que ficaremos gratos e muito satisfeitos todos nós, os seus Amigos, com a sua entrada para o nosso grêmio.

Renovo a V. Ex. os protestos da minha mais alta estima e distinta consideração. — *Elmano Cardim — José Carlos de Macedo Soares — Virgílio Corrêa Filho — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Wanderley de Araújo Pinho — Arthur César Ferreira Reis — Marcos Carneiro de Mendonça — Rodrigo Octavio Filho — José Augusto Bezerra de Medeiros — Afonso Penna Júnior — José Brandão Castello Branco — Carlos da Silveira Carneiro.*

A História Diplomática do Brasil e o Embaixador Sampaio

O Embaixador Sebastião Sampaio, que acaba de completar 75 anos, ocupou na sua longa carreira os seguintes postos diplomáticos:

Cônsul do Brasil em São Luiz, Missouri, Estados Unidos; Adido Comercial do Brasil na Embaixada do Brasil em Washington; Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Felix Pacheco; Cônsul Geral do Brasil em Nova York, o Cônsul Geral que mais demorou nesse pôsto no Brasil Republicano; Diretor Negociador dos Tratados Comerciais do Brasil e dos Serviços Comerciais do Itamaraty; Plenipotenciário em Missão Especial conjunta com o Ministro da Fazenda do Brasil, negociando acôrdos em Washington, Londres e Paris; Negociador de outros Acôrdos Comerciais, chefe de outra Missão Especial que teve o seu nome, junto aos Governos de Londres, Paris, Bruxelas, Haya, Berlim, Estocolmo, Oslo, Copenhagen, Praga, Viena, Madrid e Lisboa; Vice-Presidente, chefe efetivo da Delegação Brasileira à Conferência Comercial Panamericana de 1935 em Buenos Aires; Presidente da Delegação do Brasil à última Conferência Internacional da UNRRA em Atlantic City, nos Estados Unidos; Ministro do Brasil na Tchecoslováquia; Ministro do Brasil em Estocolmo; Embaixador do Brasil em Quito; Embaixador do Brasil no México.

O Embaixador Sampaio na História Comercial do Brasil — A Diplomacia Econômica e o Chanceler Macedo Soares

Quando no Primeiro Govêrno do Presidente Vargas, sendo Ministro das Relações Exteriores o Sr. Embaixador José Carlos

de Macedo Soares, o Sr. Embaixador Sebastião Sampaio foi nomeado o primeiro Presidente Executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior, nova entidade que exerceu grande influência no desenvolvimento do Comércio Exterior do Brasil. O Embaixador Sampaio fundou e dirigiu o Conselho durante os seus primeiros anos, nos quais o Presidente Vargas e o Chanceler Macedo Soares, diretamente assessorados por aquêlê Embaixador, deram novos rumos às nossas relações Econômicas e financeiras. Nesses primeiros anos do Conselho, o Presidente da República e o Chefe do Itamaraty assistiram pessoalmente às reuniões do Conselho e, graças a êsse prestígio, a nova entidade se transformou num Congresso permanente de industriais, lavradores e comerciantes dos mais importantes do país, convocados em grande massa e com a maior oportunidade pelo Embaixador Sampaio. O Presidente Vargas, em discurso especial, fêz o elogio de Sampaio.

Sampaio e a Missão Souza Costa à Europa

Enquanto o Chanceler Macedo Soares desenvolvia assim o Comércio Exterior de dentro do Itamaraty, o Ministro da Fazenda, o saudoso Sr. Souza Costa viajou pelos Estados Unidos e Canadá e negociando Acôrdos Financeiros com os nossos vários banqueiros e seus respectivos Governos, pela Europa, secundado pelos Srs. Embaixador Sampaio e pelo Dr. Marcos de Souza Dantas, Plenipotenciários Adjuntos, representando, respectivamente, o Itamaraty e o Banco do Brasil. Posteriormente o Chanceler Macedo Soares enviou novamente à Europa o seu auxiliar Embaixador Sampaio, em Missão a que deu o nome de "Missão Sampaio", que visitou mais de uma dezena de países, consolidando a nova política comercial do Chanceler Macedo Soares. Por essa política, foi reorganizado o nosso critério na concessão do tratamento aduaneiro de nação mais favorecida, que vinha sendo prejudicado pelas chamadas quotas de importação e pelos métodos de compensação que sucederam à Primeira Grande Guerra. Foi ainda, por intermédio da Missão Sampaio que o Chanceler Macedo Soares pagou grandes dividas comerciais atrazadas do Brasil, com grandes vendas adicionais de café do Brasil, especialmente na Suíça, na Suécia, na Dinamarca, na Noruega e na Alemanha.

O Embaixador Sampaio e a História da Propaganda Econômica e Cultural do Brasil — O 1.º Centenário da Independência do Brasil

Apenas um detalhado exemplo dos serviços prestados pelo Embaixador Sampaio no terreno da Propaganda Econômica e Cultural do Brasil. Seria aumentar inútilmente esta justificação uma simples lista desses serviços, tal o número deles, pois o Embaixador não só tem sido *um dos pioneiros da nossa diplomacia econômica*, mas também tem feito da sua experiência de jornalista *um diplomata perito em propaganda do Brasil*, especializando-se, ainda, como *um diplomata "caixeiro viajante comercial", da sua terra*. Tudo isso sem esquecer por um instante as suas obrigações da propaganda cultural da sua pátria em todos os postos diplomáticos onde tem servido.

O Embaixador Sampaio, logo que se aposentou, foi eleito um dos 75 Conselheiros membros do Conselho Diretor da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Na referida Federação, que se compõe de mais de 500 Associações Comerciais do nosso país, foi-lhe entregue a representação, há vários anos, dos interesses do Comércio Brasileiro junto ao Congresso Nacional, para acompanhar a discussão parlamentar de toda a nossa legislação tarifária. O velho diplomata mantém relações utilíssimas com os parlamentares que se especializam nessas matérias, principalmente quanto aos impostos de renda, de consumo e de tarifas de importação; e, devido à sua antiga profissão, também é ele o elemento de ligação permanente entre a Federação e a Associação Comerciais e o nosso Ministério das Relações Exteriores.

Um exemplo que marcou época no serviço de Propaganda do Brasil do Embaixador Sampaio foi a sua importante iniciativa, como Adido Comercial à Embaixada do Brasil em Washington em 1921, ano preparatório da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922, comemorativa do 1.º Centenário da Independência do Brasil.

As relações de Sampaio com o Presidente Herbert Hoover

O diplomata brasileiro tinha relações, já nesse tempo, com o Sr. Herbert Hoover, então Ministro do Comércio do Governo Harding, que o convidou, em honrosa carta, para viajar através dos Estados Unidos, fazendo conferências sobre o Brasil, a propósito do seu Centenário de Independência. Aceitando o convite

oficial, e acompanhado de um Representante do Secretário Hoover, o Sr. Sebastião Sampaio, de janeiro a julho de 1922, visitou 75 cidades americanas maiores de cinquenta mil habitantes, fazendo conferências sobre o Brasil comercial, cultural e político. Em virtude de acôrdo com o saudoso Coronel Calder, Sampaio conseguiu trazer à Exposição do Centenário, Delegações oficiais dos Estados Americanos, além da Delegação oficial do Govêrno de Washington. Essas Delegações se fizeram acompanhar de Turistas, em número de 6.500 pessoas. O não menos saudoso Embaixador Americano Edwin Morgan e o Coronel Calder, Delegado na Exposição, ofereceram um banquete de agradecimento a Sampaio, no antigo Pálace Hotel, Avenida Rio Branco, assistido por todo o Corpo Diplomático Estrangeiro e presidido pelo então titular das Relações Exteriores, Ministro Felix Pacheco, no qual o Embaixador Morgan entregou a Sampaio um retrato do Presidente Americano Harding, com expressiva dedicatória e uma carta de agradecimento do Ministro do Comércio Herbert Hoover.

Mantendo relações com o eminente Americano, quando êste embarcou na Califórnia, já Presidente Eleito dos Estados Unidos, para a sua viagem ao Rio e demais capitais latino-americanas, Sampaio enviou-lhe um relatório sobre o "momento brasileiro", que Hoover acusou em honrosa carta, agradecendo o oportuno auxílio daquele Relatório. E alguns anos passados, quando o velho Presidente escreveu as suas "Memórias", ofereceu-lhe um exemplar dedicado "to my friend Sebastião Sampaio, Herbert Hoover".

O Embaixador Sampaio e o Centenário do Brasil

O Embaixador Sampaio, em 1922, foi nomeado pelo Presidente Epitácio Pessoa Diretor Geral de Festas da Exposição Internacional do Centenário, onde organizou as famosas festas chamadas o "Dia dos Estados Unidos", "Dia da França", "Dia da Argentina", "Dia da Itália", "Dia do Japão", e outras festividades que deram o maior brilho áquele certame. Como diplomata que já era, Sampaio dirigiu, como Diretor do Protocolo da Exposição, a Festa Inaugural de 7 de setembro de 1922, presidida pelo Presidente Epitácio Pessoa e à qual assistiu, entre outros convidados especiais, sua Alteza o Marechal Conde d'Eu, genro de Pedro II, Príncipe Consorte da nossa saudosa Princesa Imperial Dona Isabel, a Redentora.

Entre outros serviços históricos prestados nessa ocasião pelo diplomata referido, registra-se o de haver trazido e acompanhado

dos Estados Unidos e do Canadá uma Delegação de cerca de cinquenta notáveis cientistas, que vieram tomar parte no Congresso Internacional de Engenharia do Rio de Janeiro, durante o mesmo Centenário, certame científico que foi organizado e dirigido por engenheiros patrícios como Paulo de Frontin, Lauro Müller, Francisco Bicalho, Carlos Sampaio, Aarão Reis, Sampaio Corrêa e outros. Sebastião Sampaio serviu como Interpretete nos grandes debates científicos então havidos no mesmo Congresso.

Aliás, em grandes ocasiões internacionais do comêço dêste Século como essa, o diplomata Sebastião Sampaio prestou serviços históricos como êste. Basta recordar as suntuosas festas da inauguração do nosso Hipódromo do Jockey Club na Gávea, onde a convite de seu Amigo, o saudoso e ilustre brasileiro Lineu de Paula Machado, Presidente do Jockey, foi êle o Chefe do Cerimonial Diplomático daquelas festas, assistidas pelas Delegações oficiais do Jockey Club de França, do Jockey Club da Argentina, e de várias outras associações congêneres de outras capitais européias e do nosso Continente, Sebastião Sampaio mereceu do nosso Jockey Club a eleição unânime para seu Sócio de Honra.

Seja repetido aqui que só êste exemplo das festas do Centenário de 1922 basta para acentuar a participação acentuadamente histórica de Sebastião Sampaio nos acontecimentos concomitantes de sua longa carreira diplomática.

A História Cultural do Brasil e o Embaixador Sebastião Sampaio — John Bassett Moore

Entre as homenagens prestadas ao Embaixador Sampaio à saída dos postos diplomáticos que ocupou na representação do Brasil no estrangeiro, citaremos algumas bem significantes.

Depois de oito anos como Cônsul Geral do Brasil em Nova York, foi-lhe oferecido banquete de mais de trezentos membros da alta sociedade americana, no Metropolitan Club de Nova York; nesse banquete, foram oradores oficiais o Professor John Bassett Moore, o famoso jurisconsulto americano que, na sua mocidade, assessorou Rio Branco na Questão das Missões; John L. Merrill, o saudoso Presidente por longos anos da Panamerican Society of the United States, Presidente e fundador do All America Cables; Berent Friele, leader assistente das Indústrias Nelson Rockefeller na América Latina.

Ao sair de Nova York, promovido sucessivamente para Ministro e Embaixador do Brasil, o diplomata Sebastião Sampaio

deixou na grande metrópole duas fundações pessoais suas — a American Brazilian Association, hoje com uma vida de mais de trinta anos, que o elegeu Presidente de Honra e Fundador; e o *Magazine* em inglês *Brazil*, que Sampaio, como Diretor e Redator-Chefe, publicou em inglês ininterruptamente, todos os meses, por oito anos, José Carlos Rodrigues e Sebastião Sampaio, portanto, na História do nosso jornalismo, foram os dois únicos brasileiros que editaram jornais em Nova York, Rodrigues em português e Sampaio em inglês.

Antes de deixar, sucessivamente, as legações do Brasil em Estocolmo e Praga, Sampaio inaugurou nas duas capitais, as Câmaras de Comércio, respectivamente, Sueco-Brasileira e Tcheco-Brasileiras.

*Sampaio e José Bonifácio na Suécia — “Il Guarany”
em Stocolmo*

Os jornais das respectivas épocas contam como o Embaixador Sampaio, representante do Brasil na Suécia, completou na Histórica Academia Real de Estocolmo a biografia de seu Sócio Honorário José Bonifácio de Andrada e Silva, a única que faltava na Galeria dos seus grandes Sócios Honorários. Sampaio fez essa conferência em inglês, na presença dos Príncipe Herdeiro, Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores do país, inaugurando retrato a óleo de José Bonifácio, oferecido pelo Presidente Axel Johnson, o saudoso Presidente Johnson Line, pai do atual Presidente que é casado com uma distinta brasileira.

Outro serviço de Sampaio à aproximação cultural sueco-brasileira foi a representação em 10 recitais da ópera “Il Guarany” de Carlos Gomes. Representada com uma brilhante montagem na qual a Opera Real de Estocolmo dispendeu 750.000 coroas suecas, cantada em língua sueca, como é o hábito daquele teatro com tôdas as óperas estrangeiras, “Il Guarany” foi um grande sucesso para a música do Brasil. Na *première* estava presente tôda a Côte, inclusive Sua Majestade o saudoso Rei Gustavo V. Em recital especial para os estudantes, compareceram 500 alunos da Universidade de Upsala, que o Embaixador Sampaio foi buscar na Histórica cidade de Lineus.

Para não falar de outros postos confiados ao Embaixador Sampaio, encerraremos êste capítulo com as suas despedidas do México, onde foi Embaixador do Brasil durante quatro anos.

Sampaio Embaixador no México — A Academia Mexicana

A homenagem a Sampaio em Ciudad México foi excepcional: — a velha Academia Mexicana de Letras deixou a sua sede e transportou-se, com todos os seus Membros, para a Embaixada do Brasil, então no Histórico Palácio de Mármore da família do Presidente Porfirio Dias, e, ali reunida, realizou uma sessão de despedida, em honra de Sampaio, agradecendo-lhe os seus serviços em favor da maior aproximação cultural entre o Brasil e o México.

O orador oficial da Academia, na ocasião, foi José Vasconcelos, o grande ex-Ministro da Educação do México, que representou seu país no Rio, em 1922, por ocasião de nosso Centenário, e reconhecidamente, hoje, o maior filósofo vivo da América Latina.

Não há espaço neste estudo para os discursos pronunciados naquela ocasião. Apenas um detalhe do discurso de José Vasconcelos. Falando da “cultura variada” do Embaixador do Brasil, do orador “propagandista modelo de seu país”, que “todos ouviam sempre com grande prazer”, explicava que o “segredo” de Sampaio era ser, como foi para ele, Vasconcelos, um professor de “Mundologia”, ciência que “poucos, no mundo, conseguem aprender e quasi ninguém ensinar”.

*Sampaio, os grandes nomes e as grandes invenções
do seu tempo*

O Embaixador Sampaio nunca perdeu ocasião de procurar ligar ao nome do Brasil os grandes nomes e as grandes invenções do seu tempo.

Em 1922, por exemplo, Alexander Graham Bell, o inventor do telefone, ainda era vivo. Sampaio, que trabalhava, então, na nossa Embaixada em Washington, visitou Bell naquela cidade, e lhe disse que vinha cobrar uma visita que o inventor devia a Pedro II, que o visitou em Filadélfia, em 1876, na Exposição do Centenário Americano, e que aprovou a invenção do telefone, como Presidente da Comissão de Invenções daquele certame. A Exposição do Centenário em 1922, no Rio de Janeiro, estava à espera de Bell... Este agradeceu a visita, sorriu, e disse que pagaria a sua dívida de 1876, não pessoalmente, porque estava muito velho, mas se faria representar, e se fêz, por vários membros de sua família.

Poucos anos depois de 1922, quando se inaugurou o telefone entre os Estados Unidos e o Brasil, foi Sampaio, então nosso Cônsul Geral em Nova York, quem, pela primeira vez, falou da-que-la metrópole com São Paulo. E, dias depois, o ilustre e saudoso Roberto Simonsen combinou com êle, em uma hora de telefone, o contrato de dois professores de New York University para a sua famosa Escola na capital bandeirante.

Quando New York distribuiu pelo mundo o seu primeiro film falado, êste se tornou um segundo film falado para tôda América Latina, porque o primeiro foi um discurso, respectivamente em português para o Brasil, e em castelhano para Hispano América, pronunciado pelo Cônsul Geral Sebastião Sampaio, então decano dos Cônsules Gerais Americanos de Nova York.

Sampaio teve a honra de privar com Santos Dumont, o primeiro dominador do ar, e de conhecer seus dignos seguidores, os Irmãos Wright, dos Estados Unidos. Em Paris, foi padrinho de casamento de um ilustre brasileiro, juntamente com Santos Dumont, todos três amigos de mocidade. E, tratando-se dos heróis da Aviação, cabe aqui como nota final destas rápidas informações, lembrar que Sebastião Sampaio, então conhecido como um Repórter moderno, pouco depois dos 20 anos redator da *Gazeta de Notícias*, então dirigida por Irineu Marinho, — foi um dos três primeiros homens que voaram sôbre o Rio de Janeiro, êle e outro jornalista brasileiro, e mais o aviador italiano Ruggerone, — e isto em 1910, num biplano Farman, que aquêle aviador trouxera da primeira escola de vôo de Issy le Moulineau, França.

P A R E C E R

Comissão de Admissão de Sócios

A proposta referente ao nome de Sebastião Sampaio indicai-lhe, não sômente a vasta bibliografia desenvolvida em longo período de atividades jornalísticas, mas também as comissões de "alta representação social", que o artigo 7 dos Estatutos exige para a classe dos sócios honorários.

Embaixador do Brasil em mais de uma oportunidade, sempre se empenhou em pesquisas históricas, prolongadas até a Suécia, onde lhe foi dado examinar documentação relativa à Imperatriz Dona Amélia.

A Comissão de Admissão de Sócios manifesta-se, pois, favorável à sua admissão à classe de sócio honorário.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão* — *Christovam Leite de Castro* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *João Baptista Magalhães*.

O Presidente proclama o Dr. Sebastião Sampaio sócio honorário do Instituto Histórico.

Para a vaga de sócio correspondente foi apresentada a proposta com o nome do escritor Sérgio Buarque de Holanda com parecer favorável dos membros das Comissões de História e Admissão de Sócios.

PROPOSTA

Indicamos para sócio correspondente do Instituto Histórico, o ilustre escritor paulista Sergio Buarque de Holanda.

O eminente polígrafo e sociólogo brasileiro tem a recomendar-lhe a candidatura obras fundamentais para a nossa cultura — como sejam:

— “Raízes do Brasil” — já em 3ª edição e com traduções em italiano e espanhol (México); “Cobra de Vidro”, livro em que reuniu os seus ensaios literários, quando foi crítico do *Diário de Notícias* (S. Paulo, 1944); “Monções”, histórico da penetração fluvial paulista — já em 2ª edição; e agora êsses admiráveis estudos “Caminhos e fronteiras” (ed. J. Olímpio, S. Paulo, 1957), onde estuda a nossa formação colonial e os choques das duas culturas: a européia e a indígena.

Tem ainda em projeto ou preparação: “Tentativa de mitologia” — estudos brasileiros: “A era do barroco no Brasil” — cultura e vida espiritual nos séculos XVI e XVIII — 3 volumes e “Literatura colonial brasileira” — desenvolvimento do ensaio publicado no “Manual Bibliográfico brasileiro”.

Além dêsses estudos, Sergio Buarque de Holanda publicou:

— “História do Brasil” em colaboração com Octavio Tarquinio de Souza”, livro didático para o ensino secundário (Rio, 1944);

— “A expansão paulista do século XVI ao comêço do século XVIII” — (S. Paulo, 1948);

— “Índios e mamelucos na expansão paulista” (S. Paulo, 1949);

— “Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial” (2 volumes, M.E. e C. — Rio, 1952) e finalmente:

— “Le Brésil dans la vie americaine” — contribuição a um simposium internacional — (Neuchatel, 1955).

Além desses trabalhos, há que assinalar, na sua bibliografia, traduções de Dawatz e W. Schmidt.

Não conhecemos de autor brasileiro, melhores contribuições, como essas, que justifiquem a sua entrada no Instituto Histórico — de uma inteligência tão original, servida por aprofundada cultura.

Sergio Buarque de Holanda foi ademais diretor do Museu Paulista do Ipiranga e professou “estudos brasileiros” na Universidade de Roma.

E’ atualmente catedrático da Faculdade de Filosofia e Letras de S. Paulo.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1958. — José Carlos de Macedo Soares — Claudio Ganns — Virgílio Corrêa Filho — Wanderley Pinho — Teixeira Soares — Estevão Leitão de Carvalho — Arthur Cesar Ferreira Reis — Argeu Guimarães — Manuel Diegues Jr. — Carlos da Silveira Carneiro — Américo Jacobina Lacombe — Justo Pastor Benitez — Augusto Tavares de Lyra — José Antônio Soares de Souza — Eugenio Vilhena de Moraes — Ivolino de Vasconcellos — Thiers Fleming — Valentim Benício da Silva — Herbert Canabarro Reichardt — Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Christovam Leite de Castro — Miguel Costa Filho — Ildefonso Mascarenhas da Silva — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — José Augusto”.

P A R E C E R

Comissão de História

A proposta para a admissão do Sr. Sergio Buarque de Holanda, para sócio correspondente, merece a melhor acolhida.

Historiador, sociólogo e crítico literário, o ex-diretor do Museu do Ipiranga e atual professor da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo — é publicista de renome, que se impôs brilhantemente à consagração intelectual do país, desde o seu livro de estréia: *Raízes do Brasil* passando por *Monções*, até o seu último trabalho: *Caminhos e Fronteiras*.

E’ um investigador consciencioso que tira dos temas que estuda visadas originais e interpretações inéditas. Merece pois ser recebido em nosso grêmio, com a mais calorosa aceitação.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1959. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho* — *Wanderley de Araújo Pinho* — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *Hélio Vianna*.

P A R E C E R

Comissão de Admissão de Sócios

A comissão de admissão de sócios, é de parecer que o Senhor Sergio Buarque de Holanda, residente em São Paulo, preenche satisfatoriamente, pela sua vigorosa atividade intelectual, as condições para ser recebido como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, — conforme a justificação da proposta e do parecer da Comissão de História. E' candidato que, pelos seus altos estudos e incessantes trabalhos, no setor da história e da sociologia, honrará com o seu nome, o quadro social.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão* — *Christovam Leite de Castro* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *João Baptista Magalhães*".

Posta a proposta e respectivos pareceres em votação, o nome do candidato recebeu 24 bolas brancas e 1 preta. O Presidente proclama sócio correspondente do Instituto Histórico o escritor Sérgio Buarque de Hollanda.

Outra proposta para sócio correspondente traz o nome do escritor e historiador Dr. José Maria Belo, com parecer favorável das Comissões de História e Admissão de Sócios:

P R O P O S T A

Para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propomos a eleição do Dr. José Maria Belo, ilustre pernambucano, nascido a 18-12-1885 no engenho Tentúgal, Município de Barretos.

Bacharel em Direito, distinguiu-se entre seus coestaduanos por sua cultura e acentuado pendor pelos estudos históricos, políticos e sociais.

Antigo Deputado e Senador por Pernambuco, estava eleito Governador do Estado quando irrompeu a revolução de 1930, privando-o de assumir o elevado cargo.

Professor da Universidade do Distrito Federal, onde tem residência, ocupa a cadeira de Cosmologia e Filosofia Social, tendo sido um dos antigos delegados do Brasil junto à OEA.

Sobram-lhe portanto títulos e merecimento comprovado em eruditos trabalhos culturais, dentre os quais avulta a sua *História da República*, editada em 1940 e cuja 4ª edição está preste a vir a público. — Dêle também são os seguintes trabalhos:

- *Estudos Críticos* — Rio, 1917.
- *Novos Estudos Críticos* — Rio, 1917.
- *Rui Barbosa e escritos diversos* (Ensaio políticos e literários), Rio, 1918.
- *À Margem dos livros* — Rio, 1922.
- *Os exilados* (premiado pela Academia) — Rio, 1925.
- *Noção Filosófica Social do Direito* — Rio, 1933.
- *Inteligência do Brasil* — S. Paulo, 1935.
- *Imagens de ontem e de hoje* — Rio, 1936.
- *Panorama do Brasil* — Rio, 1936.
- *Retrato de Machado de Assis* — Rio, 1952.

Essas produções e outras presentemente estampadas na imprensa desta Capital, bem demonstram quão bem poderá abrilhantar o quadro social do Instituto, bem como os serviços que poderá prestar com as suas luzes e atividade.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1959 — José Carlos de Macedo Soares — Américo Jacobina Lacombe — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — José Antônio Soares de Souza — Cláudio Ganns — Virgílio Corrêa Filho — Pedro Moniz de Aragão — Artur Cesar Ferreira Reis — Marcos Carneiro de Mendonça — Wanderley de Araújo Pinho — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Rodrigo Octavio Filho — José Augusto Bezerra de Medeiros — José M. Brandão Castello Branco — Christovam Leite de Castro e Adolfo Morales de Los Rios Filho.

P A R E C E R

Comissão de História

Bem fundamentada está a proposta apresentada em 10 de março de 1959 para eleição do Dr. José Maria Belo ao quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — Nela estão mencionados os títulos que ornamentam sua personalidade, bem como as produções de sua autoria, dentre as quais avulta a *História da República*, cuja 4ª edição justamente acaba de vir a público.

Trata-se, na verdade, de um intelectual no amplo sentido da expressão, e que por sua erudição, sobejamente comprovada em numerosos estudos históricos, literários e sociais, bem merece ingressar no Instituto, onde certamente há de prestar a valiosa colaboração de sua inteligência e proclamada sabedoria.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1959. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho* — *Wanderley de Araújo Pinho* — *Hélio Vianna* — *Marcos Carneiro de Mendonça*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

Conforme acentua o parecer da Comissão de História, o Doutor José Maria Belo possui méritos justificativos da sua admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a vaga existente de sócio correspondente e a Comissão de Admissão de Sócios lhe indica o nome à aprovação do plenário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1959. — *Alfredo Valladão* — *Christovam Leite de Castro* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *João Baptista Magalhães*.

Posta em votação proposta e pareceres, recebe o nome do candidato 24 bolas brancas e 1 preta, resultado mediante o qual o Presidente proclama sócio correspondente do Instituto Histórico o Dr. José Maria Belo.

Terminada a eleição, antes de ser levantada a sessão, o Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pede um voto de congratulações com a Comissão da Revista, por se achar este órgão rigorosamente em dia, pois acaba de sair o n.º 242, relativo ao trimestre janeiro-março de 1959.

Este voto é aplaudido. Ainda o Presidente pede um voto de louvor ao 1.º Secretário, Virgílio Corrêa Filho, extensivo à Diretora da Secretaria, Senhora Adelaide Morosini Alba, por sua dedicação à vida funcional do Instituto.

O sócio benemérito General Estevão Leitão de Carvalho agradece, em nome dos seus companheiros da Comissão da Revista, os aplausos do plenário, e inclui nos seus agradecimentos a colaboração do Diretor da Imprensa Nacional, Dr. Brito Pereira e Ormindo da Rocha Santos, da Imprensa Nacional e demais funcionários da Secretaria do Instituto.

O sócio benemérito José Augusto, informa sobre o programa das comemorações pelo centenário de nascimento de Clóvis Be-

vilaqua, por parte do Instituto, entregando ao Presidente a relação das conferências a serem pronunciadas pelos sócios.

O Presidente informa que o Deputado José Bonifácio, continuando a ação benéfica do ex-Deputado José Augusto, apresentou uma proposta ao Governo, mandando dar ao Instituto Histórico, durante 4 anos seguidos, uma verba de 30 milhões de cruzeiros para a construção da nova sede. Por esta louvável atitude do Deputado José Bonifácio, o Presidente pede um voto de gratidão a ser inscrita na ata desta Assembléia que a aprovou unânimemente.

PROJETO Nº 412, DE 1959 (*)

Concede um auxílio de Cr\$ 30.000.000,00, durante quatro anos, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a conclusão das obras de sua sede.

(Do Sr. José Bonifácio)

(Às Comissões de Educação e Cultura, de Finanças e de Orçamento e Fiscalização Financeira)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica concedido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante quatro anos, um auxílio de trinta milhões de cruzeiros, para conclusão das obras de sua sede.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária dos anos de 1960, 1961 e 1962 o Poder Executivo fará constar no Anexo do Ministério da Educação e Cultura o auxílio de que trata a presente lei.

Art. 2.º — Para atender ao que se dispõe nesta lei durante este exercício, fica o Poder Executivo, autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de trinta milhões de cruzeiros, a ser entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para complementação do auxílio previsto.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1959. — José Bonifácio.

Justificação

Nenhuma justificação mais precisa a respeito do projeto ora apresentado que as palavras escritas numa reportagem, sobre a ma-

(*) *Diário do Congresso Nacional* (Seção I) — 10 de junho de 1959, pág. 2.828.

téria, divulgadas pela *A Gazeta de São Paulo*, em 28 de março dêste:

«O estado dos mais precários, das instalações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, justifica a verba de 30 milhões de cruzeiros que o governo destinou para as obras iniciais da nova sede, que será erguida, no mesmo local, numa área de cêrca de 1 000 metros quadrados, precisamente à rua Augusto Severo, 4, no Passeio Público, dentro de uma sistemática que, ao lado dos recursos técnicos os mais modernos, tem dois objetivos: um cultural e outro didático. Cultural pelas preciosidades que constituem seu patrimônio, integrado por coleções de manuscritos raros, em grande parte inéditos; pelo acêrvo de uma biblioteca especializada, com uma revista — publicação trimestral, oficial cujo n.º 242 já se acha no prelo. Ainda: um museu com peças interessantes e raras. Quanto ao aspecto didático pela possibilidade de continuar atendendo aos estudantes de nossas escolas, aos estudantes de nosso passado histórico, através de um serviço de microfilmes e ampliações ainda mais desenvolvido. Em se tratando de uma veneranda instituição de alto nível cultural que comemora o seu 120.º aniversário de atividades ininterruptas, a concessão da mencionada verba não foi um privilégio. Pelo contrário, um direito adquirido, que tardou para ser reconhecido, apesar das reiteradas solicitações de seus dirigentes e de campanhas promovidas pela imprensa. Cumpre lembrar que as campanhas impulsionadas à preservação do patrimônio do I.H.G.B. foram lideradas pelo seu dedicado e incansável presidente perpétuo desde 1941, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

PRECIOSIDADES

O acervo cultural do Instituto abriga cêrca de 150 mil volumes especializados; 4 mil mapas e outros objetos de valor que estão guardados no «cofre das preciosidades», sob a responsabilidade direta do secretário perpétuo do referido Instituto. Também existem numerosos quadros sôbre motivos históricos dos melhores pintores do Brasil.

A REVISTA

O Instituto mantém um repositório riquíssimo de fatos e acontecimentos marcantes da nossa história que é a sua Revista. Velha de mais de 100 anos já editou 240 volumes de cêrca de 400 páginas cada um, abrigoando nelas os mais variados e valiosos temas históricos.

PRECARIEDADE DO PRÉDIO

O prédio do Instituto está caindo, em péssimo estado de conservação e, a chuva que dentro dêle cai, compromete já o preciosíssimo acervo cultural que ali está guardado, expresso na esplêndida biblioteca do Instituto.

Por tudo isto e pelos reais e inolvidáveis serviços que essa benemérita Instituição presta no país, se impõe o auxílio ora pleiteado, aliás, como imperativo da gratidão nacional.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1959. — *José Bonifácio.*»

Igual voto de gratidão foi proposto e aprovado para a Vereadora Sra. Lygia Maria Lessa Bastos que apresentou na Câmara do Distrito Federal (*Diário Municipal* — 30-5-1959) a seguinte indicação:

Indicação n. 353 (Orçamento de 1960)

Mantém a dotação de Cr\$ 500.000,00 destinada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Indico à Mesa que encaminhe à Comissão de Economia e Finanças a seguinte emenda ao Projeto de Orçamento para 1960:

«Seja mantida a verba de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) consignada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos orçamentos para os últimos anos.

Sala das Sessões, 29 de maio de 1959 — *Lygia Maria Lessa Bastos*

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Américo Jacobina Lacombe, Mário Ferreira França, João Baptista Magalhães, Washington Perry de Almeida, José Wanderley de Araújo Pinho, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Hélio Vianna, Artur César Ferreira Reis, José Antônio Soares de Souza, Juvenal Greenhalgh, Adolfo Morales de los Rios Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Thiers Fleming, Marcos Carneiro de Mendonça, Pedro Moniz de Aragão, R. Antonio Ramos, Justo Pastor Benitez, Carlos Delgado de Carvalho, Herbert Canabarro Reichardt, Estevão Leitão de Carvalho, Ildefonso Mascarenha da Silva, Cláudio Ganns, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, José Augusto Bezerra de Medeiros, José M. Brandão Castello Branco, Haroldo Valladão, Carlos da Silveira Carneiro, Florêncio de Abreu, Eugênio Vilhena de Moraes, Henrique Fleiuss, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Ivolino de Vasconcellos, Daniel de Carvalho e Ernesto Cruz.

A sessão de Assembléia Geral foi levantada às 17,20 horas do dia 23 de junho de 1959, convidando o Sr. Presidente os sócios presentes, para a Sessão em homenagem à memória do sócio Grande Benemérito, Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay e na qual falará sôbre o eminente brasileiro, o Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2.º Secretário

Ata da Sessão Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada no dia 23 de junho de 1959, (Sessão nº 1906), na qual falou o consócio Almirante Carlos da Silveira Carneiro sôbre a personalidade de Afonso d'E. Taunay.

A sessão teve lugar no Salão Nobre do Instituto Histórico, às dezessete horas e meia no dia vinte e três de junho de mil novecentos e cinqüenta e nove, achando-se as arquibancadas destinadas ao público repletas de pessoas da família Taunay, inclusive a Exma. Sra. Viúva D^a Sára Taunay e de admiradores do grande historiador.

O Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, acompanhado do 1º Secretário, Virgílio Corrêa Filho, assume a presidência e convida para tomar parte à mesa, os representantes: Coronel Leonardo Hazam, do Ministro da Guerra; Doutor Odenegas Gonçalves Leite, representante do Presidente do Senado, Senador Filinto Müller; Dr. Apolônio Nóbrega, representando o Sr. Ministro do Trabalho, Brigadeiro Henrique Fleiuss, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo e Dr. Nelson Costa, Vice-Presidente do Instituto Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

O Secretário lê as Efemérides do Barão do Rio Branco relativas à data.

O Presidente aludindo ao orador da sessão, Almirante Carlos da Silveira Carneiro, que acaba de ser eleito sócio Grande Benemérito do Instituto Histórico, diz que sôbre Affonso de Taunay não basta uma conferência por mais completa que seja, mas sim um curso. É o que naquele momento propõe à Casa, e pede aprovação para esta sua proposta, o que é prontamente concedida. De acôrdo com esta aprovação vai nomear uma Comissão para fazer o programa do curso sôbre Affonso de Taunay.

Sobe à Tribuna, sob aplausos, o sócio Grande Benemérito, Carlos da Silveira Carneiro, que durante 60 minutos discorreu

sôbre a personalidade de Affonso de Taunay, tocando, de forma muito pessoal, nos seguintes pontos da vida do saudoso historiador.

— A descendência (Felix Taunay, pintor vindo na missão artística de 1816). Filiação.

— Alfredo de Taunay, grande do Império, militar e escritor. (Província de Santa Catarina) Amor à terra natal. (Santa Catarina na História e Brazões de cidades catarinenses.)

— Taunay, paulista de coração. Taunay na Academia Brasileira de Letras. (Conceito de Ivan Lins versus o de Roquete Pinto.)

— Taunay em São Paulo (Lente de Física na Escola Politécnica e Professor de História da Civilização na Universidade de São Paulo).

— Taunay no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Medalha de ouro do Instituto e artigo de Virgílio Corrêa Filho, na Revista).

— A simplicidade de Taunay (conversador admirável, caso pessoal do orador em festividade de batizado).

— Taunay e Max Fleiuss. (Correspondência entre os dois amigos).

— Taunay e o piano (Tocava piano, assobiava e lia jornais, a um só tempo).

— Taunay e a música (o seu segredo, uma composição musical sôbre versos de Théophile Gauthier, ignorada por seus íntimos).

— Taunay no Instituto Histórico de São Paulo e a Comemoração do IV Centenário da fundação de São Paulo. (Medalha de bronze com a sua efígie).

— O nome de Taunay no estrangeiro (um dos 10 historiadores mundiais pertencentes à American Historical Association).

— Taunay e o Museu Paulista. (Pergaminho do Servidor Emérito).

O assunto segundo o conferencista seria inesgotável.

O orador ao descer da tribuna recebe muitos aplausos.

Antes do Presidente levantar a sessão, o consócio, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, invocando a saudade do ausente, elogiando o conferencista, comunica que se acha presente a Senhora Sara Taunay, viuva de Affonso de Taunay, para quem pede que lhe seja prestada homenagem efusiva e sincera. A proposta foi correspondida com calorosas palmas.

O Presidente, agradecendo a presença das autoridades e de todos os que ali foram para homenagear o saudoso Affonso Taunay,

declara encerrada a sessão, por volta das 18,50 do dia 23 de junho de 1959.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Américo Jacobina Lacombe, Mário Ferreira França, João Baptista Magalhães, Washington Perry de Almeida, José Wanderley de Araújo Pinho, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Hélio Vianna, Artur César Ferreira Reis, José Antônio Soares de Souza, Juvenal Greenhalgh, Adolfo Morales de los Rios Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Thiers Fleming, Marcos Carneiro de Mendonça, Pedro Moniz de Aragão, R. Antônio Ramos, Justo Pastor Benitez, Carlos Delgado de Carvalho, Herbert Canabarro Reichardt, Estevão Leitão de Carvalho, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Cláudio Ganns, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, José Augusto Bezerra de Medeiros, José M. Brandão Castello Branco, Haroldo Valladão, Carlos da Silveira Carneiro, Florêncio de Abreu, Eugênio Vilhena de Moraes, Henrique Fleiuss, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Ivolino de Vasconcellos, Daniel de Carvalho e Ernesto Cruz.

Justificaram a ausência os sócios: Dr. Rodrigo Octavio Filho, Dr. Levy Carneiro, Almirante Oliveira Bello e Professor Heraclides de Souza Araújo.

Enviaram telegramas os Srs. : Almirante Mattoso Maia, Ministro da Marinha; Ministro da Agricultura, Dr. Mário Meneghetti; Deputados: Drs. José Bonifácio, César Prieto, San Tiago Dantas e Brasílio Machado Neto.

Foi encerrada a sessão às 18 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2.º Secretário

Ata da Sessão Ordinária em 8 de julho de 1959
(Sessão 1907) Conferência do sócio Dr. R. Antônio Ramos sobre: *Gestiones del Brasil en América y Europa para el Reconocimiento de la Independencia del Paraguay*».

Presidência: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, 3.º Vice-Presidente.

No dia oito de julho de mil novecentos e cinquenta e nove, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão especialmente convocada para que dissertasse o sócio correspondente R. Antônio Ramos acerca de «*Gestiones del Brasil, en América y Europa, para el Reconocimiento de la Independencia del Paraguay*».

As cinco horas da tarde, no salão D. Pedro II, na sede, o Vice-Presidente Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, na ausência do Presidente Perpétuo, assumiu a direção dos trabalhos. E declarando aberta a sessão, convidou para a Mesa o Sr. Embaixador do Paraguay Dr. H. Sánchez Quell, Capitão José Magalhães, representando o General Ladario Pereira Telles; Dr. Agenor Barbosa de Almeida, representando o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dr. Celso Kelly, representando o PEN Club e o Acadêmico Carneiro Leão.

Coube ao Primeiro Secretário, Sr. Virgílio Corrêa Filho, a leitura das «Efemérides do Barão do Rio Branco» referentes à data, e após o Presidente fez a apresentação do orador em sugestiva alocação:

«Foi esta sessão convocada para têrmos o prazer de ouvir e aplaudir ao eminente confrade, o historiador paraguaio R. Antonio Ramos, sócio correspondente dêste Instituto.

O ilustre conferencista, sôbre ser filho de um país amigo, dos mais estreitamente unidos ao Brasil — o bravo e doce Paraguai — se distingue por altos títulos, que penhoram nossa admiração.

Seu currículo de estudioso multiplica os elevados postos de cultura e diplomacia, a que tem sido convidado por seus compatriotas: — Secretário da Delegação Paraguaia à Conferência do Chaco, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, Diretor do Arquivo Nacional de Assunção, Membro do Instituto Paraguaio de Investigações Históricas, Acadêmico de Número do Instituto de Numismática e Antiguidade do Paraguai. E pertence ainda ao Instituto Histórico do Uruguai, à Academia Nacional de História da Argentina, e, com muita honra nossa, é sócio correspondente dêste Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja Revista tem estampado trabalhos de valor.

Dão-lhe seus estudos singular destaque de especialista da crônica diplomática brasílio-paraguaia, portador de preciosa bagagem litero-histórica, na qual se contém livros e ensaios como «La Política del Brasil en el Paraguay — Juan Andrés Gelly», «El Reconocimiento de la Independencia del Paraguay por el Brasil — Mision Pimenta Bueno», «La Política del Brasil en el Paraguay (Bajo la Dictadura de Francia)», livro êste a seguir-se do em que estuda aquela política na época de Carlos Lopez.

É Antônio Ramos um historiador de pesquisas e arquivos, que tanto os explora em sua pátria como nos países vizinhos. O arquivo do Instituto, o Nacional, o do Itamaraty, o da Biblioteca Nacional, são minas de onde tem extraído bom minério, com erudita curiosidade e a perícia de quem sabe escavar, separar o cascalho e tam-

bém fundir o metal, para afinal o apresentar na cinzeladura dos livros; sem aquelas excessivas mutilações que a história estética reclama, com dano, muita vez, da verdade evocada; sem sacrificar à concisão, brevidade e sugestão amável, — que visam ao leitor, a minúcia, a franqueza e a atualidade dos documentos, — onde está a força nativa das narrações, e o fundamento das sentenças críticas.

E vai longe em Espanha, em Sevilha, penetrar nos filões mais profundos da história ibero-americana, a palpar as raízes da formação do seu belo país.

Hoje aquí vamos ouvi-lo a dissertar acêrca de «Gestiones del Brasil en América y Europa para el Reconocimiento de la Independencia del Paraguay» — tema que muito nos toca; porque, se as recordações de nossos conflitos armados podem de longe ainda ensombrar-nos em lembranças tristes, só estímulos ao entusiasmo efetivo nos traz a rememoração dos fatos diplomáticos ligados ao reconhecimento e resguardo da independência guaraní e à defesa de integridade territorial do Paraguay.

A guerra de 65 a 70 foi um desvio, um dêstes fatais equívocos no destino das nações; mas não teve a força senão de momentaneamente, amolgar e torcer, nunca de quebrar os elos daquela tradição de concórdia, logo retomada, ainda quentes as cinzas do grande incêndio, na hora mesma, por assim dizer, da cena final do grande drama. Essa tradição foi e é a fraterna política de fortalecimento de um Paraguay livre, bastante vigoroso para resistir a tôdas as tentativas de absorção de sua autonomia de estado, de exploração de sua economia e comércio ou de mutilação de seu território.

Isto foi assim no Império, antes e depois da guerra, isto vem sendo assim, na República, até nossos dias.

Nós que já nos honramos e alegramos no convívio de outro ilustre paraguaio, nosso companheiro de há muito — o brilhante e vivo Pastor Benitez — tão artista no escrever quanto profundo e fino no pensar e julgar; grande sabedor do passado comum do Paraguay e Brasil, conhecedor de homens e fatos de uma época de grandes episódios e de excelsas personalidades — vamos agora ouvir outra voz guaraní.

O assunto, as evocações que nos traz, o alto teôr intelectual do conferencista a todos nós nos predis põem a esta ansiosa simpatia e ao mudo e prévio aplauso com que vamos escutar a Antonio Ramos, a quem tenho a honra de conceder a palavra.»

E ao terminar deu a palavra ao conferencista, que documentadamente lembrou as atividades diplomáticas do Brasil para que

fôsse, pelos países americanos e europeus, ultimado o reconhecimento da Independência do Paraguai.

Os aplausos da assistência evidenciaram-lhe o agrado com que ouviu a douda dissertação, reveladora de pacientes pesquisas nos arquivos.

Antes do encerramento da sessão, o sócio benemérito Eugênio Vilhena de Moraes obteve a palavra para comunicar ao Instituto que entregava ao Arquivo Nacional, o volume 39 das «Publicações» organizado e editado ainda sob sua responsabilidade de diretor.

Esclareceu, ainda, que o referido volume sucede à publicação do poema épico de Anchieta — *De Gestis Mendi de Saa* e precede vários em vias de conclusão tipográfica, sendo dois consagrados a Cairu, além de outras, iconográficas também, decorrentes da sua atuação dirigente do centenário estabelecimento.

Assim expunha pessoalmente ao Instituto as últimas provas dos esforços, com que se consagrou à direção do Arquivo Nacional, por mais de duas décadas.

Agradecendo-lhe a valiosa comunicação, o Presidente reconheceu-lhe os méritos e como ninguém quisesse usar da palavra, dá por encerrada a sessão, depois de agradecer o comparecimento de representantes das autoridades e pessoas conspícuas.

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Cláudio Ganns, João Baptista Magalhães, Rodrigo Octávio Filho, Mário Ferreira França, Estevão Leitão de Carvalho, Clado Ribeiro de Lessa, Alvaro Alberto de Motta e Silva, Arthur César Ferreira Reis, Thiers Fleming, Deoclécio De Paranhos Antunes, Justo Pastor Benitez, Juvenal Greenhalgh, José Antônio Soares de Souza, Herbert Canabarro Reichardt, Washington Perry de Almeida, R. Antônio Ramos, Pedro Moniz de Aragão, Carlos da Silveira Carneiro, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, J. M. Brandão Castelo Branco, Marcos Carneiro de Mendonça, Eugênio Vilhena de Moraes, Daniel de Carvalho, Ivolino de Vasconcellos, José Augusto Bezerra de Medeiros.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Alfredo Valladão, Desembargador Julião de Macedo Soares, Dr. Heraclides de Souza Araújo, Dr. José Maria Bello.

Enviaram ofícios e telegramas: os Srs. Almirante Mattoso Maia, Ministro da Marinha; Brigadeiro Francisco Mello, Ministro da Aeronáutica, Dr. Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura; Dr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor José Bonifácio, 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, Dou-

tor Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2.º secretário

Ata da Sessão Ordinária em 24 de julho de 1959
(Sessão 1908) *Conferência do Dr. Eugênio Vilhena de Moraes acerca de: «Cayrú, Censor Régio».*

Presidência: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho
3.º Vice-Presidente

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou no dia vinte e quatro de julho de mil novecentos e cinqüenta e nove, às dezesete horas, a sessão dedicada a honrar, ainda uma vez, a memória de insigne brasileiro.

Ao constituir a Mesa, o Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, que a presidiu, convidou para a constituírem, o Ministro Luiz Gallotti, Capitão Alvaro Wanderley, e Dr. Gustavo José de Oliveira que representavam respectivamente os Srs. Ministros da Guerra e do Trabalho, e para o recinto o Professor Miranda Ribeiro, o Padre Francisco Leme Lopes, Capitão Fernando Coelho, representante do Mar. Odylis Denis, Frei Julio Janssen, V.F.M., Dr. Italo Viola, representando o Ministro da Saúde, Frei Estanisláu Schaette, O.F.M. .

Depois da leitura, pelo 1.º Secretário, das Efemérides do Barão do Rio Branco, referentes à data, o Presidente explicou o objetivo da reunião de maneira concisa e elegante que a assistência aplaudiu com palmas.

«Vamos ouvir, e em ouvindo aprender e aplaudir, ao nosso prezado confrade, sócio benemérito, e veterano dêste Instituto Dr. Vilhena de Moraes, cujos dotes de historiador informado e erudito, e conferencista lúcido e eloquente, são de tão sabida fama, que me dispensam de aqui e agora ecoar os encômios e louvores, que todos os assistentes estão a fazer-lhe — por verdade e por justiça.

Vamos ouvi-lo sôbre José da Silva Lisboa — Visconde de Cairu — um dos maiores homens do Brasil: — patriarca da Independência, como José Bonifácio; cheio de serviços que lhe gran-gearam a veneração grata dos brasileiros; rico de virtudes, talento

e saber, que obrigam a admiração reverente de quantos lhe conheçam o que disse, escreveu, pensou, agiu e construiu.

Como Caxias e Anchieta, é Cairu uma das paixões de pesquisador e economista de Vilhena de Moraes — *cairusista* dos quatro costados: — fiel e diuturno no culto; diligente e decidido em documentar a vida, exaltar a glória e defender a memória desse magno brasileiro, e herói perfeito.

Dirá, como sabeis, de «*Cairu — Censor Régio*».

O cronista, o economista, o jurista, o historiador, o político, o parlamentar; o estimulador decisivo da Abertura dos Portos; o grande panfletário e jornalista da Independência; o homem de coragem e o homem de caráter; o erudito, o humanista, o estilista (são tantos os valores e faces por que o estudo da insigne vida e das obras sublimes pode multipartir tão subida personalidade...) — tudo isso tem sido estudado e ainda o será por muito tempo e por muita gente. Este como recanto, porém, da biografia de Cairu — «*Censor Régio*» — parecia relegado a menores considerações. E até terá semelhado, a apreciadores levianos, como uma atividade menos meritória de tão vasto e profundo currículo.

O conferencista nos mostrará, seguramente, não haver Cairu baixado no nível social e intelectual ao exercer como «*censor*» a policia literária, antes aí patenteou, mais uma vez, constância e apêgo aos princípios cardiais reguladores da sociedade de sua época — a fé, a ordem, a monarquia.

Iremos sentir, certamente, que onde irreverentes ou desavisados poderiam vislumbrar diminuição, Vilhena de Moraes encontrou pedra e bronze para erguer mais um degrau no pedestal sobre que tão alto avulta a glória de Cairu.

De quando em quando há quem aponte o grande baiano como *áulico*, numa insinuação de serviçal servil dos grandes e poderosos, do Rei a seus ministros. É pecha com que tentam tismá-lo. Também de quando em quando aparece quem pretenda, se não contestar, minguar-lhe a colaboração decisiva na Abertura dos Portos. Há menos de um ano, dessa tribuna, sem brilho, mas escudado em novos documentos procurei reforçar as razões de seu grande mérito, no episódio inicial da nossa emancipação econômico-política.

Agora Vilhena de Moraes rebaterá documentadamente o depreciador *aulicismo*, porventura entrevisto no pergaminho e título de *Censor Régio*.

Cairusista modesto mas convicto tenho satisfação e honra em, nesta eventual presidência, dar a palavra ao Dr. Vilhena de Moraes.»

Depois de agradecer as justas referências a seu saber, o Professor Eugênio Vilhena de Moraes entrou a considerar, por vários aspectos, o tema escolhido: «Cairu — censor régio», que explanou eruditamente, merecendo vivos aplausos dos ouvintes.

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, Lucas Alexandre Boiteux, João Baptista Magalhães, Mário Ferreira França, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Estevão Leitão de Carvalho, Heraclides César de Souza Araújo, Pedro Moniz de Aragão, Raimundo Antônio Ramos, Carlos da Silveira Carneiro, Herbert Canabarro Reichardt, Sebastião Sampaio, Eugênio Vilhena de Moraes, Delgado de Carvalho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Marcos Carneiro de Mendonça, Florêncio de Abreu, Ivolino de Vasconcellos.

Justificaram a ausência os Sócios: Drs. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Barbosa Lima Sobrinho, Fábio Guimarães de Macedo Soares, Renato Almeida, Ildefonso Mascarenhas da Silva, José Maria Bello, Almirante Thiers Fleming.

Enviaram telegramas e ofícios: Brigadeiro Francisco Melo, Ministro da Aeronáutica, Almirante Jorge Leite, Ministro da Marinha Interino, Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Dr. Santiago Dantas, Deputado Dr. José Bonifácio, Deputado Dr. Fernando Ferrari, Associação Brasileira de Imprensa, Touring Club do Brasil e muitas outras entidades.

Encerrou-se a sessão às 18 horas e meia.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2.º Secretário

Ata da Sessão Extraordinária em 5 de Agosto de 1959 (Sessão n.º 1909). Conferência do Professor Luc Hommel sobre: «L'Histoire de L'Ordre de la Toison D'Or».

Presidência: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho.
(3.º Vice-Presidente)

Aos cinco dias do mês de agosto do corrente ano, por volta das 17 horas e 50 minutos, no Salão nobre do Instituto, repleto de convidados na sua maioria pertencente ao Corpo Diplomático, na ausência do Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assumiu a presidência o 3º Vice-Presidente, sócio benemérito José Wanderley de Araújo Pinho, que convidou para ocupar

lugar à mesa os Senhores Embaixadores da Bélgica, Áustria, Chile, Suíça e França, bem como o Sr. Ministro da Ordem de Malta, Príncipe Olghier Czartovsky, o Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes, o Sr. Professor Luiz de Pina, da Universidade do Pôrto Capitão Oswaldo de Mattos, representante do Sr. Ministro da Viação. O secretário do Instituto, sócio grande benemérito, Virgílio Corrêa Filho, leu as Efemérides do Barão do Rio Branco referentes ao dia.

Pedindo a palavra, o sócio benemérito Sr. Vilhena de Moraes comunica ao Instituto haver nesta data divulgado o volume de sua autoria — *Cairú, Excertos* — publicação avulsa do «Arquivo Nacional» obra fragmentária de outra sob o título *O Espírito de Cairu*, cuja impressão fôra interrompida em 1940 pela transferência das Oficinas Gráficas daquela Repartição para a Imprensa Nacional. Da referida obra da qual oferece, no ato, o orador um exemplar, haviam sido já compostas mais de trezentas páginas e impressas cêrca de duzentas, que constituem o citado volume que, embora incompleto, julga o orador que não será inútil aos estudiosos da vida e obra do grande brasileiro, ainda tão mal conhecido em nosso país. Além do dossier, trabalho verdadeiramente inestimável de Villa Cabral, anotado pelo autor, encerra o novo livro documentos inéditos da lavra de Silva Lisboa, entre os quais o Plano para o Código do Comércio — trabalho que não chegou êle a concluir e o *Parecer de 26 de agosto de 1816 acêrca de vários quesitos relativos a moedas de Portugal do Brasil e das quantidades de moedas existentes nestes dois países* — Doc.: Lata 42-D-803 da Colec. do Instituto Histórico. Terminou o orador a sua comunicação oferecendo ao Instituto cópia de um trabalho inédito do grande brasileiro e que não foi relacionado por Vale Cabral. «Memória para a História do Brasil» relativa à Rebelião de Portugal em 1828, Partes I, II e III.

Considerado pelo próprio orador como perdido foi pelo próprio mais tarde encontrado no Arquivo Nacional e relacionado no referido volume ora dado a lume.

Em seguida o Presidente convida o sócio benemérito Rodrigo Octávio Filho, para saudar em nome do Instituto, o ilustre Professor Luc Hommel, da Universidade de Bruxelas. A subida do orador à tribuna é saudade com palmas. Depois de reverenciar as personalidades eminentes que compunham a mesa, dirige-se ao Prof. Luc Hommel, lendo um discurso em francês, no qual faz uma síntese da vida pública e literária do ilustre visitante, ao fim da qual alude a uma recordação pessoal muito oportuna em relação ao tema — «A Ordem do Tosão de Ouro — que é o seguinte: ainda muito jovem, em 1907, na Companhia do seu pai, em missão diplo-

mática em Haia, assistiu na cidade de Bruges uma grande festa dos cavalheiros, com exposição do Tesouro da Ordem do Tosão de ouro.»

Com a palavra, o conferencista agradece muito cordialmente ao acadêmico Rodrigo Octávio Filho, os louvores que lhe dirigiu, passando a discorrer sobre o tema: «L'Histoire de l'Ordre de la Toison d'Or» — desde a sua fundação em 1429, em Bruges por Philippe, le Bon em honra do seu casamento com Isabel de Portugal, e as sucessivas passagens da Ordem para a Casa de Hasburgo, por intermédio do Arquiduque Maximiliano e para a Corte de Espanha. Outros aspectos foram abordados, como a significação mitológica dada pelos gregos ao toão de ouro, a tentativa de Napoleão I de criar a Ordem dos Terceiros do Tosão de Ouro, para glorificar os possuidores de três lesões corporais ganhas em diferentes ocasiões. O conferencista reivindica para a Bélgica a volta do tesouro da Ordem.

O Presidente Wanderley de Araújo Pinho agradece ao orador a bela conferência tão rica de pormenores sobre a Ordem do Tosão de Ouro, e também a presença das pessoas ilustres que compareceram a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Thiers Fleming, Mário Ferreira França, Cláudio Ganns, Washington Perry de Almeida, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Sebastião Sampaio, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Rodrigo Octávio Filho, Heraclides Cesar de Souza Araújo, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Pedro Moniz de Aragão, Apolônio Nóbrega, Dom Pedro de Orleans e Bragança, Ivolino Vasconcellos, Daniel de Carvalho, Pedro Calmon e Affonso Bandeira de Mello.

Enviaram ofícios e telegramas: Ministro Henrique Teixeira Lott, Ministro Almirante Mattoso Maia, Dr. Adrião Caminha Filho, Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, Ministro Major Brigadeiro Francisco Mello, Deputados Drs. José Bonifácio e Fernando Ferrari.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Alfredo Valladão, Almirante Oliveira Bello, Dr. José Maria Bello, Cel. João Baptista Magalhães.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2.º Secretário

*Ata da Sessão Ordinária em 18 de agosto de 1959
(Sessão 1910) Conferência do Almirante Juvenal Greenhalg Ferreira Lima sobre: Napoleão Level e Carlos Braconnot».*

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo.

No dia dezoito de agosto, reuniu-se, pelas dezessete horas, no Salão D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que ao declarar aberta a sessão, convidou para ocuparem lugar no recinto as famílias Level e Braconnot, a cujos ancestrais se dedicava a sessão.

Constituída a Mesa, para a qual convocou Mme. Gabrielle Mineur, Adida Cultural da Embaixada de França, o Coronel Carlos Garrido, representante da Federação das Academias de Letras do Brasil, os Almirantes Rêgo Monteiro e M. Rodrigues, o Conselheiro José Augusto Bezerra de Medeiros, o Presidente, em breves palavras, expôs os objetivos da reunião, destinada a recordar os feitos de dois brasileiros insígnies, pela palavra autorizada do Almirante Juvenal Greenhalg Ferreira Lima.

Em seguida, o primeiro secretário, Virgílio Corrêa Filho, leu as «Efemérides do Barão do Rio Branco» referentes ao dia.

Pedida a palavra, o Presidente concedeu-a ao Sócio Benemérito Eugênio Vilhena de Moraes que justificou o voto de pesar pelo falecimento do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a respeito de cuja individualidade insígnie relembrou mais de um episódio.

Frisou o orador que a outros eminentes compatriotas que, dentro ou fora do Instituto, envergam a farda do Exército brasileiro, já havia cabido o honroso encargo de realçar devidamente as virtudes, os dotes e os grandes serviços técnicos prestados ao País pelo egrégio militar que galpou todos os postos de sua carreira até o marechalato, havendo no estrangeiro, na Primeira Guerra Mundial, como simples tenente, assinalado a sua conduta por atos de bravura. Era o então Tenente José Pessoa agente de ligação entre o Exército britânico e o Exército português.

Disse, mais, o orador que, naquele recinto de cultores de História durante a *Semana de Caxias*, patrono do Exército, lhe cabia recordar o acendrado amor, o verdadeiro culto consagrado pelo Marechal Pessoa às legítimas tradições históricas do País, e à exaltação dos seus heróis, notadamente o Duque de Caxias, cuja espada de comando, recolhida ao Museu do Instituto, tomou por modelo

do espadim dos cadetes da Escola Militar, e cujo nome, como comandante da Artilharia de Costa, num símbolo magnifico, escolheu para a denominação do Forte de Copacabana.

«Preocupado com os problemas da educação da juventude militar — continuou — foi o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, restaurador de antigos uniformes que relembram, vistosamente, lances imortais do nosso glorioso passado. Cavalheiro e ao mesmo tempo garboso cavaleiro, não esqueceu, apaixonado pela sua arma, em formosa síntese *Os Grandes Mestres de Cavalaria*».

E prosseguiu:

— Nas cadeiras dêste sodalício, ou fazendo parte da mesa, aqui se assentou mais de uma vez o Marechal Pessoa, como no Arquivo Nacional, assistindo às comemorações históricas dos grandes vultos da nossa Pátria. Nem pode ser neste momento olvidado o grande serviço por êle prestado na solução de árduo problema técnico da localização da futura Capital do Brasil. No desempenho dessa tarefa, incluiu uma subcomissão para a qual houve por bem designar também o obscuro orador — a de História e Geografia. Ao dar por finda a sua obra, com a escolha do nome, que infelizmente, não vingou — de *Vera Cruz*, para a nova sede do Governo, deixou o Marechal Pessoa o mais eloqüente atestado do seu profundo respeito pelas tradições cristãs e, ao mesmo tempo, lusitanas, da nacionalidade.

Concluindo, disse o orador que pela sua atividade própria nesse terreno, e pelo incitamento constante que prodigalizou em tôrno de si, o Marechal José Pessoa bem merecia que, honrando-lhe a memória, fôsse ali saudado como um verdadeiro professor de entusiasmo cívico em nosso País.

Do voto, aprovado por aclamação, pediu o orador fôsse dada comunicação à família do extinto.

Continuando passou o orador a assunto diferente, para exaltar o significado do 10.^o aniversário do ato, que atendera ao voto de Joaquim Nabuco proferido em Washington, a 26 de novembro de 1909.

Foi em verdade a 17 de agosto de 1949, por lei nº 781, sancionada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que se instituiu, no Brasil, o Dia Nacional de Ação de Graças, como desejara o Embaixador do Brasil, ao sugerir «que toute l'humanité s'unit annuellement, le même jour, pour un universel remerciement à Dieu».

Já 94 nações e territórios manifestaram análogos propósitos de comunhão nos mesmos sentimentos de paz e harmonia cristã.

Em seguida, coube a palavra ao conferencista do dia, que discorreu proficientemente acêrca de «Napoleão Level e Carlos Bracnot», brasileiros de origem francesa, e de construção naval no Brasil, em que ambos se notabilizaram.

Os seus esforços máximos se desenvolveram no terceiro quartel do século passado, quando mais necessitava o Brasil de improvisar esquadra ajeitada a perigosas manobras no rio Paraguai, onde Solano Lopez se preparara tenazmente para a expansão do seu poderio.

Em Riachuelo, confirmou-se a eficiência e habilidade construtiva dos dois exímios profissionais, que transformaram a corveta *Amazonas*, de maneira que, ao mando de Barroso, serviu de eficaz ariete contra os navios adversos, que não lhe resistiram aos embates.

Enumerou as unidades, com as suas características, projetadas e montadas pelos dois construtores navais, que dotaram a marinha brasileira de elementos apropriados às peculiaridades a que se destinavam.

Por fim, resumiu-lhes as biografias, desenvolvidas principalmente nos estaleiros e arsenais, a que aplicaram a sua reconhecida competência e dedicação irrestrita, assim merecendo a gratidão da Posteridade.

Cessados os aplausos em que se evidenciou o agrado da assistência, o Presidente agradeceu-lhe a contribuição, bem como a presença das autoridades e representantes, das famílias de ambos os engenheiros navais e de todos que não temeram ameaças das chuvas e declarou encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Adolfo Morales de Los Rios Filho, Mário Ferreira França, Pedro Moniz de Aragão, Juvenal Greenhalg Ferreira Lima, José Antônio Soares de Souza, Apolônio Nóbrega, Washington Perry de Almeida, Sebastião Sampaio, José Augusto Bezerra de Medeiros, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Eugênio Vilhena de Moraes, Daniel de Carvalho, Barbosa Lima Sobrinho e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Alfredo Valladão, Dr. Pedro Calmon, Almirante Carlos da Silveira Carneiro, Ministro Ruben Rosa, Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Professor Hélio Vianna, Dr. José Honório Rodrigues, Dr. Marcos Carneiro de Mendonça, Dr. Agnello Bittencourt, Coronel João Baptista Magalhães e General Estevão Leitão de Carvalho.

Enviaram telegramas e ofícios os Srs. Dr. Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura, Dr. Ernani do Amaral Peixoto,

Ministro da Viação, Dr. Fernando Nóbrega, Ministro do Trabalho, Almirante Mattoso Maia, Ministro da Marinha, Dr. Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura, Dr. M. Paulo Filho, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro e Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Encerrou-se a sessão às 18 horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

Ata da Sessão Especial realizada no dia 25 de setembro de 1959 (Sessão nº 1.911), na qual falou sobre o centenário de nascimento de Pedro Lessa, o sócio professor Dr. Edgardo de Castro Rebello.

Presidência: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, 3.º Vice-Presidente.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do corrente ano, por volta das 17,20 horas, havendo número legal de sócios, foi aberta a sessão pelo 3.º Vice-Presidente, sócio Benemérito, Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, por não estarem presentes os demais Presidentes.

A mesa dos trabalhos ficou constituída pelo Presidente, pelo Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho e representantes de sociedades culturais, convidados para ocuparem lugar à mesa.

O Presidente, antes de dar a palavra ao conferencista, pronunciou os seguintes conceitos:

— «Honra-me muito, em uma substituição eventual, presidir esta sessão, já pelo motivo, que aqui, e agora, nos congrega; já por ter ocasião de dar a palavra ao nosso eminente confrade Castro Rebello.

Para celebrar o centenário de Pedro Lessa, acertou, com mão de mestre, o nosso Presidente (cuja ausência lamentamos), na escolha do conferencista, que vamos escutar e aplaudir.

No que escreve, ou diz, ou conversa — o Professor Castro Rebello encanta pela lucidez e pela forma ática com que nos dá a saborear os frutos da sua reflexão ou raciocínio, e do estudo, e da experiência.

Iremos provar, daqui a instantes um novo primor dessa agudeza, dessa elegância, e finura, que são os essenciais atributos de seu belo talento.

Não figura Castro Rebello nos nossos quadros, como quem tivesse recebido uma distinção social, uma condecoração. Dão-lhe direito àquela cadeira trabalhos históricos de pêsso e medida, bastando citar a ressurreição topográfico-documental da Vila Velha de Pereira Coutinho, precursora da cidade de Tomé de Sousa; e o estudo-crítico, orientado por convicções econômico-políticas, com o qual projetou novas luzes, ainda provocadoras de debates, sobre o grande vulto de Mauá.

É um professor, um escritor, um advogado... um *causeur*, e também um historiador. E é como historiador que agora vai discorrer no elogio de um notabilíssimo jurisconsulto, de talento igual ao caráter, de erudição irmã do bom gosto literário, — e também historiador que honrou outrora estas bancadas e as páginas da nossa Revista: — êsse grande brasileiro e servidor da Pátria, que foi Pedro Lessa.

Tem a palavra o consócio Castro Rebello, para proferir a sua — *bela* — conferência.

Fácil foi ao orador discorrer durante 50 minutos sobre a personalidade de Pedro Lessa desde o seu nascimento ocorrido naquele dia, há um século, em Serro, Minas Gerais, até a sua morte, registrada no dia 25 de julho de 1921, nesta Capital. O orador que escreveu o seu trabalho com admirável gosto literário e o pronunciou com dicção não menos apurada, falou da bancada dos sócios. O seu discurso foi vivamente aplaudido por grande assistência. A conferência será publicada pela Revista do Instituto.

Antes do Presidente encerrar a sessão, a palavra foi facultada aos sócios que quisessem fazer alguma comunicação.

Fê-lo em primeiro lugar o sócio Xavier Pedrosa, para oferecer à Biblioteca do Instituto o material que recebeu como um dos seus representantes junto ao IV Colóquio luso-brasileiro, realizado na Bahia entre 10 e 20 de agosto de 1959. O material consta do Livro-Programa, do Livro-resumo das Comunicações, dos Boletins diários das sessões, do Catálogo do Museu de Artes Sacras e outras publicações.

Depois, falou o sócio Ildefonso Mascarenhas da Silva para propor que fôsse colocado na sala de Leitura do Instituto, o retrato do sócio grande Benemérito e 1.º Vice-Presidente, grande historiador que acaba de ser condecorado pelo Governo do Chile, em grau máximo, com a Ordem do Mérito do Chile o Ministro Alfredo

Valladão, cuja fidelidade ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é inextinguível.

A proposta foi posta em votação e aprovada unanimemente.

Em terceiro lugar falou o sócio Benemérito, Vilhena de Moraes, que na qualidade de ser, talvez, o único discípulo de Pedro Lessa, dentre os presentes, para render à memória do grande Mestre, a cujas idéias irradiadas da sua cátedra, deu combate com outros moços, fora da Academia, um preito de admiração e saudade. Quer ainda congratular-se com o ilustre orador Professor Castro Rebello pela sua magnífica conferência que pronunciou e sobretudo por sua probidade, revelando um fato ainda hoje desconhecido, que foi a conversão do grande brasileiro Pedro Lessa a fé católica.

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Deoclécio De Paranhos Antunes, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Moniz Barreto de Aragão, Estevão Leitão de Carvalho, Juvenal Greenhalgh, Miguel Costa Filho, José Antônio Soares de Souza, Thiers Fleming, Washington Perry de Almeida, Edgardo de Castro Rebello, Herbert Canabarro Reichardt, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Ivolino de Vasconcellos, José Honório Rodrigues e Eugenio Vilhena de Moraes.

Enviaram officios e telegramas Ministro Dr. Clovis Salgado, Ministro Marechal Henrique Teixeira Lott, Ministro Ernani do Amaral Peixoto, Ministro Mário Meneghetti, Prof. Rufino de Almeida, da Escola Nacional de Engenharia, Dr. Herbert Moses, e o Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Alfredo Valladão, Dr. Pedro Calmon, Dr. Rodrigo Octávio Filho, General Estevão Leitão de Carvalho, Ministro Hélio Lobo, Ministro Teixeira Soares, Dr. Delgado de Carvalho, Ministro Sebastião Sampaio.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2.º Secretário

Ata da Sessão Magna em 21 de outubro de 1959
(Sessão n. 1912) comemorativa do 121.º aniversário da
fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Presidência: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho (3.º Vice-Presidente).

Aos vinte e um dias do mês de outubro de 1959, por volta das dezessete horas e quinze minutos, presente grande número de sócios, assumiu a Presidência, na ausência do Presidente Perpétuo e dos 1.º e 2.º Vice-Presidentes, o sócio benemérito e 3.º Vice-Presidente, Sr. José Wanderley de Araújo Pinho, acompanhado do 1.º Secretário, sócio grande benemérito Virgílio Corrêa Filho.

O Presidente, abrindo a sessão, convida para tomarem parte na mesa, as seguintes pessoas: Sr. Embaixador de Portugal, Doutor Manoel Rocheta, Dr. Américo Jacobina Lacombe, Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura, representando o Prefeito do Distrito Federal, Capitão Murilo Coelho, representante do Ministro da Guerra, Comendador José Rainho da Silva Carneiro, Presidente do Liceu Literário Português, Sr. Fernando Monteiro, pelo Museu e Arquivo do Banco do Brasil e Professor Nelson C. representante do Instituto Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, e para o recinto os membros da família do saudoso Vice-Presidente, Ministro Augusto Tavares de Lyra e dos outros sócios falecidos.

O Presidente, a propósito da magna data, proferiu expressiva alocução:

Reunimo-nos hoje, para celebrar e comemorar os 121 anos da fundação desta casa.

A solenidade está precisamente definida e regulada em dispositivo estatutário: — o sócio secretário dirá das atividades no ano social decorrido; o sócio-orador fará o elogio dos companheiros falecidos.

Com a leitura do relatório bem veremos que em 1958 e 1959, manteve o Instituto a linha tradicional.

Enriqueceu biblioteca e arquivo, prossequindo na sua sistematização e catalogação; esteve presente em proveitosas relações com sociedades congêneres e pesquisadores brasileiros e estrangeiros; reuniu seus sócios em sessões freqüentes, em que se ouviram variadas e informadas, e as mais delas brilhantes, conferências e comunicações; publicou, com pontual regularidade a Revista Trimestral, preciosa pela tradição secular, e pelos documentos e estudos que estampa; celebrou grandes datas e altos feitos; exaltou a memória de insígnies brasileiros. Não será fatuo se disser que nem descuidou nem desmereceu, antes vitoriosamente trabalhou para, satisfazer, hoje rematar mais uma etapa, e fincar mais um marco, da já longa jornada.

Pena é que à margem da estrada alvejem pedras tumulares; que a morte nos tivesse roubado tão prezados e tão altos companheiros; entre eles, aquêle que agora devia estar a nos presidir

(na falta momentânea do presidente Macedo Soares); o nosso tão querido quanto assíduo, tão sábio como bom — o Ministro Augusto Tavares de Lyra, a cuja memória quero (ocupando eventualmente esta cadeira) prestar, com as lembranças as mais amenas e agradecidas, a homenagem sentida da saudade e o tributo da admiração que não esquece.

Pena é, também, que ainda não pudéssemos inaugurar novas instalações em prédio próprio, com aquelas condições de conforto, grandiosidade e segurança, que merecemos; e, mais uma vez, nos reuníamos nesta sala e nesta casa, que, dia a dia, se arruína e como que a nós todos ameaça.

Grandes passos, entretanto, foram dados, para que livros, documentos e peças do museu venham a guardar-se, com os mais rigorosos requisitos técnicos de esperança e defesa; e possamos, em breve, realizar nossas assembléias; e possam trabalhar nossos funcionários; e freqüentar biblioteca, arquivo e museu os estudiosos; e visitar-nos os nossos convidados e os que nos honram com a homenagem de suas presenças — numa casa digna da nossa dignidade.

Como que, fatigados de tanto esperar, muitas vêzes nos aguilhoam comparações que parecem queixas. O que valem os e o que somos, e o que fazemos e guardamos; o prestígio de nossa ancianidade; a evidência da nossa utilidade, por assim dizer, estatal — mereciam tivéssemos sido mais amparados e socorridos. Abstraiam-se as pessoas. Ainda vazio de homens o Instituto vale pelo que foi e tem sido e é, e pelo que colige, e zela e exalta. Nunca devera dar a aparência de desprezado. Não tardará, todavia e felizmente, o espetáculo e o contentamento de nossa restauração material. Neste ano decorrido deram-nos muito e nos prometeram mais, ainda que, êsses mais e muito, pouco sejam para o quanto, de que tanto carecemos. Deram-nos o que permite começar (e já começamos). Não é preciso acabar; e sem detença. Deram-nos, de boa vontade, o que agradecemos de coração. Mas há premências de tempo e de pecunia — para que a sessão magna de 1960 venha a realizar-se no novo salão do Instituto renovado; já então modelar oficina onde homens, da nossa grei ou não, possam acabar obras perfeitas: — buscando a verdade; fixando e apontando as lições, que o passado dita ao presente; glorificando os beneméritos e dêles fazendo paradigma, para os homens do futuro — *Pacifica scientiae occupatio*, de nosso lema e divisa; e maneira de bem servir à pátria.

O Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, depois de recordar as Efemérides do Barão do Rio Branco, alusivas à data, leu o ofício do Embaixador de Portugal, acompanhado de valiosa co-

leção de microfilmes de documentos do Arquivo Histórico de Lisboa, cuja oferta o Presidente agradeceu, em nome do Instituto.

Em seguida, o mesmo Secretário procedeu à leitura de trechos do seu relatório anual, que assinala a vida intelectual e social do Instituto no correr do ano 1959. Citou alguns pontos, como o Curso organizado pelo Instituto para comemorar o centenário de nascimento de Clóvis Bevilacqua e a questão da construção da nova sede, no mesmo local do Silogeu, a cargo de uma Comissão de sócios, para êsse fim nomeada pelo Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a qual vai dela se desincumbindo, de acordo com as exigências da Divisão de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal. O Instituto tem merecido apoio do Congresso Nacional, quanto a verbas destinadas à construção da sua nova sede. É de justiça relembrar, a propósito, a iniciativa do ilustre Deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, autor do projeto apresentado à Câmara e a do deputado Dirceu Cardozo, que já lhe deu parecer favorável na Comissão de Educação e Cultura, a quem de público, neste relatório, o Instituto manifesta o seu agradecimento.

Cêrca das 17,30 horas, sobe à tribuna o orador oficial, sócio grande benemérito Prof. Pedro Calmon, para pronunciar a oração referente aos consócios que, durante o ano de 1959, deixaram vácuo nos quadros sociais do Instituto. Foram, então, lembrados com admiração, respeito e saudade, os nomes do Ministro Augusto Tavares de Lyra, Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Nestor dos Santos Lima, Dr. Ricardo Levene, Dr. Mário Carneiro de Rêgo Melo, Dr. José Maria Belo e Professor Aloysio de Castro.

Sobre cada um dêsses mortos deteve-se o orador, para transmitir ao auditório a sua opinião consagrada da pessoa e obra dos consócios desaparecidos.

Foi sob aplausos gerais da assistência, de sócios e de convidados que o orador da sessão magna deixou a tribuna.

Telegramas recebidos:

Do excelentíssimo Senhor Presidente da República, foi recebido o seguinte telegrama: «Apraz-me agradecer gentileza convite para sessão magna comemorativa do 121º aniversário da fundação dêsse Instituto pt Saudações cordiais pt Juscelino Kubitschek, presidente República pt.

Do Ministro Horacio Lafer: «Agradecendo o amavel convite para participar da sessão magna comemorativa do 121.º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

lamento comunicar-lhe que não poderei assisti-la em virtude de compromissos anteriormente assumidos pt cordiaes saudações.

«Impossibilitado comparecer sessão magna pt agradeço gentileza convite envio votos felicitações 121.º aniversário fundação Instituto Cordiais saudações — Ernani Amaral Peixoto Min. Viação Obras Públicas.

«Em nome Senhor Ministro vg agradeço vossencia convite para sessão magna comemorativa 121.º aniversário fundação dêsse Instituto e comunico que S. Exa. não poderá comparecer motivo encontrar-se acamado pt Tenho honra apresentar-lhe congratulações e atenciosos cumprimentos pt Adrião Caminha Filho — Chefe Gabinete Ministro Agricultura.

«Como não possa levar-lhe pessoalmente meus cumprimentos e congratulações pelo 121.º aniversário Instituto venho aqui trazê-los extensivos demais membros e ilustre Orador Associando-me comemorações que marcam 121 anos de valioso trabalho em prol nossa cultura pt. Ranieri Mazzilli — Presidente Câmara Deputados.

«Tenho prazer acusar e agradecer gentileza convite sessão magna comemorativa 121.º aniversário fundação Instituto pt. Cordiais saudações — José Bonifacio.

«Agradeço ilustre Amigo vg gentileza honroso convite solenidade sessão magna próximo dia 21 pt Suas ordens cordialmente vg Deputado Cesar Prieto — Presidente Comissão Finanças.

«Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, apresenta cumprimentos ao Exmo. Sr. Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e agradece o convite com que foi distinguido para a sessão magna do dia 21 do corrente.

«Rufino de Almeida, Diretor da Escola Nacional de Engenharia, apresenta atenciosos cumprimentos ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e agradece o convite com que foi distinguido para a sessão magna comemorativa do 121.º aniversário de fundação do I.H.G.B. da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.

«Senhor Presidente, Apraz-nos cientificar a V. Sa. que a Diretoria desta Associação, em sua reunião de 20 do corrente, consignou em ata votos de efusivas congratulações pelo transcurso, nesta data, de mais um aniversário dessa instituição que é tão útil à nossa Pátria.

Felicitando-o pelo grato evento, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe as expressões da nossa especial estima. As. Ary Barretto — 1.º Secretário».

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Mário Ferreira França, Justo Pastor Benitez, José Antônio Soares de Souza, Thiers Fleming, Clado Ribeiro de Lessa, Adolfo Morales de los Rios tunes, Washington Perry de Almeida, Deoclécio de Paranhos Antunes, Lucas Boiteux, Pedro Moniz de Aragão, Mozart Monteiro, R. Antônio Ramos, Carlos da Silveira Carneiro, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Haroldo Valladão, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Calmon, Julião Rangel de Macedo Soares, Marcos Carneiro de Mendonça, Ruben Rosa, Juvenal Greenhalgh, Apolônio Nóbrega, João Moreira Brandão Castello Branco, Heraclides Cesar de Souza Araújo e José Augusto Bezerra de Medeiros.

Justificaram a ausência os Srs. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Dr. Castro Rebello, Dr. Roberto Macedo, Sr. Ildefonso Mascarenhas da Silva, Dr. Delgado de Carvalho, Dr. Sebastião Sampaio, Dr. Oswaldo Aranha, e General Pedro Cavalcanti.

O Presidente, agradecendo o comparecimento das autoridades civis e militares, federais e municipais, declarou encerrada a sessão por volta das 18,30 horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2.º Secretário

Ata da Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizada em 15 de dezembro de 1959 (Sessão 1913 e 1914).

Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio 1960-1961. (Segunda Convocação)

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano 1959, às 14,30 horas, no salão do andar térreo do Edifício do Silogeu, teve lugar a reunião da Assembléia Geral convocada para eleição da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e preenchimento das vagas existentes no quadro social.

Havendo número legal, com a presença de 30 sócios, o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, declarou aberta a sessão e explicou-lhe os objetivos. O Presidente

anuncia pesarosamente o falecimento de dois eminentes consócios, o Ministro Alfredo Valadão e o acadêmico Gustavo Barroso, e em rápidas palavras recorda que o primeiro foi eleito em 23 de maio de 1912, por proposta de Max Fleiuss, Manuel Cícero, Artur Guimarães e Carlos Klett. Elevado a sócio benemérito em 1932, foi eleito em 20 de junho de 1951 sócio grande benemérito. Foi durante vários anos 1.º Vice-Presidente. Ocupou, em 1940, o cargo de orador do Instituto. Faleceu no dia 17 de novembro de 1959. O segundo, Dr. Gustavo Barroso, eleito sócio efetivo em 22 de agosto de 1931, por proposta do Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Radler de Aquino e outros, foi elevado a sócio benemérito em 31 de junho de 1956. Faleceu no dia 3 de dezembro de 1959. Por estes tristes eventos será registado na ata dos trabalhos um voto de profundo pesar.

Pede a palavra o consócio benemérito General Leitão de Carvalho para oferecer ao Presidente do Instituto o último número da Revista do Instituto, 244, e aproveita a ocasião para agradecer, em nome dos bons companheiros de Comissão, os elogios que a atividade da Comissão da Revista vem recebendo por parte do Instituto.

O Consócio Prof. Hélio Vianna pede a palavra para renovar os aplausos da Casa à dedicação com que esta Comissão se desempenha dos compromissos. As palavras do Prof. Hélio Vianna são apoiadas com palmas.

O Primeiro Secretário leu o ofício recebido da Câmara do Distrito Federal por ocasião do aniversário do Instituto:

«Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Câmara do Distrito Federal, em sessão de 11 de novembro do corrente, aprovou requerimento de autoria da Vereadora Lígia Maria Lessa Bastos, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela passagem do 121.º aniversário de sua fundação».

Receba Vossa Senhoria, neste ensejo, a expressão do meu elevado apreço.

as) *Rubem Cardoso*, 1.º Secretário

Proposta e recebida com uma salva de palmas a inserção na ata do agradecimento do Instituto à Vereadora Lígia Maria Lessa Bastos e demais membros daquela Câmara.

Procede-se à eleição de novos sócios.

O 1.º Secretário anuncia a existência de uma vaga de sócio Grande Benemérito, resultante do falecimento do Ministro Alfredo

Valladão e lê a proposta com o nome do consócio Cláudio Ganns para o respectivo preenchimento. A Comissão de Admissão de sócios manifestou-se de acôrdo, salientando os méritos do candidato. Antes do Presidente pôr em discussão a proposta, o consócio Henrique Carneiro Leão Teixeira propõe que seja aclamada, uma vez votada a resolução da Assembléia.

O Presidente diz que se nenhum consócio se opõe à proposta do Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, irá considerá-la aprovada. Foi eleito unânimemente o Dr. Cláudio Ganns sócio grande benemérito do Instituto.

O 1.º Secretário declara que, para a vaga de sócio correspondente, há uma proposta com o nome do Dr. João Camilo de Oliveira Tôrres, professor de História da Universidade de Minas Gerais, assinada por vários sócios e com parecer favorável tanto da Comissão de História, quanto da Comissão de Admissão de Sócios. O Presidente põe em discussão a proposta, que em seguida é aprovada, e proclama eleito sócio correspondente do Instituto o Doutor João Camilo de Oliveira Tôrres, residente em Belo Horizonte.

Para a vaga de sócio correspondente estrangeiro, foi proposto o nome do historiador argentino Dr. Carlos Alberto Puerreydon. Ouvida a Comissão de História, esta se manifesta favorável em face dos méritos do candidato, sendo acompanhada pela Comissão de Admissão de Sócios. O Presidente põe em discussão a proposta, e de acôrdo com a opinião unânime, proclama eleito sócio correspondente do Instituto, em Buenos Aires, o Dr. Carlos Alberto Puerreydon.

O 1.º Secretário declara haver uma vaga de sócio benemérito, e para o seu preenchimento há uma proposta com o nome do ilustre consócio, Almirante Lucas Boiteux. Lê o parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios que salienta as credenciais do candidato, como historiador, geógrafo, o seu tirocínio dentro do Instituto, e apoio a sua promoção a sócio benemérito. A proposta é posta em discussão pelo Presidente, que, de acôrdo com o resultado, declara eleito sócio benemérito do Instituto o Senhor Almirante Lucas Boiteux.

Para uma das vagas de sócio benemérito, o 1.º Secretário anuncia uma proposta com o nome do Almirante Thiers Fleming, que no quadro social do Instituto figura como o sócio efetivo mais antigo.

A Comissão de Admissão de Sócios lavra parecer favorável à promoção do ilustre marinheiro, considerando a valia dos seus trabalhos e das Comissões que desempenhou dentro e fora da Marinha.

Depois de submetê-la à discussão e votação, o Presidente declarou aprovada por unanimidade a proposta pela qual foi eleito sócio benemérito do Instituto o Sr. Almirante Thiers Fleming.

Para a vaga de sócio honorário, o 1.º Secretário lê a proposta com o nome do ilustre deputado Dr. José Bonifácio Lafayette de Andrada, para preenchê-la. A Comissão de Admissão de Sócios faz justas considerações a respeito da personalidade do candidato. Descendente da antiga estirpe dos Andradas, família que desde a Independência, com o Patriarca, vem servindo ao Brasil nas posições políticas mais eminentes e até hoje ainda não esgotou a seiva da sua capacidade de servir a Nação, manifesta na atualidade pela ação do ilustre deputado José Bonifácio, na Câmara dos Deputados, servindo as causas justas, entre as quais se encontram as do Instituto perante o Poder Legislativo. E conclui que as qualidades pessoais do candidato atendem cabalmente às exigências do Instituto. O Presidente põe em discussão a proposta, acompanhada do parecer, que foi em seguida aprovado e proclamou eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Dr. José Bonifácio Lafayette de Andrada.

Apresentavam-se duas as vagas de sócio efetivo para serem preenchidas na presente Assembléia. Para uma delas foi proposto o nome do ilustre acadêmico Dr. Antônio Carneiro Leão. O 1.º Secretário lê a proposta, com muitas páginas de justificação do currículo do candidato, sustentada por numerosas assinaturas de sócios. Submetida à apreciação da Comissão de História, logrou aprovação, semelhantemente ao que decidiu a Comissão de Admissão de Sócios. Lidos os pareceres favoráveis das comissões, foi posta em discussão a proposta, pelo Presidente, que, de acordo com a opinião unânime dos presentes, proclamou sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Prof. A. Carneiro Leão.

Para outra vaga de sócio efetivo foi apresentada a candidatura do Dr. Nelson Costa, professor, escritor e historiador carioca, em proposta que logrou da Comissão de História parecer favorável, como também da Comissão de Admissão de Sócios. O Presidente pondo em discussão e votação a proposta, e à vista das manifestações do plenário, declarou eleito sócio efetivo do Instituto o Professor Nelson Costa.

Após o preenchimento das vagas no quadro social do Instituto ocorridas durante o ano 1959, teve início a segunda parte, referente a eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes para o biênio 1960-61.

Deixam os lugares que ocupavam à mesa dos trabalhos, por figurarem entre os candidatos à reeleição, o 1º e 2º Secretários,

que foram substituídos a convite do Presidente, pelo Prof. Mozart Monteiro, Embaixador Sebastião Sampaio e o Dr. Canabarro Reichardt, como escrutinadores.

Da eleição em seguida realizada para a Vice-Presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resultou a elevação do sócio benemérito Rodrigo Octavio Filho para 1º Vice, com 28 votos do sócio benemérito Dr. José Wanderley Pinho para 2º vice-Presidente, com 27 votos e a do sócio benemérito Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho para 3º Vice-Presidente, com 27 votos. Foram reeleitos para os cargos que ocupavam na Diretoria, o 1º Secretário Virgílio Corrêa Filho, com 27 votos, o 2º Secretário Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, com 27 votos, o Orador oficial, Pedro Calmon, com 28 votos. Também o plenário decidiu a manutenção de todos os sócios nos cargos em que se achavam nas comissões, salvo na Comissão de Admissão de Sócios para a qual foram eleitos os consócios Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros e Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães nas vagas resultantes dos falecimentos dos Ministros A. Tavares de Lyra e Alfredo Valla-dão e na Comissão de Arqueologia e Etnografia, o consócio General Deoclécio De Paranhos Antunes para substituir o historiador Gustavo Barroso, falecido recentemente.

As Comissões ficaram desta maneira assim constituídas: *História*: Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Herbert Canabarro Reichardt, José Wanderley de Araújo Pinho, Hélio Vianna, Marcos Carneiro de Mendonça. *Fundos e Orçamentos*: Affonso Penna Júnior, José Antônio Soares de Sousa, Thiers Fleming, Arthur César Ferreira Reis, Ildefonso Mascarenhas da Silva. *Geografia*: Carlos da Silveira Carneiro, Virgílio Corrêa Filho, Lucas Boiteux, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Adolfo Morales de los Rios Filho. *Arqueologia e Etnografia*: Deoclécio de Paranhos Antunes, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Francisco Marques dos Santos, José Honório Rodrigues, Manuel Diégues Júnior. *Bibliografia*: Vieira Ferreira, Eugênio Vilhena de Moraes, Américo Jacobina Lacombe, Cláudio Ganns, Múcio Leão. *Estatutos*: Levi Carneiro, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Rodrigo Otávio Filho, Edmundo da Luz Pinto, Estevão Leitão de Carvalho. *Admissão de Sócios*: José Augusto Bezerra de Medeiros, Cristóvão Leite de Castro, João Batista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Fábio de Macedo Soares Guimarães.

PROPOSTA

Admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 15 de dezembro de 1939, não tardou Cláudio Ganns em manifestar anseios de atuar em prol do seu engrandecimento.

Mal decorrera o primeiro biênio, e já auxiliava o diretor da «Revista», o saudoso consócio Max Fleiuss, a quem sucedeu.

Organizada, mais tarde, a Comissão Diretora, coube-lhe continuar nos mesmos encargos, em companhia de outros confrades, que em breve prazo conseguiram, auxiliados pela Secretária, atualizar a publicação, cujo atrazo foi gradativamente diminuindo, até se extinguir.

Ao mesmo tempo, cuidava de pesquisas incessantes, que o levaram à tribuna do Instituto, mais de uma vez, como ocorreu em setembro de 1956, para evocar a vida e feitos de «um amigo do Instituto Histórico — Manuel Barata» — além de elaborar livros e artigos merecedores de elogios.

Premiando-lhe a dedicação eficiente, houve por bem o Instituto conferir-lhe, a 15-8-1949, o título de Benemérito, e como ainda continua a empenhar a sua sagacidade investigadora e atividades literárias em benefício da centenária associação, propomos lhe seja destinada a vaga de Grande Benemérito, que até recentemente se honrou com o nome do Ministro Alfredo Valladão.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — Wanderley de Araújo Pinho — Estevão Leitão de Carvalho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Virgílio Corrêa Filho — Mozart Monteiro — Afonso Penna Júnior — Clado Ribeiro de Lessa — Artur César Ferreira Reis — Carlos da Silveira Carneiro — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Justo Pastor Benitez — Marcos Carneiro de Mendonça — José Antônio Soares de Sousa — Hélio Viana — Deoclécio de Pa-
ranhos Antunes — Apolônio Nóbrega — Washington Perry de Almeida — Mário Ferreira França — Ildefonso Mascarenhas da Silva — José Augusto Bezerra Medeiros — Herbert Canabarro Reichart — Ivolino de Vasconcelos.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A Comissão de Admissão de Sócios está de acôrdo com a proposta que indica o nome do sócio Benemérito Cláudio Ganns para a vaga existente de Grande Benemérito.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *J. B. Magalhães* — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa* — *Cristóvam Leite de Castro*.

PROPOSTA

Para uma das vagas de Benemérito propomos o sócio Lucas Alexandre Boiteux, cujo ingresso no Instituto ocorreu a 22-8 de 1931.

Decidido a atuar em prol da instituição, tem desempenhado eficientemente as missões de que seja incumbido, inclusive na Comissão de Geografia, de cujos trabalhos participa há mais de uma década.

Para o 4.º Congresso de História Nacional contribuiu com admirável tese: «Bosquejo Histórico sobre a nossa Política Racial e Continental», que mais apropriadamente se denominaria «História da Colônia do Sacramento ou da Expansão do Brasil Meridional» conforme sugeriu o parecer elogioso da Comissão que a examinou.

Além de se consagrar a tais assuntos, que versou em várias monografias, também se deixou empolgar pelos fastos navais, que a preceito conhece, como oficial de marinha.

A Revista do Instituto mais de uma vez acolheu os seus ensaios, que lhe evidenciam a argúcia pesquisadora e os amplos conhecimentos a respeito do passado brasileiro.

Frequêntador das sessões do Instituto, sempre que lhe seja possível merece o título de Sócio Benemérito, como propomos, de acôrdo com o art. 8º dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — José Augusto de Bezerra de Medeiros — Virgílio Corrêa Filho — José Antônio Soares de Sousa — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Clado Ribeiro de Lessa — Marcos Carneiro de Mendonça — Hélio Vianna — Artur César Ferreira Reis — Mozart Monteiro — Apolônio Nóbrega — Deoclécio de Paranhos Antunes — Mário Ferreira França — Washington Perry de Almeida — Ivolino de Vasconcelos — Herbert Canabarro Reichardt — Estevão Leitão de Carvalho — Wanderley de Araújo Pinho.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

O sócio efetivo Lucas Alexandre Boiteux ingressou no Instituto a 22-8-1931, e desde essa época vem contribuindo para explicar assuntos do seu programa, assim merecendo passar à classe de sócio Benemérito.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — J.B. Magalhães — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Cristóvam Leite de Castro.

PROPOSTA

Entre os sócios efetivos, que lhe freqüentam a sede, da qual sòmente se ausentou quando impedido pelas exigências profissionais, figura o mais antigo, Almirante Thiers Fleming, que era capitão

de fragata quando o acolheu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seu quadro social, a 10-7-1918.

Já era então dedicado às questões de divisas interestaduais, que examinou, perseverante, com os propósitos de contribuir para a sua definitiva solução.

Se não conseguiu dirimi-las de todo, pois ainda algumas permanecem, como fatores de desinteligências entre vizinhos, sem dúvida concorreu para facilitar a concórdia em mais de um litígio.

Sempre atento às modificações por ventura ocorridas no tocante aos assuntos fronteiriços, não deixava passar iniciativa alguma, propícia a tal programa, sem manifestar o seu entusiasmo patriótico, também aplicado aos problemas navais.

São os dois motivos prediletos de suas contribuições, que lhe empolgaram as atividades por mais de um quartel de século, e ainda lhe estimulam o idealismo.

Ao consagrar-se a deslindar os litígios entre os Estados, que os herdaram de imprecisos atos reais, cumpriu espontaneamente um dos radiosos postulados do Instituto Histórico, que sempre se esforçou por vê-los solucionados satisfatoriamente.

E, assim, merece, pelo devotamento incansável à campanha pacificadora de impulsos irritadiços, açulados pelas contendas territoriais, ser incluído na classe de Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — Afonso Pena Júnior — Carlos da Silveira Carneiro — José Augusto Bezerra Medeiros — Justo Pastor Benitez — Carlos Carneiro de Mendonça — Mozart Monteiro — Virgílio Corrêa Filho — José Antônio Soares de Sousa — Clado Ribeiro de Lessa — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Hélio Vianna — Artur César Ferreira Reis — Washington Perry de Almeida — Deoclécio de Paranhos Antunes — Ivolino de Vasconcelos — Estevão Leitão de Carvalho — Vanderley de Araujo Pinho — Herbert Canabarro Reichardt — Ildefonso Mascarenhas da Silva.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

Nenhuma objeção apresenta a Comissão de Admissão de Sócios contra a indicação do sócio efetivo Thiers Fleming, admitido a 10-7-1918, para a classe de sócio benemérito.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *I.B. Magalhães.*
— *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.* — *Cristóvão Leite de Castro.*

PROPOSTA

Preceitua o art. 7.º dos Estatutos em vigor: «Sócios Honorários sômente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia».

Nessas condições, encontra-se o deputado federal José Bonifácio Lafaiete de Andrada, nome igual ao do Pai ilustre, que o Instituto Histórico acolheu em seu quadro social. Em julho de 1911 obteve diploma, quando não tinha ainda alcançado o cimo em sua carreira parlamentar, renovada, com dedicação e brilho, pelo filho, já elevado pelos seus pares, ao cargo honroso de 1.º Secretário da Câmara dos Deputados.

Descendente de dois ramos prestigiosos, o paterno que deriva do Patriarca da Independência e o materno, dignificado pela individualidade singular de Lafaiete Rodrigues Pereira, vem atuando com a decisão e argúcia de quem possui qualidades pessoais para adquirir renome pelos próprios feitos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já se tem valido de sua eficaz colaboração para desenvolver o seu programa cultural, como evidencia, entre outros, o projeto de sua autoria.

É de justiça que lhe corresponda às provas contínuas de cooperação eficiente, incluindo-o na classe de sócio honorário como propomos.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — Mozart Monteiro — José Augusto — Wanderley de Araujo Pinho — Estêvão Leitão de Carvalho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Virgílio Corrêa Filho — Afonso Pena Júnior — Carlos da Silveira Carneiro — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Justo Pastor Benitez — Marcos Carneiro de Mendonça — Mário Ferreira França — Clado Ribeiro de Lessa — Artur César Ferreira Reis — José Antônio Soares de Sousa — Apolônio Nóbrega — Deoclécio de Paranhos Antunes — Washington Perry de Almeida — Herbert Canabarro Reichardt — Ivolino de Vasconcelos.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

Por se amparar devidamente em dispositivos dos Estatutos, a proposta da inclusão do nome do Deputado José Bonifácio Lafaiete

de Andrada, na classe dos sócios honorários merece completo apoio da Comissão de Admissão de Sócios, que a submete à aprovação do plenário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *J.B. Magalhães.*
— *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.* — *Cristóvão Leite de Castro.*

PROPOSTA

Propomos para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Antônio Carneiro Leão, residente nesta cidade do Rio de Janeiro e natural do Estado de Pernambuco, figura das mais representativas da intelectualidade nacional, educador de renome internacional, autor de muitos livros de alta cultura, membro do Instituto Arqueológico de Pernambuco e muitas outras instituições nacionais e estrangeiras e dedicado ao estudo dos problemas históricos, como revelam os seus inúmeros trabalhos.

Para se ter uma idéia do valor de Carneiro Leão, deixamos aqui o seu *curriculum vitae*, mais do que suficiente para credenciá-lo a fazer parte do nosso sodalício.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — José Augusto Bezerra de Medeiros — Virgílio Corrêa Filho — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Ivolino de Vasconcelos — Francisco Jaguaribe Gomes de Matos — Justo Pastor Benitez — José Moreira Brandão Castelo Branco — José Antônio Soares de Sousa — Deoclécio de Paranhos Antunes — Daniel de Carvalho — Mário Ferreira França — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Pedro Muniz de Aragão — Juvenal Greenhalgh — José Vanderley de Araújo Pinho — Carlos da Silveira Carneiro — Ramon Antônio Ramos — Ildefonso Mascarenhas da Silva.

PARECER

Comissão de História

A opulenta bibliografia, referida na proposta do seu nome para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, evidencia a magnitude da obra literária do Professor Antônio Carneiro Leão.

Embora se tenha dedicado especialmente ao magistério, que o levou a proferir conferências na Sorbonne e a dirigir, até recen-

temente, a Faculdade Nacional de Filosofia, também versou com proficiência temas de história nacional, em «Revolução Pernambucana de 1817», «Oliveira Lima», «Nabuco e Junqueira», «Pano-rama da América e do Brasil» e outros ensaios.

Membro da Academia Brasileira de Letras, mais de uma vez tem recebido homenagens do Instituto, cujas sessões freqüenta, assim lhe demonstrando aprêço, o que fará bem vaticinar da sua proveitosa colaboração futura, quando o plenário aprovar a referida proposta, a que dá o seu apoio a Comissão de História.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *Hélio Viana* —
Marcos Carneiro de Mendonça — *Wanderley de Araújo Pinho*
— *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

Acolhida de bom grado pela Comissão de História, a proposta indicativa do Professor Antônio Carneiro Leão, para sócio do Institut o Histórico e Geográfico Brasileiro, nenhuma objeção encontra na Comissão de Admissão de Sócios.

Ao contrário, possui credenciais suficientes para ingressar tanto na classe de honorário, à vista das missões que desempenhou, como também na de efetivo, mercê dos seus trabalhos literários, em boa linguagem, que o recomendaram à Academia Brasileira de Letras.

A Comissão de Admissão de Sócios manifesta-se favorável à sua admissão.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *J.M. Magalhães*
— *Manuel Xavier Vasconcelos Pedrosa* — *Cristóvão Leite de Castro*.

PROPOSTA

Propomos para Sócio do Instituto o Prof. Nélson Nunes da Costa, nascido a 12 de março de 1899 na antiga e desaparecida rua de São Pedro, na cidade do Rio de Janeiro, fazendo o curso primário em escolas públicas desta capital.

Formou-se pela Escola Normal do Distrito Federal, exercendo o magistério desde 1920. Lecionou no ensino primário e técnico-secundário e nos cursos noturnos de adultos da P.D.F. Foi Diretor de várias escolas primárias, superintendente de ensino público e particular, interino e chefe de distrito educacional em comissão, por muitos anos. Chefiou o Serviço de Educação Cívica e dirigiu o Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação da Prefeitura.

Ingressou na imprensa em 1919 como revisor do *Correio da Manhã*, onde é hoje redator, encarregado da seção «Vida Cultural», publicando trabalhos com as iniciais N.C. Tem prestado colaboração a vários jornais e revistas.

Pertence à Academia Carioca de Letras, onde substituiu o poeta, jornalista e diplomata Afonso Lopes de Almeida, na cadeira sob o patrocínio da romancista Júlia Lopes de Almeida.

Promoveu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, de que é atual vice-presidente e é membro da Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro, órgão da Prefeitura do D.F.

Tem publicado, entre outros, os seguintes livros: «Páginas Cariocas», «Páginas Brasileiras», «História da Cidade do Rio de Janeiro», «Rio de ontem e de hoje».

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — Adolfo Morales de los Rios Filho — Ivolino de Vasconcelos — Henrique Fleiuss — Ildefonso Mascarenhas da Silva — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — José Augusto — Haroldo Valadão — Virgílio Corrêa Filho — Carlos da Silveira Carneiro — Wanderley Pinho — Cláudio Ganns — F. Jaguaribe de Matos — Apolônio Nóbrega — Mário Ferreira França — Artur César Ferreira Reis.

PARECER

Comissão de História

Diplomado pela Escola Normal do Distrito Federal, apressou-se Nélson Nunes da Costa em iniciar o magistério, em cujo exercício não tardou a sobressair, até ser o superintendente do ensino público e particular.

Ao dirigir mais tarde o Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação da Prefeitura, consagrou-se às indagações do ramo, que expressava na seção Vida Cultural, mantida no *Correio da Manhã*, de cuja redação faz parte. Inúmeras biografias tem traçado nessa coluna, cuja coleção já formaria esplêndida contribuição para tornar mais conhecidas individualidades notáveis.

À sua terra natal dedicou «História da Cidade do Rio de Janeiro» e «Rio de ontem e de hoje», que lhe evidenciam a perseverança nas pesquisas históricas.

Proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão de História dá-lhe o seu apoio, para

que possa aplicar em benefício da centenária instituição a sua capacidade de trabalho.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *Hélio Viana* — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *Wanderley de Araújo Pinho* — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

De acôrdo com o parecer da Comissão de História, a Comissão de Admissão de Sócios indica à aprovação do plenário a proposta do Sr. Nélson Costa para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que muito poderá esperar da sua colaboração.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — *João B. Magalhães* — *Manuel Xavier Vasconcelos Pedrosa* — *Cristóvão Leite de Castro*.

PROPOSTA

Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. João Camilo de Oliveira Tôrres, professor de Filosofia Moral da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, de História do Brasil da Faculdade de Filosofia Santa Maria, também de Belo Horizonte, jornalista militante, membro da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto de Sociologia e Política, do mesmo Estado, colaborador de diversos jornais e revistas do país, autor das seguintes obras, quase tôdas de grande interêsse para a História do Brasil:

1. *O Sentido e a Finalidade do Ensino Universitário* (Belo Horizonte, 1940).
2. *O Positivismo no Brasil* (Petrópolis, 1943; 2ª edição em 1957).
3. *O Homem e a Montanha* (Belo Horizonte, 1944). Prêmio Diogo de Vasconcelos, da Academia Mineira de Letras.
4. *A Libertação do Liberalismo* (Rio de Janeiro, 1949).
5. *João Surrinha nas Montanhas*, História para crianças (Rio de Janeiro, 1952).
6. *A Crise da Previdência Social no Brasil* (Belo Horizonte, 1954).

7. *A Democracia Coroada*, Teoria Política do Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1957). Prêmio «Cidade de Belo Horizonte» relativo a 1952.
8. *Do Governo Régio* (Petrópolis, 1958).
9. *Educação e Liberdade* (Petrópolis, 1958).
10. *Conselhos à Regente* (Rio de Janeiro, 1959).

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — Hélio Viana — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Cláudio Ganns — Virgílio Corrêa Filho — R. Antônio Ramos — José Antônio Soares de Sousa — Artur César Ferreira Reis — Ivolino de Vasconcelos — Wanderley de Araújo Pinho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Marcos Carneiro de Mendonça — Américo Jacobina Lacombe — Ildefonso Mascarenhas da Silva.

PARECER

Comissão de História

O Professor João Camilo de Oliveira Tôrres, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia Santa Maria, de Belo Horizonte, é autor de diversas obras de grande interesse histórico, as quais já lhe têm proporcionado significativos prêmios, tais como o denominado «Diogo de Vasconcelos», da Academia Mineira de Letras, atribuído ao ensaio *O Homem e a Montanha*, de 1944, e o *Prêmio Cidade de Belo Horizonte*, relativo ao ano de 1952, concedido aos originais, então ainda não publicados, de *A Democracia Coroada* (Teoria Política do Império do Brasil), volume de quase 600 páginas, com grande êxito aparecido em 1957, na Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olímpio Editôra, dirigida por nosso consócio Sr. Ministro Otávio Tarquínio de Sousa.

Além desses, outros trabalhos de sua autoria, como *O Positivismo no Brasil*, de 1943 (com segunda edição em 1957), e *Do Governo Régio*, de 1958, incluído na Biblioteca de Cultura Católica, da Editôra Vozes Ltda., igualmente versam importantes temas de história brasileira. Em intensa colaboração que mantém na imprensa, em jornais e revistas de diversas cidades do país, é também a história pátria um dos temas prediletos do professor João Camilo de Oliveira Tôrres.

Pelo valor de sua contribuição já trazida e da que certamente ainda trará à História do Brasil, recomenda-se o seu nome

para admissão no quadro dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1959. — Hélio Viana — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Marcos Carneiro de Mendonça — Wanderley de Araújo Pinho.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A Comissão de Admissão de Sócios opina pela admissão do Professor João Camilo de Oliveira Tôrres, à vista dos fundamentos da proposta que o indicam para a classe de sócio correspondente, de acôrdo com o parecer da Comissão de História.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — J.B. Magalhães — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Cristóvão Leite de Castro.

PROPOSTA

Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Carlos Alberto Pueyrredon, um dos mais eminentes e acatados historiadores argentinos. O Doutor Pueyrredon, ainda que descenda de tradicional família argentina, contando entre os seus antepassados os dois Pueyrredons das lutas da Independência, que residiram, como exilados, aqui, no Rio de Janeiro, na Gamboa na Ponta da Saúde, descende também de tradicional família riograndense do sul.

Entre os seus inúmeros trabalhos, destacamos as anotações que fez aos «Escritos Históricos del Coronel Manuel Pueyrredon», publicados pelo livreiro Júlio Suárez, com uma notícia preliminar de Ramón J. Cárcano: «En tiempos de los Vicerreyes», e «1810 La Revolución de Mayo». Faz parte o Dr. Pueyrredon das seguintes academias e institutos de história: Academia Nacional de la História de España e das Academias, Nacional de la História de Venezuela, do Equador, Chilena de História, e dos Institutos Históricos do Peru e Histórico e Geográfico do Uruguai.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1959. — José Carlos de Macedo Soares — Cláudio Ganns — E. Leitão de Carvalho — José Antônio Soares de Sousa — Virgílio Corrêa Filho — Marcos de Mendonça — H.C. Leão Teixeira Filho — Ildefonso Mascarenhas da Silva — Ivolino de Vasconcelos — Wanderley Pinho — Manuel Xavier de V. Pedrosa — Clado Ribeiro de Lessa —

José Augusto — Edmundo Moniz — Rodrigo Otávio — Manuel Diegues Júnior — Mário Ferreira França — Artur César Ferreira Reis.

PARECER

Comissão de História

Entre os livros de autoria do Dr. Carlos A. Pueyrredon, dois, principalmente, o colocam entre os mais insígnos historiadores argentinos. «En tiempos de los vicerreys» e «1808 — La Revolución de Mayo» são obras definitivas, já pela maneira de se interpretarem os fatos, já pela copiosa e interessante documentação de que se utilizou o autor.

Na segunda edição dos «Escritos Históricos del Coronel Manuel A. Pueyrredon», publicada em 1929, com prefácio de Ramón Cárcano, as notas, que tanto esclarecem e valorizam o texto, são frutos de pesquisas do Dr. Carlos A. Pueyrredon, que sôbre ser historiador e pesquisador, é também publicista de mérito, possuidor de um estilo agradável.

É o Dr. Carlos A. Pueyrredon acadêmico de número da Academia Nacional de História e da Sociedade de História da Argentina, acadêmico correspondente da Real Academia da História de Espanha e das Academias Nacional de História de Venezuela, do Equador, Chilena de História, e dos Institutos Históricos do Peru e Histórico e Geográfico do Uruguai.

Assim, esta Comissão, dá, com especial agrado, parecer inteiramente favorável à admissão do ilustre proposto para sócio correspondente dêste Instituto.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — Hélio Viana — Marcos Carneiro de Mendonça — Wanderley de Araújo Pinho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A Comissão de Admissão de Sócios dá o seu apoio à proposta que indica o Dr. Carlos Alberto Pueyrredon para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acôrdo com os Estatutos.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1959. — João B. Magalhães — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Cristóvão Leite de Castro.

O Presidente, antes de encerrar a reunião, facultou a palavra aos membros da Assembléia. Falaram o sócio benemérito Doutor Henrique Leão Teixeira para agradecer a honra da sua eleição para um dos cargos da Vice-Presidência do Instituto, o sócio Dr. Mário França para se congratular com o Almirante Washington Perry, por sua eleição de Presidente da Sociedade Brasileira e de Geografia, o qual agradeceu a homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O consócio benemérito Vilhena de Moraes apresenta a seguinte proposta, que submetida à discussão é aprovada: «O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reunido em Assembléia Geral, a 15 do corrente. Considerando que no próximo dia 16 de março de 1960 ocorre a data do quarto centenário da tomada e destruição do Forte de Villegaignon por Mem de Sá, 3.º governador Geral do Brasil. Considerando que êsse glorioso feito militar (o primeiro que, dadas as suas proporções se assinala na História da América) representa, não sòmente o primeiro passo para a fundação definitiva da Cidade do Rio de Janeiro, assentada pelo mesmo Mem de Sá, no Morro do Castelo, a 20 de janeiro de 1567, mas também pela força das armas, uma solene afirmação do princípio da integridade da política da América e da formal repulsa do intervencionismo colonial em terras do continente.

Considerando que assinala ainda a referida data a celebração da primeira missa celebrada nos recintos do forte, em ação de graças, conforme declara o Venerável Anchieta em seu poema latino, recentemente editado, *De Gestis Mendi de Saa* que o Brasil mantém, há dez anos, no seu calendário religioso instituído por Lei, o Dia Nacional de Ação de Graças. Considerando que as citadas efemérides, a cumprir-se o preceito legal, ocorrem justamente nas vésperas da data prefixada para a transferência da sede desta Capital, sendo, por conseguinte uma das últimas comemorações cívicas a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda na posse do seu nobre predicamento de Capital do Brasil. Resolve que em data, a critério do Sr. Presidente Perpétuo, o Instituto Histórico realize uma sessão solene em homenagem a Mem de Sá, fundador do Rio de Janeiro, e os heróicos colaboradores.

Sala das Sessões, 15-12-1959. (as) E. Vilhena de Moraes — Clado Ribeiro de Lessa — Apolônio Nóbrega — Ivolino Vasconcelos.

O Primeiro Secretário comunica que se acha sôbre a mesa a resposta que o sócio benemérito Cel. João Batista Magalhães enviou à Presidência, a respeito do Simpósio a ser realizado em 1963, a cujo programa faz algumas sugestões. O sócio General Paranhos Antunes sôbre o mesmo assunto lembra que no Serviço

do Patrimônio do Exército se encontram muitos documentos, plantas, e mapas, para figurarem na Exposição a ser mantida por ocasião do Simpósio da mudança da Capital para o Rio de Janeiro. A lembrança do General de Paranhos Antunes mereceu aplausos. O sócio Marcos Carneiro de Mendonça sugere que a Diretoria do Instituto tome as providências necessárias junto ao Governo e ao Congresso Nacional para obter fundos para custear despesas com a ida de pesquisadores aos Arquivos, e Bibliotecas européias, apontadas como fontes da História do Século XVIII, objeto das comemorações do Simpósio de 1963. Declara ainda que o Presidente Perpétuo do Instituto, quando ocupou o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, já teve essa iniciativa, de nomear pessoas competentes para colecionar documentos sobre a História do Brasil nos Arquivos estrangeiros. O consócio Vilhena de Moraes aprova a sugestão do colega Marcos Carneiro de Mendonça e lembra que o Volume número 39 dos Anais do Arquivo Nacional contém muita coisa relativa a documentação brasileira no estrangeiro. O Presidente pede para que os três consócios que assinaram o parecer da Comissão organizadora do programa do Simpósio ainda se mantenham comissionados para melhor orientação a dar aos trabalhos. E para lhe completar a Comissão, indicou mais dois nomes, do Cel. João Batista Magalhães e Virgílio Corrêa Filho.

O consócio Wanderley de Pinho declarou que a Comissão, que sugeriu a preparação do programa do Simpósio, sente-se honrada com a renovação e com a entrada de mais dois membros.

O Presidente pede aos consócios que visitem na sala vizinha as novas instalações provisórias destinadas a abrigar a Biblioteca, e a coleção da Revista e de outras publicações do Instituto, obras feitas com muita diligência por parte do pessoal da Secretaria, desde o Secretário-Geral, até os funcionários de menor graduação, incumbidos de executá-las, sem auxílio de pessoas estranhas. Pede para que se inscrevam na ata dos trabalhos da reunião da Assembléia-Geral de 1959, os seus nomes a saber: Jerônimo de Freitas, Moacir Santiago, Herval Peixinho e Adelaide Morosini Alba, que tudo dirigiu, com exemplar dedicação.

Com estas palavras, aplaudidas pela Assembléia, o Presidente encerra a sessão às 16 horas.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Fillho, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Hélio Viana, Estevão Leitão de Carvalho, Apolônio Nóbrega, Mário Ferreira França, Washington Perry de Almeida, Artur César Ferreira Reis, José Antônio Soares de Sousa, Marcos Carneiro de Mendonça, Clado Ribeiro de Lessa, Deoclécio de

Paranhos Antunes, João Batista Magalhães, Mozart Monteiro, José Wanderley de Araújo Pinho, Herbert Canabarro Reichardt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Julião Rangel de Macedo Soares, Juvenal Greenhalgh, José Moreira Brandão Castelo Branco, Thiers Fleming, Ivolino de Vasconcelos, Cristóvão Leite de Castro, Alvaro Alberto da Mota e Silva, Eugênio Vilheña de Moraes, Florêncio de Abreu e Justo Pastor Benitez.

Ass. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2º Secretário.

BIBLIOGRAFIA

HENRIQUE CARNEIRO LEÃO TEIXEIRA FILHO

MARIA CAROLINA FLEUISS

1) Nascido no Distrito Federal, no bairro do Rio Comprido, a 11-12-1896.

2) Registro Civil — Freguesia do Engenho Velho — em 12-12-96 (Livro n. 33 fls. 145, sob n. 1 546).

3) Batismo — na Matriz de S. Pedro de Alcântara, em Petrópolis, a 14-2-1897 (L. n. 13, fls. 68), pelo vigário e vin-douro Bispo D. Agostinho Francisco Bennassi, tendo por padrinhos o Dr. Paulino José Soares de Souza Jr. e sua espôsa Anna Maria Teixeira Soares de Souza, irmã caçula e afilhada de seu pai.

4) Filiação — Filho do Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira e de sua 1ª espôsa D. Idalina Lamberti Leão Teixeira (em solteira Idalina Eulália Sayão Velloso Lamberti), ambos cariocas, respectivamente nascidos em 1869 e 1874.

5) Pelo lado paterno, neto dos Viscondes do Cruzeiro e bisneto dos Marqueses de Paraná, bem como do Comendador Jeronymo José Teixeira e da sua mulher Anna Maria Netto Teixeira, a qual era irmã consanguínea da Marquesa de Paraná, sendo as duas primas-irmãs do Marquês. O Comendador Teixeira era português, da Vila Nova de Gaia, mas sua mulher, bem como os Marqueses de Paraná eram mineiros. Os Viscondes do Cruzeiro eram cariocas e primos-irmãos, por serem filhos das aludidas irmãs mineiras. (Jeronymo José Teixeira Júnior e Maria Henriqueta Carneiro Leão Teixeira).

6) Pelo lado materno teve dois bisavós italianos: Bernardino Lamberti e sua mulher Antônia Genibaldi Lamberti, chegados ao Rio de Janeiro em 1837. Mas seu avô, o Comendador Pedro Leandro Lamberti nasceu no Rio de Janeiro em 1843 e do casamento com D. Idalina Eulália Sayão Velloso sômente houve uma filha que após casar-se tomou o nome acima mencionado Idalina Lamberti Leão Teixeira. Sua avó materna era filha do Major do Imperial Corpo de Engenheiros, Dr. Antonio da Costa Barros Velloso, o qual foi professor na Escola Militar e Engenheiro da Muni-

cipalidade do Rio de Janeiro, chamando-se sua espôsa Maria Eulália da Costa Barros Sayão, ambos cariocas.

7) Orfandade — Ainda no berço perdeu sua mãe a 27 de dezembro de 1896, portanto contando apenas 16 dias de nascido, sendo confiado aos cuidados de sua tia paterna, Maria Henriqueta Teixeira de Alencar Lima, casada com o Dr. João Franklin de Alencar Lima, em cujas residências, no Rio e em Petrópolis, foi criado carinhosamente como filho até completar 9 anos.

8) Primeiros mestres. Fêz os primeiros estudos em Petrópolis, com D. Beatriz Smith de Vasconcellos, que depois casou com o Dr. Sérgio Teixeira de Macedo; depois no Rio de Janeiro com D. Annah Felício dos Santos, no Rio, e com o Professor Antônio Gabriel Coutinho Frôes em Petrópolis.

9) Colégios — Em março de 1908 prestou exame de admissão ao 1.º ano ginasial, no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, dirigido pelos Padres Jesuitas.

Em 1910 transferiu-se para o Colégio Paula Freitas, no Rio de Janeiro, onde terminou os estudos secundários.

10) Curso Superior — Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (atual Escola Nacional de Engenharia), onde em fins de 1918 obteve o grau de engenheiro geógrafo, e depois o de Engenheiro Civil na turma de 1920.

11) Casamento — No Rio de Janeiro, a 11-5-1922, na Freguesia de N. S. da Glória, com D. Maria de Souza Leão, filha do Dr. Luiz Felipe de Souza Leão e de sua espôsa D. Celina de Figueiredo de Souza Leão, e neta do Senador Luiz Felipe de Souza Leão e do Conde de Figueiredo.

12) Do seu casamento, nasceram 6 filhos:

I — Henrique Carneiro Leão Teixeira Neto — em 13-3-1923 — Engenheiro Civil, casado com Nilda Vargas Leão Teixeira.

II — Maria Celina — N. a 7-9-1924, casada com o Engenheiro João Luiz de Seixas Corrêa.

III — Maria Luiza — N. 13-1-1927, casada com o Sr. Luiz Carlos de Aquino Ramalho.

IV — Anna Maria Leão Teixeira — N. 19-9-1929, solteira ainda em 1959 e funcionária no Instituto de Biofísica, onde é secretária do Prof. Carlos Chagas Filho.

V — Ida Maria — N. 10-6-1931 — casada com o Sr. Paulo Altamir Pinto Leite.

VI — Maria Lina Leão Teixeira — N. em 28-4-1941, atualmente concluindo o curso clássico.

Desses seis filhos, nasceram em Petrópolis os mencionados em III e VI, sendo os demais cariocas.

13) *Atividades no Instituto Histórico* — Além das conferências pronunciadas, publicadas nos citados volumes da Revista, fez doação do arquivo do Cons. Luiz Felipe de Souza Leão, classificando os respectivos documentos, em minuciosas súmulas ou resenhas.

14) Dos serviços prestados na Comissão Organizadora do 3.º Congresso de História Nacional, comemorativa do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938, deixou o Ministro Tavares de Lyra, Presidente do Memorável Congresso, elogioso depoimento, consignado na ata do encerramento.

15) Quando estudante prestou o serviço militar como Voluntário de Manobras, assentando praça no 3.º Regimento de Infantaria, então sediado na Ponta do Calabouço e comandado pelo Coronel e depois General Abilio de Noronha. Na sua carteira de reservista, ali obtida como Voluntário Especial de Manobras, foi averbado elogioso assentamento.

16) Sobre sua participação como secretário da Comissão Organizadora e do próprio 3º Congresso de História Nacional transcrevemos o seguinte depoimento do Ministro Tavares de Lyra, exarado na ata de encerramento:

“Não quero e não devo assinar esta ata, — a última do Terceiro Congresso da História Nacional — sem cumprir um imperioso dever: o de deixar nela consignados meus cordiais e sinceros agradecimentos ao operoso e competente Sr. Dr. Leão Teixeira Filho, primeiro secretário, pelos relevantes e notáveis serviços que prestou na organização e para o completo êxito do mesmo Congresso. Êsses serviços foram realmente de valor inestimável. Reconhecê-lo é mera obra de justiça. E eu o faço, com tanto maior satisfação, quanto ao ilustre e erudito brasileiro me ligam hoje, além de viva admiração pelos seus aplaudidos talentos, os laços do mais alto aprêço e da mais afetuosa estima pessoal”. Ass.: *Augusto Tavares de Lyra*.

Bem assim, lembramos sua admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 22-8-931, com parecer relatado por Epitácio Pessoa.

17) Auxiliar-Técnico, diarista, em 1920, na Comissão de Melhoramentos dos Rios da Bahia do Rio de Janeiro, da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais.

— Engenheiro - ajudante, depois Engenheiro - Residente nas obras de Manguinhos, e afinal Engenheiro-Chefe de Campo, na Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. (5-4-1921 a 16-8-1923).

— Convidado em 1924 para exercer em Minas Gerais o cargo de Engenheiro da Circunscrição de Ouro Preto, declinou do convite bem como do que em seguida recebeu para o lugar de Engenheiro-Residente na Estrada de Ferro Oeste de Minas.

— Diretor de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Petrópolis, desde 29-9-1924 até 16-2-1927, data em que obteve um ano de licença (sem vencimentos), da qual abriu mão ao solicitar e conseguir exoneração em 10-8-1927.

— Empreiteiro na construção da Estrada Rio-Petrópolis (1927-1928), desde o último lanço da Serra até Duas Pontes, naquela cidade.

— Engenheiro da Cia. Mercado Municipal do Rio de Janeiro no período de 18-11-1932 a 19-3-1938.

— Diretor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Petrópolis, de 21-12-1938 até 1-4-1940.

— Diretor da Cia. Americana de Intercâmbio (Brasil) — CADIB — desde março de 1941 até 30-3-1955.

— Diretor da Sociedade Brasileira de Participações e Financiamentos — SOFIBRÁS — de 1941 a 28-12-1945.

— Diretor da Cia. Imobiliária de Petrópolis (sucessora da antiga Fazenda Imperial), no período de 15-8-1951 até agosto de 1955.

— Membro da Comissão Executiva que em 1925-1926 dirigiu em Petrópolis a comemoração do Centenário de D. Pedro II, inclusive a Exposição Industrial daquele Município, então realizada, e à qual também concorreu com trabalhos técnicos e de estatísticas, sendo diplomado "fora de concurso".

— Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 22-8-1931, e promovido a Sócio Benemérito em 28-12-1949, sendo agora o decano da respectiva Comissão de História.

— Membro da Delegação Brasileira à Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, reunida no Rio de Janeiro em fins de 1932.

— Nomeado em 1938 para integrar a Comissão do Centenário de Petrópolis, a comemorar-se em 16-3-1943, nela promoveu a fundação do Instituto Histórico de Petrópolis, solenemente inaugurado a 2-12-1938.

— Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis durante os quatro primeiros biênios sociais (1938-1946), e Vice-Presidente no período de 1953-1958, tendo exercido a presidência quando faleceu Alcino Sodré e à mesma retornando, eleito Presidente em 20-12-1958, para o biênio 1958-1960.

— Designado pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1939, para sugerir, na qualidade de Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, o programa a observar-se no sepultamento do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Dona Tereza Cristina, em 5-12-1939, na Capela Imperial da Catedral de Petrópolis, foi em seguida nomeado para a respectiva Comissão Executiva, na qual teve o encargo de lavrar a Ata daquele acontecimento em livro especial do Instituto, mais tarde recolhido ao Museu Imperial.

— Em 1946, ao realizar-se o Concurso para Catedrático de História do Brasil, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, foi nomeado para a respectiva Banca Examinadora, juntamente com Afonso de Taunay, Pedro Calmon, Wanderley Pinho e Cláudio Ganns.

— Em 1957, durante a ausência do Prof. Américo Lacombe, lecionou História do Brasil no 1.º, 2.º e 3.º anos da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica, nesta Capital.

— Nomeado em 28-2-1959, para reger no Instituto Rio Branco, durante o ano letivo de 1959, a cátedra de História Diplomática do Brasil, no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

— Concorreu em 1931 ao 2.º Congresso de História Nacional, ao qual apresentou monografia aprovada e incluída nas respectivas publicações.

— Nomeado em 1938 para a Comissão Organizadora do 3.º Congresso de História Nacional, comemorativo do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nela exerceu as funções de Secretário, investidura para a qual também foi eleito ao instalar-se o memorável certame, tendo concorrido ao mesmo com duas monografias, que mereceram honrosos pareceres e foram publicadas.

18 — Foi distinguido com a medalha de Koeler, por serviços relevantes prestados a Petrópolis,

Sobre assuntos históricos são de sua autoria as seguintes publicações:

— «Tentativa de Golpe de Estado. — A Constituição de Pouso Alegre e a atitude de Honório Hermeto». — 1931 — 2º Cong. Hist. Nac. — Vol. I.

— «O Cons. de Estado e Senador do Império Jeronymo José Teixeira Júnior — Visconde do Cruzeiro» (1931 — Rev. I.H.G.B. — vol. 164).

— O "Cons. Luiz Felipe de Souza Leão" — 1932 — Rev. I.H.G.B. — Vol. 166).

— «À Margem de uma Conferência: O Cons. Paulino e o Visconde do Cruzeiro" — 1934 — Idem, idem, vol. 169.

— "Caxias — cidadão político" — 1938 — Idem, idem — vol. 173.

— "O Conselheiro Soares Brandão" — 1940 — Idem, idem, vol. 175.

— "O Inconfidente Rezende Costa" — 1941 — Idem, idem, vol. 176.

— "Discurso sobre Alcindo Sodré" — 1952 — Idem, idem, vol. 216.

— «Discurso sobre Alcindo Sodré» — 1955 — Idem, Idem, vol. 228.

— «Centenário do falecimento do Marquês de Paraná» — Do berço de Jacuí ao fastígio do poder — 1957 — Idem, idem, vol. 236.

— "Honório Hermeto na fundação de Petrópolis e alguns traços de sua personalidade" — 1957 — Idem, idem, vol. 236.

— "Justiniano da Rocha — biógrafo do Marquês de Paraná" — (O título então dado à referida monografia, conforme consta dos Anais do Congresso e da respectiva *separata*, foi: "Quem seria o autor da biografia do Marquês de Paraná, publicado no *Jornal do Comércio* de 13-9-1856?») — 1938 — 3º Congresso de História Nacional — Vol. VII.

— "Atitude parlamentar de Teixeira Júnior" — 1938 — 3º Cong. Hist. Nac., vol. II.

— "A Justiça de Deus na Voz da História" — 1934 — Petrópolis in "Pequena Ilustração" e depois em 7-9-1952, no Recife no "Diário de Pernambuco".

— "A Fundação de Petrópolis — O decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo ano". (Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis — 1939 — Vol. II.

— «Dom Pedro de Orleans e Bragança, Príncipe do Grão-Pará» (Trab. Com. do Cent. de Petrópolis — 1940 — Vol. III).

— “O Centenário Natalício do Visconde do Cruzeiro” (com prefácio do Conde de Afonso Celso — Conferência no Instituto Histórico e artigos publicados no *Jornal do Comércio*» — 1931 — Rio — Tip. C. Mendes Jr.).

— “A presidência do Rio de Janeiro em 1842” (Anuário do Museu Imperial — Vol. VI) — 1945 — Petrópolis.

NOTICIÁRIO

IV CENTENARIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Exposição documental, bibliográfica, iconográfica, cartográfica e respectivo catálogo

Por ser de interesse geral, transcrevemos o parecer apresentado pela Comissão Especial, nomeada em 10 de setembro de 1958 pelo Presidente Perpétuo para examinar a proposta aprovada em sessão do Instituto Histórico em Assembléia Geral do dia 9 de setembro de 1958 e assinada pelos membros da Comissão: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho — Dr. Arthur César Ferreira Reis — Dr. Marcos Carneiro de Mendonça.

Vide: Revista I.H.G.B., vol. 241, págs. 309 e 410.

Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares —
DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhor Presidente.

Transmitimos à consideração de Vossa Excelência o resultado de nossos trabalhos, no tocante à elaboração do programa para a realização de um simposium, em 1963, com a finalidade de comemorar a transferência, da Bahia para o Rio de Janeiro, da capital do antigo Estado do Brasil.

A comissão por Vossa Excelência designada reuniu-se o número de vezes que considerou necessárias, tendo escolhido, para presidí-la, nosso companheiro Professor Wanderley de Araújo Pinho, e para secretariá-la, o consócio Professor Arthur Cezar Ferreira Reis.

O Simposium, na conformidade das deliberações da Comissão compreenderá o estudo do século XVIII no Brasil com a ênfase especial ao episódio da transferência. No decorrer de sua realização, seria do maior interesse que se fizesse promover uma exposição de mapas, documentos e peças iconográficas pertinentes.

Pela amplitude da matéria, o Simposium exigirá a contribuição de organizações nacionais e estrangeiras, tais como arquivos, biblio-

tecas, institutos e academias de história, centros especializados das grandes universidades, para o que se faz imperioso transmitir-lhes convite acompanhado de exposição dos objetivos da reunião.

Damos a seguir o texto do documento que poderá acompanhar o convite a que nos referimos, através do qual imaginamos ter proposto os fundamentos da assembléia. Juntamos igualmente, além da relação das instituições a serem convidadas, a dos assuntos que nos pareceram merecer o interesse dos historiadores e estudiosos dos assuntos brasileiros e constituem o temário do Symposium.

Esperamos ter correspondido à confiança de Vossa Excelência. — *José Wanderley de Araujo Pinho.* — *Arthur César Ferreira Reis.* — *Marcos Carneiro de Mendonça.*

Em 1963, ocorre a data centenária da transferência da sede do Estado do Brasil, da tradicional cidade do Salvador para o Rio de Janeiro. O acontecimento poderia refletir a decisão do poder público português, visando a alterar a situação política do território ultramarino na Sul América em face de certas circunstâncias momentâneas, que se haviam imposto à sua meditação. A mudança teria, assim, um caráter transitório.

Na verdade, porém, se essa decisão importava na aceitação daqueles imperativos, significando que a metrópole peninsular executava, muitas vezes, à voz da experiência e de reflexões de seus homens de Estado, política cheia de objetividade, nem por isso devemos deixar de dar a ênfase necessária ao fato de que o ato de Sua Majestade, o Rei D. José Primeiro, era uma decorrência da mudança do eixo político do país em formação não podendo, por isso mesmo, considerar-se como uma providência flutuante. Ao contrário, significara medida permanente, profundamente realística. O pêso dos problemas políticos e econômicos do Sul e do Centro-Oeste era mais forte, estava exigindo tratamento especial, e ia conduzir à transformação que se operava e não sofreria mais alteração pela importância e pela prosperidade da vasta área que os bandeirantes haviam atingido, ocupado e utilizado na elaboração de uma sociedade que se dinamizava no sentido da atuação politisante.

O ato régio que mandou servir no Rio de Janeiro o Governante a que se concedeu o título de Vice-Rei, expressava, portanto, o reconhecimento de uma situação nova. Essa situação nova, todavia, estava impondo uma política de maior profundidade. Criara-se uma base física de proporções gigantescas, que alcançara o interior do continente. O inquérito geográfico a que se procedia estava permitindo um vasto conhecimento dessa imensa base física nos seus pormenores e nas suas peculiaridades. A fronteira

política vinha sendo empurrada sem cessar em direção norte, sul, e em direção oeste, provocando conflitos com os vizinhos e conduzindo aos entendimentos que resultaram nos diplomas internacionais de 1750 e 1777. Os territórios incorporados e nos quais se estava elaborando uma economia e dando forma mais consistente a uma sociedade dinamizada, eram fruto dessa expansão que impôs a complementação daquela política em certos atos administrativos, representados na criação dos governos de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Goiás, do Rio Negro e do Rio Grande de São Pedro. O Estado do Grão-Pará e Maranhão, que sucedeu ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, agora com sede em Belém, foi igualmente um dos pontos altos dessa orientação mais realista. O crescimento da colônia era de uma evidência impressionante. As soluções que solicitava não poderiam, portanto, ser soluções passageiras, de sentido restrito. Os homens de Estado que, no Conselho Ultramarino, ou nos conciliábulos ministeriais examinaram as questões pendentes, em particular no período do consulado pombalino, tiveram uma consciência muito precisa da situação que se propunha. A política executada materializou esse estado de espírito vigorante nos altos círculos da administração metropolitana.

Foi ainda no século XVIII que se registraram as manifestações nacionalistas de maior densidade, ao mesmo tempo que uma geração brasileira assumia, na própria metrópole peninsular, posição especial nos quadros da inteligência, participando ativamente do processo de reincorporação de Portugal ao espírito europeu e de sua reestruturação cultural.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, considerando a importância do século XVIII, que ainda não foi devidamente estudado na extensão de sua significação, e o episódio da transferência de Salvador para o Rio de Janeiro, da sede do governo do Estado do Brasil, decidiu promover um simposium, no decorrer do qual seja realizado o exame pormenorizado da vida brasileira naquela centúria.

I

BALANÇO DOCUMENTAL

Questionário-consulta aos arquivos e bibliotecas

Biblioteca Nacional.

Biblioteca Municipal do Distrito Federal.

Biblioteca do Gabinete Português de Leitura (Rio).

Biblioteca do Exército.

Biblioteca da Marinha.

Biblioteca Pública de Belém do Pará.

Biblioteca Pública de Recife.

Biblioteca Pública da Bahia.

Bibliotecas de várias Faculdades da Universidade da Bahia.

Biblioteca Municipal de São Paulo.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Bibliotecas das várias Faculdades da Universidade de São Paulo.

Arquivo Nacional.

Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal.

Arquivo do Exército.

Arquivo da Marinha.

Arquivo do Serviço Geográfico do Exército.

Arquivo Público do Pará.

Arquivo Público de Pernambuco.

Arquivo Municipal de Recife.

Arquivo Público da Bahia.

Arquivo Municipal da Cidade do Salvador.

Arquivo Público Mineiro.

Arquivo Público de São Paulo.

Arquivo Municipal de São Paulo.

Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

Arquivo do Museu Histórico do Rio de Janeiro.

Arquivos Municipais de Cidades Setecentistas.

Bibliotecas e Arquivos das Cúrias e Ordens Religiosas de — Rio, São Paulo, Minas, Pernambuco, Bahia, Pará.

Bibliotecas e Arquivos de Portugal — Lisboa, Coimbra, Évora, Viana, Porto, Braga, Guimarães, Açores, Colônias de África e Ásia — Arquivos de Ultramar, da Torre do Tombo, da Ajuda, do Ministério das Finanças.

Bibliotecas e Arquivos dos Estados Unidos — Livraria do Congresso, Bibliotecas de New York, Harvard, Stanford, Providence, Católica de Washington (Lima Library), Colúmbia...

Bibliotecas e arquivos de países da Europa — Holanda, França — Biblioteca Nacional de Paris, Arquivo do Ministério do Exterior... Inglaterra — British Museum, Arquivo do Foreign Office... Espanha — Academia de Historia de Madrid, Arquivos de Índia (Sevilha) e Simancas...; Viena, Upsala, Copenhague, Arquivos de Buenos Aires, Montevidéu, Assunção.

II

ESBOÇO DE PROGRAMA PARA O SÍMPOSIO: BRASIL NO SÉCULO XVIII

História Social

Grupos e Classes.
Hábitos e Costumes.
Índios.
Negros.
Colonos — Casais.
Mestiços.
Estrangeiros.
Judeus e Cristãos-Novos.
Catequese.
Povoamento.
Movimento Demográfico — Migrações, Epidemias, etc.

Histórica Econômica

Agricultura — Técnicas — Instrumentos de trabalho.
Açúcar.
Algodão.
Fumo.
Cacau.
Café.
Trigo.
Drogas — pimenta, cravo, anil etc.
Extração florestal — pau-brasil, madeiras de lei.
Pesca. Técnicas. Várias espécies de peixes.
Pesca da Baleia.
A pesca na Amazônia.
Criação de gado.
Ferro.
Ouro.
Diamantes.
Manufaturas.
Construções Navais.
Tropas e boiadas.
Comboios e Frotas.
Correios.
Cabotagem.
Caminhos e estradas de penetração.
Transporte fluvial.
Propriedade — datas e sesmarias.
Mão de Obra — Índios.
Mão de Obra — Escravidão — Tráfico.

Mão de Obra — Artesanato — Ofícios — Grêmios.
Comércio Interno.
Comércio Externo.
Monopólios e Companhias de Comércio.
Contrabandos.
Sistemas Monetário e Tributário.
Preços. Tabelamentos — Disciplina das atividades mercantis.

História Política

Estado do Brasil.
Estado do Maranhão.
Organização Municipal. Projeção de Senado e Câmaras.
Organização Financeira — Erário Régio.
Organização Judiciária — Relações.
Administração Metropolitana. A corôa e seus Conselhos.
Regimentos e Instruções. Ordenações do Reino — Legislação.
Conflitos entre Poderes.
Transferência da Capital.
Influências e Ideologias estrangeiras.
Reclamações, Protestos, Motins e Inconfidências.

História Religiosa

Bispados, Prelasias, Vigararias Gerais.
Ordens Religiosas.
Confrarias e Irmandades.
Sociedades Secretas.
Inquisição.
Conflitos entre o Poder Civil e a Igreja.
Conflitos entre o Poder Civil e Ordens Religiosas.
Conflitos entre a Mitra e Ordens Religiosas.

História Militar e Diplomática

Tratados Provisionais de Limites.
Tratados de Utrecht.
Tratado de Madrid.
Tratado de San Ildefonso.
Demarcação de Limites.
Reconhecimentos e Levantamentos geográficos — Cartografia.
Organização Militar.
Defesa Naval.
Fortificações.
Campanhas Militares: Norte-Sul-Oeste.

História Cultural

Os Falares Indígenas Americanos.
Os Falares Africanos.

A Imposição da Língua Portuguesa.
Ensino: Primário. Médio. Superior. Técnico. Artes e Ofícios.
Engenharia.
Letras e Letrados.
As Academias Literárias.
Arquivos e Bibliotecas.
As Artes Plásticas.
Música: Religiosa. Popular. De origem Índia, Negra, Européia. Instrumentos Musicais.
Coimbra, Montpellier e outras influências universitárias.
Ciências. Naturalistas e Viajantes.
Ideologias políticas.

III

As duas Capitais

Projeção da Capitania da Bahia no século XVIII.
A Cidade do Salvador no Século XVIII.
A Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro no Século XVIII.

A transferência da Capital

Causas.
Consequências.
A Realização material e política da transferência.

IV

Exposição documental

Documentos inéditos — sobre o século XVIII.
Iconografia — Colonial.
Cartografia — Colonial.
Iconografia setecentista da Cidade do Salvador.
— Panoramas.
— Arquitetura — Civil, Religiosa, Militar.
— Usos e costumes.
— Retratos.
Iconografia setecentista da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.
— Panoramas.
— Arquitetura — Civil, Religiosa, Militar.
— Usos e costumes.
— Retratos.

P O R T A R I A

O Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acôrdo com o artigo 28 dos Estatutos, nomeia para a vaga de 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente Dr. Rodrigo Octávio de Langgaard de Menezes Filho, e para a de 2.º o terceiro Vice-Presidente, Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, que será substituído pelo Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1959. — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente Perpétuo.

SÓCIOS FALECIDOS

MINISTRO HUBERT KNIPPING

A 22-8-1931, ingressou no quadro social do Instituto, na classe de sócios honorários, o Ministro Hubert Knipping, que representava a Alemanha e nos acompanhava com simpatia os trabalhos.

Transferido para outros encargos, na Europa, não manteve o mesmo interêsse cultural, especialmente depois da guerra, em que cessaram notícias a seu respeito.

Recentemente, porém, por indagações na Embaixada Alemã, soube o Instituto que o seu desaparecimento ocorrera em 16 de junho de 1955.

PROFESSOR ALOYSIO DE CASTRO

Faleceu a 7 de outubro último este ilustre mestre da medicina e escritor — que entrou para o Instituto Histórico, como sócio efetivo, em 1911 (a 15 de julho).

O Dr. Aloysio de Castro nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Filho de Francisco de Castro, seguiu-lhe brilhantemente a carreira, na medicina e nas letras.

Formou-se em 1903 — tendo obtido o prêmio de viagem à Europa. Daí galgou todos os postos de magistério médico, até atingir a cátedra de patologia e depois a de clínica médica (1915-1940. Diretor da Faculdade de Medicina (1915-1924), realizando fecunda e renovadora administração. Membro de inúmeras sociedades sábias do Brasil e do estrangeiro. Foi presidente do Conselho Superior de Ensino.

Além de médico eminente e escritor clássico — Aloysio de Castro aliava, na sua personalidade, os dons de poeta, de músico e de orador acadêmico.

Entrou para a Academia Brasileira de Letras, a que também pertencera seu pai, a 14 de novembro de 1917, sendo recebido a 15 de abril de 1919 por Afrânio Peixoto. Exerceu também ali a presidência do cenáculo. Era membro efetivo da Academia Pontificia de Ciências — honra exclusiva conferida a sulamericano.

A bagagem científica e literária do Professor Aloysio de Castro é vultuosa e destaca-se naquele setor: os seus «Tratado de Semiótica Nervosa» (hoje obra clássica) e as suas «Observações clínicas». Neste último setor as suas «Alocações Acadêmicas», as «Palavras de um dia e do outro», as suas «Orações» e «Discursos», as suas poesias. Algumas em francês, que manejava tão bem, como o idioma pátrio.

A sua obra musical também é preciosa e numerosa.

O Professor Aloysio de Castro entrou para o Instituto em 1911, tendo sido proposto em 30 de maio, por iniciativa dos Senhores Max Fleiuss, Artur Guimarães. (Revista — tomo 74, página 400), baseando-se a proposta nas «Alocações Acadêmicas» do candidato, oferecidas no Instituto.

O parecer da Comissão de história, datada de 17-6-1911 — foi assinado por Leite Velho, relator com a concordância de Ramis Galvão e Jansen do Passo. (Revista — Tomo 174, páginas 494-495). A Comissão de admissão de sócios, em data de 5-7-1911 — assinaram o parecer os Srs. Miguel de Carvalho, Relator, Xavier da Silveira e Manoel Cicero — confirma aquela aceitação. (Revista — Tomo 174 — pág. 518), Aprovado por unanimidade na sessão de 15-7-1911 (vide: *ata*, vol. 174, pág. 541). E finalmente, na sessão de 16 de agosto, é lida carta do novo sócio, acusando a recepção de ofício, que lhe comunicara a sua admissão (Revista — Tomo 174 — pág. 542). Na relação dos sócios no fim do ano, já o seu nome figurava, entre os «efetivos» (nº 54 — pág. 726) desse mesmo ano e aparece, nessa qualidade, até o ano de 1918.

C. Ganns.

MINISTRO ALFREDO VALLADÃO

Com o desaparecimento, a 17 de novembro, do Ministro Alfredo Vilhena Valladão, perdeu o Brasil uma das personalidades mais representativas da sua cultura, a quem o Instituto Histórico proporcionou oportunidade de revelar em toda a pujança os seus talentos de pesquisador embebido de estudos humanísticos.

Nascido na cidade mineira da Campanha, a 11 de setembro de 1873, quando começou a atuar no fôro carioca trazia, de sua terra natal, lisonjeira nomeada de bacharel em ciências jurídicas e sociais, cujo diploma lhe conferira a Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1894.

Acolhido pelo Tribunal de Contas, desde 1905, primeiro como representante do Ministério Público, e por fim, Ministro, até se

aposentar, em 1935, também exerceu o magistério, iniciado na Faculdade de Direito de Minas Gerais, e continuado na do Rio de Janeiro, que se transformaria na atual Faculdade Nacional de Direito.

Simultaneamente, devotou-se às investigações históricas, expressas no trabalho denominado "Campanha da Princesa", que lhe franqueou o ingresso no Instituto, mediante proposta de 23 de maio de 1912, aprovada a 19 de julho.

Era apenas ensaio inicial e compromisso de maior desenvolvimento, a que se consagrou com o fervor de campanhense embebido de conhecimento dos fastos regionais.

Não se apressou em ultimá-lo, mas quando, em 1937, veio a lume o primeiro tomo da "História da Campanha", que se completaria em quatro volumes, verificaram os doutos que o autor perseverou em suas pesquisas até abranger amplos aspectos característicos do antigo arraial, que alvará de 20 de outubro de 1798 elevou à categoria de vila.

Não se restringiu, todavia, a lembrar-lhe os episódios indicativos da cooperação que prestou para o engrandecimento do país.

Sem abrir mão dos assuntos jurídicos, versados com saber enaltecido pelos especialistas, em "Direito das Águas", "Projeto de Código das Águas", e várias monografias de alta valia, a admissão ao Instituto propiciou-lhe ensejo de evidenciar a sua peregrina inteligência, aplicada às indagações acêrca do passado brasileiro.

A explanação referente à "Tentativa de Golpe de Estado em 1832" — "A Constituição de Pouso Alegre" — de 1914, a "Viagem de D. Pedro a Minas de 1822», e outras contribuições apontaram-lhe o nome para preparar a "Exposição de Motivos e Teses para o Segundo Congresso de História Nacional comemorativo do Centenário do 7 de abril".

Em síntese magistral, considerou os acontecimentos contemporâneos, devidamente comentados, e os fatores que exerceram maior influxo para a intensificação da incompatibilidade entre o Imperador e o povo brasileiro, desfechada na abdicação.

Por lhe apreciar o alcance dos conceitos, o Instituto aprovou-lhe o roteiro erudito, que orientou a preparação das teses, em cujo conjunto se espelha valiosa contribuição para o esclarecimento de dúvidas relativas à derradeira fase do Governo de D. Pedro I.

Somente poderia esboçá-la quem possuísse amplos conhecimentos das peculiaridades da época agitada, como o relator, que

ainda trataria de temas correlatos, ao evocar o vulto de “Bernardo de Vasconcelos”, em conferência admirável.

Ainda à mesma tribuna tradicional subiria, mais de uma vez, para proferir o discurso oficial na sessão magna do centenário do Instituto, e relembrar as personalidades de insignes consócios, da classe do Visconde de Ouro Preto e Joaquim Nabuco.

À sua peregrina inteligência, a serviço de sadio idealismo, correspondeu o Instituto, ao elevá-lo à classe dos Beneméritos, em 1932, e de Grande Benemérito, mediante proposta de 20 de junho de 1951 Vice-Presidente e membro da Comissão de Admissão de Sócios, decidiu colocar-lhe o retrato na “Sala de Leitura”, como expressão do aprêço dos confrades ao historiador, que ainda recentemente a freqüentava, em sua velhice verde, com o entusiasmo da mocidade.

Aí elaborou o seu último trabalho — “O Brasil e o Chile na Época do Império, amizade sem exemplo”, recebido com louvores em ambos os países, a ponto de merecer, no Chile, a mercê de grande oficial da Ordem do Mérito, como antes acontecera no Brasil, que lhe inscreveu o nome no “Livro do Mérito”, em 1950.

Ainda pretendia empreender estudos de suas preferências, quando lhe baqueou o organismo, privando assim o Instituto de um dos seus sócios mais acatados, pelo seu saber, pela afabilidade do trato, pela dedicação incansável, comprovada nas comissões desempenhadas exemplarmente, conforme acentuou o orador oficial Pedro Calmon, em formosa alocução de despedida, ao interpretar o pesar coletivo.

Virgílio Corrêa Filho.

GUSTAVO BARROSO

Já possuía Gustavo Barroso credenciais literárias, em que se lhe apoiasse a pretensão, quando solicitou, a 18 de julho de 1921, a entrada para o rol dos membros «dessa veneranda associação, que sempre profundamente admirei, que sinceramente respeito e que desejo servir na medida das minhas forças».

«Ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acrescentou, é uma das minhas grandes ambições de homem de letras, e ousa esperar que a notável agremiação não me recusará tão grande honra, embora sinta que a não mereço totalmente».

Sem tardança, o Presidente do Instituto, Conde de Afonso Celso, a quem fôra endereçada a carta, assinou, em companhia de outros consócios, a proposta respectiva, que mereceu parecer favorável da Comissão de História.

«O Sr. Dr. Gustavo Barroso é uma das mais distintas organizações literárias da geração a que pertence. *Terra de Sol* e *Heroes e Bandidos* são duas valiosas contribuições para o estudo do homem do nordeste e do meio em que êle vive», conceituou Clovis Bevilacqua, relator, que terminou por endossar a indicação.

Não obstante início tão auspicioso, que prenunciava rápido andamento, sòmente se verificou o ingresso a 22 de agosto de 1931, quando o candidato já havia publicado dezenas de trabalhos comprobatórios da sua dedicação aos estudos históricos e podia ufanar-se de ter grangeado lisonjeiro renome nos meios culturais, como jornalista, orador, folclorista, e autor de obras de ficção.

Diretor, então, do Museu Histórico Nacional, onde se lhe deparou ambiente propício ao culto das tradições, que lhe exaltavam o civismo, não perdia oportunidade para colaborar nos trabalhos do Instituto, que o encontrou sempre decidido a exercer as missões de que fôsse incumbido, e por isso o incluiu, a 31-7-1956, na classe dos sócios Beneméritos.

Certo, não mais precisaria de títulos indicativos do aprêço em que era tido pelas associações literárias e governos estrangeiros, que lhe conferiram condecorações expressivas do prestígio adquirido em Portugal, na Itália, Grécia, Bélgica, França, Venezuela, Bolívia, Peru, e outros países tanto da Europa como da América.

Ocupante desde 1923, da cadeira n.º 19 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono, Joaquim Caetano da Silva, adquiriu nomeada de sábio pesquisador no Instituto Histórico, também o acolheram diversas entidades congêneres, tanto dos Estados, como de Lisboa e Londres.

Podia ufanar-se da trajetória percorrida, em que tivera ensejo de participar de comissões internacionais, até a da conferência da Paz, de 1919, feito secretário da Delegação Brasileira, das atividades parlamentares, com o mandato de deputado federal, e cargos de relêvo, como redator de jornais e revistas.

A centena de obras que elaborara valeu-lhe a consagração de escritor, desde a estréia, com a *Terra de Sol*, de 1912, em que se espelham as peculiaridades cearenses.

Sabia realçá-la, quando falava, quer perante numerosa assistência, que não lhe regateava aplausos, quer, em número reduzido, diante de meia dúzia de amigos.

Então, o conversador empolgava rapidamente a atenção dos presentes, como ocorreu à beira do Guaporé, que se enfeitava para comemorar o bicentenário da fundação de Vila Bela.

Nevoeiro inesperado impediu a continuação da projetada viagem ao Forte do Príncipe da Beira. E na manhã brumosa, enquanto aguardavam o sinal de partida, dispersavam-se os excursionistas

em grupos, um dos quais se abrigou em velho telheiro, para onde também seguiu o cearense, inesperadamente colhido pela friagem.

Nada se poderia fazer, além de palestrar, a menos que pretendesse alguém lastimar a má sorte que os retinha naquele ermo, baliza das extremas ocidentais do país.

Septuagenário, pois nascera a 29 de dezembro de 1888, em Fortaleza, Gustavo Barroso afugentou os pensamentos tristes com a sua palavra erudita e encantadora.

Ninguém se animava a interromper-lhe a seqüência das anedotas e recordações em que se patenteava o cultor das tradições nacionais. A falta de tribuna e de móveis de qualquer espécie não lhe embaraçou a fluência das idéias, que de sobejo compensaram a parada imprevista, que parecia não molestar o orador e menos ainda os seus embevecidos ouvintes.

Em outras circunstâncias, quando o ambiente se alteava de categoria, também crescia o garbo do orador, que sabia corresponder à admiração do auditório.

E assim ocorria por tôda a parte, onde se encontrasse Gustavo Barroso, cujo falecimento, a 3 de dezembro, enlutou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao emudecer-lhe uma das vozes mais autorizadas e prestigiosas.

Virgílio Corrêa Filho

OTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

O emocionante desastre ocorrido em 22 de dezembro último nas proximidades do aeroporto do Galeão, causou numerosas vítimas, entre as quais se encontra o escritor e historiador O. Tarquínio de Sousa.

Foi uma surpresa dolorosa para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de que era sócio efetivo desde 1931. Suas elaborações históricas entre as quais se destacam os estudos biográficos de personagens da época da Independência, assinalam seu incomum valor, como pesquisador e intérprete dos nossos fastos históricos. — *Evaristo da Veiga, Diogo Feijó, Bernardo de Vasconcelos, D. Pedro I* e notadamente *José Bonifácio* encontraram em O. Tarquínio de Sousa um consciencioso apreciador de seus méritos. Quanto a José Bonifácio, cumpre destacar haver bem focalizado as razões implícitas, *as causas atuantes nos bastidores*, para o seu desencontro com D. Pedro I e sua queda política.

Testemunhou bem sua projeção no meio social e intelectual brasileiro as referências a êle feitas, as apreciações de sua personalidade, por elementos de destaque em nossa imprensa diária, entre os quais Nélson Costa, Frederico Schmidt e Carlos Lacerda.

J.B. Magalhães.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS EM OUTUBRO DE 1959

- Campos (Ernesto de Souza) Oração Gratulatória do Professor ... A «alma mater» das Universidades é a Igreja Católica Apostólica Romana. São Paulo, 1959. Graf. Saraiva.
- Brice (Angel Francisco) — Constitucion Bolivariana (Separata de la Revista de la Sociedad Bolivariana de Venezuela — vol. XVII — nº 57-17 de diciembre de 1958. Imprenta Nacional. Caracas. 1959.
- Arellano (Francisco Madrid) — Pedro Prado en la Literatura Americana (Discurso de incorporacion a la Academia Paraguaya de la Lengua — 26 de septiembre de 1958). Talleres Graficos Lumen. Buenos Aires. Rep. Argentina.
- Goulart (José Alipio) — Transportes nos Engenhos de Açúcar. Gráf. Taveira. Rio de Janeiro. 104 páginas, c/ gravuras.
- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia (Documentário oferecido e dedicado à Academia Brasileira de Letras). Rio de Janeiro, 1941.
- Salarios y otras condiciones de Trabajo en servicios comerciales. Puerto Rico. Una semana de mayo de 1957 — vol. XI nº 2. Puerto Rico.
- Salarios y otras condiciones de labor en la Industria de la Construcción. Puerto Rico. Una semana de agosto de 1957 y noviembre de 1956. vol. X — nº 40. Estado Libre asociado de Puerto Rico.
- Dorf (Erling) — Climatic Changes of The Past and Present, april 17-1959. vol. XIII — nº 8 pp. 181-210 (1 pl., 3 fig., 7 maps. University of Michigan.
- Lista dos Participantes (Conferência mundial da Energia. Reunião parcial do Rio de Janeiro — 25 de julho/10 de agosto de 1954. Rio de Janeiro.
- Division of the Illinois State Geological Survey. Circulares: 263, 264, 267, 268, 269. Report of Investigations. Urbana. (8 exs.)

- Palm (Erwin Walter) Los Monumentos Arquitectonicos de la Española con una introduccion á America. Tomos: I e II. Ciudad Trujillo. Republica Dominicana. 1955. Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo-Año del Benefactor de la Patria.
- Morales de los Rios (Adolfo) — Plano para escrever a Historia do Rio de Janeiro (Apresentado pelo Professor... á Comissão do Centenário da Independência. Encaminhado ao Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, pelo sócio efetivo Professor Adolfo Morales de los Rios Filho a 1 de abril de 1959. SMG Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, 1959.
- Reis (Arthur Cezar Ferreira) — A Expansão Portuguêsa na Amazônia nos Séculos XVII-XVIII. SPVEA Coleção Pedro Teixeira. Rio de Janeiro, 1959. 38 págs.
- Documentos Históricos (Revolução de 1817) — vol. CVII. Ministério da Educação. Biblioteca Nacional, 1955. Emp. Graf. Ouvidor S.A. Rio de Janeiro. 278 págs.
- Leite (Duarte) — História dos Descobrimentos (Coletânea de esparsos) — Organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, 1958. Edições Cosmos. Lisboa. pp. 577/640.
- Zarco (Francisco) — Las Matanzas de Tacubaya (11 de abril de 1859). Ediciones del Boletin Bibliografico. México, 1959. 22 pags.
- Harris (Chauncy D.) — English, French and Russian as Supplementary Languages in Geographical Serials. Separata da Revista The Geographical Review — vol. XLIX — n.º 3 — July, 1959. New York.
- Orłowicz (Dr. Mieczysław) — Illustrierter Fuher Durch Przemyśl und Umgebung. Lemberg 1917. Przemyśl. 112 pp. c/gravuras.
- Anuario Geografico do Estado do Rio de Janeiro — nº 11-1958. Publicação feita com o concurso do Departamento Geográfico, I.B.G.E. Rio de Janeiro. 324 pp. c/gravuras.
- Costa Filho (Miguel) — O Engenho de Alvarenga Peixoto. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro, 1959. Gráfica Taveira. Oferta do autor. C/72 pp.
- Oliveira (General João Pereira de) — Vultos e Fatos de nossa Historia. S.M.G. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, 1959. C/ 188 pp. c/retratos.
- White Book of Communism in Dominican Republic. Universidad de Santo Domingo. Ciudad Trujillo. Republica Dominicana. 285 pp.

- Why Dominicans Call, Him el Benefactor. The Herald of the Dominican Republic, 1959. 46 pp.
- Sick, Helmut (Ph. D.) A Invasão da América Latina pelo Pardal Passer Domesti cus Linnaeus 1758, com referência especial ao Brasil. (Ploceidae, Aves). Publicado no Boletim do Museu Nacional — nova serie — (Zoologia) — n.º 207-10 de agosto de 1959, c/ 4 figuras. Rio de Janeiro. 31 pp. Composto e impresso na Oficina Gráfica da Universidade do Brasil.
- Mortara (Giorgio) — Aspectos gerais da População do Brasil (Conferência pronunciada na Escola de Estado Maior, em 12 de outubro de 1946). I.B.G.E. Rio de Janeiro 1947. 12 pp.
- Mortara (Giorgio) — Alcuni effetti economici della diminuzioni della mortalità. Editrice L'Industria. Milano. Tipografia Stefano Pinelli. Milano. 9 pp.
- Mortara (Giorgio) — Sur les Erreurs dans les Declarations des Enfants Eus. Communication á la séance conjointe de l'Institut International de Statistique et de l'Union International pour l'Etude Scientifique de la Population. (Stockholm, aout, 1957) I.B.G.E. Rio de Janeiro. 8 pp.
- Mortara (Giorgio) — Incógnitas da Mortalidade no Brasil. Separata da Revista Brasileira de Estatística n.º 69-70 — ano XVIII — janeiro a junho de 1957. Rio de Janeiro, 17 pp.
- Mader (Othon) — Instituto Nacional de Mate-Justificativa de sua manutenção. Imprensa Nacional. 1951. (Discurso do Senador... do Paraná, no Senado da República em 17-8-1951. 8 pp.
 - Athayde (Aramis) — Debates em tórno do Problema Ervateiro (Discurso proferido na sessão de 3 de julho de 1951, na Câmara dos Deputados. Imprensa Nacional — Rio de Janeiro 1951, 7 pp.
- Cesar (Dr. Herminio da Cunha) — Lenda da Herva Mate Sapecada. Gráfica Olimpica. Rio de Janeiro, 1943. 68 pp. c/ retratos.
- Ferreira Filho (João Cândido) — Cultura e Preparo da Herva Mate. (Trabalho premiado no concurso de monografias promovido pelo S.I.A. em 1945. Rio de Janeiro, c/53 pp. Gráfica Guarany.
- Area do Brasil das Unidades Federadas e dos Municipios apresentada pela Secção de Calculos da Divisão de Geografia — maio de 1952. I.B.G.E. Rio de Janeiro, 71 fls.

- Relatório apresentado ao Conselho Nacional de Geografia pelo Engenheiro Luiz de Souza, Secretário do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro. 1951 — 31 fls.
- Relatório apresentado a XII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia referente as atividades geográficas do Estado de Mato Grosso, outubro de 1952. Rio de Janeiro. 7 fls.
- Relatório apresentado a XII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, referente as atividades geográficas no Estado de Goiás, outubro de 1952. Rio de Janeiro. 3 fls.
- Relatório apresentando à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia reunida em outubro de 1952, Gentil da Cunha França, representante da Paraíba. 4 fls.
- Relatório apresentado à assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia reunida em outubro de 1952. Keppler N. Teixeira da Mota, Delegado do Amapá. 7 fls.
- Relatório apresentado Conselho Nacional de Geografia pelo Professor Manoel Diegues Junior, Delegado do Estado de Alagoas, 1952. 3 fls.
- Instituto Nacional do Mate. Resolução n.º 485. Presidente Cândido Mader. Rio de Janeiro. 1955.
- Relatório referente ao ano de 1951, apresentado à XII Sessão da Assembléia Geral pelo Engenheiro Valdemar Lobato, Delegado do Estado de Minas Gerais. I.B.G.E. Rio de Janeiro, 8 fls.
- Relatório das atividades exercidas no ano de 1951, apresentado à Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G. Diretório Regional do Rio Branco. I.B.G.E. Rio.
- Estudos sobre a Geologia e Recursos Minerais da Bacia de São Francisco. Rio. 5 fls.
- Relatório das atividades do Diretório Regional de Geografia do Maranhão apresentado ao Conselho Nacional de Geografia pelo Presidente deste órgão por intermédio da Professora Maria José Sampaio Freitas. Maranhão. 1952. 7 fls.
- Lopes (Luiz Simões) — Palestra sobre a fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
- A População de Belo Horizonte em 50 anos. (Ligeiras notas). Rio de Janeiro.
- X Congresso Brasileiro de Geografia (Lista das Teses e Trabalhos apresentados n.º 1 (De 1 a 129) Rio de Janeiro.
- Diretório Regional de Geografia do Estado de Sergipe. Sergipe.

- Palavras pronunciadas por el Señor Nestor dos Santos Lima, Secretário de la Embajada del Brasil en Mexico en la Comida de la Fraternidad Ibero Americana del dia 5 de septiembre de 1956 dedicada al Brasil. 2 fls.
- Dia do Estudante (Separata da Revista Filológica — vol. IV — março, 1941 (Um voto de Varnhagen) Petropolis, 2 de fevereiro de 1941.
- Programa Calendário do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1944. Gráfica Laemmert Limitada. Rio de Janeiro.
- Resolução n.º 91 do Instituto Nacional do Mate (Classificação e Padronização dos tipos de mate). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 13 págs.
- Em Marcha com o Brasil (Sumário das suas atividades) Standard Oil Company of Brasil) Rio de Janeiro.
- Serejo (Jatyr de Carvalho) — Meu Depoimento, maio de 1938. Oferta do autor. 40 págs. Rio de Janeiro, 1959.
- Coleção de Portugal — vol. LI das Publicações. Rio de Janeiro, 1959. Oferta do Dr. Eugenio Vilhena de Moraes.
- Sesquicentenário do nascimento do Almirante Joaquim José Ignacio (Visconde de Inhaúma) 1908-958. Rio de Janeiro, 1959. Oferta do Dr. Eugenio Vilhena de Moraes.
- Aschman (Homer) — The Central Desert of Baja California: Demography and Ecology. University of California Press Berkeley and los Angeles, 1959. 315 pp. c/ grav.
- Fonseca (Annibal Freire) — Oratória Parlamentar do Segundo Reinado (Aula proferida no curso de Oratória da Academia Brasileira de Letras a 9 de julho dêste ano). Rio de Janeiro, 1959. Oferta do autor. 36 pp.
- Thieme (Frederick P.) — The Puerto Rico Population A. Study in Human Biology — n.º 13. University of Michigan, 1959. Ann Arbor. Michigan.
- Griffin (James B.) — The Chronological Position of the Hopewellian Culture in the Eastern. United State, n.º 12. University of Michigan, 1958. Ann Arbor.
- Division of the Illinois State Geological Survey. Circulares: 270 a 274. 1959. Urbana.
- Suter (Max)
- Bergstrom (Robert E.)
- Smith (H.F.)
- Emrich (Grover H.)
- Walton (W.C.)

- Larson (T.E.) — Preliminary Report on Ground-Water Resources of The Chicago Region, Illinois. Urbana. Illinois. 1959. 89 págs.
- Ruellan (Francis) — Expedições Geomorfológicas no Território do Rio Branco. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Conselho Nacional de Pesquisas. Rio de Janeiro. 1957. 170 págs. C/gravuras.
- Moreira (Eidorfe) — Amazônia e o Conceito e a Paisagem. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém, 1958. 74 págs.
- Cruz (Ernesto) — Colonização do Pará. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém, 1958. 178 págs.
- Monteiro (Mario Ypiranga) — Memória sobre a Cerâmica Popular do Manaquiri. (Antropologia n.º 1) — 2 exs. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Conselho Nacional de Pesquisas. Rio de Janeiro.
- Arens (Prof. Karl) — Guaraná (sobre a Anatomia da semente do) Botânica — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. N.º 2. Rio de Janeiro, 1956. 2 exs.
- Lechthaler (Engenheiro Robert) — Inventário das Árvores de um hectare de terra firme da zona Reserva Florestal Duche. Município de Manaus. N.º 3. Botânica. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro.
- Arens (Prof. Karl) — Histometria Quantitativa de Madeiras. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. N.º 4. Botânica. Rio de Janeiro, 1957.
- Kuhlmann (João G.) Rodrigues (William A.) — N.º 5. Novitates Florae Amazonica (Botânica) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1957.
- Baptista (Djalma) — Resultados do Tratamento Dispensarial. N.º 1. (Medicina). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro. 2 exs.
- Baptista (Djalma)
Tapajoz (Moura)
Mello (Carlos)
Gomes (Garcia) — Cadastro Torácico e Morbidade Tuberculosa. N.º 2 (Medicina). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1958. 2 exs.
- Braga (Genesino) — Nascimento e Vivença da Biblioteca do Amazonas. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Belém, 1957.

- Silva Neto (Serafim da) — 2ª edição melhorada e ampliada. Guia para Estudos Dialectológicos. Belém, 1957. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
- Arens (Prof. Karl) — Fungos no Côco Babaçú. N.º 1 (Botânica). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1956.
- Documentação Histórica Pernambucana (Sesmarias) — volume IV. Secretaria de Educação e Cultura. Biblioteca Pública. Recife. 1959. Imprensa Oficial. 191 págs.
- Exposición del Libro Brasileño Contemporáneo. Madrid, 1959. Biblioteca Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro. Oferta do Dr. Celso Ferreira da Cunha, Diretor da Biblioteca Nacional. 229 págs.
- Ceremônia Comemorativa del 87.º Aniversário de la Muerte del Benemérito de las Américas. Lic. Don Benito Juárez. 18 de julio de 1959. México.
- Andrade (Almir) — Alexandre Rodrigues Ferreira e a Introdução do Método Científico nos Estudos Sociais do Brasil. Série Viagem Filosófica. N.º 2. Conselho Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1958.
- Operação Pan-Americana. (Documentário IV) — Serviço de Documentação. Presidência da República. Rio de Janeiro, 1959. Imprensa Nacional. 158 págs.
- Branco Sobrinho (José Moreira Brandão Castello) — Moreira Brandão. (Separata da Revista do Inst. Hist. e Geogr. Bras. vol. 242 — janeiro-março de 1959. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1959. C/uma fotografia. 281 págs.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1959

- Alexander von Humboldt, Studien zu seiner universal en Geistes haltung — Herausgegeben von Joachim H. Schultze fur die Gelsellschaft fur Erdkunde zu Berlin, 1959. Verlag Walter de Gruyter & Cº
- IV Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, agosto de 1959, sob o patrocínio da Universidade da Bahia e Unesco. Bahia. Oferta do Dr. Xavier Pedrosa, 2 exs., págs. 146 e 168.
- Almeida (Washington Perry de, Almirante de Esquadra) — Conferência realizada na Sociedade Brasileira de Geografia em 8 de junho de 1955. A Mudança da Capital

- Federal. Imprensa Naval. Rio de Janeiro, 1957. Ministério da Marinha.
- A Verdade sobre os outros Mundos em demanda de Venus (Obra Mediúica em transporte orientada pelo espirito de ameid-omar. 1ª edição. Gráfica Editora. Livro S. A. 1959, pág. 155.
- Caillet-Bois (Ricardo R.) — Introducion de Diretor del Instituto. Colecion de Documentos Relativos a la Historia de las Islas Malvinas. Universidad de Buenos Aires. Departamento Editorial. 1957, pág. 383.
- Barreto (Carlos Xavier Paes) — A Cidade do Rio de Janeiro e suas dúvidas. Graf. Editôra Aurora Ltda. Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Mello (José Antonio Gonsalves de) Antonio Fernandes de Matos (1671-1701. Edição dos Amigos da DPHAN. Recife, 1957. Tip. Didier Ltda., pág. 136.
- Anuário do Estado do Rio de Janeiro (Geográfico) — número 11-1958. Serviço Gráfico do IBGE. c/gravuras, página 324.
- Masaak (Kosaka) — Japanese Thought in the Meiji Era. Tradução de David Abosch Pan — Pacific Press. Tokio, 1958, pág. 512.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — O Instituto de Tecnologia da Bahia: História, Finalidades, Recursos e Realizações — 2ª, 3ª, 4ª e 5ª partes, ns. 9, 10, 12 e 13. Instituto de Tecnologia da Bahia. 1956. 4 exs. Bahia.
- Dittmar (Hans F. K.) — Influência do Brometo de Metila no Expurgo das Amêndoas de Cacau Fermentado. N.º 18. Instituto de Tecnologia da Bahia. 1957, Bahia.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — Necessidade da Fixação do Conceito de Laterita e do Solo Laterítico, n.º 19. Instituto de Tecnologia da Bahia. 1957. Bahia.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — Recursos Minerais da Bahia, N.º 20, 1958. Bahia. Instituto de Tecnologia da Bahia.
- Dittmar (Hans F. K.) — Sobre Cascas de Frutos de Cacau da Bahia, n.º 21. Instituto de Tecnologia da Bahia, 1958. Bahia.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — Recursos Minerais do Estado da Bahia — III e IV — (Minérios de Cobre e de

- Manganês) — ns. 22 e 23. 1959. Bahia, Instituto de Tecnologia da Bahia.
- Gomes (Henrique de Souza) — As Nações Unidas, dez anos de realizações. Ministério das Relações Exteriores (Conferência pronunciada no Palácio Itamaraty a 27 de junho de 1955 na cerimônia comemorativa do 10.º aniversário da assinatura da Carta das Nações Unidas. Rio de Janeiro.
- Elogio do Engº Joaquim Bensaude. Academia Portuguesa da Historia, 1956. Lisboa.
- Elogio do Dr. Jordão de Freitas. Academia Portuguesa da História, 1956. Lisboa.
- Elogio do Cor. Henrique de Campos Ferreira Lima. Academia Portuguesa da História. 1956. Lisboa.
- Relembrando Oscar Carrascosa (Publicação do Departamento de Geografia do Estado da Bahia. 1956. Salvador — Bahia.
- Trabajos y Comunicaciones — Vols. 3 e 7. Universidad Nacional de la Plata.
- Colier (Eduardo) — Sistemas Econômicos e Experiência Histórica. Tradição Editora, 1945. Recife.
- Calendário para 1956. Breve notícia sobre a construção das bases navais. 1956. Rio de Janeiro.
- Cordero (Julio Febres) — Tres Siglos de Imprenta y Cultura Venezolanos — 1500/1800. Presentacion por el Doctor Ramon y Velasquez. 1959. Caracas. Imprenta Nacional. 223 pags. Oferta do autor.
- Lafayette (Pedro) — Saldanha da Gama — 1.º e 2.º volumes. Editôra Souza. 1959. Rio de Janeiro. C/fotografias. 249/282 págs. Oferta do autor.
- Pimenta (José de Melo) — No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (Forum da História). São Paulo, 1959. Gráfica Biblos Ltda. C/fotografias. 40 págs. Oferta do autor.
- Anais do III Congresso Brasileiro de Aeronáutica. Teses e indicações. 1955. São Paulo. Divulgação da Fundação Santos Dumont, 1958. 220 págs.
- Aschmann (Homer) The Central Desert of Baja California: Demography and Ecology University of California Press. 1959. 315 págs., c/fotografias.

- Lane (Frederico) — Armas e Técnicas de Briga nas Regiões Rurais de São Paulo. (Separata da Revista do Arquivo n.º CLXI. Departamento de Cultura. 1958. São Paulo. C/estampas. 36 págs. Oferta do autor.
- Soares (José Carlos de Macedo) — Oração do Embaixador ... proferida em 18 de dezembro de 1954, como paraninfo das diplomandas do Colégio São José, da capital de São Paulo. São Paulo, 1959. 11 págs. c/fotografia. Separata de «Atualidades» de São Paulo. Companhia Nacional de Seguros de Vida — julho, 1959.
- Soares (José Carlos de Macedo) — Embaixador Doutor «Honoris Causa» pela Universidade do Brasil. São Paulo, 1959. Separata de "Atualidades" de São Paulo. Companhia Nacional de Seguros de Vida. agosto, 1959. 25 págs. c/fotografias.
- Soares (José Carlos de Macedo) — Discurso do Embaixador... — O Dia das Santas Casas e o Centenário das Irmãs de São José. São Paulo, 1959. Separata de "Atualidades" de São Paulo. Companhia Nacional de Seguros de Vida, julho, 1959, 11 págs. c/fotografias.
- Souza-Araujo (H. C. de) — Experiências sobre a imunologia da lepra por meio de inoculação de doentes com suspensões vivas e mortas de culturas de bacilos ácido-álcool resistentes. VII International Congress on Leprology — november 12-19. 1958. Tokio. Japan. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1959. 63 págs. c/estampas. Oferta do autor.
- Souza-Araujo (H. C. de) — A Doença de Chagas no Paraná. Reimpresso das "Memórias do Instituto Oswaldo Cruz" — tomo 52 — fasc. 2 — ano 1954, dado à publicação em setembro de 1955. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1956. 477-485 págs. c/1 foto.
- Souza-Araujo (H.C. de) — The Morphology of Mycobacterium Leprae. Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.
- Souza-Araujo (H.C. de) — Plano de Profilaxia da Lepra. (Separata da Revista Brasileira de Medicina — n.º 8 — agosto de 1959 — vol. XVI) Rio de Janeiro.
- Souza-Araujo (H.C. de) — A Propósito de um Relatório sobre Endemias Rurais. Separata da Revista Brasileira de Medicina, n.º 11 — 1958 de novembro — vol. XV, Rio de Janeiro.

- Catão (D. Duque) — Restrições Aduaneiras e Política Imigratória. Serie "Imigração", 1, 1959. Departamento de Estudos e Planejamento. Serviço Gráfico do I.B.G.E. Rio de Janeiro. 64 págs. Oferta de Gumercindo R. Doria.
- Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Realizado em Salvador, no quadro das comemorações do X aniversário de criação da Universidade da Bahia. De 5 a 12 de setembro de 1956. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 498, págs.
- A Educação Secundária no Brasil — I (Ensaio de Identificação de suas características principais) — II (Considerações sobre o Seminário Interamericano de Educação Secundária. Publicação n.º 9, 1955. Rio de Janeiro, 156 páginas.
- Introdução ao Estudo do Currículo da Escola Primária. Publicação n.º 7, 1955. Rio de Janeiro, 218 páginas.
- Holanda (Gui de) — Recursos Educativos dos Museus Brasileiros. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda. São Paulo, 1958. 27 págs. c/fotografias.
- Pueyrredon (Carlos A.) — Bibliófilos y Libreros Anticuarios. Buenos Aires, 1958. — 16 págs. Oferta do autor.
- Relatório do Exercício de 1958. Superintendência da Moeda e do Crédito. A Economia Brasileira em 1958 e a Atuação da Superintendência da Moeda e do Crédito como Banco Central. Rio de Janeiro. I.B.G.E., 172 págs.
- Barros (J.C. Freitas) — Um Quadro e uma Figura. (O Mato Grosso e Luís de Albuquerque) — Excerto de uma Conferência que devia ser proferida em São Luís de Cáceres (Brasil), pelo autor. 1952. Lisboa. 24 págs. c/fotografias. Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho.

OBRA RECEBIDAS EM DEZEMBRO DE 1959

- Anuário Estatístico — ano XXX — 1957. — Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Estatística Industrial, 1957. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.

- A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro em 1958. Rio de Janeiro, 1959. Presidente do Conselho Administrativo, Augusto do Amaral Peixoto.
- Serpa (Phocion) — Alberto de Oliveira (1857-1957). Livraria São José, 1957. Rio de Janeiro.
- Expressiva Homenagem de Homens Ilustres de São Paulo a um dos Mais Ilustres Paulistas. (Precioso Pergaminho oferecido ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, no dia 6 de outubro de 1959) — Separata de "Atualidades" de São Paulo.
- Bittencourt (Agnello) — Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia. (SPVEA) — Coleção Araujo Lima. Rio de Janeiro, 1959.
- Reis (Arthur Cezar Ferreira) — A Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII. SPVEA. (Coleção Pedro Teixeira) Rio de Janeiro, 1959.
- Artigos de jornal — SPVEA — (Coleção Araujo Lima). Rio de Janeiro.
- Bouhid (Waldir) — Belém-Brasília — No tempo e no Espaço. SPVEA. Rio de Janeiro, 1959.
- Callado (Antonio) — Reportagem de ... Fatos & Fotos. Rio Janeiro, 1959.
- Lamar (J. E.) — Limestone Resources of Extreme Southern Illinois — Report of Investigations, 211. Illinois State Geological Survey. Urbana Illinois. University of Illinois Library. 1959.
- Maher (T.P.) — Harris (J.M.) — Yohe (G.R.) — Acidic Structural Groups in Illinois Coals: Variation During Oxidation and Carbonization, Report of Investigations, 212. Illinois State Geological Survey. Urban. Illinois. University of Illinois Library, 1959.
- Castro (M. Vianna de) — Flagrantes do Brasil Hodierno. 6ª série. Casa Vallele Ind. e Com. de Papelaria Ltda. Rio de Janeiro, 1959.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO
DE 1959

- Brasil Açucareiro — ano XXVII — vol LIII — junho de 1959 — n.º 6. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.

- Boletim Informativo do Japão — 1.º de agosto de 1959 — número 14 — ano 5. Embaixada do Japão. Rio.
- Journal Français du Brésil — 8ème année 1er septembre 1959 — n.º 174. Le seul journal de langue française publié au Brésil. Rio de Janeiro.
- Catalogue de livres anciens et modernes rares ou Curieux relatifs a L'Orient. Paris.
- Carta mensal. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio e da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio — julho, 1959 — ano V — n.º 52. Rio.
- Bulletin of The New York Public Library — august, 1959 — vol. 63 — n.º 8, New York.
- Revista do Clube de Engenharia — agosto de 1959 — n.º 276 — Engenharia Editôra S. A. Rio.
- Catálogo n.º 198 — Livraria Kosmos Editôra, Publ. no *Jornal do Comércio* de 30 de agosto de 1959 — (2º caderno). Rio de Janeiro.
- Antropologia e História de Guatemala — n.º 1 — enero de 1959 — vol. XI. Publicaciones del I D A E h. Ministerio de Educacion Publica. Guatemala.
- Engenharia — Órgão Oficial do Instituto de Engenharia — ano XVII — vol. XVII — julho de 1959 — n.º 200. — São Paulo.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — junho de 1959 — n.º 6 — vol. V. Rio.
- Pen Clube de São Paulo — II Organização — março de 1959 — São Paulo.
- Boletim Instituto Brazil Estados Unidos — setembro de 1959 — n.º 195 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Correio do IBECC (Boletim trimestral) — ns. 1 a 5 — junho e outubro de 1958 — janeiro e julho de 1959. Rio de Janeiro.
- Revista de la Universidad del Zulia — segunda epoca — n.º 6 — ano 2 — abril-mayo-junio de 1959 — Maracaibo.
- Catálogo — New Books — The Macmillan Company — July/december de 1959. New York.
- Boletim — Italia informazioni — 30 de junho de 1959. Rio de Janeiro.

- Catalogo Bucherliste 436 — Orientthuch handlung Heing La-faire. Germany.
- Catalogue de Livros d'Ocasione n.º 50. La Guilde. Paris.
- Catalogue of Publications 1958. Roma. Roma.
- Catalogo — january, 1959 — map. Bulletin n.º 12 — Edward Stanford Limited. London.
- Da Índia Distante — 1.º de setembro de 1959 — Boletim n.º 169. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — vol. LII — 1959. Dedicado à memória do Ministro Augusto Tavares de Lyra, sócio fundador e benemérito. Tip. Centro de Imprensa S.A. Natal, 1959.
- Boletín de la Academia Nacional de Historia — antes Sociedad Ecuatoriana de Estudios Historicos Americanos — enero — junio de 1959 — n.º 93 — vol. XXXIX — Quito. Ecuador. «la Prensa Católica». 1959.
- Revue de la Politique Internationale — 1 de junho de 1959 — n.º 220 — dixième année. Belgrade.
- Deo Gratias — Organo de la Cruzada pro dia Universal de Accion de Gracias. 1958.
- Liga Maritima Brasileira — ns. 584-586 — agosto e outubro de 1956 — ano 50. Rio de Janeiro.
- Catalogo Veb Verlag Technik. Berlin (13 exs.)
- Accion Indigenista — n.º 72 — junio de 1959. Mexico.
- O Eco (jornal) — 13 de setembro de 1959 — n.º 1.101 — ano XXXI. Guaratinguetá.
- Independência — Revista de Cultura Lusíada — junho MCMLIX — n.º 20 — ano XIX. Sociedade Histórica Lisboa. Portugal.
- Revista A.E.C. — ano XII — setembro de 1959 — n.º 119 — Publicação mensal da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1959.
- Livros de Portugal — agosto de 1959 — n.º 8. Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros. Lisboa. Portugal.
- Catálogo — Books Thames Hudson — autumn, 1959. London.
- Gnose — publicação trimestral ilustrada — vol. XII — n.º 2 — abril de 1955 a julho de 1959. Rio.
- Relação dos Discos gravados no Estado do Rio Grande do Sul — janeiro de 1946. Centro de Pesquisas Folclóricas. Escola Nacional de Música. Rio de Janeiro, 1959.

- América Indígena — organo trimestral del Instituto Indigenista Interamericano — outubro de 1958 — n.º 4 — vol. XVIII. México, D.F.
- Américas — julho, 1959 — vol. XI — n.º 7, publicado em português, inglês e espanhol. Rio de Janeiro.
- Occasional Newsletter to Librarians — ns. 55, 56, 57, 58 e 59. Francis Edwards Ltd. London, 1959.
- Síntese Política Econômica Social — Ano I — janeiro/março de 1959 — n.º 1. Órgão oficial do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicação trimestral. Rio de Janeiro.
- Catálogo — Zentral Antiquariat der Deutschen Demokratischen Republic — angeboten ns. 234, 235 e 247. Leipzig C 1.
- Correio do Senac — periódico informativo do Departamento do Senac — 15 de setembro de 1959 n.º 175 — 8ème année. Le seul journal de langue française publié au Brésil. Rio.
- Boletim Informativo do Japão — 1.º de setembro de 1959 — ano 5 — n.º 16. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- O Eco (jornal) — 27 de setembro de 1959 — n.º 1.103 — ano XXXI. Guaratinguetá. São Paulo.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano — vol. 13.º — 1958. João Pessoa. Paraíba.
- Deutsche Bibliographie des Deutschen Buch Heft 2, 1959 In Verlag der Buchhändler. VertinigungGonbh. Frankfurt/M.
- Catálogo (Suplementorosa, n.º 5) Studio Bibliográfico Antenore. Padova.
- Contribuições Avulsas do Instituto Oceanográfico (Oceanografia Biológica) — ns. 1 e 2 — 1957 e 1 e 2 1958. Universidade de São Paulo.
- A Fátima Brasileira — outubro, 1959 — n.º 99 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante — Boletim n.º 170 — 15 de setembro de 1959. Publicação da Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Oceanográfico — tomo VIII — fasc. 1 e 2 — Universidade de São Paulo. Saraiva S.A. São Paulo, 1957. 261 págs.
- Catálogo Marcombo S.A. Ediciones Técnicas. Barcelona.
- Ciências Políticas y Sociales — enero/marzo de 1959 — n.º 12 — año V. Universidad Nacional Autónoma de México. México, D.F. 152 pp.
- Lista Diplomática — julho de 1959 — Rio de Janeiro.

- Revista de História — Organo de la Academia Mariñense de Historia. enero de 1956 a diciembre de 1958 — nos. 36 a 47 — vol. VI. Pasto — Colombia. 309 pp.
- Biblioteca Central — vol. II — n.º VII — 15 de abril de 1959. Santa Fé.
- Italia Informazione — (Boletim) — 15 de agosto de 1959. Rio de Janeiro.
- Catalogo Buch Hansa — marz, mai, juli e august de 1959. Verlag von Wilhelm Ernst & Sohn. Berlin.
- Boletim Indigenista (Indice del Vol. XIII). Mexico, D.F. 1953.
- A Marinha em revista — dezembro, de 1955 — ano IX — número 102 — (N.º comemorativo — Rio).
- Revista Interamericana de Bibliografia — march, 1959 — n.º 5 — 2a. época — vol. IX. Washington, D.C. 118 págs.
- Oriente Occidente — vol. II — n.º 2 — abril de 1959. La Habana. Cuba. 16 fls.
- O Eco (jornal) 4 de outubro de 1959 — n.º 1.104 — ano XXXI. Guaratinguetá. São Paulo.
- Crónica de la Unesco — julio, 1959 — vol. V — n.º 7. Paris. 45 págs.
- Bibliografia Brasileira de Educação — vol. 6 — N.º 4 — out. e dez. de 1959. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro. 309-384 pp.
- D.A. E. Revista do Departamento de Águas e Esgotos. Secretaria da Viação e Obras Públicas de São Paulo — julho de 1959. N.º 34 — ano 20. São Paulo. 104 pp.
- Revista Colombiana de Antropologia — vol. VII — año de 1958. Organo del Instituto Colombiano de Antropologia. Imprenta Nacional. Bogotá — Colombia. 1959. 354 pp.
- Catálogo Francke Verlag. Bern.
- Ocidente — Revista Portuguesa Mensal n.º 257 — setembro de 1959, vol. LVII. Lisboa. Portugal. 101-164 pp.
- Engenharia — Órgão oficial do Instituto de Engenharia — ano XVII — vol. XVII — n.º 201 — agosto de 1959. São Paulo.
- Kultuurpatronem — Bulletin Etnografisch Museum Delft deel 1. 1959 (Nederland) — 140 pp. c/gravuras.
- Catálogo da Biblioteca n.º 2 — pelas bibliotecárias Carmem Maria Sette e Gladys Teixeira. Departamento de Águas e Energia Elétrica. São Paulo. 80 pp.
- Itália Informazioni — (Boletim) 30 de agosto de 1959. Rio de Janeiro.

- Bulletin Voyages Geographie, 1959. Paris.
- Boletim Instituto Brasil — Estados Unidos — N.º 196 — ano XVI — outubro de 1959. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — julho de 1959 — n.º 7 — vol. V. Rio de Janeiro. Impr. no Banco do Brasil. 137 pp.
- Przegląd Geograficzny — vol. XXX — n.º 4 e XXXI — n.º 1. Institut Geografii. Warszawa, 1959.
- O Eco (jornal) — n.º 1.105 — 11 de outubro de 1959. Guaratinguetá. São Paulo.
- Journal Français du Bresil — 1er octobre 1959 — n.º 176 — 8ème année. Le seul journal de langue française publié au Bresil. Rio de Janeiro.
- Oriente Ocidente — vol. II — n.º 3 — mayo de 1959. La Habana. Cuba.
- Revista do Clube de Engenharia — setembro de 1959 — n.º 277 — Rio de Janeiro.
- I.B.A. (Instituto Brasileiro de Acústica — junho e agosto de 1959 — ns. 15 e 16. São Paulo.
- Bulletin of the New York Public Library — september 1959 — vol. 63 — number 9. New York. págs. 430-477.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências — 30 de junho de 1959 — n.º 2 — vol. 31. Rio de Janeiro I.B.G.E. 135-319 págs.
- Rodovia — março de 1959 — n.º 229 — ano XXI. Revista de Técnica e de Divulgação Rodoviária. Rio de Janeiro, páginas 17 a 64.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público — 13 de mayo e 1.º de junio de 1959 — ns. 155-156. Mexico, D.F.
- Revista do Professor — setembro de 1959 — n.º 47 — ano XV. Centro do Professorado Paulista. São Paulo, 1959. 42 págs.
- Boletim mensal das observações meteorológicas, organizado pelo Serviço Meteorológico ano XXVI — fevereiro de 1959 — n.º 2. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Saúde — maio, 1959 — n.º 137 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão — ano 5 — n.º 17 — 15 de setembro de 1959. Rio de Janeiro.
- Revue de l'Institut de Demophilocratie-pour la Paix Universelle — année XII — n.º 1. São Paulo.

- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio — n.º 1 — janeiro e março n.º 2 — abril e junho de 1958. Nova fase. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro. 4 exs. 155 pp.
- Revista Marítima Brasileira — abril, maio, junho de 1959 — ns. 4, 5 e 6 — ano LXXIX. Publicação do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro. 245 págs.
- Revista Geográfica — n.º 49 — tomo XXIII — 2.º semestre de 1958. (Julho-Dezembro). Instituto Pan Americano de Geografia e História. Rio de Janeiro.
- O Eco (jornal) — 18 de outubro de 1959 — n.º 1.106 — ano XXXI. Guaratinguetá. São Paulo.
- Catálogo (Buch Mansa) — n.º 8 — september, 1959. 3. Jahrgang. Stuttgart.
- Anales de la Universidad de Chile — segundo trimestre de 1959 — n.º 114 — ano CXVII — Chile.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — julho/setembro de 1957 — série 75 — ns. 7-9. Lisboa. Portugal. 279-386 páginas.
- IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Boletim Informativo) — ns. de 1 a 12 — Sob o Patrocínio da Universidade da Bahia. 12 exs.
- Exposição de Publicações (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros). Universidade da Bahia 1959.
- Exposição Inaugural do Museu de Arte Sacra — (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros). Universidade da Bahia. Agosto de 1959.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — agosto de 1959 — n.º 8 — vol. V. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Política Internacional — ano II — n.º 7 — setembro de 1959. Rio. 204 pp.
- Journal Français du Brésil — n.º 177 — 15 de outubro de 1959. — 8ème année. Le seul journal de langue française publié au Brésil. Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal — Grêmio Nacional de Editores e Livreiros. Setembro de 1959 — n.º 9 — Lisboa — Portugal.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1959

- Boletín de la Dirección de Museos, Reservas e Investigaciones Culturales — n.º 1. Provincia de Buenos Aires. Ministerio de

- Educacion. Direccion de Cultura. La Plata. 1958. Rep. Argentina.
- Catálogo — Verlag Technic. Berlim. (8 exemplares).
- I.B.A. (Instituto Brasileiro de Acústica) — setembro de 1959. — n.º 17. S. Paulo.
- Boletim da Agir (Nossos Livros) — abril. Junho, 1959. Rio de Janeiro.
- Revista de Educação — maio-junho de 1959. — n.º 39 — ano XVII. Goiânia. Goiás.
- Revista A E C — ano XII — outubro de 1959 — n.º 121. Rio de Janeiro.
- Bollettino della Societá Geográfica Italiana — vol. XII — série VIII — fascículo n.º 4 e 5. maggio-giugno de 1959. Roma.
- Boletim Informativo do Japão — 1.º de outubro de 1959 — n.º 18 — ano V. Rio de Janeiro. Embaixada do Japão.
- Lista Diplomática — agosto de 1959 — Ministério das Relações Exteriores. Rio.
- Da Índia Distante — 15 de outubro de 1959 — n.º 172 — Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Boletin de la Sociedad Bolivariana del Paraguay — vol. II — 1957. Asuncion.
- Ocidente — Revista Portuguesa Mensal — n.º 258 — outubro de 1959 — vol. LVII. — Lisboa. págs. 165-228.
- Américas — agosto de 1959 — vol. XI — n.º 8. Publicado em português, inglês e espanhol. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia — outubro de 1959 — n.º 278 — Engenharia Editôra. S.A. Rio de Janeiro.
- O Eco (jornal) — ano XXXII — n.º 1.108 — 1.º de novembro de 1959. Guaratinguetá. São Paulo.
- Ciências y Naturaleza — Revista del Instituto de Ciencias Naturales de la Universidad Central — Vol. II — n.º 2 — julio, 1959 — Quito. Ecuador.
- A Pequena Obra da Divina Providência — ano IV — n.º 30 — Outubro, 1959. Rio.
- Universidad Pontificia Bolivariana — vol. XXIII — abril-julio, 1959 — n.º 83. Medellin. Colombia. C/fotografias. 127-272 páginas.
- Catálogo n.º 372 — Martinus Nijhoff/Modern and Antiquarian Bookseller. The Hague/Neterlands.
- Informação Agrícola — maio-julho de 1959 — ns. 163-165 — ano XII. Rio.

- Boletim Informativo — n.º 12 — ano 2 — setembro de 1959.
Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo.
- Catálogo, Oxford Books — Autumn, 1959. Oxford University Press. London.
- Italia Informazioni (Boletim) — 15 e 30 de setembro de 1959. Rio.
- Boletim Informativo do Japão — 15 de outubro de 1959 — n.º 19 — ano 5. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro — ano XXVII — vol. LIV — julho, 1959 — n.º 1. Rio de Janeiro. Instituto do Açúcar e do Alcool.
- Catalog Praeger Books That Matter, 1950-1960. New York.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — vol. LVI. Graf. Canton Ltda., 1959. São Paulo.
- Journal Français du Bresil — 1er novembre 1959 — n.º 178 — 8ème année — Le seul journal de langue française publié au Brésil. Rio de Janeiro.
- Norwegian Science and Letters — A Magazine of books and books publishing — autumn, 1959 — ns. 3 e 4. Oslo University Press. Oslo.
- Boletim Instituto Brasil — Estados Unidos — n.º 197 — ano XVI — novembro de 1959. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 309. Eastern Europe. E.J. Brill. Leiden, 1959.
- Revista de História. Publicação trimestral. Ano X — n.º 39 — vol. XIX — julho-setembro de 1959. São Paulo. 283 páginas.
- O Eco — 8 de novembro de 1959 — n.º 1.109 — ano XXXII. Guaratinguetá. S. Paulo.
- Suplemento da Revista do Livro. (Órgão do Instituto Nacional do Livro. N.º 1 — Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro.
- Geographical Review — october, 1959 — n.º 4 — vol. XLIX. New York. c/fot. 457-604 pp.
- Boletim, órgão informativo da Biblioteca do Exército — ano XX — outubro de 1959 — n.º 35. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal — vol. CXXXV — part 2, une, 1959. The Royal Geographical Society. London. C/fotografias. Págs. 149-292.
- Universidad Central, Organó informativo de la Universidad Central. 14 de setiembre de 1959 — año IV — n.º 84 — segunda época. Caracas.

- The Indo Asian Culture — april, 1959 — vol. VII — n.º 4. New Delhi. C/ilustrações. págs. 351-462.
- Bulletin of The New York Public Library — october, 1959 — vol. 63 — — n.º 10. C/ilustrações. 483-533 págs.
- Revista do Museu Paulista — nova série X. 1956-1958. São Paulo.
- Buletin quincenal del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social — vol. II — n.º 13-30 de septiembre de 1959. Santa Fé.
- Katalog n.º 151 — (Antiquariats) — Stans. (Schwelz).
- Boletín del Archivo Historico de Miraflores — n.º 1 — julho-agosto de 1959. año I. Imprenta Nacional. Caracas. C/fotografias. 128 págs.
- Diário Mercantil (Suplemento dominical) — 9 de novembro de 1959 — n.º 14.025. ano XLVIII. Juiz de Fora. Minas Gerais.
- Carta mensal — setembro de 1959 — ano V — n.º 54. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio e da Administração do Serviço Social do Comércio. Rio de Janeiro.
- Catálogo Neuim Herbst, 1959. Ernst Klett Verlag. Stuttgart.
- I.N.I.C. — (Boletim informativo) — agosto de 1959 — n.º 1 — ano 1. Rio de Janeiro.
- Brasília ns. 17 a 23 e 25 e 26 — maio a novembro de 1958 — janeiro e fevereiro de 1959. anos 2 e 3. Companhia Urbanizadora da nova capital do Brasil. Rio de Janeiro.
- I.B.B.D. — Boletim Informativo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — vol. 4 — n.º 1/2 — janeiro a abril de 1958. 104 págs. Rio.
- Bibliografia Brasileira de Educação — vol. 6 — n.º 2 — abril-junho de 1958 — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro.
- São Paulo Agrícola — Revista da Sociedade Paulista de Agronomia — n.º 4 — abril de 1959 — ano I. São Paulo. 80 págs.
- Boletim Informativo U.S.P. Serviço de Documentação — n.º 1 — vol. 1 — julho de 1959 — São Paulo. 33 págs.
- Boletim Bibliográfico — vol. VIII — tomo I — 1.º semestre de 1958. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 291 págs.
- Journal Français du Brésil — 15 de novembro de 1959 — n.º 179 — 8ème année. Le seul journal de langue français publié au Brésil. Rio de Janeiro.

- Correio do Senac — ano XI — n.º 200 — outubro de 1959 — Rio de Janeiro.
- Endeavour — vol. XVIII — n.º 71 — 1959. Londres.
- Douro Litoral (Boletim da Comissão de Etnografia e História) — nona série — vol. III. Pôrto, 1959.
- Boletim Bibliográfico de la Hacienda y Credito Publico — 15 de junio — 1 e 15 de julio de 1959 — ns. 157, 158 e 159. México, D.F.
- Boletim Informativo do Japão — 1 de novembro de 1959 — ano 5 n.º 20 — Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exatas, Fisicas y Naturales — vol. X — agosto de 1959 — n.º 41. Bogotá, D.E.
- Da India Distante — 1 de novembro de 1959 — Boletim n.º 173. Embaixada da India. Rio de Janeiro.
- Museu Histórico — Organo del Museo de Historia de la Ciudad de Quito — 10 de agosto de 1959. n.º 34 — año XI. Quito Ecuador. C/fotografias. 212 págs.
- Catálogo (Antiquariats Katalog) n.º 7. Asien und Europe. F.A. Brockhaus. Stuttgart. N.
- O Eco (jornal) — 22 de novembro de 1959 — n.º 1.111 — ano XXXII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — setembro de 1959 — n.º 9 — vol. V. Rio de Janeiro.
- Catalogo Neum Herbst, 1959. Stuttgart.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — vol. LVII. Gráfica Canton Ltda. São Paulo, 1959. C/fotografias. 842 págs.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM DEZEMBRO DE 1959

- Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal — nouvelle serie — tome vingt-et-un. 1958. Livraria Bertrand. 1959 376 págs. c/fotografias. Lisboa. Portugal.
- Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso — tomos LXI — LXII — ns. XXV — XXVI/1953/1954. Gráfica União. Cuiabá. 1956.
- Revista da Academia Matogrossense de Letras — tomos XLIII — XLVI — ns. XXII/XXIII — 1954/55 e tomos XLIX. a LII. XXV, XXVI — 1957/1958. Gráfica União, Cuiabá.

- Rodovia — Revista Brasileira de Técnica e Divulgação Rodoviária — ano XXI — abril, 1959 — n.º 230. Rio de Janeiro. 64 páginas.
- Accion Indigenista — Boletín Mensual del Instituto Nacional Indigenista — julio de 1959 — n.º 73. México.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — vol. LVI (Número comemorativo do 50.º aniversário do voo de Santos Dumont. Gráf. Canton Ltda. São Paulo, 1959 c/fotografias e 336 págs.
- Oriente Ocidente — agosto de 1959 — vol. II — n.º 4. La Habana. Cuba, 1959.
- Boletín Indigenista — setembro de 1959 — n.º 3 — vol. XIX. México.
- Catalogue n.º 801 — 1959. Francis Edwards Limited. London.
- Revista de Educação — ns. 37, 38 e 39 — janeiro — fevereiro — março — abril — maio — junho de 1959 — ano XVII. Goiania. Goiás.
- Revista Dominicana de Filosofia — n.º 5 — Órgão oficial de la Facultad de Filosofia y Educacion de la Universidad de Santo Domingo — julio — diciembre de 1958. Ciudad Trujillo Rep. Dominicana.
- Calendario y Boletín Informativo Universitario para el año académico — 1959 — 1960 — vol. CXX. Universidad de Santo Domingo. Rep. Dominicana.
- Engenharia — Órgão oficial do Instituto de Engenharia — ano XVII — vol. XVII — setembro de 1959 — n.º 202. São Paulo. 80 páginas.
- O Eco (jornal) 15 e 29 de novembro de 1959 — ns. 1.110/1.112 — ano XXXII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Anales de la Universidad de Santo Domingo — ns. 87/88 — julio — diciembre de 1958. vol. XXIII. Editorial del Caribe C. por a. Ciudad Trujillo. Rep. Dominicana 277/945 páginas ... 1959.
- Catálogo 736 — Periodicals and Books on the History of France. Martinus Nijhoff. The Hague, 1959. Holland.
- Saúde — julho de 1959 — ano XII — n.º 139. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Rio de Janeiro.
- Catálogos de Bibliotecas e Arquivos de Osvaldo de Carvalho. 1959 — S. Paulo.
- Catalogue de Livres Rares Imprimés et Manuscrits, Anciens et Modernes sur les sujets les plus variés — VII — Présenté par un groupe de libraires parisiens, 1959. Paris.

- Bolletín des Echanges — n.º 4. Bruxelles, 1959.
- Lista Diplomática — setembro e outubro de 1959. Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal — outubro de 1959 — n.º 10 — Lisboa. Portugal.
- Saúde — n.º 138 — junho de 1959 — ano XII. Mensário do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Geografia — janeiro — março e abril — junho de 1958 — ns. 1 e 2 — ano XX, págs. 1 a 131 — 132 a 242. C/ilustrações. Serviço Gráfico do I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Boletim Geográfico — março — abril — maio — junho — julho — agosto de 1958 — ns. 143-144-145 — ano XVI. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante — número especial — «Dia da República» 26 de janeiro de 1958. Boletim publicado pela Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- São Paulo Agrícola (Revista de Sociedade Paulista de Agronomia) — ano I — n.º 6 — junho de 1959. São Paulo, 1959. 80 páginas.
- Noticiário das Nações Unidas — 24 de outubro. (Dia das Nações Unidas) — ns. 9 e 10 — ano IX — setembro e outubro de 1959. Rio de Janeiro.
- Ocidente (Revista Portuguesa Mensal) — n.º 259 — novembro de 1959 — vol. LVII. Lisboa — Portugal.
- Revista Shell — n.º 88. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia — novembro de 1959 — n.º 278. Engenharia Editôra S.A. Rio de Janeiro.
- Tempo Presente (Revista Portuguesa de Cultura) — n.º 5 — setembro de 1959. Lisboa. Portugal. 101 páginas.
- Il Sedicesimo — Bollettino Bibliografico Trimestrale della Casa Editricela Nuova Italia. Firenze — setembro, 1959 — ano II ns. 2 — 3. Italia.
- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch — heft 3 — 1959.
- Journal Français du Bresil — le seul journal de langue française publié au Bresil — ler decembre, 1959 — n.º 180 — 8ème année. Rio de Janeiro.
- Boletim Instituto Brasil — Estados Unidos — n.º 198 — dezembro de 1959 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Catálogo — Neuerscheinungen der deutschen wissenschaftlichen Literatur, Herbst — 1959 — oktober nr. W 150. Alemanha.

- Livros de Portugal — n.º 7 — julho de 1959. (Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editôres. Lisboa.
- O Eco (jornal) — 6 de dezembro de 1959 — n.º 1.113 — ano XXXII — Guaratinguetá. S. Paulo.
- Catálogo — Sigbert Mohn Verlag Gutersloh — Verlagsverzeichnis Cesantkatalog aller lieferbaren Bucher. Herbst. 1959.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — ano XVIII — n.º 38 — 2.º semestre de 1959 — vol. XXIII — c/fotografias — 186 págs. Rio de Janeiro.
- Jornal de Cultura — ns. 1 a 5 — maio e outubro de 1959. Lisboa.
- Brasil Açucareiro — ano XXVII — vol. LIV — agosto, 1959 — n.º 2. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Revista da Academia Paulista de Letras — ano XIX — junho de 1959 — n.º 64. Gráfica Canton Ltda. São Paulo.
- Boletín de la Real Academia de la Historia — tomo CXLIV — abril — junio de 1959. cuad. II. Madrid.
- Revista do Professor — outubro — novembro de 1959 — n.º 48 — ano XVII. Centro do Professorado Paulista. São Paulo.
- O Eco (jornal) — 13 de dezembro de 1959 — n.º 1.114 — ano XXXII. São Paulo. (Guaratinguetá).
- Catalogue n.º 24 — Herbert Reichner Old Rare and Scholarly-Books Stockbrigge — Mass. U.S.A.
- Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi *Geologia* — ns. 7 e 8 — dezembro de 1958 e junho de 1959 — *antropologia* — ns. 3 e 4 — junho e julho de 1959 — *zoologia* — ns. 12, 15, 16, 17 — março, maio e julho de 1958 — nova série. Instituto Nacional de Pesquisas de Amazônia. Belém — Pará.
- Catálogo n.º 201 — Livraria Kosmos Editôra (Publ. no Jornal do Comércio de 6-12-1959 — 2.º caderno — pág. 4) Rio de Janeiro.
- Division of the Illinois State Geological Survey: Circulares — 275 a 279. Urbana — University of Illinois Library. U.S.A.
- Rodovia — n.º 231 — maio, 1959 — ano XXI. Revista de Técnica e Divulgação Rodoviária. Rio de Janeiro.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público — 1 e 15 de agosto de 1959 — ns. 160-161 — México, D.F.
- Boletín del Archivo General de la Nación — tomo XXX — enero, febrero, marzo de 1959 — n.º 1. México, D.F.

Revista Nacional — segundo ciclo — año IV — abril — junio de 1959 — n.º 200 — tomo IV. C/Indice. Montevideo.

América Indígena — n.º 4 — vol. XI X— Octubre de 1959.
Organo trimestral del Instituto Indigenista Interamericano.
México, D.F.

Boletim Informativo do Japão — ano 5 — n.º 21-15 de novembro de 1959. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.

Catalogo Iliffe Books — autumm supplement, 1959. London.

Revista Shell — n.º 88. Rio de Janeiro.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO 1959

4.º Trimestre	Outb.º	Nov.º	Dez.º	Total
Obras oferecidas	96	52	13	161
Revistas nacionais e estrangeiras	91	59	58	208
Catálogos recebidos	31	26	10	67
Documentos recebidos	—	—	—	—
Jornais recebidos	15	6	9	30
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados ..	5.783	6.343	7.635	19.761
<i>Museu</i>				
Visitantes	35	149	128	312
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
<i>Consultas:</i>				
Obras	7.804	6.268	7.628	21.700
Jornais	854	920	1.290	3.064
Revistas	2.964	3.787	4.509	11.260
Mapas	1.309	906	808	3.023
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos:	118	— 172	— 339	629
Ofícios, cartas e telegramas expedidos:	350	— 315	— 219	884

CADASTRO DOS SÓCIOS

Presidentes Honorários

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	15-12-1915	Itajubá — Minas.
2. Marechal Eurico Gaspar Dutra	13- 5-1947	Rua Redentor nº 317 (Ipanema) — Rio.
3. General de Brigada Francisco Higino Craveiro Lopes	6- 5-1957	Lisboa — Portugal.
4. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira	6- 5-1957	Palácio do Catete — Rio de Janeiro.

Sócios Grandes Beneméritos (5)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Praia do Flamengo nº 2 ou: Rua São Luis nº 234 (Consolação) São Paulo.
2. Eng.º Virgílio Corrêa Filho..	22- 8-1931	Praça André Rebouças, nº 17 (Engenho Velho) — Rio. — Tel. 28-0864.
3. Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt	22- 8-1931	Rua Santa Clara, 415 (Copacabana) — Rio. Tel. 37-4004.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
4. Almirante Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Rua Anibal de Mendonça nº 151 (Ipanema), Rio — Tel. 27-4949.
5. Dr. Cláudio Ganns	15-12-1939	Av. Copacabana nº 99, apt. 501 — Rio — Telefone 37-0767.

Sócios Beneméritos (15)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Avenida Pasteur nº 415 (Praia Vermelha) — ou: Av. Princesa Isabel, 8-A — Cidade de Salvador — Bahia. Rio — Tel. 26-1536.
2. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente número 259-A, apt. 3 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-3421.
3. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes	6- 8-1921	Rua João Borges nº 14 (Gávea) — Rio — Tel. 27-6388.
4. Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente número 421 — Rio — Tel. 26-0953.
5. Desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César número 66, Niterói (Estado do Rio). — Telefone 2-0526.
6. Ministro Hélio Lobo	6- 7-1912	Praia do Russell nº 680, apt. 101 (Glória) — Rio — Tel. 25-5898.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
7. General do Exército Estevão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Rua Uruguai n° 572 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-0432.
8. Ministro Ruben Rosa	29- 5-1941	Praia de Botafogo n° 48, apt. 25 — Rio — Telefone 25-5800.
9. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção n° 207 Botafogo — Rio — Tel. 26-4861.
10. Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis	4-12-1936	Rua Jardim Botânico número 305, apt. 302 — Rio — Tel. 26-5131.
11. Coronel João Baptista Magalhães	16-12-1947	Rua Joaquim Murtinho n° 772, apt. 103 — Santa Tereza — Rio Tel. 32-8807.
12. Dr. Levi Carneiro	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio n° 92 (Leme) — Rio — Tel. 37-2614.
13. Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros	15-12-1955	Rua Domingos Ferreira n° 20, apt. 201 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-2820 ou Senador Dantas, 74, 14°.
14. Almirante Thiers Fleming	10- 7-1918	Praia do Flamengo número 186, apt. 503 — Rio — Tel. 25-26-26.
15. Almirante Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Rua Delgado de Carvalho n° 30, apt. 102 — Tijuca — Rio — Tel. 28-4120.

Sócios Efetivos (40)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Tenente-coronel Antônio Leônico Pereira Ferraz	22- 8-1931	Estrada Guari n° 450 — Jacarepaguá — Rio — Tel. 1033.
2. Dr. Luis Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Rua General Glicério n° 400, apt. 802 — Laranjeiras — Rio — Tel. 26-3330.
3. Dr. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras número 29 — Rio — Tel. 25-0022.
4. Dr. Edmundo da Luz Pinto ..	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida n° 36 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-2634.
5. Dr. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Rua Indiana n° 97 — Cosme Velho — Rio — Tel. 25-5383. Escritório: 42-8944.
6. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Rua Nascimento Silva n° 190 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-2503.
7. General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Rua Uruguai n° 526 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-4321.
8. Francisco Marques dos Santos.	21-10-1944	Rua Gonçalves Crespo n° 366, apt. 301 — Tijuca — Rio — Telefone 28-5595.
9. Professor Hélio Vianna	27-12-1944	Av. Alexandre Ferreira n° 55 (Lagoa) — Rio Tel. 26-1980.
10. Dr. Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Rua D. Mariana n° 73 (Botafogo) — Rio — Tel 26-7914.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
11. Prof. Haroldo Teixeira Valladão	13- 5-1947	Praça 15 de Novembro nº 20 (5º andar) — Rio — Tel. 25-0813.
12. Dr. José Honório Rodrigues ..	31- 8-1948	Avenida Melo Franco nº 16, apt. 2 — Leblon — Rio — Telefone 27-3346.
13. Professor Adolfo Morales de los Rios Filho	31- 8-1948	Rua Senador Vergueiro nº 159, apt. 602 — Rio — Tel. 45-3682. Escritório: 22-7121 e 42-6427.
14. Prof. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Rua D. Mariana nº 63 (Botafogo) — Rio — Tel. 46-4864.
15. Prof. Afonso Penna Júnior ...	15- 8-1949	Rua Pereira da Silva número 728 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-1973.
16. Prof. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15- 8-1949	Rua General Glicério número 407 apt. 1.101 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 46-0904.
17. Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	15- 8-1949	Rua Álvaro Ramos número 341, c/4 (Botafogo) — Rio — Telefone 26-6157
18. Prof. Edgardo de Castro Rebelo	20- 6-1951	Rua Álvares Borgeth número 22 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0495.
19. Dr. José Antonio Soares de Sousa	20- 6-1951	Rua Itaperuna nº 66 — Niterói (Estado do Rio) — Tel. 2-2082.
20. Dr. Mucio Leão	20- 6-1951	Rua Fernando Mendes nº 7, apt. 12 (Copa-cabana) — Rio — Telefone 37-9527.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
21. Dr. Roberto da Mota Macedo	14-10-1952	Rua Felisberto Menezes nº 31, apt. 603 — Tijuca — Rio — Telefone 48-7674.
22. Dr. Ivolino de Vasconcelos ..	24- 7-1953	Rua Antônio Vieira número 28 (Copacabana) — Rio — Telefone 37-1323. Consultório: 42-4586.
23. Revº Clemente Maria da Silva Nigra (O.S.B.)	13- 7-1954	Rua Gonçalves Fontes nº 62 (Santa Tereza) — Rio.
24. General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	13- 7-1954	Rua Major Vaz nº 429 — Gávea — Rio — Tel. 27-7659.
25. Dr. Marcos Carneiro de Mendonça	13- 7-1954	Rua Cosme Velho número 857 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-3273
26. Dr. Guilherme Auler	13- 7-1956	Rua 13 de Maio nº 80 apt. 202 ou Caixa Postal 31 — Petrópolis — Estado do Rio — Tel. 4833.
27. Professor Ildelfonso Mascarenhas da Silva	31- 7-1956	Praia do Flamengo número 122, apt. 402 — Rio de Janeiro — Telefone 25-0320.
28. Dr. Manuel Diegues Junior ..	31- 7-1956	Rua da Matriz, 92 (Botafogo) — Rio — Telefone 26-7980.
29. Prof. Daniel de Carvalho	6- 5-1957	Rua Barão de Itambi nº 54 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-4464.
30. Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego	6- 5-1957	Av. Rui Barbosa nº 520 — apt. 301 (Botafogo) — Rio — Telefone 45-8257.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
31. Embaixador Hildebrando Accioly	22- 8-1931	Rua Sousa Lima nº 325 (Copacabana) — Rio Tel. 27-7029.
32. Dr. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão	16- 5-1958	Rua Domingos Ferreira nº 28, apt. 302 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-6607.
33. Prof. Fabio de Macedo Soares Guimarães	9- 9-1958	Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 89. apt. 902 (Copacabana) — Rio — Telefone 37-0806.
34. Dr. Clado Ribeiro de Lessa ..	9- 9-1958	Rua Bogary nº 118 (Gávea) — Rio — Telefone 26-7588.
35. Dr. Mário Ferreira França ...	9- 9-1958	Rua Monte Alegre, 248, apt. 301 (Santa Tereza) — Tel. 32-0926.
36. Gen. Deoclécio De Paranhos Antunes	23- 6-1959	Rua Barão de Cotegipe nº 419 — Rio — Telefone 38-3745
37. Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega	23- 6-1959	Rua Barão de Lucena nº 8, apt. 3 — Rio Tel. 26-7096.
38. Prof. Antônio Carneiro Leão ..	15-12-1959	Av. Visc. de Albuquerque nº 333 — Leblon — Tel. 47-8947.
39. Prof. Nelson Nunes da Costa ..	15-12-1959	Rua 5 de Julho nº 111, apt. 302 (Copacabana) — Rio — Telefone 57-9799.

Sócios Correspondentes (40)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Prof. José Feliciano de Oliveira	19- 2-1904	Rua Valença, 169 — Sumaré — São Paulo.
2. Dr. Fidelino de Figueiredo ..	28- 7-1913	Dua Duarte Lobo nº 32 (Alvalade) — Lisboa (Portugal)
3. Embaixador Silvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Palácio Itamarati — Divisão de Comunicações — Rio.
4. Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo	22 -8-1931	Palácio Itamarati — Divisão de Comunicações — Rio.
5. Dr. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio número 58 — São Paulo — Tel. 31-107.
6. Dr. Luís Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Frederico Lacroze número 2.100 — Buenos Aires.
7. Embaixador Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Rua Gago Coutinho número 66, apt. 202 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 45-8789.
8. Dr. Luiz da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Rua Joaquim Aires, 377 Natal — Rio Grande do Norte.
9. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio número 118 — São Paulo
10. Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Rua República do Peru nº 193 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-2427 ou: Embaixada do Brasil — Haia — Holanda.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
11. Prof. Antônio Augusto Mendes Corrêa	15-12-1934	Rua Sampaio e Pina 50 r/c-d — Lisboa — Portugal.
12. Dr. Enrique de Gandia	4-12-1936	Calle Elflein, 3567 — La Lucila — Gran Buenos Aires — Argentina.
13. Desembargador José de Mesquita	12- 5-1937	Cuiabá — Mato Grosso.
14. Dom Henrique Pereira Leite de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1939	Vila Nova de Gaia — Portugal.
15. Dr. Luis Norton de Matos	31- 5-1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa — Portugal.
16. Padre Serafim Leite, S.J.	31- 5-1939	Via Dei Penitenzieri, 20 — Roma — Itália.
17. Prof. Ernesto de Sousa Campos	21- 8-1939	Rua Bela Cintra nº 1.768 — São Paulo.
18. Dr. Aureliano Leite	29- 9-1942	Avenina Brigadeiro Luís Antônio nº 2.791 — São Paulo.
19. Dr. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº 966 — São Paulo.
20. Prof. Luís Vianna Filho	27-12-1944	Câmara dos Deputados.
21. Professor Walter Spalding	28- 9-1945	Rua N. S. Medianeira nº 70 (Glória) — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
22. Dr. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Rua Esteves Júnior número 138 (Florianópolis) — Santa Catarina.
23. Prof. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Rua Eugênio de Lima nº 747 — Tel. 31-1211 — São Paulo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
24. Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Rua Monte Alegre número 220 — São Paulo.
25. Dr. Renato da Costa e Almeida	13- 5-1947	Rua Conde de Irajá número 439 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-2391.
26. Ministro Renato de Mendonça	16-12-1947	Rua Raul Pompéia, 132, apt. 402 (Copacabana) — Tel. 47-9973.
27. Ministro Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Rua Haddok Lobo número 220 — Rio.
28. Dr. Ariosto Gonzalez	31- 8-1949	Av. Brasil nº 2.826 — Montevideu — Uruguai.
29. Professor Damião Peres	20- 6-1951	Academia Portuguesa de História — Lisboa — Portugal.
30. Ministro Sérgio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Rua Campo Belo nº 88 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 45-8624.
31. Dr. Ernesto Cruz	15-12-1955	Arquivo Público do Pará — Avenida Con ^o Furtado, 199 — Belém — Pará.
32. Dr. Justo Pastor Benitez	15-12-1955	Rua David Campista número 118 — Botafogo — Rio — Tel. 26-4153.
33. Prof. Manuel Rodrigues Lapa.	31- 7-1956	Anadia — Portugal.
34. Embaixador Alvaro Teixeira Soares	18-12-1957	Avenida Rui Barbosa, 60 — apt. 601 — Botafogo — Tel. 45-1396.
35. Dr. Silvio Zavala	16- 5-1958	Avenida Del Observatorio nº 192 — Tacubaya — México, 18 D.F.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
36. Professor R. Antônio Ramos ..	9- 9-1958	S/C José Berges, 469 — Asuncion — Paraguai.
37. Professor D. Manuel Balesteros Gaibrois	9- 9-1958	Duque de Medinaceli, 4 Madrid — Espanha.
38. Dr. Sérgio Buarque de Holanda	23- 6-1959	Rua Buri, 35, Pacaem- bú — São Paulo.
39. Professor João Camillo de Oli- veira Torres	15-12-1959	Av. Afonso Pena, 342 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
40. Prof. Carlos Alberto Pueyrredon	15-12-1959	Las Heras, 2.525 (Bue- nos Aires, Rep. Ar- gentina).

Sócios Honorários (50)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Embaixador José Manuel Car- doso de Oliveira	22- 5-1903	Rua General Dionísio nº 64 — Rio — Tele- fone 26-1659.
2. Dr. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Rua Visconde de Itabo- raí nº 474 — Niterói, Estado do Rio.
3. Prof. Carlos Delgado de Car- valho	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos nº 7 (Copacabana) — Rio — Tel. 47-3611.
4. Dom Pedro Dulanto	18- 7-1927	Lima — República do Peru.
5. Padre Paul Coulet, S.J.	22- 6-1931	Rua Montpensier, 35 — Pau-Bas — Pyrenées — France.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
6. Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
7. Dr. Luís Pasteur Vallery Radot	27- 8-1937	Faculdade de Medicina de Paris — França.
8. Dr. Elmano Cardim	17-12-1937	Avenida Portugal n° 38 Urca — Tel. 26-5595 — Rio.
9. Embaixador Martinho Nobre de Mello	19-10-1938	Rua Joaquim Nabuco n° 11, apt. 850 (Copacabana) — Rio.
10. Prof. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	25 Gray Gardens East — Massachusetts — U.S.A.
11. Dr. Julio Dantas	14- 4-1939	Rua Castilho n° 30 (2°) — Lisboa — Portugal.
12. Professor Nels Andrew Nelson Claven	14- 4-1939	Universidade de Pittsburgh — Pensilvania — U.S.A.
13. Professor Ernesto Leme	21- 8-1939	Rua Tupi n° 425 — São Paulo.
14. Dr. Waldo Gifford Leland ...	21- 8-1939	Washington, 6, D.C. — 1219 Sixteenth Street — U.S.A.
15. Embaixador Dr. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Rua Campo Belo n° 199 Laranjeiras — Rio — Tel. 25-6161.
16. Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29- 6-1940	Alameda Itu n° 911 — São Paulo.
17. Dr. Felix Guisard	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
18. Reverendo Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Emmitsburg, Maryland —U.S.A.
19. Dom Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1952	Palácio Grão Pará — Petrópolis — Estado do Rio.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
20. Almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro número 560 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-9936 ou 57-9319.
21. Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Rua Santo Amaro n.º 21 apt. 13 — Rio — Telefone 25-8070.
22. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Palácio Arquiepiscopal — Rua da Glória n.º 106 — Rio — Tel. 42-0551.
23. Embaixador Heitor Lira	9- 7-1945	Av. das Descobertas — Encosta da Ajuda — Lisboa, 3 — Portugal.
24. Almirante Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Avenida Atlântica número 3.892 — Rio — Tel. 27-1770.
25. Dr. Afonso Bandeira de Melo	13- 5-1947	Rua Senador Vergueiro n.º 45 — Rio — Telefone 25-2258.
26. Professor Adroaldo Mesquita da Costa	13- 8-1948	Avenida Protásio Alves n.º 3.446 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Telefone 2-3374.
27. Prof. Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Rua Jardim Botânico número 228, apt. 7 — Rio — Tel. 26-6519.
28. Almirante Luís de Oliveira Belo	31- 8-1948	Rua Constante Ramos n.º 82, apt. 401 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-9164.
29. Professor Aloysio de Carvalho Filho	31- 8-1949	Rua Climério de Oliveira n.º 2 — Cidade do Salvador — Bahia.
30. Dr. Edgard Batista Pereira ..	20- 6-1951	Avenida Copacabana número 218, apt. 1.102 — Rio — Tel. 37-5082.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
31. Ministro Anibal Freire	14-10-1952	Rua das Laranjeiras número 144, apt. 501 — Rio.
32. Prof. Heraclides César de Sousa Araújo	14-10-1952	Rua Marquês de Pinedo nº 84 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-3443.
33. Prof. Jaime Cortesão	14-10-1952	Rua Faissandu nº 200 Rio — Tel. 45-3752.
34. Desembargador Florêncio de Abreu	24- 6-1953	Rua Alexandre Ferreira nº 110 (Jardim Botânico) — Tel. 26-7062.
35. Prof. Antônio Sampaio Doria	24- 6-1953	Praia do Flamengo número 144, apt. 901 — Rio — Tel. 25-1663.
36. Dr. Alberto Iria	24- 6-1953	Arquivo Histórico Ultramarino (Ministério Ultramar) Lisboa — Portugal.
37. Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	24- 6-1953	Rua 7 de Setembro número 300, apt. 13 — Cidade do Salvador — Bahia.
38. Dr. Gilberto Freyre	13- 7-1954	Rua Dois Irmãos nº 320 — Apipupos — Pernambuco.
39. Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada	13- 7-1954	Rua Miguel Lemos número 97 (Copacabana)
40. Dr. Miguel Costa Filho	13- 7-1954	Rua Viúva Lacerda número 15 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0895.
41. Dr. Dante Laytano	13- 7-1954	Avenida Carlos Gomes nº 271 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
42. Almirante Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima	15-12-1955	Rua Saint-Roman n° 382 (Copacabana) — Telefone 47-0236 — Rio.
43. Desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco	15-12-1955	Rua Dias da Rocha número 30-5°, apt. 501 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-6572.
44. Major Brig. Henrique Fleiuss	31- 7-1957	Praia do Flamengo, 144 — apt. 301 — Rio — Tel. 25-6161.
45. Ministro Orozimbo Nonato da Silva	16- 5-1958	Praia do Flamengo, 180 — Rio — Tel. 25-9300.
46. Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão	16- 5-1958	Rua Jangadeiros n° 6, apt. 202 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-9150.
47. Dr. Severino Jordão Emerenciano	9- 9-1958	Rua Nunes Machado, 42 Faculdade de Filosofia de Recife — Pernambuco.
48. Almirante Washington Perry de Almeida	9- 9-1958	Rua Coronel Afonso Romano n° 67 (Botafogo) — Rio — Telefone 26-9678.
49. Embaixador Sebastião Sampaio	23- 6-1959	Rua Senador Vergueiro n° 154 — Rio — Telefone 25-6867.
50. Deputado Dr. José Bonifácio Lafayette de Andrada	15-12-1959	Rua Eurico Cruz n° 40, apt. 4 — Gávea — Rio — Tel. 46-7183.

Relação Cronológica

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
1. José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Honorário.
2. José Feliciano de Oliveira	19- 2-1904	Correspondente.
3. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Honorário.
4. Hélio Lôbo	6- 7-1912	Benemérito.
5. Fidelino de Figueiredo	28 -7-1913	Correspondente.
6. Thiers Fleming	10- 7-1918	Benemérito.
7. Carlos Delgado de Carvalho ..	6- 8-1921	Honorário.
8. Carlos da Silveira Carneiro ..	6- 8-1921	Benemérito e Tesoureiro.
9. Eugenio Vilhena de Moraes ...	6- 8-1921	Benemérito.
10. José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Grande Benemérito e Presidente Perpétuo.
11. Pedro Dulanto	18- 7-1927	Honorário.
12. Sílvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Correspondente.
13. Paul Coulet	22- 8-1931	Honorário.
14. Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Efetivo.
15. Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
16. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Correspondente.
17. Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Benemérito.
18. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Benemérito e 3º Vice-Presidente.
19. Hildebrando Accioli	22- 8-1931	Efetivo.
20. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Benemérito e 2º Vice-Presidente.
21. Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Benemérito.
22. Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Benemérito.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
23. Luís Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Efetivo.
24. Pedro Calmon Moniz de Bitencourt	22- 8-1931	Grande Benemérito — Orador.
25. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Benemérito — 1º Vice-Presidente.
26. Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Grande Benemérito e 1º Secretário.
27. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Benemérito.
28. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Correspondente.
29. Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Correspondente.
30. Luís Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Correspondente.
31. Manuel Gonçalves Cerejeira ..	27-10-1934	Honorário.
32. Antônio Augusto Mendes Corrêa	15-12-1934	Correspondente.
33. Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Correspondente.
34. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Correspondente.
35. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Benemérito.
36. Enrique de Gandia	4-12-1936	Correspondente.
37. Herbert Canabarro Reichardt ..	12- 5-1937	Efetivo.
38. José de Mesquita	12- 5-1937	Correspondente.
39. Luís Pasteur Vallery Radot ..	27- 8-1947	Honorário.
40. Elmano Cardim	17-12-1937	Honorário.
41. Henrique Pereira Leite de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente.
42. Martinho Nobre de Melo	19-10-1938	Honorário.
43. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
44. Júlio Dantas	14- 4-1939	Honorário.
45. Nels Andrew Nelson Claven ..	14- 4-1939	Honorário.
46. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Efetivo.
47. Luis Norton de Matos	31- 5-1939	Correspondente.
48. Serafim Leite S.J.	31- 5-1939	Correspondente.
49. Ernesto Leme	21- 8-1939	Honorário.
50. Ernesto de Sousa Campos	21- 8-1939	Correspondente.
51. Waldo Gifford Leland	21- 8-1939	Honorário.
52. Claudio Ganns	15-12-1939	Grande Benemérito.
53. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Honorário.
54. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Efetivo.
55. Manuel Augusto Pirajá da Silva	26- 6-1940	Honorário.
56. Ruben Rosa	29- 5-1941	Benemérito.
57. Aureliano Leite	29- 9-1942	Correspondente.
58. Estevão Leitão de Carvalho ...	29- 9-1942	Benemérito.
59. Felix Guisard	29- 9-1942	Honorário.
60. Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Honorário.
61. Pedro de Orleans e Bragança	29- 9-1942	Honorário.
62. Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Honorário.
63. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Efetivo.
64. Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Honorário.
65. Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Efetivo.
66. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
67. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Efetivo.
68. Hélio Vianna	27-12-1944	Efetivo.
69. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Correspondente.
70. Luís Vianna Filho	27-12-1944	Correspondente.
71. Heitor Lira	9- 7-1945	Honorário.
72. Américo Jacobina Lacombe ...	28- 9-1945	Efetivo.
73. Walter Spalding	28- 9-1945	Correspondente.
74. Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Honorário.
75. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Correspondente.
76. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Correspondente.
77. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Correspondente.
78. Renato da Costa e Almeida ...	13- 5-1947	Correspondente.
79. Haroldo Teixeira Valladão ...	13- 5-1947	Efetivo.
80. Afonso Toledo Bandeira de Melo	13- 5-1947	Honorário.
81. Renato de Mendonça	16-12-1947	Correspondente.
82. João Baptista Magalhães	16-12-1947	Benemérito.
83. José Honório Rodrigues	31- 8-1948	Efetivo.
84. Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Honorário.
85. Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Correspondente.
86. Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Honorário.
87. Luís de Oliveira Belo	31- 8-1948	Honorário.
88. Adolfo Morales de los Rios Filho	31- 8-1948	Efetivo.
89. Afonso Fenna Junior	15- 8-1949	Efetivo.
90. Aloísio de Carvalho Filho	15- 8-1949	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
91. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Efetivo.
92. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15- 8-1949	Efetivo.
93. Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15- 8-1949	Efetivo e 2º Secretário.
94. Ariosto Gonzalez	15- 8-1949	Correspondente.
95. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Efetivo.
96. Mucio Leão	20- 6-1951	Efetivo.
97. Edgardo de Castro Rebelo	20- 6-1951	Efetivo.
98. Damião Peres	20- 6-1951	Correspondente.
99. Sergio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Correspondente.
100. Edgard Batista Pereira	20- 6-1951	Honorário.
101. Roberto da Motta Macedo ...	14-10-1952	Efetivo.
102. Annibal Freire	14-10-1952	Honorário.
103. Heraclides César de Sousa Araújo	14-10-1952	Honorário.
104. Jaime Cortesão	14-10-1952	Honorário.
105. Florêncio de Abreu	24- 7-1953	Honorário.
106. Antônio de Sampaio Doria	24- 7-1953	Honorário.
107. Alberto Iria	24- 6-1953	Honorário.
108. Ivolino de Vasconcellos	24- 6-1953	Efetivo.
109. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	24- 6-1953	Honorário.
110. Clemente Maria da Silva Nigra	13- 7-1954	Efetivo.
111. Antonio Carlos Lafayette de Andrada	13- 7-1954	Honorário.
112. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	13- 7-1954	Efetivo.
113. Dante de Laytano	13- 7-1954	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
114. Gilberto Freyre	13- 7-1954	Honorário.
115. Marcos Carneiro de Mendonça	13- 7-1954	Efetivo.
116. Miguel Costa Filho	13- 7-1954	Honorário.
117. José Augusto Bezerra de Medeiros	15-12-1955	Benemérito.
118. Ernesto Cruz	15-12-1955	Correspondente.
119. Justo Pastor Benitez	15-12-1955	Correspondente.
120. Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima	15-12-1955	Honorário.
121. José Moreira Brandão Castello Branco	15-12-1955	Honorário.
122. Henrique Fleiuss	31- 7-1956	Honorário.
123. Manuel Diegues Júnior	31- 7-1956	Efetivo.
124. Guilherme Auler	31- 7-1956	Efetivo.
125. Manuel Rodrigues Lapa	31- 7-1956	Correspondente.
126. Ildefonso Mascarenhas da Silva	31- 7-1956	Efetivo.
127. Daniel de Carvalho	6- 5-1957	Efetivo.
128. Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo	6- 5-1957	Efetivo.
129. Alvaro Teixeira Soares	18-12-1957	Correspondente.
130. Orozimbo Nonato da Silva ..	16- 5-1958	Honorário.
131. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão	16- 5-1958	Honorário.
132. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão	16- 5-1958	Efetivo.
133. Silvio Zavala	16- 5-1958	Correspondente.
134. Fabio de Macedo Soares Guimarães	9- 9-1958	Efetivo.
135. Clado Ribeiro de Lessa	9- 9-1958	Efetivo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
136. Mario Ferreira França	9- 9-1958	Efetivo.
137. Severino Jordão Emerenciano ..	9- 9-1958	Honorário.
138. Washington Perry de Almeida	9- 9-1958	Honorário.
139. R. Antonio Ramos	9- 9-1958	Correspondente.
140. Manuel Balesteros Gaibrois ...	9- 9-1958	Correspondente.
141. Deoclécio De Paranhos Antunes	23- 6-1959	Efetivo.
142. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega	23- 6-1959	Efetivo.
143. Sebastião Sampaio	23- 6-1959	Honorário.
144. Sérgio Buarque de Hollanda ..	23- 6-1959	Correspondente.
145. José Bonifácio Lafayette de Andrada	15-12-1959	Honorário.
146. Antônio Carneiro Leão	15-12-1959	Efetivo.
147. Nelson Nunes da Costa	15-12-1959	Efetivo.
148. João Camillo de Oliveira Tôres	15-12-1959	Correspondente.
149. Carlos Alberto Pueyrredon ..	15-12-1959	Correspondente.

Sócios Falecidos

Nome	Data da entrada no Instituto	Classe	Falecimento
Min. Augusto Tavares de Lyra	16- 9-1907	Grande Benemer. 1º Vice-Presidente ...	21-12-1958
Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente	18- 2-1959
Néstor dos Santos Lima	27-12-1944	Correspondente	26- 2-1959
Ricardo Levene	1-10-1928	Benemérito	21- 3-1959

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe	Falecimento
Mário Carneiro do Rego Mello	31- 5-1917	Correspondente	24- 5-1959
José Maria Belo	25- 6-1959	Correspondente	25- 8-1959
Octavio Tarquinio de Souza	22- 8-1931	Efetivo	22-12-1959
Hubert Knipping	22- 8-1931	Honorário	

TRANSFERÊNCIAS

Em Assembléia-Geral de 23-6-1959

Para Grande Benemérito:

Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Para Benemérito:

Dr. Levi Fernandes Carneiro.

Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros.

Em Assembléia-Geral de 15-12-1959

Para Grande Benemérito:

Dr. Cláudio Ganns.

Para Benemérito:

Almirante Thiers Fleming.

Almirante Lucas Alexandre Boiteux.

SÓCIOS ADMITIDOS

Em Assembléia-Geral de 23-6-1959

General Deoclécio De Paranhos Antunes — Efetivo.

Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega — Efetivo.

Dr. Sebastião Sampaio — Honorário.

Dr. Sérgio Buarque de Hollanda — Correspondente.

Dr. José Maria Bello — Correspondente.

Em Assembléia-Geral de 15-12-1959

Dr. José Bonifácio Lafayette de Andrada — Honorário.

Professor Antônio Carneiro Leão — Efetivo.

Professor Nelson Nunes da Costa — Efetivo.

Professor João Camillo de Oliveira Torres — Correspondente.

Dr. Carlos Alberto Pueyrredon — Correspondente.

ORDEM ALFABÉTICA

- ABREU (Florêncio de) — Honorário.
ACIOLI (Hildebrando) — Efetivo.
ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.
ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.
ALMEIDA (Washington Perry de) — Honorário.
ANDRADA (Antônio Carlos Lafayette de) — Honorário.
ANDRADA (José Bonifácio Lafayette de) — Honorário.
ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.
ANTUNES (Deoclécio De Paranhos) — Efetivo.
ARAGÃO (Edmundo Ferrão Moniz de) — Honorário.
ARAGÃO (Pedro Paulo Moniz Barreto de) — Efetivo.
ARANHA (Osvaldo) — Honorário.
ARAÚJO (Heraclides Cesar de Sousa) — Honorário.
AULER (Guilherme) — Efetivo.
AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.
BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.
BENITEZ (Justo Pastor) — Correspondente.
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.
BITTENCOURT (Pedro Calmon Moniz de) — Grande Benemérito — Orador.
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Benemérito.
BRAGANÇA (Pedro de Orléans e) — Honorário.
BRANCO (José Moreira Brandão Castello) — Honorário.
BULCÃO SOBRINHO (Antônio de Araújo de Aragão) — Honorário.
CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente.
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.
CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente.
CARDIM (Elmano) — Honorário.
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Grande Benemérito — Tesoureiro.
CARNEIRO (Levi Fernandes) — Benemérito.
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.
CARVALHO (Daniel de) — Efetivo.
CARVALHO (Estevão Leitão de) — Benemérito.
CARVALHO FILHO (Aloísio de) — Honorário.

- CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente.
CASTRO (Christóvam Leite de) — Efetivo.
CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.
CASTRO (Sílvio Rangel de) — Correspondente.
CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.
CERNACHE (Henrique Pereira Leite de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.
CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.
CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.
CORRÊA (Antônio Augusto Mendes) — Correspondente.
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Grande Benemérito — 1º Secretário.
CORTESÃO (Jaime) — Honorário.
COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.
COSTA FILHO (Miguel) — Honorário.
COSTA (Nelson Nunes) — Efetivo.
COSTA (Sérgio Corrêa da) — Correspondente.
COULET (Padre Paul) — Honorário.
COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente.
CRUZ (Ernesto) — Correspondente.
DANTAS (Júlio) — Honorário.
DIEGUES JÚNIOR (Manuel) — Efetivo.
DÓRIA (Antônio de Sampaio) — Honorário.
DULANTO (Pedro) — Honorário.
EMERENCIANO (Severino Jordão) — Honorário.
FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.
FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Benemérito.
FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.
FLEIUSS (Henrique) — Honorário.
FLEMING (Thiers) — Benemérito.
FORJAZ (Djalma) — Correspondente.
FRANÇA (Mário Ferreira) — Efetivo.
FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo.
FREIRE (Annibal) — Honorário.
FREYRE (Gilberto) — Honorário.
FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.
GAIBROIS (Manuel Ballesteros) — Correspondente.
GANDIA (Henrique de) — Correspondente.
GANNs (Cláudio) — Grande Benemérito.
GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.
GONZALEZ (Ariosto) — Correspondente.
GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado) — Correspondente.
GUIMARÃES (Fábio de Macedo Soares) — Efetivo.
GUISARD (Félix) — Honorário.
HARRING (Clarence Henry) — Honorário.

- HOLLANDA (Sérgio Buarque) — Correspondente.
IRIA (Alberto) — Honorário.
LACOMBE (Américo Jacobina) — Efetivo.
LAPA (Manuel Rodrigues) — Correspondente.
LAYTANO (Dante de) — Honorário.
LEÃO (Antônio Carneiro) — Efetivo.
LEÃO (Múcio) — Efetivo.
LEÃO FILHO (Joaquim de Souza) — Correspondente.
LEITE (Aureliano) — Correspondente.
LEITE S. J. (Serafim, padre) — Correspondente.
LELAND (Waldo Gifford) — Honorário.
LEME (Ernesto) — Honorário.
LESSA (Clado Ribeiro de) — Efetivo.
LEVENE (Ricardo) — Benemérito.
LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente.
LIMA (Juvenal Greenhalgh Ferreira) — Honorário.
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Benemérito.
LIRA (Heitor) — Honorário.
LÔBO (Hélio) — Benemérito.
MACEDO (Roberto da Mota) — Efetivo.
MAGALHÃES (João Baptista) — Benemérito.
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.
MATTOS (Francisco Jaguaribe Gomes de) — Efetivo.
MATOS (Luís Norton de) — Correspondente.
MEDEIROS (José Augusto Bezerra de) — Benemérito.
MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.
MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente.
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.
MENDONÇA (Marcos Carneiro de) — Efetivo.
MENDONÇA (Renato de) — Correspondente.
MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Benemérito e 1º Vice-Presidente.
MESQUITA (José de) — Correspondente.
MONTEIRO Francisco Mozart do Rego) — Efetivo.
MORAES (Eugênio Vilhena de) — Benemérito.
MORALES DE LOS RIOS FILHO — Efetivo.
NIGRA (Clemente Maria da Silva) — Efetivo.
NÓBREGA (Apolônio Carneiro da Cunha) — Efetivo.
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.
PEDROSA (Manuel Xavier de Vasconcellos) — Efetivo e 2º Secretário.
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo.
PEREIRA (Edgard Baptista) — Honorário.
PERES (Damião) — Correspondente.

- PINHO (José Wanderley de Araújo) — Benemérito e 2º Vice-Presidente.
PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.
PUEYRRREDON (Carlos Alberto) — Correspondente.
PRADO (José Fernando de Almeida) — Correspondente.
RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário.
RAMOS (R. Antônio) — Correspondente.
REBELO (Edgardo de Castro) — Efetivo.
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo.
RÊGO (Aluizio Napoleão de Freitas) — Efetivo.
REIS (Artur César Ferreira) — Benemérito.
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.
ROSA (Ruben) — Benemérito.
SAMPAIO (Sebastião) — Honorário.
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.
SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário.
SILVA (Ildefonso Mascarenhas da) — Efetivo.
SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário.
SILVA (Orozimbo Nonato da) — Honorário.
SOARES (Álvaro Teixeira) — Correspondente.
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande Benemérito — Presidente Perpétuo.
SOARES (Julião Rangel de Macedo) — Honorário.
SOUSA (José Antônio Soares de) — Efetivo.
SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo.
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.
SPALDING (Walter) — Correspondente.
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Benemérito.
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Benemérito e 3º Vice-Presidente.
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.
TORRES (João Camillo de Oliveira) — Correspondente.
VALLADÃO (Alfredo) — Grande Benemérito — 2º Vice-Presidente.
VALLADÃO (Haroldo Teixeira) — Efetivo.
VASCONCELLOS (Ivolino de) — Efetivo.
VIANNA (Hélio) — Efetivo.
VIANNA FILHO (Luís) — Correspondente.
ZAVALA (Sílvio) — Correspondente.

ÍNDICE

VOLUME 245
Out.-Dez.-1959

	Pág.
I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1. "Corografia" da Capitania de Santa Catarina — Dante Laytano	3
2. Que é Colóquio luso-brasileiro e o que foi o IV Colóquio realizado na Bahia, agosto de 1959 — Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	188
3. Portugêses em Mato Grosso — Virgílio Corrêa Filho	204
4. O Vale do Paranapanema — Aluizio de Almeida	235
5. A Presidência Campos Sales — Ministro Augusto Ta- vares de Lyra	279
II — CONFERÊNCIAS	
6. Pedro Lessa — Professor Edgardo de Castro Rebello	293
III — TRANSCRIÇÕES	
7. A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII (S. P. V. E. A. — Coleção Pedro Teixeira) — Artur César Ferreira Reis. Antilóquio do Embaixador J. C. de Macedo Soares	306
8. Citações incompletas na História do Brasil — Hélio Viana	326
9. Jayme Benévolo. Artur Azevedo	333
10. A Expulsão dos Jesuitas — Marcos Carneiro de Mendonça	337
IV — DOCUMENTOS	
11. Rio da Prata em 1845, Rosas	348
12. Um "Roteiro" do Brasil de fins do século XVI (Trans- crição) — Hélio Viana	361
13. Política Monetária	365
V — ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO	
14. Comemoração do 121º aniversário de sua fundação	367
15. Vida cultural (O patrimônio do Instituto Histórico) Nelson Costa	370

	Pág.
16. <i>Discurso na Sessão Magna do orador oficial Prof. Pedro Calmon</i> (Elogio dos sócios falecidos)	372
17. <i>Atividades culturais do Instituto Histórico</i> (Relatório do 1º Secretário)	383
18. <i>Atas das Sessões de 1959</i>	405
VI — BIBLIOGRAFIA	
19. <i>Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho</i> — Maria C. Fleiuss	485
VII — NOTICIÁRIO	
20. <i>IV Centenário da Fundação da cidade do Rio de Janeiro</i>	492
21. <i>Portaria</i>	499
VIII — SÓCIOS FALECIDOS — <i>Ministro Hubert Knipping e Aloysio de Castro, Claudio Ganns</i>	
	500
<i>Ministro Alfredo Valladão</i> — Virgílio Corrêa Filho	501
<i>Gustavo Barroso</i> — Virgílio Corrêa Filho.....	503
<i>Otávio Tarquínio de Souza</i>	505
IX — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	506
X — ESTATÍSTICA DO INSTITUTO	532
XI — CADASTRO DOS SÓCIOS (último trimestre)	533

186	1. Einleitung
187	2. Die Bedeutung der Kunst
188	3. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
189	4. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
190	5. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
191	6. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
192	7. Die Kunst als Ausdruck des Willens
193	8. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
194	9. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
195	10. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
196	11. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
197	12. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
198	13. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
199	14. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
200	15. Die Kunst als Ausdruck des Willens
201	16. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
202	17. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
203	18. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
204	19. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
205	20. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
206	21. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
207	22. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
208	23. Die Kunst als Ausdruck des Willens
209	24. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
210	25. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
211	26. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
212	27. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
213	28. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
214	29. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
215	30. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
216	31. Die Kunst als Ausdruck des Willens
217	32. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
218	33. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
219	34. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
220	35. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
221	36. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
222	37. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
223	38. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
224	39. Die Kunst als Ausdruck des Willens
225	40. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
226	41. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
227	42. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
228	43. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
229	44. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
230	45. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
231	46. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
232	47. Die Kunst als Ausdruck des Willens
233	48. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
234	49. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
235	50. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
236	51. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
237	52. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
238	53. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
239	54. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
240	55. Die Kunst als Ausdruck des Willens
241	56. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
242	57. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
243	58. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
244	59. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
245	60. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
246	61. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
247	62. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
248	63. Die Kunst als Ausdruck des Willens
249	64. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
250	65. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
251	66. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
252	67. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
253	68. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
254	69. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
255	70. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
256	71. Die Kunst als Ausdruck des Willens
257	72. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
258	73. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
259	74. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
260	75. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
261	76. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
262	77. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
263	78. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
264	79. Die Kunst als Ausdruck des Willens
265	80. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
266	81. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
267	82. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
268	83. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
269	84. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
270	85. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
271	86. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
272	87. Die Kunst als Ausdruck des Willens
273	88. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
274	89. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
275	90. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
276	91. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
277	92. Die Kunst als Ausdruck des Geistes
278	93. Die Kunst als Ausdruck des Herzens
279	94. Die Kunst als Ausdruck des Verstandes
280	95. Die Kunst als Ausdruck des Willens
281	96. Die Kunst als Ausdruck des Gefühls
282	97. Die Kunst als Ausdruck des Intellekts
283	98. Die Kunst als Ausdruck des Charakters
284	99. Die Kunst als Ausdruck des Lebens
285	100. Die Kunst als Ausdruck des Geistes